

Thiago Nunes Soares
Silvânia de Jesus Pina (Orgs.)

HISTÓRIA DE PERNAMBUCO

Novas Abordagens



Volume 2 | República



Uma das maiores contribuições da obra está na diversidade de temas e abordagens que tratam da História da República brasileira e na pluralidade de dimensões e domínios que representam estudos e pesquisas do campo da ciência histórica, porque contempla temas da: história cultural, história política, história social, história religiosa, história da imprensa, histórias das mulheres, história dos intelectuais, história das comunidades rurais, do espaço urbano, história e memória política, história dos movimentos sociais e políticos, história do futebol, história da arte, história do crime e dos vícios, história das ideias e do pensamento e até história dos sentimentos e do amor ao outro. Outra característica da obra que a torna muito rica, enquanto produção historiográfica, é o fato de grande parte de seus autores estarem posicionados em diferentes dimensões e domínios da história de Pernambuco, mas terem tido experiências e condições de estudos e pesquisas compartilhadas, socializadas, vivenciadas sob grande harmonia de ideias e de visões de mundo. A maioria deles são provenientes do mesmo ambiente acadêmico. Outros são de instituições parceiras próximas. Todos situados na realidade histórica de Pernambuco, tendo convivido o cotidiano da pesquisa num clima de relações colaborativas, estabelecendo amplo diálogo, amizade e interlocuções. Trata-se, portanto, de um grupo de pesquisadores com alto senso ético, de respeito e de amor ao trabalho do outro, caracterizando o perfil de uma obra coletiva.

Giselda Brito Silva

Docente Titular do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (DEHIST/UFRPE)



História de Pernambuco



Comitê Editorial

CAROLINE TECCHIO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DANIELE BROCARDO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DOUGLAS SOUZA ANGELI

Doutorando em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

EVERTON FERNANDO PIMENTA

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

GUILHERME FRANCO DE ANDRADE

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LEANDRO DE ARAÚJO CRESTANI

Doutorando em História, Universidade de Évora, Évora (Portugal)

LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LUIZ ALBERTO GRIJÓ

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL GANSTER

Mestre em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL HANSEN QUINSANI

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL SARAIVA LAPUENTE

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

TIAGO ARCANJO ORBEN

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

VINÍCIUS AURÉLIO LIEBEL

Doutor em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ

História de Pernambuco

Novas abordagens

Volume II: República

Organizadores

Thiago Nunes Soares
Silvânia de Jesus Pina



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.conceptualeditora.com/>

Arte de Capa: José Benigno (1955); Trecho de Olinda com Recife ao Fundo..

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

SOARES, Thiago Nunes; PINA, Silvânia de Jesus (Orgs.)

História de Pernambuco: novas abordagens - Volume II: República [recurso eletrônico] / Thiago Nunes Soares; Silvânia de Jesus Pina (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

651 p.

ISBN - 978-65-5917-304-4

DOI - 10.22350/9786559173044

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Pernambuco; 2. República; 3. Cultura; 4. Estado; 5. Brasil; I. Título.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Sumário

Prefácio **11**

Giselda Brito Silva

Parte 1 **O Estado autoritário e relações de gênero a partir de 1930**

1 **23**

A DOPS-PE: o combate permanente ao comunismo de 1930-1945

Marcília Gama da Silva

2 **52**

A “masmorra estacista” dando vivas à revolução: apropriação dos discursos revolucionários da aliança liberal na casa de detenção do Recife (1930-1935)

Aurélio de Moura Britto

3 **82**

Entre o caranguejo e o mocambo: as condições de moradia das comunidades pobres na cidade do Recife em meio às políticas públicas de combate à pobreza durante o Estado Novo (1937-1945)

Midian Tavares Correia

4 **111**

O jornalismo recifense no século 20 nos registros de funcionários do Diário de Pernambuco: relações de categorias, gênero e poder

Tércio de Lima Amaral
Aline Maria Grego Lins

Parte 2 **Ditadura Militar**

5 **135**

Gregório Bezerra e Mércia Albuquerque: estados de exceção, ditaduras, passado presente

Táссо Brito

6 **158**

Refazendo o sindicalismo rural em tempos de ditadura militar: processo de reclamação trabalhista na mata sul pernambucana (1964 -1975)

Alexandre Silva

7 **175**

Miguel Arraes: política, exílio e militância

Greyce Falcão do Nascimento

8 **206**

40 anos do caso Miracapillo: jugos da Ditadura Militar de 1964 em Pernambuco

José Artur Tavares de Brito

9 **229**

Os desvios da casa de carneiro vilela: a colaboração da academia pernambucana de letras e dos seus acadêmicos com as políticas culturais da ditadura civil-militar em Pernambuco (1964-1985)

Leandro Patrício da Silva

Parte 3
Lutas e propostas de nova ordem social

10 **263**

A militância política das mulheres integralistas de Pernambuco

Helisangela Maria Andrade Ferreira

11 **286**

De Pernambuco para o mundo: Dom Helder Camara e a luta por justiça e paz

Newton Darwin de Andrade Cabral
Cícero Williams da Silva

12 **308**

A disputa e a reversão das palavras como estratégias de resistência das ligas camponesas

Reginaldo José da Silva
André Gustavo Ferreira da Silva

Parte 4
Educação: movimentos sociais e políticas públicas

13 **329**

Representando a moderna caridade: a instituição dos salesianos no Recife (1892-1906)

André Gustavo Ferreira da Silva
Erika Ferrez Araújo
Jaqueline Calixto dos Santos

14 **352**

O instituto de educação de Pernambuco: expressão arquitetônica da escola nova

Talita Maria Soares da Silva

15 **375**

Movimentos “de” e “para” a educação popular: Pernambuco nos primeiros anos da década de 1960

Alessandra Maria dos Santos
André Gustavo Ferreira da Silva

16 **398**

“A UNE somos nós, nossa força e nossa voz”: a participação dos estudantes pernambucanos na reconstrução da entidade

Thiago Nunes Soares

17 **414**

Trabalhadores e trabalhadoras em educação da rede pública estadual de Pernambuco: experiências e lutas

Max Rodolfo Roque da Silva

18 **435**

Mudanças nos conceitos e nas práticas das políticas educacionais em Pernambuco

Silvânia de Jesus Pina dos Santos

Parte 5
Arte, cultura e criminalidade

19 **455**

Recife do *football*: o ano de 1915

Rodrigo Carrapatoso de Lima

20 **468**

Uma história do cinema sonoro em Pernambuco: transformações culturais e políticas

Arthur Gustavo Lira do Nascimento

21 **497**

A feira, o folheto e o poeta: um casamento de histórias! O espaço de encontros e despedidas na trajetória do tempo

Geovanni Gomes Cabral

22

522

Das ruas aos palcos: o processo de espetacularização da ciranda no Estado de Pernambuco (1960-1980)

Bruno Geremias Bomfim de Oliveira

23

558

Casa de cultura do Recife: um espaço em disputa

Rosely Tavares de Souza

24

590

Histórias de vida, atores plurais e *relatos sociológicos* do Maracatu de Baque Solto (Zona da Mata Norte/PE)

José Roberto Sena

25

618

Francisco Brennand: arte, política e censura no projeto “Coluna de cristal”

José Bezerra de Brito Neto

26

636

“Eles ganham milhões no mundo do vício”: os reis da maconha de Pernambuco

Stênio Ricardo Carvalho dos Santos

Prefácio

*Giselda Brito Silva*¹

A obra “*História de Pernambuco: novas abordagens. Volume II – República*”, chega às mãos dos leitores como uma coletânea que trata da historiografia pernambucana. Contudo, à medida que se vai lendo os capítulos, distribuídos em cinco partes, o leitor logo percebe que se trata de uma contribuição à historiografia brasileira.

Uma das maiores contribuições da obra está na diversidade de temas e abordagens que tratam da História da República brasileira e na pluralidade de dimensões e domínios que representam estudos e pesquisas do campo da ciência histórica, porque contempla temas da: história cultural, história política, história social, história religiosa, história da imprensa, histórias das mulheres, história dos intelectuais, história das comunidades rurais, do espaço urbano, história e memória política, história dos movimentos sociais e políticos, história do futebol, história da arte, história do crime e dos vícios, história das ideias e do pensamento e até história dos sentimentos e do amor ao outro.

Outra característica da obra que a torna muito rica, enquanto produção historiográfica, é o fato de grande parte de seus autores estarem posicionados em diferentes dimensões e domínios da história de Pernambuco, mas terem tido experiências e condições de estudos e pesquisas partilhadas, socializadas, vivenciadas sob grande harmonia de ideias e de visões de mundo. A maioria deles são provenientes do mesmo

¹ Docente Titular do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (DEHIST/UFRPE).

ambiente acadêmico. Outros são de instituições parceiras próximas. Todos situados na realidade histórica de Pernambuco, tendo convivido o cotidiano da pesquisa num clima de relações colaborativas, estabelecendo amplo diálogo, amizade e interlocuções. Trata-se, portanto, de um grupo de pesquisadores com alto senso ético, de respeito e de amor ao trabalho do outro, caracterizando o perfil de uma obra coletiva.

Chamo a atenção do leitor para outro perfil dos autores(as). Todos eles são estudiosos(as) e pesquisadores(as) da história pelos(as) quais tenho o maior respeito acadêmico, gratidão e orgulho de ter tido a oportunidade de estabelecer grandes diálogos históricos com eles e com elas, em algum momento de minha vida acadêmica. Trata-se de autores(as) que têm dedicado a vida aos estudos da história de Pernambuco, alguns recentes pesquisadores, outros que vêm se dedicando há mais de vinte anos aos estudos históricos em nosso estado, tem aqueles que acompanhei muito de perto sua dedicação e evolução acadêmica entre a Graduação e a Pós-Graduação, sendo testemunha direta de suas dedicações à pesquisa e de suas integrações no mercado de trabalho. Desta forma, estamos certa do rigor e critério científico com que tratam os temas da nossa história, conforme poderão conferir com a leitura dessa grandiosa obra. Esta proximidade me permite afirmar e ter a certeza da seriedade de seus estudos, dos seus comprometimentos com a formação da cidadania e da humanização de nossa sociedade, duas funções essenciais da história em nosso tempo presente. E aqueles(as) que não conhecia pessoalmente, passei a conhecer pela sua escrita da história, pela sua visão de história e de mundo, dada sua grande contribuição à obra.

O leitor vai poder conferir o que destacamos dos(as) autores(as). Terá grata satisfação em conhecer detalhes de nossa história, a pluralidade e a diversidade de eventos que colocam a história de Pernambuco como fundamental para se compreender a história do Brasil, particularmente

acerca dos eventos do longo século XX, pela atualidade de alguns dos seus temas. Isso se observa capítulo a capítulo, quando o leitor vai percebendo pontos em comum aos autores(as), tais como: o amor ao Ofício da Ciência Histórica; a capacidade de elaborar uma estética na Escrita da História que dê conta de um diálogo harmonioso entre a linguagem do passado e a linguagem do presente, permitindo a compreensão de eventos passado sob outros códigos de valores e práticas políticas, culturais, econômicas e sociais; e, a atualidade de temas-problemas de nossa sociedade, que provocam os(as) historiadores(as) a ir procuraram no passado as razões de suas existenciais e permanências ainda como temas-problemas em nossos dias.

Destaco, por fim, o fato de todos os trabalhos que compõem a obra serem resultados de pesquisas institucionalizadas e aprovadas em banca avaliadoras, compostas por membros especialistas nos temas tratados na área da História. Este é um fato de suma importância porque autoriza, legítima, os autores a tratar dos temas que tratam e da forma como abordam os eventos, porque se submeteram à análise do rigor do trabalho historiográfico que ora compartilham conosco.

Antes de adentrar nas considerações sobre o conteúdo dos capítulos, desta obra historiográfica de Pernambuco, convém uma dica aos leitores: as coletâneas foram organizadas para reunir numa mesma obra um grande número de trabalhos, que devem ser socializados ao público em geral. A meta é viabilizar a circulação de um número relativo de trabalhos acadêmicos, que compartilham temas e perspectivas historiográficas sobre uma mesma espacialidade por diferentes posições e lugares enunciativos. Sua leitura, por outro lado, não depende da ordem dos capítulos, podendo o leitor se sentir bem à vontade para ler um tema ou outro, na ordem de seu interesse.

Feitas estas considerações iniciais, partimos agora para comentar o formato e a organização da coletânea. Já no sumário, o leitor tem uma boa dimensão do conteúdo da obra. Podemos, a título de dar um panorama dos conteúdos, dizer que três perspectivas historiográficas se sobressaem no conjunto da obra, interligando os temas abordados e representando a complexidade da história de Pernambuco: uma perspectiva historiográfica das práticas políticas, uma das práticas sociais e outra das práticas culturais, sem que uma seja isolada da outra, havendo interligação entre elas.

Na Parte I, os temas tratados contemplam algumas práticas políticas que a historiografia define como *práticas políticas autoritárias*, em decorrência do perfil assumido pelo Estado em relação à forma de governabilidade organizada por práticas de vigilância, supressão e controle dos direitos dos cidadãos. Os capítulos desta Parte tratam principalmente da institucionalização do controle político e social, organizados nos espaços policiaiscos, nos espaços de moraria, na rua e nas prisões. Trata-se de uma parte muito densa da obra, formada por capítulos da história do cotidiano das lutas pela sobrevivência e da ordem das instituições. São capítulos ricos de detalhes das práticas policiaiscas e do controle social, que nos permite conhecer um dos períodos mais difíceis de nossa história, acrescido de uma história da pobreza daqueles que moravam à beira do Capibaribe e nas zonas de alagados. Mas, também apresenta um capítulo que conta a história da imprensa de Pernambuco na década de 1920, a partir dos registros de funcionários do Diário de Pernambuco, proporcionado desta forma uma parte da obra de muita riqueza histórica, porque contempla o campo político, social e cultural.

A Parte II elege um tema central, “Ditadura Militar”, que caracteriza um daqueles temas-problemas que liga nosso presente ao passado, dado que este passado ainda não passou, particularmente para aquelas famílias

que até hoje procuram por informações de seus entes queridos desaparecidos sob situações ainda não esclarecidas pelo Estado, sob a incredulidade de assistir passeatas de saudosistas, pedindo a “volta do regime militar”, declarando total desprezo pela democracia e pela memória daqueles que pagaram o preço bem alto durante o regime. Toda sociedade pagou o preço, mesmo aqueles que se mostram saudosistas ou aqueles que se aventuraram por um regime, desconhecendo suas táticas e estratégias de ação. É importante perceber que a Lei de Segurança Nacional não enquadrava somente os adversários do regime, qualquer um podia ser réu, bastando para isso discordar, questionar. Aprofundem esta parte de nossa história para fortalecer nossa cidadania, nossa democracia. Até os que vão em passeatas, livremente, pedir a volta de um regime militar vão descobrir, ao ler estes capítulos, que só fazem isso porque estão sob uma democracia.

Os capítulos desta parte são, portanto, de suma importância para que se possa compreender melhor a complexidade de nossa história política. Nestes capítulos, os leitores encontraram fragmentos da memória política destes “tempos de chumbo”, vão poder conhecer a vida e luta de Gregório Bezerra e de Mércia Albuquerque. É um momento importante para refletirmos o porquê e as consequências do ódio à democracia; de conhecer as lutas trabalhistas, a atuação do sindicalismo rural, os procedimentos e encaminhamentos dos processos trabalhistas na área rural, os enfrentamentos, a violência das lutas do campo sob a ditadura militar. Neste capítulo há referenciais importantes para se compreender o que mudamos, o que permanece, o que avançamos ou recuamos? No âmbito das biografias, temos nesta parte, um capítulo sobre a trajetória de Miguel Arraes, um dos líderes políticos do estado de Pernambuco. Trata-se de um capítulo importante para se compreender sua atuação no Governo do estado em começos dos anos 1990, e relacionar com seu histórico de lutas.

Outro tema importante é a história do padre Vito Miracapillo, porque nos dá a dimensão das práticas políticas da ditadura militar no setor rural, enquadrando-se qualquer um que interfira no regime, a exemplo do padre que ganha um “processo judicial que lhe impõe a saída do Brasil, ainda que tenha se tornado alvo do regime por ter atuado junto aos pobres.

O período militar é um dos tempos históricos mais complexos de nossa história, com muitos eventos ainda por serem estudados ou revistas suas abordagens sob novas questões provocadas pelo nosso tempo presente. Vejam o caso dos ambientes intelectuais, no capítulo que trata da Academia Pernambucana de Letras (APL) podemos conhecer a mudança de perfil de seus membros, a queda dos progressistas e a ascensão dos defensores do conservadorismo, a aproximação dos intelectuais com os militares do regime. Trata-se de um capítulo muito importante para compreensão de personalidades do Estado e do jogo político do poder neste período, envolvendo alguns intelectuais que são conhecidos como personalidades pensantes de nossa sociedade, caracterizando práticas políticas ditatoriais interligadas às práticas culturais e a produção nas instituições intelectuais.

A Parte III, continua tratando de questões das práticas políticas, abordando aspectos da participação das mulheres no conhecido movimento de direita do Brasil dos anos 1930-40: as Mulheres da Ação Integralista Brasileira (AIB). O capítulo é fundamental para se compreender o lugar social e político das mulheres na sociedade pernambucana na primeira metade do século XX.

No tema seguinte, saímos do domínio da história das mulheres para contemplar a figura de Dom Helder Camara. O enfoque, contudo, permanece no campo da história social e das lutas contra a violência e a busca da promoção da paz, em tempos da Guerra Fria, a partir de um estudo da trajetória e dos posicionamentos políticos de Dom Helder, e suas

lutas por justiça social. O capítulo constitui, portanto, uma parte de nossa cultura religiosa e suas relações com o ambiente político e social. Ainda no campo das lutas sociais, também envolvendo os problemas da Guerra Fria, temos o capítulo seguinte que trata das “Ligas Camponesas” no Engenho Galiléia, situado na época em Vitória de Santo Antão, Zona da Mata de Pernambuco. O texto aborda as questões da memória política da violência no campo, a cultura extensiva da Cana e os problemas de terra daí decorrente, envolvendo a intolerância contra a luta pelos direitos dos trabalhadores do campo.

Na Parte IV, a obra reúne trabalhos sobre as políticas públicas em torno da educação com apoio de pesquisadores da UFPE e colegas da Rede Pública de Ensino Básico. Inicialmente temos o capítulo que trata da instituição dos salesianos no Recife. Trata-se de uma parte de nossa história da educação, sob uma ordem religiosa. Inicialmente, conta-se que a instituição tinha como meta um trabalho junto a crianças órfãos em situação de vulnerabilidade e desamparo, formando o propósito de Dom Bosco. Contudo, ao se instalar na capital recifense, a ordem atende alunos de formas diferenciadas, conforme vão poder conferir nas leituras.

Na sequência, o leitor encontra a história do Instituto de Educação de Pernambuco (IEP), nos anos 1950. Nesta parte da obra, temos uma história da construção de uma das instituições de ensino mais importantes de Pernambuco a implantação de novas diretrizes educacionais com base no escolanovismo. Outro tema interligado à história da educação em Pernambuco é o capítulo que trata dos Movimento de Educação Popular, nos anos 1960. Nesta parte da obra, temos uma história social e cultural da educação, das lutas contra o analfabetismo, promoção da educação de jovens e adultos e de populares.

Em seguida, temos outro texto que aborda o movimento estudantil, enfocando a União Nacional dos Estudantes (UNE), no ambiente da

política da ditadura e de repressão nas instituições de ensino. O penúltimo capítulo, nesta parte da obra, trata da organização dos trabalhadores e trabalhadoras da educação na rede pública estadual, na década de 1980, e as pautas de reivindicações que orientaram a luta de trabalhistas da educação, através da Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE). Na sequência, temos um debate sobre as ações, programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria Estadual de Educação, através de um Programa de Modernização da Gestão Pública do Estado de Pernambuco (PMGP/PE) proposto pelos Governos de Eduardo Campo, entre 2007-2014.

O campo da história cultural é central na parte final da obra, a Parte V, intitulada Arte, Cultura e Criminalidade. O tema de abertura é uma história das práticas esportivas e do futebol, atividade que é parte da história pernambucana. Nela, o leitor encontra dados sobre os primeiros anos do futebol na cidade do Recife, as condições de participação dos jovens e suas dificuldades.

O capítulo seguinte trata do cinema sonoro de Pernambuco, na década de 1920, com uma descrição das primeiras salas, dos expectadores, dos temas e da repercussão cultural que adquiriam na promoção da modernidade do Recife. Em seguida vem um texto que trata da feira livre enquanto espaço de divulgação cultural, da literatura e da poesia de José Costa Leite. Nesta mesma linha da história cultural, temos um texto homenageando a ciranda no estado, como representação de nossas manifestações folclóricas. Trata-se de um texto escrito por uma estética musical, que acompanha as narrativas que descrevem esta dança tão coletiva e de grande impacto cultural. Em seguida, temos um texto sobre a transformação da Casa da Cultura de espaço prisional para manifestação cultural e polo artesanal. E, como não poderia deixar de faltar na história

de Pernambuco, na sequência temos um texto sobre a história do Maracatu Baque Solto, da Zona da Mata Norte de Pernambuco.

Nesta parte da obra, temos uma história muito triste e ao mesmo tempo muito bonita de Maria José, que nos conta sua luta e resistência, de reviravoltas dentro do Maracatu, por meio de entrevista ao autor. Um penúltimo texto trata das construções políticas e culturais presentes na obra do artista plástico Francisco Brennand, a partir do famoso projeto “Coluna de Cristal”, idealizado em “homenagem” aos 500 anos da invasão do Brasil pelos colonizadores portugueses, e que causa várias polêmicas na Prefeitura da Cidade do Recife, por questões que vale a pena conhecer. Trata-se de uma história que vai da cerâmica à censura. E, por último, temos o capítulo “Dos reis da maconha de Pernambuco”, entre os campos da história política, cultural e social.

É de fato uma obra densa, imperdível, uma historiografia pernambucana plural!

Parte 1

O Estado autoritário e relações de gênero a partir de 1930

A DOPS-PE: o combate permanente ao comunismo de 1930-1945

*Marcília Gama da Silva*¹

Introdução

O artigo busca analisar as estratégias de intervenção do Estado autoritário junto à sociedade através da atuação da Delegacia de Ordem Política e Social – D.O.P.S., no período de 1930-1945. Ao definir como prioridade o controle do social, o Estado acaba por adotar práticas repressivas em sua tarefa de manter a ordem, elegendo como alvo principal desse combate – o Comunismo. Assim, busca-se entender como se origina o combate ao comunismo em Pernambuco, direcionado aos que comungassem de ideias consideradas subversivas, institucionalizando a vigilância, a investigação, controles múltiplos e o monitoramento permanente da sociedade, com medidas jurídico-administrativas, num cenário em que os conflitos, as contradições, a resistência e a manifestação de segmentos polarizados, coexistem num terreno de disputa, duelos surdos e explícitos, camuflado por interesses opostos numa batalha onde tudo é permitido.

A opção pelo tema deste artigo, surgiu do interesse em compreender o contexto em que se origina formações discursivas de combate as ideias de “esquerdas”, especialmente “comunista” e que encontra reminiscência

¹ Doutora em História e Especialista em Arquivologia. Profa. Associada do Departamento de História da UFRPE. Autora do Livro: Informação Repressão e Memória: A construção do Estado de Exceção no Brasil na Perspectiva do DOPS-PE de 1964-1985. Editora Universitária da UFPE, 2014. E um dos Orgs. Coletânea Pernambuco na Mira do Golpe de 1964-1985. Editora Fi, Porto Alegre, 2021, disponível gratuitamente em <https://www.editorafi.org/059golpe>. Lattes. CV: <http://lattes.cnpq.br/0090863442089957>. E-mail: marciliagama@yahoo.com.br

no cenário político-social da atualidade, sobretudo de 2018-2021, em que os ânimos e discursos exacerbados de combate ao comunismo, voltam à tona com toda a força no cenário político nacional, sendo um dos fatores de polarização na sociedade brasileira na atualidade, capaz de promover uma fratura na ordem democrática vigente, impulsionando o surgimento de ideias extremistas de direita, promovendo uma inimaginável alteridade política, que pegou desavisado parte significativa da sociedade e de integrantes de diferentes partidos de oposição. O estilo de negação aos ícones democráticos, a crescente truculência nos discursos e práticas embasam a nova ordem, abrindo a perspectiva de aprofundamento das discussões em torno da matriz das turbulências que se vive no Brasil.

A criação da polícia política - o DOPS de 1935-1945

Para compreender o papel da Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS-PE é necessário voltarmos no tempo, nos idos da Era Vargas, precisamente em 23 de dezembro de 1935, quando pela Lei nº 71, foi criada a polícia política de Pernambuco, pensada aos moldes das polícias secretas de Adolf Hitler e Benito Mussolini, que tinham como objetivo, promover a vigilância implacável junto a sociedade e coibir as manifestações contrárias ao regime, antes que acontecessem.

No Brasil, o projeto de governo pensado para o país fez com que Getúlio Vargas operasse uma estratégia, a fim de preventivamente, promover o controle e a ordem, condição necessária para que seu projeto de governabilidade lograsse êxito e possibilitasse a criação da indústria de base, mote do modelo de desenvolvimento nacional baseado na abertura as multinacionais a ao capital estrangeiro.

Como polícia política, tinha por funções proceder a inquérito sobre crime contra a ordem política e social e combater o comunismo. A ideia de combate ao comunismo estava na pauta de prioridades do governo, pois

se acreditava que o motivo da agitação da classe trabalhadora, das greves e da sublevação à ordem, que colocava em risco a governabilidade e a efetivação do programa de desenvolvimento para o país, seriam as ideias que chegavam ao conhecimento da classe trabalhadora urbana e era considerada, na leitura da pesquisadora Maria Luiza Tucci Carneiro (2002), como “perigosas”, porque colocava em risco o projeto de governo para o país alinhado ao capital internacional, base da industrialização em perfis mais arrojados, opção que o governo Vargas apostava, porque acreditava ser a via que tiraria o Brasil do “agrarismo”, que para os ideólogos do regime varguista, traduzia-se no maior desafio.

Como polícia investigativa, a Delegacia era responsável por monitorar o tecido social, em busca das ideias e comportamentos desviantes ao que era propagado como ideário de “ordem” pelo governo. Assim, coube ao órgão policial, a tarefa de monitorar permanentemente a sociedade em busca do “indivíduo transgressor”, nessa tarefa, a Delegacia recolhe/produz expressiva massa documental, que serve de prova da existência do crime político / do crime de subversão ao instituído. No lastro desse rico material arquivístico que iremos ancorar nossa análise.

Os primeiros contatos com a documentação da extinta Delegacia de Ordem Política e Social – D.O.P.S., nos idos de 1991, aconteceram durante o trabalho de recolhimento da documentação dos porões da Secretaria de Segurança Pública para o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Naquele processo, pudemos compreender a dimensão daquele acervo, na medida em que preenchíamos os requisitos arquivísticos de transferência de custódia do acervo do órgão produtor, para o órgão receptor. Parte expressiva do repositório policialesco remetia ao comunismo ou tinha aproximação direta ou indireta com o assunto. Coletânea de jornais, fotos, cartazes, livros, relatórios, pastas e mais pastas de prontuários individuais e funcionais que tratavam do tema, que juntamente com a legislação,

vamos nos debruçar, com vistas a fornecer elementos para compreensão da práxis policial junto à sociedade.

Para compreender a genealogia desse comportamento, faz necessário retomarmos o contexto histórico que deu origem a Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS-PE, polícia especializada em coibir os crimes políticos e o comunismo, pensada aos moldes das polícias secretas nazi-fasci, que tinham como objetivo promover a vigilância e o controle junto à sociedade, a fim de coibir os comportamentos “desviantes” ou que colocasse em risco a ordem política.

No Brasil, o projeto de governo pensado para o país fez com que Getúlio Vargas operasse uma estratégia autoritária, de controle preventivo, a fim de garantir a ordem, condição necessária para que seu projeto de governabilidade lograsse êxito e possibilitasse a criação da indústria de base (metalurgia; energia; siderurgia e aço) mote do desenvolvimento nacional.

O ano de 1930 marcou a redefinição do poder, antes representada pela elite “café com leite”, promoveu a deposição de Washington Luiz, impediu a posse de Júlio Prestes, colocou Vargas no poder e, uma vez nele, o visionário Vargas inaugurará um estilo, uma forma de governo, baseado no autoritarismo, associado às práticas populistas, no objetivo de angariar o apoio dos segmentos civis e militares, na consolidação da nova ordem, que tinha por objetivo: “reintegrar à nação na posse de si mesma, libertando-a dos entraves de um regime político, que lhe tolhia os movimentos (...)”²

Com o acirramento das críticas ao novo regime instalado em 1930 e a agitação social demonstradas com protestos, greves e tentativas de

² APEJE. Fundo: SDI – Seção de Documentos Impressos. In, Coleção Especial. Imprensa Oficial, 1941, p.04. Discurso pronunciado, em Pernambuco, pelo Prof. Andrade Bezerra, no dia 18/10/1940, por ocasião da chegada à Recife de Getúlio Vargas em comemoração aos 10 anos da Revolução de 30.

sublevação à nova ordem, a pressão em torno da nova constituição em 1932, que faz Vargas criar em 1934, a nova carta constitucional para o país, em resposta a pressão dos proprietários dos cafezais paulistas. De toda natureza, verifica-se a reação ao governo Vargas, que se aprofunda, de um lado com o avanço do Integralismo e do outro com o Movimento Extremista de 1935, que vai exigir medidas enérgicas por parte do governo como a decretação da Lei de Segurança Nacional e a criação de órgãos de caráter repressivo. As razões para tal procedimento do Estado estão muito bem comentadas no documento abaixo:

Diante das últimas greves decretadas na cidade, a princípio como pretensos protestos contra a lei chamada de Segurança Nacional e posteriormente, como campanha de reivindicação – o governo do Estado torna público que nenhuma perturbação da ordem se verificará, em face das medidas que têm sido tomadas. Além de serem as mesmas greves injustificáveis, pois não se compreendem, nem a lei permite a paralisação do trabalho antes de serem conhecidas a finalidade dos movimentos e a natureza das medidas pleiteadas – está evidente a influência de elementos perturbadores por profissão ou por snobismo intelectual, com intuito de provocar agitações. Boletins distribuídos pelas ruas com apelo à luta proletária deixam à vista esse intuito, que logra esconder-se, plenamente aparelhado para defesa da ordem e conhecendo os motivos inconfessáveis dos últimos movimentos grevistas. O Governo desde já esclarece que não permitirá comícios, passeatas ou quaisquer reuniões que possam resultar intranquilidade.

Observe-se como era tratada pelo Governo a questão da greve. Ao trabalhador era eminentemente negado o direito de organizar-se por direitos previstos em lei, mas que era visto como risco a propriedade e o Estado, através do aparato que lhe conferia a lei, estando os órgãos policiais preparados para coibirem qualquer iniciativa dessa natureza. Aliás:

O operário ordeiro e consciente que, agindo pelos seus órgãos legais e pelos processos justos, sobre o empenho da administração em atender aos seus legítimos interesses, acompanha o Governo nas providências que serão enérgicas contra greves absurdas. A interferência junto aos trabalhadores de indivíduos mal intencionados e em suma, o agitacionismo de qualquer natureza.³

Os conflitos entre o capital e as forças produtivas, presentes nas relações de trabalho foram tratados no governo Vargas, tal qual o ex-presidente Washington Luis, a questão social foi tratada como “questão de polícia”, só que por um aparato mais especializado na arte de “vigiar e punir” e o fato de se referirem aos operários como “ordeiros” e “conscientes”, conclamando-os para apoiarem o Governo, representa uma tentativa de dominação ideológica que servia como manobra para controlar os levantes da classe trabalhadora, por meio da mediação dos conflitos entre patrão e empregado.

É nessa perspectiva, visando ao aparelhamento do Estado em defesa da ordem que é criada a Delegacia de Ordem Política e Social, tendo por funções:

proceder a inquéritos sobre crimes de ordem política e social; exercer medidas de polícia e controlar os serviços, cujos fins estivessem em conexão com a ordem política e social e, em 17 de dezembro de 1937, a Secretaria de Segurança Pública criou o Serviço de Repressão ao Comunismo em Pernambuco, extinto em 06 de dezembro de 1937. E na mesma data, o Interventor Federal dividiu a Delegacia de Ordem Política, tendo por função exclusiva, o Serviço de Repressão ao Comunismo; Delegacia de Ordem Social, tendo por função os Serviços de Vigilância Social” – O Decreto 361, de 16 de

³ APEJE: SDI. Seção de Documentos Impressos. Legislação Estadual de Pernambuco – Decretos, Atos – 1935-37. Imprensa Oficial. p. 8-9.

dezembro de 1934, acabou por sistematizar e regulamentar os diversos órgãos do policiamento.⁴

Como polícia política, preconizava o texto da Lei nº 71, o combate explícito ao comunismo. Assim vejamos:

O extremismo, principalmente aquele que se rotula de esquerda, foi à maior preocupação da Secretaria de Segurança nesses últimos anos. Batida em 1935, com a debelação do movimento militar que incentivava nos quartéis. A esquerda extremista novamente se infiltrou no Estado, até 1937, aproveitando-se da agitação política e do ambiente favorável à sua ação. Deu-lhe combate sem tréguas a atual administração policial que acabou por neutralizar inteiramente a sua ação criminosa.⁵

A ideia de combate ao comunismo estava na pauta de prioridades do governo, pois, acreditava-se que o motivo da agitação da classe trabalhadora, das greves e da sublevação à ordem, seriam as ideias que circulavam e suscitavam questionamentos e críticas ao governo.

Instaura-se um período de crise no interior dos segmentos de oposição, caracterizando-se em 1934 por uma série de greves nos setores básicos da sociedade (transportes, bancos e comunicações) sendo criada a Comissão de Política Popular de Inquérito, que tinha por alvo, a apuração da autoria dos crimes e violências praticados no organismo social.

O Nacionalismo e a luta contra o fascismo eram os elementos de ressonância. O Governo se posicionava diante do contexto, tomando medidas de controle e repressão, a saber – a Lei de segurança Nacional e a criação dos demais órgãos repressivos no intuito de “proteger”, blindar o regime. Os rumores de uma tomada estratégica do poder derrubando Vargas, juntamente com a ascensão da ANL – Aliança Nacional Libertadora

⁴ Idem. p.10.

⁵ Idem. p.10-12.

representou uma ameaça que irá se efetivar com o movimento extremista de 25, 26 e 27 de novembro de 1935, no Recife, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro. Veio à reação em dezembro de 1935, onde o general Góes Monteiro, aponta como saída, o golpe. Nesse contexto, é decretado o Estado de Guerra sucessivamente renovado. Verifica-se um surto de prisões, cassações de mandatos, criação de órgãos especializados na repressão. A DOPS – PE é desse período. Em 1936, o Ministério da Justiça anunciava a formação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo com a aprovação no congresso de uma lei instituindo o Tribunal de Segurança Nacional, de existência prolongada durante todo o Estado Novo.

Assim, o poder central se articula na montagem de uma estrutura estatal repressiva, aumentando a força do executivo, criando as bases do Estado autoritário, cujos nomes expoentes são: General Góes Monteiro, o novo ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra e Felinto Muller, chefe geral da Polícia do Distrito Federal. A “legitimidade” do golpe estaria condensada na Constituição autoritária de 1937.

O objetivo do Governo era liquidar com um lance decisivo, as oposições regionais e dar ao tema da ameaça comunista um novo impulso. O plano Cohen foi forjado com esse objetivo e na cúpula do exército, as dúvidas em relação a se implantar uma ditadura no país, tinham se desvanecido. Em 27 de setembro de 1937, opta-se pela implantação de um Estado autoritário, tendo por um motivo principal a ameaça comunista como justificativa ideológica para o golpe. Imediatamente, impõe-se à sociedade o Estado de Guerra⁶, com o fechamento das instituições

⁶ Situação em que uma nação, com ou sem declaração de guerra, inicia hostilidades contra outra suspendendo internamente todas as garantias constitucionais consideradas direta ou indiretamente prejudiciais à segurança nacional. Prevista em todas as constituições brasileiras, em 1935 essa situação foi equiparada, através da Emenda Constitucional nº 1, à “comoção intestina grave, com finalidades subversivas das instituições políticas e sociais”. Com essas características foi decretado o estado de guerra no país nos anos 1936-1937. Instaurado pelo Decreto nº 702, de 21 de março de 1936, com vigência inicial de 90 dias, prorrogado, entretanto até meados de junho de 1937, o

legislativas e repassa para os governadores de Estado, a tarefa de aplicar os rigores da lei que embasavam o estado de exceção, por interventores federais nos Estados de maior ebulição política, nomeados como executores do Estado de Guerra em seus territórios.

A conjuntura econômica política e social evidencia a ação dura do Governo do interventor Federal em Pernambuco, Agamenon Magalhães (1937-1945), mediante o cenário conflituoso, ele não poupa esforços de imprimir em seu governo a mais fiel tática autoritária de perseguição aos segmentos considerados suspeitos e perigosos, que inclui, além das legendas de oposição, os comunistas confessos e simpatizantes, as seitas de matriz africanas, os seguimentos indígenas e a classe trabalhadora sindicalizada e envolvida nos movimentos paredistas, além da imprensa.

Nesse sentido, vejamos o que diz um relatório divulgado em 10 de novembro de 1938, em exposição nacional sobre a Secretaria de Segurança Pública.

Seja-nos lícito salientar que os vários problemas de ordem no Estado, têm sido atacados e resolvidos com energia e a rapidez que se faziam mister. Falta de autoridade; a ação secreta da terceira internacional transformando o Estado em um dos mais fortes redutos do partido comunista; a intranquilidade e a falta de segurança no interior, com o espírito de facção, o banditismo e outras formas de atentados à população rural, esses problemas, sobretudo, exigiam solução imediata. Restaurou-se o princípio de autoridade. Os intelectuais esquerdistas, os “verdadeiros responsáveis”. (Segundo o Governo), pela agitação vermelha, passaram a receber a repressão devida. Processados e condenados, muitos pelo Tribunal de Segurança Nacional, trataram outros de abandonar o Estado, tiveram circulação proibida, por outro lado, todas as publicações suspeitas. Com essas medidas e uma intensa vigilância, que não sofreu nem sofrerá solução de continuidade, está Pernambuco reabilitado da

estado de guerra voltou a ser implantado em 2 de outubro de 1937, pelo Decreto nº 2.005, vigorando até 10 de novembro do mesmo ano, quando foi decretado o Estado Novo.

pecha de grande foco vermelho. Cessaram até os derrames semanais de boletins subversivos (desde o 1 de maio do ano findo que não surge um só boletim comunista entre nós) e a chamada agitação mural, outrora tão frequente (...)⁷.

Observe-se, no teor dessas primeiras linhas, como a ação do Governo foi implacável, desbaratando o movimento comunista no Estado. Nessa perspectiva, a polícia, através de seus órgãos de Segurança e Repressão, desempenhou um papel fundamental, assim vejamos:

A organização policial que encontramos não poderia subsistir. O sistema de polícia judiciária continuava ineficaz. Faltava a segurança pessoal e da propriedade, mostrando-se o aparelho repressor impotente para deter a ascensão das relações antissociais, em todas as suas forças. Tínhamos de adotar uma ação decisiva e enérgica contra as devastações do nosso patrimônio moral, contra os atentados às nossas instituições, contra, enfim, toda forma de solapamento dos bens e das garantias sociais, dentro do espírito da constituição de 10 de novembro. Iniciou-se essa tarefa eficazmente, dando-se nova orientação à organização policial e ativando-se as medidas de proteção à sociedade. Compreendem-se, dessa parte, as seguintes medidas promovidas pela atual administração policial:

A criação de uma Delegacia Auxiliar e uma de Investigação e Capturas, em substituição as duas Delegacias Auxiliares pré-existentes e à Secção de Investigações;

Extinção da Delegacia Auxiliar, criada pelo Decreto nº 32 de 06 de janeiro de 1928, da delegacia do 3 Distrito da Capital e da Inspetoria Geral do Tráfego Público e da Guarda Civil e de uma Delegacia de Trânsito e outra de Vigilância Geral e Costumes.⁸

⁷ APEJE, SDI - Serviço de Documentos Impressos. APEJE - S.D.I - Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República em virtude do art. 46 do decreto Lei Federal nº. 1202. Agamenon Magalhães - Interventor Federal. Imprensa Oficial - Recife - 1940. p. 137

⁸ Idem. p. 138

Quanto à questão da ameaça comunista nos quartéis, que eram vistos como alvo importante de recrutamento de novos aliados ao movimento revolucionário, em princípio, por causa da disciplina, característica importante defendida nos meios comunistas para se chegar a uma resolução. Além do que, conseguir o apoio no reduto militar na perspectiva revolucionária comunista, era algo estrategicamente válido, sobretudo pelo acesso ao arsenal de armas e munições e veículos pesados. Daí, a cooptação e participação de efetivos militares em movimentos como o de 1935.

Com destaque aparece mais de uma vez no relatório apresentado por Agamenon Magalhães, a questão “da ação perniciosa das esquerdas” como elemento fundamental na preocupação da elite governamental. Pernambuco aparece como núcleo revolucionário, assim veja: – “Entre nós, por excelência, porque ninguém o ignora, Pernambuco sempre foi tido e o é, na realidade, um dos Estados do Brasil mais visados pelo komintem”.⁹

Dentre o objeto de maior preocupação policial se coloca o combate ao comunismo, que se apresentava como resistência de ponta, em todos os segmentos do social como ideologia contrária ao poder instituído, assim:

o esquerdismo está na pregação democrática dos boletins clandestinos que continuam a ser divulgados em todo país, como está na literatura pornográfica, no teatro licencioso, na influência corruptora do cinema, no nudismo das praias, em tudo isso que aos poucos vai criando um clima propício à aceitação de tão nefasta doutrina (...). Em 1935, com o programa da Aliança Nacional Libertadora, vimos como os esquerdistas aparecem dentro de um pseudo-nacionalismo que há muito iludiu. Vimo-lo depois, na fase de sucessão presidencial, num trabalho de agitação, que teria levado o país a

⁹ Idem. p.140.

acontecimentos idênticos aos que se desenrolou na Espanha, se não fora o golpe de 10 de novembro.¹⁰

A representação criada pelo poder instituído sobre o comunismo – a exemplo do que vimos e em sua ação no social, demonstra uma associação muito pertinente com relação à “liberdade”, assim como os veículos de comunicação, que influenciam e/ou deflagram componentes recriminados pelo regime.

Assim, se forjam na consciência social nacional, argumentos vindos do poder, sobre o comunismo e o que é ser comunista, que é sempre associado à baderna, balburdia, desordem, agitação, sublevação ao instituído, destruição da sociedade, da religião, fim das liberdades, subtração da propriedade e permissividade moral e corrupção dos valores e bons costumes. E, pasme a própria democracia!

O discurso do poder cria formas de comportamentos “permitidos” socialmente, delimitando não só os limites dos espaços públicos e privados, mas também a consciência. Daí a força da ideologia do sistema. Pois havia, de acordo com o Governo, uma inclinação favorável à aceitação do comunismo no país.

A circularidade de ideias continuou ainda que de forma clandestina e colocava em risco toda a estratégia de controle por parte do governo e em risco o plano de desenvolvimento para o país, a abertura para o capital estrangeiro e para as multinacionais, que de acordo com os ideólogos do regime, traduzia-se no maior desafio a ser enfrentado, a adesão da classe trabalhadora às convocações de greves, que maculavam a imagem que o governo queria passar de equilíbrio e estabilidade aos investidores, tanto na produção, como nas finanças, sinalizava como ameaça à instalação das empresas estrangeiras.

¹⁰ Idem, p. 141

Esses fatores, a crescente adesão da massa de trabalhadores ao ideário comunista, juntamente com setores intelectuais, colocava em risco a governabilidade de Getúlio Vargas. Por outro lado, o papel das oligarquias rurais que concorriam com o poder centralizado personificado na figura política de Vargas, também maculava a concepção de autoridade do governo.

A Delegacia era responsável por monitorar o tecido social, em busca das ideias e comportamentos desviantes. Sempre atenta ao que poderia ser um possível foco de resistência e organização, como as associações de bairros, religiosas, sindicais e em particular as células comunistas espalhadas por toda região metropolitana do Recife, que causava inquietação por parte do governo.

Coube ao órgão policial, a tarefa de monitorar permanentemente a sociedade em busca do chamado “indivíduo transgressor”, nessa tarefa, a Delegacia recolhe/produz expressiva massa documental, que serve de prova da existência do crime político que é, por conseguinte, o crime de subversão à ordem estabelecida.

As campanhas publicitárias de Vargas tecem a imagem do ideal de “brasileiro moderno”: limpo, ordeiro, civilizado, pacífico, produtivo, trabalhador, pró-ativo, e tecnicamente capaz, que colabora com o governo, um contraponto ao sindicalista, ao trabalhador grevista e ao militante comunista.

A atenção dada de forma insistente através de uma intensa e invasiva propaganda político-ideológica nas rádios, jornais e espaços públicos, que tinham suas fachadas, muros e postes impregnados de cartazes fixados, sobretudo em locais de grande circulação como: parques, correios, escolas, igrejas, hospitais e terminais rodoviários, adentraram por toda Era Vargas, impingindo uma marca de sua governabilidade.

A materialização das ações policiais está contida no número de pastas, com um quantitativo de documentos por assunto, das mais diferentes natureza e tipologia, como se fosse um grande “baú de recordações”, onde você encontrava de tudo, todo tipo de documento: pessoais, textuais, fotográficos; impressos, peças; recortes de jornais e uma infinidade de outros objetos que aparentemente não faziam sentido, mas que num olhar mais atento, tinha em si, uma lógica própria e um sentido. Os dossiês processos individuais ou funcionais, chamados de prontuários, tinham um significado e continha um ordenamento próprio dado pela polícia, que representava o rito de acompanhamento da pessoa investigada, produto da vigilância sobre o *corpus*.

Parte do material sobre o comunismo era fruto, no linguajar policial, de um dos “estouros” ao Comitê de Zona do partido Comunista em Casa Amarela, onde funcionava uma escola de preparação para o militante comunista, bem como, escola de alfabetização para os proletários, operários e trabalhadores com baixo nível de escolaridade, localizada no Bairro de Casa Amarela.

A apreensão do acervo foi motivo de muitos comentários e comemorações por parte dos investigadores, que se arvorava de terem feito a maior coleta de todos os tempos de farto material composto por: propagandas das mais diversas, pastas de alunos, produção didático-literária, traduções de livros russos de política e de teoria marxista dos integrantes do Comitê do Partido Comunista, além de fotografias do interior da casa e dos objetos ali expostos como: Mimeógrafo; quadros com as fotografias de Lenin, Stalin, Karl Marx, bancas de estudos, uma pequena biblioteca com títulos de “teor vermelho” “revolucionário”, além de utensílios, como copos e pratos de alumínio enumerados; talheres e um quadro de aviso com as rotinas da casa – escola comunista.

Essa apreensão policial rendeu promoções e honrarias e até foi motivo de relatório por parte dos policiais envolvidos que escreveram um livro, intitulado: Aspectos do Comunismo em Pernambuco, escritos pelos agentes João Roma e Arnaldo da Costa Lima, ano de publicação, 1975¹¹, investigadores estes, que serão mais tarde, delegados de polícia do DOPS-PE, sendo inclusive, acusados de atroztes torturadores ou simpatizantes da prática, denúncia feita por presos políticos, considerados por eles, como “elementos do credo vermelho”, presos na sua jurisdição. Tendo o João Roma, recebido a alcunha de “*Diabo Louro*” devido às práticas cruéis de interrogatório a que submetia os presos políticos.

Neste trecho do relatório da Secretaria de Segurança Pública, temos a dimensão adquirida pelo aparato policial a partir de 1937, onde se ressalta a nova organização dada à questão da Segurança no Estado. Assim vejamos:

Nova orientação à organização policial sobreveio o golpe de 10 de novembro de 1937, com ele a nova constituição, propiciando, por meios hábeis, uma ação decisiva e enérgica contra as devastações do nosso patrimônio moral, contra os atentados às nossas instituições, contra, enfim, toda forma de solapamento dos bens e das garantias sociais. Iniciou-se essa tarefa eficazmente com o advento do Estado Novo, dando-se nova orientação à organização policial e ativando-se as medidas de proteção à sociedade. Compreendem-se nesta parte as seguintes medidas promovidas pela atual administração policial:

- a) Criação de uma Delegacia Auxiliar e uma de Investigação e Capturas em substituição às duas delegacias auxiliares pré-existentes e a Secção de Investigação (Decreto N 32, de 6 de janeiro de 1938);
- b) Extinção da Delegacia Auxiliar, criada pelo (Decreto nº 32, de 6 de janeiro de 1938), da Delegacia do 3º Distrito da Capital e da Inspetoria Geral do Tráfego Público e da Guarda Civil e a criação de uma Delegacia de trânsito e

¹¹ APEJE - S.D.I Serviço de Documentos Impressos. - Aspecto da atividade comunista em Pernambuco - SSP - secretaria de Segurança Pública, 2ª Edição, Recife, 1975 - trabalho apresentado à II Conferência Nacional de Polícia.

outra de Vigilância geral e Costumes (Decreto nº 262, de 19 de janeiro de 1939).

Delegacias especializadas.

(...) Com essa reforma, bem integradas nos referidos decretos, foram extintos os órgãos supérfluos e de todos os novos de um conjunto racional de atribuições, tornando a nova organização mais adequada aos seus fins. Fixou-se, além disso, um regime hierárquico conveniente com a subordinação de todos os órgãos policiais ao Secretário; estabeleceram-se normas de colaboração entre as autoridades e as atribuições dos novos delegados, corrigindo-se e estabelecendo-se, enfim, uma ordem jurisdicional apropriada ao perfeito desempenho dos serviços de segurança Pública.¹²

Com o advento do Estado Novo, temos a consolidação das medidas de segurança no que tange os serviços especializados desempenhados pelos órgãos especialmente citados, para cumprir funções preventivas de vigilância, censura e repressão, numa linha considerada “moderna” para os padrões da época, com orientação inclusive, de técnicos treinados pelos órgãos de investigação policial americano.

O aparato policial de tamanha envergadura atua na prevenção de crimes contra a ordem. Essa ordem tão comentada passa pelo controle de produção e comercialização de armas, munições e explosivos, fiscalizações nos locais considerados suspeitos, como hotéis, casas de cômodos, pensões etc., censura prévia aos meios de comunicação de massa, no objetivo expresso de cercear a propaganda contrária ao regime. Vejamos o que diz o relatório da secretaria de Segurança Pública:

“O Governo imprimiu acertadamente uma organização adequada aos serviços de polícia judiciária da capital, os quais compreendem hoje, quatro delegacias especializadas: Delegacia de Ordem Política e Social, delegacia de Investigação e Capturas, Delegacia de Trânsito e Delegacia de Vigilância Geral e Costumes,

¹² APEJE – S.D.I. – Seção de Documentos Impressos. “O Governo de Agamenon Magalhães e a Secretaria de Segurança Pública 1939. Exposição Nacional de PE – 1940 – Recife Imprensa Oficial. 1939. p.140-147.

e duas Delegacias Distritais da Capital, todas com atribuições bem definidas e peculiares à sua natureza, conforme a seguinte discriminação (...)¹³

Compete ao Delegado de Ordem Política e Social:

I - Fiscalizar a produção e comércio de armas, munições e explosivos;

II - Fiscalizar os hotéis, pensões e casas de cômodos;

III - Reprimir o porte e a posse clandestina de armas e processar as licenças para este fim;

IV - Exercer a censura prévia à imprensa e do teatro, do cinematógrafo e da rádio-difusora e proibir, quando necessário, a circulação, a difusão e a representação;

V - Promover, durante o Estado de emergência as medidas consagradas no art. 168 da Constituição Federal, a saber:

a) Detenção em edifício ou local não destinado aos réus de crime comum, desterro por outros pontos de território nacional, ou residência forçada em determinadas localidades do mesmo território, com privação de liberdade de ir e vir;

b) Censura de correspondência e de todas as comunicações orais e escritas;

c) Suspensão da liberdade de reunião;

d) Busca e apreensão em domicílio;

VI - Capturar os criminosos pronunciados ou condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional;

VII - Exercer vigilância especial para prevenir os crimes da alçada referida no inciso anterior;

VIII - Proceder a inquérito sobre:

a) Crimes contra a ordem política e social;

b) Crimes contra economia popular;

c) Contravenções de fabrico e uso de armas, sociedades secretas e uso ilegal da arte tipográfica (Cons. das leis Penais - I,III - Cap. V. VIII e IX).

Compete ao Delegado de Investigações e Capturas:

(...) VI - Proceder a inquéritos na capital:

¹³ Idem.

Crimes contra a fé pública, à Fazenda Pública, à propriedade pública e particular e a pessoa e a propriedade (Cons. Das leis penais – I, II título VI, VII, XII e XVIII)

(...) VI – Proceder a inquérito, na capital:

a) Sobre crimes contra a boa ordem e administração pública (Cons. Das Leis Penais – I, II título V). (...)

(...) O serviço de censura das casas de diversões públicas, do qual está excluída, hoje, a censura teatral e cinematográfica, que passou a ser feita na Delegacia de Ordem Política e Social é exercida por uma comissão de funcionários. (...)

- Padronização dos vencimentos e racionalização do serviço público;
- Medidas de simples prevenção social contra o espírito de facção e o Sensacionalismo da imprensa.
- Medidas de profilaxia moral e social: jogos proibidos, casas de tolerância, baixo espiritismo, decoro público, seitas africanas e práticas das ciências herméticas;
- Medidas tendentes a diminuir, na capital, os delitos ditos de sangue contra a propriedade;
- Campanha contra banditismo e repressão ao furto de animais;
- Combate sistemático ao extremismo;
- Combate sistemático ao comunismo;
- Ação policial no interior.¹⁴

O regimento interno da Secretaria de Segurança Pública durante o Governo de Agamenon Magalhães e em especial o papel do D.O.P.S., foram aqui reproduzidos, a fim de ilustrar quão complexa e ampla foram às medidas de Segurança Nacional, e à estrutura de funcionamento dos órgãos de repressão que se origina na Era Vargas, mas vai até os anos 90, do século passado, em franca atividade.

A justificativa para ação repressiva da polícia, garantia da “paz pública”, segurança das instituições, Segurança Nacional, das pessoas e da propriedade a serem protegidos da ameaça comunista.

¹⁴ APEJE – S.D.I. – Secção de Documentos Impressos. “O Governo de Agamenon Magalhães e a secretaria de Segurança Pública 1939. Exposição Nacional de PE – 1940 – Recife Imprensa Oficial. 1939. p.148

Observemos o que diz o relatório da Secretaria de Segurança no Estado:

A todas as reações anti-sociais, no Estado, opôs a Secretaria de Segurança uma **campanha sem tréguas**, reorganizando o aparelho repressor, criando ambiente favorável à paz pública e reprimindo as mais elementares manifestações de criminalidade. O combate ao extremismo foi à maior preocupação da secretaria de Segurança nesses últimos anos.¹⁵

Esse contexto impõe as seguintes indagações: Como era feito esse combate? Quais os métodos de prevenção e ação repressiva? Basicamente a Delegacia de Ordem Política e Social, para desenvolver a ação de vigilância e controle social, dependia do “**gerenciamento de informações**” no cumprimento das funções básicas de investigação, censura e repressão, de forma sistemática.

Assim, como todo órgão, ele será composto de um sistema administrativo integrado, voltado para o desempenho das atividades-meio da repartição, dos serviços relativos ao pessoal (nomeações, exonerações e propostas), comunicações, registros diversos, passaporte, registro de estrangeiro, administração criminal, arquivo criminal, receita e despesa (...), executados com a máxima precisão e boa ordem. “A forma de recolher, expedir e guardar os instrumentos da atividade funcional, tão variada e adequada à sua importância e desenvolvimento, se exerce por meio de um sistema completo de protocolos, registros e arquivos”.¹⁶

Dentre as atividades – fim da Delegacia de Ordem Política e Social tem-se: a Investigação, a Censura e a repressão, cujas definições são descritas a seguir:

¹⁵ APEJE S.D.I. Realizações do Estado Novo em Pernambuco – Recife – Imprensa Oficial - 1942

¹⁶ APEJE – S.D.I. – Seção de Documentos Impressos. “O Governo de Agamenon Magalhães e a secretaria de Segurança Pública 1939. Exposição Nacional de PE. Recife Imprensa Oficial. 1939 – PP. 01

A INVESTIGAÇÃO – Corresponde ao procedimento usado quando se apresenta a necessidade de averiguar, diagnosticar a atividade de uma entidade ou pessoa física. Conclui-se o primeiro passo que irá caracterizar ou não o comportamento suspeito e o nível de envolvimento de pessoas, igrejas, empresas, sindicatos etc., no conjunto de documentos gerados por essa prática eminentemente vigilante, estão enquadrados os prontuários ou pastas de sindicâncias de pessoas físicas ou entidades, prontuários históricos de pessoas, municípios, estados ou países. Os tipos documentais produzidos nessa etapa investigatória são: os pedidos de busca, as informações, rádio, telex, telegrama, radiograma, partes de serviços e relatórios de campana, salvo-conduto etc. A base dessa atividade está disposta em um fichário geral, contendo informações sobre a vida de pessoas, coletadas ao longo de dias, semanas ou meses, por uma ampla rede de espionagem, montadas com auxílio de agentes secretos, investigadores oficiais e colaboradores informais, que se dispunha a colaborar. A maioria dos colaboradores e informantes anônimos se deixou persuadir e muitos agiram movidos por um sentimento de obediência e colaboração à nação.

Nesse universo, há também os que se negaram a colaborar e os que omitiram a suposta culpabilidade de indivíduos implicados com a “subversão”, servindo de escudo ou álibi para os “elementos visados”.

Atrelado a isso, observa-se que nesse estágio da ação policial, vale todos os mecanismos de penetração do espaço privado, como exemplo: a prática de violação de correspondência e numa fase posterior (a partir de 64) o sistema de grampeamento de telefones, como também o uso de aparelhos de escuta num grau bem avançado da espionagem, no objetivo de coletar o maior número de informações incriminatórias, provas que sirvam para inculpar o sujeito. Em potencial, tudo serve como prova incriminatórias. Nesse sentido, vejamos o que declara Foucault: “É um

controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir”. Ou ainda: “A vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar”. Nessa perspectiva é importante destacar que a “vigilância hierarquizada, contínua e funcional faz parte do jogo do poder disciplinar” (1987, p. 164).

A segunda etapa da atividade – fim do D.O.P.S. é a chamada censura.

CENSURA – É o procedimento adotado às investigações e/ou paralelo a esta, quando se constata a existência de alguma atividade “suspeita” e/ou “subversiva”. Esta se configura no controle e supressão de liberdade às expressões, a censura aos costumes ou políticas, desde que represente alguma conotação entendida por agressão, provocação ou ameaça à ordem estabelecida, indo de encontro às normas constitucionais. Nessa fase, estão enquadrados os prontuários abertos para entidades, que se tornam alvo da investigação policial, por agregar um número grande de indivíduos e cuja atividade esteja ligada à formação de opinião. Nesse contexto, colocam-se à censura, as casas de diversões públicas, as atividades tipográficas, toda e qualquer produção intelectual, artístico-cultural que impingiam alguma crítica à ordem vigente, além da vigilância permanente às organizações fabris, sindicais, religiosas, culturais, jornalísticas e demais meios de comunicação. Com relação ao aspecto jornalístico, vejamos o que se coloca como justificativa para a censura à imprensa: “O noticiário dos crimes e suicídios era um estímulo para sua recrudência entre os fantasistas e débeis. Abolindo essa prática, coibiu-se o mal e o desvio injustificável da função pública da imprensa que é o **sensacionalismo**”.¹⁷ (grifo nosso)

¹⁷ APEJE - S.D.I. – realizações do Estado Novo em Pernambuco – Recife – Imprensa Oficial 1940.

Os casos de censura política atribuídos aos discursos, posturas, mensagens e comportamentos que incitem a sublevação da ordem instituída, seja por via oficial, através de eleições (conduta parlamentar), da tentativa de modificação da legislação, de discursos que inflamem a opinião pública, ou ainda pela via clandestina, que se constitui o alvo mais visado, por configurar-se, enquanto crítica, questionamentos e mobilizações das mais variadas formas contrárias à ordem vigente, feitas com a sutileza exigida para o momento.

Nessa categoria se encontram dispostas, por exemplo, uma infinidade de material como prova de envolvimento do indivíduo com alguma corrente ideológica que critique o sistema. As ideias representam sempre o elemento fundamental para a censura, devido à sua circularidade e amplitude de penetração no tecido social, contaminando as entranhas do regime, servindo dessa forma, como objeto de ameaça ao “status quo” existente. Ex. do tipo documental incriminatório: panfletos, charges, músicas, propagandas comunistas, cartazes, livros, filmes, peças teatrais, pichações, manifestos, etc.

A terceira e última etapa da atividade – fim do D.O.P.S. é a repressão, cuja ação se exerce de forma vigilante e disciplinar como as duas primeiras, mas adquire o requinte de punição, intensidade e crueldade, no uso da força e da tortura como prática de estímulo a delação ou confissão. Aqui definida como:

REPRESSÃO – procedimento tático da hierarquia das atividades – fim do órgão. É utilizada quando comprovada a existência da atividade subversiva da pessoa investigada ou organização. Numa perspectiva macro da repressão, ela está em toda parte, constitui-se enquanto reação extremada do poder autoritário, que respaldado na Lei, impõe normas coercitivas de controle do social, através do cerceamento da liberdade, na medida em que são impostos limites e parâmetros de convivência e

tolerância sociopolítica, na ótica dos que estão no poder, como sinal de cujas fronteiras não se deve ultrapassar. Configura-se na existência de medidas normalizadoras do corpo social, tendo na disciplina, castigos e supressão da liberdade, a base de sua efetivação. Nessa perspectiva encontra-se na estrutura social, aparelhos ideológicos reprodutores da ordem que são: a escola, a família, a religião, a política e os órgãos especializados nas práticas repressivas. Eles são responsáveis por fomentar o consenso¹⁸ e a coerção, por meio da violência ou violação, delimitando as fronteiras entre a sociedade civil e a sociedade política, enquanto expressões de poder que medeia o social. Nesse sentido, a coerção é a manifestação da interferência direta do poder no social. A dominação que se apoia tão somente nos expedientes de persuasão ideológica, mas, na violência e violação dos direitos fundamentais, inclusive direitos humanos, como mecanismo de imposição representada pelo comando dos que exercem a autoridade em diferentes instâncias.

É dessa forma, que nos governos autoritários são fechados os canais democráticos de liberdade de expressão, desmontados os equipamentos de defesa do estado de direito, criando-se normas excepcionais de conduta, baseadas no domínio extremado do medo, do silêncio, em nome da ordem e da disciplina.

No interior de um órgão voltado para repressão, os limites da lei se alteram. Ali, a partir da abertura de um inquérito, o procedimento é bastante ritualizado. Nele, vê-se reunir o exercício do poder que intimida, da experiência que assusta, da demonstração de força que ameaça, levando o acusado a confessar o crime ou “estabelecer a verdade”, que é retirada

¹⁸ A definição jurídica para o termo consenso – que é a prática da obediência transformada em adesão, assegurada por uma aceitação natural a cerca da crença e nos valores que embasam as imposições e as determinações vindas dos governantes. Ou melhor, são normas de condutas naturalmente aceitas pelo social sem que seja necessário o uso de força.

do indivíduo através do uso de procedimentos extraoficiais antes e durante o interrogatório, como instrumento de confissão de culpa.

Uma vez assumida a culpa pelo delito, constatava-se o crime e a sentença de punição, que ia desde o castigo leve, porém de forte efeito psicológico, como trancar o indivíduo em sala escura, despir o interrogado expondo-o a vexames e humilhações, o que é uma técnica aplicada para facilitar o interrogatório, pois deixa o interrogado numa posição vulnerável, facilitando a confissão. Além de torturas intensas, passando do “pau-de-arara”, aos choques elétricos, mergulho de ponta cabeça em água estagnada, fétida e suja, queimaduras (de cigarro e maçarico), mutilações e até a morte.

A função dos castigos na sala de tortura servia para facilitar a autoria do delito por parte do indiciado, que na maioria das vezes, era forçado a assinar o “termo de declaração”, sob a mais autêntica forma de coerção, levando muitas vezes à condenação do inocente. Esses castigos, ao mesmo tempo em que serviam como “estímulo” à confissão, era usado como lição, tendo por objetivo reduzir, por meio de métodos coercitivos como: chantagem, ameaças; castigos e violências múltiplas, os desvios, corrigindo o comportamento infrator, anômalo ao regime e coibindo a prática.

Os mecanismos que dão vida aos órgãos de cunho repressivo foram mantidos como tática do estado liberal-burguês. O DOPS foi extinto em março de 1990, mas suas funções e atribuições permaneceram como os serviços de “Inteligência”, representados por um sistema completo e integrado de protocolos, registros e arquivos, frutos de espionagem muito mais sofisticada, sobretudo com o advento da internet, continua operando e é acionado, assim a necessidade se apresenta.

Embora os mecanismos de repressão tenham mudado de enfoque, reduzindo a ação repressiva e ostensiva, isso não quer dizer que o trabalho

“silencioso” de investigação, de prevenção e vigilância tenha deixado de existir. Ao contrário, o Estado mantém o controle social, enquanto condição básica de proteção ao sistema.

Sobre o investigado, qualquer coisa serve como “prova” contra “ele”, e nesse aspecto, a variedade de elementos é inesgotável, complexa, e em alguns casos, um tanto risível. Nesse contexto, têm-se provas forjadas para endossar um julgamento pré-estabelecido, algumas que não dizem nada e outras que demonstram o lado “intolerante” e até certo ponto “ingênuo” e “dogmático” do sistema. Como exemplo, tem-se: rascunhos de aula sobre a Revolução Francesa servindo como prova incriminatória de um professor, “relatados de uma diligência realizada a uma célula comunista do Recife invadida pela polícia”, “comunicado do serviço de divulgação sobre “Tarzan, o invencível”, “livro de propaganda comunista”, apresentado num discurso policial como prova da astúcia comunista, reproduzido neste espaço, a título de ilustração:

Quando lançamos o grito de alarme, através dos comunistas de “defesa da mocidade”, não poderíamos supor que os acontecimentos nos ofereciam um fato concreto para demonstrar até que ponto chega à ousadia dos propagadores das doutrinas comunistas. Um dos veículos de infiltração do credo comunista, como já tivemos a oportunidade de salientar, é **o livro**. Essa arma branca que facilmente alcança o espírito, o cérebro e o coração da juventude, estava sendo manejada com perigosa habilidade pelos agentes do Komitem, que não satisfeitos com as suas tentativas contra os estudantes universitários, criminosamente lançaram o veneno de suas exóticas ideologias, no espírito indefeso dos alunos das escolas, (...) que ainda vivem em um mundo maravilhoso de Peter Pan, Robson Crusóe e Tarzan, o homem das selvas. A polícia do Distrito Federal acaba de proceder à apreensão do livro “Tarzan”. Essa notícia deverá impressionar todos os pais brasileiros que até hoje sorriam satisfeitos, vendo seus filhos absorvidos nas aventuras de seus perfeitos heróis.

Olhavam para a capa dos livros impressos em cores vivas, viam os homens das florestas, os leões, as flechas, os caçadores de feras e não mais se preocupavam...

Mas as autoridades do Estado Novo, vigilantes na tutela espiritual das crianças, futuros homens do Brasil, vão mais longe e percorrem atentas, todas as páginas desses “livros inocentes.

Tarzan. Livro de propaganda comunista?

- não, trata-se de coisa pior.¹⁹ (**grifo nosso**)

“Tarzan, o invencível, é um livro de preparação às ideias comunistas (...) Tarzan figura lendária do homem primitivo (...) oferece aos envenenadores da mocidade, uma oportunidade para agir. (...) um Romero caçador mexicano falando ao seu companheiro de expedição diz: “estou sempre desconfiado desses “camaradas” que devem tudo o que possuem ao capitalismo. De coração, eles odeiam o proletariado, justamente como nós os odiamos”. Depois entra uma pretinha, nascida nas selvas africanas, mas já entendendo muito de política e declara: “você pertence à classe dos que trabalham, e é leal para os operários de seu país. Mas aqueles que fazem parte dessa classe capitalista (...) estão vendendo a própria pátria por uns miseráveis dólares. Eu os odeio”. – “responde Romero: você é uma esplêndida vermelha Zara”. E assim continua o livro. Esses personagens na selva africana, por uma curiosa coincidência, falam russo. É preciso dizer mais? É necessário comentários?”²⁰

A história de Tarzan se coloca como um dos exemplos da propaganda ideológica disseminada pela polícia contra o comunismo e como esta, inúmeras outras aparecem no acervo, dando-nos a dimensão da manipulação ideológica da sociedade.

¹⁹APEJE, Fundo: SSP DOPS-PE. Prontuário Funcional nº 1713 – Partido Comunista. 1945.

²⁰ Idem.

Considerações finais

Debruçar sobre o tema, nos impulsiona a refletir sobre a genealogia do discurso ideológico contrário ao comunismo, ancorado nas práticas policiais de investigação, censura e repressão. O acervo DOPS-PE aponta para as táticas utilizadas para manipulação ideológica e repressiva da sociedade, a fim de afastá-la do “inimigo vermelho”, no entanto, é importante compreendermos a procedência dessas táticas e a origem do imaginário de medo que gestou a repulsa ao comunismo, base do discurso da ordem autoritária, que não admite contrários. Compreender essa história é mais do que necessário para entendermos a atuação da polícia política e seus efeitos no social e mais propriamente compreender a natureza dos discursos manipuladores e construtores dessa “ordem autoritária” no passado e no presente e saber que as semelhanças são imensas, apontam para uma formação discursiva que tem suas permanências na história da República Brasileira. O foco de nossa análise foi o DOPS em Pernambuco, mas as estratégias de intervenção no social se disseminaram no país inteiro. Revisitar o passado nos convida à reflexão e comparação das práticas de outrora, resignificadas no presente. Ligar esses fios faz-se urgente e necessário, a bem de por em risco a soberania da frágil democracia e do Estado de direito.

Referências

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Tradução de Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contrarrevolução?** São Paulo: Contexto, 1989.
- ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI & Abin: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do séc. XX**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.
- ARENDT, Hannah. **O sistema totalitário**. Lisboa: Don Quixote, 1978.

- ARGOLO, José A.; FORTUNATO, Luiz Alberto M. **Dos quartéis à espionagem**: caminhos e desvios do poder militar. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Editora da UnB, 1982.
- BERG, Creuza de Oliveira. **Mecanismos do silêncio**: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984). São Carlos: EdUFSPar, 2002.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancesco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1995. v. 2.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- CARNEIRO, Maria Luíza Tutti. **Livros Proibidos, Idéias Malditas**. O DEOPS e as Minorias Silenciadas. 2ª ed. São Paulo. Ateliê Editorial, 2002.
- CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: o Estado policial na era Vargas (1930-1945). Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, 1991.
- CANCELLI, Elizabeth **De uma sociedade policiada a um Estado policial**: o circuito de informações das polícias nos anos 30. Campinas, 2002. (Série artigos).
- CASTRO, Celso. **Os militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. Tradução de A. Veiga Filho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2000b.
- FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir**. Ed. Vozes 1987.
- PANDOLFI, Dulce Chaves (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SILVA, Marcília Gama. **O DOPS e o Estado Novo**: os bastidores da repressão em Pernambuco (1930-1945). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

SILVA, Marcília Gama. **Revista do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano**, Recife, v. 42, n. 47, dez. 1997.

SILVA, Marcília Gama. **Informação Repressão e Memória**: A construção do Estado de Exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE. 1964-1985. Editora Universitária da UFPE, 2014.

STEFHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no Regime Militar e militarização das artes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

A “masmorra estacista” dando vivas à revolução: apropriação dos discursos revolucionários da aliança liberal na casa de detenção do Recife (1930-1935)

*Aurélio de Moura Britto*¹

Introdução

A pretensão deste artigo é delimitar as contiguidades e injunções entre o contexto político da Revolução de 1930 e a vida cotidiana dos presos na Casa de Detenção Recife. Neste sentido, pretendemos escrutinar as correlações entre a conjuntura política vivenciada no Recife e a organização e luta dos presos comuns. Ao contrário do que uma leitura incauta pode sugerir, nesta instituição as dinâmicas de acomodação e conflito estavam conectadas, por diversos e complexos modais, aos eventos políticos situados além de seus muros. Adotamos como baliza cronológica os anos de 1930-1935, isto é, da intensificação da mobilização da Aliança Liberal na cidade até a transformação da instituição em Presídio Especial, quando Malvino Reis Netto, secretário da segurança pública, “resolveu transformar a Penitenciária e Detenção do Recife em Presídio Especial do Recife destinado aos detentos por crimes contra a ordem pública” (DIÁRIO DA MANHÃ. 06/12/1935, p.4.)

Deste modo, entendemos que aquela conjuntura política foi mais que um simples cenário inerte ou contexto amorfo, ao passo que erigiu uma estrutura de oportunidade política - no sentido que Sidney Tarrow (1994)

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente do curso de licenciatura plena em História da UNIVISA (Centro Universitário da Vitória de Santo Antão). Integra o Grupo de Estudos Interdisciplinar Pobreza, Trabalho e Lutas Sociais (PUPULUS) do NEEPD-UFPE. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5266624197764867>

conferiu ao termo - concorrendo para oxigenar a organização e a luta dos presos comuns. Deste modo, a instituição prisional é interpretada não como um mundo integralmente apartado, indiferente às circunstâncias e conflitos que a circundam. Ao contrário, nossa perspectiva enfatizará as diversas porosidades institucionais de onde advém uma série de reverberações políticas e sociais para o cotidiano da prisão.

Coadunamos as proposições de Michelle de Perrot quando defende que o cotidiano da prisão e a organização política dos presos podem ser influenciados pelas mobilizações políticas externas, sobretudo, em momentos de intensa agitação e ruptura da ordem social. A historiadora torna patente que “apesar, de todos os encerramentos, a prisão não é um mundo fechado e subtraído. A revolta dos homens livres estimula a dos encarcerados” (PERROT, 1988, p. 292.).

Deste modo, determinados acontecimentos sociais podem esboroar as fronteiras físicas que caracterizam a vida reclusa e influir na maneira como os sujeitos aprisionados interpretam, vivenciam e confrontam a realidade do encarceramento. Entendemos que o contexto revolucionário vivenciado na cidade do Recife suscitou a produção de diversos recursos que os presos comuns utilizaram, a partir de uma leitura seletiva e instrumental, para confrontar a ordem prisional. Antes disso, porém, convém uma breve digressão para fornecer as tendências historiográficas predominantes neste campo.

A historiografia das prisões na era Vargas

Uma característica marcante da historiografia das prisões no Brasil é seu caráter cronologicamente circunscrito visto que enfatiza, sobremaneira, o Oitocentos e poucos são os trabalhos que analisaram essas instituições no decurso do século XX.

É, absolutamente, fora de nosso propósito realizar aqui um recenseamento dos principais trabalhos que tematizam o mundo da prisão no contexto da Era Vargas dado o caráter panorâmico e a natureza deste trabalho. Para tanto, remetemos o leitor para outro trabalho (BRITTO, 2019). A ideia aqui é fornecer algumas linhas de força que, em nossa leitura, predominam neste campo de modo a dar a ver o lugar de nossas formulações.

A maior parte dos historiadores que tematizou o universo da reclusão na Era Vargas optou por abordar os presos políticos como sujeitos centrais de suas narrativas. Comumente, aparecem como vítimas da tortura desferida pelo regime varguista ou, alternativamente, como protagonistas de uma “formidável e precursora” resistência política no interior das instituições prisionais. Neste último caso, predomina o entendimento de que os presos políticos foram os verdadeiros agentes articuladores de uma organização política consciente e eficaz nos diversos cárceres nacionais.

Do ponto de vista das obras que se dedicam a estudar a prisão e a atuação dos presos durante a Era Vargas o trabalho pioneiro é a tese de doutorado de Elizabeth Cancelli intitulada *O mundo da violência: repressão e estado policial na Era Vargas* que estudou os mecanismos de controle social e a repressão política viabilizada pelo fortalecimento das instâncias policiais. No concernente ao mundo da prisão propriamente dito, objeto da reflexão de seu último capítulo, sobressai o entendimento da prisão como um local da barbárie e da tortura, símbolo de um governo autoritário. De forma que “o sistema penitenciário assumia gradualmente, depois de 1930, seu papel radicalizador [...] As prisões tornaram-se um verdadeiro inferno. Funcionavam como lugar de reclusão, suplício e dor”. (CANCELLI, 1991, p.366). Para Maria Luiza Tucci Carneiro foram perseguidos e presos, sobretudo, os “anarquistas, comunistas,

integralistas, fascistas, antifascistas, nazistas, feministas, terroristas etc.” (CARNEIRO, 2014, p. 15.).

Outra abordagem bastante comum correlaciona diretamente o encarceramento dos presos políticos, oriundos da repressão ao levante comunista de 1935, e a emergência das lutas nos cárceres da Era Vargas. Aqueles sujeitos que acabaram presos em função de suas ideologias foram capazes de se organizar politicamente em condições vis e adversas. Lutavam, sobretudo, para manter a identidade de presos políticos e auferir as prerrogativas imediatas que derivavam desta condição, afinal, não eram criminosos comuns. Suas batalhas eram, nesta acepção, pela afirmação de sua humanidade e dignidade. Na leitura de Jorge Ferreira, cujo trabalho tipifica esta abordagem, os presos comunistas forjaram, pioneiramente, diversos mecanismos de luta na medida em que “criaram formas de resistência, normas de sociabilidade e estratégias de sobrevivência”. (FERREIRA, 1994, p.124)

Ambas adotam, majoritariamente, o ano de 1935 com um marco e um ponto de partida dos trabalhos sobre as prisões na Era Vargas. Subjacente ao recorte temporal está o entendimento de que a instituição prisional passa a ser relevante enquanto objeto de análise no exato momento em que recrudescer a presença dos presos políticos entre o contingente de encarcerados. Essa data demarcaria com nitidez um ponto de inflexão na organização política dos detentos visto que teria proporcionado uma guinada, quantitativa e qualitativa, decorrente da presença massiva de militantes de esquerda na prisão. Teríamos aí um ponto de clivagem na eclosão de confrontos políticos organizados no interior dos cárceres e esses presos políticos seriam os precursores da luta na medida em que teriam sido os verdadeiros “artífices” da resistência. Admite-se, ainda que talvez de modo irrefletido, que após os episódios da repressão à “Intentona Comunista” as prisões se politizam, ou melhor, é

nesse momento que as lutas prisionais passam a desabrochar em função de um processo de politização do cárcere conduzido por militantes ideologicamente orientados. Na pena dos presos políticos consta a sugestão, que obteve impressionante guarida e ressonância no âmbito da historiografia das prisões, de que a guinada na organização política dos presos foi produzida pela chegada de um material humano de maior estirpe. Comumente sustenta-se, por um lado, que os presos comuns se portavam de modo anuente às autoridades prisionais até que os presos políticos convertessem alguns deles em sujeitos críticos do mundo e da realidade carcerária. Por outro, patente também é o entendimento de que se houve qualquer incipiente organização dos presos comuns ela foi legatária de um processo unilateral de formação política conduzida pela ação conscienciosa dos presos políticos. De modo que os embates perpetrados pelos presos comuns são apreendidos como um epifenômeno da mobilização dos militantes nas prisões do período.

Em suma, o recrudescimento da presença dos presos políticos nos cárceres nacionais a partir de 1935 – viabilizado, sobretudo, pela decretação da Lei de Segurança Nacional, a repressão à Intentona Comunista, o Estado de Sítio e a criação do Tribunal de Segurança Nacional em 1936 – teria convulsionado as principais prisões nacionais que, doravante, ter-se-iam tornado agitadas e rebeldes (PEDROSO, 2003)

Sem ter a pretensão de refutar a capacidade organizativa dos presos políticos a partir de seus “coletivos”, entendemos que se faz imprescindível adicionar algumas complicações a esta interpretação e demonstrar aquilo que nela nos parece infundado. Ao deixar nossa análise totalmente paramentada pela narração dos próprios presos políticos podemos ignorar o protagonismo político de outros sujeitos, bem como, preterir formas alternativas de expressão e confronto político existentes no mundo carcerário antes do ingresso massivo de presos políticos.

Diante da escassez ou inexistência de outras fontes, os escritos memorialísticos tornaram-se uma espécie de fonte por excelência da historiografia que versa sobre as prisões no período. Não é o caso de objetar contra o uso de memórias, suporte documental fundamental que pode e deve fornecer informações imprescindíveis. Mas é de salientar a forma acrítica que alguns historiadores têm manuseado este tipo de fonte e assumido as afirmações ali contidas como verdades irrevogáveis o que concorre para tornar suas conclusões bastante enviesadas. Vários trabalhos sobre a história das prisões na Era Vargas se limitam a extrair e coligir fragmentos dessas obras e findam por passar a impressão que basta ao historiador agrupar um conjunto de citações para mobilizar a seu favor um argumento de autoridade de quem presenciou os acontecimentos. É, portanto, esse uso superficial e cômodo das memórias de presos políticos que tem levado alguns historiadores a reiterar essa narrativa que concorre para obnubilar a presença dos presos comuns e suas multifacetadas histórias nas prisões na década de 1930. Ora, neste trabalho nossa leitura distancia-se deste entendimento e enfatiza a maneira como os presos comuns agiram politicamente tomando como elemento propulsor de suas ações as oportunidades erigidas pela ruptura institucional de 1930. Nesse sentido, diferente dos presos comunistas que pautavam suas ações de contestação em princípios racionalmente formulados “os comuns” foram pragmáticos. A partir do confinamento, elaboraram uma leitura do desenrolar do processo revolucionário e das inúmeras manifestações dos próceres da Aliança Liberal na cidade, situação que precipitou e ensejou suas formas de contestação política naqueles anos.

A campanha da aliança liberal no Recife e o sistema prisional

A coligação política conhecida como Aliança Liberal foi decorrência de uma cisão oligárquica. Divergências sucessórias entre as elites

hegemônicas no cenário nacional – paulista e mineira - permitiram que as pretensões de forças, até então, marginais pudessem emergir no jogo político e se projetar como alternativa viável. Essa situação era uma demonstração inequívoca de que os fundamentos que geriam o sistema político da Primeira República estavam seriamente desgastados, como já indicavam diversos episódios ao longo da década de 1920, dentre os quais salientamos a Reação Republicana. (FERREIRA; PINTO, 2006)

Oriunda, sobretudo, das dissidências oligárquicas do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, a Aliança Liberal investe, num primeiro momento, todas suas forças em uma massiva campanha de mobilização política do eleitorado brasileiro, do qual ainda não faziam parte as mulheres e os analfabetos. É, portanto, sob o signo do vago lema “representação e justiça” que a sua plataforma vai se estruturando. Nesse sentido, é preciso salientar que foi a partir de uma crítica estritamente contra o sistema eleitoral e o funcionamento desvirtuado das instituições políticas que a Aliança Liberal foi auferindo projeção. Suas questões centrais eram a moralização do sistema político e a integração de novas frações da elite no bojo do sistema de governo. Segundo Boris Fausto, é por isso que a Aliança Liberal é oriunda de grupos desvinculados da oligarquia cafeeira e só parcialmente incorporou as suas reivindicações econômicas. (FAUSTO, 1995)

Em Pernambuco, de uma forma geral, foi bastante significativa a penetração das ideias aliancistas junto aos segmentos populares, sobretudo, a partir da imprensa e dos comícios realizados na capital. De fato, é consenso na historiografia que a intensa participação de indivíduos populares nos conflitos da Revolução é uma das características que distinguem o caso de Pernambuco, o que não implica admitir que os seus interesses fossem norteadores daquelas ações.

Nenhum conteúdo da plataforma política oficial da Aliança Liberal que tematizasse direta ou indiretamente o mundo da prisão ou a condição de existência dos presos. Essa lacuna não significa de modo algum que em Pernambuco o cárcere esteve ausente naqueles debates inflamados que diariamente se disseminavam pelo Recife. É por meio dos debates e da intensa propaganda local que o sistema prisional e a política repressiva do governo emergem como uma senda estratégica por meio da qual poderia se operar a sua deslegitimação e, concomitantemente, promover a apologia dos aliancistas para o pleito eleitoral vindouro. Assim, em meio às acerbas disputas contra o situacionismo de Pernambuco, é justamente contra a ação policial e o funcionamento da Casa de Detenção do Recife que os argumentos mobilizados incidem majoritariamente. A ênfase recorrente nos casos – reais e fictícios – de torturas e desmandos perpetrados pela administração de Estácio Coimbra foi, sem dúvida, uma das formas mais recorrentes que os partidários da Aliança Liberal mobilizaram para sensibilizar a opinião pública no Recife e explicitar as ineficiências e arbitrariedades cometidas pelo governo.

Coube aos jornais de oposição um papel central na execução do estratagema, o que os converte em fonte privilegiada para mapear o lugar da prisão na propaganda dos aliancistas em Recife. Os jornais dos irmãos Caio e Carlos de Lima Cavalcanti – este último será nomeado interventor de Pernambuco após a vitória dos aliancistas – representavam o principal instrumento que veiculava os ataques ao governo ao passo que realizava explícita campanha em prol da bandeira aliancista. É, sobretudo, nas páginas do Diário da Manhã que encontraremos uma campanha sistemática que tinha em vista atacar o governo pelo prisma do mundo prisional. Segundo um articulista do Diário da Manhã:

A memória dos fatos está bem viva, jamais serão esquecidos como ilustração do quadriênio de arbitrariedades próximo a extinguir-se, os bárbaros espancamentos da multidão [...]. O Sr. Estácio Coimbra não subiu ao poder fazendo alarde de semelhante despotismo. As surras e prisões entraram no programa fielmente executado pelos correligionários do governo (DIÁRIO DA MANHÃ. 22/04/1930, p. 1)

Geralmente, nesses relatos que antecedem imediatamente a Revolução de 1930, a Casa de Detenção do Recife é apresentada como uma instituição de notório uso político e sua função precípua seria debelar a atuação dos adversários do governo. A temática da prisão é inserida de forma genérica e se os presos são eventualmente nomeados nestas narrativas é para ampliar a repercussão das notícias, muito em função do status social do detido. Um desses relatos dava conta da prisão de um dos “auxiliares do periódico” aliancista que nenhum crime havia cometido e ainda assim foi preso, exclusivamente, em função de não compartilhar com o regime de irregularidades vigorantes nas instituições públicas. O periódico insistia que na Casa de Detenção deveriam estar trancafiados “em vez de homens pobres e honrados” aqueles que afanavam os cofres e a moralidade pública. Sobre o repórter afirmava-se que foi:

Levado para à Casa de Detenção e recambiado para a Central de Polícia, Hamilton Ribeiro foi atirado no fundo de uma geladeira infecta. Triste sinal dos tempos, essa estúpida e covarde agressão define a que extremos de insegurança individual chegamos em Pernambuco, sob o governo tolerante e culto do Sr. Estácio Coimbra. (DIÁRIO DA MANHÃ, 01/01/ 1930, p.3)

Quando se tratava de homens oriundos das classes populares e cujo nome nada simbolizaria em nível de uma exploração política costumava-se enfatizar não a “qualidade” social ou honra do indivíduo aprisionado,

mas o destaque recaía sobre a quantidade de presos. Certa feita, o periódico denunciou justamente o papel arbitrário da prisão, pois:

Agora mesmo segundo queixas e denúncias trazidas a nossa redação há dezenas e dezenas de pessoas presas nesta capital, sem outro motivo que não o de mesquinhas vinganças. [...] Na Casa de Detenção entram e saem inúmeras pessoas arrastadas até ali para sofrer o castigo de não terem votado nos candidatos oficiais. (DIÁRIO DA MANHÃ, 22/04/ 1930, p.3)

O historiador Eric Hobsbawm certa vez sugeriu que “em tempos de revolução nada é mais poderoso do que a queda de símbolos”. (1977, p.79) Acrescentaríamos que a derrocada deles se dá, por vezes, já mediada por uma relação dialética de construção de outros. Para José Murilo de Carvalho é importante perceber que a criação de símbolos políticos e mártires está inexoravelmente associada ao “processo de heroificação” que “inclui necessariamente a transmutação da figura real, a fim de torná-la arquétipo de valores ou aspirações coletivas” (CARVALHO, 1991, p.14.)

Podemos dizer que Ulysses José dos Santos cumpriu esse papel de mártir, heroificado e fabricado pelas tensões políticas da época que antecederam a Revolução de 1930 no Recife, portanto, servindo como um símbolo na batalha narrativa empreendida pelos correligionários da Aliança Liberal em torno das explorações que envolviam as instituições prisionais e policiais do Estado. Seu nome funcionou como a própria personificação do autoritarismo do governo, sobretudo, como um mote argumentativo para tematizar as prisões arbitrárias e o regime “nefando” que, supostamente, existia nesta instituição. Sua função notória foi formar e sedimentar um consenso na população em torno da ilegitimidade do governo. Tratamos em minúcias o caso em outro trabalho. (BRITTO, 2019)

O verborrágico discurso dos aliancistas que sublinhava a existência de irregularidades na prisão da capital chegou até os presos comuns, sobretudo, por meio dos jornais que apesar de proibidos nunca deixaram de adentrar os muros da prisão. Observando e interpretando a conjuntura política da cidade, pelas estreitas fissuras que a interligava a prisão, muitos daqueles detentos julgaram que a vitória dos revolucionários poderia ser benéfica tendo em conta a ênfase discursiva que haviam conferido meses antes nos aspectos da vivência prisional. Vitorioso o movimento no Recife, não tardaria que esses presos mobilizassem parte da retórica utilizada contra o então governador Estácio Coimbra a fim de auferirem ganhos concretos.

Ecos da revolução na casa de detenção do Recife

No andamento dos conflitos armados que culminariam na vitória da Revolução, a Casa de Detenção e os seus guardas converteram-se no último núcleo de resistência militar do governo. Sabemos que naquelas circunstâncias de grande apreensão “o único ponto de resistência era a Casa de Detenção, com o ‘coronel’ Joaquim Cavalcanti à frente de seus guardas, combatendo. Lá dentro, desde julho, encontravam-se presos João Dantas e Augusto Moreira Caldas, acusado do assassinato de João Pessoa”. (CAVALCANTI, 1978, p. 85)

No momento imediato da vitória revolucionária formou-se uma multidão que tentava a todo custo invadir o estabelecimento prisional. Essa concentração de pessoas defronte à instituição estava diretamente ligada ao fato de que ali estavam presos os assassinos de João Pessoa, que a este tempo estava já envolto numa atmosfera de heroísmo e suscitava grande clamor em diversos segmentos da população. Diante da tomada da Detenção, muitos indivíduos dirigiram-se para lá a fim de impedir a fuga dos “dois assassinos”. O raciocínio de João Dantas mostrou-se correto,

pois, assim que se efetivou a tomada do poder pelos aliancistas “diante da prisão formara-se uma grande multidão reclamando os detentos, para levá-los a Paraíba, onde seriam julgados”. (SILVA, 1975, p. 55) Ambos foram encontrados mortos na enfermaria da prisão, de posse de bilhetes e comunicados que anunciavam as pretensas razões pelas quais optaram pelo suicídio, versão defendida pelos revolucionários e que na época muita controversa suscitou.

A leitura dos presos daqueles acontecimentos foi tecida, provavelmente, a partir de múltiplas circunstâncias e fatores. Parece-nos que, de um lado, a constante pregação dos periódicos sobre o caráter “odioso” dos cárceres da Casa de Detenção e, do outro, as ações imediatas do governo revolucionário, funcionaram como fundamento que balizou a percepção dos presos acerca da natureza daqueles eventos políticos e, sobretudo, das possibilidades que ofertavam.

A ocasião da queda da prisão parece ter se revestido de grande impacto para a percepção dos presos que estavam encarcerados. Ao menos, é o que deixa entrever o relato de um jornalista que esteve preso no período que antecedeu imediatamente a rendição do estabelecimento prisional. Segundo ele, era perceptível o significativo apoio que os presos emprestavam a causa da Revolução de 1930. Alguns redatores do Jornal do Recife, entre eles Pedro Lopes Júnior, foram detidos pelo delegado do 1º distrito Luiz Cabral de Mello no decorrer dos conflitos e encaminhados para o interrogatório colhido pelo inspetor Ramos de Freitas. Segundo o jornalista:

Eram 6 horas e pouco quando demos entrada na Penitenciária e Detenção. Mandaram-nos para a cela 9-2 a qual foi desocupada para nos receber. Ampla, suja, com cinco tarimbas e W.C a um dos ângulos. A luz entrava pelos gradis, ao lado. Fecharam-nos nesse cubículo todos os nove, trancando além da grade uma sólida porta de madeira, que nos isolava do resto do mundo. (...) Às 8 e

poucas ouvimos uns disparos. Eram distantes, mas foram se concentrando como se estivessem envolvendo a Detenção. E se prolongaram com intermitências. [...] Fora o fogo aumentava progressivamente. Às 20 horas entraram em ação as metralhadoras. [...] E assim, durante toda a noite, fomos tiroteiados por todos os lados. Os soldados da detenção respondiam como se estivessem poupando munição (JORNAL DO RECIFE. 07/10/1930, p.1.)

Esse entendimento não é pontual e emerge em diferentes modalidades de registros, o que robustece a asserção do jornalista. Encontraremos uma apreciação muito semelhante em uma série de reportagens intituladas “na Casa de Detenção onde sempre há novidades para reportagens interessantes” publicadas pelo jornal A Notícia que se dedicava a propalar, sob o viés da espetacularização, os “feitos” dos criminosos mais famigerados. Em uma dessas reportagens que versava sobre as façanhas do preso Francisco Xavier Pereira – de 79 anos e que há 22 era “hóspede” da instituição – o jornalista reproduziu o depoimento de um guarda que, entre outras coisas, mencionava o estado de ebulição que pôde ser constatado no interior da penitenciária quando do advento da vitória dos aliancistas. De modo bastante elucidativo, o funcionário afirmou que:

Quando rebentou a Revolução de 4 de outubro os presos botaram em polvorosa o cemitério dos vivos. Foi um verdadeiro dia de juízo. Todos os detentos participavam, em ideias, do movimento revolucionário. Assim arreventavam a grade e tudo o mais que não podia resistir aquele entusiasmo louco. E falavam em ganhar a rua. Não era possível, diziam eles, que o Brasil Novo não nos mande pra casa. “Negrada! Vamos pra casa”. Ouvindo isto, o velho Francisco Xavier largou as moletas fez-se lépido e, sem vacilações, preparou a sua mala e a rir, dando viva à Revolução, foi o primeiro que se apresentou ao chaveiro, dizendo-lhe: Já estou bom, abra essa gaiola que eu quero ir pra casa (A NOTÍCIA. 11/03/1931, p.1.)

Euforia e esperança foram, possivelmente, os sentimentos que emergiram imediatamente durante os conflitos. Outro indício da simpatia dos presos comuns pela Revolução pode ser encontrado na documentação do Conselho Penitenciário de Pernambuco. Acerca das ressonâncias imediatas da Revolução de 1930 no cotidiano da instituição prisional, Joaquim Amazonas, presidente do instituto, entendia que os detentos construíram uma leitura destoante da realidade e associavam aqueles acontecimentos com a ampliação da facilidade para obter a liberdade ou redução de suas penas. De modo elucidativo o relato de Joaquim Amazonas sugere que o otimismo dos presos com a revolução ganhou materialidade, primeiramente, numa verdadeira enxurrada de pedidos de livramento condicional. Segundo ele:

A partir de janeiro de 1931 um grande número de sentenciados, em número maior que 500, às vezes dos mais célebres e perigosos, cuidando em sua bronca imaginação que a Revolução de 1930 se fizera, principalmente, para lhes abrir as grades da prisão, entraram a requerer perdão das penas que se acham condenados. (APEJE. Impressos, Caixa 2, vol. Secretaria de Justiça. Relatório do Conselho penitenciário 1933, p. 6)

Esse entendimento deve ter sido validado ou mesmo recrudescido pelas ações imediatas da tropa paraibana responsável pela tomada da prisão. Isso porque depois de dominada e “ocupada militarmente a Penitenciária, correu a notícia entre empregados e detentos que alguns presos haviam de ser soltos, para prestar serviços à Revolução”. (MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (MJPE), 1934, p.2)

Do lado de fora do estabelecimento, no centro da cidade, sabemos que a vitória da Revolução ensejou uma intensa onda de comemorações e um verdadeiro furor que pode ser constatado nas ações dos segmentos populares. Naqueles dias foi comum a existência de diversas manifestações

populares de apoio à Revolução, assim, constantemente “formavam-se grupos de pessoas em passeata, empunhando a bandeira vermelha da Aliança Liberal, cantando o hino, percorrendo as ruas mais movimentadas do centro da cidade” (SARMENTO, 1988, p. 163) O governo provisório, por meio da emissão constante de notas oficiais, aconselhava o povo a portar-se com parcimônia e prudência, mas prisões não foram efetuadas para punir àqueles que atacavam a propriedade dos adversários políticos dos aliancistas. De forma evasiva, as autoridades recém-instituídas explicavam esse fenômeno como decorrência de uma suposta “embriaguez da vitória”.

As primeiras medidas implementadas pelo governo revolucionário de Pernambuco - que tinha como interventor federal o usineiro Carlos de Lima Cavalcanti - se encaminharam no sentido de efetivar as diretrizes do decreto que institucionalizava o Governo Provisório como um regime discricionário. De modo que ainda “existe aparente unidade enquanto se procurar liquidar os grupos situacionistas do passado. A vitória militar é uma das fases da luta, posteriormente o que aparece como básico é o programa da moralidade, de superação de ‘vícios’ anteriores etc.” (CARONE, 1976, p. 288)

No tocante à repressão e perseguição aos correligionários do governo de Estácio Coimbra, a interventoria de Pernambuco não denotou hesitação alguma em iniciar a desforra.

O caráter de retaliação aparece de maneira transparente numa nota oficial onde vemos os revolucionários instar o povo a denunciar antigas autoridades para que se procedesse à necessária punição. Nela, regulamentavam-se mecanismos formais para que a população denunciasse os desmandos cometidos pelo governo de Estácio Coimbra:

O governo de Pernambuco faz constar ao povo que é permitido a quem quer que seja representar, mediante petição dirigida ao chefe do governo executivo, denunciando abusos das autoridades do regime decaído. As representações

devem frisar com clareza: 1º- qual autoridade abusou no exercício do cargo, atentando contra a constituição, leis ou regulamentos; 2º- o abuso cometido, com todas as especificações possíveis, circunstâncias de tempo inclusive; 3º- as provas necessárias (inclusive indicação de testemunha) para a firmeza das alegações ou pelo menos um conjunto de circunstâncias lógicas capazes de gerar convicção ou, quando nada, capazes de gerar pesquisas posteriores. (DIÁRIO DA MANHÃ. 11/10/ 1930, p.3.).

Na normativa exarada pelo governo revolucionário de Pernambuco permitia-se a todos os segmentos da população peticionar ao interventor e às autoridades competentes a fim de denunciar violações de leis ou regulamentos. Conforme veremos adiante, os presos da Casa de Detenção do Recife perceberam nessa formulação uma fresta por meio da qual fariam chegar suas agendas. E mais ainda, uma série de ações concretas implementadas pelo governo foram, talvez, percebidas pelos detentos como indicativas que o governo recém-empossado abria novas possibilidades para os presos realizar seus reclamos. Algumas medidas tomadas nos dias que se seguiram a Revolução parecem ter ampliado nos presos da Casa de Detenção uma expectativa positiva acerca do governo que se instaurava. A primeira dessas ações é, sem dúvida, a busca do paradeiro de Ulysses José dos Santos, preso que havia sido deportado para Fernando de Noronha e que tinha sua localização efetiva desconhecida e bastante especulada. (BRITTO, 2019). Outra questão que deve ter sido observada com entusiasmo pelos detentos foi o encarceramento dos antigos dirigentes da chefatura de polícia: o chefe Eurico de Souza Leão e o inspetor de polícia Ramos de Freitas, autoridades que executaram pessoalmente muitas das reclusões efetivadas na época. Suas prisões relacionavam-se com o processo gerado pelo caso Ulysses José dos Santos. Ou seja, em tese, suas prisões eram decorrência das arbitrariedades que haviam praticado na condução da Secretaria de Segurança Pública.

Essa situação gerou uma onda de sarcasmos nos periódicos da cidade. Em um deles, alguém que assinava com o pseudônimo de “Sá Poty” dedicou um poema a curiosa situação:

Meus senhores, finalmente graças a Revolução, o meu grande amigo Freitas vai conhecer a prisão; do mesmo modo este Eurico que além de Souza é Leão, vai travar conhecimento com a Casa de Detenção. “Ambos os dois” valentaços, valentaços de primeira, vem a Recife conhecer a geladeira. Eurico segundo dizem anda bastante aflito temendo a delegacia lá do terceiro distrito; 106 Ramos de Freitas coitado toda noite sonha que vai para a ilha do Meio em Fernando de Noronha. Sá Poty. (JORNAL DO RECIFE. 15/11/1930, p.2)

Os presos comuns parecem ter apostados suas fichas na possibilidade de usar esse expediente para um “ajuste regular de contas” com os diretores e funcionários diretamente responsáveis pelo que entendiam como injustiças. Consideraram que aquele era o momento propício para demandar das autoridades melhorias no cotidiano da prisão. A Revolução de 1930 – e suas decorrências imediatas, na qual inscrevemos o “levante” de outubro de 1931 – é a condição conjuntural mais importante para entendermos o advento de um conjunto de denúncias e queixumes dos presos comuns.

A “masmorra estacista”: apropriação do discurso revolucionário

Em 1930, a Casa de Detenção do Recife já era septuagenária e havia se enraizado no cotidiano da cidade. A prisão surgiu em meio centro urbano e conforme crescia a cidade maior tornava-se também a proximidade da instituição com os acontecimentos. Aquela era uma instituição marcada por intensos fluxos e, não raro, as mais variadas informações rapidamente chegavam aos presos. Por outro lado, tensões vivenciadas no interior da prisão sempre eram noticiadas pelos jornais

ávidos pela exploração política, ainda que a ênfase conferida a esses episódios estivesse relacionada com a notoriedade dos agentes envolvidos.

No Regulamento vigente à época da Revolução de 1930 era patente a severa intervenção sobre a prática da escrita e do recebimento de cartas. De modo que constituía transgressão disciplinar o ato de “submeter correspondência a quem quer que seja sem o visto do subdiretor”. (APEJE, Regulamentos. Caixa 1, Volume 5. Regulamento da Casa de Detenção do Recife. 1919, capítulo XII, art. 91.)

Entretanto, a presença constante de visitantes e trabalhadores externos na Casa de Detenção, associada à exígua quantidade de guardas para supervisioná-los, era um problema de longa data. Remonta já às primeiras décadas de seu funcionamento o surgimento de uma crítica pertinaz que sublinhava os problemas advindos da sua localização nas adjacências das ruas centrais. Pelos idos de 1930 as coisas não haviam se alterado de modo substancial. Uma mirada rápida na documentação primária demonstra que os presos tinham acesso a inúmeras correspondências, bem como, as remetiam por meio de subterfúgios ardilosos. Os jornais de circulação diária e os visitantes da instituição eram, sem dúvida, os principais vetores dessas informações que chegavam aos presos. A esse respeito o presidente do Conselho Penitenciário se exasperava com o fato de constatar cotidianamente que:

Há muita liberdade, muita facilidade de comunicações entre os sentenciados e, o que não pode deixar de ser algo extremamente prejudicial, entre eles e as pessoas do exterior. Não sou partidário do extremo rigor adotado em São Paulo, em sua modelar Penitenciária, [...], mas a liberdade um pouco excessiva que se nota na Penitenciária do Recife também é muito prejudicial a reforma do caráter dos sentenciados. Conveniente, portanto, será que se restrinjam um pouco as comunicações entre os sentenciados, estabelecendo horário para elas e que entre os mesmos e as pessoas de fora da prisão sejam limitadas as com parentes mais chegados e em dias determinados [...] não podendo nem

devendo ser tão livres quanto atualmente. (APEJE. Relatório do Conselho Penitenciário de Pernambuco. Recife, Imprensa Oficial, 1929, p. 10-11.)

O verborrágico discurso dos aliancistas que sublinhava a existência de irregularidades na prisão da capital chegou até os presos comuns, sobretudo, por meio dos jornais que apesar de proibidos nunca deixaram de adentrar os muros da prisão. Observando e interpretando a conjuntura política da cidade, pelas estreitas fissuras que a interligava a prisão, muitos daqueles detentos julgaram que a vitória dos revolucionários poderia ser benéfica tendo em conta a ênfase discursiva que haviam conferido meses antes nos aspectos da vivência prisional. Vitorioso o movimento no Recife, não tardaria que esses presos mobilizassem parte da retórica utilizada contra o então governador Estácio Coimbra a fim de auferirem ganhos concretos.

O cotidiano da prisão é apresentado sob o prisma do vocabulário político empregado pelos aliancistas antes da Revolução. A interpretação dos presos foi abastecida também pelos rumores e informações distorcidas que chegavam à prisão, mas ainda assim estavam conectadas ou foram produzidas em consonância com contexto de efervescência política disseminado pela cidade. Não é o caso de assumirmos como integralmente verdadeiros os argumentos veiculados pelos jornais ligados à Aliança Liberal, mas demonstrar como foi a partir da utilização dessas narrativas, vocabulários e personagens que os presos comuns esperaram angariar vantagens do governo revolucionário. Isso ocorria, sobretudo, por meio da denúncia do que entendiam como injustiças praticadas pelos gestores e funcionários da prisão que, nesta estratégia, eram apresentados como “perrepistas” e “estacistas”, em suma, eram indivíduos com ligações espúrias com os antigos governos que, em tese, a Revolução de 1930 se propunha a extinguir.

Esse fenômeno pode ser constatado em diferentes escritos produzidos pelos próprios presos da Casa de Detenção do Recife e, em menor número, até mesmo por seus representantes legais. São múltiplas as tipologias documentais que nos dão conta da utilização das temáticas da Revolução e da política formal para alcançar diversos benefícios. Englobam desde habeas corpus, onde se imbricam argumentos legais e políticos e constata-se maior ponderação no discurso, até petições e cartas coletivas redigidas em nome da “classe presidiária”, onde se torna notório um conjunto de questões atinentes à política e aos discursos sustentados pelo regime instituído quando de sua campanha na oposição.

Os presos comuns articularam uma seleção peculiar das campanhas políticas que foram empreendidas pela imprensa aliancista, notadamente, naquelas ocasiões em que se pautava a rotina e vícios institucionais que suspostamente caracterizava o funcionamento das prisões no contexto do governo passado. Ora, é possível pensar o uso da retórica aliancista pelos presos comuns de formas multifacetadas. O mecanismo mais utilizado pelos detentos nestes escritos parece ser o da “simulação”, na acepção que lhe atribui a historiadora Régine Robin. Deste modo, entendemos que os presos adotam essa estratégia e optam por tomar “de empréstimo o vocabulário de um grupo que não é o seu para sustentar um discurso do seu grupo, fazendo aparecer como discurso de outrem” (ROBIN, 1977, p.45).

A noção de apropriação também nos parece operativa para pensarmos aquelas circunstâncias visto que postula “a invenção criadora no próprio cerne da recepção”. Além disso, permite captar uma leitura peculiar que os presos teceram da realidade a partir da propaganda política disseminada pelos aliancistas na exata medida em que tivermos em conta que eles não realizaram simplesmente uma transposição ou reprodução daquelas ideias divulgadas nos jornais. É o caso de apreender

este fenômeno de um modo mais complexo atentando que “a aceitação das mensagens e dos modelos opera sempre através de ordenamentos, de desvios, de reempregos singulares [...]” (CHARTIER, 1990, p.136.)

Começemos por observar de um modo mais detido como as temáticas de um suposto novo funcionamento da justiça decorrentes da Revolução de 1930 são apresentadas, ainda que dotada de certo comedimento, nos habeas corpus. Nestes documentos é recorrente o mote argumentativo que caracterizava que a justiça estava em um período de reformulação, aperfeiçoamento e respeito pela liberdade individual, que havia sido fustigada injustamente pelo autoritarismo do governo transato. Por outro lado, creditava-se grande esperança a um novo e emergente senso de justiça das autoridades instituídas. Ainda que alguns desses documentos tenham sido escritos “arrogos” em função do analfabetismo não deixam de mostrarem-se elucidativos. Outros eram assinados pelos próprios detentos e são ainda mais interessantes

O preso Manoel Roberto da Silva, que também atendia pelo vulgo de “Neco Grande”, afirmava categoricamente que sua solicitação de liberdade era oportunizada pela conjuntura política que o país atravessava. Esse momento era apresentado pelo detento como sendo “uma nova fase, apresento-me perante esta alta corte com esta reclamação que nada tem de dúvida, podendo eu provar com testemunhas que alego”. Apresenta-se como uma desafortunada “vítima transformado em criminoso pela polícia a fim desta defender os principais culpados”. (MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, Comarca do Recife. Processos Crime. Caixa 1310, p. 3)

Assim como o detento anterior seu pedido foi denegado. Sabemos que conforme nos afastamos de 1930 mais escasso torna-se este mote de argumentação que, efetivamente, mostrou-se pouco útil para os sujeitos que o mobilizou. Essa percepção que preconizava um novo tempo vivenciado pelo poder judiciário não era um devaneio dos presos e seus

representantes. Uma das primeiras medidas da interventoria de Pernambuco foi, justamente, efetivar um processo amplo de substituição de diversos cargos na máquina pública, inclusive, alcançando diversos juízes. Era preciso, destarte, alocar nos espaços decisórios indivíduos afinados com o programa político que resultou vitorioso em 1930.

Muito importante como fonte para este trabalho são as correspondências – cartas, petições e requerimentos – que continham reclamações dos presos da Casa de Detenção que manipulavam o discurso da Revolução para questionar e denunciar o que entendiam ser diversas irregularidades no funcionamento da prisão. Nestes documentos, escritos pelos próprios detentos, o conteúdo político e uso da retórica da Revolução é marcante. Além disso, esses relatos nos fornecem a percepção dos presos não apenas sobre a justiça penal de um modo geral mais sobre o cotidiano da Casa de Detenção do Recife em particular.

Já no dia 20 de outubro de 1930, passados poucos dias depois do triunfo da Revolução de 1930 em Pernambuco, encontramos uma correspondência que recorria ao anonimato como forma de burlar as possíveis retaliações que poderia incorrer o remetente em virtude do seu conteúdo. Assinava a correspondência como um “sentenciado, um humilde respeitador de Vossa Excelência”, pouco abaixo salientava que, por precaução, “deixo de assinar para não prejudicar a minha situação”. (APEJE. Coleção CDR. Vol. 142, p. 753-).

Sem subterfúgios ou rodeios, o sentenciado iniciava sua argumentação pontuando que se sentia honrado pela possibilidade de poder “comunicar a Vossa Excelência as arbitrariedades que se desenrolam na Penitenciária e Detenção do Recife. Começando pelos empregados desta administração [...] que aqui habitam explorando todos os encarcerados e os cofres do Estado a começar por esses tipos que vou declarar os respectivos nomes”. (Idem)

Curioso, mas também revelador do impacto da conjuntura revolucionária no âmbito da prisão, é quando atentamos para quem a correspondência era remetida. Não se trata de nenhuma autoridade da interventoria de Pernambuco. O sentenciado incógnito buscava auxílio de ninguém menos que José Américo de Almeida a quem intitula de “presidente da capital João Pessoa”. (Idem) O leitor mais familiarizado com a história da Revolução de 1930 no Nordeste seguramente lembrará que José Américo havia sido o secretário de segurança pública de João Pessoa e membro da Aliança Liberal. Além disso, na ocasião da vitória revolucionária acompanhou de perto Juarez Távora, o “Vice-Rei do Norte”. Em suma, podemos afirmar com segurança que José Américo era “na época um dos mais importantes revolucionários nortistas, intitulado Governador-geral do Norte durante o movimento de 30, cargo atribuído por Juarez”. (LOPES, 2014, p.49)

Mais adiante é possível notar como o detento mobiliza fartamente todo um conjunto léxico comum aos aliancistas e se apropria do vocabulário que predominou na luta política nos anos iniciais da década de 1930. Amalgamando o cotidiano da prisão e o discurso político emitido pelos aliancistas o detento afirmava que:

O famigerado diretor deste estabelecimento que vive espancando os presos pelo simples fato de não contar com um só sentenciado que abraçasse a política caída. O homem monstro é esse diretor pois nos todos e quem conhece este perrequista ver e ler na fisionomia deste Lampião que ele é um verdadeiro estacista e além disto não pode ficar à frente deste estabelecimento pois os governos com esses homens a frente desta casa não estarão livre de uma traição. (APEJE. Coleção CDR. Vol. 142, p. 753)

O diretor mencionado é Joaquim do Rego Cavalcanti que assumiu o cargo ainda no governo de Estácio Coimbra e permaneceu nesta condição

alguns dias após a vitória revolucionária. O detento, portanto, tentava retirar o diretor do cargo mostrando que sua presença na gestão da prisão era incompatível com a vitória revolucionária. O detento assinou esta carta no dia 20 de outubro de 1930. Tomando como verossímil as notas oficiais do governo, três dias antes do detento redigi-la o governo revolucionário optou por trocar a direção da instituição e nomeou Urbano Ribeiro de Senna no dia 17 de outubro (DIÁRIO DA MANHÃ, 18/11/1930, p.5.). Esse dado pode nos indicar a defasagem entre o acontecimento e a chegada da informação até os presos. E também pode ter ampliado, ilusoriamente, a confiança do detento na eficácia das demandas escritas. Os termos acima que grifamos eram parte do vocabulário político da época e a sua utilização é um indício robusto da inserção dos presos comuns naqueles debates, assim como do entendimento de que ao utilizá-los poderiam se denotar vinculados aos revolucionários no poder. Em seguida, o detento esforça-se para tecer uma estrita conexão entre os desmandos perpetrados pelo diretor e as orientações políticas anteriores. O vocabulário articulado na correspondência deste detento dar a ver uma estratégia sofisticada para alcançar os seus objetivos. Não se tratava simplesmente de alguém que prevaricava na condição de diretor, esses desmandos eram decorrência de seu vínculo ideológico com “perrepismo” e o “estacismo”, em suma, esse gestor era um sujeito com vínculos políticos com agentes da “situação caída”. De fato, este relato sugere um grau de entendimento da realidade política por parte dos presos comuns que normalmente a historiografia da temática tendeu a subestimar ou quando não incorreu na completa negligência. Abordando sobejamente as formas de solidariedade articuladas pelos presos políticos na Era Vargas muitos trabalhos não conseguiram atinar para a possibilidade de um processo de politização dos presos comuns suscitado pelos conflitos políticos da elite. Talvez, em função de não julgar que uma negociação deferente possa ser considerada

uma forma de intervenção relevante na arena política. O sentenciado seguia indicando malversações na instituição e afirma que, entre outras coisas, era preciso investigar “as oficinas deste estabelecimento, da sapataria que sai todos os calçados para família, parentes e amigos sem custar verba nenhuma e sim custo às finanças do Estado” (APEJE. Coleção CDR. Vol. 142, p. 753). A situação, conforme o detento, tornava-se ainda mais drástica na medida em que a direção do presídio explicava o extravio dos sapatos pelo furto praticado pelos detentos. Assim, era comum a diretoria “dizer que é os presos que roubaram, termina usando de um corra em todos os ambientes e castigando os sapateiros e sentenciados que ali trabalham para os mesmos adiantarem o paradeiro do material” (Idem). A problemática segundo afirmava o detento não se restringia a sapataria, uma vez que, “também no rancho e na marcenaria o escândalo é maior do que estes que já falei” (Idem).

O detento denunciava um esquema de desvio de alimentos que era conduzido pelo diretor do estabelecimento. Mensurar com precisão a quantidade surrupitada era impossível visto que ele entendia que “charque e carne verde ninguém pode calcular por que entra carne de três bois aqui e só chega aos prisioneiros carne de uma banda” (Idem). Em seguida, retoma a estratégia de associar a política partidária com as arbitrariedades que estavam sendo cometidas na Casa de Detenção. O “célebre ajudante” Barboza é, desta vez, o alvo das admoestações do sentenciado. Reafirmava que todos saibam que “este é um perrepista alterado, castiga os prisioneiros que falavam no nome do antigo Presidente João Pessoa” (Idem). A citação do nome do principal mártir da Aliança Liberal parece indicar que os presos conheciam as dinâmicas do contexto político e não eram alheios ao mundo político que os circundava. A historiografia já demonstrou fartamente o papel político e simbólico que a morte do

presidente da Paraíba desempenhou no desencadeamento do levante armado em outubro de 1930 (AIRES, 2012).

Os presos não estavam desatentos a este contexto de tessitura e disseminação de uma memória política em meio à sociedade. Por certo, deviam saber que a menção ao nome do mártir do movimento revolucionário poderia, eventualmente, concorrer para sensibilizar o destinatário da mensagem ao passo que demonstrava adesão irrestrita dos presos da Casa de Detenção ao movimento vitorioso em 1930. As reclamações não paravam e a estratégia se mantém inalterada. A correspondência cita um guarda que é cognominado de “sultão Valença” que vivia a propalar que “preso só presta para morrer no cacete”. (APEJE. Coleção CDR. Vol. 142, p. 754.)

Encontramos no decurso da pesquisa várias correspondências de presos da Casa de Detenção que mobilizam argumentos e a retórica da Revolução de 1930 a fim de pedir ou exigir intervenção do governo instituído em outubro. Nota-se nestas correspondências uma oscilação, e também amálgama, entre exigências, fundadas em notas emitidas pelo estado, e pedidos deferentes cuja fundamentação é a bondade e novo senso de justiça dos revolucionários. Neste particular, a estratégia dos presos parece convergir com aquela adotada, fora das prisões, por muitos trabalhadores. (FISCHER, 2006) Os anos iniciais da década de 1930 no Recife são de entusiasmo popular e esperança com a Revolução, mas vão surgindo as primeiras articulações e demandas por melhorias, especialmente, no bojo das classes trabalhadoras organizadas (BRYNER, 2001). Além de diversas frustrações oriundas da intensa defasagem entre a propaganda política conduzida pelos aliancistas e a exígua efetivação daquela agenda, tornava-se patente que no concernente à política de repressão a linha que distinguia o governo revolucionário do anterior era

demasiadamente tênue. Essa também foi uma realidade no perímetro prisional.

Considerações finais

A conjuntura de euforia e agitação política que se disseminou nas ruas da cidade penetrou no interior do presídio e os presos comuns que sabiam ler e escrever funcionavam como interlocutores dos demais na medida em que redigiam cartas coletivas nas quais apresentavam um conteúdo político que se fundamentavam no vocabulário político propalado pela Aliança Liberal na cidade do Recife.

Essas estratégias de negociação foram articuladas e pensadas em conexão com aquele contexto de ebulição social que era vivenciado pelo Recife. Na leitura dos presos comuns aqueles atos eram adequados para confrontar as crescentes agruras cometidas por um governo que, pouco antes, se notabilizou por denunciá-las quando, então, ocupava o campo da oposição política. O entusiasmo dos encarcerados também arrefeceu rapidamente. Combinando a vaga retórica de moralização das instituições pregada pelos aliancistas antes da Revolução com as notas oficiais emitidas pelo governo revolucionário que conclamava a sociedade a denunciar as autoridades destituídas, os presos vislumbraram uma senda pela qual poderiam viabilizar a formulação de suas queixas. Diante da ineficácia desses mecanismos de negociação esses presos passam a erigir uma série de encontros coletivos violentos na medida em que o governo revolucionário se mostrava cada vez mais indiferente aos queixumes e demandas que emergiram naqueles anos na Casa de Detenção, mas essa é outra história.

Referências

Fontes Primárias

APEJE. Coleção CDR. Vol. 142.

APEJE. Impressos, Caixa 2, vol. Secretaria de Justiça. Relatório do Conselho penitenciário 1933, p. 6.

APEJE, Regulamentos. Caixa 1, Volume 5. Regulamento da Casa de Detenção do Recife. 1919, capítulo XII, art. 91.

APEJE. Secretaria de Justiça (impressos). Relatório do Conselho Penitenciário de Pernambuco. Recife, Imprensa Oficial, 1929, p. 10-11.

MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (MJPE). Comarca do Recife. Processos Crime. Caixa 2212, 1934, p.2.

MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (MJPE). Comarca do Recife. Processos Crime. Caixa 1310, Habeas Corpus nº 7.454, p.2.

MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (MJPE). Comarca do Recife. Processos Crime. Caixa 1310, Habeas Corpus nº 7.375, pp.2-3.

Periódicos

A Notícia. Recife. 11 de março de 1931, p.1.

Diário da Manhã. Recife, 18 de novembro de 1930, p.5.

Diário da Manhã. Recife. 06 de dezembro de 1935, p.4.

Jornal do Recife. Recife, 07 de outubro de 1930, p.1.

Jornal do Recife. Recife. 15 de novembro de 1930, p.2.

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Cenas de um espetáculo político: poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2012.

BRITTO, Aurélio de Moura. **“O germe da indisciplina”**: negociações, embates e enfrentamentos coletivos na Casa de Detenção do Recife (1930-1935). Tese

(doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2019.

BRYNER, Nadja. Lutas Operárias: Recife nos anos 1930. In: BEZERRA, Aurélio de Menezes. FERREIRA, Maicon Maurício Vasconcelos; BEZERRA, Rafael Santana. **Manifestações Operárias em Pernambuco**. Recife: NEEPD, 2001, p. 141.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: repressão e estado policial na era Vargas (1930-1945). Tese de doutorado em História. São Paulo: Unicamp, 1991.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Os Arquivos da Polícia Política brasileira: intolerância, repressão e resistência. In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Erica Sarmiento da; GONÇALVES, Leandro Pereira (Orgs.). **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na era Vargas**. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2014.

CARONE, Edgar. **A terceira República** (1937-1945). SP. Difel, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das Almas**. São Paulo, 1991.

CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: da Coluna Prestes à queda de Arraes (memórias). São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil**: o imaginário popular. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FISCHER, Brodwyn. Direitos por lei ou leis por direito? Pobreza e ambiguidade legal no Estado Novo. In: LARA, Silvia; MENDONÇA, Joseli (Orgs.). **Direitos e justiça no Brasil**: ensaios de história social. Campinas: Unicamp, 2006.

LOPES, Raimundo Hélio. **Um Vice-reinado na República do pós-30**: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 32. Tese (doutorado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, 2014.

PEDROSO, R. C. “Sob o olhar do poder: Notas sobre o DEOPS e o aprisionamento de presos políticos no Brasil”. Seminários, São Paulo, nº 3, p. 53-67, 2003.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ROBIN, Régine. **História e Linguística.** São Paulo: Cultrix, 1977.

SARMENTO, A. N. M. **Urnas & Baionetas:** os comunistas na história política de Pernambuco –PE (1930-1935). Tese. (Doutorado em História) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **O Governo Provisório: 1931-1933.** Editora Três, 1975,

TARROW, Sidney. **Power in Movement:** Social Movements, Collective Action and Mass Politics in the Modern State. Cambridge: Cambridge University Press. 1994.

Entre o caranguejo e o mocambo: as condições de moradia das comunidades pobres na cidade do Recife em meio às políticas públicas de combate à pobreza durante o Estado Novo (1937-1945)

*Midian Tavares Correia*¹

Introdução

Os embates verificados entre as ações governamentais e a população se deram por divergências de pensamentos, uns eram a favor do interventor e outros contra as propostas de remodelação e urbanização da cidade. Alguns confrontos foram evidenciados entre o Estado e a busca intermitente por um lugar para morar. A população de baixa renda buscava sobreviver em meio à lama dos mangues do Recife e o Estado buscava destruir os casebres de barro e madeira erguidos nos alagados da cidade. Nesse contexto percebe-se a construção da diferença através do processo de exclusão social vivenciados por muitos recifenses. O mundo dos excluídos se dava através daqueles que partilhavam experiências conflitantes entre a sociedade e as instituições públicas na busca por moradia.

O Recife uma cidade que crescia, mas com imensa pobreza, veio sofrendo diversas transformações, tendo áreas enormes de manguezais aterradas, derrubada sistemática de árvores que ficavam as margens dos braços fluviais ao redor da cidade entre os rios Capibaribe e Beberibe. A formação urbana foi adicionada ação do homem por intermédios de

¹ Mestra em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. E-mail: midiantavarescorreia@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5557431631407070>

intensos aterros realizados sobre o elemento líquido perpassando trechos dos rios, córregos, mangues e alagados da cidade. Tal espaço até então não continha o germe da cobiça imobiliária e eram nesses locais que a população mais pauperizada erguia desordenadamente as suas habitações.

História da pobreza do Recife e das habitações populares

Ao longo dos séculos XIX e XX, as cidades brasileiras conviveram com as críticas aos modelos de urbanidade e se depararam com inúmeras tentativas de equilíbrio, organização de seus espaços (fossem eles públicos ou privados), de construção de espaços habitáveis, saneamento, entre outras intervenções necessárias que se tornasse cidades modernas, aprazíveis aos seus moradores, especialmente suas elites, bem como para seus visitantes e investidores.

Os fatores determinantes e condicionantes que marcaram a formação social do Recife e tornaram-se expressivos no processo de expansão urbana estão interligados com sua formação econômica, acompanhados pelo crescimento desordenado da população, gerando problemas sociais como o desemprego e precárias condições de moradia.

Segundo Rosa Maria Cortês de Lima (2005) a problemática de habitação da população pobre faz parte da história da cidade. Além disso, o Recife foi constituído de diversas formas marcadas por fatores políticos, sociais e econômicos:

As múltiplas faces do Recife, ou as várias cidades nela contida estão espelhadas no processo de expansão urbana traçado no tempo dos acontecimentos vividos nesse território. Raízes foram fincadas, lembranças guardadas e demarcadas pelas relações econômicas, sociais, políticas, jurídicas que, no curso da história se manifestaram e arraigaram-se na cidade. Outras tantas se ocultaram, ou mesmo foram suprimidas lentamente, pelo avanço e crescimento urbano, convertendo-se em traços quase indivisíveis (LIMA, 2005, p. 45).

Assim o Recife do século XX, além mostrar um crescimento urbano através da dinâmica da sua economia principalmente de atividades primárias como algodão e o açúcar desenvolvida nas terras mais distantes do centro. O Recife também era a região do Nordeste que atuava diretamente como centro comercial a nível mundial, através das atividades do porto. Dessa maneira, tanto a formação da cidade bem como as formas de moradia da população de baixa renda fez parte da dinâmica do território recifense. Com isso, o avanço do urbanismo como forma de preocupação em planejar a cidade era questão importante através de modelos autoritários na primeira república, logo a urbe se tornava campo de intervenções principalmente à habitação popular. Embora algumas cidades brasileiras viessem, desde a:

segunda metade do século XIX, experimentando mudanças estéticas e higiênico/sanitárias, especialmente em suas ruas e áreas centrais, em decorrência da emergência de uma sensibilidade favorável ao moderno, ao novo e que vê como atraso e não civilização, hábitos, costumes e mesmo a arquitetura que remetia à cidade colonial, elas chegam ao século XX ainda atormentadas com o problema urbano (PESAVENTO, 1994, p. 2).

Nesse processo, tornam-se relativamente visíveis e explícitos os mecanismos de empobrecimento dentre uma ampla parte da população e as péssimas condições de moradia que eram habitadas por esses sujeitos. Diversos condicionantes de ordem social, cultural e principalmente econômica determinaram as ações humanas na construção de sua moradia. As populações pobres dentro desta perspectiva eram as que mais sofriam, visto que não dominavam técnicas e não tinham poder aquisitivo para a construção de seu habitat.

Assim, o crescimento desordenado e a aglomeração urbana eram vistas como responsável pela falta de organização da cidade:

A produção espontânea das unidades habitacionais populares foi apontada por muito tempo como fruto da desorganização urbana, uma vez que não obedeciam aos padrões da regulamentação oficial. Isto condicionou, no passado, o ordenamento urbano a programas de erradicação de favelas que resultou no acirramento da exclusão social e da periferização urbana (ARRUDA, 2003, p. 16).

Por essa razão, verificam-se as intervenções feitas ao longo do Estado Novo, com o objetivo primordial de extinguir as habitações dos moradores das áreas alagadas do Recife. Assim, fora se consolidando a trajetória de um personagem que não só contribuiu para tal feito, mas que marcou a história da cidade com ações efetivas sobre o pobre e suas moradias, o qual promoveu ações de cunho assistencialista e disciplinador. A figura de Agamenon Magalhães é marcada pelo tema da habitação popular, por sua ação durante o Estado Novo de 1937-1945. O interventor via nas construções habitacionais espontânea o exemplo da feiura do Recife. Como indica Almeida (1996, p. 11) em seu estudo sobre o Estado Novo e o discurso da Folha da Manhã:

A implantação do Estado Novo em Pernambuco em novembro de 1937, e a interventoria Agamenon Magalhães trazem consigo a meta de erradicar tudo que simbolizasse o velho, obsoleto, ou seja tudo que representasse a República Velha, o Anciën Regimen. Nesta proposta concentrava-se o ideário regenerador estadonovista: criar o novo acionando signos que, no seu conjunto, colaboravam para a construção de um imaginário em que a ideia de progresso se apresentava como antônimo de provinciano, do atraso, do feio, do repugnante. E suma, tudo aquilo que estivesse atrofiando o progresso deveria ser eliminado.

Assim, o interventor Federal buscava equiparar o Recife às grandes metrópoles brasileiras da época, como por exemplo, o Rio de Janeiro. Fazia

parte do projeto de modernização assumido pelo governo republicano, pois existia semelhanças entre o projeto pernambucano e o da cidade do Rio, já que tais projetos pertenciam a um período histórico singular, o qual afetava os moradores dos mocambos em Recife e também atingia os moradores das favelas no Rio de Janeiro. Com a intervenção de Victor Tavares de Moura (que fazia parte do Governo de Getúlio Vargas), tais propósitos atingiram a política, cultura e a ordem social. As questões das moradias e da pobreza se apresentavam como um problema social, um atraso aos ditames do Estado Novo.

Atingindo os pobres que moravam nos mocambos do Recife, vistos como causadores da desorganização urbana e da feiura da cidade. A população considerada pobre teria que se deslocar e suas habitações serem derrubadas. O interventor na tentativa de reconfigurar seu traçado e de modernizar a fisionomia urbana da cidade, usou como estratégia diversas propostas que visavam imprimir quais formas de morar eram legitimadas pelo Estado Novo. Segundo a historiadora Dulce Pandolfi (1984) os moradores dos mocambos no Recife eram vistos como o retrato da desigualdade, porém a moradia era vista como a causadora do problema:

O mocambo era visto como causa e não como consequência, de uma situação de desigualdade econômica. A concepção era de que extirpando o mal- o mocambo- o homem pobre transformaria o seu padrão de vida, o seu nível de consumo. “o operário que reside no mocambo nunca será um consumidor. A economia é do subconsumo. Só terá uma roupa. Só comerá uma vez no dia. Limitará cada vez mais as suas necessidades por que a vida nos mocambos é abaixo de qualquer vida (PANDOLFI, 1984, p. 63).

Mas, diferente do que a interventoria propagava a moradia da população não era a causa da pobreza, mas a consequência da mesma, visto que o crescimento demográfico que o Recife alcançou na primeira

metade do século XX, e a expansão populacional se chocou com uma cidade que não tinha tantos recursos materiais: saneamento e abastecimento, serviços urbanos necessários.

Nesse sentido, toda situação de desigualdade contribuiu para a construção de casas tão simples de barro, madeira e palhas. Habitações pobres e precárias chamadas de mocambos², pois fazia alusão as antigas casas dos escravos no período colonial. Houve elevação dos empregos informais e os casebres de palha por tanto tempo convivera no cenário da cidade, passara a interferir nos planos de remodelação e modernidade projetado pelo interventor. De um lado, o Recife prosperava com o porto da cidade, se organizava e tornava um polo de atração comercial, com investimento de diversos usineiros. Por outro, a população crescia, as habitações irregulares também, e aos poucos os mocambos iriam fazendo parte do cenário urbano da cidade.

Uma das preocupações enfrentadas pela população se deu entre ação do Estado e a reação da população no processo de construções das moradias na cidade. Além da água, uma das características marcantes da paisagem do Recife é a presença dos pobres. Na cidade idealizada pelo interventor como moderna a ocupação irregular principalmente em áreas centrais e de maior complexidade como a dos alagados incomodava o turismo e os planos do governo. O historiador Thiago Pereira Francisco (2013, p. 18) lembra que:

Nesse momento, mostra-se como a moradia passou a atrair atenções das autoridades políticas, numa época que várias circunstâncias contribuíram para esse fato: primeiro, é um período sob o impacto da desagregação do sistema escravista, se antes a casa popular não incomodava tanto era porque apesar de seus residentes estarem tão próximos espacialmente, estão

² Na grafia da época era mais comum se escrever com U. Neste capítulo opta-se por seguir a grafia com O, mocambo em vez de mucambo.

diametralmente distantes no seio social. Uma parcela significativa da população que não detinha maiores bens passou a querer ocupar o território, a tomar pra si uma parte da terra, portanto, o morador pobre livre deixou de ser invisível, despercebido ou ignorado, passando a se tornar senão uma ameaça à ordem estabelecida, ao menos um incômodo.

Assim, a população que vivia nos alagados e mangues, é apresentada pelo interventor como as que tinham menores rendimentos que construía suas habitações nos alagados e sua forma de viver e morar não combinava com os projetos do Estado Novo. Porém, o processo de ocupação e aglomeração urbana no Recife é fundamentada por fatores determinantes que possibilitaram uma disputa por territórios, disputa que permearam a escalada demográfica, traduzindo as péssimas condições dos pobres em busca de um pedaço de terra.

Os debates que permeavam sobre a habitação popular desqualificavam não só a moradia, bem como os sujeitos que nelas residiam. Os homens caranguejos que viviam em Afogados, Ilha do Leite, Santo Amaro, zonas de mangues dos mocambos, locais dos operários, dos desempregados, dos catadores de mariscos e caranguejos. A relação entre a proliferação de mocambos na capital pernambucana e as distorções socioeconômicas não eram vistas de forma positiva pelo interventor Agamenon Magalhães que culpabilizava a moradia e não a desigualdade como o problema social a ser resolvido no Recife. Nesse sentido, percebe-se que os pobres se instalaram em espacialidades inferiores. A ocupação do espaço se deu de forma precária para aqueles que buscavam um lugar na cidade. Os desafios encontrados eram muitos, visto que o saneamento era precário e redes de esgotos quase não existiam. Se por um lado, o Recife apresentava um desenvolvimento econômico com vias de modernização e urbanismo, por outro revelava uma face obscura na qual viviam a população nos alagados da cidade.

A segregação espacial da pobreza no Recife: o êxodo rural

A busca por trabalho na cidade moderna e aspirações por melhores condições de vida, fez com que diversas famílias migrassem para o espaço urbano da cidade. É claro que o êxodo rural ocorria por diversos fatores, mas a questão do latifúndio, do trabalho compulsório e a seca e a fome no campo, foram fatores determinantes para a migração. O problema do latifúndio somado à monocultura da cana de açúcar, na Zona da Mata de Pernambucana, fez com que a expulsão de agricultores que habitavam áreas de usinas contribuísse para o inchaço da cidade. Somando a esses fatores, notícias circulavam de que Agamenon Magalhães então Interventor de Pernambuco estava fazendo doação de casas de alvenaria:

A notícia de que o governo estava dando casa para os moradores da capital se espalhou pelo interior, muitos vieram para o Recife na esperança de conseguir uma casa e melhores condições de vida (GOMINHO, 1997, p. 101).

O processo de aglomeração urbana só aumentava, a ocupação do território do Recife esteve diretamente ligado aos espaços dos quais se instalaram os seguimentos populares no decorrer da formação urbana da cidade. Nesse sentido, o processo de ocupação se deu pela migração pelos fluxos migratórios do homem do campo. Tal ocupação aconteceu de forma desordenada, através de uma locação de baixo custo em áreas de mangue e alagados da cidade. Tânia Maria Lima (2007) enfatiza que os fluxos migratórios se deram por questões climáticas da zona da mata pernambucana:

[...] dezenas de pernambucanos e nordestinos, se retiram destas regiões para tentar a vida na crescente cidade do Recife, urbana e em processo de industrialização; outros retirantes vão participar de outros ciclos econômicos como o da borracha no Norte e o do café no Sudeste, “igualmente devastadores

de homens”. Foi com os retirantes do Sertão e da Zona da Mata que habitaram a “Hong Kong da América”, a Veneza Americana, Recife (LIMA, 2007, p. 222).

Com esses fluxos migratórios foi crescendo a mocambópolis.³ E em mocambos os habitantes anfíbios, iriam vivendo como caranguejos e alimentando-se dos caranguejos. Como se sabe, Recife, ilha flutuante entre os braços dos rios Capibaribe e Beberibe, surgiu da lama natural dos mangues. Aos poucos os mocambos iriam sendo erguidos pelos imigrantes traduzindo um estreito enfrentamento entre o homem e a natureza, entre os homens e as águas, esses conflitos se deram de forma a causar a degradação da natureza, já que as famílias iam se fixando nas áreas ribeirinhas. No contexto de ocupação dos alagados, os estudos de Mendonça (2016) demonstram os conflitos existentes em busca de áreas ribeirinhas:

O caso da cidade do Recife se enquadra no processo de ocupação do solo urbano no qual a degradação ambiental é intrinsecamente relacionada a degradação de vida e trabalho das populações pobres. Esse cenário é marcado pela degradação do estuário do Rio Capibaribe, entendido como um bem coletivo, que rebate nas condições de vida das comunidades Caranguejos⁴ e Tabaiaras (MENDONÇA, 2016, p. 55).

Assim, eram identificados os cenários de conflitos socioambientais apresentados pela dinâmica de ocupação da cidade e da formação das comunidades ali existentes. A prática de aterramento gerou consequências

³ Mário Lacerda de Melo utilizou o termo em 1940, num trabalho intitulado Pernambuco: traços de sua Geografia Humana, quando se referiu ao território onde se localizava os mocambos do Recife. A partir daí, Josué de Castro se apropriou do termo Mocambópolis criado por Mário Lacerda de Melo. Josué de Castro utilizou o termo para caracterizar a zona dos mangues, formadas por mocambos habitados pelos homens-caranguejos em locais como Zonas de mocambos dos bairros de Afogados, Santo Amaro, Pina e Ilha do Leite. Ver: CASTRO, Josué de. **Fatores de localização da Cidade do Recife**: Um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: imprensa nacional, 1948, p. 74. CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Arantes, 1984, p. 142.

⁴ Por volta de 1910 chegaram os primeiros moradores de Caranguejo, que formaram uma comunidade de pescadores, cuja sua vida provinha do rio Capibaribe. O nome Caranguejo se deve a abundância desse crustáceo no início da ocupação dos manguezais (MENDONÇA, 2016, p. 57).

para o meio ambiente e conseqüentemente o desafio de se ocupar a cidade, visto que na busca por moradias enfrentando as imperiosas condições naturais, a população pobre repelida da seca para a cidade buscava no ambiente aquático porção firme de terra para se fixar gerando segundo Leitão conseqüências danosas aos rios da cidade:

A prática de aterramento do solo recifense gerou conseqüência desafiante na tarefa do fazer a cidade. Essa prática fomentava cuidado, utilização de técnicas das mais rudimentares as mais sofisticadas, isto porque, sendo o solo do Recife constituído por bacias naturais percorridas por rios, baixos e gamboas, apresenta-se facilmente alagável. Gerando para as áreas ribeirinhas problemas de escoamento das águas pluviais e de esgoto sanitário (LIMA, 2005, p. 56).

Assim, o homem sedento por um solo para morar vai se fixando ao longo do leito do rio, abrindo caminhos e destruindo paisagens, dessa maneira, não só a vida era ameaçada pelas condições financeira dos ocupantes dos alagados, bem como os recursos naturais, prejudicando a relação do homem com a natureza. Com isso, o enfrentamento dos imigrantes para erguer suas moradias, se deu de forma desordenada, através de uma locação de baixo custo em áreas de mangue e alagados da cidade. O crescimento desordenado mostra que diante a migração aliado ao intenso crescimento econômico o processo de urbanização resultou numa concentração espacial da pobreza. Esses pontos de concentração mostra a materialização da segregação espacial (SOARES, 2007).⁵ Onde se encontra a combinação entre moradia pobre e segregação ambiental. Além disso, não havia espaço e trabalho para uma grande concentração de pessoas na capital pernambucana, como mostra Cezar (1985, p. 161):

⁵ Conforme a geógrafa francesa Dabrowsky: “a segregação é geográfica “a convivência com o feio, com o sujo, com a deterioração ambiental” “a urbanização fragmentada, como uma das variáveis físicas da cidade que opõe cada vez mais, ricos e pobres, como se constituíssem dois mundos superpostos.”

A cidade não estava preparada estruturalmente, nem economicamente, para este aumento populacional. Com isso, em 1939, cerca de um sexto da população se encontrava desempregada e havia na cidade quarenta e cinco mil mocambos⁶ abrigando uma parcela significativa da população.

Assim, com a presença marcante dos mocambos no Recife, a Interventoria de Agamenon Magalhães logo lança projetos de políticas públicas para as habitações populares. O interventor buscou o compromisso de erradicação dos casebres de palha, onde viviam grande parcela da população pernambucana. Assim, “em 03 de dezembro de 1937 o político pernambucano assume a interventoria de seu estado contando com a mais expressiva colaboração da população central.” (PANDOLFI, 1984, p. 17). Magalhães “pegou” com as próprias mãos o compromisso de erradicar os mocambos da cidade, principalmente os mocambos que se encontravam nas áreas de mangue da região central da cidade, onde viviam em condições precárias seus habitantes se alimentando de caranguejos e mariscos.

Os homens carangueijos: a pobreza nos mangues

Como as injustiças no campo persistiam, pequenos agricultores continuavam a chegar na capital pernambucana. Eram repelidos pela seca e pelo trabalho forçado, já que trabalhavam de forma desumana. Acabavam sofrendo ameaças, pois as leis trabalhistas criadas durante o governo Vargas, não contemplava o homem do campo. Nesse sentido, os trabalhadores rurais sem direitos e sofrendo ameaças, longe do alcance da justiça buscaram logo migrar. Começaram a se fixarem nos alagados do

⁶ Casas localizadas sobre a lama dos mangues em áreas alagadiças. Feitas de pau e barro batido, tendo o telhado formado por palha ou lata. Segundo Gilberto Freyre, em Sobrados e Mucambos, tinham influência das construções indígena e africana, poderia ser dividida em sala, quarto e sala de jantar, ou possuir menos cômodos. A população do mocambo possuía sua própria organização social e desenvolviam atividades econômicas na própria localidade, como criação de animais, pesca e coleta de caranguejos e mariscos, mais o aluguel de mocambos.

Recife que eram uma constante na paisagem da cidade. Já que marcavam a fisionomia da cidade, por onde as pessoas circulavam eram apresentados os mangues e conseqüentemente as habitações populares.

Os alagados estavam por toda parte, em torno do porto polo atrativo para o trabalho, a geografia da cidade informa que o Recife é formado por águas salgadas e águas doces, de pessoas procurando se ajustar próximos ao mar que repeliam os rios da cidade. “O Recife sempre viveu sobre o signo das águas o Recife; o nome já indica seu compromisso com a água, onde famílias famintas e sedentas encontravam recursos de sobrevivência” (GOMINHO, 1997, p. 14). E nesse contexto, começou a surgir e se multiplicar os mocambos considerados a fisionomia primitiva da cidade na área dos alagados, onde famílias pobres e miseráveis moravam.

Eram nos espaços dos alagados que aos poucos foram construindo e se estruturando os locais dos ignorados, esquecidos às margens do Rio Capibaribe, nos mangues da cidade. Local onde os populares buscavam se alimentar de caranguejos e erguer seus casebres de palha e barro. A cidade do Recife é formada quase abaixo da linha do mar, por mangues, águas e pontes, locais que aos poucos foram sendo aterrados para a construção de moradias compostas por materiais alternativos. Diversos foram os grupos humanos que viveram geração após geração da prática de catar mariscos, pegar caranguejos para sobreviver por razões sociais, políticas e econômicas. De modo que, os rios e os mangues tinham uma grande importância para essa população, os jornais de época registraram momentos importantes sobre os catadores de caranguejos, um artigo publicado pelo Jornal local “Diario de Pernambuco”, o qual chama atenção para os catadores de mariscos e crustáceos reproduzem a pobreza existente, como pode ser conferido abaixo:

Quando a maré seca a croa descobre, vem muita gente catar mariscos. Vê o buraco, como os das formigas e só é meter a foice. Com meio palmo, um palmo, ou até na flor na flor da terra se acha marisco.” (Pelas beiradas dessa croa é coisa que não falta. Todo dia do ano, a maré secou, a gente vem cava e sai na outra enchente. umas arranjam muito e outras menos.” Deixamos Francisca Dias em paz, escavando o solo e o canoeiro colocou o bote de novo nas águas. Fomos a uma croa grande. Lá perto de 50 pessoas entre mulheres e meninas crianças, entregavam-se ao mesmo ofício (A VIDA..., 1937, não p.).

Ao passar de bote para fazer uma reportagem, os repórteres do Diário registraram as práticas de sobrevivência da família de Dona Francisca com seus filhos e netos. Eram a formas de se viver nos mangues do Recife a procura da alimentação diária, o periódico informa que na época eram mais de cinquenta pessoas a procura dos mariscos cavando buracos, tendo que conviver com a gentileza da natureza que em dias bons a maré não secava. Eram homens e mulheres que Josué de Castro chamou de “irmãs” e “irmãos” de leite dos caranguejos (CASTRO, 2005, p. 10). Grupos humanos, que a margem do desenvolvimento urbano, erguiam suas moradias e buscavam suas alimentações.

No livro a “Geografia da Fome”, publicada em 1946, escrito por Josué de Castro, o mesmo faz uma abordagem da insegurança alimentar que assolava a população brasileira, principalmente nas regiões Norte e Nordeste em sua outra obra “Homens e Caranguejos”, o autor retrata a história do personagem Zé Luís que desce do sertão para encontrar o mangue, onde se dá o Ciclo do Caranguejo ⁷.

Segundo Castro (2003, p. 10):

⁷ “Tudo aí, é, foi ou está para ser caranguejo, inclusive a lama e o homem que vivi nela. [...] o caranguejo nasce nela, e vivi dela. Cresce comendo lama, engordando com as porcarias dela, fazendo com a lama a carniinha branca de suas patas e geleia esverdeadas de suas vísceras pegajosas. Por outro lado, o povo vivi daí de pegar caranguejo, chupar-lhe as patas, comer e lambe os seus cascos. [...] e com sua carne feita de lama fazer a carne do seu corpo e a carne do corpo de seus filhos, o que o organismo rejeita, volta ao detrito, para a lama do mangue, para virar caranguejo outra vez”. Ver: CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1959. p. 27.

Começou o arrocho. Só havia uma maneira de despertar: era cair no mangue. No mangue não se paga casa, come-se caranguejo e anda-se quase nu. O mangue é um paraíso. Sem o cor-de-rosa e o azul do paraíso celeste, mas com as cores negras da lama, paraíso dos caranguejos. No mangue o terreno não é de ninguém. É da maré. Quando ela enche, se estira e se espreguiça, alaga a terra toda, mas quando ela baixa e se encolhe, deixa descobertos os calombos mais altos. Num deles, o caboclo Zé Luís levantou o seu mocambo. As paredes de varas de mangue e lama amassada. A coberta de palha, capim seco e outros materiais que o monturo fornece. Tudo de graça encontrado ali mesmo numa bruta camaradagem com a natureza. O mangue é um camaradão. Dá tudo, casa e comida: mocambo e caranguejo.

Esse era o ciclo da fome devorando os homens e os caranguejos. Josué de Castro possibilita a compreensão de que o Ciclo do Caranguejo era uma fonte de alimentação, haja vista que muitas famílias repelidas pela seca migravam para a cidade em busca de novas oportunidades de vida. Muitos fugiram da seca, mas não conseguiram fugir da pobreza, já que ao chegar na capital recifense tiveram que viver nas piores condições de moradia. Zé Luís personagem construído por Castro para representar os milhares de habitantes dos mangues⁸, Zé Luís é representado como um trabalhador do Bairro de Afogados, no Recife, bem poderia ser um dos trabalhadores que Josué de Castro conheceu na sua pesquisa, em 1932 sobre as condições de vida da classe operária recifense.

O salário que Zé Luís recebia não era suficiente para a despesa com alimentação da família. Assim a solução encontrada era aproveitar-se da alimentação que o mangue proporcionava: o caranguejo, ele vai trabalhar e sabe que a família tem acesso alimentação que surge do mangue.

⁸ A Comissão Censitária dos Mocambos do Recife registrou, em 1939, 165.000 habitantes de mocambos. Ver: CASTRO, Josué de. **Fatores de localização da Cidade do Recife**: um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: imprensa nacional, 1948, p. 74. Ainda através do Censo de 1939 um ano depois, em 1940 informações indicam que havia uma tendência do crescimento da população residente nestas localidades, e a proporção de pobres no conjunto do tecido urbano ao mostrar que em 1940, o Recife era ocupado por 343.740 mil pessoas (IBGE), sendo que 164.837 mil formavam o contingente de habitantes em mocambos (LIMA, 2005).

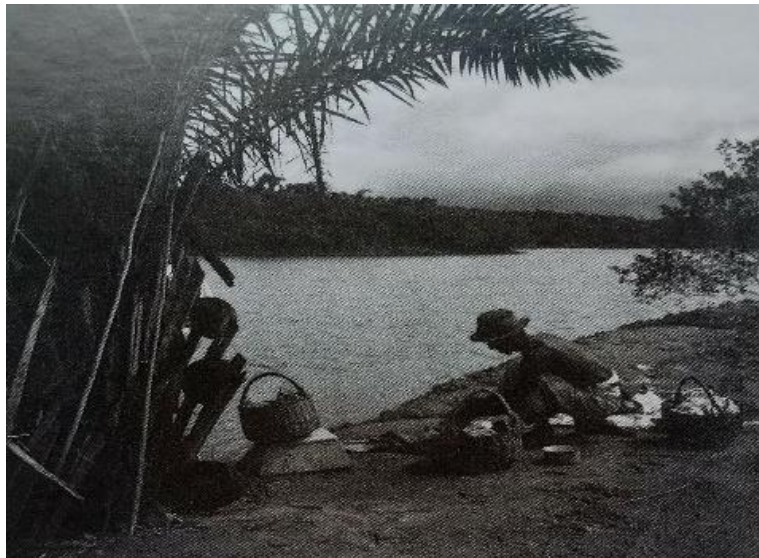


Imagem 01: Homem catando caranguejo e mariscos. Rio Capibaribe década de 1940. Foto: Acervo do Museu da Cidade do Recife, imagens Alexandre Berzin, Recife 1940. Acervo (e Alexandre Berzin).

Para Josué de Castro naquela situação de pobreza que estavam submetidos os trabalhadores do Recife o mangue aparece como um paraíso. Além disso, são nessas áreas que os mesmos poderiam erguer suas habitações de baixo custo com materiais alternativos, mas eram locais onde as marés podiam secar ou causar enchentes, segundo Paulo Cavalcanti, em suas memórias, conta casos em que as enchentes aconteciam prejudicando a população ribeirinha:

Por condições geográficas, o Recife é um grande charco, braços de rio cortando a cidade em todas as direções, canais e zonas ribeirinhas que, a cada dia, se estreitam pela desenfreada ganância da especulação imobiliária. É o homem violentando os rios, desenraizando de seus caminhos água que, à preamar, nas fases invernosas, volta a tomar de assalto o seu leito, criando calamidades sociais (CAVALCANTI, 1987, p. 75).

Eram nesses solos ainda mal consolidados que as habitações eram erguidas, e foi crescendo a cidade do Recife dos mocambos, as comunidades ribeirinhas conviviam com a possibilidade de sobreviver do Rio Capibaribe, da Maré, mas também viviam assombrada pelas possibilidades das enchentes, visto que os pobres enfrentavam as consequências de suas habitações em posições próximas aos rios. Eram casebres entrando por dentro da maré e a maré invadindo os casebres, locais onde populações humanas viviam de maneiras insustentáveis, onde eram erguidas suas moradias, símbolo de uma estrutura social e política desigual que promovia a exclusão do ponto de vista do desenvolvimento humano. A cidade do Recife enquadra em sua história um processo de ocupação do solo e degradação ambiental que estava diretamente ligada à degradação de vida da população pobre.

Comunidades que se formavam embaçadas em histórias de vida que se organizavam e se estruturavam em pequenos espaços desconhecidos, esquecidos e ignorados às margens do Rio Capibaribe, nos mangues antes povoados por caranguejos a exemplo da comunidade conhecida como Caranguejo Tabaiaras. Esses sujeitos sofreram uma exclusão social e espacial na cidade. Muitas dessas famílias viviam sem acesso à educação e saúde. A “oferta” de alimentos e o baixo custo do solo foram motivos que possibilitaram a sobrevivência dessa comunidade. Segundo Emmanuelle Mendonça, foi no período de 1910 que as comunidades foram se formando ao longo da cidade:

Por volta de 1910 chegaram os primeiros moradores de Caranguejo, que formaram uma, comunidade de pescadores, cuja a sua vida provinha do rio Capibaribe. O nome do “Caranguejo” se devia a abundância deste crustáceo na ocupação dos manguezais [...] o caranguejo resistiu ao longo dos anos a política da liga contra o mocambo entre os anos de 1937-1945. Na qual eclodiram diversos conflitos, pela cidade, entre o Estado e os “mocambeiros”,

com a demolição de 12.437 dos 45.000 mocambos existentes, especialmente nas mediações entre Recife e Olinda para abertura do canal Derby Tacaruna (MENDONÇA, 2016, p. 57-58).

Assim, chegaram os primeiros moradores da comunidade Caranguejo, que fora formada por pescadores e marisqueiras onde seu sustento e sobrevivência provinha do rio Capibaribe, muitas dessas famílias não só se alimentavam, mas viviam da venda dos crustáceos e mariscos para poder comprar outros alimentos. Esse cenário fazia do Recife uma capital com explícitos problemas de desigualdade. Não só a comunidade do Caranguejo bem como outras comunidades que também viviam nas mesmas condições de consumo do caranguejo e mariscos fora sendo erguidas, o historiador Moisés Monteiro Neto (2003, p. 62) mostra que:

Comunidade erguida no manguezal de Afogados do Recife na primeira metade do século XX, são pescadores de caranguejos, pessoas que tiram do mangue o seu sustento. Suas casas construídas de massapé, madeira e palha do local, e sua principal alimentação, os caranguejos até as crianças eram criadas tomando mingau com o caldo (leite da lama) desses bichos que “fervilhavam” nas margens do Capibaribe.

Era o outro Recife de gente triste que tinha que se alimentar do caldo do caranguejo e dos mariscos. Assim, a Cidade Maurícia passou a crescer desordenadamente às custas do aterramento indiscriminado e da destruição de seus manguezais. Em contrapartida, os aterramentos, não tardou a revelar sua fragilidade. Nesse sentido, o meio ambiente fora sendo degradado na busca pela sobrevivência gerando problemas socioambientais. As estratégias de sobrevivências dessas comunidades aconteceram através do aterro dos mangues, levantamento dos mocambos e a busca pela alimentação. Para explicar a complexidade da informação o

autor acima citado informa que muitos catadores de caranguejos chegavam a imitar sons da natureza para conseguir a sua alimentação. Aproveitando-se que os caranguejos ficavam desorientados em dia de tempestade com trovões, homens forjavam barulhos para simular essa situação e capturá-los (MONTEIRO NETO, 2003, p. 38-39).

Relembrando a João Cabral de Melo Neto, os catadores de caranguejos e mariscos para ele eram heróis, visto sua esperteza diante da adversidade “São heróis de um mundo à parte, são membros de uma mesma família, de uma mesma nação, de uma mesma classe: a dos heróis dos mangues” (MELO NETO, 1996, p. 21-31). Em sua obra, João Cabral faz descrição das condições sub-humanas nos mocambos do Recife, mostrando uma denúncia através do rio e a situação de exclusão da comunidade ribeirinha às margens de tudo.

Eram das marés cheias que as camadas populares retiravam seus sustentos, à cidade apresentava um visível crescimento da pobreza e do subemprego, ao mesmo tempo em que surgiam os discursos de urbanização, de crescimento social e econômico, a ocupação dessa população se deu por volta dos anos de 1910, com o processo de expansão da cidade e se intensifica mais nos anos de 1920.

O que só fazia piorar a questões habitacionais, visto que os jornais na época registraram um aumento dos mocambos na cidade, “numa cidade, como a do Recife de 500 mil habitantes existiam apenas 22 mil casas de alvenaria e 45 mil mocambos. Um terço dessa população, ou seja, 165 mil habitantes é que vivia nos mocambos.” (UM ANO..., 1940, não p.). Os motivos que levam essas famílias a morar em habitações precárias nos alagados do Recife eram às péssimas condições de vida, desemprego, expulsão da Zona da Mata.

No manifesto intitulado: “Caranguejos com Cérebro” escrito pelos músicos da banda Chico Science & Nação Zumbi⁹, existem informações pertinentes à época sobre o êxodo do homem do campo para a capital, mostrando os problemas habitacionais e econômicos na época:

[...] a (ex) cidade “Maurícia” passou a crescer desordenadamente, à custa do aterramento indiscriminado e da destruição dos seus manguezais, que estão em vias de extinção. Em contrapartida, o desvario irresistível de uma cínica noção de ‘progresso’, que elevou a cidade ao posto de ‘metrópole’ do Nordeste, não tardou a revelar sua fragilidade (ZHIOMN, 2013, não p.).¹⁰

Nesse exercício crítico, o manifesto recupera, na história da cidade, o trajeto de sua experiência de exploração e depredação do meio ambiente, lembrando que Recife exibia na época um dos maiores índices de pobreza do país, possuía a maioria da população morando em mocambos. O Censo na época registrava a existência de 45.581¹¹ mocambos e um dos principais fatores da condenação dos mocambos era o excesso de pessoas para cada área habitada, Rosa Maria Cortes Lima (2012, p. 16) acrescenta que:

Em 1920, o censo computa, para o município do Recife, uma população de 238.8 mil pessoas, vinte anos mais tarde, portanto, em 1940, verifica-se um incremento populacional de 46% na capital pernambucana. O crescimento tornar-se-á vigoroso a partir de 1940. Quando se observa um incremento de 449 mil pessoas, no espaço da cidade, correspondendo a 129% entre 1920 e 1940.

⁹ As visões de Josué de Castro acerca do Recife foram utilizadas pelos “mangueboys” na elaboração do discurso sobre si e sobre a cidade, e são sentidas nas palavras de Zero-Quatro no *release*, sendo também citadas em canções da Nação Zumbi. “A cidade do Recife, possuía nos tempos de Castro mais de 250 mil, dos 700 mil habitantes, vivendo em habitações do tipo mocambo, plantado nos mangues e nos arredores da verdadeira cidade” (Castro, 1984, p. 132) Ver: Chico Science & Nação Zumbi. **Da Lama Ao Caos**. Produção de: Liminha. Recife: Chaos/Sony Music, 1994. 1 CD. Música Antene-se.

¹⁰ O fragmento do manifesto “Caranguejos com Cérebro” apresentado neste capítulo é referente a primeira versão do documento, publicado no Jornal do Commercio em 1992. A segunda versão, que apresenta modificações, foi publicada no encarte do CD “Da Lama Ao Caos”, de Chico Science e Nação Zumbi, no ano de 1994.

¹¹ A Comissão Censitária dos Mocambos foi criada pelo Decreto nº 182, de 17 de setembro de 1938, pelo Interventor Agamenon Magalhães.

Assim, o crescimento desordenado das habitações populares passa a revelar a outra face do Recife as péssimas condições de seus habitantes, situações precárias de higiene, tudo isso acaba contribuindo para o um argumento nacionalista do Estado Novo de reivindicar a precedência de causas higiênicas e sociais como fatores da decadência e discursava e dizia ampliar as possibilidades de abordagens dos males do Brasil e de regeneração do homem nacional.

O fim dos mocambos? A perseguição aos casebres de palha

Observando que as habitações populares tomavam conta do cenário urbano as ações do interventor Agamenon Magalhães aceleravam. Suas intervenções no Estado de Pernambuco foram caracterizadas por grandes transformações no espaço urbano e propaganda intensa contra o mocambo e seus moradores. O objetivo de Agamenon ao propagar um discurso contra a moradia irregular era o de justificar a retirada dos casebres de palhas dos centros da cidade. Para tanto era necessário convencer a população de que o mocambo era portador de todos os males biológicos e morais sendo o mocambo estigmatizado e os mocambeiros perseguidos, fazendo uma associação entre moradia popular e o sujeito imoral. O principal veículo de propagação das ideias de Agamenon Magalhães era o periódico Folha da Manhã o mesmo usava a Constituição Federal para justificar o uso da imprensa a serviço do Estado Novo como afirma:

Tendo por base a constituição de 10 de novembro de 1937, o regime justificava a intervenção do Estado nos meios de comunicação. Caberia ao Estado, desempenhar também o papel de doutrinador ideológico. Com o objetivo de coordenar toda propaganda nacional, o governo central cria em dezembro de 1938 o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Diretamente vinculado ao poder executivo (PANDOLFI, 1984, p. 51).

Nesse contexto, o interventor faria uma propaganda voltada para a estigmatização do mocambo como portador de todos os males biológicos, morais e econômicos, já que nesse momento era um período que ainda sofria forte influência das ideias higienistas e eugênicas.

Por essa razão, a interventoria de Agamenon Magalhães teve fundamental importância nas políticas de habitação no Recife. O processo de consolidação dessas políticas públicas para as habitações populares se deu através do compromisso de extirpação dos mocambos e conseqüentemente após a erradicação dos casebres seria criada as vilas operárias. Tal ação teve participação de Novais Filho, então prefeito do Recife entre 1937 e 1945.

Com isso, os mecanismos utilizados por Agamenon para a desagregação das moradias populares foi a utilização da imprensa, rádio e jornais. Além disso, buscou apoio dos usineiros, indústrias e intelectuais para executar suas ações. O objetivo principal era o de convencer a opinião pública na época para que a população ajudasse no processo de consolidação do seu projeto. Aceitando a derrubada massiva de suas habitações. Para a interventoria os casebres nos alagados da cidade e a população que residia nesses espaços não passavam de um incômodo, visto que atrapalhava o turismo da cidade e as propostas de modernidade estadonovista.

Com isso, os esforços realizados por Agamenon Magalhães em mostrar o centro do Recife como alinhado às tendências modernas de arquitetura, sempre entrava em contraste com a marcante presença do mocambo na cidade, o que causava perplexidade no olhar dos turistas que vinham a Recife, como revela o historiador Dirceu Marroquim (2015, p. 145):

Um cenário que habitualmente não era vendido como uma destinação turística, mas que, aparentemente, impressionou o olhar daquele viajante. O Zeppelin atracado próximo aos mocambos, com a população daquele entorno presente na paisagem, meninos encantados com aquela cena olhavam curiosos para câmera, ou para o fotógrafo. As moças paradas em frente ao mocambo fazendo pose para a excursão de passagem. A complexidade dessas relações apresenta um Recife singular se comparado à outras narrativas.

Diante desse cenário, para o interventor havia urgência em combater-se a todo custo o atraso dos mocambos, a falta de higiene repugnante que existia nessas habitações e o atraso provinciano que elas representavam, o perigo de possíveis doenças e imoralidades. Com o agravamento das tensões sociais, a preocupação com a pobreza e a moradia popular ganharam importância na interventoria de Agamenon Magalhães.

“O mesmo ao nomear Novaes Filho que passa a administrar o Recife entre os anos de 1937-1943” (ARRAIS, 2004, p. 46). O prefeito buscou durante o período seguir a interventoria pernambucana, que tinha como meta acabar com o problema da habitação popular, então o mesmo baixou um decreto proibindo a proliferação de mais habitações do tipo mocambos:

Antes da criação oficial da Liga, algumas medidas são tomadas pela interventoria. Já em abril de 1938, o prefeito Novaes Filho, baixa o decreto proibindo a construção de mocambos nas zonas urbanas e suburbanas da cidade (DECRETOS..., 1939, p. 177).

Após o decreto ter sido baixado pelo então prefeito na época, “Agamenon cria em junho de 1939 oficialmente a Liga Social Contra o Mocambo, que tinha como objetivo erradicar os mocambos do Recife, retirando a população de suas habitações com a promessa da casa própria”

(A CAMPANHA..., 1945, p. 2). Assim, de acordo com os discursos do interventor, a principal função da liga seria:

Iniciada a reunião o interventor Agamenon Magalhaes fez uma segura e clara exposição sobre os fins da Liga, ele iria trabalhar pela solução imediata do problema dos mocambos, com a intensificação da construção de casas populares, conciliando os industriais e os comerciantes para se reunirem em comissões que tratavam da organização e aplicação de capitães para neste fim. [...] Voltando a usar a palavra o interventor Agamenon Magalhaes esclarece ainda mais a questão, dizendo ser necessário começar o quanto antes a desocupação dos alagados, como por exemplo do Pina, onde já não era possível continuar o aterro em face da elevação dos níveis das marés (A CAMPANHA..., 1945, p. 2).

A proposta da Liga Social Contra o Mocambo de trabalhar para combater o mal dos mocambos, mostrou que a desagregação dessas habitações iria começar pelo Pina, visto que os mocambos ali existentes ficavam entre o Recife e a praia de Boa viagem, local de lazer das famílias burguesas e do turismo da cidade na época, sem falar que era o local com a maior quantidade de casebres erguidos naquela época.

Assim, eram feitas propagandas intensas contra os moradores de mocambo, em uma associação profunda entre a moradia e o sujeito, sendo as tais moradias estigmatizada como portadoras de todos os males. O apelo emocional é um recurso recorrente nos discursos do periódico Folha da Manhã escrito pelo interventor:

Na última audiência pública de sexta-feira, conversei muito com uma velhinha, cujo o trato e boas maneiras me impressionaram desde logo. Já tivera seus dias de grande felicidade. Residirá em casa própria. O marido era comerciante. Perdeu tudo. Morreu na indigência, velho, sem filhos e sem amigos, na casinha que hoje é mocambo, porque caiu a coberta de telha e ela, a sobrevivente, mal pode cobrir de palhas.

- E a vida nos mocambos, a senhora tem observado?
- Quando não chove, as noites passam-se calmas. O céu é claro e a gente conta as estrelas. O sol nasce cedo. A natureza ajuda os pobres. No inverno as noites são infernais. A água cai nos mocambos, há tanta revolta e tanto desespero sem remédio, tanta dor, sem alívio, que se os ricos ouvissem já teriam construídos casas acabando com os mocambos (A VELHINHA..., 1939, não p.).

Os artigos de Agamenon não só nesse texto, mas nos outros artigos da Folha da Manhã, não faziam simplesmente a um recurso de estilo pertencente à época, ele obedece a uma orientação retórica que auxilia para que o leitor se aproxime e haja comoção, através do apelo contido em seus discursos.



Imagem 02: Aspectos típicos dos mocambos na Cabanga. Habitações populares de tipo mocambo, casas feitas de barro e palhas. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Imagens do Boletim Técnico da Secretária de Viação e Obras Públicas. Boletim, vol. IV, nº 1, Janeiro a Março, 1941.

Agamenon Magalhães para impedir o surgimento de mais casebres foram estabelecidas leis que proibiam a sua construção, como também

ações de despejo, aumento de imposto e demolição dos mesmos. As medidas tomadas pelo Interventor Agamenon sobre os mocambos deixavam claro que não adiantaria os mocambeiros tentar erguer novamente seus mocambos nas áreas alagadiças da cidade, visto que os que assim fizessem estariam confrontando o próprio Estado:

Procuramos transformar a sua casa de taipa em uma casa de alvenaria e tenha o dono da casa de taipa, vi isso no domingo ontem em várias zonas da cidade está cavando alicerces em volta da antiga moradia, elevando as paredes e cobrindo de telha [...] no meu governo o primado é do bem público que estiver contra o bem público estará contra o Estado. O que faremos questão é que todas as casas de taipa [e de certo, se transformem em casas salubres (CASAS..., 1941, p. 3)].

O interventor federal com sua Liga Social Contra o Mocambo combateu o mocambo como construção e não a miséria que o habitava, ele “era visto como causa, e não como consequência, de uma situação de desigualdade econômica” (PANDOLFI, 1984, p. 63). O interventor afirmava que o mocambo acomoda o trabalhador, por isso ele não se esforça para mudar sua condição de pobreza, porém uma moradia nova, descente e saneada o estimularia a buscar melhorias para sua vida, o fazendo trabalhar até mais.

É notória a tentativa da interventoria de retirar os mais pobres das áreas centrais e colocá-los em regiões mais afastadas era o objetivo de Agamenon. Dessa forma, a pobreza e miséria não incomodariam os políticos e a sociedade mais abastada. Era compatível também com interesses de construtoras e do setor imobiliário visando nos terrenos mais centrais, áreas mais valorizadas da cidade.

A demolição dos mocambos e a retirada da população pobre de suas moradias foi uma ação da interventoria marcada por agressivos gestos de

repressão à construção e por atos concretos e simbólicos, de destruição e derrubada de habitações. Derrubava-se e em boa parte e as vezes não indenizava. A preocupação e criação de novas alternativas de habitação popular fez com que o interventor federal, aterrassse os mangues e fossem loteá-los para a construção de casas de alvenaria. Os mocambeiros por sua vez viam seus casebres serem derrubados, e alguns resistiram ao ver suas moradias literalmente indo por água abaixo:

Os mocambeiros entraram em luta quase forçados. Por necessidade para subsistir. Usaram todos os métodos possíveis às suas forças e as suas inteligências, para enfrentar adversário muito mais fortes. [...] despejos noturnos à base de violência, perseguições policiais, incompreensões de autoridades, prisões e demolições de mocambos, e até destruição de salas primárias instaladas nos mocambos e mantidas por mocambeiros (BEZERRA, 1965, p. 41).

Com isso, o interventor primava por explorar o discurso da pobreza como fruto dos mocambos, incentivando cada vez mais, as demolições. O que salientava a falta de olhar de Agamenon para os pobres, mas sobre a ideia de exploração da pobreza pela administração pública, somada a “acomodação” de tantos outros moradores que não quiseram conter as derrubadas e se interessaram pelas prometidas casas de alvenaria. No entanto, para os que foram contra a medida do interventor e não acreditavam que a retirada das habitações não iria trazer melhorias para a população pobre, restaram desapropriação forçada, ameaças e violências.

Referências

A CAMPANHA contra o mocambo. **Jornal Pequeno**. Recife, 13 jul. 1945, p. 2

- ALMEIDA, M. das G. *Folha da Manhã: o discurso da imprensa na construção da modernidade*. **Revista de Arquivo público de Pernambuco**. Recife, v. 42, n. 46, p. 11, 1996.
- ARRAIS, R. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife no século XX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2004.
- ARRUDA, F. **Arquitetura vernácula da habitação popular: análise das mudanças e permanências das características arquitetônicas da habitação popular decorrentes da intervenção de fatores financeiros, técnico e sociais**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- A VELHINHA do mocambo. **Folha da manhã**. Recife, 18 jul. 1939, não p.
- A VIDA obscura dos pescadores de mariscos: há muita gente no Recife que vivi do que dá o “mangue”. **Diário de Pernambuco**. Recife, 7 jul. 1937, não p.
- BEZERRA, D. U. C. **Alagados, Mocambos e Mocambeiros**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1965.
- CASAS de taipa. **Folha da manhã**. Recife, 6 set. 1941, p. 3.
- CASTRO, J. de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Antares, 1984.
- CASTRO, J. de. **Homens e caranguejos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO, J. de. **Fatores de localização da Cidade do Recife: Um ensaio de geografia urbana**. Rio de Janeiro: imprensa nacional, 2005.
- CEZAR, M. do C. do E. S. As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964). **Caderno de Estudos**. Recife, v. 1, n. 2, p. 152-178, 1985.
- CAVALCANTI, P. **O Caso eu conto como o caso foi: a luta clandestina**. Vol. 4. Recife: Guararapes, 1987.
- DECRETOS do governo do estado e do prefeito do Recife incentivando as construções de casas populares. **Jornal Pequeno**. Recife, 5 ago. 1939, p. 177.

- FRANCISO, T. P. **Habitação popular, reforma urbana e periferização, 1920- 1945.** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.
- GOMINHO, Z. **Veneza Pernambuco x Mucambopólis:** o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40). Jaboatão dos Guararapes, PE: Editora do autor, 1997.
- LIMA, R. M. C. de. **A cidade autoconstruída.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005.
- LIMA, R. M. C. de. **A cidade autoconstruída.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.
- LIMA, T. M. **Tela de Sincretismo:** uma introdução a poética dos mangues. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
- MARROQUIM, D. **Entre sujeitos e instituições:** turismo no Recife entre os anos de 1939-1944. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- MELO NETO, J. C. de. **O cão sem plumas:** poesias completas (1940-1965). 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.
- MENDONÇA, E. R. **A cidade no Rio:** conflitos sócio ambientais na área estuarina do Rio Capibaribe. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- MONTEIRO NETO, M. **Manguetown: a representação do Recife (PE) na obra de Chico Science e outros poetas do movimento manguê a (“cena Recifense nos anos 90”)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, 2003.
- PANDOLFI, D. C. **Pernambuco de Agamenon Magalhães:** consolidação de uma elite política. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1984.
- PESAVENTO, S. **Os Pobres da Cidade:** vida e trabalho (1880-1920). Porto Alegre: EdUFRGS, 1994.
- PONTUAL, V. Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 21, n. 42, p. 400-437, 2001.

REZENDE, A. P. **O Recife**: história de uma cidade. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.

SOARES, A. M. de C. Salvador: pobreza, figurações e territórios. **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Recife, 2003.

UM ANO de cruzada. **Folha da manhã**. Recife, 13 jul. 1940, não p.

ZHIOMN. **Caranguejos com cérebro**: primeiro manifesto Manguebeat. 2013. Disponível em: <https://medium.com/alayaspas/caranguejos-com-c%C3%A9rebro-primeiro-manifesto-manguebeat-1992-cd1ef292e73f>. Acesso em: 5 dez. 2020.

O jornalismo recifense no século 20 nos registros de funcionários do Diário de Pernambuco: relações de categorias, gênero e poder

*Tércio de Lima Amaral*¹
*Aline Maria Grego Lins*²

Introdução

As fontes tracionais da história da imprensa são, em geral, as coleções de jornais impressos ou os relatos de jornalistas. Este artigo tem como objetivo fazer uma história da imprensa com um outro olhar: a partir dos registros de empregados nos arquivos do departamento de recursos humanos do *Diário de Pernambuco*, sobretudo em meados do século 20. Analisamos 135 registros de profissionais de diversos setores: administração, manutenção, oficinas gráficas, publicidade e redação, contratados entre as décadas de 1910 e 1960. Foram avaliados temas como desigualdade salarial, relações de poder e de gênero na empresa. Concluímos que, ao utilizar esta documentação, ainda escassa aos pesquisadores, podemos contribuir para a reflexão de usos e abordagens de diferentes registros para a construção da história do jornalismo brasileiro.

Neste artigo foram analisados 135 registros de empregados do *Diário de Pernambuco* contratados entre os anos 1910 e 1960. Nos documentos constam informações a exemplo do nome do funcionário, filiação, número

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco e Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFRPE). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/426814944519965>

² Professora do Mestrado Profissional em Indústrias Criativas, da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7009706232605289>

de ordem, estado civil, nacionalidade, ocupação, idade, salário, endereço, lugar de nascimento, forma de pagamento, datas de admissão e de dispensa, além de espaço para fotografia do funcionário. Alguns registros também contam com o número das carteiras de reservista, do instituto e da profissional. A documentação inédita foi encontrada pelo departamento de recursos da empresa no final do ano de 2014, durante o processo de auditoria e venda do jornal do grupo *Diários Associados* ao grupo que responde pelo plano de saúde Hapvida, e disponibilizada aos pesquisadores pela empresa no mesmo ano. Das fichas disponibilizadas, ao menos 52 tinham registros duplicados e apenas uma estava ilegível. Na análise, dividimos esses funcionários em cinco setores distintos: administração, manutenção, oficinas gráficas, publicidade e redação.

Nosso artigo dialoga com estudos da história da imprensa recifense produzidos por Arnaldo Jambo (1975) e Luiz do Nascimento (1968), e as contribuições dos filósofos franceses Jacques Rancière (2014) Paul Ricoeur (2007) ao campo historiográfico, sobretudo da reflexão que este último propõe em torno do documento. Nossa proposta também é fazer uma reflexão desse tipo de documentação para a construção da memória jornalística. No caso, são analisados os registros de funcionários, cuja temática ainda não é comum em relatos históricos da imprensa, seja pela carência da manutenção desse tipo de arquivo pelas empresas ou, mesmo, de interesse da parte de historiadores da imprensa com a temática. Segundo Paul Ricoeur, para o historiador, o documento surge em diversas formas, a exemplo dos cacos das escavações arqueológicas e outros vestígios.

As informações, porém, são muito distintas – Ricoeur cita casos de curvas de preço, registros paroquiais, testamentos, banco de dados estatísticos – que só a figura do historiador pode interrogá-lo com a ideia de encontrar no documento uma informação sobre o passado. “Com efeito,

à parte das confissões, das autobiografias e outros diários, dos documentos oficiais, dos papéis secretos de chancelaria e de alguns relatos confidenciais de chefes militares, os documentos de arquivo provêm em sua maioria de testemunhos a contragosto” (RICOEUR, 2007, p. 181).

Neste artigo, acreditamos que os registros profissionais por nós analisados se encontram nessa segunda opção. Até porque essas fichas de funcionários tinham a finalidade de dinamizar a administração da empresa pelo setor responsável pela organização dos seus empregados. Hoje, reunidas, elas contam parte da história do jornal a partir das relações mantidas pela empresa com seus funcionários. Paul Ricoeur alerta que, se um papel de provas pode ser atribuído a documentos consultados, é porque o historiador vai aos arquivos com perguntas. Dessa forma, comungamos com a ideia do filósofo quando ele reforça que “Os documentos só falam quando lhes pedem que verifiquem, isto é, tornem verdadeira tal hipótese. Interdependência, portanto, entre fatos, documentos e perguntas” (RICOEUR, 2007, p. 188).

Assim, a partir da catalogação e análise dos 135 registros profissionais, partimos com as seguintes perguntas para a construção de nossa narrativa: qual era a participação de mulheres dentro da estrutura da empresa jornalística Diário de Pernambuco? Quais as diferenças salariais presentes na Redação no período analisado? Qual foi o período de maior contratação experimentado pelo jornal? Desse modo, a partir das questões levantadas, foram encontrados dados que nos ajudaram a interpretar, por meio do uso dessa documentação, parte da história da imprensa do Diário a partir de uma documentação inédita em dois pontos de vista: o acadêmico e o metodológico.

Outro referencial adotado nesse trabalho foi produzido pelo filósofo Jacques Rancière (2014), que relata que, após a Revolução Francesa em 1789, a historiografia ocidental pôde modificar sua abordagem e dar voz

ao povo, que se encontrava relegado na construção oficial da história – em outras palavras, não apenas trazer os “vencidos” da história, como também os invisíveis. “O tempo vivo e tagarela da história somente é inteligível se é fortemente escorado no tempo quase imóvel, no tempo especializado das grandes permanências” (RANCIÈRE, 2014, p. 124). Pois “os vencedores se gabam de fazer a história. Mas são os ‘vencidos’ que dão à história a base a-histórica sem a qual não há inteligibilidade própria da história”. (RANCIÈRE, 2014, p. 124).

Nessa perspectiva, a documentação analisada para o presente artigo colabora, também, para a construção de uma história não apenas a respeito dos jornalistas e cronistas da imprensa, algo explorado em pesquisas nas áreas da história e da comunicação, mas dando voz, ao mesmo tempo, a trabalhadores que compunham a empresa e que, de sua maneira, também ajudaram na elaboração do conteúdo final das edições do jornal, seja pela distribuição, impressão, revisão, tradução de textos, atendimento a leitores, cobrança etc.

Abordaremos no artigo, desde questões voltadas às relações de trabalho, de gênero, questões salariais e organizacionais da redação – informações que nem sempre estão disponíveis nas páginas dos jornais, seja por ser uma documentação de uso interno ou pela raridade da documentação. “Nos arquivos, o historiador profissional é um leitor (...) Antes do arquivo consultado, constituído, há o arquivamento. Ora, este constitui uma ruptura em um trajeto de continuidade” (RICOUER, 2014, p. 176).

Relações familiares no Diário de Pernambuco: dos motas às oficinas gráficas

Editor de um dos suplementos literários mais respeitados da região Nordeste, publicado pelo *Diário de Pernambuco* entre os anos de 1947 e 1959, o poeta e jornalista Mauro Mota (1911-1984) contou em seu ambiente

de trabalho com a presença de um dos seus irmãos, um ano depois de ter sido contratado pelo jornal. Enquanto Mauro Mota foi contratado em 1 de agosto de 1941, seu irmão, José João da Mota Albuquerque, conhecido como Zito Mota, o foi em 23 de maio de 1942. A descoberta do parentesco foi por meio do nome dos pais, José Feliciano Mota e Aline Alice Mota e Albuquerque, registrados nas fichas dos dois irmãos. Ao contrário de Mauro Mota, que desempenhou diversas funções em instituições culturais – sendo diretor executivo do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), atual Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), e imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL) –, há poucos registros sobre a história da família Mota e das funções que Zito desempenhou na empresa. Aliás, sua ficha não contém informações sobre qual cargo ocupava na nem a data de sua dispensa. Mauro Mota, por sua vez, ocupou cargos de direção no jornal após o sucesso do suplemento e, posteriormente, ao deixar a direção, continuou a colaborar com o jornal até próximo a sua morte, em 22 de novembro de 1984.

De acordo com relatos de familiares, Zito poderia ter entrado no *Diário* como tradutor e, logo depois, ter assumido a função de redator. Em 1951, após um arranjo que teria passado por Mauro Mota e pelo jornalista Manoel Gomes do Maranhão – contemporâneo de Zito e Mauro na redação e contratado pelo *Diário* em 1 de junho de 1937 –, Zito foi candidato à Prefeitura de Vicência e ganhou a eleição, garantindo os interesses dos Gomes Maranhão na região. No registro de empregados, Gomes Maranhão desempenhava a função de redator-secretário. Além disso, ele foi o primeiro presidente do Sindicato de Jornalistas de Pernambuco (Sinjope), fundado em 1938. Como a família Mota era originária de Vicência, esse teria sido um dos pretextos da candidatura.

O jornalista J. Gonçalves de Oliveira (1977) defende que tanto Mauro como o irmão seriam discípulos do jornalista Aníbal Fernandes, famoso e

influyente chefe de redação do *Diário* em meados do século 20. Na biografia *Aníbal Fernandes: jornalismo e ação civilizadora*, publicada pela Companhia Editora de Pernambuco (Cepe) com a Associação da Imprensa de Pernambuco (AIP), além dos irmãos Mota, o jornalista cita mais outros 22 profissionais que seriam discípulos de Aníbal, chamados “doutores em jornalismo”. Desses profissionais, Paulo Couto Malta (tradutor telegráfico), Odorico Tavares (redator secretário), Estácio Cardoso (redator telegráfico), Laurênio Lima (redator telegráfico) constam nos registros de empregados analisadas em nosso artigo. Segundo o autor, Mauro Mota foi “considerado o maior de todos (herdeiros de Aníbal), seu herdeiro em excelência profissional e intelectual e que foi, por muito tempo o seu ‘braço direito’ como secretário de redação” (OLIVEIRA, 1977, p. 78).

Mas não só a redação do *Diário* revela os laços familiares. A documentação a que tivemos acesso permite ampliar a abordagem da história da imprensa também para outros setores. Assim como Mauro Mota e o irmão, outros funcionários acabaram tendo parentes trabalhando em conjunto. Esse foi o caso nas oficinas gráficas da empresa. O ajudante de mecânica, Leonízio Pinheiro das Chagas, contratado para o cargo no *Diário* no dia 5 de fevereiro de 1935, com 18 anos de idade, era filho do chefe das oficinas, José Francisco das Chagas. Há grande diferença nas remunerações do pai e do filho. Leonízio ganhava apenas 7000\$ mil réis por dia, com pagamento semanal. Já o pai faturava 21\$916 mil réis por dia, também com pagamento semanal. O salário do chefe das oficinas demonstra a importância, desse setor, para os jornais impressos brasileiros, inclusive os recifenses.

O chefe das oficinas gráficas José Francisco das Chagas foi contratado no jornal em 27 de janeiro de 1913, com então 37 anos de idade. Oriundo de João Pessoa, na Paraíba, era um dos poucos profissionais da empresa

nascido no século 19, no ano de 1877. Francisco residia na Av. Central, no Recife e, além de Leonízio, tinha mais seis filhos reconhecidos no registro profissional: Suetonio, Onesino, Zelia, Luzinete, Laerson, Silvio e Arlinda. Os registros profissionais não revelam a escolaridade dos funcionários contratados. Em parte, demonstra que, no caso do jornalismo, a profissionalização ainda não era um fator determinante para a contratação desses profissionais. Apenas em 1961 é que o primeiro curso de jornalismo é fundado no Recife, na Universidade Católica de Pernambuco. E, mesmo com sua criação, profissionais com outras formações continuaram sendo contratados nas redações.

No caso das oficinas, os profissionais aprendiam o ofício na transmissão de pai para filho, como no caso de Leonízio. A importância das oficinas gráficas é um tema raro nos estudos de história da comunicação, e mesmo dos trabalhos cujo objetivo é o jornalismo impresso. Nascido em 29 de fevereiro de 1900, Eurico de Araújo Noblat foi contratado pelo *Diário de Pernambuco* em 29 de março de 1917. Pai de três filhos – Gilvanete e Gilvan, este último pai do jornalista Ricardo Noblat, ex-editor-chefe do jornal *Correio Braziliense* –, era casado com Doralice Souza Noblat, que, junto aos filhos, eram seus beneficiários, em caso de morte ou doença, como consta em um dos registros de funcionários da empresa. Sobre Eurico são poucas as informações. Ele era filho de Jacyntho Henrique Noblat e de Zumilra de Araújo Noblat e, quando foi contratado pela empresa, tinha 17 anos. Residia na Rua da Glória, no Recife, e sua profissão: linotipista. A função deriva do nome de uma máquina responsável pela impressão do jornal, a linotipo, cujas letras eram colocadas manualmente, de forma artesanal. Ausências da ficha, como o valor do salário e a carga horária diária, demonstram o baixo prestígio da função e, possivelmente, a longa jornada de trabalho em um dos jornais

mais influentes do Nordeste, fundado em 1825 e ainda em circulação, mas que hoje se encontra em franca decadência.

No ano de 1975, quando o *Diario de Pernambuco* completou 150 anos de atividade, o jornalista e articulista Arnaldo Jambo publicou um estudo sobre a história do jornal, que ainda hoje é uma referência. Abordado de forma tímida, o jornalista (JAMBO, 1975, p. 392) relatou a história do funcionário das oficinas José Ferreira da Costa, admitido no jornal em 9 de setembro de 1927, como consta em seu registro profissional. No aniversário dos 150 anos, José Ferreira completou 47 anos de serviço na empresa. Foi admitido, conforme sua ficha profissional, aos 21 anos. O funcionário tinha dois registros. Em um deles não consta sua ocupação; no outro é identificado como impressor. Consta sua assinatura em 25 de julho de 1940 e, provavelmente, mulher e filhos como beneficiárias: Iracy e José Jurandy Ferreira Costa, respectivamente. Para efeitos de comparação, Jambo revela que, em 1975, o *Diário* possuía, entre os setores de administração, publicidade, redação, oficinas, corpo de correspondentes e circulação mais de 450 funcionários (JAMBO, 1975, p. 362). Realidade bem diferente de quando José Ferreira da Costa iniciou sua carreira.

A força das oficinas e contratações nos anos 1930 e 1940

As oficinas do *Diario de Pernambuco* tiveram um grande volume de profissionais nos anos de 1940. Provavelmente porque o processo de impressão do jornal ainda não contava com a tecnologia conquistada em décadas posteriores. Dos 135 registros de empregados catalogados e analisados, 53 estavam nas oficinas, ou seja, 39,2% dos funcionários. O percentual é quase igual ao da redação com 38% dos registros. Os setores de administração com 14%, manutenção com 4,4%, e publicidade com 1,4%, seguem com médias inferiores no quadro geral. A porcentagem de

funcionários cujas funções não foram reveladas nos documentos analisados chegam a 2,2%. Outro ponto a destacar é o número de contratações nas décadas de 1930 e de 1940. Dos 135 registros profissionais analisados, 42,22% foram contratados nos anos 1930, ou seja, 57 funcionários. Já nos anos 1940, as contratações correspondem a 34,81% (47 funcionários). Um dos nossos indicativos é que essa documentação tenha sido usada, sobretudo, nos anos 1940 pelo departamento responsável pelo controle dos funcionários, para uma revisão ou estruturação do quadro de contratados. Isso porque, dos 135 registros analisados, 88 continham assinaturas dos funcionários, e delas 80,68% foram assinadas só nos anos de 1940. As assinaturas não tinham relação com a data de admissão. Constatamos que muitos foram contratados em períodos anteriores aos anos 1940, antes de registrarem suas assinaturas nas fichas. As assinaturas nos anos 1930 representam 4,54%, e as que não contêm datas correspondem a 14,77%. A ausência de assinatura de alguns funcionários mostra outro indicativo: a baixa escolarização dos contratados, principalmente no parque gráfico.

Uma ausência significativa nos registros é a fotografia. O que mostra que ela não era um recurso popular nos anos 1940. E, como as fotografias não demonstravam uma linha estética, possivelmente era tarefa dos funcionários entregarem esses registros à empresa. De todos os 135 registros profissionais analisados, apenas 26,66% têm fotografias. Outro dado diz respeito às dispensas. Dos 135 registros, 2,22% apresentam sua data de demissão nos anos 1930. Nos anos 1940, o índice chega a 22,22%. A década de 1960 fica com 1,48% das dispensas. Já os funcionários que não apresentam data de demissão representam 74,7%. Uma hipótese para essa questão é a de que parte desses colaboradores tenham continuado na empresa ou que o *Diário* tenha começado a usar outro tipo de registro nas contratações e controle dos seus funcionários.

Os anos 1930 e 1940 foram decisivos para o *Diário*. Neste período, em 1931, a empresa é vendida pela família Lyra ao grupo *Diários Associados*, do jornalista e empresário Assis Chateaubriand, que iniciou sua carreira como repórter na empresa. A venda, no entanto, foi contestada pela justiça pelos antigos proprietários, que pediram a falência do jornal. Segundo o jornalista Luiz do Nascimento (1968), a falência da empresa no ano de 1934 deu lugar a uma série de publicações pagas, ora de Carlos Lira & Cia, ora dos *Diários Associados*. O imbróglio foi resolvido no mesmo ano, com vitória dos *Associados*, e o sociólogo e jornalista Gilberto Freyre assumindo a direção da empresa, ao lado de Ismael Ribeiro. O sociólogo já havia dirigido o *Diário* nos anos 1920 e, na mesma década, no jornal *A Província*, quando se teria criado o primeiro manual de imprensa do Brasil (VIZEU, 2008). “Gilberto Freyre renunciou a 20 de novembro (de 1934) sua posição de diretor, que só aceitara para cobrir a fase de reorganização do *Diário*, continuando, todavia, a prestar-lhe concurso, na qualidade de colaborador” (NASCIMENTO, 1968, p. 160). Nesse ano, o jornalista Aníbal Fernandes assume o cargo de redator-chefe. A entrada nos *Diários Associados*, grupo de comunicação que administrou o jornal até o final do ano de 2014, permitiu a este uma modernização editorial e prestígio por integrar o maior conglomerado de mídia do país, que, nos anos subsequentes, seria responsável pela instalação da primeira emissora de televisão do país, a TV Tupi, nos anos 1950.

O ano de 1945, que marca o fim da Segunda Guerra Mundial, é considerado um dos mais sensíveis do jornal. Nesse ano, o *Diário* decide apoiar a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes para presidente da República. Durante o auge da campanha, realiza-se um comício cujos oradores discursaram da sacada da sede do jornal, no centro do Recife. Entre os participantes estão o sociólogo Gilberto Freyre, o jornalista Aníbal Fernandes e o estudante de direito Demócrito de Sousa Filho, morto com

um tiro na testa. No pátio, morreu um comerciante, e dez pessoas ficaram feridas (NASCIMENTO, 1968, p. 167). “O edifício ocupado pela polícia militar, sendo apreendidas as matrizes da edição do dia 4 (mês de março), e presos, à saída da redação, o repórter Hélio Pinto, às 11 horas da noite; o redator-chefe Aníbal Fernandes, às 2 e meia madrugada” (NASCIMENTO, 1968, p. 167), destaca Nascimento, informando que outros redatores foram conduzidos à Casa de Detenção e liberados no outro dia. O redator-chefe Aníbal Fernandes, em 2 de setembro do mesmo ano, também foi vítima de um atentado, quando saiu do jornal e chegou à sua casa, no bairro de Boa Viagem, no Recife. O atentado o deixou ferido na face e na cabeça.

Os registros de profissionais da empresa também ajudam a desmistificar alguns personagens, como é o caso do fundador do curso de jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco e primeiro doutor em comunicação do Brasil, Luiz Beltrão. Na história da imprensa recifense, ele é descrito como um dos membros do corpo redacional da empresa (NASCIMENTO, 1968, p. 169). O que constatamos nos registros do *Diário*, no entanto, é que Luiz Beltrão foi contratado, aos 18 anos, em 15 de dezembro de 1936, na função de arquivista, sendo dispensado em 16 de julho de 1939. Na sua documentação, aparecem Olinda como local de nascimento, o nome dos pais – Francisco Beltrão de Andrade de Lima e Maria Amália Temudo Andrade de Lima –, o salário de 100\$000 réis, pago em duas parcelas quinzenais, e sua assinatura no dia 26 de julho de 1939, dez dias após sua dispensa. No registro de Beltrão não constam nomes de beneficiários, nem seu estado civil. A função de Luiz Beltrão na empresa justifica a ausência de textos assinados por ele no *Diário*, objeto de desejo de pesquisadores que procuram sua produção jornalística antes de iniciar seus estudos comunicacionais. Além de Beltrão, a documentação revela a contratação de dois outros arquivistas: Paulo Pedrosa de Vasconcelos, nascido em 12 de agosto de 1920, e de Agamenon Santiago Malta, nascido

em 22 de novembro de 1918. No registro de Paulo, não há informações sobre suas datas de admissão nem de dispensa. No de Agamenon, apenas a admissão em 16 de maio de 1941, sem a informação da dispensa. Na ficha de Agamenon, consta que ele era do município de Nazaré da Mata, na Zona da Mata Norte de Pernambuco.

A documentação também mostra uma diferença salarial significativa na redação.

Redação - Tabela I	
Profissional contratado	Média salarial
Diretor redator chefe	1.200\$000
Redator secretário	450\$000 e 900\$000
Subsecretário	450\$000
Tradutor telegráfico	400\$000 e 900\$000
Redator esportivo	350\$000
Redator telegráfico	200\$000 e 300\$000
Tradutor	300\$000
Chefe de redação	250\$000
Correspondente	250\$000
Paginador	200\$000 e 240\$000
Repórter	200\$000 e 300\$000
Redator	150\$000 e 250\$000
Revisor	9\$000 e 210\$000
Auxiliar de revisão	28\$000
Contínuo	80\$000 e 230\$000
Fotógrafo	Tarefa

Na nossa análise (ver Tabela I), fizemos uma média salarial a partir de 20 dias trabalhados em um mês, pois, no caso de algumas funções, o pagamento se dava por meio de quinzena ou por diária. A remuneração poderia variar, caso esses profissionais trabalhassem outros dias da semana, como sábados e domingos. Porém, como não tivemos acesso às folhas de ponto, nem a empresa afirma ter esse tipo de registro, esse cálculo não pode ser disponibilizado integralmente. Das remunerações, como é o caso dos fotógrafos, o trabalho era por tarefa – sem valor predeterminado. Isto é, ganhavam por produção e por fotos, que poderiam

ser emplacedas nas edições do jornal. O maior salário era o do diretor, redator-chefe, função ocupada pelo jornalista Aníbal Fernandes. Chamamos a atenção para o cargo de redator esportivo, visto que, já nessa época, havia uma especialização para os profissionais que cobriam o setor de esportes, cuja média salarial era um pouco maior do que o redator sem especificidade.

Outra função que chamou atenção na redação foi a de contínuo. Nos registros, encontramos dois profissionais contratados: João Francisco do Nascimento, admitido em 1929, aos 20 anos, chegou a receber 230\$000 por mês, salário compatível a de redatores e repórteres. Demitido em meados dos anos 1940, foi substituído na função por Raul Godinho, em 1941, que foi contratado ao valor de 80\$000 por mês. Uma hipótese plausível para o alto salário de Francisco pode ser uma rede de relacionamento construída por ele dentro da redação. Os revisores também ocupavam uma função cujos rendimentos variavam significativamente. Observamos que, em alguns casos em que os profissionais recebiam salários maiores, isso se dava pelo fato de eles coordenarem o corpo de revisão. Os postos de revisão também tinham vida curta, com profissionais demitidos em pequenos intervalos. Muitos desses contratados poderiam buscar o jornal como uma fonte de renda alternativa, ou migrado de outras regiões, ou ainda representava a função o primeiro emprego. O revisor Jesualdo de Brito Aguiar, nascido em 1920, sem data de contratação, residia na Casa do Estudante de Pernambuco, mesmo endereço de Octacílio Nobrega de Queiroz, contratado aos 24 anos, em 1937, mas na função de repórter. Acredita-se que ambos eram estudantes.

Nos anos 1940, apenas uma mulher na redação, a correspondente Iracy Cavalcanti Affonso Ferreira. Ela é a única mulher presente nos registros de funcionários do *Diário*, a trabalhar na redação da empresa

entre os anos 1910 e 1960, período que abrange as contratações da documentação. Moradora da Av. Cruz Cabugá, no Recife, não consta seu estado civil, nem informações sobre beneficiários, como é possível identificar em outros registros. Sua admissão na empresa ocorreu em 1º de fevereiro de 1940, quando tinha 27 anos. O salário era compatível ao dos repórteres e redatores: 250\$000 mil réis por mês, com pagamento quinzenal – parcelamento do salário típico de recebimento majoritário na empresa até os dias de hoje. Em seu registro, consta uma pequena foto em preto e branco, uma assinatura em 6 de março de 1940, um mês depois de sua contratação, e sua data de dispensa: 21 de junho de 1944. A filha de Alberto Affonso Ferreira e Luiza Cavalcanti Affonso Ferreira, nascida no Recife, é uma das raras presenças feminina na empresa.

REGISTRO DE EMPREGADOS			
N.º de Ordem	N.º da Carteira Profissional		
	Serie		
Nome Iracy Cavalcanti Affonso Ferreira			
Filiação Alberto Affonso Ferreira e Luiza Cavalcanti Affonso Ferreira			
Idade	26 anos	Data do nascimento	27 / 8 / 1912
Nacionalidade	Brasileira	Local do nascimento	Recife
Residência	AV. Cruz Cabugá, 364	Data da admissão ao serviço	1 / 2 / 1940
Categoria e ocupação habitual	Correspondente	Salário	250\$000
Forma de pagamento	quinzenal	Nomes beneficiários	
Assinatura do empregado	<i>Iracy Cavalcanti Affonso Ferreira</i>		6 / 3 / 40
Data da dispensa	<i>21 de Junho</i>		de 1944.

Imagem I – Iracy Cavalcanti Affonso Ferreira foi o único caso de contratação feminina no jornal para a redação.

Foto: Reprodução/Registros de empregados do Diário.

Na redação, dos 52 contratados, Iracy representava 1,92% dos contratados, enquanto os homens 98,08%. A exclusão de mulheres no corpo contratado nos registros profissionais não significa que elas não colaborassem com o conteúdo, o que poderia acontecer sob forma de artigos e mesmo trabalhos temporários, como no caso dos suplementos.

Além da ocupação de correspondente, as funções disponíveis na redação eram: diretor, redator-chefe, redator-secretário, subsecretário, tradutor telegráfico, redator esportivo, redator-telegráfico, tradutor, chefe de redação, correspondente, paginador, repórter, redator, revisor, auxiliar de revisão, contínuo e fotógrafo. “Até o início dos anos 50, 95% dos jornalistas registrados na Delegacia Regional do Trabalho eram homens. O primeiro registro feminino na DRT é de Olga Pimentel Campelo, na função de colaboradora, em 12 de março de 1948” (MORAIS, 2007, p. 12), revela a pesquisadora Maria Luiza Nóbrega de Moraes, afirmando que Olga era dona de um cartório e repórter forense do *Jornal do Commercio*, outro jornal recifense ainda em circulação. A historiadora norte-americana Joan Scott (1995), referência em teoria de gênero, defende que o *gênero*, no singular, “é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86), assim como as relações construídas em jornais como o *Diário* neste período. Para ela, gênero é uma construção social dual, criada a partir de corpos sexuais, e essas diferenças constroem disparidades sociais cujos resultados são representações do “masculino” e do “feminino”.

O quadro de exclusão em Pernambuco também se explica pela ausência de mulheres filiadas no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado, fundado em 27 de novembro de 1947, e na Associação de Imprensa de Pernambuco, fundada em 1931 (MORAIS, 2007, p. 11). Nos anos 1940, com uma nova mudança técnica e a consolidação da imprensa diária através do *Diário de Pernambuco*, do *Jornal do Recife*, *Jornal Pequeno*, do *Diário da Manhã* e, ainda, com o reaparecimento do *Jornal do Commercio*, o jornalismo começa a ter um perfil mais profissional. “Nessa fase, embora as mulheres continuem colaboradoras, já se observam diferenças. O curioso é que o perfil profissional dessas mulheres também se altera. Vão saindo as literatas e chegando as professoras” (MORAIS, 2007, p. 11). Na

Associação de Imprensa de Pernambuco (AIP), as primeiras mulheres com registro foram Edwiges de Sá Pereira, em 1934, Araci do Rêgo Barros de Holanda, Maria das Graças Santos Leite, ambas em 1940, e Nair de Queiroz Andrade de Lima, em 1941. No sindicato, foram Célia Pereira e Raquel Fragoso de Almeida Castro, ambas em 1954 (MORAIS, 2007, p. 11).

Além da redação, nos setores administrativos, de manutenção, oficinas gráficas e publicidade –, a presença das mulheres também era inferior em comparação à masculina. A área administrativa foi a que registrou, em termos percentuais e de contratação, o maior número de mulheres. As funções desse setor se dividiam em administração, ajudante de contador, auxiliar de caixa, arquivista, caixa, cobrador, contador, datilógrafo, distribuidor e secretária. Dos 19 contratos, 5 eram mulheres – ou seja, 26,32% mulheres, e 73,68% homens. No entanto, as mulheres ocupavam apenas as funções de secretária e datilógrafa. E os salários eram parecidos, compatíveis com os de redatores e jornalistas da redação. A datilógrafa Maria Haidéa Pinheiro, contratada pelo *Diário* aos 21 anos, e a secretária Neide Pereira Diniz, contratada aos 19 anos, foram admitidas na empresa em 1º de setembro de 1941, e ambas tinham como salário 250\$000 mil réis, pagos semanalmente, mesma faixa salarial dos repórteres. No registro de empregado das duas não constam informações sobre estado civil, nem há menções de beneficiários. Ambas assinaram o registro cinco dias após a data de admissão no jornal.

De acordo com a historiadora Susan Besse (1999), a partir da década de 1910, as mulheres começaram a participar da mão-de-obra assalariada no Brasil. Para as famílias, o trabalho feminino representava uma proteção contra a inflação e crises econômicas, em detrimento do trabalho doméstico. “Até mesmo os pequenos salários ganhos por filhas solteiras, viúvas ou – em caso de necessidade premente – esposas poderiam fazer a diferença entre a sobrevivência precária e o mínimo conforto” (BESSE,

1999, p. 144). Ainda de acordo com a historiadora, a segmentação por sexo no mercado de trabalho, como acontecia no *Diário*, era encarada como meio essencial para necessidades econômicas e interesses sociais. Instituições como o estado, educadores e trabalhadores homens agiam para reforçar essa segmentação (BESSE, 1999). No entanto, apesar da entrada das mulheres no mercado de trabalho e das limitações impostas com os “trabalhos femininos”, o emprego de doméstica era a única saída para muitas. “No Brasil, em 1872, o emprego de 51,3% das trabalhadoras fora da agricultura era o de empregadas domésticas, essa percentagem caiu somente para 33,7% em 1920 e cresceu ligeiramente para 36,1% em 1940” (BESSE, 1999, p. 157).

Há setores do *Diário* em que não há registro de qualquer mulher contratada. São eles: publicidade, manutenção e o parque gráfico. As funções da publicidade, preenchidas completamente por homens, eram de chefe de publicidade e agente de publicidade. Constam dois homens para as duas funções, contratados, respectivamente, nos anos de 1941 e 1940. Já no setor de manutenção, existia a função de servente. O parque gráfico era composto por ajudante de estereotipia, ajudante de impressor, ajudante de mecânica, auxiliar de expedição, caldeireiro, chefe de expedição, chefe da mecânica, chefe das oficinas, emendador, fiscal de oficinas, fundidor, impressor, linotipista, mecânico e tipógrafo. No *Diário*, 94,81% dos registros de empregados nos meados do século 20 pertenciam a homens, que correspondiam a 128 funcionários, enquanto apenas 5,19% eram mulheres, sete das quais contratadas oficialmente, conforme documentação analisada.

Considerações finais

A história do jornalismo brasileiro, seja ela realizada por pesquisadores da comunicação ou da história, está repleta de exemplos de

grandes nomes, reformas editoriais e participação de literatos, os quais tiveram na imprensa seu primeiro ofício antes da consagração no mundo das letras. Este artigo, o primeiro de outras análises a partir desta documentação inédita dos profissionais que trabalharam no jornal *Diário de Pernambuco*, contribui para ampliar a discussão acerca da história da imprensa, incluindo personagens muitas vezes relegados ao anonimato, a exemplo de trabalhadores do parque gráfico e setores administrativos das empresas de comunicação. Entre nossos objetivos com essa documentação destaca-se a perspectiva de olhar voltado para temáticas nem sempre eleitas pelos pesquisadores, que se concentram, acima de tudo, nas atividades das redações ou na produção editoriais dos jornais impressos ao longo do tempo.

Os registros profissionais analisados nos mostram diversos caminhos, um dos quais o da representação da mulher nesses jornais impressos até, sobretudo, a primeira metade do século 20. A ausência de mulheres nas redações desses veículos enquanto profissionais contratadas não é a única justificativa para a abordagem de temáticas de gênero (antifeministas) e de caráter normativo direcionadas a elas – tão comum até hoje em jornais de grande circulação no Brasil. A documentação nos permitiu considerar que a exclusão feminina não se restringia a apenas um setor. Aliás, no caso de áreas como manutenção, publicidade e oficinas gráficas, nenhuma mulher foi contratada em meados do século 20. Essa ausência nos fornece um dado significativo: empresas de comunicação quase totalmente masculinas, da direção aos trabalhos mais simples do cotidiano, revelam um capítulo do jornalismo e de suas relações construídas historicamente pelas empresas de comunicação.

Mas essas informações fornecidas pelos registros profissionais também são importantes para a reflexão de outras práticas jornalísticas ao longo do tempo. Como esses registros de contratação se configuram

majoritariamente nos anos 1940, podemos afirmar que uma das principais características dos profissionais de imprensa era justamente a ausência de tempo determinado para execução de suas funções. Ao contrário de outros trabalhadores na empresa, nenhum registro de redator, chefe de redação, paginador (diagramação) contém a carga horária de trabalho, demonstrando que práticas ainda comuns no mercado de trabalho, do profissional à disposição exclusiva, foram construídas historicamente. Por outro lado, a documentação também revela uma estrutura diferenciada de trabalho, com revisores, redatores e repórteres esses dois últimos personagens com funções bem específicas: um escrevia e outro tinha a função de apurar as informações na rua, respectivamente. Outra realidade distinta dos dias atuais, em que o repórter acumula todas essas funções nas redações brasileiras.

Por outro lado, práticas como as relações familiares e afetivas, comuns nos dias de atuais, já eram reforçadas por essas empresas, sejam elas na redação ou mesmo nas oficinas. Um exemplo disso são os amigos e familiares que acabam por indicar conhecidos para atividades que surgiam no ambiente de trabalho, mostrando escolhas nem sempre baseadas em critérios técnicos. Dentro da história da comunicação, também destacamos um ponto em especial: apesar da decadência editorial nos dias atuais, o *Diário de Pernambuco* era um dos principais jornais do grupo *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand. Aliás, dos anos 1920 até meados dos anos 2010, este foi considerado um dos principais jornais da região Nordeste. O regime de contratação da empresa, já nos anos 1940, estava integrado a um grande grupo de comunicação, o qual poderia ter, em suas atividades, as mesmas práticas trabalhistas, seja em relação às mulheres, ao regime de horário de trabalho ou, inclusive, à diferença salarial entre seus profissionais da redação e outros setores.

Assim, reiteramos que esses registros profissionais – como outros documentos deixados e relegados nos arquivos de jornais – podem contribuir na construção da história da imprensa recifense e brasileira, multiplicando a fala de seus personagens além da redação. “Esse mundo das testemunhas mudas que o historiador conduz a uma significância sem mentira é, na verdade, o que a história do nosso século reivindicará como seu domínio: no lugar das cartas dos embaixadores ou da papelada dos pobres, a multiplicidade das palavras que não falam, das mentiras inscritas nas coisas” (RANCIÈRE, 2014, p. 89).

Referências

- BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1999.
- JAMBO, Arnaldo. **Diário de Pernambuco**: História e Jornal de Quinze Décadas. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1975.
- MORAIS, Maria Luiza Nóbrega de. **Presença feminina no jornalismo pernambucano: dos primórdios à regulamentação profissional**. V Congresso Nacional de História da Mídia. São Paulo: Facasper e Ciee, 2007.
- NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821/1954), vol. I**. Recife: Imprensa Universitária, Universidade Federal de Pernambuco, 1968.
- OLIVEIRA, J. Gonçalves de. **Aníbal Fernandes** – jornalismo e ação civilizadora. Recife: Associação de Imprensa de Pernambuco, 1977.
- RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história**: ensaio de poético do saber. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n.2, jul-dez, 1995.

VIZEU, Alfredo. Gilberto Freyre e os manuais de redação. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, Pós Com-Methodista, a. 29, n. 50, p. 163-177, 2. sem. 2008.

Tércio de Lima Amaral cursa doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Foi repórter do *Diário de Pernambuco* entre os anos de 2010 e 2018. Email: tercio.amaral@uol.com.br - <https://orcid.org/0000-0002-2810-5010>

Aline Maria Grego Lins é doutora em Comunicação e Semiótica (PUC/SP). Professora do Mestrado em Indústrias Criativas da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Pós-doutora pelo Programa de Comunicação e Cultura da ECO/UFRJ. E-mail: aline.grego@unicap.br - <https://orcid.org/0000-0001-7905-8376>

Parte 2

Ditadura Militar

Gregório Bezerra e Mércia Albuquerque: estados de exceção, ditaduras, passado presente

*Táso Brito*¹

Introdução

Hoje, uma viatura policial segue com jovens negros presos, algemados e torcendo para cheguem vivos ao seu destino. No passado, um navio negreiro zarpu da costa da África com destino ao Brasil carregado de negros presos, grilhões e torcendo para cheguem vivos ao seu destino. Apesar de serem cenas imaginadas, as duas apresentam uma verossimilhança com o presente e o passado de nosso país. A população negra brasileira não foi integrada ao projeto de cidadania democrática no Brasil.

Mulheres, que até o começo do século XX nem mesmo votavam, hoje são vítimas de violência e de uma gritante desvalorização trabalhista na forma salarial². Povos indígenas, que tiveram suas terras invadidas ao longo de nossa história, hoje são mortos às centenas em conflitos por terra pelo Brasil. Ambos, também, não foram integrados ao projeto de cidadania democrática no Brasil.

Esta parcela da população é trazida a um ordenamento social através de seu processo de marginalização e exclusão social. São excluídos para que possam ser incluídos. A exclusão inclusiva é um conceito do filósofo

¹ Doutorando em História na Universidade Federal do Ceará (UFC), graduado e mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6059706151064264>

² Para mais dados sobre a violência contra mulheres: WASELFSZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015 homicídios de mulheres no Brasil*. In: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

italiano Giorgio Agamben³, no qual aquele que é excluído de fato não é posto de fora da sociedade, mas sim incluído na sociedade através de sua exclusão. Ou seja, não existe exclusão, mas sim uma alocação da vida em um determinado lugar para atender os cálculos de poder.

Então, resta perguntar que democracia é esta que vivemos, na qual parcelas significativas de nossa sociedade são excluídas? Os mecanismos usados para tais exclusões são atos de exceção que convivem com as regras democráticas. É preciso, como escreveu Walter Benjamin, reelaborar outro conceito de história para entender tais relações. Na tese VIII de seu texto *Sobre o conceito de História* escreveu:

A tradição dos oprimidos nos ensina que o "estado de exceção" em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX "ainda" sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável. (BENJAMIN, p.226, 1994)

Ao analisarmos a situação de negros, mulheres e indígenas é gritante como estes, de forma geral, não tem acesso igualitários aos mecanismos que constituem a democracia. Desta forma muitas vidas experimentam verdadeiros estados de exceção, transformando a democracia em uma prática incomum.

Vidas submetidas à exceção como regra assemelham-se a uma figura do direito romano, o *homo sacer*, que segundo Giorgio Agamben (2010)

³ AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

eram aqueles que não foram condenados a morte, mas seu assassinato não era considerado homicídio. Ou seja, sua vida não entrava na *urbe*, entendida como a cidade em sua dimensão política e jurídica, não apenas como espaço físico. Estavam submetidos a um estado de exceção permanente.

Jacques Rancière (2014), em *O ódio à democracia*, defende que muitos são aqueles que temem uma grande crise da democracia que seria gerada pela própria atividade democrática. Ou seja, o exercício pleno daquilo que se entende por democracia, causaria o colapso da mesma, pois não existiria espaço de participação para todos. Desta forma, houve em vários momentos medidas para evitar esta crise. Incluindo-se várias formas de estados de exceção nas democracias. Essa descrença na democracia plena urdiu uma legalização do próprio estado de exceção, e em momentos de crises o estado de exceção aflora.

Em uma entrevista publicada no blog da editora Boitempo⁴ Giorgio Agamben foi perguntado sobre as crises econômicas e políticas dos países europeus. Ele respondeu:

A crise atual tornou-se um instrumento de dominação. Ela serve para legitimar decisões políticas e econômicas que de fato desapropriam cidadãos e os desproveem de qualquer possibilidade de decisão. Na Itália isso é muito claro. Aqui um governo foi formado em nome da crise e Berlusconi voltou ao poder apesar de basicamente contrariar a vontade do eleitorado. Esse governo é tão ilegítimo quanto a dita constituição europeia. Os cidadãos da Europa devem ter claro que esta crise interminável – assim como um estado de emergência – é incompatível com a democracia.

A crise justificou as ações do estado de exceção no seio de governos tidos como democráticos. E a crise prolongada que muitos estados

⁴ Disponível em : <https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/17/a-crise-infundavel-como-instrumento-de-poder-uma-conversa-com-giorgio-agamben/>, acesso em 02 de Dezembro 2020.

ocidentais vêm atravessando pavimentando um caminho para um estado de exceção permanente. Isto é um entrave à construção da democracia plena, na qual todos possam ter acesso aos bens históricos e socialmente produzidos.

No Brasil, a crise econômica e política ganhou contornos dramáticos através do processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff. Um ato de exceção que levou ao poder um governo pouco representativo da população brasileira, que propôs criticáveis reformas ao nosso sistema trabalhista, previdenciário, educacional e econômico. Mudanças pautadas no discurso da crise. Todo o processo do impedimento e do estabelecimento do novo governo aconteceu diante do olhar da Justiça que deu seu aval.

Estados de exceção, ditadura, passado presente

O estado de exceção, segundo Agamben (2004), se faz valer de sua força para uma constante criação das leis. Para este autor, o estado de exceção não é aquele que funciona sem ordenamento jurídico, mas é aquele que pode suspender o direito para preservar uma determinada ordem. Assim, a exceção convive com ordenamentos políticos e jurídicos dos mais diversos. Desta forma, o estado de exceção brasileiro se situa no lugar de indistinção entre a existência e a não existência de legalidade, é desta zona de indistinção que o estado cria as regras e, por não sair desta zona, é que podemos chamá-lo de estado de exceção. Como analisam Foucault (2003) e Agamben (2010), esta zona é ocupada através da força, tanto coercitiva quanto a força do convencimento.

Para Agamben, o estado de exceção está em contato com as formas de governar ao longo da história, para ele o fim da escravidão na América do Norte, a Revolução Francesa e o Nazismo foram momentos nos quais os governos se utilizaram dos estados de exceção. Ainda segundo o filósofo,

a democracia dos Estados Unidos da América, sem instaurar uma ditadura ou qualquer outro regime não democrático, se valeu de atos exceção e/ou excepcionais para tomar medidas jurídicas que, nas palavras do filósofo, “não podem ser compreendidas no campo do direito.” (2004 p.14). Escreveu Giorgio Agamben:

A novidade da “ordem” do presidente Bush está em anular radicalmente o estatuto jurídico do indivíduo, produzindo, dessa forma, um ser juridicamente inominável e inclassificável. Os talibãs capturados no Afeganistão, além de não gozarem do estatuto POW (prisioneiro de guerra) de acordo da convenção de Genebra, tampouco gozam daquele de acusado segundo a lei norte-americana. (AGAMBEN, 2004 p.14)

Os atos de exceção não anulam a democracia americana, coexistem com ela. Ainda segundo Agamben (2004 p.15), o termo estado de exceção é estranho à tradição anglo-saxônica do direito, assim como na italiana e francesa. Porém, estas tradições se referem a estes atos excepcionais como *Lei Marcial e Poderes Emergenciais* (anglo-saxão); *Decretos de Urgência e Estado de Sítio*, que pode ser *político* ou *fictício* (Itália e França). O *Estado de Exceção* é comum na tradição alemã.

As terminologias italiana, francesa e anglo-saxônica, indicam a guerra (lei marcial e estado de sítio) como a situação de origem para se estabelecer os atos de exceção. Estendem-se para o âmbito civil as esferas da autoridade militar em tempos de guerra, assemelhando às esferas bélicas às demais esferas do social. Por isso, em muitos países, como o Brasil, os presidentes são, também, a maior autoridade militar. Desta forma, lei marcial ou o estado de sítio são capazes de unificar os poderes executivo, legislativo e judiciário na figura de mando militar, que, como já dito, em muitos países é o chefe do executivo. Essa união, para Giorgio

Agamben (2004 p.19), tem se tornado a tendência do paradigma governamental desde a Primeira Guerra Mundial.

Estas medidas excepcionais, segundo Agamben (2004 p.22), são a maneira que algumas tradições jurídicas ocidentais encontraram para regulamentar o estado de exceção. Assim, o estado de sítio ou lei marcial são formas que as tradições jurídicas criaram para dar caráter legal ao estado de exceção.

As medidas são muitas vezes previstas em constituições democráticas. No Brasil, apenas a constituição de 1937⁵ não faz menção à possibilidade de se decretar um estado de sítio. Desta maneira, exceções à democracia são previstas no Brasil desde a constituição de 1891 até a nossa atual, de 1988. As relações entre a democracia e o estado de exceção não são antagônicas.

A república brasileira mantém um diálogo jurídico com o estado de sítio. Os artigos das constituições brasileiras que versam sobre as medidas excepcionais são em geral parecidos. A constituição de 1891 prevê que é função do presidente:

Art 20. declarar em estado de sitio um ou mais pontos do território nacional na emergência de agressão por forças estrangeiras ou de comoção interna, e aprovar ou suspender o sitio que houver sido declarado pelo Poder Executivo, ou seus agentes responsáveis, na ausência do Congresso (BRASIL, 1891) [Sic]

Constituição de 1934:

Art 175 - O Poder Legislativo, na iminência de agressão estrangeira, ou na emergência de insurreição armada, poderá autorizar o Presidente da República a declarar em estado de sítio qualquer parte do território nacional (BRASIL, 1934)

⁵ A constituição encontra-se disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.html, acesso em 20 de março de 2015.

Constituição de 1947:

Art 206 - O Congresso Nacional poderá decretar o estado de sítio nos casos:

I - de comoção intestina grave ou de fatos que evidenciem estar a mesma a irromper;

II - de guerra externa. (BRASIL, 1947)

Constituição de 1967:

Art 152 - O Presidente da República poderá decretar o estado de sítio nos casos de:

I - grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção;

II - guerra. (BRASIL, 1967)

Constituição de 1988:

Art. 137. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de:

I - comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa;

II - declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.

Parágrafo único. O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria absoluta. (BRASIL, 1988)

As constituições de 1891, 1934, 1967 e 1988 apresentam a possibilidade de um estado de sítio diante de uma necessidade, seja a guerra contra um inimigo externo ou o confronto de uma desordem interna. O direito da necessidade, segundo o filósofo Giorgio Agamben (2004), é baseado na máxima latina *necessitas legem non habet*, que pode

ser traduzida como *a necessidade não tem lei*. Desta forma as constituições brasileiras transformam o estado de exceção em estado de sítio, atribuindo uma pretensa regulação por lei sobre aquilo que não era normatizado. Elas enquadram na forma de lei aquilo que não é a lei, se aplicando naquilo que se exclui.

Outro aspecto importante sobre o direito da necessidade é que este se apresenta como uma decisão política. Decretar o estado de sítio é prerrogativa daqueles que estão instituídos no controle das instituições, no caso brasileiro o executivo e/ou legislativo. O que faz este mecanismo jurídico ter o objetivo político de preservar um determinado *status quo*, ou seja, decretar um estado de sítio pode ter usos contra poderes constituintes, contra o novo que se confronta com o estabelecido, contra alguma força nova que põe em xeque o modelo político vigente. Acreditamos que até o momento a democracia é a melhor forma de governo, porém, isso não implica dizer que no futuro não possa existir outra forma melhor. Por isso, é preocupante essa proteção jurídica e política da democracia. A democracia é protegida para que esta não tome outros rumos se não aqueles desejados pelo poder estabelecido.

Os Atos Institucionais (AI), criados pela ditadura Militar-Civil, foram mecanismos usados para exceção e regra se fundirem. O AI-1 em seu texto introdutório versou:

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder

Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe. (BRASIL, 1964).

Mas, ao mesmo tempo em que o movimento golpista se declara poder constituinte, o primeiro artigo versava: “Art. 1º - São mantidas a Constituição de 1946 e as Constituições estaduais e respectivas Emendas, com as modificações constantes deste Ato.” (BRASIL, 1964). Desta forma, a exceção e a regra eram elementos que estavam juntos.

Os demais atos institucionais vão aproximar ainda mais o estado de direitos e o estado de exceção. Para o historiador Daniel Aarão Reis (2014 p.123), os Atos Institucionais são o cerne do estado de exceção na ditadura militar-civil. Para este historiador a revogação dos mecanismos, em 1979, pôs um fim a ditadura brasileira, porém assumindo a perspectiva teórica do Agamben, o estado de exceção não é sinônimo de ditadura.

No Brasil, o regime ditatorial se valeu da força do estado de exceção para implementar suas políticas, principalmente aquelas criadas para reprimir os adversários políticos. Com uma política marcada fortemente pelo ideário da Doutrina da Segurança Nacional, os opositores do regime foram transformados em inimigos da nação através da Lei de Segurança Nacional (LSN), um dos mecanismos que criavam um estado de exceção no Brasil.

Em 1935, foi criada a primeira Lei de Segurança Nacional. Isto permitiu que o governo de Getúlio Vargas transferisse certos atos considerados crimes para uma legislação especial. Com os acirramentos políticos, ela passou a ser usada contra indivíduos considerados inimigos daquele regime. Com o fim do Estado Novo a lei foi mantida até ser substituída por outra em 1953⁶.

A nova Lei de Segurança Nacional foi elaborada no mundo em Guerra Fria, fortemente marcada com as preocupações de preservar o sistema político-econômico brasileiro de ameaças externas. O historiador Eric Hobsbawm (2009) afirma que neste período, de forma geral, se acreditava que a instabilidade geopolítica entre o bloco capitalista e o comunista era tamanha que a humanidade estava à beira de uma terceira guerra mundial de proporções apocalípticas por conta do uso de armas nucleares e de destruição em massa. Segundo Raffaele Nocera (2012), o governo dos Estados Unidos da América conseguiu lograr êxito em manter muitos países latino-americanos no eixo capitalista. Conforme Marina Franco (2012), a definição principal de segurança continental era baseada na ameaça comunista.

Com essas preocupações, da ameaça comunista externa, uma nova Lei de Segurança Nacional, criada em 1953 (lei nº 1.802), traz em seu texto:

Art. 1º São crimes contra o Estado e a sua ordem política e social os definidos e punidos nos artigos desta lei, a saber:

Art. 2º Tentar:

I - submeter o território da Nação, ou parte dêle, à soberania de Estado estrangeiro;

⁶ Ver mais informações no site da Fundação Getúlio Vargas, disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/anos3037/RadicalizacaoPolitica/LeiSegurancaNacional>, acesso em 05 de Dezembro de 2020.

II - desmembrar, por meio de movimento armado ou tumultos planejados, o território nacional desde que para impedi-lo seja necessário proceder a operações de guerra;

III - mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional;

IV - subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo; (BRASIL, 1953).

A Lei de Segurança Nacional de 1953 adiciona a questão da ameaça estrangeira às preocupações de segurança governamental. A LSN de 1935 era uma lei de 52 artigos, onde nenhum deles era voltado para esta preocupação com ameaça estrangeira. Cada lei de segurança corresponde a preocupações do seu tempo, luta os embates do seu momento presente.

Mas, em comum às duas leis há o fato de que ambas em seus textos visam proteger o *status quo* vigente. São mecanismos que tornam, juridicamente, um determinado projeto político em um projeto de nação e aqueles contrários, a ele, transformam-se em inimigos.

Enquanto isso, na década de 50, a preocupação militar gravitava em torno dos conceitos da Doutrina de Segurança Nacional, que, de acordo com João Roberto Martins Filho (2009), era fortemente baseada na produção intelectual e experiência francesa durante a rebelião argelina. Ainda segundo este cientista social, o conceito de *guerre révolutionnaire* era fulcral, pois é o que vai nortear as ações de repressão. Sobre esse novo conceito, João Roberto Martins Filho escreve:

A Guerra Revolucionária é diferente da guerra convencional porque coloca o recurso às armas no final e não no começo do conflito. Sua evolução pode ser explicada em cinco etapas. Na primeira etapa, os revolucionários agem sem declarar seus objetivos, preparando cautelosamente a população que se pretende conquistar. Na segunda, efetiva-se a construção de organizações subversivas e formam-se bases que subvertem a capacidade de ação

governamental. É a fase das manifestações, tumultos e atos de sabotagem. A terceira etapa é a da formação de grupos armados, que iniciam ações de menor escala, destinadas a corroer os poderes constituídos. É a fase do terrorismo. A penúltima etapa é a do estabelecimento de zonas liberadas ou bases *d'appui*, onde o Exército regular não consegue mais entrar. (...) A quinta fase é a conquista do poder numa ofensiva final. (MARTINS FILHO, 2009 p.183-184).

Na Escola Superior de Guerra, a guerra revolucionária passou por mudanças, entre suas variações se estabeleceu o conceito de inimigo interno (MARTINS FILHO, 2009). Para combater esta ameaça a segurança nacional era preciso estabelecer uma guerra total contra os mesmos. Segundo o cientista social, Nilson Borges, a guerra total implica que:

Toda a política nacional, portanto, é reorientada em função da segurança, sendo que as esferas militar e política são indissolivelmente ligadas, de maneira que a política deixa de ser uma *arte civil* para se transformar em *arte militar*. A guerra interna ou a eliminação do inimigo interno passa a ser uma estratégia imposta pelos imperativos da segurança nacional (BORGES, 2012 p. 28).

Depois do golpe de 1964, a Lei de Segurança Nacional vai ser usada como um dos principais mecanismos jurídicos para reprimir aqueles que eram considerados inimigos do Estado. A lei de 1953 vai ser a base de acusação daqueles que foram nomeados de subversivos e ou comunistas.

A Lei de Segurança Nacional faz parte de uma maquinaria que possibilitou a repressão aos adversários do regime. Mas, ela já era usada antes de 1964. Em 1956, o Partido Comunista em Pernambuco teve algumas de suas lideranças presas. Dentre esses membros do partido comunista podemos citar: Ivo Valença, Aristides Ferreira Alves, Hugo Ferreira e Antônio Ferreira da Silva. Formando o processo judicial nº

1546⁷. Todos eles foram acusados na Lei de Segurança Nacional, em seu nono artigo que é:

Art. 9º Reorganizar ou tentar reorganizar, de fato ou de direito, pondo logo em funcionamento efetivo, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação dissolvidos por força de disposição legal ou fazê-lo funcionar nas mesmas condições quando legalmente suspenso. (BRASIL, 1953) [sic]

O Partido Comunista estava na ilegalidade desde 1947. A prisão das lideranças comunistas é baseada nesta transgressão. O relatório policial, peça informativa do processo jurídico, aponta também para outra direção:

Orgulhamo-nos de haver prestado, embora modestamente, um serviço de real importância ao nosso querido Estado e ao nosso amado Brasil. Desarticulando o “Comité Regional de Pernambuco”, do Partido Comunista do Brasil, embargamos os passos daqueles que, obedientes às palavras de ordem oriundas de Moscou, tentavam articular movimentos que, certamente, visavam operações de maior vulto no tocante á subversão da ordem. (Sic)⁸

A ideia de um inimigo externo estava presente, pois um dos perigos que representava o Partido Comunista era de ser receptor do discurso oriundo de Moscou. Com a ditadura instaurada em 1964, tal categoria, a do inimigo externo, ganhou mais destaque.

A força política que aplicava a lei mudou e isto também mudou sua aplicabilidade. A força é o que garante a lei. Como ressalta o filósofo Jacques Derrida:

Existem, certamente, leis não aplicadas, mas não há lei sem aplicabilidade, e não há aplicabilidade ou “enforceability” da lei sem força, quer seja direta ou

⁷ Processo de nº 1546, Memorial da Justiça de Pernambuco, na caixa de processos históricos.

⁸ Ibidem

não, física ou simbólica, exterior ou interior, brutal ou sutilmente discursiva – ou hermenêutica – , coercitiva ou reguladora etc. (DERRIDA, 2010 p.8-9)

O governo ditatorial articulou outras formas de aplicar as leis já vigentes. Uma das grandes mudanças para a Lei de Segurança Nacional foi realizada por modificação na constituição, via AI-2, que em seu oitavo artigo:

Art. 8º - O § 1º do art. 108 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º - Esse foro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei para repressão de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares.

§ 2º - Competem à Justiça Militar, na forma da legislação processual, o processo e julgamento dos crimes previstos na Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953.

§ 3º - A competência da Justiça Militar nos crimes referidos no parágrafo anterior com as penas aos mesmos atribuídas, prevalecerá sobre qualquer outra estabelecida em leis ordinárias, ainda que tais crimes tenham igual definição nestas leis. (BRASIL,1965).

Civis foram levados aos tribunais da justiça militar. O que antes era julgado na esfera comum, passou a ter um foro diferenciado. Muitos advogados encaravam a justiça militar como um lugar de menor possibilidade de absolvição de seus clientes. O historiador Antônio Torres Montenegro (2011), ao contar a história de um grupo de trabalhadores rurais envolvidos em disputas trabalhistas em tempos de ditadura Militar-Civil, afirma que era constante o esforço dos advogados para que a questão de seus clientes não fosse considerada subversão da ordem e, portanto, não fosse levado à justiça militar.

Em 1967, junto à nova constituição emergiu uma nova Lei de Segurança Nacional (lei nº314). Segundo a jurista Kathia Martin-Chenut

(2009), essa nova lei tornava os cidadãos responsáveis pela segurança do país e o novo texto previa tipos penais amplos e vagos.

Com a decretação do AI-5 foi vetado a possibilidade de impetrar *habeas corpus* para os crimes relativos à Lei de Segurança Nacional. Fato este que tornava a defesa nos tribunais militares ainda mais difícil.

Cada vez mais ia se tornando complexo o sistema judicial da ditadura. Segundo Kathia Martin-Chenut (2009): “Essa complexidade não traduz necessariamente incapacidade ou incompetência jurídica, pelo contrário, ela representa uma estratégia que torna difícil o exercício de direitos pelos cidadãos e entrave ao controle internacional. (2009, p.239)”.

A existência de uma legalidade foi uma das estratégias de legitimação do governo ditatorial. E segundo o historiador Anthony Pereira (2010), a presença desta preocupação com a justiça no Brasil é uma das principais diferenças entre as ditaduras no cone sul em meados do século XX.

Foi no uso da lei que o estado ditatorial brasileiro conseguiu pôr em prática muitas de suas políticas. A ditadura e a constituição dialogaram, o estado se valeu da força da lei para fazer o regime funcionar.

Uma parcela dos advogados de presos políticos e seus clientes usaram da visibilidade dos julgamentos para expor as práticas ilegais que muitos agentes do estado brasileiro praticavam contra aqueles que eram considerados inimigos do regime ditatorial. Segundo Wilma Antunes Maciel (2006) 25% dos processos que formam o arquivo *Brasil Nunca Mais*⁹ relatam a tortura dos réus e de testemunhas. Esta autora ao escrever sobre a defesa de presos políticos relata algumas práticas dos advogados. Entre a atuação de alguns defensores, ela destacou:

⁹ O arquivo do Brasil Nunca Mais foi desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo nos anos oitenta, sob a coordenação do Rev. Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns. A iniciativa teve três principais objetivos: evitar que os processos judiciais por crimes políticos fossem destruídos com o fim da ditadura militar, tal como ocorreu ao final do Estado Novo, obter informações sobre torturas praticadas pela repressão política e que sua divulgação cumprisse um papel educativo junto à sociedade brasileira. Para mais informações ver <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>

Já o advogado Francisco Antonio de Moraes da Cunha, na defesa de Antonio Roberto Espinosa e Dilma Rousseff, atuou como um verdadeiro tribuno em uma longa arguição, contestando as irregularidades processuais. Reiterou as denúncias de Espinosa de que prestaram depoimentos sob terríveis torturas (MACIEL 2006 p.180)

Gregório Bezerra foi um dos principais líderes do Partido Comunista (PC) daquele momento. Ele foi preso nos primeiros dias do golpe de 1964 e relatou à auditoria militar sua tortura, e o escrivão assim registrou:

Por ocasião de sua prisão foi mandado recolher ao forte das Cinco Pontas, sendo transferido imediatamente para o Parque de Motomecanização sob o comando do Ten. Cel. VILLOCH, onde foi o interrogado recebido a cano de ferro e com a cabeça rachada e todo ensanguentado, começaram os espancamentos bárbaros pelo próprio Cel. VILLOCH e um grupo de sargentos comandados pelo mesmo, dizendo que os sargentos não tivesse pena do interrogado; que com os pés em carne viva foi o interrogado arrastado pelas, digo, amarrado pelo pescoço pelas ruas do bairro de Casa Forte, inclusive na frente do CPOR, onde Cel. VILLOCH, fez um comício concitando oficiais e alunos a linchar o interrogado, isto além das palavras de baixo calão usadas pelo referido Ten. Cel VILLOCH, inclusive ferindo a dignidade de sua família, dizendo o Tem. Cel. “EU SOU IBADEANO”; que também foi levado até a frente à residência do referido Ten. Cel. VILLOCH e foi além da residência do Ten. Cel. Villoch voltando novamente defronte à residência do referido Ten. Cel. [Sic]¹⁰

O escrivão, que relata o testemunho do réu Gregório Bezerra, o faz acentuando a tortura sofrida pelo líder comunista através de adjetivação. Ao nomear de “bárbara”, a tortura sofrida, assim como o termo “arrastado pelo pescoço”, ele torna pejorativa à prática de tortura.

¹⁰ Processo 88/64 da Justiça Militar, acervo pessoal de Mércia Albuquerque, sob posse da ONG DHnet.

A Ditadura Militar-Civil não admitia a existência de torturas e mortes realizadas por agentes do estado a serviço do regime. O governo de Castelo Branco realizou investigações em vários estados para apurar as acusações de tortura. O general Ernesto Geisel, então chefe da Casa Civil, foi encarregado de proceder à operação. Ele chegou à conclusão que não existia tortura no Brasil ou no máximo admitia a existência de alguns excessos (MONTENEGRO, 2012).

Gregório Bezerra, em sua autobiografia, relembra que na prisão foi visitado pelos generais Ernesto Geisel e Olimpo Mourão Filho, no Forte das Cinco Pontas, após sua seção de tortura (BEZERRA, 2011 p.539). Manuel Messias¹¹, preso político arrolado no mesmo processo que Gregório Bezerra, em entrevista ao projeto *Marcas da Memória- História oral da anistia no Brasil*¹², recordou-se de ter sido entrevistado por um militar a mando do marechal Estevão Taurino de Rezende. Segundo Antônio Montenegro (2011), este marechal foi presidente da Comissão Geral de Investigação.

Como analisa a cientista social Maria José Rezende (2001), a ditadura tal qual outras formas de governo, buscava legitimação. Empreendeu as mais variadas ações para isso. Ernesto Geisel ao negar a tortura no Brasil contribui para as estratégias de legitimidade do governo ditatorial.

O Cel. Hélio Ibiapina, responsável pelo Inquérito Policial Militar (IPM), em que se baseia o processo 88/64, no qual Gregório Bezerra, Manuel Messias e mais 38 cidadãos brasileiros eram réus; alega que havia uma grande estratégia de difamação contra aqueles que tomaram o poder em 1964. Escreveu ele na página 8 deste IPM:

¹¹ Manuel Messias era secretário do Partido Comunista em Pernambuco no momento do golpe. Entrevistado em Olinda-PE, em 28 de abril de 2011.

¹² Projeto financiado pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e realizado por três universidades: UFPE, UFRJ e UFRGS. Formando um acervo de entrevistas com homens e mulheres que tiveram suas vidas de alguma forma atingidas pela ditadura militar-civil vigente no Brasil entre 1964 a 1985. As entrevistas realizadas pela equipe da UFPE estão acessíveis em: https://www.youtube.com/channel/UCc_-05ZHJR03GDtpUqCvvXg

Foram presos e os dias se passaram sem que houvesse chegado a este encarregado de IPM qualquer sorte de reclamação até que, jornalistas a soldo de potencias estrangeiras, protegidos por uma imprensa frustrada que não informa, deforma, numa irresponsabilidade ilimitada, dentro de exato esquema de rearticulação comuno-inconformados, formando a frente única dos atingidos pela afirmação da autoridade, pela volta à legalidade, pela esperança de trabalho, progresso e ordem e sobretudo pela moralidade administrativa, iniciam uma campanha de desmoralização de pessoas e de medidas do governo. [sic]¹³

O coronel Ibiapina, no IPM, negou as acusações que denunciavam as práticas de torturas nos tribunais. Militares e civis que deram o golpe de 1964 não reconheciam a existência de tais práticas. Antônio Bandeira, então coronel do Exército, relata sua memória ao livro de entrevistas *Vencedores e vencidos o movimento de 1964 em Pernambuco* (2004), sobre a crítica às torturas realizadas pelos golpistas:

Em toda revolução essas ações mesquinhas, mais exaltadas, fogem da ação da chefia. Intenção não houve, em absoluto; ao contrário. A intenção era de respeito. Tanto é que, quando houve a necessidade de deposição do governador, mandamos um oficial superior conduzi-lo até o quartel do 14 RI. O prefeito Pelópidas Silveira também foi conduzido ao quartel do 7º RO. E assim a maioria. Porém houve alguns excessos, infelizmente incontroláveis, frutos mais de um estado emocional exacerbado. Tivemos conhecimento, posteriormente, de alguns excessos como aqueles praticados no ex-sargento Gregório (BANDEIRA, 2004 p.28)

Os golpistas não reconheciam a tortura enquanto prática governamental, quando no máximo era fruto de ações individuais. Nos tribunais, muitos advogados usaram das denuncias de tortura para tentar

¹³ Processo 88/64 da Justiça Militar, acervo pessoal de Mércia Albuquerque, sob posse da ONG DHnet.

desqualificar as provas contra seus clientes. Mércia Albuquerque, advogada de Gregório Bezerra e Manuel Messias, nas alegações finais, escreveu:

Sob todos os aspectos, esse processo é uma monstruosidade jurídica, Há, nele, graves nulidades, tanto de forma, como de conteúdo. Sua peça informativa – o inquérito policial-militar – tem manchas de sangue. Do sangue de espancamentos de réus e de testemunhas. Muitos dos denunciados sofreram os piores suplícios – que a Nação conheceu, em detalhes. Gregório quase foi morto¹⁴.

Mércia Albuquerque aponta as torturas contra os réus como algo que invalidava o processo em sua peça informativa, o IPM. Um dos direitos básicos do réu é não produzir provas contra ele mesmo. O estado de exceção suspendeu tal direito. Assim, é nesta suspensão que a lei se aplica em um estado de exceção.

Na violação dos direitos individuais dos réus, o estado de exceção brasileiro aplicou a lei. Desta forma, a justiça conviveu com práticas de torturas e os juízes, concordando ou não com elas, tinham de realizar os julgamentos com este elemento.

Nem sempre, em tribunais militares, tais denúncias aconteceram da mesma maneira como as feitas por Gregório Bezerra e Mércia Albuquerque. Wilma Antunes Maciel (2006), ao analisar nove processos em que membros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) são réus, relata que em dois processos distintos sobre o mesmo réu, houve variação. Em um era relatado a sua tortura e em outro não.

A tortura de Gregório Bezerra aconteceu em uma praça pública, sendo na época amplamente noticiada, por isso negá-la não foi uma estratégia empregada pelos golpistas. O relato do coronel Bandeira aponta

¹⁴ Arquivo Pessoal Mércia Albuquerque, caixa Gregório Bezerra, no acervo da ONG DHNET na cidade de Natal- RN

para isso. Na mesma entrevista já citada, ele admite que em alguns casos houve torturas e cita Gregório Bezerra como exemplo. Por isso, neste caso, torna-se muito difícil negar a tortura.

Hoje, as torturas ainda são um instrumento de investigação usado ilegalmente pela polícia. Acionado contra pobres, principalmente jovens negros, em conflito com a lei, por vezes ganhando os noticiários, ou por vezes ficando no cotidiano das localidades menos favorecidas de nossas cidades. Prática recorrente, mas noticiada e tida como exceção.

Até sob a tutela do estado a tortura é uma prática comum, admitida no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da violência contra a juventude¹⁵, de relatoria do senador Linderbergh Farias, que assim registrou:

A tortura, aliás, merece um capítulo à parte no relato do dia a dia de meninos e meninas sob custódia do Estado brasileiro. A prática de tortura, segundo apurou a Renade, ocorre em todos os estados do Brasil e de maneira relativamente frequente, não apenas de maneira punitiva, mas como instrumento cotidiano utilizado para fomentar medo entre os adolescentes e até como simples instrumento de sadismo. O uso de medicamentos psiquiátricos dentro das unidades socioeducativas, muitas vezes com o propósito declarado de ser um meio de adormecer adolescentes, chamou a atenção dos técnicos que fizeram as visitas. (RELÁTÓRIO CPI DA VIOLÊNCIA CONTRA A JUVENTUDE, 2016, p 78)

Assim, a justiça continua a conviver com essa prática, que marca a ferro quente nossa história. Transforma em regra aquilo que é tido como exceção. Assola o cotidiano das localidades mais empobrecidas. Faz da democracia um sonho distante.

¹⁵ Disponível em <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens>

Enquanto grandes empresários e políticos tem a delação premiada que diminui suas penas em grandes escândalos financeiros e políticos. Como canta Mc Carol, em sua música intitulada *Delação Premiada*:

Três dias de tortura
Numa sala cheia de rato
É assim que eles tratam o bandido, favelado

Bandido rico e poderoso
Tem cela separada
Tratamento vip e delação premiada

Assim, podemos perceber que o projeto de cidadania democrática tem cor e status social. A democracia e estado de exceção convivem, quer seja nas práticas legais, quer seja nas ilegais. Uma marca de nossa história.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas volume 1: Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

_____. *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*. São Paulo: Cultrix Editora. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo, SP: Editora Boitempo, 2011.

BORGES, Nilson. *A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Brasil Republicano V.4: O Tempo de Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BRASIL. *Ato Institucional I*. Acesso em 27- 07-14: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm

_____. *Lei de Segurança Nacional, 1953*. Acesso em 27- 07-14: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1802.htm

_____. *Lei de Segurança Nacional, 1967*. Acesso em 28 - 07 -14: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRAYNER, Flávio Henrique Albert. *Partido comunista em Pernambuco: mudança e conservação na atividade do partido comunista brasileiro em Pernambuco 1956 - 1964*. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1989.

CANEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*, Rio de Janeiro: NAU, 2003.

FRANCO, Marina. *Anticomunismo, subversión y patria: Construcciones culturales e ideológica em la Argentina de los 70*. In CALLANDRA, Bernadetta. FRANCO, Marina. *La guerra fría cultural en América latina*. Buenos Aires: Biblos, 2012.

HOBSBAWN, Eric J. *Era dos extremos: o breve século xx (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MACIEL, Wilma Antunes. *O Capitão Lamarca e a VPR Repressão Judicial no Brasil*. São Paulo, Sp: Alameda, 2006.

MARTIN-CHENUT, Kathia. *O sistema penal de exceção em face do direito internacional dos direitos humanos*. In SANTOS, C.M. et all. *Desarquivando a ditadura: Memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da guerre révolutionnaire (1959-1974)*. In SANTOS, C.M. et all. *Desarquivando a ditadura: Memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História e Memória de lutas políticas*. In. Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil. Recife: Editora da UFPE, 2012.

-
- _____. *Ação trabalhista, repressão policial e assassinato em tempos de regime militar*. In Topoi, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011 p. 228-249. Acesso em 30 de janeiro de 2015: http://www.revistatopoi.org/numero_atual/topoi22/topoi%2022%20-%20artigo%2013.pdf
- NOCERA, Raffaele. *La guerra fría en América Latina reflexiones acerca de la dimensión político-institucional*. CALLANDRA, Bernadetta. FRANCO, Marina. *La guerra fría cultural en América latina*. Buenos Aires: Biblos, 2012.
- PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e Repressão: O Autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2010.
- PORFÍRIO, Pablo. *Medo, comunismo e revolução Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2009.
- RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2014.
- REZENDE, Maria José. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)*. Londrina: Ed. Uel, 2001.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015 homicídios de mulheres no Brasil*. In: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

Refazendo o sindicalismo rural em tempos de ditadura militar: processo de reclamação trabalhista na mata sul pernambucana (1964 -1975)

Alexandre Silva ¹

“Não há exagero em afirmar durante milênios, e até nossos dias, o camponês vem ocupando o espaço existente entre uma besta de carga e um senhor de terras”. Francisco Julião

Introdução

Este texto tem por finalidade analisar as mudanças das estratégias sindicais, dentro do regime civil-militar (1964-1975), possibilitando novas formas de atuação que foram sendo construídas nos processos de Reclamação Trabalhista, impetrados na Junta de Conciliação e Julgamento dos Palmares, entre os anos de mil novecentos e sessenta e quatro e, mil novecentos e setenta e cinco².

Assim sendo, ancoramos esta investigação entre o Golpe de 1964 e o “Novo Sindicalismo” do final da década de setenta. Procurou-se rastrear as ações do Sindicato dos Trabalhadores dos Palmares, suas mudanças de táticas a fim de arrefecer a opressão que os trabalhadores rurais estavam

¹ Mestre em História pela UFPE, Professor de História da Rede Estadual de Alagoas, Professor Convidado do Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul, membro do Núcleo de História Regional, associado ao Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul. Atualmente desenvolve pesquisas sobre a Justiça do Trabalho e trabalhadores rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Contato: profalexandrejr@outlook.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4633108458543817>

² O sindicalismo rural que começou a ganhar expressão antes do Golpe de 1964, atravessou todo o Regime Militar e se projetou em um novo ciclo de lutas, com particular ênfase entre 1979 e 1984, marcando as experiências dos que trabalhavam nos engenhos e usinas e dos que atuavam nos sindicatos, federações e confederação, em uma contundente demonstração. OLIVEIRA, Roberto Verás de. et al. **O caráter histórico e atual das lutas dos canavieiros**. In: LOPES, José Sérgio Leite & HEREDIA, Beatriz (Org). *Movimentos Cruzados, Histórias específicas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019. p.125.

sofrendo. Esta pesquisa tem como ponto de partida o artigo produzido por Mauro Koury, “*Protestos Rurais em Pernambuco, Brasil: 1964 a 1968*” que se ocupou em estudar o processo de reestruturação do sindicalismo em Pernambuco. Segundo o autor, a estrutura sindical foi modificada para atuar de modo contraditório: órgão de representação de classe e, ao mesmo tempo como um órgão estatal com a missão de arrefecer os conflitos no campo³.

O movimento operário rural em Pernambuco

Nos alinhamos a uma análise do sindicalismo como um fenômeno histórico e social. Trilhando a linha gramsciana, na qual a estrutura do sindicalismo está atrelada ao capitalismo. Sendo dele parte e mecanismo de controle da classe operária. Porém, o mesmo sindicato pode ser um caminho para o “poder popular” quando ele extrapola a estrutura sindical a partir dos conselhos de fábrica, no chão da fábrica, no lugar de trabalho. E se espalha pela sociedade para forjar novas formas de expressão da classe operária, fugindo das velhas amarras da opressão burguesa. Rejeitando estruturas mortas e trilhando novos caminhos.

Um traço que marcou profundamente a região, foi apontado por Josué de Castro em *Geografia da Fome*⁴, ao denunciar a fome como dado estrutural. Esta é uma realidade que se apresentou como uma endemia que marcou profundamente a região, mesmo sem ser exclusiva dela. Um elemento silencioso e cotidiano na vida de muitas famílias brasileiras.

A fome é a moldura que envolveu o imaginário do Brasil durante séculos e, de modo especial, as populações isoladas da Zona da Mata pernambucana. Esta realidade, dada como natural, foi imposta à paisagem

³ KOURY, Mauro. *Protestos Rurais em Pernambuco, Brasil: 1964 a 1968*. Revista Sociologia, Problemas e Práticas. URL: <http://journals.openedition.org/spp/320>.

⁴ CASTRO, Josué. *Geografia da Fome*. O dilema brasileiro: Pão ou aço. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

local, criando uma dupla face imagética: a riqueza do açúcar e o amargo da morte pela fome ou desnutrição.

Entendemos o espaço como algo em construção constante. O que se tem como conceito de espaço não passa de um feixe de impressões que genericamente se resumem na expressão: *espaço social*. De um modo geral as divisões espaciais são resultadas de esforços para explicar o corpo social e seus movimentos internos, dando a impressão de que estas construções linguísticas se constituam, por si só, como edifícios tautológicos intransponíveis.

Ainda referindo-se aos processos de transformação destes espaços, há construção de narrativas e hermenêuticas em torno da unidade de produção que, por sua vez, teve na Justiça do Trabalho seu lugar de conflito e de constante reelaborações. Não obstante, este não é um ponto passivo, uma vez que o poder tenta lançar mão de interditos que impossibilitem as reelaborações discursivas⁵, que os relatos se libertem das amarras institucionais, tornando-se polifônicos e infinitos.

De um modo geral, o elemento que marcou a paisagem da Zona da Mata Sul de Pernambuco é o canavial. O lugar de trabalho integrou o rural e o urbano, criando uma moldura imagética que se impõem sobre toda a paisagem local, dando ares monocromáticos a região e padecendo de uma alimentação insuficiente.

Deste modo, paisagem e lugar de trabalho se confundem, tornando possível um estudo sobre as narrativas, em torno do lugar de trabalho, a partir dos arquivos existentes no Tribunal Regional do Trabalho, 6ª Região, e da paisagem que ele compõe. Deste modo, convém afirmar que não há ruptura entre o trabalho e o lugar em que se vive porque as cidades

⁵ Ver FOUCAULT. *El Order del Discurso*. Buenos Aires: Octaedro, 2003.

da Mata Sul pernambucana estavam imersas no mundo dos engenhos, na década de sessenta.

José Sérgio Leite Lopes em um documentário sobre os moradores de uma usina “Tecido Memória”⁶ apresentou uma análise comparativa dos moradores de uma tecelagem, antigos moradores de engenho, na Zona Metropolitana do Recife. Aqui a paisagem é apresentada em imagem produzida pela filmografia, trazendo a construção de um ambiente distinto do que é apresentado pelos meios de comunicação de massa.

As pesquisas em torno da Zona da Mata Sul têm no Vapor do Diabo⁷, escrito por José Sérgio Leite Lopes, um ponto de referência, na medida em que oferece os relatos dos trabalhadores da indústria açucareira da Usina Catende. Ao mesmo tempo em que se insere no campo da oralidade para poder captar uma linha de construção de memórias subalternas.

O vapor do Diabo trouxe um caminho gramsciano ao adotar e redirecionar uma narrativa de ordem religiosa que trouxe para a reflexão sobre o lugar de trabalho um conceito bem definido: o lugar de trabalho era identificado como a morada do mal. Esta aproximação entre o lugar de trabalho e a personificação do mal foi uma estratégia que procurou aproximar as narrativas sindicais com a herança conservadora cristã, rompendo radicalmente com esta última.

A população rural, na década de sessenta, apresentava níveis de desigualdade social muito elevados, grande parte da população vivia em situação similar aos trabalhadores sem-terra e, outros ainda em condições próximas à escravidão⁸. Os processos trabalhistas por reclamações

⁶ LOPES, José Sérgio Leite. **Documentário Tecido Memória**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MRsQU4Pt-QI&t=118s>. Acessado em 05 de julho de 2018.

⁷ LOPES, José Sérgio Leite. **O Vapor do Diabo**. O trabalho dos Operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

⁸ JULIÃO, Francisco. **Cambão**. A face oculta do Brasil. Recife: Bagaço, 2009. FAUSTO, Bóris (Org.). O Brasil Republicano. Tomo III. Vol.10. Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro, 2007.

apresentam cerceamentos de direitos básicos como a falta de gozo de férias e o excesso de trabalho.

Seguindo a linha de Certeau⁹, o poder criou espaços, escreveu no corpo das pessoas, se tornou a mais nítida expressão de sua força brutal. Uma relação forçada que deixou marcas de patriarcalismo, opressão e desigualdade social próprias das sociedades açucareiras da América. A propriedade da terra foi um dos elementos que melhor materializa este longo processo de formação fundiária.

A Universidade Federal de Pernambuco, através do projeto Memória e História: Por uma política de preservação da memória das disputas trabalhistas em Pernambuco, do Departamento e do programa de Pós-graduação em História vem desenvolvendo ações de preservação e de pesquisa dos Arquivos da Justiça do Trabalho em Parceria com o Tribunal Regional do Trabalho de Pernambuco. Essas parcerias vêm rendendo diversos trabalhos acadêmicos e encontros sobre a justiça do trabalho. Contribuindo para a preservação da memória operária¹⁰.

Gostaria de destacar os artigos produzidos pelos estudantes de Pós-graduação Marcela Heráclito Bezerra¹¹ sobre a vulnerabilidade em que as mulheres canavieiras eram expostas, sofrendo violência de gênero. Pedro Inácio¹² escreve sobre os limites da justiça do trabalho, as brechas no sistema que daria a possibilidade do não cumprimento dos direitos, mesmo com trânsito em julgado. Luciana Varejão¹³ realizou uma pesquisa

⁹ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

¹⁰ MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, Metodologia, Memória**. Recife: UFPE, 2010.

¹¹ Bezerra, Marcela Heráclito. **Mulheres (Des) Cobertas, Histórias Reveladas**. Relações de Trabalho, Práticas Cotidianas e Lutas Políticas Das Trabalhadoras Canavieiras na Zona da Mata Sul de Pernambuco (1980-1988). UFPE, 2012.

¹² INÁCIO, Pedro. **Fontes para estudo das relações de vida e emprego no Recife, 1955-1959**. In: DABAT, Christine; ABREU E LIMA, Maria do Socorro (ORG). Oficina de História. Trabalhadores em Sociedades Açucareiras. Recife: UFPE, 2010. p.164-190.

¹³ VAREJÃO, Luciana. **Classe Trabalhadora e Relações Sociais**: Algumas considerações teórico-metodológicas no trato com as fontes do TRT. In: DABAT, Christine; ABREU E LIMA, Maria do Socorro (ORG). Oficina de História. Trabalhadores em Sociedades Açucareiras. Recife: UFPE, 2010. p. 191-210.

sobre os aspectos teóricos dos arquivos do TRT, tendo por base leituras marxistas, cruzando elementos de história social do trabalho, sociologia e direito. José Marcelo Ferreira Filho¹⁴ também se deteve sobre as limitações da justiça do trabalho que segundo ele, o resultado do processo pouco alterou as condições de trabalho da maioria dos trabalhadores rurais de Escada.

Antônio Torres Montenegro, ao organizar um projeto de pesquisa sobre a Justiça do Trabalho¹⁵, ao lado das historiadoras Regina Beatriz Guimarães Neto e Vera Lúcia Costa Acioli, contribuíram para o melhor entendimento das situações que envolveram os trabalhadores, ampliando assim os debates historiográficos que estavam embasados nos arquivos do DOPS.

Há um conjunto de pesquisas sobre os processos trabalhistas e, suas significações para entender as realidades que extrapolam o lugar de trabalho no período entre a democracia experimentada de modo especial nos “tempos de Arraes” e a etapa posterior ao golpe civil militar.

Questões metodológicas da história

Esta centralidade do sindicato dos trabalhadores rurais terá dois aspectos. O primeiro consiste em reconhecer este órgão de classe como protagonista nas lutas em torno da garantia de direitos na Mata Sul pernambucana. Ao mesmo tempo em que se percebe a classe operária como um organismo formado por diversos segmentos.

A micro história, aliada a História vista de baixo se constitui uma oportunidade de análise de conjunturas particulares ou ainda aplicação de

¹⁴ FERREIRA FILHO, José Marcelo. **Entre Direitos e Justiça**: Os trabalhadores do açúcar frente à Junta de Conciliação e Julgamento de Escada/PE (1963-1969). In: DABAT, Christine; ABREU E LIMA, Maria do Socorro (ORG). Oficina de História. Trabalhadores em Sociedades Açucareiras. Recife: UFPE, 2010.p.211-247.

¹⁵ ACIOLI, Vera Lúcia Costa; Regina Beatriz; MONTENEGRO, Antônio Torres (Org.). **História, Cultura, Trabalho**: Questões da contemporaneidade. Recife: UFPE, 2011.

elementos mais amplo em um determinado local. Seguindo a linha de Peter Burke¹⁶ os processos de reclamação trabalhista podem ser lidos dentro da perspectiva das pessoas comuns, dos pequenos trabalhadores rurais, trabalhadores do comércio localizados na Zona da Mata Sul de Pernambuco ou ainda em regiões fronteiriças de Alagoas.

Dentro da perspectiva da experiência de classe, Thompson estudou sobre as relações de classe na Inglaterra e, a participação do povo no processo histórico. Neste sentido, as relações que foram sendo tecidas pelos trabalhadores a partir da década de quarenta com o Congresso Camponês, passando pela experiência das Ligas Camponesas, passando pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos Palmares

O acúmulo da experiência de classe visto por Thompson em a Formação da Classe Operária ou fazer-se da classe operária é muito importante para entender o aprendizado dos trabalhadores que ao se deparar com várias propostas provenientes de diversos atores sociais (Partido Comunista, Igreja Católica, Estudantes Universitários, Movimento de Cultura Popular) souberam se posicionar em torno do que restou do Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos Palmares e, se abrir processos de reclamação trabalhista.

Hobsbawm¹⁷ procurou entender a solidariedade dos trabalhadores ingleses no século XIX em Artesãos Ambulantes. Com isso ele introduz em sua análise uma profunda relação entre memória do movimento operário inglês e a questão espacial que envolvia desde roteiros pré-estabelecidos para os ambulantes até um tipo de contribuição para a manutenção dos viajantes durante o percurso.

¹⁶ BURKE, Peter. **A Escrita da História**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.p.40.

¹⁷ HOBBSAWM, Eric. **Os Trabalhadores**. Estudos sobre a História do Operariado. São Paulo: Paz e Terra, 2015.p.53-90.

Trabalhar elementos da paisagem são um modo de aprofundamento da temática, uma vez que as distâncias entre a propriedade e o lugar do julgamento do processo envolviam uma série de custos, os quais seriam fatores decisivos para prosseguir ou entrar em um acordo entre as partes. Neste ponto, a presença do sindicato era fundamental porque o trabalhador possuía o mínimo de estrutura (água, banho e auxílio médico) que amenizava as longas distâncias percorridas entre a residência do trabalhador e o lugar da audiência.

Uma abordagem cultural dos trabalhadores da Mata Sul de Pernambuco permite reconhecer elementos de resistência e de conservação de postos de trabalho, tentando burlar as condições excessivas de trabalho a qual estavam sendo submetidos. Neste sentido, a resistência pode ser considerada como um elemento de cultura popular, uma barreira simbólica que tentava arrefecer de alguma maneira a situação de miséria imposta pelos patrões.

O Paradigma Indiciário¹⁸, como metodologia de investigação, na esteira de pesquisas de Montenegro, tem se tornado um caminho difuso para entender o conjunto de processos de reclamação trabalhistas engendrados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos Palmares como uma espécie de continuação, em plena ditadura militar, das lutas anteriores ao golpe de 1964.

Há fortes indícios desta continuidade, porém sua ligação não é óbvia, uma vez que não existem no processo os elementos que apontem para uma ação sindical, mas simplesmente o sindicato atuando como pessoa jurídica, representante legal de um processo de reclamação trabalhista.

Mesmo com uma quantidade farta de documentos, o que eles nos comunicam está envolto a liturgia jurídica e ao rito processual. Há muitas

¹⁸ GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**. Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.143-180.

repetições de fórmulas que dificultam a percepção do fenômeno estudado. Mas, por outro lado, esclarecem sobre o funcionamento da Justiça do Trabalho.

Os processos de conciliação ou de arquivamento não contém a presença do sindicato. Indicando que quando o trabalhador não possuía o auxílio do sindicato, ele não tinha forças para levar adiante uma reclamação trabalhista.

Na corda bamba: entre a representação de classe e o pertencimento ao Estado

Diante do recrudescimento das leis trabalhistas nos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro tornou-se relevante elaborar investigações pertinentes às lutas operárias a fim de entender os processos históricos-sociais de contestação e de sobrevivência da classe operária frente as investidas do poder econômico internacional e associado, ao longo de sua história recente.

Atuando judicialmente, dentro das possibilidades, os sindicatos evitaram um confronto¹⁹, buscando aberturas no sistema legal para manter o mínimo de condições humanas dentro da sociedade açucareira²⁰. Deste modo, a ação sindical pode ser classificada como um movimento de conservação da qualidade de vida dos operários.

Do ponto de vista interno, os sindicatos encontravam-se sob intervenção do Estado e, seus dirigentes eram biônicos, no entanto, existia a concepção de que deveria haver um limite para a opressão aos

¹⁹ “Amarraram o trabalhador na carroceria de um caminhão, como um crucificado, e bateram nele até a morte” “Palmares sempre foi muito perseguida pelas autoridades. Nós tivemos a morte trágica de dois trabalhadores numa mesma fazenda”, contou o líder camponês Sebastião Santiago, ex-presidente do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Palmares entre 1970 e 1972, em entrevista a este projeto em outubro de 2010. CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta (Org). **Retratando a Repressão Política no Campo**. Brasil (1962-1985): Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2011. p.71.

²⁰ OLIVEIRA, Roberto Verás de. et al. **O caráter histórico e atual das lutas dos canavieiros**. In: LOPES, José Sérgio Leite & HEREDIA, Beatriz (Org). *Movimentos Cruzados, Histórias específicas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019. p.127; (JC Palmares 78/64).

trabalhadores rurais. A Justiça do Trabalho, neste contexto se tornou o caminho menos tortuoso para a resolução de conflitos sociais. Não somente a polícia militar.

Do ponto de vista externo, as mudanças de estratégias aconteceram por causa da diminuição das possibilidades de ação sindical direta tais como: greves, invasão das unidades de produção, queima dos canaviais, movimentos trabalhistas que envolviam diversas entidades sindicais²¹. Sendo assim, a Justiça do Trabalho foi um modo de garantir o mínimo de direitos trabalhistas para os trabalhadores da Mata Sul Pernambucana.

As reclamações trabalhistas até agora estudadas possuem a presença do Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos Palmares ou de algum escritório privado. Isso porque o sindicato oferecia apoio jurídico e, uma estrutura mínima de acolhimento para os trabalhadores rurais a partir do ano de 1963.

Aumentando exponencialmente a repressão sobre os trabalhadores rurais da Mata Sul de Pernambuco, o golpe de 1964 não conseguiu estancar a luta dos trabalhadores, em sua totalidade. A Justiça do Trabalho se tornou uma das searas mais importantes para a continuação da ação sindical na Mata Sul de Pernambuco até as greves gerais de 1979, com enorme poder de mobilização dos trabalhadores rurais, marcada pela presença de entidades sindicais²².

Mesmo limitado pela situação ambígua em que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos Palmares sendo submetido, sua ação alcançava boa parte da Zona da Mata Sul e Parte do Agreste. Sua área de abrangência era composta dos seguintes municípios: Palmares, Água Preta, Gameleira, Joaquim Nabuco, Ribeirão, Cortês, Barra de Guabiraba, Bonito, São

²¹ BRASIL. Governo Federal. Lei nº 4330/64. 1º de julho de 1964.

²² SIGAUD, Lygia. A luta de classes em dois atos notas sobre um ciclo de greves camponesas. In: LOPES, José Sérgio Leite; HEREDIA, Beatriz (Org). **Movimentos Cruzados**. Histórias específicas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.p.502.

Joaquim do Monte, Camucituba, Gravatá, Bezerros, São Caetano, Angelim, Quipapá, Maraiial, Catende, Belém de Maria, Cupira e Pannels²³.

Porém, esta área é ainda maior uma vez que segundo a metodologia utilizada pela Justiça do Trabalho, considerava-se para fins processuais a sede da propriedade, sendo assim, a Mata Norte de Alagoas também entrava no leque de ação sindical, ao lado do Agreste Meridional e Setentrional pernambucano.



A título de exemplo: há um processo de reclamação trabalhista contra a usina Santa Terezinha, Água Preta, Pernambuco, porém, este engenho pertencente à usina que estava situado no município de Porto Calvo, Alagoas, distante mais de 73 quilômetros de Palmares. O que faria com que este referido processo de reclamação fosse impetrado na Vara Palmares. E, defendido por um advogado do sindicato de Palmares.

Este pequeno detalhe tornava a atuação do sindicato muito abrangente. O trabalhador deveria arcar com os custos do deslocamento até a sede da justiça do trabalho, tornando assim a reclamação muito pesada para quem não possuía recursos.

²³ BRASIL. JUSTIÇA DO TRABALHO. Vara Palmares. Junta de Conciliação e Julgamento. Nº 513/64.

Abaixo, um panorama dos processos de reclamação trabalhista impetrados na Junta de Conciliação e Julgamento, vara Palmares. Chama a atenção para o ano de 1969, sem o registro de reclamações trabalhistas. Outro fator é instabilidade do número de casos, o que provavelmente não represente uma ausência do número de infrações trabalhistas.

Processos de Reclamação Trabalhista: Junta de Conciliação e Julgamento²⁴

Ano	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Nº	37	7	6	3	8	0	85	71	4	108	2	1

Quais os fatores que geraram a discrepância de processos de reclamação trabalhista? A ausência de processos no ano de 1969 pode ser reflexo do aumento da truculência estatal dos *anos de chumbo*, marcado pela repressão do governo Médici, porém os anos de 1970 e 1973 apresentam-se como pontos fora da curva com grande número de reclamações.

O período de luta sindical anterior ao Novo Sindicalismo está inserido dentro de um marco legal emoldurado pelo Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 e a Lei de Greves de 1964²⁵. Entre estas leis, o movimento sindical encontraria a possibilidade de continuar atuando, amparado legalmente, movendo-se entre a atuação como órgão de classe e parte da estrutura estatal. O que seriam bem mais evidentes com as greves legais a partir de 1979²⁶.

Quando os processos são analisados isoladamente, não é possível perceber a atuação do sindicato como órgão de classe. Porém, ao se debruçar sobre seu conjunto e a amplitude do seu alcance é possível

²⁴ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho. Universidade Federal de Pernambuco. arquivo disponível em: <http://memoriaehistoria.trt6.gov.br>. tabela elaborada pelo autor.

²⁵ BRASIL. **Lei Nº 4214/63** foi promulgada em 2 de março de 1963, passando a ser conhecida desde então como o Estatuto do Trabalhador Rural; BRASIL. **Lei Nº 4330/64**.

²⁶ SIGAUD, Lygia. Movimentos Cruzados, Histórias Específicas. **A Luta de Classes em Dois Atos**: Notas sobre um ciclo de greves camponesas. P.502.

perceber seu poder de mobilização da classe trabalhadora em torno da luta por direitos trabalhistas e, especialmente a criação de uma cultura da contestação à classe patronal.

A classe patronal não estava habituada a seguir regras, leis²⁷ e, tampouco ser questionada por seus atos e, ainda por cima, ter que responder, mesmo que fosse através de um preposto²⁸. Sendo assim, a Justiça do Trabalho se tornou um incômodo para a classe patronal.

Ao atuar na Justiça Trabalho, o sindicalismo rural entrou em um campo de novo. Este espaço de disputas jurídicas não encontrava apoio sequer nos grupos de esquerda porque havia o perigo de uma crescente desmobilização das bases operárias e uma gradativa substituição da liderança sindical por advogados.

O mais importante é perceber que mesmo sob intervenção estatal e violência o sindicato conseguiu representar os trabalhadores para, ao menos, arrefecer a extrema opressão à qual a classe operária estava sendo submetida. É muito importante perceber que o movimento sindical também possui a dimensão conservadora. A fim de ao menos manter as posições que se tem ou ainda amenizar as perdas diante de um golpe de Estado, prisões, sequestros, assassinatos dentre tantas atrocidades cometidas pelos golpistas²⁹.

Considerações finais

Refletir sobre a ação sindical entre os anos de 1964 e 1975 significa reconhecer os diversos caminhos que foram sendo trilhados diante dos acontecimentos que iam limitando o leque de possibilidades de ação.

²⁷ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o Sindicalismo Rural**. Lutas, Partidos, Projetos. Recife: UFPE, 2005. p.67.

²⁸ Funcionário que representava legalmente os interesses da empresa ao lado do advogado.

²⁹ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o Sindicalismo Rural**. Lutas, Partidos, Projetos. Recife: UFPE, 2005. p.70.

Sendo assim, o sindicato atuou como órgão de Estado, mesmo assim não abandonou a luta de classe, apenas mudou de estratégia.

As dificuldades da ação sindical exigiam romper distâncias impostas pelo ambiente, propriedades isoladas geograficamente e de difícil acesso. Mesmo assim, o sindicalismo logrou percorrer os caminhos do açúcar e, marcar na paisagem uma nova inscrição: a opressão aos trabalhadores rurais teria um limite fixado pela Justiça do Trabalho.

É importante assinalar que após o golpe de 31 de março de 1964, a repressão se tornou mais efetiva e letal. A partir de um aparelho legal, ficou ainda mais fácil enquadrar qualquer pessoa dentro do prisma da Lei de Segurança Nacional. Ser sindicalista, mesmo agindo conforme a Lei de Greves, atuando dentro dos limites da Justiça do Trabalho não significava de maneira alguma estar seguro contra as milícias dos senhores de terras e usineiros da Mata Sul de Pernambuco.

Mesmo passando tantos anos entre o período estudado e a data da publicação deste artigo, os estudos em torno da classe operária ainda são necessários porque a opressão em torno da classe operária não só aumentou, mas adquiriram novas formas de opressão associando poder econômico, poder simbólico, religioso e bélico.

Referências

- ABBREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o Sindicalismo Rural**: Lutas, partidos, projetos. Recife: UFPE, 2005.
- ACIOLI, Vera Lúcia Costa; Regina Beatriz; MONTENEGRO, Antônio Torres (Org.). **História, Cultura, Trabalho**: Questões da contemporaneidade. Recife: UFPE, 2011.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem do Nordeste**: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2011.
- BERNARDES, Denis. **Notas sobre a formação do Nordeste**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n71/02.pdf>. Acessado em: 02/02/2018.

BEZERRA, Gregório. **Memórias**. São Paulo: Boitempo, 2011.

BEZERRA, Marcela Heráclito. **Mulheres (Des) Cobertas, Histórias Reveladas**. Relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas das trabalhadoras canavieiras na zona da mata sul de Pernambuco (1980-1988). Recife: O autor, 2012.

BRASIL. Governo Federal. **Lei nº 4330/64**.

_____. Governo Federal. **Lei Nº 4214/63**.

_____. Justiça do Trabalho. **Junta de Conciliação e Julgamento**. Vara Palmares.

_____. **Tribunal Regional do Trabalho**. Universidade Federal de Pernambuco. Arquivo disponível em: <http://memoriaehistoria.trt6.gov.br>.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta (Org). **Retratando a Repressão Política no Campo**. Brasil (1962-1985): Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2011. p.71.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome**. O dilema brasileiro: Pão ou aço. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DABAT, Christine Rufino. ABREU E LIMA, Maria do Socorro (Org). Oficina de História. **Trabalhadores em Sociedades Açucareiras**. Recife: UFPE, 2010.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O Engenho de Açúcar no Nordeste**. Documentário da vida rural. Maceió: UFAL, 2006.

FAUSTO, Bóris (Org). **O Brasil Republicano**. Tomo III. Vol.10. Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro, 2007.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A Civilização do Açúcar**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**. Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.p.143-180.

- HOBSBAWM, Eric. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- JULLÃO, Francisco. **Cambão**. A face oculta do Brasil. Recife: Bagaço, 2009
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Protestos rurais em Pernambuco, Brasil: 1964 a 1968**. Revista: Sociologia, Problemas: <http://journals.openedition.org/spp/320>. Acessado em 20 de novembro de 2020.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Histórias da Violência nas Prisões**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- _____. **El Order del Discurso**. Buenos Aires: Octaedro, 2003.
- GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos**. Vol. II. Lisboa: Seara Nova, p.116.
- JULLÃO, Francisco. **Cambão**. A face oculta do Brasil. Recife: Bagaço, 2009.
- FAUSTO, Bóris (Org.). **O Brasil Republicano**. Tomo III. Vol.10. Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro, 2007.
- LOPES, José Sérgio Leite. **Documentário Tecido Memória**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MrsQU4Pt-QI&t=118s>. Acessado em 05 de julho de 2018.
- _____. **O Vapor do Diabo**. O trabalho dos Operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LOPES, José Sérgio Leite & HEREDIA, Beatriz (Org.). **Movimentos Cruzados, Histórias específicas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.
- MACIEL, Caio Augusto. **Sertão das Usinas: paisagem cultural canavieira e violência paradigmática do sistema de grandes plantações através do filme pernambucano Baixo das Bestas**. Clio - Série de Pesquisa Histórica. N26-2. Recife: UFPE, 2008.
- MEYER, Doris Rinaldi. **A Terra do Santo e o Mundo dos Engenhos**. Estudos de uma comunidade nordestina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MINTZ, Sidney W. **O poder Amargo do Açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados**. Recife: Editora da UFPE, 2010.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 7, n. 1, abr., 2014. P.134. **O TRABALHADOR RURAL NAS BARRAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (1964 - 1974)**. Disponível em: <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/288/189>. Acessado em 12/10/2018.

_____. **História, Metodologia, Memória**. Recife: UFPE, 2010.

PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve**: O Nordeste do Brasil (1955-1964). Rio de Janeiro: Record, 1982.

RISLER, Julia y ARES, Pablo. **Manual de Mapeo Colectivo**: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

ROMERO, Ekaterina Álvarez; PLASENCIA, Clara (Orgs). **Forensic Architecture**. Hacia: Una Estética Investigativa. Barcelona: Editorial RM, 2017.

ROGERS, Thomas. Trabalhadores em Sociedades Açucareiras. In. **Imaginários Paisagísticos em Conflito na Zona da Mata Pernambucana**. Recife: UFPE, 2010.

SILVA, Alexandre Junior de lima e. **Sindicato de trabalhadores rurais em Palmares frente à repressão**. Recife: O autor, 2012.

Miguel Arraes: política, exílio e militância

Greyce Falcão do Nascimento¹

Tenho duas mãos e o sentimento do mundo.

Carlos Drummond de Andrade²

Introdução

É com essa frase, que Miguel Arraes de Alencar, natural do Araripe, Ceará, eleito para o cargo de governador do estado de Pernambuco, encerrou o seu discurso de posse. Esse trecho do poema icônico de Carlos Drummond de Andrade demonstra o desejo desse nordestino pela transformação, pois como o movimento modernista tinha pretensões de romper com a tradição clássica e eurocêntrica das artes, nosso personagem alimentava as mesmas ambições no campo da política, através de sua atuação profissional. Essa frase ficou marcada em textos, entrevistas, apresentações, e por toda sua vida pública.

Miguel Arraes de Alencar é um dos personagens políticos cuja trajetória é permanentemente revisitada. Nos aniversários de nascimento e de morte, nos lançamentos de livros, na Fundação João Mangabeira, e através do Instituto Miguel Arraes – IMA, que detém todo o seu acervo pessoal e oficial³. Enquanto político e intelectual é importante

¹ Professora tutora do curso de Licenciatura em História na Universidade Federal Rural de Pernambuco. Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo, pelo Centro Universitário Grupo Ser Educacional. Especialista em História do Século XX, Mestre em História e Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Autora de *Aconteceu, virou Manchete: notícias da ditadura*. (Editora Fi, 2020). <http://lattes.cnpq.br/8661001280090430>.

² ANDRADE, Carlos Drummond. *Sentimento do mundo*. 25. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 154-155.

³ Para mais informações: <<http://institutomiguelarraes.com.br/>>. Acesso em: 20/05/2019.

conhecermos toda sua trajetória até chegar no *Frente Brasileira de Informações*, porque ele foi o principal idealizador e fundador desse boletim de notícias e denúncias que movimentou vários exilados com o objetivo de trazer informações sobre o Brasil durante a ditadura. Miguel Arraes marcou a história da política, não só no estado de Pernambuco, onde foi governador por três mandatos, mas também como sua liderança, sendo uma referência nacional e tornando-se ainda, internacional, por sua atuação no exílio.

Arraes nasceu no município de Araripe, estado do Ceará, cidade que faz divisa com Pernambuco e Piauí, no dia 15 de dezembro de 1916. Era o único filho homem da família que contava com seis filhas. Seu pai, José Almino Alencar e Silva, era agricultor, pecuarista e chegou a montar um matadouro industrial e uma fábrica de beneficiamento de algodão. Segundo sua biógrafa, Tereza Rozowykwiat, desde criança Arraes já demonstrava características de sua personalidade, como a seriedade e a firmeza. Coursou o primário numa escola estadual do Araripe e o secundário no Colégio Diocesano do Crato. Chegou a passar no vestibular para ingressar na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Foi aprovado, mas não conseguiu se manter na cidade e assim, transferiu o curso para a Faculdade de Direito do Recife. A política já estava presente em sua família. Seu tio, Alexandre Alencar, foi prefeito da cidade do Crato, assim como seu primo, José Alencar, que foi prefeito de Araripe. Arraes prestou concurso público para escriturário promovido pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em Pernambuco. Diplomado, foi ascendendo de posto no IAA, chegando a ser delegado em 1943. Cinco anos depois, em 1948, foi convidado pelo governador eleito de Pernambuco, Barbosa Lima Sobrinho, para ser secretário da fazenda, cargo que exerceu até o ano de

1950, quando concorreu e foi eleito Deputado Estadual pelo Partido Social Democrata (PSD)⁴.

Arraes foi casado com Célia de Souza Leão, irmã da mulher do ex-governador Cid Sampaio, seu aliado, e depois, adversário. Com ela, teve oito filhos e ficou viúvo quando ocupava a Prefeitura do Recife. Conheceu sua segunda mulher, Magdalena Fiúza, que estudava na Sorbonne, em Paris, através de sua irmã Violeta Arraes Gervasieu, que lá residia. Os dois se casaram no Rio de Janeiro e ela foi sua companheira por toda a vida; juntos tiveram dois filhos⁵.

Após o término do primeiro mandato como deputado estadual, Arraes candidatou-se à reeleição dentro de uma experiência de alianças entre tendências políticas comunistas, socialistas, trabalhistas e sociais. Barbosa Lima Sobrinho e Arraes defendiam essa aliança entre as forças de esquerda, ainda que plural, complexa, e, às vezes, até divergente⁶.

Em 1954 Arraes conquistou um segundo mandato, dessa vez pelo Partido Social Trabalhista (PST) e entrou em choque aberto com o novo governador, general Cordeiro de Farias, declarado anticomunista. Este havia sido eleito com o apoio dos coronéis do Sertão e do Agreste. Formou-se então, um amplo movimento de oposição ao governo, assentado nos setores urbanos, operários, classe média e burguesia industrial⁷.

Cid Sampaio, em 1958, encabeçou uma coligação de forças oposicionistas para a eleição do governo. Arraes comandou a campanha no interior do estado, mas não se elegeu. Com a vitória de Cid Sampaio, Arraes assumiu novamente a pasta da secretaria da fazenda estadual, em 1959. Porém, no ano seguinte, lançou-se candidato a prefeito pelo Partido

⁴ ROZOWYKWIAT, Tereza. *Arraes*. São Paulo: Iluminuras, 2006, p. 27.

⁵ *Ibidem*, p. 25.

⁶ *Ibidem*.

⁷ COSTA, Evaldo. Cartas de Agosto – O adeus a Miguel Arraes em sites, jornais e revistas. In: COSTA, Evaldo (Org.). *Coletânea de artigos*. Fundação João Mangabeira: Brasília, DF, 2007, p. 24.

Social Trabalhista com apoio da Frente do Recife. Segundo Teixeira⁸ o início da carreira política de Arraes está diretamente ligado ao destaque que obteve no campo político. A Frente do Recife, formada pelo PCB e o PST, enfrentou o anticomunismo de amplos setores da sociedade pernambucana. O arcebispo de Olinda e Recife Antônio de Almeida Moraes Júnior promoveu uma campanha nas igrejas das duas cidades contra o candidato a prefeito, o engenheiro e professor da Universidade do Recife, que a partir de 1965 mudaria para Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Pelópidas Silveira, que fazia parte também do PSB.

A Frente tornou-se nacionalmente conhecida como representante das esquerdas locais. As campanhas eleitorais que se seguiram em 1959 para a Prefeitura do Recife, em 1962 para o Governo do Estado e novamente para a Prefeitura em 1963 foram apontadas por alguns autores como decisivas para consolidar a imagem da hegemonia das esquerdas no estado, principalmente nas cidades da Região Metropolitana, como Olinda, Paulista e Jaboatão dos Guararapes.

[...] consolida a Frente Popular que congregará, inicialmente, o Partido Comunista, o Partido Socialista e o que se convencionou de chamar de esquerda democrática. Contudo, será na primeira eleição direta para prefeito do Recife que a Frente Popular ampliará seu leque de alianças e se apresentará na campanha com a expressão Frente do Recife⁹.

Embora a Imprensa, a Igreja Católica e outras instituições reforçassem em seus discursos e mobilizações suas posições anticomunistas, em 1955, Pelópidas Silveira venceu as eleições com mais

⁸ TEIXEIRA, Flávio Weinstein. Miguel Arraes. Imagens do povo e nação na conformação de um ideário de esquerda. In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. As esquerdas no Brasil, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁹ MONTENEGRO, Antônio Torres. SANTOS, Taciana Mendonça. Lutas em Pernambuco... A frente do Recife chega ao poder (1955-1964). In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. As esquerdas no Brasil; v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 454.

de 60% dos votos. A Frente ainda elegeu cinco vereadores para um total de vinte e cinco cadeiras na Câmara do Recife. Em dezembro de 1960 Miguel Arraes foi empossado prefeito da cidade do Recife. Nesse mesmo período, o Governo Federal criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE com o intuito de industrializar a região promovendo mudanças políticas e sociais.

Em seu primeiro mandato como prefeito do Recife Miguel Arraes executou um programa de obras em vias públicas e de urbanização em bairros pertencentes a classe média recifense, diminuindo assim, sua rejeição e estigma de “comunista”. Entretanto, o principal marco de sua administração foi a criação do Movimento de Cultura Popular - MCP. Aliando uma proposta de valorização da cultura popular, promovendo festas, rituais e artes de fazer do povo, além de uma importante atuação na educação, o movimento trabalhou na alfabetização de jovens e adultos, principalmente trabalhadores. O processo de alfabetização promovido pelo MCP qualificou trabalhadores para o exercício básico da cidadania política, representado pelo voto. Após quase dois anos, o movimento já alcançava mais de vinte mil alunos, em um momento de efervescência intelectual e cultural na cidade, com a participação de professores e intelectuais como Paulo Freire e Paulo Rosas.

O MCP ocupou sedes de pequenos clubes, sacristias, salões de culto evangélico e associações de bairro, em um projeto social de alfabetização de adultos em massa. Foram produzidos, nesse período, milhares de cartilhas que traziam na sua primeira lição, a seguinte frase: “O voto pertence ao povo”. Em outras cartilhas, apresentavam a frase: “Um trabalhador, num sindicato de trabalhadores, é um homem forte”. Além de promover outras atividades como um festival de cantadores, que teve

como tema “A terra pertence àqueles que nela trabalham” e uma exposição fotográfica sobre a Albânia Socialista¹⁰.

Segundo Rozowykwiat, Arraes fez um governo pautado por obras que beneficiavam a população mais carente. Como prefeito do Recife imprimiu uma marca popular em sua administração. Ampliou o sistema de abastecimento de água e fornecimento de energia, autorizou a construção de chafarizes, ampliou a rede de esgotos e desenvolveu projetos de urbanização nos bairros mais pobres¹¹.

Os catorze meses de Governo de Arraes (1963-1964) foram conturbados, pois o país vivia um momento de crescentes mobilizações sociais, passeatas, greves e ocupações de propriedades rurais. Nesse momento, foi instituído o *Acordo do Campo*, onde o Estado promoveu um acordo coletivo entre patrões e trabalhadores do setor sucroalcooleiro e que representou importantes benefícios para os trabalhadores do campo, já que era uma conquista baseada na luta intensa desses trabalhadores. Para Weinstein é nesse momento que nasce a figura paternalista de Arraes, “pai Arraia”¹².

Na campanha para o Governo do Estado, em 1962, embora tenha enfrentado uma forte resistência anticomunista, inclusive tendo travado um embate com Gilberto Freyre, em uma votação bastante equilibrada, Arraes elegeu-se como o primeiro governador de esquerda do Estado de Pernambuco, com apenas treze mil votos de diferença e enfrentando uma forte oposição, Arraes tomou posse em janeiro de 1963¹³.

¹⁰ MENDONÇA, Fernando; TAVARES, Cristina. *Conversações com Arraes*. Belo Horizonte: Vega, 1979.

¹¹ ROZOWYKWIAT, Tereza. *Arraes*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

¹² TEIXEIRA, Flávio Weinstein. Miguel Arraes. Imagens do povo e nação na conformação de um ideário de esquerda. In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. As esquerdas no Brasil, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹³ *Ibidem*, p. 26.

Enquanto governador do estado, Miguel Arraes passou a interferir diretamente nas relações entre trabalhadores rurais e latifundiários. Na educação, o método de alfabetização de Paulo Freire foi ampliado e consolidado. O político também passou a travar alguns conflitos com os usineiros¹⁴. Em sua campanha para o Governo do Estado, demonstrou a ação do IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática, e de uma intensa interferência estrangeira através em projetos e financiamentos. Os estadunidenses faziam contatos no estado, inclusive com as prefeituras do interior, oferecendo aos seus titulares recursos para obras públicas, em troca de que se colocassem em oposição ao Governo de Pernambuco.

Na maioria das suas publicações, dentro e fora do país, o ex-governador de Pernambuco e idealizador do boletim *Frente Brasileira de Informações*, defendeu, por diversas vezes, que os campos da cultura, economia, política e sociedade, formavam um todo indivisível e que a ditadura sabia articular suas ações sempre no sentido de impedir a formação de um movimento amplo que se lançasse decididamente na luta pela mudança da situação brasileira¹⁵. Para o político, as atitudes dos militares facilitavam o controle da oposição, na medida em que elas condicionavam as ações de seus adversários. Para Arraes, a ditadura criou um cenário aonde o adversário poderia se mover sem riscos para a segurança do sistema, pois o governo não estava posto sob fórmulas ou esquemas coerentes.

Ao longo de uma diversa documentação produzida no exílio, Arraes fez várias discussões de como as esquerdas deveriam se articular para resistir e combater a ditadura, cuja postura ele acusava de entreguista, comprometida com os interesses internacionais e com uma política

¹⁴ TEIXEIRA, Flávio Weinstein. Miguel Arraes. Imagens do povo e nação na conformação de um ideário de esquerda. In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. As esquerdas no Brasil, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁵ MENDONÇA, Fernando; TAVARES, Cristina. *Conversações com Arraes*. Belo Horizonte: Vega, 1979.

econômica pautada nas privatizações¹⁶. Isso pode ser demonstrado pelas principais medidas econômicas do governo federal, que foram o “arrocho salarial” imposto às camadas mais pobres, os benefícios aos grandes grupos empresariais, sobretudo os estrangeiros, em detrimento de pequenas e médias empresas nacionais. O que se viu na economia foi uma crescente concentração de renda no país, e um estímulo intenso a produção e à aquisição de bens de consumo duráveis, aonde as camadas médias foram o principal público, sendo alcançado por uma importante rede de propaganda produzida pelos jornais e principalmente pelas revistas da época como *Manchete* e *O Cruzeiro*, argumentou o ex-governador¹⁷.

Para Arraes, as atitudes dos militares eram controladas e as concessões limitadas, sendo utilizadas para neutralizar as contestações dos setores liberais, além de ganhar tempo para implantar outras medidas, consideradas mais urgentes. Além dos militares, o empresariado moderno brasileiro mantinha interesses, laços ideológicos e econômicos com o governo estadunidense. De acordo com o ex-governador, a ditadura não utilizou apenas a repressão como instrumento de controle: “A imposição ao adversário de um método de pensar, de ideias que tomassem como principais foi fundamental para a manutenção do poder¹⁸”, pois em sua ótica, só a força não seria suficiente para manter a ditadura.

Arraes dizia que a sua visão política não se alinhava a outros pensamentos vigentes no momento pós-golpe. Para o ex-governador, a tomada do poder representou uma derrota e que por essa razão era necessário recomeçar uma batalha política, apresentando uma alternativa

¹⁶ COSTA, Evaldo. Cartas de Agosto – O adeus a Miguel Arraes em sites, jornais e revistas. In: COSTA, Edvaldo (Org.). *Coletânea de artigos*. Fundação João Mangabeira: Brasília, DF, 2007, p. 24.

¹⁷MENDONÇA, Fernando; TAVARES, Cristina. *Conversações com Arraes*. Belo Horizonte: Vega, 1979.

¹⁸ARRAES, Miguel. *O jogo do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2010, p. 33.

para o Brasil, lutando intensivamente pela transformação do país. O político declarou a necessidade de uma mudança de postura de determinados elementos da esquerda. Arraes criticou o posicionamento de Leonel Brizola. Defendeu em seus escritos e entrevistas uma união das forças contrárias à ditadura. No exílio, a chamada *unidade das esquerdas* foi sua pauta constante, pois sempre advertia a seus correligionários a unirem-se mesmo em tempo de divergências. “Não adianta pensar nos modelos externos, como o Europeu, por exemplo, é preciso pensar sobre a realidade do Brasil. O socialismo tem sido implantado em meios e condições inteiramente diversas da que vivemos¹⁹”.

Segundo Arraes, os militares deveriam participar da política enquanto cidadãos brasileiros, democraticamente, mas jamais utilizando o uso das armas para reprimir, oprimir, silenciar ou fazer desaparecer as liberdades individuais e coletivas. Argumentava que a democracia era a possibilidade de expressão, por todos os meios, das mais amplas camadas da população. E que para a democracia, não bastavam as eleições periódicas, mas também os pronunciamentos permanentes das organizações que representavam o povo em suas atividades promovendo consciência política e participação nas decisões²⁰.

Segundo o político, as oposições deveriam atuar junto aos movimentos populares num mesmo propósito de mudança do país, o que implicaria também em lutar por uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana e o restabelecimento da liberdade de expressão e organização, inclusive partidária. Em vários pronunciamentos chamou a atenção para o fato de que as oposições precisavam avaliar seus fracassos e sucessos e assim analisar os resultados das estratégias que vinham sendo utilizadas para enfrentar o autoritarismo.

¹⁹ MENDONÇA, Fernando; TAVARES, Cristina. *Conversações com Arraes*. Belo Horizonte: Vega, 1979.

²⁰ *Ibidem*, p. 109.

A pauta da *unidade das esquerdas* no Brasil sempre foi uma constante no *Front* e em seus demais escritos. Segundo Arraes, as esquerdas do país não conseguiam chegar a um acordo sobre como combater a ditadura, pois estava fragmentada em várias correntes ideológicas e diferentes posicionamentos de ação, além disso, as principais lideranças estavam presas ou exiladas em diferentes países. As tentativas de criar um projeto único fracassaram, pois as iniciativas, armadas ou não, passaram a acontecer a partir de pequenos grupos, sem unidade e sem grandes expressões numéricas.

Seus textos sobre a pobreza do Nordeste e críticas ao capitalismo estavam frequentemente nas páginas do *Front*. Arraes e seus colaboradores criticavam a força das multinacionais, a questão da internacionalização da economia, a marginalização da maioria da população brasileira e a violência, tanto nos meios rurais, quanto nos meios urbanos. No campo, os investimentos da ditadura priorizaram as grandes empresas agrícolas em detrimento das pequenas e médias propriedades. Entre 1965 e 1980, os latifúndios cresceram em média 15,5% ao ano. A região Nordeste tornou-se ainda mais dependente da importação de gêneros alimentícios intensificando as graves condições sociais e desigualdade social²¹.

Em sua carreira política, Arraes passou por três partidos; Partido Social Trabalhista; Partido do Movimento Democrático Brasileiro e o Partido Socialista Brasileiro, além de manter boas relações com as organizações de esquerda do país, principalmente durante o exílio.

²¹ ARRAES, Miguel. *A Democracia e a questão nordestina*. Pernambuco: Editora Asa. 2ª edição, 1986.

Arraes é deposto e preso

Figura 3: Matéria do Diário de Pernambuco sobre a saída de Miguel Arraes do Governo de Pernambuco²²



Como vemos na Figura 3, no dia primeiro de abril de 1964, houve uma manifestação de estudantes nas ruas do Recife. As tropas exército reprimiram fortemente, resultando na morte de três jovens. Foram as primeiras vítimas fatais da ditadura, no Estado de Pernambuco. Nesse mesmo dia, Arraes foi levado para o Quartel do bairro de Socorro, em Jaboatão dos Guararapes sendo em seguida enviado para a Ilha-prisão de Fernando de Noronha, onde ficou detido por onze meses, sem nenhum acesso a rádio ou a jornais. Os direitos civis de sua família e dos seus correligionários políticos também não foram respeitados. Foram cassados os mandatos dos deputados Cícero Targino Dantas, Cláudio Braga e Gilberto Azevedo.

A prisão de Arraes repercutiu na imprensa local e nacional. O que observamos é uma diferença no uso das palavras, dependendo do veículo.

²² DIÁRIO DE PERNAMBUCO. AL declarou Arraes impedido: Paulo Guerra empossado à noite. Recife, 02 abr. 1964, p. 3.

No texto publicado pelo Diário de Pernambuco (DP), não vemos o uso de palavras como prisão ou deposição. A utilização do termo “impedido”, parece tentar amenizar os fatos e a mudança do enfoque apresentando a posse de Paulo Guerra, empossado como novo governador naquele mesmo dia, demonstrando a intenção de desviar a atenção do leitor e colocar a saída e prisão de Arraes, como algo de segundo plano, sem relevância alguma. Utilizar o termo “impedido” é uma forma de não revelar que Arraes foi cassado, expulso do cargo para o qual foi eleito, e que a Constituição brasileira havia sido violentada, pois o governador não assinou nenhum documento renunciando ao cargo.

Figura 4: Trecho da matéria da Revista O Cruzeiro sobre a prisão de Miguel Arraes²³



²³ REVISTA O CRUZEIRO. A prisão do governador Miguel Arraes. Reportagem de Hécio José e Rubens Américo. Rio de Janeiro. Edição de 10 de abril de 1964.

Embora não traga uma matéria extensa, a revista nacional *O Cruzeiro*, editada no Rio de Janeiro, noticiou a prisão de Arraes de forma clara e objetiva, descrevendo o que realmente estava acontecendo. O governador de Pernambuco, eleito pelo povo, recebeu voz de prisão no Palácio das Princesas, sede do governo estadual.

A prisão de Miguel Arraes, logo após o golpe de 1964, gerou uma intensa repercussão internacional. Em março de 1965, um grupo de personalidades francesas enviou uma carta ao presidente Castello Branco em protesto contra a prisão do ex-governador. Henri Bartoli, Roger Bastide, Jacques Beaumont, Gilbert Blardonne, R.P. Chenu, Henri Desroches, Jean-Marie Domenach, René Dumont, Pierre Emmanuel, Joseph Folliet, Paul Fraisse, Pierre Goutet, Georges Hourdin, Pierre Monbeig, Charles Morazé, Paul Ricoeur, Joseph Rovin, Alfred Sauvy, entre outros, assinaram o manifesto e questionaram o motivo da prisão do político que havia acontecido sem nenhuma justificativa legal e pediam para que o presidente Castello Branco: “usasse de sua autoridade a fim de que Miguel Arraes fosse libertado ou que fosse regularmente inculcado diante de um tribunal civil por meio de um processo público”. Esse manifesto assinado por diversos intelectuais de renome internacional demonstrou a influência de Miguel Arraes dentro do campo intelectual e como sua prisão foi vista de forma arbitrária.

Algumas semanas antes, o religioso belga Joseph Cardin, fundador da Juventude Operária Católica (JOC), posteriormente nomeado cardeal, também havia escrito a Castello Branco para interceder por Arraes. O mesmo fez Ramon Sugranyes de Franch, do movimento internacional de intelectuais católicos *Pax Romana*, já que os meios legais de defesa haviam sido negados ao ex-governador. Outra personalidade que se dirigiu diretamente ao presidente brasileiro foi o renomado escritor francês François Mauriac. Para Mendes Viana, a iniciativa das citadas

personalidades era inspirada por Violeta Arraes, irmã de Miguel Arraes, que vivia em Paris e circulava nos meios intelectuais, políticos e culturais franceses²⁴.

Para Arraes, o golpe de 1964 expressou a manutenção da agenda econômica imposta ao país por interesses externos e somente os ex-presidentes Getúlio Vargas e João Goulart teriam tentado ir contra esse sistema²⁵. No *Frente Brasileira de Informações*, em praticamente todas as edições, vemos diversas matérias de cunho econômico, denunciando uma suposta “farsa do milagre econômico” e os principais problemas apresentados pelo latifúndio, desmistificando a ideia de um crescimento econômico advindo da ditadura²⁶.

Segundo Cortez²⁷, os militares temiam que os familiares de Arraes organizassem algum ato de resistência, por isso foram mantidos em prisão domiciliar. Pressionados, Violeta Arraes Gervaiseau (irmã de Miguel Arraes) e família, e o padre Almeri Bezerra de Melo²⁸ (amigo de Miguel Arraes) foram obrigados a sair do país em cinco dias. O religioso foi considerado perigoso por conta de suas ideias e atividades educativas e políticas, tendo atuado junto a Paulo Freire. Além disso, o clérigo publicava semanalmente artigos de página inteira no jornal *Última Hora* de Samuel Weiner.

²⁴ GOMES, Paulo Cesar. *Liberdade vigiada: As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: Do golpe à anistia*. Rio de Janeiro: Editora Record. 2019, p. 153.

²⁵ PEREIRA, Jair (org.). *Miguel Arraes: Pensamento e Ação Política*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

²⁶ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Edição do Front de janeiro de 1971, p. 7.

²⁷ CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O Drama Barroco dos Exilados do Nordeste*. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

²⁸ Nascido em 1927, no município de Escada, na Mata Norte de Pernambuco, Almeri foi um dos nomes mais influentes na formação de dores. Atuou ao lado do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e do advogado Cândido Mendes. Aos 11 anos, ingressou no seminário de Olinda, onde formou-se anos mais tarde em filosofia. Em Roma, estudou teologia. Ao regressar para o Brasil, trouxe a sua experiência junto ao movimento operário da Bélgica, Alemanha e França. Durante o governo militar, exilou-se na Argélia, onde foi assessor do ex-governador Miguel Arraes. Anos mais tarde, foi embaixador do UNICEF na África. Disponível em: <http://www.unicap.br/assecom1/catolica-lamenta-morte-do-ex-professor-almeri-bezerra-de-melo/>. Acesso em: 25/02/2021.

Diante do golpe imposto em todo o país, na noite de 31 de março de 1964, Arraes escreveu um manifesto e encaminhou a todos os governadores do Nordeste. Embora pregasse o caminho do pacifismo, o texto sugeria que os governadores manifestassem apoio a João Goulart e ao seu projeto de prosseguir com as reformas de base. No entanto, o contato não surtiu efeito por parte dos demais governantes nordestinos. Até a manhã seguinte, toda a família de Arraes permaneceu no Palácio das Princesas, que já estava cercado e ocupado pelo exército. Horas depois Arraes foi preso. No mesmo dia, a Assembleia Legislativa decretou a vacância do cargo de governador, determinando que o poder fosse repassado ao vice-governador, Paulo Guerra.

Arraes foi levado para o Quartel de Socorro, e no dia seguinte, foi transferido para a ilha de Fernando de Noronha. Depois de passar nove meses no arquipélago e quatro meses na prisão da Companhia de Guarda, do Corpo de Bombeiros, no Recife, Arraes foi para a Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro²⁹. Miguel Arraes foi solto, por força de um *habeas corpus*, mas não podia permanecer no país. No dia 20 de maio de 1964, o ex-governador foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, ao mesmo tempo que era informado pelo seu advogado, Sobral Pinto, de que seria impossível mantê-lo em liberdade através de recursos legais.

A partir desse momento, Arraes passou a se hospedar em casas de diferentes parentes, sempre por pouco tempo, até que foi preso novamente, no dia 21 de abril do mesmo ano. Só foi liberado porque na ocasião não havia ninguém com a patente exigida para autorizar a detenção. A partir daí começaram os movimentos para que Arraes conseguisse autorização para deixar o país como asilado político.

²⁹ ROZOWYKWIAT, Tereza. *Arraes*. São Paulo: Iluminuras, 2006, p. 80.

Eu não queria deixar o Brasil. Preferia ter permanecido na minha terra. Mas as circunstâncias me obrigaram, depois de um ano de prisão e mais alguns meses de inquéritos e interrogatórios. Na medida em que não me era possível permanecer no Brasil em liberdade, nem mesmo clandestinamente, por falta de condições, examinei as hipóteses que se me apresentavam para sair do país. O meu advogado, Sobral Pinto, enviou uma carta esclarecendo-me sobre a impossibilidade de assegurar minha liberdade através dos recursos legais que ele tentara e, portanto, seria preferível tomar uma decisão a partir da carta formalmente encaminhada³⁰.

Em 20 de maio de 1965, Miguel Arraes de Alencar foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, tendo de esconder documentos e sem nenhuma garantia de liberdade. Naquele momento, sair do país era a única opção. Inicialmente, nenhum dos países da América Latina aceitou Miguel Arraes como exilado. Naquele mês, praticamente todas as embaixadas estavam cercadas pela polícia. O processo de concessão de asilo político não foi fácil. As únicas opções eram Iugoslávia ou Argélia. Diante da situação de perigo, Arraes procurou ajuda na embaixada da Argélia, no Rio de Janeiro.

O jornalista Darwin Brandão realizou contato com a embaixada argelina, aproveitando-se do fato de conhecer um encarregado de negócios da Argélia, no Brasil. Arraes esperou um mês na embaixada até que o novo embaixador da Argélia chegasse ao Brasil com a confirmação do asilo e do salvo conduto³¹.

A Argélia, sob a liderança da Frente de Libertação Nacional (FLN) conquistou sua independência da França em 03 de janeiro de 1962 após uma guerra civil que durou oito anos (1954-1962). Os conflitos resultaram

³⁰ Ibidem, p. 85.

³¹ CRUZ, Fábio Lucas da Cruz. Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979). *Tese (Doutorado em História)* - Departamento de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2016, p. 77.

em mais de um milhão de mortos e um país a ser reconstruído. É possível, que, por esta razão, o governo argelino tenha concordado em receber exilados políticos dos mais diversos países, pois precisava de mão de obra qualificada para reerguer a nação. Segundo Almeri Bezerra de Mello, brasileiro exilado em Argel,

Naquela época, Alger era a Meca de tudo quanto fosse refugiado político e movimento de libertação. Desde Dr. Arraes até Carl Michael, líder dos Black Panthers; desde a FRELIMO até o movimento de libertação da Suíça. Lá chegavam aos magotes, tantos revolucionários brasileiros, como chilenos, sul-africanos, chadianos, angolanos, egípcios e companhia³².

Argel, a capital da Argélia, tornou-se um lugar estratégico de organização de oposição às ditaduras. Brasileiros que lá se exilaram, mantinham contatos com lideranças das esquerdas na Europa e com instituições internacionais de defesa dos direitos humanos. Arraes deixou o país com destino a Argélia em 17 de junho de 1965. O embaixador argelino no Brasil, Tayebi Larbi, recebeu o ex-governador na embaixada e acompanhou Arraes e sua esposa, Magdalena, durante a viagem a Argel. O governo da Argélia concedeu passaporte argelino ao casal, pois haviam saído do Brasil apenas com um salvo conduto. A partir desse momento vemos como Miguel Arraes vai construindo importantes relações com o governo argelino.

O voo que conduziu Arraes a Argel faria uma parada em Paris. Tanto a Embaixada brasileira como o Quai d'Orsay foram alertados para ficarem atentos à passagem do político pela cidade. Assim, na escala feita no aeroporto de Orly, os jornalistas foram impedidos de falar com ele e mesmo sua família só pôde encontrá-lo após mais de uma hora de negociações. Apenas quando

³² MELLO, Almeri Bezerra de. *Para além dos verdes mares*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2006, p. 36.

chegou à Argélia Arraes pôde responder à imprensa. Ele concedeu uma entrevista ao jornal *Le Monde*, na qual relatava suas dificuldades para conseguir sair do Brasil. Disse que, após refugiar-se na Embaixada argelina, obteve um salvo-conduto que o autorizava a deixar o país, contudo, no último momento, as autoridades militares opuseram-se à sua partida. Segundo Arraes, teria sido necessário que o embaixador ameaçasse recusar os vistos de saída de jogadores de futebol brasileiros que estavam no país africano. Arraes afirmou ainda que, em meio à política repressiva do governo Castelo Branco, a qual tornava cada vez mais difícil o exercício da liberdade, sua única esperança era a atitude de determinados membros da Igreja que erguiam suas vozes para condenar o regime³³.

Inicialmente, Arraes e Magdalena ficaram hospedados no Hotel Saint Georges durante uma semana. Posteriormente, o casal mudou-se para uma casa próxima ao palácio presidencial aonde viveram por três anos. Desde a sua chegada, o governo argelino concedeu uma pensão a Miguel Arraes³⁴, que declarou ter sido bem recebido no país:

Não foi por mero acaso que escolhemos a Argélia, anos atrás, como lugar de exílio. Naquela ocasião, dentre as possibilidades de que dispúnhamos, era o país que havia vencido o colonialismo e que assumia, como até agora, uma clara posição anti-imperialista. Essa linha política coincidia com a que defendíamos e defendemos para o Brasil. [...]³⁵.

Quando Arraes chegou a Argélia, o país enfrentava uma grave crise política, pois havia acabado de sofrer um golpe de estado, por parte do coronel Boumediène contra o governo civil local. O *Front de Liberation Nationale* (FNL), partido único e oficial, era o interlocutor de Arraes, como

³³ GOMES, Paulo Cesar. *Liberdade vigiada: as relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: Do golpe à anistia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019, p. 156.

³⁴ CRUZ, Fábio Lucas da Cruz. *Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979)*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2016, p. 78.

³⁵ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação: EXI_DPED_063_001.

também dos que chegavam ao país. O ex-governador passou a acompanhar de perto a luta dos movimentos de libertação da África convivendo com vários dirigentes e líderes políticos.

O esquema de comunicações entre MIGUEL ARRAES, na Argélia, e outros elementos subversivos brasileiros, na França, Brasil, Chile, México e Uruguai repousaria em dois elementos principais, que manteriam contacto com pilotos brasileiros e de outras nacionalidades, em Paris. [...]

MIGUEL ARRAES vem a algum tempo assessorando o governo argelino no que se refere a assuntos latino-americanos. Nessa qualidade, tem por diversas vezes aconselhado diretamente o Coronel Boumediene.

Os contatos de MIGUEL ARRAES com o chefe do governo, bem como com o Ministério das Relações Exteriores da Argélia, são correntemente mantidos através do Coronel SLIMANE HOFFMAN, Chefe do Serviço de Inteligência e encarregado de todo o setor de treinamento, equipamento e distribuição de guerrilheiros na África e, ultimamente, na América Latina.

Na qualidade de assessor, MIGUEL ARRAES esteve em contacto com o Embaixador da Argélia no Brasil KERAMANE, orientando-o nas conversações que este último manteve, como representante do MRE da Argélia, com o encarregado de negócios do Brasil em Argel, FELIPE SALDANHA, em torno da atuação e “status” dos asilados brasileiros e o funcionamento da “Frente Brasileira de Informações”.

ARRAES teria sido apresentado a KERAMANE por FATIH AGHA BOUAYED, assessor direto do Ministro das Relações Exteriores da Argélia, encarregado de assuntos latino-americanos. BOUAYED foi secretário da Embaixada da Argélia no Rio de Janeiro, tendo sido declarado “persona non grata” por nosso Governo³⁶.

Os frequentes informes produzidos pelo Centro de Informações do Exterior, trazem detalhes de toda a movimentação do ex-governador na Argélia. Arraes atuou como consultor e manteve contatos privilegiados

³⁶ ARQUIVO NACIONAL. *Fundo Centro de Informações do Exterior*. Identificação: BRAN, BSBIE.05.7, P.41/71. INFORME.

com os movimentos de libertação africanos, com os progressistas europeus, com o escritório da Organização para a Liberdade da Palestina (OLP) e com seu líder, Yasser Arafat. Embora o primeiro ano de exílio tenha sido de adaptação, os anos seguintes foram de muitos contatos com Brasil, China, Cuba, França, Chile, Portugal, Suíça, Palestina, Itália e Rússia. O ex-governador passou a ser convidado para participar de seminários, debates e congressos em vários países. Ele iniciou uma intensa atividade política pelo fim da ditadura no Brasil e se envolveu na criação do Movimento Popular de Libertação (MLP).

Em Argel, Arraes colaborou com a elaboração da Declaração Universal dos Direitos dos Povos, em 4 de julho de 1976, iniciativa da Liga Internacional pelos Direitos e a Libertação dos Povos (ILPS) presidida pelo senador italiano da esquerda independente Lelio Basso. Durante esse período participou ativamente do processo de independência de Moçambique e manteve contato com brasileiros, através de cartas, jornais, revistas, relatórios oficiais ou de origem particular, além de manter discussões sobre os problemas do Brasil em seus mais diferentes aspectos.

Em meados dos anos 1970, Miguel Arraes, junto com o jornalista e editor mineiro José Maria Rabelo, fundaram uma livraria especializada em títulos sobre a América Latina e sobre o Terceiro Mundo, *Livraria Portuguesa e Brasileira*, no número 12 da Rue des Ecóles, em Paris, sendo considerada posteriormente a melhor livraria estrangeira daquela cidade e ponto de encontro dos exilados.

O político pernambucano também trabalhou intensamente com o MPLA – Movimento pela Libertação de Angola e o FRELIMO – Frente pela Libertação de Moçambique. Além de atuar em outros movimentos de independência das colônias portuguesas no continente africano. Foi na Argélia que Arraes conheceu vários integrantes dos movimentos de

libertação africanos³⁷, sobretudo dos seguintes países, Namíbia, África do Sul, Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Em junho de 1970 Arraes e Magdalena receberam em sua casa, quarenta brasileiros, banidos para a Argélia após o sequestro do embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben. O sequestro havia sido organizado por membros das organizações Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Ação Libertadora Nacional (ALN). No grupo de libertos estavam Fernando Gabeira, Apolônio de Carvalho, Maria do Carmo Brito e Ladislau Dowbor, entre outros. Os sequestros de representantes diplomáticos por grupos defensores da luta armada permitiram que muitos presos políticos deixassem o país. Como foram os casos dos embaixadores Charles Elbrick, dos Estados Unidos e do cônsul japonês Nobuo Okushi. Esse fato intensificou ainda mais a vigilância ao grupo. Arraes também ajudou na busca de profissionais para serem contratados para trabalhar na reconstrução do país, inclusive muitos brasileiros. Oscar Niemeyer chegou a realizar dois projetos na Argélia, a Universidade Constantine e a Mesquita de Argel.

Sentindo a necessidade de sensibilizar a população brasileira, Arraes estendeu o debate contra a ditadura para outros países, levando seus posicionamentos sobre o Brasil, discutindo política e denunciando casos de tortura e desaparecimentos políticos em diversas entrevistas a veículos estrangeiros. Por essas razões, uma semana após o assassinato, em 1969 de Carlos Marighella, da Aliança Nacional Libertadora (ANL) surgiu a *Frente Brasileira de Informações*. Um boletim mensal, distribuído entre jornalistas, pesquisadores e órgãos de direitos humanos de vários países, que obteve apoio de alguns católicos e foi bem recebido por grupos revolucionários em atuação no Brasil.

³⁷ INSTITUTO MIGUEL ARRAES. *Série Exílio*. Identificação. EXI_DFB1_0336_001.

Atuante como o marido, Magdalena Arraes trabalhou como intérprete de francês e também passou a dar aulas de português na Faculdade da Argélia.³⁸ “O embaixador tornou-se nosso amigo e sempre nos acompanhava. Depois ele foi nomeado ministro e através dele mantivemos contato com outros membros do governo”, disse Magdalena³⁹. Mesmo com passaporte argelino Miguel Arraes sempre viajava acompanhado, pois temia represálias, mesmo no exterior. Em sua biografia, Magdalena Arraes informou que recebeu apoio do governo argelino, inclusive financeiro e que se sentia segura no país. No entanto, o exílio político vivido por eles, ainda era permeado por vigilância e restrições.

Cartas eram emblemáticas, porque a gente não sabia se elas eram visitadas. Então, a gente tinha muito cuidado com a correspondência. Eram cartas formais, inocentes. Quando se queria mais notícias, só mesmo conversando com pessoas, que viajavam, que mandavam alguma notícia através de portador, mas era tudo sempre com muito cuidado⁴⁰.

Miguel Arraes e Magdalena foram alojados numa vila do governo argelino e à medida que os filhos foram chegando moraram nos números 21, 3 Bis e 7 da Avenida Roosevelt. As casas ficavam no bairro El Muradia, próximas ao Museu Bardo, para onde as crianças, pulavam o muro para irem brincar. No final da permanência na Argélia, como havia poucos filhos com eles, mudaram-se para um apartamento.

³⁸ CAVALCANTI, Lailson de Holanda. COLARES, Valda. *Magdalena Arraes: a dama da história*. Recife: Cepe, 2015, p. 89.

³⁹ *Ibidem*, p. 88.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 103.

Figura 5: Arraes e família no jardim da casa na Argélia, em 1967⁴¹



Arraes fala o que exílio significou para ele:

É evidente que, ao chegar ao exílio, tive necessidade de refazer o curso de minha vida. No começo, contei com a solidariedade de amigos. Em seguida, pude sobreviver porque vinha do Brasil com uma experiência no campo da administração, no campo político, possibilitando um trabalho de assessoria que permitiu o sustento de minha família e as minhas viagens. Dificuldades existiram, mas não foram graves⁴².

Arraes desenvolveu atividades intelectuais no exílio. Traduziu o livro *L'Établi* editado no Brasil sob o título de *Greve na Fábrica* pela Editora Paz e Terra. Escreveu os livros *O Povo e Poder*, editado em francês, inglês e espanhol, *A Questão Nacional* e *o Jogo do poder no Brasil*.

Não, nunca me senti isolado, porque venho com frequência à Europa e recebo na Argélia vasta documentação sobre o Brasil. Lá conheci também gente de todas as partes do mundo, inclusive aqueles que na época lutavam pela

⁴¹ CRUZ, Fábio Lucas da Cruz. Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979). *Tese (Doutorado em História)* – Departamento de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2016, p.101.

⁴² *Ibidem*, p. 171.

independência de seus países, como é o caso dos atuais dirigentes de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe⁴³.

Escreveu vários artigos que foram publicados na imprensa internacional e era frequentemente convidado a participar de congressos. Um dos mais importantes foi em Paris, organizado pelo escritor Jean Paul Sartre⁴⁴. A visão que Arraes tinha das esquerdas e de como elas deveriam se articular para resistir e combater é um assunto que permeia toda a documentação do exílio e dos exemplares do *Front*, e que será desenvolvida no próximo capítulo.

Sobre o *Front*, encontram-se nos arquivos do Centro de Informações do Exterior – CIEEX, recortes de jornal, correspondências, cópias de exemplares, documentos financeiros, bilhetes, relatórios, e documentos produzidos nas reuniões do boletim. O monitoramento a Arraes também foi ostensivo. Alguns informes fazem menção a “fontes fidedignas” ou a “supostos colaboradores” evidenciando os meios clandestinos que utilizavam para obter as informações. A vigilância sofrida pelo *Front* e por Arraes serão discutidas no tópico em que tratamos do Centro de Informações do Exterior.

A volta do exílio não fez cessar a vigilância sobre Arraes. Em correspondência do dia 21 de dezembro de 1981, um documento do Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco relata que enviaram ao diretor do Centro de Informações um “relatório” sobre o lançamento do livro “O jogo do poder no Brasil” que aconteceu na Livraria Sete, às 18:00 do dia 18/12/1981. O texto dizia que compareceram ao evento, aproximadamente cem pessoas, das quais, algumas ligadas ao mundo político-social do estado. O texto demonstrou

⁴³ Ibidem, p. 168.

⁴⁴ PEREIRA, Jair (org.). *Miguel Arraes: Pensamento e Ação Política*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 101-104.

o clima de vigilância que ainda cercava o político. Quando os arquivos do Dops pernambucano foram abertos soubemos que essa vigilância se estendeu até 1987. O processo contra Miguel Arraes tinha mais de dez mil páginas.

Arraes voltou do exílio beneficiado pela Lei da Anistia que permitiu o retorno de milhares de brasileiros. Segundo Rozowykwiat o processo de Anistia foi ameaçado pouco antes da assinatura da lei, por volta do mês de julho, quando os representantes da ditadura decidiram excluir Miguel Arraes, Leonel Brizola, Luiz Carlos Prestes e Francisco Julião, dos beneficiários da medida. A reação, entretanto, foi violenta, levando o governo a recuar e desistir de apresentar sua proposta discriminatória⁴⁵.

Poucos dias antes da votação do Projeto de Lei de Anistia⁴⁶, as principais capitais do país foram invadidas por milhares de pessoas que participavam de atos públicos, passeatas e comícios. Após a assinatura da lei, Arraes foi um dos primeiros a voltar ao Brasil, depois de catorze anos na Argélia. O ex-governador desembarcou no Rio de Janeiro às 6 horas do dia 15 de setembro de 1979 com sua esposa Magdalena e quatro de seus filhos. No aeroporto, senadores e deputados de diversos estados, lideranças estudantis, intelectuais e artistas, além de representantes da imprensa nacional e internacional o aguardavam. Em seguida partiu num jatinho particular para o estado do Ceará, a fim de rever sua família, em especial, a mãe, dona Benigna. No dia seguinte, ao desembarcar no Recife, o comício no bairro de Santo Amaro reuniu cerca de sessenta mil pessoas. Segundo Rozowykwiat, a chegada em Santo Amaro foi a maior emoção

⁴⁵ ROZOWYKWIAT, Tereza. *Arraes*. São Paulo: Iluminuras, 2006, p. 112.

⁴⁶ A LEI Nº 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979, em seu primeiro artigo, diz o seguinte: é concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

que Arraes teve em toda sua vida, principalmente porque ele não previa uma manifestação daquela dimensão⁴⁷.

Voltando a atuar na política local, Arraes apoiou a candidatura de Marcos Freire ao governo do estado em 1982, embora quisesse ser candidato ao cargo. Nesse momento, já configurava-se uma disputa política entre Miguel Arraes, Marcos Freire e Jarbas Vasconcelos. No mesmo ano, se candidatou a deputado federal pelo PMDB, obtendo a maior votação até então registrada em eleições proporcionais no estado: 191.471 votos. Nas eleições de 1986, Arraes se candidatou a governador do estado, tendo como vice, Carlos Wilson.

A Frente Popular conseguiu transformar cada eleitor num militante. Milhares de pessoas se envolveram no trabalho de porta a porta, de conquista de votos e de mobilização de rua. O “Trem da Vitória”, enfeitado com fitas e bandeiras de Arraes, levava a campanha para a Zona da Mata. A “Caravana da Esperança”, que chegou a reunir mais de cem ônibus, arrematava a classe média para levar as mensagens de Arraes aos subúrbios do Recife e Região Metropolitana. Lá, a militância ensinava o povo a preencher a cédula eleitoral e distribuía uma cartilha com o resumo do programa de governo, enquanto a população cantava: “O povo quer / Aquele que fez mais / Arraes, Arraes, Arraes / 86 só vai dar Arraes”⁴⁸.

A segunda campanha para governador teve como principal adversário José Múcio Monteiro, do Partido da Frente Liberal (PFL), cuja família era proprietária de um terço das usinas de açúcar do estado. A escolha de Carlos Wilson como vice, respondia a uma demanda jovem, de perfil urbano, fortalecendo a Frente Popular na Região Metropolitana do Recife, que concentrava 45% do eleitorado do Estado. Arraes buscou o apoio da Igreja Católica, dos sindicatos rurais e dos municípios sertanejos.

⁴⁷ ROZOWYKWIAT, Tereza. *Arraes*. São Paulo: Iluminuras, 2006, p. 114.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 134.

A Frente Popular retomou a sua força principalmente com o empenho de artistas, mulheres e ecologistas. O ex-governador recebeu apoio de políticos de atuação nacional, mas apesar da grande mobilização, a campanha de 1986 não foi fácil, pois as pesquisas demonstravam um empate técnico entre os dois candidatos. No entanto, Arraes saiu vitorioso. Seu governo foi caracterizado por programas voltados ao pequeno agricultor, como o *Vaca na corda*, que financiava a compra de uma vaca e o *Chapéu de palha*, que empregava canavieiros no período de entressafra, na construção de pequenas obras públicas, além do projeto de eletrificação rural.

Em 1990, Arraes deixou o PMDB e filiou-se ao PSB. Foi eleito mais uma vez governador em 1994, aos 78 anos, sendo um dos principais opositores ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Seu último governo foi marcado pela grave crise financeira do estado e pelas greves das polícias civil e militar. Perdeu a reeleição em 1998 para seu ex-aliado e ex-prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, que obteve mais de 64% dos votos válidos. Em 2002, aos 86 anos, Arraes venceu sua última eleição, elegendo-se o quarto deputado federal mais votado do Estado de Pernambuco. Após 58 anos de vida pública, encerrou sua trajetória de vida como deputado federal, pelo PSB, sendo o único político a governar o estado por três vezes, e tendo um papel fundamental no encaminhamento da questão agrária do país.

Arraes foi internado no dia 16 de junho de 2005, com uma suspeita de dengue. Sua saúde piorou no dia 19 daquele mês, quando foi vitimado por uma arritmia e a consequente queda de pressão, sendo entubado logo em seguida e passando a respirar por aparelhos. Após alguns exames foi detectada uma infecção pulmonar. Após uma breve melhora no mês seguinte, Arraes passou a conversar com amigos e parentes. O seu quadro agravou-se após desenvolver uma pneumonia e no dia 29 de julho, uma

artéria do pulmão esquerdo se rompeu, provocando uma hemorragia e levando o ex-governador a enfrentar uma cirurgia de emergência. Apesar da sobrevida, os rins e o fígado apresentaram falhas e novamente precisou ser submetido a sessões de hemodiálise. No dia 12 de agosto, foi anunciado que deixaria a unidade de tratamento intensivo. Porém, durante a madrugada do dia seguinte, o quadro de saúde apresentou uma infecção generalizada. No fim da manhã do dia 13 de agosto, Miguel Arraes de Alencar faleceu depois de 59 dias de internação na UTI do Hospital Esperança, no Recife. A *causa mortis* foi um choque séptico causado por infecção respiratória, agravada por insuficiência renal.

Seu corpo foi velado no Palácio do Campo das Princesas, sede do governo estadual, a partir do início da noite do dia 13 de agosto. O cortejo fúnebre saiu no final da tarde do dia seguinte em direção ao Cemitério de Santo Amaro no Recife, onde foi sepultado, seguido por milhares de pessoas que cantavam antigos jingles das suas campanhas políticas.

No final de 2008, a viúva, Magdalena Arraes, criou o Instituto Miguel Arraes com o objetivo de preservar a memória do ex-governador. O IMA detém quase cem mil itens, entre cartas, fotografias, exemplares de jornais, documentos oficiais, entre outros. O instituto foi fechado recentemente, em agosto de 2020, e todo o acervo agora está sob a administração da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife.

Referências

ALVES, Bernard José Pereira. Pouco tempo de Arraes: sindicalização rural e o direito de reclamar. *Revista Retratos de Assentamentos*, v.18, n.1, 2015.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Tradução de Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1964.

- AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.
- ARRAES, Miguel. *A Democracia e a questão nordestina*. 2ª edição. Pernambuco: Editora Asa, 1986.
- _____. *A nova face da ditadura brasileira*. Lisboa: Seara Nova, 1974.
- _____. *Discurso na íntegra*. 30 anos do retorno de Dr. Miguel Arraes do exílio. Brasília, 17 de setembro de 2009.
- _____. *O Jogo do poder no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981.
- _____. *Pensamento e ação política*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- _____. *Palavras de Arraes*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1987.
- _____. *O Brasil, o povo e o poder*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2008.
- CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes: A revolução sem violência*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- CAVALCANTI, Lailson de Holanda; COLARES, Valda. *Magdalena Arraes: a dama da história*. Recife: Cepe, 2015.
- CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino. *Memórias do Exílio: Brasil 1964-19??*. São Paulo: Editora e Livraria Livramento LTDA, 1978.
- CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O Drama Barroco dos Exilados do Nordeste*. Fortaleza: Editora UFC, 2005.
- COSTA, Edvaldo. *Cartas de Agosto*. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2007.
- CRUZ, Fábio Lucas da. Frente Brasileiro de Informaciones e Campanha: Os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979). *Dissertação em História* - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

- _____. Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979). *Tese em História* – Departamento de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2016.
- MENDONÇA, Fernando; TAVARES, Cristina. *Conversações com Arraes*. Belo Horizonte: Vega, 1979.
- MORAES, Eldenor. *O mito pelo avesso*. Recife: Comunicante, 1994.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. Rachar as palavras. Ou uma história a contrapelo. *Estudos Ibero-Americanos* (PUCRS. Impresso), São Leopoldo, v. XXXIII, n.11, 2006, p. 37-62.
- _____. (org.). *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- _____. *História, Metodologia, Memória*. 01. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- _____. *História Oral e Memória: A Cultura Popular Revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.
- _____. Ligas camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano 3: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 269-303.
- NASCIMENTO, Greyce Falcão. Frente Brasileira de Informações: imprensa e resistência no exílio. *III Seminário internacional História do Tempo Presente*. UDESC – Florianópolis – SC, 2017. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IIISHTP/paper/viewFile/621/469>.
- _____. *Aconteceu, virou Manchete*. Notícias da Ditadura. Porto Alegre: RS. Editora Fi. 2020.
- PEREIRA, Jair (org.). *Miguel Arraes: Pensamento e Ação Política*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- PENA, Felipe. *Teorias e Críticas*. São Paulo: Editora Contexto, 3ª reimpressão. 2ª edição, 2008.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. *Medo comunismo e Revolução: Pernambuco (1959 - 1964)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

RABELO, José Maria. RABELO, Thereza. *Diáspora: Os longos caminhos do exílio*. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

ROZOWYKWIAT, Tereza. *Arraes*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

40 anos do caso Miracapillo: jugos da Ditadura Militar de 1964 em Pernambuco

José Artur Tavares de Brito¹

Introdução

Dar a conhecer um acontecimento histórico que ocorreu há 40 anos, em outubro de 1980, no município de Ribeirão – PE, com a injusta expulsão do Brasil do padre italiano Vito Miracapillo, sob o regime militar. Demonstrar que o padre Vito Miracapillo estava agindo dentro das normas do magistério da Igreja, sobretudo com base nas conferências episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979). O trabalho pastoral desenvolvido pelo religioso era consequente na sua firme posição de defender os trabalhadores empobrecidos e explorados pelos senhores de engenho e usineiros da região da Zona da Mata Sul do Estado de Pernambuco.

A decisão de expulsão, unânime no judiciário, revela um descompasso entre o Supremo Tribunal Federal e a sociedade brasileira em processo de abertura política. O Estatuto do Estrangeiro foi, indiretamente, declarado constitucional e a decisão presidencial do governo militar de expulsão foi reafirmada. Bloquear o trabalho do padre Vito Miracapillo foi, na realidade, interditar um trabalho de promoção da vida de trabalhadores explorados que tinha encontrado no trabalho

¹ Doutor em Ciências da Religião pela UNICAP e Mestre em Antropologia pela UFPE; Licenciado em Filosofia pela UNICAP; Bacharelado em Filosofia pela UNICAP e Bacharelado em Teologia pelo Instituto de Teologia do Recife - ITER; Especialista (SENAC) e docente (UNICAP) em EaD; Prof. do Curso de História da UNIVISA; Prof. do Curso de Teologia na UNICAP e membro do Instituto Humanitas - IHU UNICAP; pesquisador do Grupo de pesquisa UNICAP/CNPq Religiões, identidades e diálogos, na linha de pesquisa Diálogos inter-religiosos; membro do Grupo de Peregrinas e Peregrinos do Nordeste – GPPN. Autor de Herança das Reformas: papel de mulheres e homens em 500 anos de história (Fonte Editorial, 2019). <http://lattes.cnpq.br/7211033121825699>

desenvolvido pela Igreja um apoio concreto e solidário a suas reivindicações por justiça e liberdade.

(...) em 64 a Nação recebeu um tiro no peito. Um tiro que matou a alma nacional (...). Os personagens que pareciam fazer parte da história brasileira, ou da História do Brasil como nós imaginávamos, esses personagens de repente sumiram. Ou fora do poder, ou presos ou mortos. E em seu lugar surgiram outros, que eu nunca tinha visto. Idiotas que nem mereciam ser notados. De repente, eles eram mais do que donos do poder, eram donos da verdade! Aí me veio a percepção clara de que o Brasil tinha mudado para sempre. (...) Havia sido cometido um assassinato político. Ali morreu um país, morreu uma liderança popular, morreu um processo. Uma derrota política da qual você jamais vai se recuperar nos mesmos termos (...). Não se matam somente pessoas, também se matam os países, os processos históricos
(Herbert José de Souza).

As palavras do sociólogo Herbert José de Souza, o Betinho, retratam bem como foi um dos períodos mais abomináveis que nossa país já viveu. Período em que pessoas inocentes, acusadas de “subversão”, foram torturadas até a morte em nome de uma ideologia (BETTO, 2006).

Neste artigo não vamos nos estender para falar de outros golpes, mas o que Herbert Souza, o Betinho, se estivesse vivo, diria do Golpe de Estado de 2016 que defenestrou da presidência do Brasil uma mulher honrada que não tinha cometido crime algum?

Ao se examinarem a historiografia recente verifica-se que a ditadura civil-militar brasileira (1964 -1985) cultivava uma das principais doutrinas que respaldava a lógica policial-militar à época, era a da Segurança Nacional que, por sua vez, enxergava na atuação junto à sociedade como principal instrumento para o combate às forças identificadas como ameaças a nação (COMBLIN, 1978). Nesse sentido, qualquer movimento libertário tinha sempre um ar de comunismo e subversão, sendo assim, o

discurso de ordem e combate ao comunismo tem como principal receptáculo a classe média e a elite conservadora, a qual, com o passar do tempo, se torna cada vez mais influente.

Criara-se uma cultura da insegurança e por isso ganha corpo o discurso do inimigo, do indivíduo subversivo era algo extremamente palpável numa sociedade que cada vez mais estava sendo preenchida por um aparato informativo e de vigilância estruturado e com uma série de ramificações no país. Havia um silêncio no ar, mas um silêncio que falava alto. A repressão é intensificada à medida em que o estado de exceção se instala e, nesse sentido, há um crescimento das teias de relações institucionais em prol da segurança nacional. O mundo político, econômico e jurídico criava uma teia estreita de relação consequente. Nesse sentido, Eni Orlandi (1995) explana que “a censura é um sintoma de que ali pode haver um outro sentido. Na censura, está a resistência. Na proibição está o ‘outro’ sentido” (ORLANDI, 1995, p. 121).

É dentro desse contexto que acontece o caso Miracapillo, como ficou conhecido: O caso Miracapillo: paradigma da tensão entre estado e igreja no Brasil (*Il caso Miracapillo: paradigma dela tencione tra stato e chiesa in brasile*). Na realidade o clima em toda a América Latina era de tensão entre a Igreja progressista e os vários regimes ditatoriais (COMBLIN, 1978). O pretexto da expulsão foi exibido pelos principais jornais do país nos seguintes termos: “Vito Miracapillo: O padre expulso do Brasil pela ditadura após se recusar a rezar missa”. Para o religioso a missa sendo celebrada pela “independência” seria um sacrilégio, ou seja, uma profanação da Eucaristia. Para o padre Vito Miracapillo a missa não seria celebrada, isto por vários motivos, entre os quais a “não efetiva independência do povo, reduzido à condição de pedinte e desamparado em seus direitos” (ASAL, 1981, p. 14). Esse acontecimento se deu em uma

época que a Igreja Católica de Pernambuco estava sob o pastoreio de Dom Hélder Câmara.

Nos tempos de Dom Helder

O passado não é livre. Nenhuma sociedade o abandona a si mesmo. É regido, administrado, conservado, explicado, narrado, comemorado ou odiado. Seja que se celebre ou se oculte, segue sendo um desafio fundamental do presente (Régine Robin).

A missão da Igreja católica na época era marcada pelo profetismo do arcebispo dom Hélder Câmara (ROCHA, 2000, p.172-176) apelidado pelos inimigos da democracia como “arcebispo vermelho”. Era uma alusão clara em uma época que o comunismo era abominado como o "mal dos males" e a defesa do capitalismo era vista como meta, juntamente da defesa da Pátria contra o "perigo vermelho".

A chegada de Dom Hélder em Recife se deu em um momento delicadíssimo da sociedade brasileira tendo presente os últimos acontecimentos políticos. O golpe militar havia ocorrido em 31 de março de 1964, provocando profundas alterações políticas, sociais, econômicas e culturais na sociedade brasileira, e, com isso, o governo de João Goulart foi deposto do poder. Os militares haviam acabado de assumir o governo com um discurso de logo devolver aos civis, mas essa conversa perdurou durante vinte e um ano, chamados pelo jornalista Luiz Octavio de Lima como: os anos de chumbo (LIMA, 2020). Um dos interlocutores de Dom Hélder, padre Ernanne Pinheiro, afirma que:

Dois fatores significativos acentuaram a importância primordial da nomeação inesperada de Dom Hélder para o Recife: a) o recente golpe militar de 31 de março de 1964; b) o Concílio Vaticano II em plena e pujante fase de construção (já duas sessões tinham acontecido (ROCHA, 2000, p. 77).

As décadas dos anos 60, 70 e 80, do século passado, foram turbulentas para a história do Brasil. Sobretudo a década de 60 manifestou-se como década de esperanças e tristezas. Esse período amanheceu sob o florescimento das organizações dos Movimentos Sociais e das manifestações que se alastraram pelo Brasil na luta por melhores condições de vida e terminaram em uma Ditadura comandada pelos militares e seus aliados civis.

Em 11 de abril de 1964, eram passados doze dias após a instalação do regime militar no Brasil. Ao chegar à capital pernambucana, Dom Hélder já dá o tom de sua missão. O bispo nordestino mostrou, através do seu discurso de posse, que, apesar das mudanças políticas pela qual a nação estava passando, iria ser o bispo de todos e com preferência evangélica pelos mais pobres. Sua principal preocupação seria com os empobrecidos, marginalizados e excluídos da sociedade. Assim ele se expressa:

Ninguém se escandalize quando me vir freqüentando criaturas tidas como indignas e pecadoras. [...] Ninguém se espante me vendo com criaturas tidas como envolventes e perigosas, da esquerda ou da direita, da situação ou da oposição, anti-reformistas ou reformistas, anti-revolucionário ou revolucionário, tidas como de boa-fé ou de má fé. [...] Ninguém pretenda prender-me a um grupo, ligar-me a um partido, tendo como amigos os seus amigos e querendo que eu adote as suas inimizades. [...] Minha porta e meu coração estarão aberto a todos, absolutamente a todos. Cristo morreu por todos os homens: a ninguém devo excluir do diálogo fraterno. [...] Claro que amando a todos, devo ter, a exemplo de Cristo, um amor especial pelos pobres (BARROS; OLIVEIRA, 2000, p. 85).

Por seu amor aos pobres e injustiçados, quantas vezes foi perseguido? Quantas vezes quiseram tirar-lhe a vida? Quantas vezes derramou lágrimas por ver companheiros e companheiras assassinadas na sua luta contra as armas e contra a fome. Um fato marcante e inesquecível foi o

assassinato de um próximo colaborador. Em fins de maio de 1969 Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, jovem padre responsável pela Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Olinda e Recife foi violentamente torturado e assassinado, tendo sido o seu corpo encontrado nos arredores da Cidade Universitária, no Recife. Apesar de fortes evidências da participação do Aparato Repressivo vinculado ao regime militar em Pernambuco (notadamente os policiais civis da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco), o processo, que se prolongou por quase 20 anos, absolveu todos os suspeitos sob a alegação de falta de provas.

Ao contrário do que oficialmente foi anunciado pelo inquérito, no início da segunda década do século XXI, a Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Camara desvendou o complô que matara o jovem padre colaborador do arcebispo de Olinda e Recife:

A vasta prova documental, testemunhal e pericial, produzida na época, hoje ampliada pelo trabalho exercido por esta Comissão e abertura dos arquivos secretos, sistematizada por familiares, amigos, autoridades do Poder Judiciário, Ministério Público do Estado de Pernambuco e pela Polícia do Estado provam, de modo incontestável, que o Padre Antônio Henrique foi assassinado com requintes de barbárie e sob forte tortura física. Seu corpo foi encontrado de bruços, em meio às altas folhas de capim. Apresentava sinais de estrangulamento, arranhões, cortes e hematomas profundos, uma corda de espessura mediana enlaçada ao pescoço e três disparos de arma de fogo em sua cabeça. O Padre Antônio Henrique morreu com apenas vinte e oito anos de idade (Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Camara, 2014, p. 11).

Nesta época a voz profética de Dom Helder já se fazia presente no mundo inteiro. Há cinco meses o presidente da República tinha dado um golpe duro na ordem constitucional e na sociedade brasileira criando o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que fechou o Congresso resultando em perda de

mandatos de parlamentares contrários aos militares, suspensão de quaisquer garantias constitucionais que eventualmente resultaram na institucionalização da tortura, morte e desaparecimento, comumente usada por agentes configurando ação e instrumento do Estado. “Neste período existia uma certeza: nenhum indivíduo estaria a salvo de suspeitas e punições” (LIMA, 2020, p. 221). Dom Helder passa a ser considerado inimigo nº 1 do regime, mas era demais assassinar o bispo já famosíssimo no mundo. Matando um dos seus poderia intimidá-lo. Coisa que não aconteceu! Dom Helder se tornou a voz dos perseguidos, torturados e presos políticos e como sua voz foi silenciada no Brasil passou a gritar nos quatro cantos do mundo.

Quando o padre Vito Miracapillo chega em Pernambuco em finais de 1975 encontra em andamento a Igreja dos Pobres sonhada pelo Papa João XXIII, a Igreja do Concílio Vaticano II que atualizou seus documentos com a Conferência de Medellín (1968) e Puebla (1979). A figura de Dom Hélder em Recife era uma grande referência para um trabalho de Igreja que levasse em conta as grandes inquietações da humanidade naquele momento. Por isso, o enfoque na questão social, para a qual padre Vito canalizou suas forças, lutando para que os empobrecidos pudessem ser reconhecidos e respeitados em sua dignidade.

Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal de São Paulo, viveu profundamente todo esse contexto e nos brinda com um depoimento dizendo que

1964-1980 – Igreja popular e Estado de Segurança Nacional – Os fatos mais salientes são, no plano da Igreja, o final do Concílio Vaticano II (1965), com a aprovação da Constituição *Gaudium et Spes* (A Igreja no mundo de hoje), a encíclica de Paulo VI sobre o desenvolvimento dos povos e a distância crescente entre os países da abundância e os da miséria (*Populorum Progressio* – 1967); na América Latina, a II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em

Medellin (1968) e a III conferência em Puebla (1979). No plano político e econômico a mudança maior deu-se em 1964, com a subida dos militares ao poder, com a política de total abertura do país ao capital internacional, de rápida acumulação do capital, via compreensão salarial, concentração de renda nas mãos de poucos, modernização tecnológica, silenciamento dos sindicatos e liquidação por vezes físicas da oposição, sobretudo após a instauração do Estado de arbítrio com o Ato Institucional nº5. Os conflitos iniciais da Igreja com o Estado por causa da prisão de militantes cristãos da Ação Católica, de colaboradores do MEB, agravaram-se depois de 1968, com a prisão e expulsão de inúmeros padres, processos contra bispos, instalação da tortura de modo generalizado, levando a Igreja a uma virtual ruptura com o regime (CARDEAL ARNS, 1981, p. 134).

Nessa época, no Estado de Pernambuco e por todo Brasil, proliferaram Comunidades de Base (CEBs) tanto na cidade como no campo. Essas comunidades eram acompanhadas por lideranças religiosas entusiasmadas e padre Vito Miracapillo era uma delas. Passou a ser um profeta no meio do povo sofrido. O profeta é o homem da palavra de denúncia, que anuncia, que consola e que constrói o horizonte utópico sem o qual ninguém nem a sociedade pode viver. E quando a fala é acompanhada de um compromisso efetivo e afetivo as consequências logo chegam.

O povo de Ribeirão crucificado nos canaviais é, em definitivo, o que deu sentido a missão do padre Vito. Foi o mesmo que aconteceu em março de 1980 com Dom Oscar Romero, santo mártir da Igreja dos pobres, ao se colocar no seguimento de Jesus de Nazaré (SOBRINO, 2007). Como Dom Oscar Romero o padre Vito Miracapillo anunciou o reino de Deus e o Evangelho para as vítimas, mas também foi perseguido como Jesus e confrontou-se com os ídolos de morte, patrocinadores do antireino que querem fazer o povo acreditar em uma Independência de fachada. A festa da Independência do Brasil em 07 de setembro de 2020 recorda 40 anos

de um grito do povo de Ribeirão que foi abafado. O diácono, poeta e escritor espanhol radicado em Palmares – PE desde 1977, José Durán y Durán assim a descreveu:

Grito a ser perpetuado
Pelo sangue dos mártires
Os “ninguém” algemados.
Colonialismo duradouro
Novos Tordesilhas
Cindem o Brasil,
Metade emancipada
“Invisíveis” nas calçadas.
Cegueira neoliberal
Ofusca a razão,
Descaminha a noção
Da igualdade fraternal.
Destino de uma Nação
Perseguir sua liberdade.
Filhos deste solo”
Sete de setembro,
Bradam grito novo:
Luta por independência
Renovo! (DURÁN, 2021, p. 42).

A perseguição que se abateu sobre o povo de Ribeirão marcou sua história indelevelmente. O fracasso aparente confundiu-lhe a esperança, mas depois de um tempo de silêncio (40 anos) a memória libertária está presente e é revolucionária.

Miracapillo: entre acontecimentos e a expulsão

As Comunidades Eclesiais, que estão se formando por um processo mais apurado de iniciação evangelizadora e libertadora em grupos de base, se constituem em assembleias, onde a coesão da fraternidade oferece melhores

condições para uma liturgia viva, capaz de reunir rito e vida, sinal de realidade, de comunhão (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB).

O jovem padre italiano, Vito Miracapillo, chega ao Brasil em 1975 – em plena vigência do AI5 - com apenas 29 anos, a convite de Dom Acácio Rodrigues Alves, bispo de Palmares, para assumir a paróquia de Ribeirão – PE que dista 80 quilômetros de Recife, capital de Pernambuco. O jovem missionário já chega ao Brasil com o documento de Medellín em sua bagagem. É visível sua postura de despojamento para uma Igreja servidora dos pobres e para isso faz um gesto significativo trocando a casa paroquial no centro da cidade por uma menor na periferia, em uma vila. Também recusou a ajuda financeira da prefeitura que era comum assumir o pagamento de luz, água e combustível para o carro do vigário. Mostrando claramente um distanciamento dos poderes constituídos e se aproximando dos trabalhadores do campo marginalizados, e não dos poderosos.

A região da Zona da Mata Sul do Estado de Pernambuco destacava-se pela exploração da monocultura da cana de açúcar. Palmares que é a sede da Diocese é chamada de “Capital do Açúcar”. É caracterizada pelo cultivo da cana-de-açúcar, que em virtude de trabalhadores não encontrarem outros tipos de trabalho na região, se sentiam na obrigação de venderem sua mão-de-obra aos donos da terra por pequenos salários, ou migrarem para os grandes centros urbanos, onde teriam que sobreviver nas favelas.

A própria cidade de Ribeirão era ilhada por bairros de “bóias-feias” – onde campeavam a fome e a miséria. Os trabalhadores eram divididos em duas categorias: “bóias-frias” e “fichados”, os primeiros eram diaristas, recebiam o pagamento no final de cada dia trabalhado – o termo bóia-fria estava relacionado às marmitas com a alimentação, que levavam de casa para o trabalho no canavial; os fichados eram os trabalhadores

contratados oficialmente e com carteira profissional assinada. Segundo o IBGE, a maioria da população da mata sul vivia em condições subumanas, morando em casas de taipa, sem energia elétrica e instalações hidráulicas (IBGE, 1980).

Diante dessa realidade encontrada as opções de vida e trabalho pastoral do novo vigário da cidade do Ribeirão mostrava claramente a sintonia com o caminhar da Igreja progressista e libertadora. Na época, surgiram vários documentos da Igreja que só reforçaram a caminhada e nova fase da Igreja do Brasil, que dentre os quais podemos citar: “Exigências cristãs de uma ordem política” (1971), “Marginalização de um povo, o grito das Igrejas” (1973), “Eu ouvi os clamores do meu povo” (1973). Esses documentos da CNBB desencadearam, a nível de Nordeste do Brasil, um grande entusiasmo na missão e aprofundamento de uma Igreja servidora dos pobres e ao mesmo tempo instigaram uma carga ininterrupta de críticas contra o modelo de desenvolvimento imposto pelo regime militar e as classes dominantes.

No Brasil, os anos de 1979, 1980 e 1981 foram muito conturbados. Segundo o jornalista Luiz Octavio de Lima:

O processo de distensão política não se daria sem retaliações da linha-dura. Entre 1979 e 1981, grupos de militares e paramilitares radicais praticaram dezenas de atentados, com o intuito de intimidar a sociedade e barrar a abertura democrática. Em todo o país, deu-se uma escalada de alarmes falsos e verdadeiros de bombas, que obrigavam a evacuação de prédios inteiros. Os ataques a redações, livrarias e bancas de jornal no início do governo Figueiredo expunham a falta de controle do poder federal diante de setores dos órgãos de inteligência, a chamada “comunidade de informações” (LIMA, 2020, p. 382).

Esse clima beligerante em todo Brasil respingava na questão agrária. A luta pela posse da terra no Brasil é histórica, e a Igreja sempre esteve envolvida nos conflitos entre índios, camponeses e o governo. A questão

fundiária mostrava situações de extremo conflito no campo, e que provocaram uma tremenda desigualdade social (PEREGRINO, 1992). A Zona da Mata de Pernambuco historicamente foi palco das grandes lutas sindicais, sendo a mais significativa as chamadas Ligas Camponesas. Segundo Francisco Julião, as Ligas “nasce, ou melhor, renasce das cinzas apagadas de mil e uma fogueiras. O material de que se compõe é o mesmo: o camponês sem terra. O inimigo que busca derrotar é também o mesmo: o latifúndio” (JULIÃO, 2013, p. 125).

A Igreja foi levada a criar uma pastoral específica para o problema da terra: a Pastoral da Terra. Desta preocupação surgiu, em 1980, a carta pastoral sobre a terra, publicada pelos bispos católicos com o título Igreja e os Problemas da Terra, na qual fica claro a condenação ao capitalismo agrário, como também insistem em afirmar que o uso da terra é legítimo só por sua função social. Dom Paulo Evaristo Arns, então cardeal de São Paulo, nesse contexto, falou sobre a nova relação da Igreja com aqueles que não possuem terras:

A terra é um Dom de Deus [...] A Igreja assumiu no Brasil o compromisso de denunciar as situações claramente injustas e a violência que se cometam em áreas de suas dioceses. Como consequência dará apoio aos esforços dos homens do campo por uma autêntica reforma agrária e a mobilização dos trabalhadores para exigir a aplicação ou reformulação das leis existentes (Cardeal Arns, 1981, p. 137).

A partir da Conferência de Medellín (1968), a ala progressista da Igreja passa a questionar com ênfase os sistemas econômicos e políticos e o padre Vito Miracapillo assumiu a luta do povo e atuava nos moldes de Medellín. Beozzo, sobre Medellín afirmou que:

Medellín não repete o Vaticano II. Medellín refaz, num certo sentido, o Vaticano II e, em muitos pontos, dá um passo além: aí emerge pela primeira

vez a importância das comunidades eclesiais de base, esboça-se a teologia da libertação, aprofunda-se a noção de justiça e de paz ligadas aos problemas da dependência econômica, coloca-se o pobre no centro da reflexão da Igreja no continente (BEOZZO, 1996, p. 117).

A partir desse contexto situamos os motivos e o processo de expulsão do padre Vito Miracapillo. No município de Ribeirão existia a Usina Caxangá que foi desapropriada em 25 de abril de 1965. O objetivo era dividir toda a propriedade em pequenas parcelas e distribuir com os trabalhadores a título de indenização pelos salários atrasados e os direitos trabalhistas não efetuados pela Usina. Os problemas surgiram na distribuição das parcelas de terra. Foram distribuídos setecentos lotes, de nove a vinte e cinco hectares, enquanto várias famílias ficaram aguardando, na expectativa. Na época havia cerca de cinco mil famílias na região de Caxangá. Para administrar esse complexo agro/industrial e dar continuidade ao projeto de reforma agrária foi criada a CIRA – Cooperativa Integrada de Reforma Agrária – em 1969.

Mas a opção de classe das autoridades da CIRA, logo foram percebidas. Segundo Reinaux:

A CIRA passou a tomar iniciativas que desagradavam os parceiros: os caminhões da Cooperativa passavam com dias de atraso para o transporte da cana até a usina, fazendo com que o produto perdesse a qualidade; aumentaram o número de taxas a serem cobradas sobre a produção; o financiamento chegava fora de época. Essas medidas iam prejudicando os parceiros que se endividavam com a Cooperativa e eram obrigados a renunciarem a terra e ainda, acusados de incompetentes e preguiçosos. Os que não renunciavam e se reuniam para buscar soluções eram perseguidos e acusados de “subversivos e agitadores” (REINAUX, 2020, p. 8).

Dentre os inúmeros motivos que levaram grande descontentamento aos trabalhadores e parceiros foi, quando em 1972, foi nomeado como

representante do governo para administrar a Usina o Sr. Villock, - coronel da reserva - e o Sr. Carlos Eduardo, como Delegado indicado pelo INCRA. Calcula-se que cerca de trezentos parceiros com suas famílias foram despejados, muitas vezes sob ameaças. Como se vivia em uma cultura truculenta da ditadura criou-se o jargão: “vai ser levado para ao IV exército”.

O conflito entre os trabalhadores e os poderosos do poder econômico da região estava deflagrado quando conhecem o padre Vito Miracapillo. Com dois anos na paróquia – tempo necessário para conhecer as problemáticas locais e ganhar a simpatia dos camponeses – o vigário descentraliza os trabalhos pastorais. Os engenhos – com plantações de cana de açúcar com seus arruados – como também as periferias da cidade passaram a ser prioridade. Não só para a parte sacramental: batismo, casamento e eucaristia, mas os encontros com moradores para refletir sobre os problemas enfrentados e a busca de soluções eram pauta permanente. Vale um destaque para o Engenho Progresso - Núcleo 5 – que teve o apoio e acompanhamento da Pastoral da Terra e do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, ambos com sede na Paróquia do Ribeirão.

Não é difícil dizer o motivo pelo qual o padre Vito foi expulso do Brasil em 1980. Reinaux resume dizendo que:

Para entendermos o porquê do comportamento dos senhores de engenho, usineiros e fornecedores de cana, contra o pároco de Ribeirão, é preciso que analisemos a atuação da Igreja naquele município junto aos trabalhadores rurais. O Padre Vito Miracapillo não só orientava os camponeses em sua luta, mas assumia com eles, e acompanhava-os, pessoalmente, na busca de apoio à questão da terra. Com o apoio da FETAPE – Federação dos Trabalhadores de Pernambuco, encaminharam ao INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, um relatório de reivindicações e denúncias sobre as injustiças praticadas, naquele município, contra os trabalhadores rurais e pequenos produtores e ao mesmo tempo cobrava a posse das terras que foram

destinadas pelo Governo Federal aos trabalhadores de Caxangá (REINAUX, 2020, p. 9).

A paróquia de Ribeirão passara de uma postura passiva para ativa e de compromisso libertador junto aos empobrecidos da região. Em 1º de maio de 1980 comemorava-se o Dia do Trabalhador com o apoio de setores da paróquia. Na ocasião, distribuiu-se um panfleto que trazia as assinaturas da Comissão do Núcleo 5, da Equipe Pastoral da Terra e do Centro de Direitos Humanos de Ribeirão, onde apresentavam dados revelando o problema da terra, as injustiças praticadas pela direção da CIRA contra os parceiros e, no final trazia várias reivindicações. Era uma resposta a ameaças dirigidas aos camponeses pelos capangas e pistoleiros que circulavam na região.

A situação econômica social do município era de miséria. Registra-se um aumento vertiginoso de moradores de rua na cidade como também pessoas famélicas pedindo de porta em porta. Abandono e desprezo do povo por parte das autoridades. Nesta época, “no decênio iniciado em 1979, a renda per capita no país registraria, na média, o menor crescimento da história, 0,7%” (LIMA, 2020, p. 387). Claramente a paróquia de Ribeirão, com sua prática, disse aos poderosos de que lado estava.

A casa grande não aceitaria, por hipótese nenhuma, que a senzala viesse mudar as regras do jogo. Nas casas grandes das usinas já se discutia, entre um drink e outro, o que fazer com o padre da cidade de Ribeirão. Antes do convite para se celebrar a “missa da Independência do dia 07 de setembro de 1980 a decisão da Casa Grande já estava tomada: “dar fim ao padre comunista”.

Dia fatídico! Era um dia de sábado pela manhã e o calendário marcava 30 de agosto de 1980, a praça da matriz de Santa Ana, padroeira

da cidade, estava muito movimentada porque era dia de feira. Era um dia de sol radiante quando o Padre Vito recebe, através de um portador da prefeitura, o programa oficial das comemorações da Semana da Pátria de Ribeirão, com a imposição das missas a serem celebradas nos dias 07 e 11 de setembro, em ação de graças pela independência do Brasil e emancipação política do município, ao qual respondeu com uma Carta direcionada ao prefeito e a câmara. Padre Vito responde sem demora da seguinte maneira:

Ao prezado Prefeito Salomão Correia Brasil

À distinta Câmara Municipal

Tendo recebido o convite para as solenidades da “Semana da Pátria”, faço cientes aos Excelentíssimos Senhores de que não será celebrada a Missa de Ação e Graças no dia 07 e no dia 11, na forma e no horário anunciados. Isto por vários motivos, entre os quais a “não efetiva independência do povo”, reduzido à condição de pedinte e desamparado em seus direitos. Atenciosamente, Pe. Vito Miracapillo (MIRACAPILLO, 1985, p. 12).

Essa carta serviria de prova material para lhe condenar num processo judicial farsante, típico de um país que estava sob uma brutal ditadura. Houve uma grande mobilização do poder econômico e político local e nacional para declarar o padre Vito *pernona non grata*, uma ameaça a chamada segurança nacional. Um dos ministros, Thompson Flores, chegou a indagar no final do seu voto para expulsar o religioso: “O que o Governo poderia fazer com esse padre agitador?”

Há dois escritos que detalham o contexto e os pormenores da expulsão do padre Vito Miracapillo com a veracidade que merece. São excelentes documentos que registram os acontecimentos. O primeiro é do próprio padre Vito que relata o acontecimento como um todo vivido pelo povo de Ribeirão (MIRACAPILLO, 1985). O segundo é uma dissertação de

mestrado ainda não publicada que tem como título: O Replicar dos Sinos: a expulsão do Padre Vito Miracapillo do Brasil (REINAUX, 2002).

Convém lembrar, o padre Vito Miracapillo continua na Itália e o povo de Ribeirão continua sua labuta em uma região que continua sofrida e debaixo da opressão dos poderosos. Mas padre Vito deixou uma marca forte: lutar e solidificar os mecanismos legais, pelos quais a garantia dos direitos não seja privilégio de alguns e ter sempre a certeza que o caminho da Igreja é estar no meio do povo como fermento de conscientização para uma nova sociedade. Oxalá, outras lideranças, clérigos e leigos trilhem esse caminho.

No ano de 1980, ano da expulsão, padre Vito publica um livro intitulado: Hora Santa Eucarística. As orações contidas nos mostram o quanto estava presente em sua prática a Teologia da Libertação. Assim se expressa em uma oração conclusiva:

Dá-nos sabedoria para não sucumbirmos à tentação do “ter”, pisando nos direitos dos outros. Dá-nos coração novo para amar-te com todas as nossas forças, acima de tudo e de todos, e, com alegria, descobrir tua presença na história do dia-a-dia, especialmente no pobre, no abandonado, no rejeitado, no oprimido. Dá-nos um relacionamento diferente a fim de construirmos um mundo fraterno, justo e humano. Dá-nos consciência da nossa vocação para sermos teu povo e cidadãos do Reino do Pai (MIRACAPILLO, 1980, p. 11).

Essa oração feita há 40 anos atrás, expressa uma enorme atualidade. Até penso que se dizer que é uma oração do Papa Francisco passa a valer como inspiradora de um mundo tão necessário para a humanidade nos dias de hoje. O padre Reginaldo Veloso expressa esse sonho de um mundo novo afirmando que:

Mais que nunca, é importante manter vivo o sonho da Terra Prometida, onde manará o leite da justiça e o mel da Paz. Mais que nunca é necessário apostar

num mundo diferente, onde o Reino de Deus aconteça, ‘assim na terra como no céu’. Mais que nunca é preciso engajar-se, com todos os homens e mulheres de boa vontade, na luta pela felicidade geral da nação e de toda humanidade (VELOSO, 2013, p. 19).

Considerações finais

Lembrem-se do que aconteceu no passado: naqueles dias, depois que a luz de Deus brilhou sobre vocês, vocês sofreram muitas coisas, mas não foram vencidos na luta. Alguns foram insultados e maltratados publicamente, e outros tomaram parte no sofrimento dos que foram tratados assim (Hebreus 10,32-35).

Mais que nunca, é importante manter vivo o sonho da Terra Prometida, onde manará o leite da justiça e o mel da Paz. Mais que nunca é necessário apostar num mundo diferente, onde o Reino de Deus aconteça, ‘assim na terra como no céu’. Mais que nunca é preciso engajar-se, com todos os homens e mulheres de boa vontade, na luta pela felicidade geral da nação e de toda humanidade (Reginaldo Veloso).

Padre Vito Miracapillo participava de um grupo dentro da Igreja que queria vê-la num diálogo com a história e assumindo sua missão de servir no mundo tão conturbado. Isso explica sua intensa participação na pastoral social da diocese dos Palmares. Ele mostrou, com sua ação pastoral, que o Evangelho deve ser encarnado na vida do povo. A sua habilidade e visão profética apontaram na direção de uma nova Igreja, uma Igreja voltada para os pobres e excluídos da sociedade: “uma Igreja em saída” e propôs sair de uma igreja auto-referencial para uma igreja nas “periferias existenciais” (FRANCISCO, 2013).

Coerente com o espírito da “opção pelos pobres”, tão bem explicitada e tematizada pela teologia latino-americana, o padre Vito Miracapillo fez dos pobres uma questão primeira e central na vida da Igreja e de sua missão. Como disse Dom Acácio Rodrigues, seu bispo, “a sua linha pastoral

está de acordo com a doutrina do Vaticano II e dos documentos de Puebla e da CNBB”. A preocupação primeira do padre Vito não foi sua autoridade ou imagem pública, nem a doutrina da Igreja, mas o sofrimento dos irmãos camponeses. Com sua vida disse que veio “para que todos tenham vida e vida em abundância” (Jo 10,10).

Padre Vito Miracapillo atraiu a ira dos poderosos latifundiários porque rompeu com um modelo de Igreja autorreferencial e advogou por uma “Igreja samaritana” que foi expressa pelo Papa Francisco – quatro décadas depois – da seguinte maneira:

Vejo com clareza que aquilo de que a Igreja mais precisa hoje é a capacidade de curar as feridas e de aquecer o coração dos fiéis, a proximidade. Vejo a Igreja como um hospital de campanha depois de uma batalha. É inútil perguntar a um ferido grave se tem o colesterol ou o nível de açúcar altos. Primeiro, deve-se curar as suas feridas. Depois podemos nos ocupar do restante. Curar as feridas. É necessário começar de baixo (BRIGHENTI, 2014, p. 16).

Nos poucos anos que missionou no Brasil (1975 – 1980) optou pelo encontro existencial com Cristo na pessoa do pobre. Denunciou “a pobreza anti-evangélica, que é sinônimo de exploração e opressão, de situação desumana” (CELAM, 1979, p.42). Anunciou e fez a proclamação da pessoa de Cristo com a própria vida sempre acreditando que a libertação de Deus não virá através dos grandes, mas quem será o libertador do povo é o próprio povo pobre e sofredor. Como Jesus de Nazaré sofreu também a perseguição, prisão e condenação.

O Tribunal – STF - decidiu por unanimidade – onze votos a zero – negar o *Habeas Corpus*, impetrado a favor do padre Vito, para impedir sua expulsão do Brasil. Com essa decisão o religioso que veio se solidarizar aos brasileiros e brasileiras empobrecidas, dedicando-se a gerar vida foi defenestrado de sua missão pelos calhordas de plantão.

A solidariedade ao padre Vito vinha de muito lugares do Brasil. Foi muito expressiva o apoio da CNBB que após a confirmação da expulsão, publicou uma nota oficial e fez com que chegasse a todas as Dioceses do Brasil, dizendo que:

O dia 30 de outubro de 1980 ficará na história da Igreja no Brasil como um dia de bem-aventurança porque “felizes são os que sofrem perseguição por amor a justiça” (Mt. 5,10), e esse é o caso do padre Vito Miracapillo. De tristeza, porque sentimos incompreensão para com a missão da Igreja, reafirmada, pelo Santo Padre em nossa pátria, de pregar o Evangelho em sua dimensão social e assim contribuir para o bem do povo brasileiro. Padre Vito não é subversivo nem fez política. É um padre jovem, cheio de idealismo, que veio servir ao Brasil. Ele se limitou a pregar o Evangelho com as devidas aplicações ao campo social, numa área de conflitos, isto é, a pregar o Evangelho de modo integral, encarnado na realidade de sua comunidade, atualmente em condições infra-humanas. Não aceitamos pregar o Evangelho de outra maneira, e reclamamos para todos os que têm missão de pregá-lo a liberdade de o fazer dentro das normas estabelecidas pela Autoridade Eclesiástica competente, sejam eles nascidos no Brasil ou não. O Padre tem, na sua pregação do Evangelho, uma dimensão universal que não lhe pode ser retirada por nenhuma autoridade humana. Deus é o Senhor da História. Um dia todos nós seremos julgados. A Igreja não se intimida com esta expulsão, e continuará, na paz de Deus, seu trabalho, eminentemente patriótico para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa no Brasil, para promover a conversão de todo trabalho que não é ódio nem de vingança, mas de amor e perdão. Brasília, 30 de outubro de 1980. Presidência da CNBB (Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Recife e Olinda, 1980).

Neste *holl* de solidariedade espalhado por todo Brasil destaco a do padre Reginaldo Veloso, poeta e compositor, então administrador do Santuário de Nossa Senhora da Conceição no Recife que fez o hino: Vito, Vito, Vitória. Foi o bastante para também ser processado por compor essa música de protesto. Não esqueçamos que os anos eram de chumbo. Abaixo

segue a letra da canção de protesto, que só foi gravada em 2012, no CD comemorativo dos 20 anos da Associação Nacional de Presbíteros ANPB, "Servidores do Reino, assim na terra como no Céu", faixa de nº. 7.

No Ribeirão da opressão alguém de longe vem ser irmão,
/:ser companheiro na escravidão na caminhada libertação...:/

Senhor-de-engenho dono de usina do lucro segue a disciplina:
/:ganhar dinheiro é sua sina só ambição é sua rima!:/

VITO, VITO, VITÓRIA!

No Ribeirão da opressão alguém proclama a redenção
/:é perseguido contradição: ser companheiro dá expulsão...:/

Onze juízes um tribunal onze o supremo coito venal
/:onze, a vergonha nacional pisam o Direito celebram o mal!:/

VITO, VITO, VITÓRIA!

No Ribeirão da opressão é sexta-feira e da paixão
/:crucificaram de nós o irmão "o pai dos pobres" do Ribeirão...:/

Palha de cana e sol a pino corta o facão desde menino
/:desce o suor e o pelo fino queimando a carne explode o hino:::/

VITO, VITO, VITÓRIA!

No Ribeirão da opressão mais uma vez vence a paixão
/:vence o amor encarnação que se fez cruz ressurreição!:/

Você se foi ficamos nós fica a semente da sua voz
/:ficamos juntos não 'stamos sós se apagam um sol nascem mil sóis!:/

VITO, VITO, VITÓRIA!

Referências

- ASAL. **Il caso Miracapillo**: paradigma dela tencione tra stato e chiesa in brasilie. Bologna: Grafopress, 1981.
- ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DA ARQUIDIOCESE DE RECIFE E OLINDA. Recife: Giryquiti, 1980.
- BARROS, Raimundo Caramuru; OLIVEIRA, Lauro de. **Dom Hélder**: O Artesão da Paz. Brasília: Editora do Senado Federal, 2000. (Coleção Brasil 500 Anos)
- BETTO, Frei. **Batismo de Sangue**: guerrilha e morte de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil**. De João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BÍBLIA. Português. **A Bíblia de Jerusalém**. Tradução do texto em língua portuguesa. Tradução das introduções e notas de La Sainte Bible, edição de 1973, publicada sob a direção da École Biblique de Jérusalem. 4ª impressão. São Paulo: Paulinas, 1989.
- BRIGHENTI, Agenor. “Perfil pastoral da Igreja que o Papa Francisco sonha”. In SILVA, José Maria da. **Papa Francisco**: perspectivas e expectativas de um papado. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CARDEAL ARNS, Paulo. **O que é Igreja**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. Tradução de A. Veiga Filho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COMISSÃO ESTADTUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CAMARA. Secretaria da Casa Civil. **Padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto**. Recife (PE), 2014.
- CELAM. **Conclusões de Medellín**: a Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio. Petrópolis: Vozes, 1968.
- CELAM. **Conclusões da Conferência de Puebla**: Evangelização no presente e no futuro da América Latina. São Paulo: Paulinas, 1979.
- DURÁN, José Durán y. **Brasil Hiperbólico**. Recife: FacForm Gráfica, 2021.

FRANCISCO. **Evangelii Gaudium**: a alegria do Evangelho; sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulus & Loyola, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**: resultados preliminares – São Paulo. Rio de Janeiro, 1980. (8º Recenseamento Geral do Brasil, v. 1, n.4).

JULIÃO, Francisco. **Cambão**: a face oculta do Brasil. Recife: Edições Bagaço, 20113.

LIMA, Luiz Octavio de. **Os anos de chumbo**: a militância, a repressão e a cultura de um tempo que definiu o destino do Brasil. São Paulo: Planeta, 2020.

MIRACAPILLO, Vito. **O Caso Vito Miracapillo**. Recife: Nordestal/Comunicarte, 1985.

MIRACAPILLO, Vito. **Hora Santa Eucarística**. Petrópolis: Vozes, 1980.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Ed. UNICAMP, 1995.

PEREGRINO, Artur. **Voz do sangue que clama da terra**. Recife: CPT, 1992.

PEREGRINO, Artur. **Herança das reformas**: papel de mulheres e homens em 500 anos de história. São Paulo: Fonte Editorial, 2019.

REINAUX, Júlio. **O Replicar dos Sinos**: a expulsão do Padre Vito Miracapillo do Brasil. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

REINAUX, Júlio. **Conflito entre a Igreja e o Estado no período da Ditadura Militar**: a expulsão do Padre Vito Miracapillo do Brasil – 1980. Ribeirão: Tipografia Brasil, 2020. (Mimeo)

ROCHA, Zildo. **Helder, o Dom**: uma vida que marcou os rumos da Igreja no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOBRINO, Jon. **Monseñor Romero**. San Salvador (El Salvador): UCA editores, 2007.

VELOSO, Reginaldo. **Ofício de Romaria**. São Paulo: Paulus, 2013.

Os desvios da casa de carneiro vilela: a colaboração da academia pernambucana de letras e dos seus acadêmicos com as políticas culturais da ditadura civil-militar em Pernambuco (1964-1985)

*Leandro Patricio da Silva*¹

Introdução

A ditadura civil-militar no Brasil, instaurada com o golpe de 64 no século XX, contou com o apoio de vários sujeitos e instituições civis. Esse conhecimento é fruto do revisionismo historiográfico ligado aos trabalhos de Daniel Aarão Reis (2000) e outros. Em Pernambuco, a APL - Academia Pernambucana de Letras, conhecida também como a “Casa de Carneiro Vilela”, e os seus “acadêmicos”, ou “imortais”, como eram chamados os seus integrantes, foram importantes colaboradores dos governos autoritários da época. Ocupei-me, entre outras coisas, com o estudo dessa colaboração em minha tese doutoral que inclui, também, a colaboração do IAHG - Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano e dos seus sócios². Aqui, porém, destacarei apenas, em três pontos, algumas dessas colaborações que considero fundamentais, no âmbito das políticas culturais: a) a Casa de Carneiro Vilela e a ditadura; b) os acadêmicos da

¹ Doutor em História Social pela UFBA - Universidade Federal da Bahia, mestre em História Social da Cultura Regional pela UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco e licenciado em História, também pela UFRPE. É professor universitário de graduação na UVA - Universidade Vale do Acaraú e da pós-graduação da Faculdade Europeia, através do grupo ISEAD - Instituto Superior de Economia e Administração. É coordenador da Comissão de Educação do Movimento Emaús Internacional na América, onde representa e assessora o trabalho educacional de 16 organizações de oito países da América, e gestor da Escola de Educação Profissional Luís Tenderini, da Associação dos Trapeiros de Emaús Recife. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9970341360218173>

² Cf. SILVA, Leandro Patricio da. “**Pernambucanidade na sua expressão representativamente política**”: a fabricação da cultura política da pernambucanidade - 1964-1988. Tese de doutorado (Doutorado em História), UFBA, Salvador, 2019.

APL e a ditadura; e c) a colaboração do acadêmico Nilo Pereira com o projeto freyriano da pernambucanidade. Essas políticas contribuíram, entre outras coisas, com o processo de fabricação de uma pernambucanidade, tal como esta era entendida por vários segmentos naquele período

Baseei-me em Leis, Decretos e Regulamentos federais e estaduais e publicações do Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Jornal do Brasil, Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio, Revista Manchete, atas dos Anais do IAHGP, Revista do IAHGP e da APL, atas editoradas dos Anais da ALEPE – Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, entre outros, do período compreendido entre 1964 e 1987. O trabalho de compilação, cruzamento, confronto, análise e interpretação dessas fontes, a partir do diálogo com os trabalhos de Motta (2009), Berstein e Rudelle (1998) e outros, me levaram a sustentar, como já destacado, que a colaboração de políticos e intelectuais locais com a ditadura, ligados a APL e ao IAHGP, liderados por Gilberto Freyre, levaram ao processo de fabricação de uma pernambucanidade, entendida a partir do conceito historiográfico de cultura política.

A APL é definida no parágrafo 2º, artigo 8º, do seu Regimento Interno, como uma agremiação “apolítica”. No entanto, a atuação da instituição durante a ditadura civil-militar, aponta numa direção diferente. Este artigo do Regimento já foi motivo, inclusive, de desentendimento entre os seus acadêmicos, conhecido como “O affair envolvendo José Wamberto x Olímpio Bonald”. Ele se deu em torno da redação de um parecer, elaborado por este, sobre a concessão de um prêmio literário pela APL, onde o mesmo fez o uso da expressão “golpe de 1964”, o que causou o protesto imediato de Wamberto, que houvera sido secretário de imprensa e amigo do general Castello Branco. Seu protesto, que deveria

ter ficado na Academia, chegou a ser publicado em 17 de novembro de 1994, no Diário de Pernambuco, onde ele afirmava que sua visão de 64 era “inteiramente oposta”. Bonald respondeu a nota, com outro artigo, no mesmo jornal, publicado em 26 de novembro, onde ratificava e defendia o uso da expressão³.

Convém destacar que apesar de Bonald ter sido eleito para a APL em 1980, tendo tomado posse na cadeira de nº 1, em 1981, já no contexto da abertura política, sua defesa do uso da expressão “golpe de 64”, que foi justificada numa edição da revista da APL por ser ele “um homem de esquerda”, esse episódio se deu em 1994. Não há como fugir do fato de que o uso do vocábulo “golpe” denota uma crítica à ditadura, crítica jamais realizada pelos acadêmicos durante esse período autoritário da história do país. Pelo contrário, boa parte deles ocuparam vários cargos públicos estratégicos nos governos ditatoriais ao longo de todo o regime, especialmente aqueles ligados ao setor da cultura, seja em nível federal, estadual, em Pernambuco, ou no município do Recife. Colaboraram com a ditadura, seja através do consentimento silencioso, do apoio discreto ou até mesmo da sua defesa aberta, nas suas mais variadas esferas. Essa postura não se restringiu aos acadêmicos, posto que a própria APL se envolveu em homenagens aos representantes locais do regime e recebeu diversos tipos de apoio institucional e financeiro dos mesmos.

1. A casa de carneiro vilela e a ditadura

A APL foi fundada por Carneiro Vilela e outros escritores no início do século XX na cidade do Recife, sob inspiração da ABL – Academia Brasileira de Letras, que havia sido fundada em 1897 no Rio de Janeiro por Machado de Assis. Apesar de ter recusado inicialmente o convite, alegando que a

³ Revista da APL, n. 41, 2012, p.252-258

agremiação seria uma forma vaidosa e imoral de busca de prestígio e distinção, acabou participando de sua fundação em 26 de janeiro de 1901, tornando-se seu principal representante. Tanto a APL quanto a ABL tomaram como referência a Academia Francesa, criada em 1635 por Luís XIII, a pedido do cardeal Richelieu. Na solenidade de sua fundação, que aconteceu no salão nobre do IAHGP, com quem a academia sempre manteve uma relação muito estreita, e que contou com a presença do governador Gonçalves Ferreira (1900-1904), Vilela definiu a APL como uma agremiação que deveria ser “forte, consciente e compacta, solidaria e compenetrada da utilidade e da nobreza do seu ideal”, que “resumissem em si o pensamento e as aspirações – como que a alma – da colectividade intellectual”⁴.

Como as demais academias, a APL é constituída por “cadeiras”, sendo cada uma delas dedicada a homenagear uma personalidade, que é chamada de “patrono”. Cada cadeira tem também o seu “fundador”, que é o seu primeiro ocupante. Após a morte do fundador, a cadeira é ocupada pelos “sucessores”. Apesar de haver eleição para a sucessão das cadeiras, a APL, como as academias de um modo geral, é um círculo intelectual muito fechado e conservador, predominando nela a indicação. Teve inicialmente vinte cadeiras, sendo várias delas ocupadas por integrantes do IAHGP e alguma delas em homenagem a sócios fundadores desse Instituto. Isso se observa também durante a ditadura, onde alguns intelectuais eram membros das duas agremiações. Entre 1911 e 1919, a APL enfrentou problemas que levaram à paralisação de suas atividades. Após a demolição do prédio do IAHGP em 1911, onde funcionava, ficou inativa. Apenas em 1920 retornaria às suas atividades, aprovando, no ano seguinte

⁴ Revista da APL, n. 41, 2012, p.56

sua nova Lei Orgânica, que aumentou para trinta o número de suas cadeiras. Em 1960 esse número foi elevado para quarenta.

Durante toda a ditadura, a APL foi presidida por quatro acadêmicos e pelo menos os três primeiros deles – que juntos, geriram a academia por maior tempo, 1964-1982 – ocuparam cargos de relevo no governo do Estado e no governo federal. Foram eles Luiz Delgado (1964-1970), Marcos Vilaça (1970-1972), Mauro Mota (1972-1982) e Waldemir Miranda (1982-1992). Embora ao longo da história alguns acadêmicos da APL sempre tivessem tido, desde a criação da academia, certa aproximação com os governantes, o golpe em Pernambuco possibilitou um estreitamento visivelmente incomum em momentos históricos anteriores. Esse estreitamento da relação entre a academia e o governo do Estado, bem como com a ALEPE, inclusive com generais do IV Exército (atual CMNE – Comando Militar do Nordeste), se deu logo nos primeiros anos da ditadura, sob a presidência de Luiz Delgado (1964-1970).

O declínio da influência de intelectuais progressistas no cenário cultural, boa parte deles ligados ao MCP – Movimento de Cultura Popular – desarticulado pelo golpe de 64 sob a acusação de estar infiltrado por comunistas – deu lugar rapidamente a ascensão de intelectuais conservadores, ligados tanto a APL, quanto ao IAHGP. Já em julho de 1964, poucos meses após o golpe, a APL ensaiara uma aproximação com o representante local do novo regime, conseguindo um despacho favorável do governador Paulo Guerra (1964-1967) para a impressão da edição de sua revista, que estava numa nova fase⁵. Guerra, um político representante dos segmentos conservadores do Estado, era vice-governador e assumiu o lugar do governador deposto pelos militares, Miguel Arraes (1962-1964), contra quem conspirara em favor do golpe pelas tendências progressistas

⁵ Paraíso, Rostand (org.). *Academia Pernambucana de Letras: efemérides*. v.2. Recife, APL, 2006, p.196.

deste. A deposição de Arraes e do MCP, sob a acusação de ligação com os comunistas, fez emergir uma nova configuração que foi favorável à APL, ao IAHGP e aos seus integrantes.

A partir de 1965, a APL passou a ter os seus interesses defendidos na ALEPE por deputados conservadores. Nesse ano, o deputado estadual Antônio Corrêa de Oliveira Andrade Filho - que se tornaria acadêmico em 1978 - defendia um projeto de abertura de crédito de 50 mil cruzeiros para a construção da nova sede academia, o que acabou não sendo necessário, pois a aproximação com o governador do Estado, lhe garantiu que o mesmo cedesse, através do Decreto nº 1.134 de 14 de janeiro de 1966, em regime de comodato, a sede onde passou a funcionar⁶. Em outubro de 1966, na presença do presidente Castelo Branco (1964-1967), Paulo Guerra assinou a lei que autorizava o pagamento da aquisição e entrega do prédio. Ainda no mesmo mês, a APL concedeu a Paulo Guerra o diploma, em pergaminho, de “sócio benemérito a título excepcional”. Dois meses antes, por sugestão da APL, através de Luiz Delgado, o governador havia assinado Decreto nº 1.293 de 18 de agosto considerando Joaquim Nabuco o “Patrono das Letras Pernambucanas”⁷.

A APL também tinha aproximação com alguns comandantes e militares do IV Exército, que tinha jurisdição sobre a região. Em outubro de 1965, chegou a homenagear o general Aurélio de Lyra Tavares que fora seu comandante. Apesar de ser um representante militar do novo regime, Tavares era um intelectual e teve ressaltadas, pela academia pernambucana, suas qualidades “como intelectual” e “como historiador”⁸. Em 1970 ele seria eleito, inclusive, para ocupar a cadeira de nº 20 da ABL e protagonizaria nos bastidores, de acordo com Diogo Arruda Carneiro da

⁶ Decreto estadual nº 1.134 de 14 janeiro de 1966, Diário Oficial do Estado, 15/01/1966, capa.

⁷ Decreto estadual nº 1.293 de 18 agosto de 1966, Diário Oficial do Estado, 19/08/1966, p.7339.

⁸ Revista da APL, n. 14, 1965, p.85-93.

Cunha (2014), um processo de negociação, junto à Castelo Branco, a favor desta academia. Em junho de 1972, a APL também homenageou o major Luiz Vidal Duarte, concedendo ao mesmo a Medalha Carneiro Vilela, na classe prata⁹.

Em 25 de janeiro de 1971, o aniversário de 70 anos da APL, realizado no Gabinete Português de Leitura, contaria com a presença de vários políticos representantes do regime, como o governador Nilo Coelho (1967-1971), com discurso do então presidente da academia e Secretário de Governo do Estado, Marcos Vilaça, do Ministro de Educação e Cultura, Jarbas Passarinho e do orador oficial da APL, o acadêmico Nilo Pereira¹⁰. Em novembro de 1971 ocorreu a inauguração solene da sede da sua sede e na ocasião a Academia concedeu a Medalha Carneiro Vilela ao ex-governador Paulo Guerra e ao governador Eraldo Gueiros (1971-1975)¹¹. Foi também homenageada pela prefeitura do Recife, tendo recebido do prefeito Augusto Lucena (1964-1969 / 1971-1975), na pessoa de seu presidente, Marcos Vilaça, a Medalha da Cidade do Recife, classe ouro¹².

Meses depois, a APL concederia a Medalha Carneiro Vilela à prefeitura do Recife. Em janeiro de 1972, a academia, através do seu presidente, Vilaça, concedeu a mesma medalha ao CEC, ao IAHGP, à Academia Olindense de Letras, ao IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (seção Pernambuco), aos seus colegas acadêmicos da APL Luiz Delgado e Nilo Pereira, e aos acadêmicos pernambucanos da ABL - Austregésilo de Athayde, que era seu presidente, Barbosa Lima Sobrinho, que fora governador de Pernambuco de 1948 a 1952 e João Cabral de Melo Neto¹³. Ainda nesse mesmo ano, 1972, em

⁹ Paraíso, Rostand (org.). **Academia Pernambucana de Letras: efemérides**. v.2. Recife, APL, 2006, p. 170.

¹⁰ Idem, p. 46.

¹¹ Idem, p. 311.

¹² Idem.

¹³ Idem, p. 20.

outubro, a APL entregou um memorial ao governador Eraldo Gueiros sugerindo a criação de um órgão destinado a preservar os bens culturais do Estado¹⁴. Um ano depois o Bandepe - Banco de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco criaria a Fundarpe - Fundação do Patrimônio Artístico e Histórico de Pernambuco¹⁵.

Em julho de 1973, a APL viveu um momento especial, pois recebeu como doação, do governador Eraldo Gueiros (1971-1975), em caráter definitivo, o solar do antigo barão Rodrigues Mendes, situado à Av. Rui Barbosa, 1596, no Recife, onde a academia já funcionava em regime de comodato, concedido pelo ex-governador Paulo Guerra¹⁶. A doação se deu mediante a Lei nº 6.532 de 19 de julho de 1973 e teve grande repercussão na imprensa local¹⁷. A solenidade de inauguração contou com o discurso do presidente Vilaça e do orador oficial Luiz Delgado, na presença do ministro Mário Gibson e Ivan Lins, da ABL, do governador Eraldo Gueiros, do ex-governador Paulo Guerra e de inúmeros convidados. Na ocasião, também ocorreu a entrega da Medalha Carneiro Vilela ao governador Gueiros e ao ex-governador Paulo Guerra, ao chanceler Mário Gibson, à ABL e ao acadêmico Ivan Lins. Em 1974, a APL aprovou a concessão do título de Protetor das Letras ao governador Eraldo Gueiros¹⁸.

Em 1981, o professor Aurélio Buarque de Holanda fez entrega da Medalha Machado de Assis, da academia brasileira, a academia pernambucana¹⁹. Nesse mesmo ano, em que se comemorava o 80º aniversário da APL, a academia pernambucana concede a Medalha Frei Caneca ao governador Marco Maciel (1979-1982) -, ao IAHGP, ao

¹⁴ Idem, p. 272.

¹⁵ Diário Oficial do Estado, 13/07/1973, p. 3393-3394.

¹⁶ Diário Oficial do Estado, 19/07/1973, capa.

¹⁷ Lei nº 6.532 de 19 de julho, Diário Oficial do Estado, 20/07/1973, capa e p. 3403.

¹⁸ Paraíso, Rostand (org.). **Academia Pernambucana de Letras**: efemérides. v.2. Recife, APL, 2006, p.150.

¹⁹ Idem, p.52.

Secretário de Educação, Joel Holanda Cordeiro; ao prefeito do Recife, Gustavo Krause (1979-1982), pela manutenção dos jardins da APL, a Ayrton de Almeida Carvalho e José Ferrão Castello Branco; ao diretor e assistente técnico do IPHAN; à Fundaj - Fundação Joaquim Nabuco, através de seu presidente, Fernando Freyre, pela organização do museu da APL; à ABL e outros. Em 1983, entrega-se a medalha Frei Caneca ao prefeito do Recife, Jorge Cavalcanti (1982-1983) por haver restaurado as calçadas e iluminado a sede da APL sem ônus para a mesma²⁰. Ainda nesse ano, a academia foi homenageada pela ALEPE, recebendo a Medalha Joaquim Nabuco, por iniciativa do deputado Barreto Guimarães²¹.

Ao longo da ditadura, a APL recebeu várias doações e benefícios de órgãos públicos, empresas privadas e políticos, a maior parte destas em dinheiro. Nem sempre é possível identificar essas informações nas revistas da Academia do período, porém a obra **Academia Pernambucana de Letras: efemérides**, organizada por Rostad Paraíso (2006) fornece uma série de dados históricos importantes sobre a história da instituição. Apesar de a obra descrever, de forma difusa e pulverizada, fatos envolvendo a Academia, uma opção metodológica que dificulta a compreensão de conjunto pela ausência da narrativa histórica, a relevância da obra reside no fato de a mesma ser baseada sobretudo em atas das reuniões da academia desde a sua fundação até o ano de 2005. É como se fossem as atas editoradas só que com os conteúdos de diferentes anos e épocas distribuídos pelo dia e mês em que ocorreram.

Em maio de 1970, o presidente da APL, Marcus Vilaça, se dirigiu à Assembleia Legislativa de Pernambuco para proferir uma conferência em que falava da necessidade da academia de receber apoio financeiro²². Essa

²⁰ Idem, p.53.

²¹ Diário Oficial do Estado, 05/04/1981, suplemento, 2ª seção, p.1.

²² Paraíso, Rostand (org.). **Academia Pernambucana de Letras: efemérides**. v.2. Recife, APL, 2006, p. 149.

atuação de Vilaça e de outros acadêmicos deslocou, sem dúvida, maior atenção para a academia, levando a conquista de sua sede definitiva e de melhorias na sua estrutura. Em outubro de 1974, o presidente, agora então Mauro Mota, informou aos acadêmicos, numa reunião, que o senador Wilson Campos havia conseguido 5 mil cruzeiros para a APL, para o exercício de 1975 e que a APL ainda havia conseguido 3 mil cruzeiros da Companhia de Produtos Pilar, 5 mil cruzeiros do Banco Nacional do Norte, 5 mil da CELPE - Companhia de Eletricidade de Pernambuco, 3 mil do Banco do Estado de Pernambuco, um mil cruzeiros da Casa Mário de Andrade e 300 cruzeiros das casas C&A para a edição da revista²³.

Em 1975, foi dado conhecimento ao plenário de um telegrama do CEC, comunicando a liberação de 150 mil cruzeiros para construção da biblioteca e auditório da APL, através de convenio com a academia. No mesmo ano, a prefeitura do Recife fez uma doação de 12 mil cruzeiros²⁴. No ano de 1976, em outubro, o senador e ex-governador do Estado, Paulo Guerra, comunicou em telegrama a destinação de 4 mil cruzeiros para a instituição²⁵. Apesar das doações, março de 1977, o acadêmico Fernando Pio dos Santos, alegando dificuldade financeira da APL, propôs que cada sócio contribuisse com a importância mensal de 100 cruzeiros. Nesse mesmo ano, em 8 de junho, o deputado Marco Maciel - seria governador entre 1979 e 1982 - expediu um ofício comunicando a autorização do pagamento de 3 mil cruzeiros a academia²⁶. Em outubro de 1979, o deputado Roberto Freire conseguiu 10 mil cruzeiros²⁷.

Entre 1980 e 1985, especialmente em 1981, 1982 e 1985, a APL recebeu doações ainda mais vultosas. Em 1980 a academia recebeu 10 mil

²³ Idem, p. 283.

²⁴ Idem, p. 22 e 108.

²⁵ Idem, p. 287.

²⁶ Idem, p. 172.

²⁷ Idem, p. 273.

cruzeiros do deputado Roberto Freire e 8 mil do deputado Augusto Lucena. Em 1981, um ofício do deputado Roberto Freire doou 20 mil cruzeiros e o acadêmico e deputado Aderbal Jurema doou mais 60²⁸. Em 10 de março do mesmo ano, Walter Carvalho visitou a academia falando sobre a finalidade da sua ida aquela casa, que era ter sido autorizado por Walfrido Salmito, superintendente da SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a informar oficialmente que esse órgão contribuiria com um milhão de cruzeiros para a compra dos equipamentos da biblioteca da academia²⁹. Em outubro, o deputado Augusto Lucena doou mais 20 mil cruzeiros e o deputado Roberto Freire mais 20. Em 1982, o acadêmico Marcos Vilaça, então no cargo de Secretário da Cultura do MEC - Ministério de Educação e Cultura, consignou verba de um milhão e duzentos mil cruzeiros para a academia; Arnaldo Maciel, representando o Colégio Notarial de Pernambuco, doou 50 mil e o deputado Augusto Lucena doou mais 50 do orçamento da União. Em 1985, o presidente da APL agradeceu, numa reunião, ao acadêmico e deputado Aderbal Jurema, que era ocupante da cadeira de nº 21 desde 1967, por sua interferência junto ao Ministro da Educação e Cultura, para a liberação de 20 milhões de cruzeiros para a academia³⁰.

Ao não manifestar críticas ao regime, homenagear ministros do governo federal, governadores, prefeitos e deputados biônicos do Estado e generais do IV Exército, dando a estes legitimidade, receber vultosos recursos do governo, através de vários dos seus órgãos, além do fato de que quase todos os seus presidentes e demais acadêmicos ocuparam cargos de relevo no governo do Estado, alguns dos quais realizando palestras em defesa da “Revolução de 1964”, como veremos, resulta

²⁸ Idem, p. 272

²⁹ Paraíso, Rostand (org.). **Academia Pernambucana de Letras**: efemérides. v.2. Recife, APL, 2006, p. 95.

³⁰ Idem.

evidente a complacência, não só dos seus acadêmicos, mas da própria APL, enquanto instituição civil, com a ditadura. A APL colaborou com a ditadura transpondo, através dos seus acadêmicos, a concepção conservadora de “cultura pernambucana” – marcada pelo elitismo, pelo culto ao erudito, aos “imortais” e pela distância da cultura popular, entendida então como folclore, na sua acepção tradicional – para o interior do governo do Estado em órgãos como o DEC - Departamento de Cultura, CEC, Fundarpe e outros que estiveram vinculados a Secretaria de Educação e Cultura e, posteriormente, a partir de 1979, a Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes.

2. Os acadêmicos da APL e a ditadura

Em 1969, quando a ditadura comemorava o 5º aniversário do que chamava oficialmente então “revolução democrática” de 31 de março de 1964, acadêmicos da APL estavam engajados no programa de comemorações. O governo de Pernambuco anunciou a programação para a comemoração do aniversário no Diário Oficial do Estado já no dia 20 de março, atualizando-a no dia 23. A abertura das comemorações ocorreu no dia 24 de março, às 21h no canal 2, numa comunicação intitulada “o sentido da revolução de março”, com o governador Nilo Coelho falando sobre o significado das comemorações. No dia 25, Orlando Parahym, ocupante da cadeira de nº 14 da APL, desde 1966 – e que dirigia o DEC do Estado, ministrou uma palestra, veiculada na TV e rádio, intitulada “A revolução e a organização da vida nacional no setor de transportes”. No dia 28, Waldemar Oliveira, ocupante da cadeira de nº 25 da Academia, desde 1936, ministrou a palestra “A Revolução: cirurgia reparadora do Brasil” e Nilo Pereira, ocupante da cadeira de nº 16, desde 1950, e então vice-presidente da APL – que mais tarde escreveria a trilogia

Pernambucanidade: alguns aspectos históricos – ministrou a palestra “A Revolução como realidade brasileira no campo educacional”³¹.

Apesar do estreitamento das relações entre a APL e o governo do Estado terem iniciado poucos meses após o golpe, o ano de 1967 foi um marco para a colaboração mais efetiva da academia pernambucana, através dos seus acadêmicos, com o governo ditatorial em nível estadual. É que nesse ano, seguindo o dispositivo do governo federal, que criou, através do Decreto-Lei n 74 de 21 de novembro de 1966, o CFC - Conselho Federal de Cultura³², o governo de Pernambuco criou o CEC - Conselho Estadual de Cultura, nomeando para o seu quadro de conselheiros importantes nomes da APL. Dos nove conselheiros nomeados, cinco eram acadêmicos e dos quatro que não eram, dois se tornariam posteriormente. A nomeação ocorreu através do Ato 4.983 de 26 de outubro de 1967. A publicação foi divulgada no Diário Oficial do Estado do dia seguinte³³. Vejamos na tabela a relação dos nomeados.

CONSELHEIROS NOMEADOS EM 1967 E SUA RELAÇÃO COM A APL.	
Conselheiro	Participação nas academias de letras e institutos históricos
Gilberto Freyre (Presidente do Conselho)	Fora aclamado, em 1952, para ocupar a cadeira de nº 23 da APL, mas nunca quis tomar posse, qualificando-se como “sócio correspondente”. Mas em 1986 ocuparia a cadeira de nº 14 da APL.
Luiz Delgado (Vice-presidente do Conselho)	Presidente da APL desde 1964 até 1970 e ocupante da cadeira de nº 6, desde 1940.
Nilo Pereira	Vice-presidente da APL, desde 1964, ocupante da cadeira de nº 16, desde 1951. Com a morte de Mauro Mota se tornaria vice-presidente do Conselho e, depois, com a morte de Freyre se tornaria presidente.
Mauro Mota	Ocupante da cadeira de nº 20 da APL, desde 1954, tendo sido seu presidente de 1972 a 1982. Com a morte de Luiz Delgado se tornaria vice-presidente do Conselho.
José Antônio Gonsalves de Melo Neto	Ocupante da cadeira de nº 37 da APL, do qual foi fundador, no ano de 1967. Era também presidente do IAHPG desde 1965, cargo que ocupou até 2000.

³¹ Diário Oficial do Estado, 23/03/1969, capa.

³² Decreto-Lei nº 74 de 21 de novembro, Diário Oficial da União, 22/11/1966, Sec.1, p.13529.

³³ Idem, 27/10/1967, capa.

Flavio da Mota Guerra	Ocupante da cadeira de nº 19 da APL, desde 1961.
Francisco de Paula Coimbra de Almeida Brennand	Não era membro da APL.
Ariano Vilar Suassuna	Se tornaria em 1993, acadêmico da APL, ocupando a cadeira de nº 18.
Cussy de Almeida Netto	Não era membro da APL

O CEC foi criado através da Lei 6.003 de 27 de setembro de 1967³⁴, vinculado à Secretaria Estadual de Educação e Cultura, como um desdobramento local do CFC, e era responsável pela elaboração das políticas culturais em nível estadual (art. 8º, II), bem como do Plano Estadual de Cultura (art. 8º, X), além de fomentar também a criação de departamentos municipais de cultura, conforme o item VIII do artigo 8º. Apesar de criado em 1967, o CEC só teria sede própria em 1971. Até lá o Conselho se reuniu no IJNPS - Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (atual FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco) e na sede CEE - Conselho Estadual de Educação. De acordo com o item IV do artigo 8º, o CEC deveria, ainda, articular-se com os órgãos federais, estaduais e municipais, com as universidades e instituições culturais de modo a assegurar a coordenação e a execução de programas culturais, e emitir parecer sobre as solicitações, colocadas pelas instituições culturais, de assistência e amparo através do Plano Nacional de Cultura, bem como sobre as subvenções a serem concedidas pelo governo do Estado, de acordo com item VII.

O item XIV do artigo 8º da Lei de criação do CEC define que o mesmo deveria exercer atribuições que lhe fossem delegadas pelo CFC ou órgãos outros da União relacionados com assuntos culturais, sempre com prévia e expressa autorização do Governador do Estado³⁵. O trabalho de Tatiana de Amaral Maya (2012) acerca da atuação do que ela chamou, a partir da forma como Gilberto Freyre se referia aos conselheiros, de “os cardeais da

³⁴ Lei 6.003/67, Diário Oficial do Estado, 28/09/1967, capa e p.7324.

³⁵ Idem.

cultura nacional”, em que a mesma estuda a atuação do CFC na ditadura civil-militar, ilustra uma situação semelhante no campo das políticas culturais em nível nacional e local. Do mesmo modo que o CFC foi ocupado predominantemente por integrantes da ABL e do IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o CEC foi ocupado durante toda a ditadura predominantemente por integrantes de relevo da APL e IAHPG.

Os presidentes e vice-presidentes da APL foram também presidentes e vice-presidentes do CEC ou ocuparam outros cargos de relevo na estrutura do governo do Estado. Luiz Delgado, que presidiu a APL de 1964 a 1970, foi vice-presidente do CEC desde 1967 até sua morte, em 1974. Mauro Mota, que presidiu a APL de 1972 a 1982, que também fora nomeado conselheiro do CEC em 1967, assumiu a vice-presidência do Conselho com a morte de Delgado em 1974. Foi, ainda, em 1972, nomeado diretor do Arquivo Público Estadual – atual APEJE - Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - em substituição a Jordão Emerenciano (também acadêmico da APL) em virtude de sua morte. Permaneceu nos cargos até sua morte, em 1984. Marcus Vilaça, que presidiu a APL por um curto período de tempo, 1970 a 1972, não ocupou cargo no CEC, porém em 1971 o governador Nilo Coelho o nomeou Secretário de Estado de Governo, cargo ocupou até 1973. Vilaça já havia sido, inclusive, chefe da Casa Civil do governo Paulo Guerra. Era, inclusive, seu amigo pessoal e havia apoiado o golpe de 1964, tendo sido em 1966 um dos organizadores da Arena - Aliança Renovadora Nacional em Pernambuco, além de ter sido o secretário do seu diretório municipal em Recife.

Vilaça havia sido também, de 1966 a 1972, conselheiro do IJNPS, que era vinculado ao MEC. Ao longo dos anos 70, foi assessor jurídico da ALEPE. Com o fim do bipartidarismo em 1979 e a consequente reformulação partidária, participou, em 1980, da fundação do PDS - Partido Democrático Social, sucessor da Arena. Durante o governo do

presidente João Figueiredo (1979-1985), ocupou, entre março de 1983 e março de 1985, o cargo de Secretário de Cultura do MEC. Em 1985, foi nomeado secretário particular do presidente José Sarney. No mesmo ano foi membro fundador do PFL - Partido da Frente Liberal, e eleito para ocupar a cadeira de Mauro Mota na ABL, após o seu falecimento.

Outros acadêmicos, que não passaram pela presidência da APL, mas eram membros da Casa de Carneiro Vilela e também tiveram cargos de relevo no governo do Estado, tendo sido também conselheiros do CEC foram Orlando Parayhm e Waldemar de Oliveira; Fernando Pio, ocupante da cadeira de nº 9, a partir de 1970; Gilberto Osório de Andrade, ocupante da cadeira de nº 23, desde 1949; Monsenhor Severino Nogueira, ocupante da cadeira de nº 22, desde 1973; e Francisco Bandeira de Melo, que seria Secretário de Turismo, Cultura e Esportes no governo Marco Maciel e no governo Magalhães (1983-1986), ocuparia, mais tarde, a cadeira de nº 9, a antiga cadeira de Fernando Pio, vacante desde sua morte em 1987. Costa Porto, acadêmico ocupante da cadeira de nº 5, desde 1954, ocupou também um cargo bastante estratégico, a partir de 1979: a presidência da CEPE – Companhia Editora de Pernambuco, responsável pela edição do Diário Oficial do Estado, deixando sua marca indelével na linha editorial desse periódico.

Uma busca pela expressão “pernambucanidade” no acervo digital do Diário Oficial do Estado permite identificar que a mesma, totalmente tímida nas décadas anteriores, tornou-se frequente nos editoriais deste periódico durante a década de 70. Ela foi usada 15 vezes mais do que na década anterior, um aumento de 1.533%. Na década de 1980, porém – boa parte desse período ainda sobre a gestão de Costa Porto - o aumento foi de 3.900% em relação aos anos 1960. Isso, porém, não era uma particularidade do Diário Oficial. A presença dos acadêmicos em diferentes postos no governo, especialmente naqueles ligados a cultura, influenciou

os editoriais dos diversos periódicos locais e vários segmentos no Estado. No Diário de Pernambuco, na hemeroteca digital do site da Biblioteca Nacional, é possível identificar que o uso da expressão pernambucanidade aumentou 392% nos anos 1970 em relação a década anterior e 296% apenas nos quatro primeiros anos da década de 1980 em relação aos anos 1960. Infelizmente, o fato de apenas os quatro primeiros anos do Diário de Pernambuco estarem digitalizados, não permite identificar o crescimento total ao longo de toda a década, mas torna aceitável supor que seria bem maior em relação aos anos anteriores.

A colaboração dos acadêmicos com o regime em Pernambuco em várias áreas, mas sobretudo no campo cultural, em que se falava de uma “cultura pernambucana” e que a expressão “pernambucanidade” passou designar, contou também de forma bastante efetiva com José Antônio Gonçalves de Mello Neto e seu filho, Ulysses Pernambucano de Mello Neto. Presidente do IAHP, acadêmico da APL, conselheiro do CEC, primo e amigo de Gilberto Freyre, em 1979, José Antônio, como também era chamado, se tornou assessor da Diretoria de Assuntos Culturais da Fundarpe, órgão que era responsável pela execução das políticas culturais do governo do Estado. Nesse período essa diretoria estava nas mãos de Alberto Tavares da Cunha Melo e se destacava pelos seus programas editoriais. Nesse mesmo ano, o seu filho, Ulysses Pernambucano, assume a Diretoria de Patrimônio Histórico da fundação e em 1981 se tornou o diretor presidente da própria fundação. Caminho semelhante terá o filho do acadêmico Nilo Pereira, Roberto José Marques Pereira, que era também sobrinho de Luiz Delgado. Entre 1983 e 1987, Roberto Pereira esteve à frente na presidência da fundação (MENEZES, 2008).

A maior parte desses acadêmicos, alguns dos quais também políticos ou com familiares na política, foi de certa forma liderada por Gilberto Freyre em torno do seu projeto político-cultural conservador. A expressão

“pernambucanidade” sintetiza de forma apropriada esse projeto. Intelectual conservador, apoiador da ditadura, à frente do órgão responsável pela elaboração das políticas culturais do governo do Estado, integrante do órgão responsável pela elaboração das políticas culturais em nível nacional, com seus apoiadores acadêmicos e familiares nos órgãos de execução das políticas de cultura do Estado, Freyre exercia grande influência e gozava de enorme prestígio local e nacional.

O acadêmico que abraçou mais intensa e abertamente o projeto freyriano da forma como ele vaidosamente gostava de chamar – pernambucanidade –, se gabando por ter sido autor do neologismo, foi, sem dúvida, Nilo Pereira. Indicado pelo governador Marco Maciel para escrever, de forma atualizada, a história de Pernambuco, Nilo optou por escrever o que chamou de “uma história da pernambucanidade”. A obra, **Pernambucanidade**: alguns aspectos históricos, financiada pelo governo do Estado, teve ampla veiculação na imprensa local, desde sua indicação, processo de escrita e publicação. Ela reflete a visão conservadora de cultura e, particularmente, de “cultura pernambucana”, entendida aí como “pernambucanidade”, não apenas de Nilo Pereira, mas de uma grande parcela dos intelectuais e políticos conservadores ligados a APL e ao IAHGP durante o período. Essas noções, antes restritas aos círculos intelectuais dessas instituições, acabaram sendo transpostas para o interior do governo do Estado, dando origem a uma cultura política que determinou as políticas culturais da ditadura em Pernambuco.

3. A colaboração do acadêmico Nilo Pereira com o projeto freyriano da pernambucanidade

No início dos anos 1970, emergiu um movimento que ficou conhecido como pernambucanidade. Os organizadores do movimento, boa parte empresários, planejavam criar uma associação civil destinada a reivindicar “Pernambuco para os pernambucanos” sob o lema “Renovar para

restaurar”³⁶. Basicamente consistia numa defesa de que cargos públicos importantes no governo federal e estadual fossem ocupados por pernambucanos de prestígio ou de que os mesmos tivessem poder de indicação. A ideia entusiasmou muitas pessoas, como o banqueiro Jorge Baptista da Silva e os seus executivos do Banco Nacional do Norte e da Credinorte, além do então presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Rubens Costa, mas também despertou críticas que iam desde a acusação de que os empresários queriam tomar o lugar dos políticos e de que era um movimento efêmero, por causa da ansiedade diante das mudanças, até a de que a ideia de criar o movimento teria sido uma ideia infeliz, mesquinha e não alinhada com “a melhor pernambucanidade”³⁷.

A noção de “pernambucanidade” foi introduzida no debate com a indicação de que haveria uma “melhor pernambucanidade”, que seria aquela de defender Pernambuco para o Brasil e para o mundo, sugerindo a existência de uma pernambucanidade que não fosse boa, por ser bairrista, exclusivista, isolacionista. No dia 18 de janeiro, o colunista Marcio Neves Baptista, em sua coluna, num texto intitulado “Mais uma manobra”, também fez menção a este movimento, de acordo com ele, liderado por um grupo que pretendia lançar um candidato à sucessão do Estado. Ainda de acordo com o colunista, já reinava uma confusão na situação da sucessão de Nilo Coelho e com este movimento havia piorado³⁸. Alguns dias depois, em 29 de janeiro, o Diário de Pernambuco publicaria novo artigo, também sem autoria definida, intitulado “Os miseráveis”. Nesse texto, bem mais extenso que os anteriores, o editorial defende que Pernambuco sempre teve participações modestas na composição de cargos do governo federal, mas procura evitar

³⁶ Diário de Pernambuco, 08/01/1970, p. 5.

³⁷ Idem, 09/01/1970 e 25/01/1970, p. 4.

³⁸ Diário de Pernambuco, 18/01/1970, p. 20.

generalizações, destacando que também já participou ocupando cargos elevados em diferentes momentos³⁹.

De modo oportunista ou não liberto Gilberto Freyre ingressa no debate – afinal a expressão “pernambucanidade” de fato foi inventada por ele, que se gabava por isso – fazendo com o que mesmo ganhasse visibilidade, inclusive nacional. Em 01 de fevereiro de 1970, o Diário de Pernambuco publicou um texto de Freyre, intitulado “Pernambucanidade: o que é?”. No texto, Freyre não apenas reivindica de forma sutil a autoria da expressão, como desenvolve, em linhas gerais, o seu significado, posicionando-se ainda sobre o movimento que, de acordo com ele próprio, já teria adquirido o nome de “movimento da pernambucanidade”. Assim, Freyre inicia a discussão dizendo:

Está em foco entre nós um assunto interessantíssimo: o que a palavra ‘pernambucanidade’ vem sugerindo de diferentes maneiras. Como a expressão usei-a, creio eu, antes de qualquer outro escritor ou jornalista, ao mesmo tempo que, em conferência proferida na capital da Bahia, em 1943, o termo ‘baianidade’ e, em conferencia pronunciada em Belo Horizonte, em 1946, o termo ‘mineiridade’, sinto-me, por esse e por outros motivos, no dever de me manifestar sobre o assunto.

Após tecer considerações que não diziam muita coisa em termos conceituais, Freyre alegou que compreendia bem “alguns líderes do movimento que vai se definindo como pernambucanidade” e, opondo-se aos críticos do movimento, afirmou acreditar que o mesmo não pretendia se fechar num modo exclusivo, intolerante, mesquinho de serem pernambucanos, e finaliza seu artigo afirmando:

³⁹ Idem, 29/01/1970, p. 4.

Aos líderes do movimento já conhecido como pernambucanidade não me parece que anime o menor afã de repudiar tradição tão castiçamente pernambucana; e a qual Pernambuco deve parte de seu esplendor. O que a alguns deles suponho que inquieta é a crescente tendência, entre nós, para as posições de liderança máxima e média no Estado – nas secretarias de governo, na direção de jornais, nas cátedras, na direção da Arquidiocese de Olinda (que falta nos vêm fazendo pernambucanos como Dom Vital e como Cardoso Ayes!) – virem sendo ocupadas em tal número e de tal modo sistemático por não-pernambucanos que já se tornou ostensivo esse processo ecológico de substituição de pernambucanos por não pernambucanos dentro de Pernambuco. Pelo que, os atuais animadores do movimento de pernambucanidade não deixam de ter, senão inteira razão, suas razões. Suas boas razões.

O uso da expressão pernambucanidade por Freyre já repercutia em vários jornais do país, como o *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, *Correio Brasiliense*, do Distrito Federal, *Diário do Paraná*, do Paraná, *Diário de Natal*, do Rio Grande do Norte, entre outros. A revista *Manchete* do Rio de Janeiro realizou pelo menos duas matérias em que reuniu intelectuais conservadores com o propósito de entender o sentido da pernambucanidade, sendo uma de 1970 e outra de 1973⁴⁰. Na edição de 1973, a revista trouxe como título principal a pergunta “O pernambucano é mais valente?”. Acima dele o jargão: “Em Recife, *Manchete* reúne um escritor, um historiador, uma jornalista e um professor de comunicação para descobrir qual é a essência da pernambucanidade.

O discurso proferido por Freyre no jantar em homenagem ao ingresso de Mauro Mota na ABL, inclusive, chegou a ser publicado na íntegra em vários jornais fora do Estado. Em Pernambuco, o *Diário de Pernambuco* publicou com o título “Saudação a Mauro Mota no jantar de

⁴⁰ Revista *Manchete*, Rio de Janeiro, Edição 937/1970, p.92-95 e Edição 1103/1973, p.38-43.

24 de setembro”, em duas partes, uma em 4 de outubro e outra em 11 de outubro de 1970⁴¹. O *Jornal do Commercio*, por sua vez, também publicou, em duas partes, intitulado “A vitória de um provinciano”⁴². Nesse discurso, marcado principalmente por um forte apelo político, mais do que uma homenagem, Freyre acabou por delinear alguns referenciais históricos e político-culturais constitutivos da memória social do que seria a pernambucanidade da qual tantos passaram a falar naquele ano e que definiria toda a década de 1970 e pelo menos a primeira metade da década seguinte.

Em seu discurso, Freyre disse ainda que os pernambucanos não deveriam se deixar vencer pelo mito da modéstia e menos ainda pelo da humildade, continuando a tolerar que de Brasília, do Rio de Janeiro e de São Paulo, os tratassem por vezes como gentes conquistadas, ou como brasileiros inexperientes que precisassem sempre de guias ou de tutores, “somos os brasileiros mais experimentados em política, nas letras, nas artes, sem revoluções, em guerras”, disse. Para ele, os pernambucanos também não deveriam deixar se dissolver num excesso de outro mito, o de nordestinidade difusa, do qual, segundo ele, se estavam usando e abusando para anular no Nordeste o valor especificamente pernambucano, a fim de contra ele se afirmarem interesses, apenas estaduais, de outros Estados, disfarçados em afirmações regionais. Em outro trecho de sua fala, Freyre argumenta:

Mais do que nunca é preciso que Pernambuco valorize pernambucanos superiores e pernambucanos essenciais. Não podemos admitir o absurdo de que a primeira condição para se ser líder de Pernambuco seja, agora, nascer-se, formar-se, fazer-se noutro Estado; vir-se de fora de Pernambuco; residir-se quase a vida inteira longe de Pernambuco; ou ser-se a vida inteira longe de

⁴¹ *Diário de Pernambuco*, 04/10/1970, p. 4 e 11/10/1970, p. 4.

⁴² *Jornal do Commercio*, 06/11/1970, p. 10.

Pernambuco; ou ser-se menos pernambucano que brasileiro de outro Estado; ou mais ex-pernambucano que pernambucano vivente e convivente. É o pernambucano vivente e convivente que, mesmo nascido noutra parte do mundo, mas deve orientar, dirigir, governar Pernambuco.⁴³

A defesa de que os cargos de liderança no Estado deveriam ser ocupados por “pernambucanos superiores” e “pernambucanos essenciais” que nasceram e passaram suas vidas em Pernambuco foi incisiva. Embora não apareça no discurso de Freyre o local, em Pernambuco, onde seria possível encontrar os “pernambucanos superiores” e os “pernambucanos essenciais”. Mas, a julgar pelos nomes que Freyre exaltava em Pernambuco, em situações diversas, e da roda de intelectuais que o circulava, é possível inferir que a APL e o IAHPG seriam os redutos de pernambucanos dessa envergadura ou dessa empresa, pois eram as instituições que mais exaltavam o Estado, seja nas letras ou na historiografia e que congregava aqueles que, na política, defendiam o que se considerava “os interesses do Estado” nessas áreas. O jantar em que esse discurso foi proferido, em 15 de agosto de 1970, promovido pelo Hotel São Domingos, contou, inclusive, com a presença dos mais ativos confrades do IAHPG e acadêmicos da APL.

A obra Pernambucanidade de Nilo Pereira, influenciada por Freyre e por toda aquela conjuntura, talvez não tenha inovado como pretendia, mas ajudou a dar ainda mais visibilidade a pernambucanidade naquele contexto, além de ter possibilitado à posteridade uma compreensão acerca de como muitos dos confrades da APL e do IAHPG pensavam sobre a cultura de um modo geral e a “cultura pernambucana”. O colunista do *Jornal do Commercio*, Aluízio Furtado de Mendonça, resenhando a obra classificou Nilo como “um historiador privilegiado”. Segundo ele, Nilo era

⁴³ Diário de Pernambuco, 11/10/1970, p. 4.

um escritor de tendências múltiplas, que se movimentava sem embaraços no exercício de vários gêneros literários, sendo, no entanto, por formação humanística e respaldado no próprio espírito, um historiador privilegiado. Mendonça ainda destacou que ele era jornalista, ficcionista, poeta, na literatura, de um modo geral, e que “Mestre Nilo Pereira” teria conquistado um nome de admirável expressão na vida cultural do Nordeste, onde a sua atuação de homem de pensamento atravessava comodamente fronteiras⁴⁴.

O pernambucano acadêmico da ABL, que com Nilo mantivera relação estreita desde 1964, na ocasião em que esteve à frente do Comando Militar do IV Exército em Recife, também resenhou sua obra no *Jornal do Commercio do Rio* sob o título “Pernambucanidade”. Diferentemente de Mendonça, que omitiu que a obra de Nilo houvesse sido escrita com envolvimento emocional, Tavares destacou a paixão de Nilo em vários momentos. De acordo com ele neste trecho, Nilo era um perfeito conhecedor da história do “Leão do Norte” e a história de Pernambuco escrita por ele teria sido entendida e narrada pelo “sentimento de amor à terra pernambucana”⁴⁵. Sua obra também recebeu o voto de aplausos na ALEPE mediante o Requerimento de nº 450, do deputado Joel Hollanda⁴⁶.

Pernambucanidade é uma obra em três volumes, escrita em forma de ensaio, sem sucessão cronológica. Tirando a carta do governador Maciel, uma nota de explicação sobre o livro e um poema de louvação do Recife, o primeiro volume é composto por 42 ensaios; o segundo, por 52, trazendo algumas ilustrações antigas do centro do Recife e alguns espaços e edifícios como o mercado de São José, a sede da ALEPE, o teatro Santa Isabel, a Casa da Cultura, entre outros; e o terceiro, por 58 ensaios,

⁴⁴ *Jornal do Commercio*, 23/10/1983

⁴⁵ *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro*, 03/09/1983, p. 4

⁴⁶ *Ata dos Anais da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco*, 21/01/1983, p. 62.

trazendo também algumas ilustrações das capas de alguns jornais de época, de alguns edifícios como o Palácio da Justiça, o Liceu de Artes e Ofício, o forte do Picão, entre outros. Alguns ensaios, se é que podem ser chamados assim, não possuem sequer uma página completa. Entre um volume e outro da obra, alguns títulos se repetem, embora com conteúdos diferentes. Na maioria destes ensaios, Nilo escreve sobre “personalidades”, instituições e episódios históricos de diferentes épocas de Pernambuco. No todo, a obra, nos seus três volumes, apresenta um forte caráter fragmentado, dificultando uma visão de conjunto da história de Pernambuco ou, como ele mesmo pretendeu, da pernambucanidade.

Apesar de reconhecer a existência da crítica historiográfica, Nilo reproduz a percepção eurocêntrica da ideia do Brasil como sendo produto de uma descoberta, louvando o processo de colonização ao tratar como ato heroico a tentativa de dominação dos índios pelos jesuítas. Em todos os momentos em que faz críticas à história oficial, em alguns dos ensaios das três obras, é perceptível uma preocupação de sua parte em demonstrar erudição no campo historiográfico. Chega a citar as inovações desencadeadas pelas novas sensibilidades historiográficas, mas não as aplica em sua análise, não as incorpora e reproduz o discurso da historiografia do Instituto ao qual também pertence, o IAHGP. Preocupado em demonstrar que está atualizado sobre a onda renovadora da historiografia, chega inclusive a mencionar um evento realizado em Paris em torno da temática da Nova História. Destaca como seus principais representantes os nomes de Marc Bloch, Lucien Febvre, Philippe Áries, Michel de Certeau, Le Goff, Paul Veyne, Fernand Braudel e outros.

Visando defender o pioneirismo pernambucano nas novas abordagens da Nova História, Nilo destaca o uso de jornais como fonte de pesquisas históricas, iniciado por Freyre, pelo Seminário de Tropicologia e sua própria obra como exemplos: “Não serão esses aspectos, tão

interessantes e sugestivos, modalidades sedutoras da nossa Nova História? (PEREIRA, 1983, p.190). Apesar de enquadrar sua forma de abordagem no que defendia serem “métodos novos”, Nilo continuava praticando uma historiografia comemorativa, cívica, preocupada com a lembrança de datas, nomes, batalhas, de exaltação de heróis, sobretudo os das Batalhas dos Guararapes que, teria influenciado todas as revoluções posteriores em Pernambuco. À exceção da abordagem cronológica linear, põe em prática todos os métodos que, contraditoriamente, tomou a iniciativa de criticar, pois em vários ensaios faz uma exaltação de dadas ‘personalidades’, episódios, datas, que evidenciariam uma suposta índole pernambucana que teria, segundo ele – mas reproduzindo a narrativa da historiografia do IAHGP – sido forjada nas Batalhas dos Guararapes.

A maior parte dos ensaios dos três volumes da obra giram em torno do “espírito dos Guararapes”. Esse “espírito” teria atuado como pano de fundo de toda a história posterior do Estado. Daí a máxima “Dos Guararapes veio tudo”. Esse “espírito” seria o próprio espírito da pernambucanidade. Além disso, Nilo não problematiza a identidade pernambucana. Toma-a como um dado e não como um constructo social e linguístico do qual ele próprio é um construtor, tampouco a ideia de região em que essa identidade se apoia, mas usa a história, a história regional, para consolidar sua instituição e sua existência como uma realidade ontológica. As metáforas recorrentes que utiliza quando busca articular diferentes recortes regionais como o Nordeste e Pernambuco e a nordestinidade e a pernambucanidade colocam Pernambuco – e precisamente o Recife – como centro do Nordeste.

Dos 3 volumes o trecho que, parece-me, define de maneira melhor a pernambucanidade é o primeiro. Nele, Nilo a define como: Um sentimento histórico que se enraíza na nossa história psicossocial. Que faz de Pernambuco, em todos os tempos, uma realidade interior. Uma personalidade.

Que é Pernambucanidade? Pode-se entender por essa expressão um estado de espírito. Uma vivência histórica. Um modo de ser. O pernambucano, talvez mais do que qualquer outro brasileiro, tem a sua singularidade, um estilo próprio de vida. Um comportamento específico, notadamente na política (PEREIRA, 1983, v.1, p. 31 e 167)

A pernambucanidade seria assim um “sentimento” (histórico, psicossocial), um “estado de espírito”, mas também uma “personalidade”, “um modo ser”. Ora, uma personalidade ou o modo de ser de uma pessoa ou grupo social nada mais poderia ser senão o seu jeito, seus costumes, suas crenças, valores, tradições, comportamentos, entre outras práticas e representações. Estes elementos traduziriam a própria cultura da pessoa ou grupo. O intrigante no conjunto da definição é que Nilo diz que esse modo de ser, esse estilo de vida próprio, esse “comportamento específico,” é “notadamente na política”. Ou seja, a pernambucanidade está imbricada com a política. A definição é intrigante porque não está identificada com coisas “notadamente” ligadas a cultura popular. Apesar disso, Nilo arriscou escrever, no último volume de sua obra – por pouco não deixando de fora – algumas páginas que tratavam de uma manifestação da cultura popular: o frevo. O ensaio “pernambucanidade musicada”, porém, foi influenciado por uma carta de Sílvio Meira, em 18 de março de 1982, direcionada a Nilo. Na carta, Meira o questionou, quase o interpelou, sobre se ele não iria dedicar em sua obra algum espaço para tratar do frevo.

Tomando como base o período da ditadura civil-militar, o historiador Denis Bernardes (1993) destacou em um artigo não existir uma cultura pernambucana, alegando que essa ideia de uma cultura pernambucana, que se reclamava da pernambucanidade, estava associada ao ciclo histórico iniciado em 1964, com a intervenção militar na vida política. De fato, o principal referencial identificador da pernambucanidade era a

memória social das batalhas dos Guararapes, apropriada por segmentos da elite política e intelectual, ligados a APL e ao IAHGP, como mito de fundação da cultura e identidade pernambucana, marcadas pela “bravura” e “patriotismo” dos pernambucanos. A mesma memória foi usada pelo Exército como mito de fundação da instituição, em que também se destacava a “bravura” e o “patriotismo” dos militares e o seu papel na defesa e no nascimento da pátria. A inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, em 1971 foi o maior exemplo dessa convergência da pernambucanidade com a ditadura.

Considerações finais

Como vimos, boa parte dos intelectuais e/ou políticos ligados à APL ocuparam vários cargos públicos estratégicos nos governos ditatoriais ao longo de todo o regime em Pernambuco, especialmente aqueles ligados ao setor da cultura, inclusive em nível federal. Colaboraram com a ditadura, especialmente no tocante as políticas culturais, forjando também uma pernambucanidade, sob a liderança de Gilberto Freyre. Colaboraram com a ditadura, ora através do consentimento silencioso, ora do apoio discreto ou até mesmo da sua defesa aberta, nas suas mais variadas esferas. Essa postura, como discutido, não se restringiu aos acadêmicos, posto que a própria APL se envolveu em homenagens aos representantes locais do regime, tendo recebido também diversos tipos de apoio institucional e financeiro dos mesmos.

O projeto conservador da cultura política da pernambucanidade fazia total sentido no regime, posto que o seu mote era o destaque dado às batalhas dos Guararapes, colocadas como mito de fundação da índole do “povo pernambucano”, de nascimento da pátria e do próprio Exército Brasileiro. Enquanto o Exército dava visibilidade a memória social das batalhas dos Guararapes para exaltar a própria história, como instituição

que possibilitou o surgimento da pátria, segmentos da elite intelectual e política pernambucana, ligada a APL e ao IAHGP, lideradas por Freyre, destacava que as batalhas ocorreram em Pernambuco e que foram lideradas por pernambucanos patrióticos. A nação teria então, um débito com os pernambucanos. Essas questões põem em evidência a não neutralidade dessas instituições e, em particular, da APL, tornando visíveis os desvios da Casa de Carneiro Vilela.

Referências

1. Leis e Decretos

Decreto estadual nº 1.134 de 14 janeiro de 1966, Diário Oficial do Estado, 15/01/1966, capa.

Decreto estadual nº 1.293 de 18 agosto de 1966, Diário Oficial do Estado, 19/08/1966, p.7339.

Decreto-Lei federal nº 74 de 21 de novembro, Diário Oficial da União, 22/11/1966, Seç.1, p.13529.

Lei nº 6.532 de 19 de julho, Diário Oficial do Estado, 20/07/1973, capa e p. 3403.

Lei 6.003/67, Diário Oficial do Estado, 28/09/1967, capa e p.7324.

2. Atas e periódicos

Ata dos Anais da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 21/01/1983, p. 62.

Diário Oficial do Estado, 13/07/1973, p. 3393-3394.

Diário Oficial do Estado, 19/07/1973, capa.

Diário Oficial do Estado, 05/04/1981, suplemento, 2ª seção, p.1.

Diário Oficial do Estado, 23/03/1969, capa.

Diário Oficial da União, 22/11/1966, Seç.1, p.13529

Diário de Pernambuco, 08/01/1970, p. 5.

Diário de Pernambuco, 09/01/1970 e 25/01/1970, p. 4.

Diário de Pernambuco, 18/01/1970, p. 20.

Diário de Pernambuco, 29/01/1970, p. 4.

Diário de Pernambuco, 04/10/1970, p. 4 e 11/10/1970, p. 4.

Diário de Pernambuco, 11/10/1970, p. 4.

Jornal do Commercio, 06/11/1970, p. 10.

Jornal do Commercio, 23/10/1983.

Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, 03/09/1983, p. 4

Revista da APL, n. 41, 2012, p.252-258

Revista da APL, n. 41, 2012, p.56

Revista da APL, n. 14, 1965, p.85-93.

Revista Manchete, Rio de Janeiro, Edição 937/1970, p.92-95 e Edição 1103/1973, p.38-43.

3. Obras, teses e artigos

BERNARDES, Denis. **Não existe cultura pernambucana.** Revista Pasárgada, FUNDARPE, ano 2, nº 2 e 3, set. 1993, p. 18-20.

CUNHA, Diogo Arruda Carneiro da. **Les intellectuels conservateurs entre le culturel et le politique:** l'Académie Brésilienne des Lettres pendant la dictature militaire (1964-1979). Tese de doutorado (Doutorado em História), Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne, 2014.

MAYA, Tatiana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional:** o Conselho Federal de Cultura e na ditadura civil-militar - 1967-1975. Rumos Itaú, São Paulo, 2012.

MENEZES, José Luiz Mota. **Ainda chegaremos lá:** história da Fundarpe. Recife, Fundarpe, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia**. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). **Culturas políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte, 2009.

PARÁISO, Rostand (org.). **Academia Pernambucana de Letras: efemérides**. v.2. Recife, APL, 2006.

PEREIRA, Nilo de Oliveira. **Pernambucanidade: alguns aspectos históricos** (3 vols.). Recife: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, 1983.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SILVA, Leandro Patricio da. **“Pernambucanidade na sua expressão representativamente política”**: a fabricação da cultura política da pernambucanidade – 1964-1988. Tese de doutorado (Doutorado em História), UFBA, Salvador, 2019.

Parte 3

Lutas e propostas de nova ordem social

A militância política das mulheres integralistas de Pernambuco

*Helisangela Maria Andrade Ferreira*¹

Introdução

O campo da política foi e ainda é um espaço ocupado na sua maioria por homens. Esse cenário se deve a exclusão histórica das mulheres nas tomadas de decisões ficando esse poder restrito aos homens brancos e ricos. O Brasil foi um dos países pioneiros na América Latina no direito ao voto feminino. Mas, esse direito não foi concedido, mas conquistado diante de muita pressão dos movimentos feministas existentes no século XIX e XX. Essas reivindicações foram encabeçadas por mulheres das camadas médias e altas urbanas em busca de uma igualdade começando pelo voto e seguindo para outras áreas.

Na década de 1930, Pernambuco passou por mudanças significativas nos hábitos e costumes das famílias tradicionais, sugerindo novos lugares para as mulheres de todas as classes sociais, particularmente com reivindicações provenientes dos movimentos de esquerda e feministas que abriam um campo de luta pelo sufrágio feminino e outras reivindicações.

O lugar que cabia a mulher de classe média e alta na década de 1930 era o tradicional papel de mãe, esposa e dona de casa. Ao pensar nos grandes avanços que tivemos e no protagonismo feminino na política em décadas recentes, com mulheres assumindo espaços e cargos públicos, que antes

¹ Mestra em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e especialista em gestão e tutoria em educação a distância pela Faculdade Integrada de Gestão e Meio Ambiente (FACIGMA). Professora formadora e tutora da Educação a Distância do curso de História da UFRPE. Designer Educacional da Escola Técnica Estadual Professor Antônio Carlos Gomes da Costa (ETEPAC). <http://lattes.cnpq.br/5953047534922536>.

eram dominados pelo sexo masculino, é importante refletir a ação de mulheres consideradas da direita conservadora e tradicional, a exemplo das Integralistas, a fim de contribuir para uma concepção mais ampla da História das Mulheres na primeira metade do século XX.

A Ação Integralista Brasileira² (AIB) foi um movimento de reação tradicional liderado por Plínio Salgado e apoiado por intelectuais católicos, anticomunistas e antiliberais. O manifesto de outubro de 1932 foi o documento oficial que marca a inauguração do movimento integralista, sendo lançado no estado de São Paulo. Mas essas ideias vinham sendo maturadas há algum tempo pelo chefe nacional do movimento: o político, escritor e jornalista Plínio Salgado.

Se apresentando como um movimento cultural que tinha como finalidade apresentar uma nova ordem política, social e econômica que não pretendia se restringir a intelectualidade, mas atingir as massas. A pretensão do manifesto seria de propor ideias novas para a realização no Brasil, de um novo Estado e nova ordem social que reflitam as nossas realidades nacionais e ao mesmo tempo obedeçam ao ritmo universal da transformação dos antigos quadros ideológicos.

Plínio queria ser ouvido por toda a nação, pelos operários, sindicatos de classe, aos homens de cultura e pensamento, a mocidade das escolas e das trincheiras – as classes armadas. O movimento integralista já nasce com grandes pretensões que seria a mudança da realidade de um país. Nesse momento há um apelo em torno da figura de três pontos que viriam a chamar a atenção de uma boa parte da sociedade que seria Deus, Pátria e Família.

Neste artigo, procuro enfatizar a participação das mulheres pernambucanas neste movimento de massas, a partir do estudo e análise

² Criado em 1932 por Plínio Salgado, sendo considerado o primeiro partido de massas do Brasil tendo adeptos do Oiapoque ao Chuí. Sendo extinto em 1937 por Getúlio Vargas e posto na ilegalidade.

da integração e participação das mulheres nas fileiras do movimento, representando o que se conheceu como as “Plinianas³” ou “Blusas Verdes” da AIB.

O lugar da mulher no movimento integralista

A dificuldade da história das mulheres deve-se inicialmente ao apagamento de seus traços, tanto públicos quanto privados. [...] Entre fugacidade dos traços e oceano de esquecimento, os caminhos da memória das mulheres são estreitos. (PERROT, 2005, p. 29)

Michelle Perrot, grande mestra da história das mulheres e com uma vasta lista de obras publicadas sobre o tema nos apresenta um olhar minucioso acerca das fontes femininas. Os diários podem ser considerados como importantes fontes femininas, mas isso para uma parte da sociedade letrada, sendo considerada uma memória do privado. A retirada das mulheres de certos locais produziu o silêncio dos arquivos, afirma Perrot (2005, p. 34).

Esses silêncios são inquietantes para o historiador, pois de que maneira vamos lidar com a escassez de fontes? Dos homens encontramos dados completos, são tantos dados masculinos que procurar vestígios femininos exige o uso de uma pinça como se estivéssemos procurando uma agulha no palheiro. Houve uma participação significativa de mulheres no movimento integralista que se organizavam através de uma secretaria feminina. Muitas dessas informações não apresentam dados completos.

Observe-se que a participação política e cultural das mulheres integralistas resultou numa série de atividades que nem mesmo a feminista e a mulher de esquerda tiveram a oportunidade de exercer

³ O termo plinianas fazia referência a Plínio Salgado, já blusas verdes seria uma alusão ao uniforme usado pelos adeptos do movimento integralista.

naquele momento de luta pelo voto: dentro dos núcleos integralistas, espalhados em todo Brasil, elas assumiram o dever de educar para o Voto. Plínio Salgado, o líder do movimento e interessado em adquirir votos para sua candidatura à Presidência da República, questionava a participação da mulher em cargos que pertenciam ao homem, era contra a disputa de empregos entre mulheres e homens. Contudo, o setor da educação das crianças, de outras mulheres e dos analfabetos, que era em grande número na década de 1930, deveria ficar a cargo das plinianas, conforme se lê nos documentos internos do Departamento Feminino da AIB⁴.

Nesta atividade de educar outros, as mulheres integralistas também deveriam propagar a ideologia do movimento e fazer campanha para o Chefe, Plínio Salgado. Além disso, elas deveriam educar e orientar sobre os valores morais envolvendo as condutas aceitas pela sociedade da época, incluindo orientação sexual, para o Lar e para a educação dos filhos, de acordo com a Cartilha da AIB, cujo lema central, como já dissemos, era “Deus, Pátria e Família”, como o tripé que sustentava a sociedade. E, ainda atuavam num campo assistencialista.

Desta forma, a militância política das integralistas estava atrelada as práticas sócio culturais que envolvia desde as práticas assistencialistas até a instrução primária e alfabetização. Para o integralismo a nação estava sustentada pelas famílias, dentro destas a mulher era considerada uma figura muito influente porque ficava encarregada de cuidar da educação dos filhos da família e dos filhos da pátria. No campo do assistencialismo, o lugar que o movimento integralista vai eleger para as mulheres será nesse papel de grande mãe que cuida dos necessitados.

⁴ O Departamento Nacional Feminino é um dos órgãos da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e da Juventude que tem por fim, arregimentar, orientar e controlar as atividades femininas no movimento. Ação Integralista Brasileira – Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e Plinianos. **Prontuário Funcional 5996**. Recife, DOPS/APEJE.

É importante destacar que, o movimento integralista era antifeminista e nesse sentido, se contrapunha a um discurso emancipatório da mulher, reforçando uma ideologia que colocava a mulher em um lugar de submissão, voltada aos afazeres domésticos. Plínio Salgado (1947) afirmava que na busca por esse caminho de igualdade, a mulher seria desviada do seu caminho natural. A mulher deixaria de considerar o lar como sendo o centro da sua atividade principal e passaria a viver mais na rua, do que no remanso fecundo e cheio de misteriosos encantos do recolhimento doméstico.

“A mulher desvaloriza-se na indistinção dos sexos, e, em consequência, o homem rebaixa-se perdendo o teor viril, porque nos países onde a mulher se masculiniza, o homem também se torna efeminado” (SALGADO, 1947, p. 108).

Essa participação política nos moldes integralistas não dizia respeito à emancipação que era reivindicada pelos movimentos feministas da época. O integralismo era contra a mulher independente porque considerava que prejudicava toda família. Na concepção da AIB as mulheres deveriam ser agregadas nas suas fileiras porque o movimento era de caráter familiar. Por outro lado, ao agregar as mulheres nas fileiras dos desfiles, colocar para ela o dever de preparar a população que aceitava adentrar na AIB para o voto, atuar no campo social e cultural não deixava de ser ações que muitas feministas e mulheres de esquerda ainda não haviam conquistado.

Não é sem razão que alguns autores vão defender uma posição modernista e de vanguarda para Plínio Salgado e na AIB no contexto da década de 1930, onde as mulheres tinham poucos direitos e seus deveres eram muito limitadas à vida doméstica. Observe-se que não estamos aqui dizendo que as Plinianas eram melhores que as feministas ou as mulheres de esquerda, estamos registrando que o fato delas terem adentrando no

campo de ação política, cultural e social muito mais do que aquelas, obviamente, defendendo suas ideologias, a da direita conservadora. Ou seja, iam à rua em desfiles e comícios políticos para dizer para as mulheres que seus lugares eram dentro do seio da família, cuidando dos filhos e do marido. Por outro lado, não se pode negar que as integralistas tiveram uma participação política e cultural muito ativa dentro da Ação Integralista, com grande influência na formação ideológica e social entre aqueles que aceitaram a AIB e mesmo entre a população mais pobre, onde elas acabavam atuando no campo assistencialista.

Segundo Giselda B. Silva, a AIB-PE não atuava apenas entre os adeptos, tinha um campo de ação educativa e assistencialista que atraía outras pessoas. Principalmente, depois de 1936 com a candidatura de Plínio Salgado à Presidência da República:

A partir deste momento, alguns dos novos departamentos e secretarias passaram a fazer um levantamento dos integralistas eleitores e dos não eleitores. Foram também instalados, em diversos núcleos e escolas integralistas, postos para tirar o título de eleitor dos que não possuíam este documento. Nestas escolas integralistas, além de doutrinar-se para o movimento também passaram a alfabetizar para o voto. Esta nova organização do integralismo atraiu muitos adeptos. Especialmente, as escolas integralistas que eram muito importantes nas áreas onde havia muitos analfabetos e poucas escolas. Os pais que não tinham condições financeiras, e nem estavam ligados a um proprietário contrário à atuação do movimento, normalmente enviavam seus filhos a estas escolas e, aos sábados, participavam das reuniões do integralismo. Alguns núcleos, que conseguiram apoio financeiro, atraíram famílias pobres com o trabalho de assistência social. Criaram o projeto “amparo social”, executado pelas “Blusas-Verdes”, onde ofereciam laticínios, enfermarias, ambulatórios, etc. (SILVA, 1996, p.46)

Internamente e externamente, suas ações política, cultural e social, as colocavam como mantenedoras da moral e dos bons costumes, já que

uma das finalidades de estarem na rua enquanto integralistas era convencer as outras mulheres do seu “verdadeiro” papel social na edificação do lar e da nação. Convencendo muitas dessas futuras militantes que no exercício dessas atividades elas seriam emancipadas politicamente dentro de um movimento da família. A participação política feminina na edificação do seu lar, a levava a ser uma militante fervorosa, defendendo o lugar da casa como adequado, estar à frente dos núcleos nas passeatas engrossando as fileiras no combate a essa emancipação que era gestada fora dos moldes do movimento.

Havia vários grupos de feministas entre as décadas de 1910 e 1930, as feministas católicas era um desses grupos, aponta Susan Besse. Esses grupos iam desde as feministas católicas que acreditavam que sem “Deus, Pátria, Honra e Família” não há feminismo possível, até as mulheres profissionais solteiras que buscavam modelos da Europa e dos Estados Unidos. Esse último modelo de feministas pregava que o pré-requisito essencial seria o emprego assalariado como forma da emancipação feminina (BESSE, 1999, p. 182).

No tema do trabalho feminino, a AIB não se opunha ao fato das mulheres trabalharem fora de casa, desde que fosse em profissões próprias das mulheres, fora disto somente em casos de necessidade. A emancipação feminina não era apoiada, pois o chefe nacional com a sua visão cristã e familiar defendia o matrimônio para as mulheres. E temia que essa mulher ocupasse uma vaga no mercado de trabalho de um homem, o verdadeiro chefe da família cuja função era levar os provimentos e sustento de todos. Para ele, a sua maior e melhor função seria como mãe, esposa e dona de casa, mas era favorável à que a mulher cuidasse da educação dos filhos.

Giselda Silva (1996), cita uma entrevista com Dona Zita (1994) que dizia que a função da mulher na família era de muita importância. Em

casa, educando os filhos e cuidando do marido, a mulher evitava que os filhos fossem criados na rua ou por estranhos, sem a verdadeira orientação a que tinham direito pela presença da mãe. Está à noite, prestava contas de tudo que se passou no dia ao marido, de modo que a família se reunia para um segundo momento de educação, formando assim jovens cidadãos conscientes de seus deveres para com a família e a pátria, temerosos a Deus. Quando a mulher vivia no trabalho e na rua, a família estava abandonada.

Essa questão da diferença entre os sexos, de acordo com Plínio Salgado (1947), traria para a mulher a sua “desvalorização”, pois a mulher estaria afastada da sua missão junto à sociedade que seria a edificação da família e do lar. O teor viril do homem estaria atrelado ao comportamento da mulher, como se fosse algo indissociável. O fato dos papéis de homens e mulheres serem compartilhados provocaria uma possível masculinização para as mulheres e feminização para os homens. Os lugares definidos para homens e mulheres, era uma constante na década de 1930, particularmente com o avanço do comunismo e da modernidade. Entretanto, é um tema constante em vários momentos da história. Segundo Bourdieu:

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas sexuadas) [...] (BOURDIEU, 2010, p.17).

Para a época, o combate a essa possível partilha de tarefas seria considerado como a ruína do lar. As partes são todas sexuadas, isso é muito notório na divisão dos papéis sociais de homens e mulheres. Para o jurista Viveiros de Castro em relação a essas mudanças, “A mulher moderna dominada pela ideia errônea da sua emancipação [...] faz tudo

para perder o respeito, a estima e a consideração do homem” (CASTRO, 1932, p. 21 apud CAULFIELD, 2000, p. 159). A independência feminina era considerada como algo nocivo a sua reputação, pois ela perderia as qualidades que eram tidas como importante para o homem.

As funções das mulheres na sociedade deveriam estar permeadas pela presença masculina. E sua ação social pautada no papel materno, o corpo da mulher é um corpo que não lhe pertence. “Na família, ele pertence a seu marido que deve ‘possuí-lo’ com sua potência viril. Mais tarde, a seus filhos, que a absorvem inteiramente” (PERROT, 2005). A sociedade constrói o corpo feminino a princípio como tendo um valor atribuído ao nome da família. A moça deveria se casar, e o seu corpo passa a pertencer ao seu marido e posteriormente, esse corpo deve receber todos os cuidados para a chegada da prole. Estando a mulher diante da sociedade, como a protetora dos necessitados:

A sua acção social deve ser eminentemente educadora, tomando contacto com as massas populares, auscultando os anseios dos desafortunados e dos injustiçados, de modo a não permitir que as forças do mal se aproveitem das aflições dos infelizes como uma alavanca do materialismo que pretende destruir tudo o que seja a dignidade humana (SALGADO, 1947, p. 112).

As mulheres cuidam de todos, socorrem os aflitos, aconselham e educam seus filhos, pois foi assim que fora educada. Ao mesmo tempo em que essa mulher é tratada como alguém facilmente influenciável que precisa de uma educação cristã para não se perder no mundo, é um ser tão forte que pode e deve instruir aos mais necessitados. Havia uma contradição nos discursos tanto do que circulava na sociedade como o divulgado pelo movimento integralista. Sendo as mulheres ao mesmo tempo um ser frágil em determinados momentos, e em outros, considerada peça fundamental para a manutenção da ordem e dos bons

costumes no país. A igualdade entre homens e mulheres é vista como algo diferenciado, a palavra igualdade não é aceita pelo movimento integralista.

Em relação a igualdade, Plínio Salgado diz que essa é uma palavra mágica usada pelos propugnadores da sua emancipação. A mulher assim como o homem é um ser de tríplice expressão: física, intelectual e espiritual, ou ainda: econômica, cívica e espiritual. E completa,

O homem e a mulher têm necessidades, aspirações, direitos e deveres tanto no que concerne à sua subsistência física, como a interferência na vida político-social e às aspirações religiosas. Dentro dessa tríplice concepção, a mulher é absolutamente igual ao homem, tendendo ao mesmo fim que ele, e tudo o que é lícito e bom para o homem, também é lícito e bom para a mulher. <<Desde o princípio>> - disse o Divino Mestre - <<Deus fez a humanidade homem e mulher>>. Ora, se não houvesse nenhuma diferença entre a mulher e o homem, além da diversidade orgânica, a natureza seria incompleta [...] Por conseguinte, a mulher integral, a mulher que se realiza na sua plenitude biológica e espiritual, não é nem superior nem inferior ao homem: é diferente (SALGADO, 1947, p. 70;71).

Sendo assim o homem e a mulher são complemento um do outro, não podendo exercer o papel físico que cabe na Economia da espécie. O movimento integralista dessa forma atribui de forma clara o papel de homem e mulher na chamada economia da espécie. Sendo a mulher considerada como um ser que não estava acima do homem nem abaixo, mas possuía as suas diferenças.

O homem e a mulher se complementavam cada um exercia a sua função social. Assim esse discurso repetido várias vezes fabrica “verdades” acerca dos papéis exercidos pelos sujeitos.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados

verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2013, p. 12)

Para a época, construir o papel do homem e o da mulher foram discursos hermeticamente fabricados, tanto que foram naturalizados e o espaço privado considerado o lugar mais adequado para as mulheres. Apesar de estarem constantemente vigiadas em relação as suas ações dentro do movimento integralista essas mulheres não eram passivas nem submissas. Pois o cotidiano estabelece certas práticas e normas, mas há várias maneiras de burlar através de outras práticas cotidianas e nas palavras de Michel de Certeau (1994, p. 273) “é sempre bom recordar que não se devem tomar os outros por idiotas”.

Uma das características da invenção do cotidiano de Certeau (1994) é que esse cotidiano é controlado por uma série de forças que constantemente são infringidas. Utilizando para isso a “estratégia” que seria o cálculo das relações de forças que vai se tornar possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ambiente. As estratégias permitem aos sujeitos diferentes maneiras de fazer e principalmente a capacidade de invenção diante das diversas situações e desafios. Ao analisar o passado devemos problematizar as diversas possibilidades de análise, pois a trajetória das mulheres integralistas é marcada pela pluralidade e estratégias de uma participação política possível.

Afirmar atualmente que havia a desigualdade de gênero dentro das fileiras integralistas é um diagnóstico claro, mas para muitas mulheres o exercício do papel delas na sociedade da época estava naturalizado. Enquanto para outras havia uma inquietação, como se aquele lugar que a sociedade as impôs não estivesse a seu conteúdo. As mulheres são diversas

e plurais e estão nos espaços público e privado exprimindo suas opiniões, reivindicando seus direitos e se reinventando suas trajetórias.

Comerciantes determinadas, domésticas hábeis, esposas em fúria, moças casadoiras "seduzidas e abandonadas" ocupam o lugar central de histórias do cotidiano que expressam conflitos, situações familiares difíceis, mas também a solidariedade, a vitalidade de pessoas humildes que tentam de tudo para sobreviver no emaranhado da cidade (PERROT, 2007, p. 26).

Essas maneiras de sobrevivência foram oportunidades de abrir caminhos e novas oportunidades de atuação na sociedade que não possibilitava as mulheres exercer muitos papéis. A possibilidade de se profissionalizar foi uma maneira de adentrar num espaço que na sua maioria era ocupado por homens, já que a oportunidade de estudar se voltava para o universo masculino. Ao analisar a participação dessas mulheres lidamos com diferentes experiências a respeito do mesmo movimento. O movimento integralista inova ao incluir as mulheres no cenário político, pois para construir um novo modelo de nação era imprescindível que elas dessem sua contribuição na educação, filantropia e posteriormente na construção de um eleitorado.

A militância política das mulheres integralistas de Pernambuco

A Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e Plinianos (SNAFP) foi criada em 1936, tendo como finalidade coordenar as atividades femininas, prestando sempre obediência e disciplina ao Chefe nacional, tendo as seguintes divisões: expediente, cultura physica, educação, estudos e ação social. As chefes dos departamentos deveriam enviar mensalmente um relatório (até o dia 5 de cada mês) das atividades ao chefe do departamento nacional.

Na Província de Pernambuco, como era chamado o estado pelos integralistas, não ficaria a parte dessa solenidade⁵. Percebemos que as mulheres que ocupavam cargos de chefia ou mesmo que proferiam discursos, em sua maioria, eram letradas, geralmente professoras, profissão considerada adequada para a mulher da época. “Na última reunião apresentou um interessante trabalho sobre a doutrina integralista a companheira Professora Maria de Lourdes Mousinho que focalizou ainda com precisão e inteligência o papel da mulher no integralismo⁶”.

Segundo o regulamento da SNAFP faz-se necessário criar uma consciência feminina de acordo com os princípios integralistas e uma atividade que desperte a habilidade da mulher brasileira para o cumprimento da sua missão na família e na pátria, sendo assim o trabalho era permitido em casos excepcionais “corresponde a parte principal ao marido em assegurar a subsistência e o futuro das pessoas da casa, nas determinações que envolvem esse futuro⁷”.

Havia, na cidade do Recife, diversas sedes do movimento espalhados por bairros como Santo Amaro, Afogados, Pina, São José, Tacaruna, Cordeiro, Olinda, Beberibe, Campo Grande, Torreão, Encruzilhada, Mustardinha, Torre, Estrada dos Remédios, Boa Vista, Areias, Tejipló e Caxangá que eram chamados de núcleos distritais, e um Departamento Feminino que contava como chefe a senhora Maria de Lourdes Mousinho e como chefe do Gabinete, D. Maria do Carmo, que, juntas, coordenavam as atividades voltadas para as mulheres e crianças, sendo essas atividades sempre respaldadas pelo discurso integralista.

⁵Instalou-se solenemente no dia 18 do corrente ano, em sua sede, a rua Barão de São Borja, 98, o Departamento Feminino. Presidiu a reunião o chefe provincial, ladeado pelo secretário do D. P. O. P., e por Anita Pires, nomeada secretária geral do D. F., que já conta com numerosas adeptas. **Jornal Ação** – Quinzenário de propaganda integralista. Recife, 30 de Setembro de 1934.

⁶**Jornal Ação** – Quinzenário de propaganda integralista. Recife. 10 de Novembro de 1934.

⁷Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e Plinianos. **Prontuário Funcional 5996**. Recife, DOPS/APEJE.

Os municípios de Pernambuco tinham em grande parte núcleos integralistas podemos citar: Limoeiro, Itambé, Queimadas, Surubim, Nazareth, Aliança, Paud'alho, Vicência, Tiúma, Altinho, Cabrobó, Bebedouro, Gameleira, Ribeirão, Goyanna, Agua Preta, Garanhuns, Caruaru, Pesqueira, Palmares, Victoria, Petrolina, Triumpho, Floresta, Gravatá, Quipapá, Canhotinho, Afogados da Ingazeira, Marayal, Bezerras, Correntes, São José do Egyto, Flores, Catende, Timbaúba, Ferreiros, São Vicente, Gravatá e etc.

Como consta no documento abaixo em alguns desses núcleos tinham mulheres como chefes como é o caso do município de Queimadas que foi fundado em 1935 e a senhora Carmem de Almeida consta como chefe do citado núcleo integralista. No Município de Sirinhaém a senhora Maria do Carmo Leitão a frente de mais um núcleo integralista. No caso do município de Afogados da Ingazeira foram encontrados dois nomes para a chefia do referido núcleo, pode ser que tenha ocorrido em ocasiões diferentes. O núcleo foi fundado em 1935 e consta o nome da senhora Maria do Carmo Campos

Como citado anteriormente a SNAFP foi criada em 1936 e já em 1935 nos documentos produzidos pelo movimento integralista em Pernambuco constavam mulheres como chefes do núcleo dos referidos municípios. Em muitos desses municípios havia um índice de analfabetismo elevado para a época. O movimento integralista defendia a educação feminina pautada nos conhecimentos voltados para o lar, mas também a educação escolar que seria as primeiras letras e principalmente a História do Brasil.

Segundo Plínio Salgado (1947, p. 55), é um absurdo a mulher não ser instruída, perdendo na civilização burguesa e sem Deus todos os fundamentos da sua eficiência mental e da sua grandeza moral. Pela cultura da época não acreditamos que a mulher a frente de um núcleo integralista seria a primeira opção, mas justamente pela ausência de

alguém letrado que ocupasse a vaga alguma mulher ficaria à frente de um núcleo sob a supervisão masculina.

Em contato com a documentação não temos como saber de que maneira se dava essa relação da chefia nos núcleos integralistas. O modo como às mulheres estavam para a política era diferente dos homens. Era uma participação extensiva do lar, pois as mulheres tinham que se dedicar as obras assistencialistas. O movimento integralista construiu uma verdadeira rede de ajuda aos mais necessitados, resultando numa troca. As mulheres eram úteis ajudando e disciplinando quem estivesse fora da norma. Essa norma dizia respeito as mulheres que tivessem voltadas para a edificação da família. Pois o lugar apropriado para as mulheres e seguro seria a casa e não ocupando a rua e se tivessem que ocupar teria que ter cuidado. “A casa é, com certeza, o lugar das mulheres, mas também o da família e fronteiras complexas regulamentam a sua circulação e a distribuição de suas peças” (PERROT, 2005, p. 462). E as mulheres integralistas se dedicavam as obras assistencialistas pelo Brasil:

Instalou 3.246 núcleos municipais, onde exerce uma obra educacional e de assistência social notabilíssima, mantendo mais de 3.000 escolas de alfabetização, mais de 1.000 ambulatórios médicos; centenas de lactários; numerosos gabinetes dentários e farmácias; centenas de campos de sport; centenas de bibliotecas⁸.

Na cidade do Rio de Janeiro encontram-se os prontuários da Escola de Enfermagem Integralista, que compõem o acervo criminal da Polícia Política. Na seção médica eram organizados cursos especializados de enfermagem, sendo assim em 3 de outubro de 1935 foi inaugurada a

⁸ Folha Corrida. **Prontuário Funcional N° 1066-B**. Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS. APEJE.

primeira escola integralista de enfermagem, na Província da Guanabara (SIMÕES, 2012, p.145).

A estrutura e o programa do curso foram elaborados com o auxílio de diversos médicos. A escola integralista de enfermeiras era subordinada a Divisão de Assistência Social do Departamento Provincial Feminino e tinha como objetivo formar enfermeiras profissionais com a finalidade de servirem nos trabalhos gerais ou especializados das clínicas privadas, hospitais e, se necessário, nos serviços sanitários nacionais. A professora Maria Ribeiro dos Santos Teres, no primeiro dia de aula do curso afirmou a importância de agregar teoria e prática no processo de ensino aprendizagem:

Ainda nesse discurso, foram pontuados os atributos necessários para o trabalho de enfermagem, entre eles a abnegação, a paciência, a renúncia, a ilimitada capacidade de sacrifício. Para Teres, esses atributos as mulheres da AIB possuíam, e ela justificou sua afirmação com essas palavras: “[...] sois integralistas! Abraçastes uma doutrina que conduz à espiritualidade” uma doutrina que conduz ao “amor, à ternura”. Logo depois de findado o discurso, ela ministrou a primeira aula do curso provisório que duraria pouco mais de dois meses (PAVA; NEVES, 2011, p. 146).

O curso de enfermagem foi uma oportunidade para que as mulheres se profissionalizassem. No Brasil, a profissionalização do ensino de enfermagem teve início com o decreto Nº 791/1890 e somente poderiam ingressar nas escolas mulheres brancas. Sendo inaugurada a primeira escola de enfermagem, denominada de Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras do Hospício Nacional de Alienados (EPEE) com a finalidade de preparar enfermeiros e enfermeiras para os hospícios e hospitais da República.

Os cursos de enfermagem elegeram as qualidades femininas (cuidado, dedicação e sacrifício) como sendo ideais para o cuidado dos

enfermos e o movimento integralista utilizou desse espírito humanitário das plinianas para que elas estivessem sempre à disposição do cuidado com o outro. O movimento integralista encarava o Brasil como uma grande família e as mulheres eram consideradas as mães da Pátria, e a sociedade construiu um símbolo de cuidado e ternura em torno da figura materna. Dessa maneira a enfermagem, a educação foram campos considerados como a extensão do lar e eram permitidas as mulheres estarem atuando nessas funções.

No campo educacional as escolas eram destinadas as pessoas que não tinham oportunidade de se alfabetizar, segundo Simões (2006, p.4) “outras vozes afirmarão que as mulheres têm, por natureza, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas são as primeiras e naturais educadoras, sendo o magistério o prolongamento da atividade exercida no lar”. Principalmente em 1937 quando a AIB convoca as mulheres para alfabetizarem os militantes, buscava-se ensinar os brasileiros a ler e escrever para que pudessem obter o título de eleitor, votando no chefe nacional.

Os integralistas tinham como missão a construção do estado integral sendo o povo educado e disciplinado no movimento. Para eles o comunismo⁹ seria a ruína da sociedade por isso deveria ser combatido. A companheira Anita Pires se manifesta em um comício em Casa Amarela “profligou em linguagem veemente os torpes processos que veem sendo postos em pratica pelo comunismo, na sua campanha nefasta contra a nação¹⁰”.

⁹ O comunismo destrói a família para melhor escravizar o operário ao Estado; destrói a personalidade humana, para melhor escravizar o homem a coletividade; destrói a a religião para melhor escravizar o ser humano aos instintos; destrói a iniciativa de cada um, mata o estímulo, sacrifica a humanidade inteira por um sonho falsamente científico. BARROSO, Gustavo. **O que o Integralista deve saber**. Rio de Janeiro – Civilização Brasileira – 1935 p. 27.

¹⁰**Jornal Ação**. Quinzenário da propaganda integralista. Recife, 14 de Outubro de 1934.

O estado de Pernambuco como citado acima teve muitos núcleos espalhados pelos municípios. De acordo com as condições financeiras dos/das militantes esses núcleos tinham diversos segmentos sociais. Era paga uma taxa mensal para manter os custos com as despesas dos núcleos, a taxa do sigma.

De onde saíra o dinheiro para tudo isso? Dos verdadeiros integralistas que não medem sacrifícios para victoria do seu ideal. Dahi a resolução do chefe nacional, que por decreto de 15 de janeiro de 1935 instituiu uma contribuição mensal que sendo pequena está ao alcance de todos Integralistas, denominada “Taxa do Sigma”¹¹.

Em alguns municípios os militantes não tinham condições financeiras e às vezes o chefe do núcleo mantinha alguns custos. Eram alguns desses segmentos oferecidos nos núcleos: lactários, escolas, bibliotecas, cursos, divisão de educação física, divisão de economia doméstica, ação social, ou seja, atividades que contribuíssem para que o/a militante obtivesse conhecimentos para melhor atuar no espaço público e privado.

No estado de Pernambuco houve 66 núcleos, dos quais 12 localizados na cidade do Recife e na região metropolitana e 54 nas cidades do interior. Percebemos que em alguns núcleos não houve êxito, devemos levar em consideração as especificidades de cada lugar. Como já foi mencionado o apoio das famílias locais eram indicativos do sucesso ou fracasso das ideias integralistas. Eram os moradores locais que se empenhavam em manter os núcleos, como foi visto no núcleo da cidade de Rio Branco.

A Ação Integralista Brasileira, a partir do II Congresso Integralista realizado na cidade de Petrópolis em 1935, torna-se partido político, sendo

¹¹ Prontuário Funcional Nº 1066 - B. DOPS/APEJE.

aprovado pela Justiça Eleitoral em 1937. Por todos os núcleos do Brasil há um intenso apoio, o que facilitou a realização de comícios para a candidatura de Plínio Salgado. O processo eleitoral deveria ser realizado no dia 03 de janeiro de 1938, mas não aconteceu por conta do golpe de Estado de Getúlio Vargas.

Figura 10: Campanha eleitoral de Plínio Salgado



Fonte: **Prontuário Funcional** Nº 1066-B (Boletins de Propaganda) DOPS/APEJE.

Nesse momento o fato das mulheres estarem nos espaços públicos era um fator de menor importância, pois, a mobilização girava em torno da construção de um eleitorado integralista. Afinal de contas até esse momento eram as mulheres as principais alfabetizadoras e de acordo com a código eleitoral de 1934¹²:

Art. 108 São eleitores os brasileiros de um ou de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei.

Parágrafo único - Não se podem alistar eleitores:

- a) Os que não sabem ler e escrever;

¹² Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>> acesso em Janeiro de 2021.

- b) As praças-de-pré, salvo os sargentos, do Exército e da Armada e das forças auxiliares do Exército, bem como os alunos das escolas militares de ensino superior e os aspirantes a oficial;
- c) Os mendigos;
- d) Os que estiverem, temporária ou definitivamente, privados dos direitos políticos (CONSTITUIÇÃO, 1934)

Entre as pessoas que não podiam se alistar estavam as que não sabiam ler nem escrever, o que nesse momento seria um empecilho para o eleitorado integralista. Que agregava nas suas fileiras pessoas analfabetas, pois em muitos municípios o índice de pessoas sem saber ler e escrever era elevado. No documento em que as mulheres foram convocadas percebemos uma certa urgência na convocação das “blusas verdes” para que fosse alfabetizado o maior número de pessoas possíveis.

O discurso antes das eleições estaria mais voltado para as mulheres e suas funções no lar, pois ela seria a responsável por educar os futuros filhos da Pátria, mas sem esquecer da sua verdadeira vocação.

Já com a proximidade das eleições do chefe nacional, a disposição das mulheres deveria ser direcionada para o voto. Havendo dessa maneira uma participação maior das integralistas no convencimento para que outras mulheres e homens pudessem aprender a ler e escrever para que pudessem exercer sua cidadania, com a intenção de votar no integralismo.

Marieta Kendall destacou que as militantes deveriam provar às Patrícias que erroneamente ainda julgassem que a mulher não deve se intrometer na política, “abrindo mão de um direito que lhes confere as leis do país”, as contribuições que poderiam oferecer para que fossem eleitos “brasileiros dignos de governar” o Brasil, ou seja, candidatos integralistas (KENDALL apud: SIMÕES, 2014, p. 14).

Era nesse momento exaltada a participação das mulheres na política, elas estavam vivenciando uma cultura política do seu tempo. Que pode ser

caracterizado como um conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginários, partilhados por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos (MOTTA, 1996, p. 95). O movimento integralista estava imerso numa série de normas rígidas, tanto que as ordens do chefe nacional, Plínio Salgado, não poderiam ser contestadas e as informações circulavam com todo o cuidado para que houvesse uma unanimidade nas diretrizes dentro dos núcleos. Os valores cristãos eram constantemente lembrados aos militantes integralistas, tanto que a família era considerada o pilar da sociedade. As crenças, linguagens e imaginários faziam parte de toda a cultura política construída pelo movimento no cotidiano.

A inserção feminina num movimento de cunho familiar foi uma estratégia de direcionar o papel das mulheres na sociedade. O movimento integralista não apoiava as mulheres que tinham como desejo a emancipação. Os gêneros masculino e feminino eram considerados diferentes e cada um deveria assumir seu papel social.

Em relação a esses papéis muitas foram as variáveis que estiveram em voga nesse jogo de poder. A documentação nos apresenta núcleos que apresentavam dados devidamente organizados, pois segundo as diretrizes do próprio movimento mensalmente deveriam ser enviados informações atualizadas. Denotando assim um controle de quem entrava e saía dos núcleos, em algumas reuniões eram relatados os ocorridos e muitas vezes os desentendimentos. Devemos levar em consideração que era um movimento político que agregava pessoas de norte a sul do Brasil composto por homens, mulheres e crianças. Pessoas que foram educadas pelos mais diversos valores e crenças que se apropriaram das ideias integralistas da maneira que lhe foi conveniente.

A participação feminina nas fileiras do Sigma foi de forma alguma neutra ou mesmo de submissão. Tanto que para muitas dessas mulheres

a sua contribuição iria somar para a mudança do país. Apesar de oficialmente o espaço privado ser considerado como o espaço mais apropriado para as mulheres, em muitas ocasiões ocupavam o espaço da rua. Principalmente em busca de interesses eleitorais para que o maior número possível de pessoas fossem alfabetizadas. Através dessas ações o movimento integralista proporcionou a essas mulheres oportunidade de ocupar outros papéis e espaços. Apesar das delimitações existentes para a época direcionada as mulheres, devemos ressaltar que em relação aos aspectos sociais houveram avanços. A participação política trouxe para essas mulheres outras vivências e aprendizados, podemos levar em consideração que algumas puderam aprender um ofício.

As mulheres faziam parte de um discurso dúbio e de conveniência ao movimento integralista. Nas possíveis situações que estivessem inseridos novos discursos iam sendo readaptados como foi o caso das mulheres irem à rua. Em alguns momentos elas eram exaltadas como as que deveriam manter a moral e dessa maneira deveriam edificar o seu lar. Em outros momentos elas eram convocadas a discursar a respeito das situações em que vivia as mulheres que estavam na rua, condição considerada perigosa para o sexo feminino. Enfim as mulheres engrossaram as fileiras integralistas por muitos motivos e exerceram diferentes papéis sejam eles de crença pela causa ou oportunidade social.

Referências

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 9º edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. 16 de julho de 1934. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>> acesso em janeiro de 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Ed. Paz e Terra, 2013.

O Jornal “A Offensiva” e a mulher integralista. **Anais do XVI Encontro Regional da Anpuh-Rio: Saberes e Práticas científicas**, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. LPH: **Revista de História**, Nº 6, 1996.

PAVA, Andrea Macêdo. NEVES, Eduardo Borba. A arte de ensinar enfermagem: uma história de sucesso. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, 2011. Jan-fev; 64(1): 145-51.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007a.

_____. **Mulheres Públicas**. São Paulo, Editora UNESP, 2007b.

SIMÕES, Ricardo Duarte. SILVA, Ticiania Ribeiro da. Mulheres Integralistas: enfermeiras “blusas verdes” a serviço da nação. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2012, Jan-Mar; 21 (1): 140-9.

_____. Ação Integralista Brasileira: Educando mulheres para as funções de professora e mãe de família. **IV Congresso Brasileiro de História da Educação**: Universidade Católica de Goiás, 2006.

SALGADO. Plínio. **A Mulher no século XX**. Porto: Livraria Tavares Martins, 1947.

SILVA, Giselda Brito. **A Ação Integralista em Pernambuco (AIB-PE): 1932-1938**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

De Pernambuco para o mundo: Dom Helder Camara e a luta por justiça e paz

*Newton Darwin de Andrade Cabral*¹
*Cícero Williams da Silva*²

Se quisermos ir à raiz dos nossos males sociais, teremos que ajudar o país a romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento e da miséria. Há quem se escandalize quando se afirma que este é o nosso problema social número um.

– Helder Câmara –

Introdução

A atuação de Helder Pessoa Camara³ foi destaque em um período da história denominado Guerra Fria (1945-1991), cuja conjuntura possibilitou a eclosão de conflitos militares, a instauração de governos populistas e ditatoriais e a vivência de experiências de esquerda na América Latina. Segundo Karnal (2011, p. 229-230), no fim da década de 1940, surgiram movimentos favoráveis à mudança política e econômica em muitos países; todavia, com a ajuda dos Estados Unidos, acabaram refreados ou

¹Professor Titular da Universidade Católica de Pernambuco, onde atua na Graduação em História e no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco, realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, da PUC Minas. Autor de artigos e livros, dentre os quais *Onde está o povo, aí está a Igreja?: história e memórias do Seminário Regional do Nordeste II, do Instituto de Teologia do Recife e do Departamento de Pesquisa e Assessoria* (EdUPE, 2020).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9338652376910655>. E-mail: newton.cabral@unicap.br

² Mestre em Ciências da Religião, pela Universidade Católica de Pernambuco, é doutorando no mesmo Programa de Pós-graduação. Autor de artigos e do livro *Dom Helder Camara e a Sinfonia dos Dois Mundos* (Bagaço, 2018).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/790487897663957>. E-mail: cicerowilliams.brasil@gmail.com

³ Nasceu em 1909, na cidade de Fortaleza (CE) e foi arcebispo de Olinda e Recife entre 1964 e 1985, nos exatos vinte e um anos da ditadura. Durante os noventa anos que viveu foi destacado defensor dos direitos humanos e pregou a não violência frente as manobras de regimes políticos autoritários. Acreditava em uma Igreja simples e dedicada aos pobres; por sua atuação, recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais e foi indicado, por quatro vezes, ao Nobel da Paz.

esmagados pelas elites locais. Preocupados com a ameaça de temas como reforma agrária, redistribuição de renda e democracia, os EUA manipularam a retórica do anticomunismo, mantendo os países latino-americanos sob sua influência via invasões, orquestração de golpes, obstáculos a reformas sociais e apoio técnico-político a regimes militares repressivos.

No Brasil, um golpe de Estado marcou o ano de 1964 e a nação permaneceu sob regime ditatorial até 1985. As duas décadas foram caracterizadas por acontecimentos como cassação e suspensão de direitos políticos dos considerados ameaça ao governo, repressão às manifestações de oposição e aos movimentos sociais, censura aos artistas e meios de comunicação, uso de violência – inclusive a tortura – contra presos considerados opositores, controle dos sindicatos, estreitamento da relação com os EUA, implantação do bipartidarismo (ARENA e MDB, respectivamente situação e oposição), conflitos entre o regime e os movimentos de guerrilha e “milagre econômico” (de 1969 a 1973). Em meio a tudo aquilo, vidas foram ceifadas e muitos foram para o exílio.

Nesse contexto, Dom Helder via, de forma ampla e clara, o mundo e suas questões urgentes: a miséria – para ele, “violência-mãe de todas as violências” – e as pesadas estruturas de injustiça nutridas por regimes ditatoriais, ora à esquerda, ora à direita. Por isso, teceu crítica ao que chamou de “colonialismo interno” e “imperialismo externo”⁴ – e suas mais variadas formas de violência – e apelou para a sensibilização da consciência dos poderosos de seu tempo.

⁴ Para Helder Camara, colonialismo interno dizia respeito aos ricos dos países latino-americanos que, para preservar a própria riqueza, oprimiam seus concidadãos, mantendo-os em regime de semiescravidão e em situação de pobreza que, não raro, chegavam ao limite da miséria absoluta. Por outro lado, entendia imperialismo externo como sendo a ingerência dos países ricos e industrializados nos governos das nações em desenvolvimento (à época, sobretudo, o Terceiro Mundo, que será abordado neste trabalho), ditando as regras da política internacional do comércio (CAMARA, 1993, p. 80).

A gênese do problema norte-sul e o mundo bipolar

Quando a Segunda Guerra Mundial claramente se aproximava do fim, em 1945, os EUA e a URSS se haviam transformado em superpotências dominantes. De acordo com Antônio Cabral (1987, p. 6) “a Alemanha nazista estava praticamente esmagada; a França, humilhada por uma longa ocupação; a Inglaterra, exaurida pelo esforço de guerra”. Dos escombros do mais mortífero conflito bélico da história da humanidade, restavam dois gigantes que mediam forças, a partir da adoção de posicionamentos diametralmente opostos nos campos socioeconômico e político-ideológico, e dividiam o mundo em duas grandes áreas de influência: as do capitalismo e do socialismo.

A segunda metade do século XX foi quase toda marcada pela tensão criada entre as superpotências nucleares (EUA e URSS) que disputaram essas áreas de influência e o fizeram em escala planetária. Segundo Antônio Cabral,

esses dois gigantes, superpoderosos econômica e militarmente, ao emergir da Segunda Guerra Mundial criaram, mesmo contra sua vontade, uma espécie de campo magnético polarizado no mundo, dentro do qual cada conflito regional surge como possível vitória ou derrota para um dos blocos. Mesmo conflitos aparentemente neutros acabam influenciando nesse campo magnético (CABRAL, 1987, p. 4).

Para Eric Hobsbawm (1995, p. 224), todo aquele momento de tensão global, pós-1945, pode ser encarado “razoavelmente, como uma Terceira Guerra Mundial, embora [...] muito peculiar”, desde que se consiga ampliar o conceito de guerra para além do ato de lutar em um campo de batalha, considerando-o, também, como sendo todo o conjunto de intenções e vontades de disputa em um dado período de tempo, suficientemente conhecidas (HOBBS *apud* HBSBAWM, 1995, p. 224).

A Ordem Bipolar, como afirmou o sociólogo francês Raymond Aron, traduziu tanto uma guerra improvável, quanto uma paz impossível, na qual foram registrados conflitos indiretos, corrida armamentista nuclear e disputa por áreas de influência. Como ele mesmo definiu:

Bipolar é a configuração da relação de forças na qual a maior parte das unidades políticas se agrupa em torno de duas dentre elas, cujas forças superam a das demais. [...] o objetivo dos atores principais é não se colocar à mercê de um rival. Como os 'dois grandes' conduzem o jogo, e os pequenos, mesmo unidos, não podem forçar nenhum deles, o princípio de equilíbrio é aplicado às relações entre coalizões, formadas em torno dos dois Estados principais. O objetivo supremo de cada coalizão é evitar que a outra a ultrapasse na aquisição de meios. Podem-se distinguir, em tal sistema, três categorias de atores (e não só os 'grandes' e os 'pequenos', ou 'satélites'): os dois líderes das coalizões; os Estados que são obrigados a tomar partido, ingressando em uma delas; e os Estados que podem e querem permanecer fora do conflito. Estes três tipos de atores agem de acordo com regras diferentes (ARON, 2002, p. 203).

Como resultado dessa disputa, a América do Sul assistiu à ascensão de regimes ditatoriais que, sob as orientações e influência dos Estados Unidos, foram criados visando a prevenir, no continente, uma *reprise* do que aconteceu nos desdobramentos do movimento de 1959, quando Cuba, no “quintal” da superpotência do Ocidente, tornou-se socialista. Entretanto, vale salientar que, por essas e outras razões, como explica Eric Hobsbawm (2007, p. 21), “o centro de gravidade desses regimes socialistas e comunistas do século XX foram em regiões marginais e atrasadas”.

Segundo Falcon e Moura, os dois blocos imperiais criaram e desenvolveram zonas de influência através das quais fomentavam complexa atmosfera de conflito que estabelecia uma relação de subordinação e cooperação entre o poder central e as periferias. “A dissolução dos grandes impérios coloniais e a reestruturação do poder

mundial proporcionaram uma nova forma de condomínio sobre os Estados: o bloco capitalista, representado pelo imperialismo dos EUA, e o bloco socialista, representado pelo social-imperialismo da URSS” (1989, p. 10-11).

Como consequência daquela conjuntura foi realizada a Conferência de Bandung, em cidade indonésia homônima, entre 18 e 24 de abril de 1955, com acentuada importância no cenário internacional, pois nela líderes de vinte e nove estados asiáticos e africanos⁵, entre eles Indonésia, Índia, Birmânia, Sri Lanka e Paquistão (os patrocinadores do evento). De acordo com Maurício Parada (2014, p. 163), a Conferência teve como objetivo promover uma cooperação econômica e cultural de perfil afro-asiático, buscando fazer frente ao que, na época, se percebia como atitudes colonialistas das duas grandes potências nucleares – Estados Unidos e União Soviética – bem como de outras nações influentes que também exerciam uma promoção indiscriminada de seus próprios valores em detrimento dos cultivados pelos povos em desenvolvimento.

De alguma forma, Bandung representou a ruptura do silêncio, reverberando a mensagem dos povos de cor – expressão usada por Antonio Carlos Wolkmer (ver a nota de rodapé seguinte) – que, durante séculos, somente se dirigiam ao mundo através da voz dos seus dominadores ocidentais: ela foi a primeira conferência dos ignorados países do Terceiro Mundo. Nela deveriam buscar o ideal de se enquadrar no que viria a ser definido como neutralismo, fenômeno ancorado na histórica condição, a todos imposta, enquanto antigas colônias dos europeus, e tema oficialmente discutido em Belgrado, na Conferência dos

⁵ Os demais estados presentes àquele evento, além dos cinco patrocinadores, foram: Afeganistão, Arábia Saudita, Camboja, República Popular da China, Costa do Ouro, Egito, Etiópia, Filipinas, Iêmen, Irã, Iraque, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Síria, Sudão, Tailândia, República Popular do Vietnã e Estado do Vietnã e Turquia. Perfaziam, assim, um grupo de países que se caracterizava por ser, uma parte, anticomunista, outra, neutralista e, a maioria, não alinhada.

Países Não Alinhados, entre 1º e 6 de setembro de 1961 (WOLKMER, 1994, p. 16).

Os países presentes àquela reunião buscaram tratar de assuntos de interesse comum como a descolonização, a cooperação entre os povos e a neutralidade em meio à Guerra Fria; no entanto, em um momento em que EUA e URSS lutavam abertamente pela conquista de influência em todas as nações, o maior desafio do movimento não alinhado⁶ era manter-se coeso ante as pressões dos grandes. Ao invés da tradicional visão de um conflito político-ideológico entre Leste e Oeste, Bandung pautou-se na perspectiva do conflito entre o Norte e o Sul, no qual as potências localizadas mais ao norte e industrializadas, constantemente oprimiam e inibiam o desenvolvimento das localizadas mais ao sul, caracterizadas por serem exportadoras de produtos primários.

A relevância daquele congresso exerceu influência sobre a vida de Helder Camara, a ponto de ele proclamar a necessidade da realização de um “Bandung cristão”. No documento “Troca de ideias com os irmãos do episcopado⁷”, na seção “O diálogo do século”, ele propôs que os bispos dos cinco continentes, de modo coordenado, buscassem promover o diálogo entre os dois mundos – desenvolvido e subdesenvolvido. A ideia contida na expressão “Bandung cristão” foi assim explicada:

Imagine-se a repercussão moral, no mundo inteiro, de um encontro – digamos em Jerusalém, a meio caminho entre o Oriente e o Ocidente – sob a presidência

⁶ O não alinhamento, embora já presente enquanto ideia, foi proclamado oficialmente anos mais tarde, na Conferência de Belgrado, de 1º a 6 de setembro de 1961, quando países reunidos e identificados historicamente, sociologicamente, econômica e politicamente em relação aos ricos, influentes e industrializados povos do Norte se posicionaram na linha de frente no sentido de contribuir para a mudança de estruturas dos povos de cor, dos antigos colonizados e dos pobres do mundo, condições, aliás, que lhes eram comuns (WOLKMER, 1994, p. 16).

⁷ Em conversa informal, o historiador Luiz Carlos Luz Marques fez a estimativa de que a sua redação aconteceu, muito provavelmente, em janeiro de 1963, pois, nele, Helder Camara aborda assuntos relacionados aos países do Terceiro Mundo que considerava urgentes e se propunha a discuti-los no Concílio, objetivando uma mudança de postura por parte da Igreja a fim de serem estabelecidas medidas para resolver o problema do subdesenvolvimento e promover a aproximação entre as nações desenvolvidas e as subdesenvolvidas.

peçoal do Papa, de Bispos e técnicos cristãos da América Latina, da Ásia e da África. Tratar-se-ia menos de chegar a fórmulas concretas e soluções imediatas, do que de tomar posição, marcar espírito, provar interesse. [...] Concretamente sugerimos: [...] – dê-se prosseguimento ao diálogo entre os dois mundos, iniciado em Roma e estude-se, inclusive, a maneira prática e eficiente de concretizar o Bandung cristão (CAMARA, 1963, p. 6 e 8).

Ainda encontramos, na 12ª Carta Circular Conciliar, escrita em 24 de outubro de 1962, registro da intensidade com que Dom Helder aguardava a oportunidade de discutir tal assunto e buscar sua efetivação:

Deus me preparava a surpresa da noite de hoje. À noite, tínhamos um jantar com Bispos franceses. Lá é que a Providência me aguardava. [...] Havia Bispos e Arcebispos da França (p. ex. de Marselha, Cambrai, Grenoble...) e do Norte da África. Lá estava o Arcebispo de Cartago (Mons. Perrin), de Argel (Mons. Duval), de Oran (Mons. Lacaste), de Constantin (que abrange Bougie, a minha arquidiocese: Mons. Pinier) e o grande, o imenso Bispo do Saara (Mons. Mercier). [...] Em resumo: rebentou a ideia de obter 2/3 de assinaturas dos Bispos presentes propondo o tema do mundo subdesenvolvido, levando à ideia de um Bandung cristão em Jerusalém (a meio caminho entre Oriente e Ocidente), com a presença do Papa (CAMARA, 2009, p. 32-33).

Dom Helder, mesmo consciente das dificuldades criadas pelas estruturas de poder vigentes, enxergou os esforços das nações participantes da Conferência de Bandung:

Aparentemente é inútil pensar em integração asiática e em integração africana, dado que à África e à Ásia faltam elementos de integração privilegiados como os que possuem a América Latina. Aqui temos línguas irmãs e, como religião, praticamente, apenas o cristianismo. Na África temos mais de mil línguas e, na Ásia, só a Índia tem mais de 200. [...] o mundo afro-asiático vai do budismo ao islamismo, do xintoísmo ao hinduísmo, do cristianismo ao animismo. No entanto, [...] surpreenderam o mundo dos brancos proclamando, em Bandung, que para além das divisões miúdas e dos

interesses limitados, só a união levaria os povos de cor a emergir do subdesenvolvimento e a encontrar lugar ao sol (CAMARA, 1968, p. 54).

Pensar a existência dos países ao sul do planeta – e as condições em que estavam mergulhados – levou os participantes de Bandung a se apropriarem do conceito de “Terceiro Mundo”; além do mais, a tentativa de dar significado ao termo já existia desde o início da década de 1950, antes daquele evento, quando encontramos seu uso como sendo uma

fórmula jornalística, sem pretensão, que Alfred Sauvy forjou, em 1952, num artigo de semanário, para lembrar os problemas dos países pobres, comparando-os às reivindicações formuladas pelo Terceiro Estado, na França, à véspera da Revolução de 1789. [...] de início, foi assimilada à de “nações proletárias”. Alguns, esquecendo a alusão ao Terceiro Estado francês, têm desejado tornar a denominação como a de um grupo de países “neutros”, terceiro grupo oposto ao mesmo tempo ao bloco dos países capitalistas ricos e ao bloco de todos os países socialistas. [...] e pouco a pouco a expressão “Terceiro Mundo” tornou-se sinônimo do grupo de países considerados como “subdesenvolvidos”, quer pertençam ao regime capitalista ou ao regime socialista (LACOSTE *apud* WOLKMER, 1994, p. 12).

Antonio Carlos Wolkmer (1994) argumenta:

Há que se ressaltar a emergência de um movimento de pressão constituído pela emancipação de povos colonizados, por nações pobres, subdesenvolvidas e espoliadas, formando um bloco periférico que tem tentado direcionar-se por uma certa postura de independência e de neutralidade no enfrentamento dos dois blocos hegemônicos, mas que, na maioria das vezes, não tem conseguido. Trata-se do Terceiro Mundo, uma nova força política, preocupada em condenar o colonialismo, a discriminação racial, a corrida armamentista e defender a autodeterminação, a igualdade de direitos, o não alinhamento e o livre desenvolvimento (p. 11).

É relevante destacar o quão amplo e complexo é o entendimento sobre o conjunto chamado de “Terceiro Mundo”; no entanto, *grosso modo*, Terceiro Mundo poderia ser compreendido, à época de Dom Helder, como o grupo de nações que não estava nem do lado dos EUA nem da URSS – os “não alinhados”. Aqueles países possuíam várias características comuns: eram, geralmente, tropicais, habitados por “povos de cor” (ou colonizados pelo Ocidente), pobres, subdesenvolvidos e proletários; estavam situados na zona das tempestades e compunham os três A’s (Ásia, África e América Latina); apresentavam elevada natalidade forte, mortalidade acentuada e curta expectativa de vida; institucionistas e tradicionalistas, desconheciam a iniciativa empresarial e não tinham classe média, ao tempo que possuíam mulheres submetidas e regimes políticos autoritários, marcados ainda pelo desemprego, subemprego e trabalho de menores; apresentavam estados sanitários deficientes e eram dependentes do estrangeiro (FOURASTIÉ; LALEUF, 1961, p. 46). Tais características compunham um quadro de flagrantes contrastes com as de um mundo industrializado, influente e de consumo, situado na parte norte do globo.

Naquele contexto político-ideológico e socioeconômico Helder Câmara buscava disseminar mensagens que contribuíssem com a mudança na mentalidade dos poderosos dos países industrializados e das potências nucleares, pois ele bem sabia que tais nações eram responsáveis pelas articulações manipuladoras com que agiam junto aos povos “subdesenvolvidos”, alimentando conflitos e rivalidades, levando à divisão e à limitação da capacidade de ação do Terceiro Mundo. Assim, lutava pela contínua conscientização e clamava pelo desmonte das estruturas de injustiça que se irradiavam a partir do Norte rico. Edvaldo Araújo corrobora:

As suas conferências internacionais foram realizadas principalmente nos países industrializados, nos EUA, Canadá, na Europa e no Japão. Nesses países Dom Helder tinha como objetivo sensibilizar para as mudanças estruturais que oprimem dois terços da humanidade. Em suas palavras: ‘Compreendi que, para operar uma transformação das estruturas que oprimem dois terços da humanidade, urgia sensibilizar os países ricos. Já que, sem profundas modificações da parte destes não pode haver um verdadeiro e próprio desenvolvimento nosso’ (ARAÚJO, 2012, p. 205).

Quanto ao conteúdo daquelas conferências internacionais, o mesmo autor faz uma síntese:

Os principais temas percorridos por Dom Helder foram: justiça e paz; desenvolvimento e subdesenvolvimento; desequilíbrio no comércio internacional; corrida armamentista; não violência ou a violência dos pacíficos; direitos humanos; multinacionais; denúncia das leis iníquas do comércio internacional; exigência da internacionalização das leis antitrust americanas; recusa da divisão do mundo por blocos; capitalismo e comunismo; busca de um modelo próprio para a América Latina e Terceiro Mundo, rejeitando os modelos comunista soviético e o capitalista dos EUA. Helder sabia que não tinha competência sociológica, econômica e política, baseava-se na sabedoria eclesial e evangélica (ARAÚJO, 2012, p. 206).

Fazia-se necessária, portanto, uma nova ordem econômica, em nível continental e mundial, na qual as relações fossem mais igualitárias, transpondo a fronteira capitalismo/socialismo. Helder Camara acreditava que uma “aproximação efetiva entre Leste e Oeste concorreria enormemente para uma aproximação entre Norte e Sul, isto é, entre o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido” (CAMARA, 1968, p. 65). Por conhecer as mazelas humanas, travou batalhas, durante anos, em favor dos mais necessitados e alimentou o sonho de contribuir para criar um mundo melhor, livre da miséria; almejava construí-lo, sem ódio nem

agressão, através do diálogo e da compreensão, uma vez que, como Gandhi, era adepto da não violência ativa (CABRAL, 2004, p. 282).

O sonho de superar as velhas estruturas opressoras acompanhou Dom Helder a vida inteira, pois sabia que o grave problema do mundo era a riqueza dos países sempre mais ricos construída à custa da pobreza dos cada vez mais pobres.

Mas, precisamente, porque a Humanidade está chegando a impasses suicidas, surgem, dentro de todos os Países, de todas as Raças, de todas as Religiões, Grupos, sobretudo de Jovens, decididos, mesmo com sacrifício, a ajudar a construir um Mundo mais Justo e mais humano. [...] No dia em que esta ligação e interligação se fizer – entre Grupos de Países Ricos e de Países Pobres, de Países do Norte e do Sul, do Leste e do Oeste – terá sido deflagrada a força nuclear do Bem, da força solar do Amor (CAMARA, 1993, p. 73).

Por isso, buscou apregoar a paz e a esperança, confrontando uma realidade na qual, sobre muitos, reinava a injustiça. Na tentativa de falar à consciência dos poderosos, chamou a atenção para os dois terços da população mundial que, em sua época, vivia na miséria. Defendeu que uma verdadeira revolução somente seria possível a partir do compromisso com o povo e da busca de dar voz aos sem voz, pois eles mesmos encontrariam as alternativas para a construção de uma nova sociedade.

Helder Camara e o regime militar

O fenômeno das ditaduras na América Latina, sobretudo em mãos de militares, com o pretexto de evitar a desordem e o caos – validando sequestros, prisões, torturas, exílios, pessoas desaparecidas para sempre em nome da salvaguarda da Segurança Nacional⁸ – é um dos vários

⁸ Doutrina elaborada pelos Estados Unidos da América que tinha como base uma concepção de “defesa nacional”, visando a conter, sobretudo, os avanços das ideias comunistas em suas áreas de influência. Sendo uma teoria de guerra, abrangeu diferentes tipos delas: guerra total; guerra limitada e localizada; guerra subversiva ou revolucionária; guerra indireta ou psicológica (MOREIRA ALVES, 1985, p. 36).

aspectos da herança de dominação e de miséria que paira sobre a nação brasileira. Somam-se a isso elementos como o esmagamento, no passado, das culturas dos povos nativos pelo homem branco, “civilizado” e cristão; a escravização dos africanos nas Américas; o colonialismo interno e o imperialismo externo (vide nota de rodapé nº 2), entre outros.

Como já destacamos, a conjuntura do mundo na ordem bipolar, possibilitou os vários confrontos militares, os diversos governos populistas e ditatoriais e as experiências de esquerda na América Latina. No Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, comumente chamadas de “anos de chumbo”, assistimos à ascensão dos militares ao poder e à implantação de seu regime político⁹, caracterizado pela falta de democracia, suspensão dos direitos constitucionais, concentração de renda, censura, perseguição política e repressão a todos que eram contra as ideias do governo.

No período, parcelas da Igreja Católica, no Brasil, desempenharam papéis importantes, mesmo que inicialmente tenham sido contraditórios: contribuíram para o clima de desestabilização nos meses que antecederam o golpe e apoiaram os militares em um primeiro momento (especialmente a sua cúpula); porém, com os desdobramentos do regime implantado, destacou-se a firme postura de quantidade significativa de setores da instituição na resistência ao regime autoritário, nos anos posteriores à chegada dos generais ao poder.

Observamos que já antes de 74 a Igreja Católica estava envolvida na proteção de presos políticos e na denúncia da violência de Estado. Durante o período de mais drástica repressão, de 1969 a 1973, a Igreja agiu decisivamente na defesa dos que estavam em perigo ou eram vítimas de perseguição. [...] A hierarquia

⁹ Com seu marco inicial em 31 de março de 1964, culminou com um golpe à democracia no dia seguinte, 1º de abril – quando o governo do então presidente João Goulart (Jango), eleito democraticamente, foi interrompido –, e estendeu-se até 15 de janeiro de 1985, ocasião em que José Sarney assumiu a presidência em lugar de Tancredo Neves, que adoecera, e, embora ainda eleito pelo voto indireto, tornou-se o primeiro civil a assumir tal cargo depois de vinte e um anos. De acordo com Elio Gaspari (2014, p. 131), aquele período foi de avanços e recuos, ou, como se dizia na época, de “aberturas” e “endurecimentos”.

católica brasileira evoluiu de uma posição conservadora ou neutra, no passado, para a firme defesa dos direitos humanos e a oposição às diretrizes sociais, políticas e econômicas do Estado (MOREIRA ALVES, 1985, p. 201-203).

Necessitamos, portanto, compreender a heterogeneidade de posições políticas nela existente, pois, como afirmou Newton Cabral (2020, p. 36), a Igreja tem sabido articular-se e sobreviver e, ao longo dos séculos de sua existência, “tem assumido posturas diferenciadas face aos conflitos das populações onde tem estado presente”. Assim, a sua atuação também é, em quaisquer tempo e espaço, uma atuação política.

Em 1964 – primeiro ano do golpe – Dom Helder assumiu a Arquidiocese de Olinda e Recife, consciente dos desafios existentes. Naquele momento já era possível constatar que, por onde passara, havia desenvolvido relevantes trabalhos que o credenciavam para a nova tarefa.

Trazia consigo vasta experiência desde a direção da educação cearense, exercida em 1935, quando na militância integralista, a atuações como assessor nacional, exercendo, entre outros cargos e atividades, o de assistente nacional da Ação Católica, entre 1947 e 1964, idealizador e fundador da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em 1952, organizador do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, Rio de Janeiro – 1955, animador da criação do CELAM – Conselho Episcopal Latino-americano, em 1955, protagonista da Cruzada São Sebastião entre 1955 e 1963 e articulador de peso nas sessões realizadas do Concílio em 1962 e 1963 (CABRAL, 2020, p. 39-40).

Segundo Martinho Condini (2008, p. 43), o ano de 1964 foi um marco na história do Brasil e na vida de Dom Helder, pois ambos entraram em profunda transformação. Na nação, todos os problemas ligados ao golpe de Estado; no sacerdote, as questões aludidas conduziram a que se tornasse a principal voz de oposição ao regime ditatorial instituído e a mais eloquente liderança eclesial. Em seu discurso, ao tomar posse na Arquidiocese de Olinda e Recife, usou palavras que revelaram seu

posicionamento frente à situação política instaurada no país, quando, em praça pública, ignorou pertencas político-partidárias e/ou ideológicas e colocou-se aberto a quaisquer pessoas, tornando-se acessível ao diálogo. Na análise de Nelson Piletti e Walter Praxedes,

[com] o tom independente de seu discurso de posse, Dom Helder assumiu a Arquidiocese deixando a forte impressão de que estava acima das escaramuças entre direita e esquerda e, por essa última, foi visto como o possível protetor, em razão tanto de sua atuação política em defesa das reformas de base como de seu contumaz bom relacionamento com as autoridades civis e militares do país (1997, p. 305).

Helder Camara se destacou por sua luta contra as injustiça e opressão cometidas pelos que estavam no poder, tinha um posicionamento claro, defendia que a Igreja, por sua vez, não podia continuar incidindo no erro de ser o sustentáculo de uma ordem social que mais se assemelhava a uma desordem estratificada. Recusava-se a apoiar os opressores, mas também era contrário à propagação do ódio, uma vez que compreendia a espiral da violência¹⁰ e seus processos, pois podiam os oprimidos de hoje ser os opressores de amanhã (CASTRO, 1978, p. 60).

Desejava ultrapassar a fronteira da indiferença e chamar a atenção para os problemas reais da humanidade que, para ele, tinham como centro a injustiça institucionalizada, marcando a realidade mundial, sobretudo nas nações do Terceiro Mundo, notadamente as da América Latina, subtraindo do homem a dignidade e a vida plena, desfigurando a imagem e semelhança de Deus.

¹⁰ A espiral da violência, para Dom Helder, resultava da junção de três categorias: a violência nº 1 era a miséria (sub-habitação, subtrabalho, subdiversão, subsaúde, subvida, opressão e dominação); a violência nº 2 era o desdobramento da miséria, que levava a assaltos, a roubos, a assassinatos e ao ódio, suscitando a falta de segurança, o desejo de vingança e o pânico; a violência nº 3 era a repressão como, por exemplo, a policial que, muitas vezes, é selvagem e brutal.

Há, nesse sentido, uma missão evangelizadora visando a lutar pelo resgate da pessoa humana, em especial dos excluídos e marginalizados. Por isso, Helder Camara propõe o caminho para a construção da paz por meio da justiça. De acordo com Edvaldo Araújo (2012, p. 435-436), nesse ponto, devemos aprofundar duas questões que guiavam o seu pensamento: primeira, o que deveria ser feito para a transformação da realidade de injustiça; segunda, com quem contar para que a mudança fosse possível.

Respostas a essas dúvidas começam a ser delineadas a partir do conceito de “revolução”, utilizado por Dom Helder, que acreditava serem necessárias e urgentes profundas reformas com o objetivo de transformar as estruturas social, política, econômica, cultural e religiosa para a construção de uma nova sociedade, erguida sobre a justiça e a vivência do Evangelho. Essa lógica tinha como cerne a transposição de barreiras e a derrubada de muros que dividiam o mundo em dois (ricos e pobres). Acreditava, sobremaneira, que as religiões poderiam encabeçar essa mudança radical e, por isso, defendia:

O que seria de enorme alcance tanto para a aproximação entre Leste e Oeste (mundo socialista e mundo ocidental), como para aproximação entre Norte e Sul (mundo desenvolvido e mundo subdesenvolvido), o que seria decisivo para a solidariedade universal, seria que entre todas as religiões houvesse mais, muito mais do que respeito mútuo, desarmamento interior, boa vontade. O ideal é que, a serviço da justiça e da paz, a serviço do desenvolvimento e da solidariedade universal, as religiões, todas as religiões somassem, chegando a um programa conjunto e a ações articuladas. A Igreja Católica e o Conselho Mundial das Igrejas estão maduros para um entrosamento assim. Mas não basta unir os irmãos em Cristo. Teríamos que obter aliança igual da parte de todas as religiões não-cristãs, a começar pelas que são básicas não só para a cessação de guerras deflagradas ou a deflagrar, mas são básicas para a superação do subdesenvolvimento na Ásia e na África: o judaísmo, o islamismo e o budismo. [...] Se os líderes espirituais de todas as religiões – cristãs e não-

cristãs – se unirem e aceitarem inclusive a colaboração de agnósticos e ateus, sinceros e sedentos de verdade, poderemos dar enorme cobertura moral ao exame das relações entre desenvolvidos e subdesenvolvidos (CAMARA, 1968, p. 68-69 e 123).

A “revolução dentro da paz” tinha como força motriz a não violência ativa que, por sua vez, seria capaz de promover as transformações estruturais necessárias frente aos problemas, também estruturais, existentes nos países do Terceiro Mundo, sobretudo nos da América Latina. Dito de outra forma, “esta ruptura visa à mudança qualitativa do sistema social em sua lógica e em seus fundamentos, para alcançar uma nova estruturação social [...] é um meio para modificar o sistema de relações entre pessoas e grupos” (ARAÚJO, 2012, p. 439). A “violência dos pacíficos” não contemplaria a força bruta nem a revolução armada, jamais. Isso pelo fato de a violência social não ser estática; pelo contrário, ela age em três momentos: quando há violência estrutural, temos a violência número um; esse primeiro tipo leva à violência subversiva, que é a de número dois; que, por sua vez, produz a repressiva – a violência número três. Voltamos, dessa maneira, ao ponto de partida em uma verdadeira espiral da violência (vide nota de rodapé nº 8).

A revolução pacífica a que se referia Helder Camara possui algumas características, por ele definidas como principais: 1. o mundo inteiro careceria de uma revolução estrutural, pois se ela não ocorresse nos países ricos, impossível e ineficaz seria fazê-la nos países pobres; 2. a revolução deveria ser total: tecnológica, política, econômica, social, cultural etc., sobretudo nas nações consideradas subdesenvolvidas à época; 3. a revolução deveria ser, além de profunda, rápida. Ou seja, sem perda de tempo. Dizia: “já estamos com séculos de atraso”; 4. a revolução deveria ser um processo de desenvolvimento-libertação visando à promoção humana: “desenvolvimento do homem todo e de todos os homens” e

libertação de todas as formas de escravidão; 5. a revolução deveria ser e acontecer a partir da ótica dos pobres: suas necessidades e esperanças (ARAÚJO, 2012, p. 452-455).

Diante da injustiça institucionalizada e da violência estratificada, ele buscou encontrar caminhos para a transformação da realidade. Tentou mobilizar a opinião pública de sua época na tentativa de alcançar tal objetivo, fez conferências em diversificadas instituições, usou os meios de comunicação social e procurou conscientizar/mobilizar os mais diversos grupos; para tanto, viajava com frequência, atendendo a convites que lhe eram feitos por inúmeras nações. Acreditava que, mesmo diante do cenário caótico estabelecido, havia, em cada país, capitalista ou não, minorias abraâmicas¹¹ com fome e sede de justiça.

Assim, em conferência intitulada “Quaisquer que sejam as conseqüências”, proferida em 1970, na França¹², dirigindo-se a um público de aproximadamente dez mil pessoas, denunciou abertamente a violência que estava ocorrendo no Brasil, relatando situações que se estendiam à tortura e ao sumiço de pessoas. Por causa disso, foi perseguido e silenciado no Brasil e, como parte da estratégia do regime militar de lançar seu nome no ostracismo, os meios de comunicação do país foram, à época, proibidos de sequer mencionar o nome do arcebispo de Olinda e Recife.

Outro aspecto relevante é perceber a compreensão que Helder Camara tinha da espécie humana e suas potencialidades:

¹¹ Para Dom Helder, a expressão minorias abraâmicas faz referência aos muitos grupos/pessoas, espalhados pelo mundo, que compreendem o significado de agir em busca da justiça e da paz. “Abraâmica” é uma alusão ao patriarca Abraão, personagem bíblico que, contrário a toda a esperança, esperou e alcançou graças aos olhos do seu Deus.

¹² Esse discurso foi proclamado no exterior por causa da rígida censura imposta à imprensa brasileira com relação ao então arcebispo de Olinda e Recife, conduzindo-o a aceitar numerosos convites para proferir conferências em diversos países. O acontecimento foi um marco na história de Helder Camara que, através dele, corajosamente denunciou a postura violenta do regime ditatorial de seu país. Em decorrência, foi indicado, durante quatro anos consecutivos – 1970 a 1973 – ao Prêmio Nobel da Paz e, junto aos seus esforços em favor do “Movimento de violência dos pacíficos”, contribuiu para o recebimento dos mais de trinta prêmios que lhe foram concedidos entre 1970 e 1990 (PINA NETA, 2013, p. 43).

Houve época em que o homem se sentia tão desarmado e incapaz diante da natureza que acreditava no destino, força cega e cruel, mais poderosa do que os próprios deuses. Hoje, o homem de tal modo domina a natureza que já não se considera joguete de forças ocultas e todo-poderosas; sente-se agente da História, controlador dos acontecimentos, senhor do próprio destino. Para grande surpresa sua, a própria religião vem a seu encontro e lhe lembra que, nessa atitude sua, não há nenhuma afronta ou ofensa a Deus, que quis o homem à sua imagem e semelhança e ordenou-lhe que dominasse a natureza e completasse a criação (CAMARA, 1968, p. 107).

No entanto, ao observar a organização social de sua época – que chamou de “sociedade de desperdício” ou “sociedade de consumo” –, ele alertou para a necessidade da mudança de rumo, uma vez que ficavam evidentes a dilapidação dos recursos da natureza e o esgotamento futuro de recursos naturais como o petróleo, a água e os alimentos. Além disso, teceu críticas ao crescimento econômico em vigor, estreitamente ligados a multinacionais, pois “as medidas de avaliação do desenvolvimento estão todas montadas a serviço das minorias privilegiadas que, de maneira injusta, detêm a quase totalidade dos recursos da terra” (CAMARA, 1993, p. 71).

Por fim, destacamos que o fato de ter vivenciado todo o período da ditadura militar na condição de arcebispo de Olinda e Recife, conferia bem mais ressonância ao seu pensamento e às suas ações. A sede da Arquidiocese está na cidade do Recife, uma das capitais do Nordeste do Brasil – região que é um dos bolsões mundiais de situações de miséria, portanto, dotada de mortífero potencial deflagrador da espiral de violência – onde os indicadores sociais evidenciam o cotidiano aviltamento à dignidade da condição humana. Tal lugar de fala, aliado ao testemunho

pessoal do arcebispo¹³, fez com que este artigo sobre a luta de Helder Camara por justiça e paz, se tornasse a evidência de uma vida que, em sua terceira grande fase, depois de ter vivido as duas anteriores em Fortaleza e no Rio de Janeiro, ganhou eloquência tal que justifica o título “De Pernambuco para o mundo”.

Os dados aqui apresentados são flagrantes e guardam em si questões demasiadamente atuais, fazendo-nos enxergar, entre outras coisas, que, no Brasil, desenvolvimento é algo pensado apenas para uma minoria da população, enquanto são perpetuadas as condições geradoras de uma miséria cotidiana que cresce em ritmo acelerado. Ao que parece, importantes desafios de ontem, continuam sendo os de hoje, tais como escapar da violência sem recorrer à violência e, nesse sentido, entender que, em uma sociedade ainda profundamente injusta, desigual e conflituosa, convencer vale mais que vencer.

Considerações finais

Constatamos que, para Helder Camara, a grande divisão do mundo era provocada por questões econômicas e não políticas. Mais que vê-lo separado, à sua época, pelas fronteiras ideológicas que delimitavam Leste e Oeste (comunistas e capitalistas), enxergava grandes barreiras na oposição entre o Norte rico e o Sul pobre. Em sua perspectiva, para que tal problema fosse solucionado, requeria-se que as nações ricas e industrializadas olhassem para as demais, sobretudo as do Terceiro Mundo, e se comprometessem com a construção de relações mais igualitárias e justas; sem exploração e deixando de estar pautadas apenas nos próprios interesses, focados nos lucros a serem obtidos. Acreditava,

¹³ Interessados em conhecer mais sobre esse aspecto, cuja narração e análise extrapola os objetivos deste artigo, podem recorrer às obras Instituto Dom Helder Camara (2015) e Cabral, Silva, Pina Neta (2018), citadas nas referências.

também, que as lutas armadas e as guerras são “manifestações de distúrbios, de desorganizações sociais, expressão de falsos valores culturais, passíveis de superação” (CAMARA, 1993, p. 59).

Dom Helder foi um dos que buscaram dar voz aos que não a tinham; para isso, fez uso da influência que conquistara (reforçada pela censura que lhe foi imposta, no Brasil, por aproximadamente dez anos), para, no que tange ao período da ditadura civil-militar, falar, de Pernambuco para o mundo, acerca da realidade experimentada pelos que estavam à margem da riqueza. Assim, denunciou a existência de sequestros, torturas e mortes. Todavia, *pari passu*, exaltou a capacidade humana de modificar a estrutura injusta e indutora de conflitos.

Enquanto arcebispo sediado em Pernambuco, ele estabeleceu o mundo como o grande auditório para a disseminação de suas mensagens pela paz e favoráveis à erradicação da miséria que, para ele, como afirmamos, era a violência-mãe de todas as outras formas de violência. Intentava convencer os poderosos da sua responsabilidade com os menos favorecidos e do quanto, ao final, todos saíam ganhando quando o mundo fosse estruturalmente mais justo e pacífico.

Diante do panorama histórico apresentado, e tendo como pano de fundo uma realidade tão repleta de violência, torna-se perceptível o cerne das preocupações de Dom Helder: a tentativa de rompimento de estruturas injustas e opressoras, através de mecanismos de resistência que, pacificamente, conduzissem à superação da violência institucionalizada, tendo como principal objetivo unir esforços na luta contra a miséria, visando à humanização do mundo.

Não importando onde estivesse e falasse, a partir de 1964 ele o fez enquanto bispo de toda a Igreja; contudo, necessariamente, a partir da situação particular de Arcebispo de Olinda e Recife, o que implicava e trazia implícita a condição de que era “de Pernambuco para o mundo”!

Referências

- ARAÚJO, Edvaldo. **Dom Helder Camara**: profeta-peregrino da justiça e da paz. Aparecida: Ideias e Letras, 2012.
- ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Editora UnB; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- CABRAL, Antônio. **A Terceira Guerra Mundial**. São Paulo: Moderna, 1987.
- CABRAL, Newton Darwin de Andrade. Militância cristã e não-violência: discussão a partir de Dom Helder Camara. **Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP**, Recife, Ano III, n. 3, dez. 2004. p. 274-290.
- CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Onde está o povo, aí está a Igreja?**: história e memórias do Seminário Regional do Nordeste II, do Instituto de Teologia do Recife e do Departamento de Pesquisa e Assessoria. 2. ed. rev. e atual. Recife: EduPE, 2020. *E-book*. Disponível em: <http://www.edupe.com.br/index.php>. Acesso em: 30 jan. 2021.
- CABRAL, Newton Darwin de Andrade; SILVA, Cicero Williams da; PINA NETA, Lucy. Fronteiras do Arcebispo: a casa de Dom Helder Camara. **Fronteiras**: Revista de Teologia da Unicap, Recife, v. 1, n. 2, p. 431-459, 2018. Disponível em: <http://www.unicap.br/ojs/index.php/fronteiras/article/view/1285>. Acesso em: 30 jan. 2021.
- CAMARA, Helder. 12ª Circular. In: MARQUES, Luiz Carlos Luz; FARIA, Roberto de Araújo (orgs.). **Circulares conciliares**: de 24 de outubro de 1962 a março de 1964. Recife: CEPE, 2009. (Coleção obras completas de Dom Helder Camara; v. 1, t. 1).
- CAMARA, Helder. **Revolução dentro da paz**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.
- CAMARA, Helder. **Trocas de ideias com os irmãos no episcopado**. *S.l.: s.n., s.d.*
- CAMARA; Helder. **Utopias peregrinas**. Recife: Editora da UFPE, 1993.
- CASTRO, Marcos de. **Dom Helder, o bispo da esperança**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

- CONDINI, Martinho. **Dom Helder, um modelo de esperança**. São Paulo: Paulus, 2008.
- FALCON, Francisco; MOURA, Gerson. **A formação do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- FOURASTIÉ, Jean; LALEUF, André. **Revolução no Ocidente**. Lisboa: Livros do Brasil, 1961.
- GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- HOBBSAWM, Eric. **A era do capital**, 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INSTITUTO DOM HELDER CAMARA. **O pacto**: ideário de uma igreja pobre e servidora. Recife: CEDOHC, 2015.
- KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2011.
- MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- PARADA, Maurício. **Formação do mundo contemporâneo**: o século estilhaçado. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2014.
- PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Hélder Câmara**: entre o poder e a profecia. São Paulo: Ática, 1997.
- PINA NETA, Lucy da Silva. **Helder Pessoa Camara**: elementos de seu perfil intelectual a partir de suas bibliotecas. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2013.
- WOLKMER, Antonio Carlos. **O Terceiro Mundo e a nova ordem internacional**. São Paulo: Ática, 1994.

A disputa e a reversão das palavras como estratégias de resistência das ligas camponesas

*Reginaldo José da Silva*¹
*André Gustavo Ferreira da Silva*²

1 – Introdução

O movimento das Ligas Camponesas teve início no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, Zona da Mata de Pernambuco, no ano de 1955. Surgiu como uma associação de agricultores e agricultoras, a SAPP (Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco), cuja finalidade principal era prestar assistência aos moradores e moradoras do engenho. Os objetivos iniciais visavam o enfrentamento a problemas mais imediatos resultantes da ausência de políticas públicas, da extrema pobreza e da exploração do latifundiário. Pretendia-se que fosse criado um fundo para contratar uma professora para alfabetizar crianças, adolescentes e adultos, viabilizar a visita de médicos e médicas ao engenho, ajudar os camponeses e camponesas que estavam com dificuldade para pagar o foro ao proprietário e financiar funerais (SILVA, 2015).

Oscar Beltrão, proprietário do Engenho Galileia, não fez, a princípio, objeções à criação da associação. Inclusive, aceitou o convite dos camponeses e camponesas para ser o presidente de honra da SAPP. Porém, após ouvir de seu filho e de outros proprietários da região que aquela organização poderia ser uma ação de comunistas interessados em

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Assessor de Projetos Sociais na Kindernothilfe (KNH). <http://lattes.cnpq.br/0837786403011718>.

² Professor do Departamento de Fundamentos Sócio Filosóficos da Educação do Centro de Educação da UFPE. andreferreiraufpe@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/3966877544841288>.

tomar suas terras, opôs-se à associação e exigiu o seu fechamento, iniciando, com isso, um conflito com as 140 famílias moradoras de Galileia, que se recusaram a obedecer à ordem de dissolução da SAPPP e, por isso, foram ameaçadas de expulsão das terras do engenho. A partir desse momento, a associação começou a concentrar a sua atuação na defesa do direito dos camponeses e camponesas de Galileia a permanecerem nos sítios onde moravam como foreiros e foreiras.

Com a ajuda do advogado e deputado estadual Francisco Julião, procurado pelas lideranças da SAPPP para atuar na defesa jurídica dos moradores e moradoras do Engenho Galileia, o caso ganhou grande repercussão política. Ao mesmo tempo em que atuava como advogado da SAPPP, Julião, que se tornaria o principal líder do movimento, empreendeu também uma luta política em favor daqueles camponeses e camponesas, utilizando o seu mandato de deputado estadual para denunciar, da tribuna da Assembleia Legislativa de Pernambuco, a violência representada na ordem de despejo impetrada por Oscar Beltrão. Além disso, organizou um Comitê Interpartidário, também na Assembleia Legislativa de Pernambuco, para estudar o caso. Todo esse processo resultou em uma vitória: a desapropriação do Engenho Galileia, em 1959.

Entre os anos de 1955 e 1959, o caso dos camponeses e camponesas de Galileia foi noticiado pela imprensa pernambucana. Nos jornais, a SAPPP foi denominada de Liga Camponesa de Galileia. O objetivo dessa imprensa, aliada dos latifundiários, era, com essa denominação, associar a SAPPP às antigas Ligas Camponesas do Partido Comunista Brasileiro (PCB), extintas em 1947. Fazer essa relação implicava em inserir as ações da SAPPP no discurso anticomunista da época e colocar a opinião pública contra a organização. Contudo, a SAPPP assumiu para si esse nome: seria, sim, a Liga Camponesa de Galileia. Fazendo isso, a organização iniciava uma estratégia que iria integrar a sua atuação daquele momento em

diante: a disputa pelas palavras e a reversão de seus sentidos. Disputava-se o título “Ligas Camponesas”, revertendo o seu sentido. Nesse processo de reversão, o título não relacionava o movimento à violência, à baderna ou à tentativa de impor um regime político opressor, como fazia a imprensa no discurso anticomunista, mas o apontava como herdeiro dos movimentos que, ao longo da história, lutaram contra a opressão no campo (JULIÃO, 1962).

No início da década de 1960, após a desapropriação do Engenho Galileia e a expansão do movimento para fora de Pernambuco, as Ligas Camponesas viveram uma experiência de profundas mudanças ideológicas e políticas. A bandeira de luta deixava de ser a permanência dos camponeses e camponesas nas terras do Engenho Galileia e passava a ser a reforma agrária no Brasil. Nesse novo momento, outras disputas em torno das palavras foram empreendidas. Por exemplo, ao defenderem a reforma agrária sob o lema “reforma agrária na lei ou na marra” e serem acusadas de radicais pela imprensa dominante, porta-voz dos latifundiários, e pelo PCB e Igreja Católica, que tinham outras propostas de reforma agrária, as Ligas se assumiram como radicais, mas disputando a palavra “radical”, dando a ela um sentido diferente do que era dado pelos seus opositores. Ser radical, para as Ligas, era ser um movimento portador de uma proposta revolucionária capaz de romper com a estrutura agrária que oprimia o campesinato brasileiro há séculos (JULIÃO, 1962) e de inaugurar uma sociedade sem latifúndios e com terra para quem nela trabalha (JULIÃO, 2009). O mesmo processo de disputa e reversão aconteceu com outras palavras, como comunista, agitador, camponês etc.

Dissemos que a disputa e a reversão das palavras foi uma estratégia que fez parte da luta das Ligas Camponesas. Mas, como se deu essa estratégia? Quais eram os seus objetivos? Como essa estratégia se conectava com as práticas pedagógicas do movimento?

Procurando responder a essas questões, o presente artigo propõe, como objetivo, analisar como as Ligas Camponesas disputaram e reverteram palavras, criando, com isso, uma estratégia de luta contra a opressão de camponeses e camponesas explorados e exploradas nos latifúndios, sobretudo engenhos e usinas, entre os anos de 1960 e 1964.

Trata-se de um artigo que é resultado de uma discussão feita no capítulo 4 de minha dissertação, intitulada “A Cartilha do Camponês, o documento ‘Bença, Mãe!’ e sua recepção pela Liga Camponesa do Engenho Galileia”, escrita sob a orientação do Prof. Dr. André Gustavo Ferreira da Silva, defendida e aprovada em 2015 na linha de pesquisa Teoria e História da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGE/UFPE). Sendo uma pesquisa historiográfica ligada à área da educação, analisei, na referida dissertação, a formação de camponeses e camponesas integrantes da Liga Camponesa de Galileia, a partir da sua recepção aos conteúdos presentes em dois documentos educativos do movimento, a Cartilha do Camponês e o documento “Bença Mãe!”, e das suas relações com a ação político-pedagógica de Francisco Julião, no recorte temporal de 1960 a 1964, período de grandes tensões sociais no Brasil e que também marcou o momento em que o movimento se expandiu pelo país e se tornou um dos principais protagonistas da luta pela reforma agrária.

Os argumentos apresentados neste artigo estão fundamentados nas abordagens feitas por Antonio Montenegro, sobre as estratégias de contra discursos (MONTENEGRO, 2010b) e de invenção das palavras (MONTENEGRO, 2010a) como integrantes das lutas dos movimentos sociais para enfrentar e superar as opressões; por Paulo Freire, sobre a pedagogia que nasce da luta dos oprimidos e oprimidas que se reconhecem em situações de opressão (FREIRE, 2011); e por Miguel Arroyo, sobre a ação dos coletivos populares na construção de saberes que resultam em

práticas que rompem com a exclusão e a dominação exercidas pelas classes dominantes (ARROYO, 2012).

As análises de documentos escritos do movimento, de reportagens do jornal Diário de Pernambuco e de depoimentos de ex-integrantes das Ligas constituem a metodologia escolhida para a produção deste artigo.

Os documentos das Ligas analisados foram escritos por Francisco Julião, entre 1960 e 1964, sendo estes: “A Cartilha do Camponês”, o documento “Bença Mãe!” e o livro depoimento “Que são as Ligas Camponesas?”.

Os depoimentos de ex-integrantes das Ligas Camponesas foram colhidos em entrevistas que ocorreram nos anos de 2014 e 2015 e estão transcritas na já citada dissertação “A Cartilha do Camponês, o documento ‘Bença, Mãe!’ e sua recepção pela Liga Camponesa do Engenho Galileia”. Foram entrevistados Cícero Anastácio da Silva, que foi sócio da Liga Camponesa de Galileia, segundo secretário na sede central das Ligas Camponesas de Vitória de Santo Antão e que, na época da entrevista, estava com 81 anos de idade; e Heleno José de Barros, que foi sócio da Liga Camponesa de Galileia e estava com 85 anos de idade, na época da entrevista.

A técnica de análise aplicada aos documentos, reportagens e entrevistas foi a análise de conteúdo, por meio da qual se procurou investigar minuciosamente os conteúdos presentes nas fontes escritas e orais, buscando o sentido e as intenções das palavras e frases, identificando o que é essencial e selecionando as ideias principais para o objetivo deste artigo.

2 – O contexto

As Ligas Camponesas surgiram como uma reação ao sistema de exploração capitaneado pelos latifundiários, sobretudo donos de engenho e usineiros, na zona canavieira do Nordeste brasileiro (ANDRADE, 1998).

A cultura da cana-de-açúcar, que foi proeminente no Brasil desde o período da colonização, começou, a partir do século XIX, a perder espaço

no mercado europeu, principalmente devido à concorrência provocada pela produção de açúcar nas Antilhas e na própria Europa, que começara a extrair sacarose da beterraba. Diante de tal situação, os senhores de engenho sentiram a necessidade de aumentar a produção e melhorar a qualidade do produto. Constataram que os antigos engenhos, movidos por tração animal ou água, não respondiam à atual demanda e procuraram investir na mecanização dessas unidades produtivas. Com incentivos fiscais do governo brasileiro, surgiram, então, no início da oitava década do século XIX, os engenhos centrais, capitaneados por grupos estrangeiros, sobretudo franceses e ingleses, com máquinas modernas capazes de esmagar, em menor espaço de tempo, grande quantidade de cana. Antigos engenhos deixaram de ser produtores de açúcar para se tornarem fornecedores de cana para esses novos engenhos. Com isso, apareciam os primeiros engenhos de “fogo morto”, como o Engenho Galileia, onde foi criado o primeiro núcleo das Ligas (SILVA, 2015).

Mesmo havendo uma inicial aceitação dos senhores de engenho à condição de fornecedores de cana para os engenhos centrais, ocorreram conflitos entre os proprietários dos antigos e novos engenhos, provocando dificuldades no fornecimento da cana e, conseqüentemente, na produção. Além desses conflitos, o mercado restrito, o elevado custo de transporte, os problemas de armazenamento da cana (altamente perecível após o corte), a variabilidade dos preços da cana e do açúcar e a maquinaria que se tornou obsoleta em pouco tempo terminaram resultando no fracasso dos engenhos centrais, dando espaço para as usinas, que também já existiam desde a oitava década do século XIX (ANDRADE, 1998).

As primeiras usinas surgiram no ano de 1885, em Pernambuco, que era o estado líder da produção açucareira no Nordeste. Eram modernas fábricas de açúcar instaladas nas terras de antigos engenhos, custeadas por seus proprietários. De acordo com Andrade (1998), quase sempre as

usinas eram construídas por proprietários mais ricos, às vezes possuidores de vários engenhos, e de “espírito empreendedor”. Com o surgimento delas, manteve-se o processo de encerramento das atividades de produção açucareira dos antigos engenhos. Muitos desses engenhos de “fogo morto” tornaram-se fornecedores de cana para as usinas, assim como aconteceu quando da instalação dos engenhos centrais.

Muitos engenhos, por se localizarem distantes das usinas e, conseqüentemente, não terem condições de ser fornecedores de cana, tornaram-se “aforados”, ou seja, dividiram as suas terras em pequenos sítios e os alugaram a foreiros e foreiras. O Engenho Galileia, por exemplo, além de ser um engenho de “fogo morto”, era também “aforado”, pois nele viviam 140 famílias que pagavam anualmente o foro ao proprietário Oscar Beltrão. Os aforamentos foram também muito comuns em lugares onde havia terras férteis para a cultura de fruteiras e de lavouras de subsistência. Vitória de Santo Antão, município onde estava localizado o Engenho Galileia, tinha muitos aforamentos, devido à fertilidade de suas terras para a plantação de frutas, verduras e legumes (ANDRADE, 1998).

As condições de vida dos moradores e moradoras de engenho eram bastante precárias. A grande maioria morava em casas de taipa, sem instalações sanitárias, sem assoalhos e com chão de terra batida (ANDRADE, 1998). Cícero Anastácio da Silva, que era morador de Galileia e foi uma das lideranças das Ligas Camponesas, lembra:

O homem só dava a terra, a gente fazia a casa, plantava, plantava fruteira, plantava tudo, todo coberto de lavoura, no sítio. O homem arrendava o sítio, mas a gente fazia tudo isso, a casinha. A casa era de taipa, não tinha casa de tijolo, não existia. Era tudo de barro. A gente fazia (apud SILVA, 2015, p. 23).

Tais condições de moradia, aliadas à má alimentação e difícil acesso à assistência médica, geravam também muitos problemas de saúde entre

essas pessoas. Na década de 1960, por exemplo, a mortalidade infantil durante o primeiro ano de vida alcançava 60% das crianças nas zonas rurais do Nordeste (PAGE, 1972). Além disso, os moradores e moradoras viviam em constante insegurança, pois eram sempre iminentes os perigos de expulsão das terras, de aumento arbitrário do foro e de atos de violência por parte dos proprietários. É importante ressaltar que a violência contra camponeses e camponesas era utilizada como ferramenta de muitos senhores de engenho para intimidar e mostrar poder (ANDRADE, 1998).

O “cambão”, também chamado de “condição”, que eram os dias de trabalho que o morador tinha que dar gratuitamente ao proprietário, prejudicava ainda mais a vida dos camponeses e camponesas. Na zona canavieira, o cambão era normalmente exigido nos períodos de plantio e colheita da cana. O grande problema é que esses períodos eram os mesmos em que os moradores e moradoras precisavam instalar a sua lavoura (ANDRADE, 1998). Ficavam, assim, com menos tempo para cuidar de seu roçado, encontrando dificuldades para produzir e, conseqüentemente, para garantir sua subsistência, porque ficava praticamente anulada a possibilidade de uma produção para a comercialização.

A expulsão das terras era outro grande problema para os moradores e moradoras de engenho. Quando os antigos engenhos começaram a se tornar fornecedores de cana-de-açúcar para as usinas, os senhores de engenho passaram a colocar o máximo que podiam de suas terras para a plantação de canaviais. Nesse contexto, entendia-se que expulsar moradores e moradoras significava aumentar o fornecimento para as usinas e contribuir com a “modernização” da produção canavieira, agora não mais dependente de antigos engenhos movidos à água ou tração animal, mas capitaneada por usinas mecanizadas (DABAT, 2012).

Após a Segunda Guerra Mundial, o processo de expulsão de moradores e moradoras foi acelerado com a valorização do açúcar no

mercado externo. Nesse período, que compreende os anos de 1945 a 1955, as usinas expandiram suas áreas de influência e apresentaram propostas rentáveis para os proprietários de engenho alugarem ou venderem suas terras para a plantação de cana. As expulsões, então, aumentaram significativamente. Às vezes, o morador ou moradora era indenizado ou indenizada para sair de seu sítio. Mas, na maioria dos casos, não recebiam indenização. Houve também situações em que moradores e moradoras recebiam a permissão para ficarem na terra, desde que destruíssem seus roçados e, em seu lugar, plantassem cana-de-açúcar (ANDRADE, 1998).

Ao reagir a essa estrutura agrária opressora, inclusive expandindo sua atuação para além da zona canavieira de Pernambuco, sobretudo a partir de 1960, as Ligas se tornaram, aos olhos dos latifundiários, uma ameaça. Com o apoio dos principais jornais do país, porta-vozes dos proprietários de terra, discursos foram construídos para apresentar as Ligas à opinião pública como um movimento violento e responsável por tirar a paz da sociedade. Page (1972) lembra que jornais culpavam as Ligas por várias lutas armadas no interior, sem comprovar tais acusações, e que os donos de engenho acusavam os membros do movimento de atear fogo nos canaviais. Julião (2009) afirma que era comum os jornais associarem às Ligas diversos crimes cometidos no campo, mesmo sem apresentar provas. Em 16 de abril de 1959, por exemplo, o Diário de Pernambuco noticiava que os “comunistas pernambucanos”, visando “prejudicar a produção cafeeira de Garanhuns, agitando os agricultores e proprietários rurais possibilitando um clima propício à instalação de novas ‘ligas camponêsas’ (sic)”, tinham um plano para incendiar os cafezais do referido município (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1959). No entanto, na sua edição de 28 de abril de 1959, o mesmo jornal publicou uma nota informando que o vereador Canuto, presidente da Câmara Municipal de Garanhuns, e o beneditino Dom Jerônimo de Sá Cavalcanti desmentiram

a notícia da queima de cafezais como ação de comunistas ou das Ligas Camponesas no município. Mesmo diante da afirmação do vereador e do beneditino, o jornal continuou fazendo suas acusações, afirmando que só o fato das Ligas estarem se aproximando de Garanhuns já representava uma ameaça à paz do município e de todo o agreste pernambucano (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1959).

Os discursos construídos pelas classes dominantes, classificando as Ligas como violentas, radicais, agitadoras etc., representavam um ato político, associado a uma estratégia pedagógica, que, no dizer de Freire (2011), pretende ensinar estabelecendo um dualismo, no qual os opressores são bons e generosos e os oprimidos são selvagens, violentos, bárbaros, ferozes.

Diante disso, as Ligas também assumiram uma estratégia, ao mesmo tempo política e pedagógica: a de disputar e reverter as palavras e conceitos a elas associados pelas classes dominantes, construindo, assim, contra discursos, outras práticas e novas representações da realidade.

3 – As palavras em disputa e sendo revertidas

Os movimentos populares recriam conceitos, reverterem palavras, como uma forma de resistir e de dar sentido às lutas que empreendem (MONTENEGRO, 2010a). Com esse procedimento, também criam uma nova forma de falar sobre si próprios, desconstruindo os discursos dos seus opositores e revelando uma prática social. Da mesma forma, com essa estratégia, criam outros saberes e constroem outras relações de poder. Como diz Arroyo (2012), os padrões de poder se associam aos padrões de saber. Logo, as classes dominantes definem padrões de poder que visam subordinar e domar as classes populares, porque se baseiam em padrões de saber que as pensam como inferiores, bárbaras, incultas. Mas, quando as classes populares se organizam em movimentos e coletivos, criam

novos saberes e práticas que reagem às formas como foram pensadas, resistem aos padrões de poder e saber que as colocam numa condição de inferioridade e que legitimam relações políticas de dominação/subordinação.

Julião lembra em dois de seus livros, “Que são as Ligas Camponesas?” (JULIÃO, 1962) e “Cambão: a face oculta do Brasil” (JULIÃO, 2009), de um momento em que foi aconselhado pela deputada Maria Elisa Viegas de Medeiros, colega sua na Assembleia Legislativa de Pernambuco, a evitar o uso da palavra “camponês” nos seus discursos, a fim de não irritar a maioria dos parlamentares, que era composta por latifundiários. Segundo a deputada, a palavra “camponês” tinha um forte conteúdo político e ideológico que afrontava esses parlamentares e trazia perigo para a vida de Julião, devendo, assim, ser substituída pela palavra “rurícola”. De acordo com Montenegro (2010a), o receio da deputada não era infundado, pois o debate e as tensões em torno da questão agrária em Pernambuco ganharam força, desde 1955, tanto por causa da luta empreendida pela SAPPF contra a ameaça de expulsão dos camponeses e camponesas de Galileia, quanto pela realização de dois congressos, ocorridos em Recife: o Congresso de Salvação do Nordeste, organizado pela Liga de Emancipação Nacional, e o 1º Congresso de Camponeses de Pernambuco, organizado pela SAPPF. Nesses dois conclave, os problemas relacionados à pobreza e à miséria no campo foram apresentados como uma questão política e social, que não seria resolvida por políticas de combate à seca, mas por uma reforma agrária. Nesse contexto, o termo “camponês” definia não apenas a identificação de alguém que vive nas áreas rurais, mas uma prática política de um coletivo que se opunha ao latifúndio. Por essa razão, Julião respondeu à sua colega parlamentar que continuaria utilizando a palavra “camponês” em seus discursos, tendo em vista que ela representava “uma conduta, uma posição” associada aos “movimentos e

lutas organizados contra os senhores de terras, em outros países e outras épocas” (JULIÃO, 2009, p. 95). Disputar a palavra “camponês”, não permitindo a sua substituição por “rurícola”, significava anunciar um discurso e, ao mesmo tempo, uma prática que rompia com os discursos e práticas das oligarquias rurais brasileiras que justificavam as relações de exploração no campo.

A tática de disputar as palavras e reverter o seu sentido foi muito utilizada por Julião, mas não apenas por ele. Os camponeses e camponesas do movimento aprenderam também a utilizá-la para fortalecer a luta contra as violências e injustiças presentes na desigual estrutura fundiária brasileira, desconstruindo discursos, anunciando novos discursos, denunciando práticas de opressão e afirmando ações de resistência.

Cícero Anastácio da Silva (Apud SILVA, 2015), lembra, em uma entrevista concedida no dia 26 de fevereiro de 2015, um exemplo de como os camponeses e camponesas das Ligas disputavam o conceito de comunista, em meio ao contexto de tensões provocado pela propaganda anticomunista. De acordo com Cícero, era comum ouvir gritos de algumas pessoas nas ruas, durante as mobilizações públicas realizadas pelo movimento, dizendo: “É os comunista de Galileia” (sic). Ao que ele e os seus companheiros e companheiras respondiam: “É um pessoal sofredor de fome, passador de fome” (sic).

A reação das pessoas nas ruas, chamando de comunistas os camponeses e camponesas das Ligas, era fruto da já citada propaganda anticomunista, realizada pelas classes dominantes com o apoio de grande parte da imprensa, que oficializava a palavra “comunista” como sinônimo de agitador, violento, baderneiro, desestabilizador da sociedade e inimigo da paz, da família e da religião. A resposta dos integrantes do movimento desconstruía esse discurso e afirmava as Ligas como um coletivo de

homens e mulheres que, por sua condição de vítimas da opressão, exclusão e violência, lutavam por justiça.

Na forma como Cícero expõe a sua memória, os camponeses e camponesas procuravam se afastar do conceito de “comunismo”, tal como pregado pela propaganda anticomunista, para se afirmarem com outros sentidos, outras identidades. Uma estratégia para também se apresentarem como “outros sujeitos”, portadores e portadoras de outros saberes e outras práticas (ARROYO, 2012). De acordo com Heleno José de Barros (Apud SILVA, 2015), numa entrevista ocorrida no dia 05 de julho de 2015, os integrantes do movimento procuravam se identificar como “socialistas”, por ser um termo menos desgastado que “comunista” e, ao mesmo tempo, associado à classe dos trabalhadores e trabalhadoras.

As disputas e reversões das palavras também ocorriam por meio de problematizações, como no relato feito por Julião em 1960, sobre uma conversa entre um camponês e um latifundiário em torno do tema “comunismo”. O relato está registrado na Cartilha do Camponês, um texto educativo das Ligas, e diz que, no ano de 1956, um camponês, integrante do movimento, dirigiu-se até a casa de um latifundiário e o convidou para assistir à fundação de um núcleo das Ligas. A resposta do latifundiário foi: “Isso é comunismo”. O camponês perguntou o que seria comunismo. E o rico dono de terras definiu da seguinte forma: “Comunismo é tomar o que é da gente, fazer mal à filha da gente e empatar a religião da gente”. Após pensar um pouco, disse o camponês ao latifundiário que se comunismo é tomar as coisas dos outros, fazer mal às filhas das famílias e empatar a religião das pessoas, então ele já existia naquele momento. E se pôs a explicar o seu argumento: os camponeses e camponesas eram constantemente expulsos e expulsas dos sítios onde moravam, sem nenhum tipo de indenização, perdendo tudo o que plantavam e construía com o seu próprio trabalho; se uma filha de uma família

camponesa fosse abusada ou até engravidasse de um senhor de engenho ou de um filho deste, deveria se calar, caso contrário, ela e sua família seriam expulsas da terra; um camponês ou camponesa que fosse praticante de uma religião diferente da religião do dono da terra, deveria se converter à religião do patrão, para não sofrer perseguição ou até mesmo expulsão da terra. Concluiu, então, o camponês: “Se essa lei é a do comunismo, a Liga está contra ela” (JULIÃO, 1960, p. 5).

Observa-se que o camponês do relato acima problematiza o conceito de “comunismo” quando o latifundiário o associa às práticas das Ligas. Fazendo isso, ele desconstrói um discurso que havia se tornado oficial sobre o movimento e marca uma posição de resistência: se “comunismo”, na fala do latifundiário, representava um regime ou um conjunto de práticas de opressão, então ele já estava presente pela ação dos latifundiários, que eram os opressores, e não das Ligas, que lutavam em favor de uma ordem justa no campo.

O movimento também usava a palavra “comunismo” quando queria afirmar suas práticas de resistência. Nesse caso, davam um novo sentido a ela, buscando desconstruir o discurso da propaganda anticomunista. Na já citada Cartilha do Camponês, temos um exemplo dessa resignificação quando são feitas críticas e denúncias contra os líderes religiosos que se aliavam aos latifundiários para justificar e manter a exploração dos camponeses e camponesas. Nos seus templos e púlpitos, esses líderes naturalizavam as desigualdades, afirmando que é da vontade de Deus que existam ricos e pobres, pessoas com muita terra e pessoas com pouca terra. Levantar-se contra isso seria ir contra a forma como Deus quer que o mundo permaneça. Rompendo com esse discurso, diz Julião, na Cartilha do Camponês, que Jesus lutou contra a opressão sofrida por “pescadores, camponeses, operários e mendigos”, sendo, por essa razão, “crucificado pelos latifundiários do seu tempo”. Completa afirmando: “Hoje, seria

fuzilado. Ou metido num asilo de loucos. Ou preso como comunista”. E conclui: “Todos são iguais perante a lei. E perante a natureza. E perante Deus. Se isso é comunismo, então Deus é comunista” (JULIÃO, 1960, p. 9). A palavra “comunismo” aqui ganha o sentido de igualdade, torna-se um conceito oposto ao de opressão ou exploração. “Comunista”, então, seria quem luta por justiça e igualdade entre os seres humanos.

Em outro texto educativo do movimento, o documento “Bença, Mãe!”, escrito em 1963, Julião defende que os camponeses e camponesas deveriam demonstrar orgulho quando fossem chamados e chamadas de comunistas pelas classes dominantes, porque comunistas foram Jesus, os profetas e os santos que lutaram para que a terra fosse de todos e todas. Mais uma vez, reverte-se o sentido que a propaganda anticomunista procurava oficializar quando se referia ao comunismo. Nessa reversão, comunista não seria sinônimo de violência, opressão ou crime, mas a qualidade de uma pessoa que luta por uma sociedade sem desigualdade (JULIÃO, 2009).

O fato de textos educativos das Ligas apresentarem orientações para a tática da disputa e reversão de palavras, mostra que havia um objetivo pedagógico em torno dela. Pretendia-se que ela fosse aprendida e ensinada, principalmente para fortalecer as práticas de resistência do movimento. Observe-se, por exemplo, a escolha do nome “delegacia” para identificar a sede central das Ligas em cada município. De acordo com Julião (1962), o movimento preferiu dar o nome de delegacia para as sedes centrais, com a finalidade de construir entre os camponeses e camponesas um aprendizado que os ajudasse a perder o medo da outra delegacia, a de polícia, que eles e elas conheciam como um aparelho a serviço dos latifundiários para reprimir e violentar os homens e mulheres do campo que ousassem reivindicar direitos ou exigir o fim da opressão e exploração. A palavra “delegacia” ganhava, assim, um novo sentido e os camponeses e

camponesas, à medida que aprendiam a utilizar uma “delegacia” para defendê-los e defendê-las, fortaleciam a sua luta. Vale lembrar, inclusive, que com a criação das delegacias das Ligas, muitos litígios surgiram entre camponeses e camponesas e proprietários de terras. Em várias ocasiões, os proprietários foram obrigados a fazer algo que não estavam habituados, ou seja, negociar com os trabalhadores, trabalhadoras, moradores e moradoras de seus engenhos, usinas ou fazendas. Como afirma Montenegro (2010a, p. 85), “ao termo delegacia, com um significado distinto, associava-se outra prática social”.

Essa estratégia de disputa e reversão das palavras, como vemos, surgiam de aprendizados procedentes das experiências de luta e de resistência das Ligas. Como o próprio ato de lutar e resistir se configura como um processo de ensino e aprendizagem (FREIRE, 2011), os camponeses, camponesas e líderes do movimento iam aprendendo a elaborar e a utilizar essa estratégia conforme construía e executavam ações de reivindicação, mobilização, proposição e enfrentamento. As ações dos movimentos e coletivos, como aponta Arroyo (2012), estão intimamente ligadas a formas de ensinar e aprender que contestam a ordem social hegemônica e propõem outra ordem.

É importante também ressaltar que a disputa e a reversão das palavras revelava a expressão de outros saberes que se opunham aos saberes que as classes dominantes apresentavam à sociedade como os únicos e verdadeiros. Se, por exemplo, os proprietários de terra e a imprensa chamavam os camponeses e camponesas das Ligas de agitadores e agitadoras, para, assim, classificá-los e classificá-las como responsáveis pela perda de uma suposta “paz agrária” (AZEVEDO, 1982), o movimento reformulava o conceito de agitação, apresentava outro saber sobre ele, associando-o a uma ação necessária para que a sociedade e a própria vida não fiquem paralisadas em contextos nos quais seres humanos são

violentados, injustiçados, oprimidos e explorados (JULIÃO, 2009). De acordo com Freire (2011), quando os oprimidos e oprimidas não conseguem se reconhecer em uma situação de opressão, aceitam passivamente os saberes e os títulos que as classes dominantes constroem sobre eles e elas. Porém, quando identificam e compreendem a opressão, veem-se como humanos cuja humanidade está sendo negada e, assim, apresentam-se como aqueles e aquelas que também sabem, elaborando, dessa forma, outros saberes sobre si e sobre o mundo.

4 – Considerações finais

Sendo um movimento que surgiu como uma reação à exploração e opressão de homens e mulheres, moradores e moradoras, trabalhadores e trabalhadoras de engenhos e usinas, mas que, ao longo de seu desenvolvimento, assumiu a luta em defesa de todo o campesinato brasileiro e em favor da reforma agrária, as Ligas Camponesas construíram estratégias de resistência que se efetivavam em ações políticas e pedagógicas.

Dentre essas estratégias, a disputa e a reversão das palavras destacaram-se como fundamentais para desconstruir discursos das classes dominantes, construir contra discursos, apresentar outras representações da realidade e efetivar práticas de enfrentamento à opressão e exploração de camponeses e camponesas. Ao aprender a disputar e a reverter os sentidos de palavras que os latifundiários usavam para manter a dominação e a exclusão do campesinato, os homens e mulheres, organizados e organizadas nas Ligas, criaram novos saberes, ensinaram outros conhecimentos e concretizaram novas formas de agir na sociedade, reivindicando o estabelecimento de uma ordem justa no campo.

Com palavras são escritas, pronunciadas e exercidas regras para oprimir e dominar. Mas, também é com palavras que homens e mulheres,

comprometidos e comprometidas com a justiça social, criam e recriam os seus mundos (BRANDÃO, 1985).

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

AZEVEDO, Fernando Antonio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Comunas não queimaram cafezais. **Diário de Pernambuco**, Recife, 28 Abr. 1959, p. 12.

_____. Comunas planejavam incêndios na lavoura cafeeira de Garanhuns. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 Abr. 1959, p. 3.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

JULIÃO, Francisco. **“Bença, mãe!”**. In: JULIÃO, Francisco. **Cambão: a face oculta do Brasil**. Recife: Bagaço, 2009.

_____. **Cambão: a face oculta do Brasil**. Recife: Bagaço, 2009.

_____. **Cartilha do camponês**. Ligas Camponesas do Brasil, 1960.

_____. **Que são as Ligas Camponesas?** Coleção Cadernos do Povo Brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **História oral e memória: a cultura popular revisitada.** 6. ed. São Paulo: Contexto 2010.

PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve.** Trad. Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Record, 1972.

SILVA, Reginaldo José da. **A Cartilha do Camponês, o documento “Bença, Mãe!” e sua recepção pela Liga Camponesa do Engenho Galileia.** 221f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

Parte 4

Educação: movimentos sociais e políticas públicas

Representando a moderna caridade: a instituição dos salesianos no Recife (1892-1906)

*André Gustavo Ferreira da Silva*¹

*Erika Ferrez Araújo*²

*Jaqueline Calixto dos Santos*³

Introdução

A história educacional pernambucana está relacionada à presença da Igreja Católica ao longo de todo seu território, presença que se deu por meio das diversas ordens religiosas que se instalaram no estado em períodos históricos e épocas distintas. Modelando esta afirmação, temos, no final do período colonial, o Seminário de Olinda, fundado em 1800, constituindo-se como centro formador relacionado aos primeiros movimentos liberais no país (CRUZ, 2008; NOGUEIRA, 1985); Ao longo do Império e primeiros anos da República, é possível constatar a ação educativa das ordens religiosas nas diversas regiões do estado: em Escada (Mata-Sul), destacaram-se as Lourdinas; em Triunfo (Sertão), os Maristas e Franciscanos; em Garanhuns (Agreste) e em Nazaré da Mata (Mata-Norte), a ordem das Damas da Instrução Cristã; Mesmo com a consolidação da República, a presença da Igreja também se fez presente, em especial no ensino superior, e em sintonia com as demandas socioeconômicas de época: em 1912, no contexto do desenvolvimento agroindustrial pelo qual passa o estado e a região nordeste, os beneditinos

¹ Professor do Departamento de Fundamentos Sócio Filosóficos da Educação do Centro de Educação da UFPE. andreferreiraufpe@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/3966877544841288>

² Graduada de Pedagogia – Centro de Educação – UFPE. erikaferrez@hotmail.com

³ Mestranda em história – PPGH – UFPE. jaqline@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/2659572077971094>

criam a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária São Bento, funcionando inicialmente nas dependências de seu Mosteiro em Olinda, e da qual se origina a Universidade Federal Rural de Pernambuco; respondendo à demanda de formação docente advinda da expansão da rede escolar no Estado Novo e à oposição da Igreja à influência escolanovista, as Irmãs de Santa Doroteia, em 1940, criam o Instituto Superior de Pedagogia, Ciências e Letras Paula Frassinetti (um ano depois se chamará Faculdade de Filosofia do Recife), e os Jesuítas, em 1943, instituem a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manoel da Nóbrega, da qual se desdobrará a Universidade Católica de Pernambuco.

Considerando a relevante contribuição das ordens religiosas para História da Educação em Pernambuco, nosso trabalho busca aprofundar os estudos acerca da atuação educativa da ordem Salesiana na cidade do Recife no período de 1892 a 1906. Designadamente, nosso objeto é a incorporação dos Salesianos no contexto do processo de modernização pernambucana. A inquietação que nos norteia é verificar o modo de admissão da ação educacional Salesiana na tradicional estrutura social da época. Pontualmente, a questão que nos dirige é: de que maneira uma ordem religiosa cuja prática educativa surge sintonizada com as transformações advindas da modernidade corrente nos centros industrializados, como a Turim de suas origens, se insere na realidade da sociedade pernambucana à época?

A instituição dos salesianos no Recife (1892-1906)

O recorte temporal deste texto abarca os anos de 1892 a 1906, que corresponde às primeiras mobilizações para a vinda dos padres salesianos à capital pernambucana e culmina com o lançamento do Estatuto do Colégio Salesiano de Artes e Ofícios do Sagrado Coração (Estatuto), determinando a identidade curricular assumida pelo colégio. A fonte

histórica que demarca as mobilizações é o “Appello do Exm. Sr. Bispo Diocesano para a fundação de um Collegio Salesiano na cidade do Recife” (Appello), de 1892, encontrado no Arquivo da Congregação Salesiana no Recife, onde também se encontra o Estatuto. Utilizaram-se também fontes localizadas no Arquivo Público de Pernambuco, dentre os quais, três são do Jornal do Recife, datados em 08, 09, 12 de fevereiro do ano de 1895, que enfatizam a inauguração da instituição. E, no catálogo folhetos raros, encontra-se o ofício do Pe. Salesiano Theophilo Twórz, datado em 15 de outubro de 1901, que pede verbas ao governo de Pernambuco em prol do colégio pela lei de orçamento vigente.

O trabalho está metodologicamente escorado no conceito de representação desenvolvido por Roger Chartier (1990). Pois, defendemos que o acionamento do conceito de representação possibilita a proposição de uma articulação entre os três modos que se propõem enquanto em relação ao mundo social:

Em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns ‘representantes’ (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (CHARTIER, 1990, p.23).

Segundo Chartier (2002), a categoria “representação” possibilita o desenho do poder de um grupo, podendo ser observado através de símbolos e expressões características de determinadas práticas e estruturas socioculturais. Saliente-se que, para o autor, a representação, ao permear tais ações e arcabouços, permeia os próprios sujeitos

singulares. Todavia, diversos são os modos de representação. Contudo, essa diversidade de representações acarreta em práticas e estruturas contraditórias ou afrontadas. Pois, são por tais práticas e imersos em tais estruturas que os indivíduos e os grupos conferem seus respectivos sentidos e significados ao mundo.

Neste sentido, notadamente as variações encontradas entre as promessas lançadas no Appello e o modo de organização curricular expressa no Estatuto, documentam as práticas dos grupos então relacionados com a realidade dos Salesianos e da Igreja em Recife.

O Appello

Em 1892, os Diocesanos de Recife, no dia do aniversário da cidade, 12 de março, são presenteados com um “Appello” para a fundação de um colégio Salesiano, escrito pelo Bispo de Olinda, Pe. João Esberard. O documento faz uma exposição da Ordem dos Salesianos ao apresentar os méritos dos *filhos de Dom Bosco*, com propagandas de suas obras constituídas em outras capitais do Brasil. Notadamente, na capital do país, o Rio de Janeiro, que, um ano depois, será sua prelatura.

No documento o Bispo fez a apresentação do fundador da Ordem Salesiana, destacando seus princípios educativos e sua preocupação com os filhos das classes operárias:

Não há, Filhos muito amado, quem não conheça, ao menos de nome, o grande e admirável, o portentoso e santo Dom Bosco. Se alguém ainda o não conhece, então é porque anda inteiramente alheio a todo o movimento social desta segunda metade do século XIX [...] aquele nome bendito, cercado da dupla auréola da **fé e da caridade**, enche hoje em dia todo o mundo católico, **desde o tugúrio do operário até o palacete do capitalista** [...] compreendeu Dom Bosco que nenhum serviço de maior relevância se pudera prestar às **classes operárias** [...] do que empenhar esforços por organizar cristãmente a educação e instrução do filho do povo, arrancando a um tempo da ociosidade

e do vício essa numerosa mocidade [...] e procure nobilitar pelos estímulos regeneradores do trabalho [...] Para isso criou orfanatos, criou escolas, criou oficinas [...] criou um Instituto de sacerdotes desvelados [...] conhecidos pela denominação de Padres Salesianos [...]. (ACSSC, arquivo nº p 001-01. p.01-03)⁴.

O Appello ressalta as casas Salesianas já instauradas no Brasil. Salienta a disputa de outras cidades em busca do colégio:

O notável colégio de Santa Rosa [...] onde cerca de 200 meninos pobres [...] se exercitam no estudo e no trabalho [...]. Conhecemos de perto esse importante estabelecimento, cujas aulas e oficinas funcionam com exemplar regularidade. [...] A diocese de S. Paulo, apenas teve notícia desses homens desvelados apelou para eles e lhes confiou a direção de dois grandes estabelecimentos de educação popular, [...] um na capital e outro em Lorena, e ambos progredem de modo maravilhoso a obra do grande apóstolo de **Turim**. (ACSSC, arquivo nº p 001-01. p.04-05).

Trata da importância que seria a vinda dos Salesianos para a cidade do Recife. E registra a significação da instituição desta Ordem para o seu prelado.

O Recife, mais feliz que outras cidades não tardará em possuí-los em seu grêmio [...] Se outro benefício nos não for dado prestar à querida Diocese [...] dar-nos-emos por imensamente satisfeito só com poder dotá-la de um Instituto dessa ordem, **onde o filho do pobre irá moldar-se nos princípios de uma educação seriamente cristã** e pela aprendizagem de um ofício se habilitará a ganhar honesta e dignamente a sua vida, isento desses vícios ignóbeis que a ociosidade só acarretar após si.(ACSSC, arquivo nº p 001-01. p.05-07).

⁴ Toda fonte documental utilizada foi transcrita conforme a ortografia vigente.

Enfim, o documento destaca aquela que é sua intenção mais aparente: apelar para o sentimento de caridade para com os desvalidos via a promoção de uma instituição que os acolherá. Ressalta o princípio assistencialista para as crianças e jovens pobres, como também, a importância das contribuições através de verbas para que a Instituição Salesiana fosse implantada na cidade do Recife.

Em favor do Colégio Salesiano, **onde os filhos das classes pobres e laboriosas da nossa sociedade acharão abrigo seguro** [...] Amados filhos, quem quer que sejais, acolhei-a com benevolência e **oferecei-lhes o sacrifício da vossa esmola**. Tendes muito, daí muito; tendes pouco, daí pouco. Mas daí sempre, e daí de boa vontade. (ACSSC, arquivo nº p 001-01. p.07).

Assim, apenas quatro anos após o fim do regime de trabalho escravo, que em nossas terras perdurou quatro séculos, o Bispo de uma das cidades nas quais o flagelo da escravidão se fez mais cotidiano, roga pela benevolência de seu rebanho para com o problema da formação da classe trabalhadora. Aciona elementos da cultura católica tradicional (a oferta de abrigo seguro para os desvalidos, sacrifício e esmolas) agregado à realidade das modernas sociedades industriais: massas operárias, formação técnico-profissional.

Modernidade e educação profissionalizante no Recife

Grosso modo, a chamada modernidade pode ser identificada enquanto o vertiginoso processo de mudanças sociais que varreram o mundo entre o final do Séc. XIX e as primeiras décadas do XX, resultante do avanço da industrialização que, no bojo da expansão imperialista das potências ocidentais, alcança os quatro cantos do planeta. Neste processo, a vida em sua dimensão cotidiana é interpelada por significativas transformações: o redesenho da estrutura urbana, o acesso à tecnologias

constantemente renovadas, a circulação de novos meios de comunicação e a incorporação de hábitos ditados pela racionalidade científica, dentre outros.

Em Pernambuco, segundo Eisenberg (1977), o processo de modernização econômica se inicia lentamente em meados do Séc. XIX, trazendo significativos impactos para o conjunto da economia nacional, pois o estado era o líder da produção de açúcar (EISENBERG, 1977, p 45). Segundo Santos e Oliveira (2013), o primeiro movimento de industrialização no Recife teve início em 1875, focado em bens de consumo duráveis e na produção têxtil. Todavia, movimento ainda insuficiente para impactar no aumento da oferta de trabalho, fato que potencializa os efeitos negativos do aumento territorial e populacional da cidade, motivado especialmente pelo deslocamento da população do campo para a cidade.

Este quadro de crescimento populacional agregado à falta de oferta de trabalho não se alterará significativamente até o período por nós estudado, pois, ainda segundo Santos e Oliveira (2013, p. 77,) “Pernambuco contava no ano de 1907 com apenas 72 fábricas, nas quais trabalhavam 7.155 operários”; concentradas basicamente em Recife, que sete anos antes, em 1900, já contava com uma população de 116.671 pessoas (SANTOS & OLIVEIRA, 2013, p. 77). Esses números fornecem um quadro verossímil da presença do segmento operário na capital, pois, mesmo que todos os postos de trabalho na indústria fossem ofertados unicamente na cidade de Recife, seu montante apenas atingiria cerca de 6% da população da cidade.

Segundo Roberta Meira (2007, p. 33), na primeira república, o governo destina recursos para financiar a montagem de usinas, modernizando a cadeia produtiva açucareira, antes baseada nos tradicionais engenhos bangüê. Contudo, a autora salienta que “a usina era

a reencarnação moderna dos engenhos tradicionais, só que com escala maior e características mais complexas” (MEIRA, 2007, p. 30).

Neste sentido, vários autores (EISENBERG, 1977; MEIRA, 2007 & 2009; DABAT, 2012) defendem que a modernização em Pernambuco se deu, paradoxalmente, preservando aspectos importantes da tradicional oligarquia agrária: a chamada modernização conservadora.

Escorada em Eisenberg, Roberta Meira (2009,07) defende que este “sui generis” processo de modernização da produção açucareira também se deu nas regiões produtoras do sudeste do país. Segundo a pesquisadora, o desenvolvimento da indústria açucareira pouco impactou na ordem social de suas respectivas regiões, em especial pelo fato de pouco terem impactado nas raízes da tradicional estrutura econômica. A modernização foi impulsionada pela renovação no esquema produtivo da indústria, financiada majoritariamente através de subsídios estatais fornecidos diretamente aos grandes produtores, em suas respectivas regiões.

Segundo Christine Dabat (2012), a concorrência internacional com o açúcar de beterraba e a melhor produtividade da produção canavieira nas Antilhas, ilhas Maurício e Java pressionava a elite pernambucana a buscar a modernização dos processos produtivos sucroalcooleiros e, no bojo desta inovação, entra na pauta desta mesma elite a modernização da própria capital pernambucana: a modificação do Recife de face ainda lusitana.

No plano da educação, a “modernidade” igualmente era a meta a ser alcançada e não deixava de entrar na pauta do projeto de sociedade de uma elite que, no plano político, também buscava se reconhecer enquanto “moderna”.

A cidade do Recife, mesmo em detrimento ao aumento populacional, ofertava uma baixa quantidade de vagas no ensino profissionalizante, salientando-se também a ausência do poder público neste campo da educação. Segundo Santos e Oliveira (2013, p. 78):

“o Estado de Pernambuco, em 1907, contava com 651 escolas e 667 cursos, com 34.200 alunos, numa média de 53 alunos por escola e 51 por curso. No entanto, dos cursos ofertados, 639 eram primários; 16 secundários, dois eram de ensino superior e havia apenas 10 cursos profissionais, demonstrando que, apesar da tentativa de implementar, o ensino profissional ainda era pequena a oferta desses cursos pelos agentes públicos”

A Academia do Comércio mantida pela Associação dos Empregados no Comércio se constituiu como uma das primeiras escolas profissionalizantes da capital (SANTOS & OLIVEIRA, 2013, p. 83). Todavia, foi fundada apenas em 1911 e formava exclusivamente para o setor de serviços.

Em suma, os estudos sobre formação profissional na cidade do Recife na virada do Séc. XIX para o XX (SANTOS & OLIVEIRA, 2013; OLIVEIRA & SILVA, 2013; OLIVEIRA, 2013) não fazem menção a associações ligadas aos ofícios e práticas industriais que, no período aqui delimitado, ofertassem formação profissional em sua área, assim como ofertou a Associação do Comércio. Fato que salienta ainda mais a significação política e social que representaria a chegada dos Salesianos na cidade.

Os salesianos: de Turim a Recife

A *Pia Sociedade Salesiana* é uma instituição eclesial internacional que se dedica às ações de apostolado com prioridade na educação dos jovens e assistência aos pobres e necessitados, teve como fundador Padre João Bosco ou “Dom Bosco”, em Turim, no ano de 1859 (OLIVEIRA, 2006). Os primeiros contatos para a vinda da congregação Salesiana ao Brasil se deram em 1876, através do Bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Lacerda (SANTOS, 2000). Contudo, sua implantação se deu em 1883, com as iniciativas para a fundação do colégio Santa Rosa, em Niterói (RJ).

Na Cidade do Recife, os primeiros contatos para instalação e implantação da obra Salesiana, se dá em virtude da visita do inspetor da ordem, Pe. Lasagna, à Pernambuco em 1890, momento em que o referido padre participa da Conferência de São Vicente de Paula, presidida por Carlos Alberto Menezes⁵. Inicialmente, a solicitação foi negada, mas, em 1894, o pedido é atendido pelos *filhos de Dom Bosco*, que enviaram ao Estado seis de seus representantes, que tinham por missão iniciar as atividades Salesianas na capital Pernambucana.

Menezes é o mais notório representante de um grupo social de significativa importância no processo de industrialização em Pernambuco. A existência deste grupo está registrada nos diversos modos institucionalizados e objetivados pelos quais atuavam de forma concreta na sociedade da época (COLLIER, 1996; DABAT, 2012; EISENBERG, 1977; LIMA, 2012; MENEZES, 1986). Especificamente, a instituição da Corporação Operária de Camaragibe, em 1900, e a instituição da Federação Operária Cristã, em 1902, proposta no Congresso Católico em Pernambuco (AZEVEDO, 1986), registram a presença de seguidores do ideário social católico nessa dinâmica de industrialização. Deste modo, é importante destacar que o processo de modernidade conservadora em Pernambuco acionou importantes vínculos com a Igreja Católica, cooptando altos postos do clero ao projeto de modernização aventado. Neste sentido, em discurso proferido no 1º Congresso Católico (Salvador/BA), em 1900, o vicentino Menezes (1996, p. 35) alerta:

⁵ Casado com a filha do construtor do elevador Lacerda (Salvador-BA), o engenheiro Menezes chega à cidade trabalhando inicialmente no ramo ferroviário e depois na Companhia de Bondes, onde instala as primeiras práticas de um corporativismo católico, no qual eram dados aos trabalhadores alguns benefícios assistencialistas. Todavia, será com a criação da Companhia Industrial Pernambucana que sua presença no cenário sociopolítico pernambucano ganhará maior projeção. Em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Igreja, é agraciado por comenda oferecida pelo próprio Leão XIII, o autor da *Rerum Novarum* (MENEZES, 1986).

O operário brasileiro não foi ainda trabalhado, pervertido, como o europeu. Mas se a questão não existe, existirá dentro em pouco: o terrível vírus nos é trazido por muitos veículos. O nosso dever é preveni-la, é aplicar ao nosso organismo social, ainda isento, a vacina que o torne imune. E esta vacina, nós a temos [...] Quem no-la fornece é a Santa Igreja, no conjunto de sua doutrina, onde estão concentrados todos e os únicos meios de estabelecer entre os homens a paz e a concórdia, *sem quebra dos direitos naturais de cada classe*, sem subversão dos princípios de justiça e de equidade (sic).

Assim, não é forçoso acreditar que nas entrelinhas do Appello estavam as representações praticadas pelo grupo que tinha no industrial Carlos Alberto Menezes significativo representante.

Conforme Oliveira (2006, p.72), os Salesianos instalam-se definitivamente no Recife em fevereiro de 1895. Ao chegarem, os Salesianos são recepcionados pelos membros da sociedade de São Vicente de Paulo, que prepararam o sitio onde os religiosos se instalariam e construiriam o primeiro colégio da ordem na cidade.

O jornal do Recife, de 08 de fevereiro de 1895, convidava a população recifense para a inauguração do Colégio que seria no próximo dia 10. O periódico anuncia o endereço de funcionamento do colégio, e uma solenidade de inauguração que “[...] contará com autoridades estaduais, federais, chefes de repartições e pessoas gradadas da sociedade [...]”. E enfatiza a missão caridosa do colégio.

[...] que em pouco tempo toda a Europa sentiu-lhes os benefícios, resultados, porque com a fundação do Colégio de Artes e Ofícios, sob a invocação do Sagrado Coração, saíam da miséria e degradação milhares de crianças, que nele obtinham, a par de uma boa educação intelectual e moral, um meio modesto e digno de lançar-se na luta pela vida, honradamente, com o auxílio de uma arte ou de um ofício. (Jornal do Recife 08/02 de 1895).

O mesmo Jornal, em 09 de fevereiro, convida a todos para a cerimônia religiosa de inauguração do colégio: “é amanhã que se realiza a instalação desse utilíssimo colégio dirigido pelos ilustres e virtuosos padres Salesianos” e continua, “[...] estão convidadas as principais autoridades do Estado, civis e militares, a imprensa, família etc”.

Apesar de terem chegado os primeiros alunos já no dia 07 de fevereiro, a inauguração oficial, no entanto, ocorreu apenas no dia 10 de fevereiro, em solenidade largamente anunciada pela imprensa local. Estiveram presentes na inauguração Alexandre José Barbosa Lima, governador em exercício na época, religiosos Franciscanos, Capuchinhos, Lazaristas, Carmelitas, além de representantes dos jornais: Diário de Pernambuco, A província, Jornal do Recife e Era Nova. Ainda segundo Oliveira (2006, p. 95), o governador Barbosa Lima, promete voltar para a inauguração das primeiras oficinas do colégio e faz destinar, na lei orçamentária deste ano, uma subvenção de dez contos (10:000\$000) anuais ao Colégio Salesiano.

Após a inauguração da escola, o Jornal do Recife, de 12 de fevereiro de 1895 enfatizou: “realizou-se anteontem com uma festa imponentíssima desse utilíssimo colégio dirigido pelos virtuosos padres Salesianos”.

Um mês após sua inauguração, o colégio já contava com aproximadamente 100 alunos, todos os professores que lá atuavam eram Salesianos, a instituição funcionava no regime de internato e semi-internato (Oliveira, 2006, p.74).

A proximidade da Ordem com o poder político local está registrada no documento expedido pela Secretária da Fazenda de autorização da doação de recursos do Tesouro Estadual ao colégio:

Pe. Theophilo Tworz, competentemente autorizado pelo Pe. Lourenço Giordani, diretor do Colégio Salesiano, pede a vossa exc. Que se digne a expedir as convenientes ordens a fim de lhe ser entregue pelo tesouro do

Estado a importância relativa ao primeiro trimestre da subvenção concedida ao mesmo colégio pela lei do orçamento vigente. Recife, 10 de outubro de 1901. (Arquivo Público de Pernambuco, Catálogo: Folhetos Raros).

A liberação de verbas do Tesouro Estadual para o Colégio Salesiano evidencia, em Pernambuco, a continuidade das relações entre a Igreja e o Estado, já nos primeiros anos da República. Contudo, essa proximidade pode apresentar algumas peculiaridades. Destarte, segundo Oliveira (2001, p.51), quando em virtude da solicitação dos padres Salesianos para validação do curso ginasial ofertado no colégio do Recife, o então Ministério da Instrução Pública Correios e Telégrafos determina que sejam eliminados do estatuto do colégio palavras como “religião” e “religiosa”, argumentava o ministério que, em seu Artigo 72, a Constituição Federal de 1891 estabelece que “será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”. Exigia-se ainda dos Salesianos, que retirassem do estatuto o parágrafo que impunha a seus alunos os deveres de assistir à missa e frequentar aulas de catecismo, determinações estas, ao que parece cumpridas, já que a documentação analisada não menciona tais deveres.

Em suma, conforme enfatizam os jornais da época e o Appello, a principal função do colégio estaria no trabalho desenvolvido pelos Salesianos junto aos meninos órfãos que se encontravam em situação de vulnerabilidade e desamparo. Contudo, ao se instalar na capital pernambucana, a prática pedagógica e a realidade escolar da obra de Dom Bosco não deixará de ser permeada pela efetividade das práticas sociais que configuravam a sociedade pernambucana.

Do Appello ao estatuto: a realidade curricular

O termo “currículo” aqui acionado está escorado nas contribuições de Tomás Tadeu da Silva (2010), para quem o currículo - ao discriminar o

quê deve ser ensinado, o quê os discentes devem se tornar e qual o tipo de homem que se acredita desejável para a sociedade – expressa a função que se projeta para a escola na sociedade e a visão de mundo do grupo social que o projetou; Em suma, o currículo é um verdadeiro documento de identidade a apontar os projetos e o modo de estar na sociedade daqueles que o formulam.

O Estatuto do Colégio Salesiano, de 1906, registra o quê se tinha que ensinar, e o modo como se acreditava ser a melhor maneira de formar o cidadão que a sociedade desejava. O documento é composto por 40 artigos que abordam temas diversos, relacionados às normas, funcionamento, estrutura curricular e pedagógica da instituição. Ainda em suas páginas introdutórias o estatuto esclarece:

Artigo 1^a. O colégio Sagrado Coração edificado em sítio ameno e espaçoso, em boas condições higiênicas tem por fim proporcionar aos alunos juntamente com a educação civil e religiosa, a cultura intelectual necessária para matrícula nos cursos de educação superior e para obtenção do grão de bacharel em ciências e letras. (Folhetos Raros II. CR. 3.375/85, cx.20 R.3.346/85).

A respeito do regime de matrícula dos alunos, o Estatuto dispõe que o colégio funcionava nas seguintes modalidades: internato, semi-internato, externato e aprendizes (alunos das escolas profissionais). Os alunos externos deveriam comparecer ao colégio duas vezes ao dia. A primeira aula ocorria entre as 10 e 12 horas da manhã, os alunos retornavam no turno da tarde onde deveriam permanecer no colégio entre as 14 e 16 horas. Os semi-internos chegam antes das 8 da manhã, retornando para casa por volta das 18 ou 20 horas.

O currículo ginásial tinha duração de seis anos, e está dividido conforme tabela abaixo:

1 ANO	2 ANO	3 ANO	4 ANO	5 ANO	6 ANO
Aritmética	Álgebra	Geometria	Trigonometria	Mecânica e Astronomia	Matemática
Geografia	Aritmética	Álgebra	Geografia	Inglês	Geografia
Português	Geografia	Geografia	Álgebra	Alemão	Francês
Francês	Português	Francês	Português	Latim	Inglês
Desenho	Francês	Português	Francês	Grego	Alemão
	Inglês	Inglês	Desenho	História	Latim
	Desenho	Latim	Inglês	Física e Química	Grego
		Desenho	Alemão	Literatura	História do Brasil
			Latim	História Natural	Física e Química
			Grego		Literatura
			História		História Natural
					Lógica

Fonte: Folhetos Raros II. CR. 3.375/85, cx.20 R.3.346/85.

De acordo com o Art.29 (p.07), “o aluno que fizer o curso completo de acordo com as disposições deste regulamento, obterá, após exames de madureza⁶ de todas as disciplinas do dito curso, o grau de bacharel em ciências e letras”. O Art.30 (p.08) notifica: “para os alunos que não quiser bacharelar-se em ciências e letras, será facultativo o estudo de mecânica e astronomia, do inglês ou do alemão, do grego e da literatura”.

Conforme o Art. 33 (p.08), os internos pagam 50\$000 como matrícula e 180\$000 por trimestre, num total 720\$000 por ano, para estes ainda se disponibilizava os serviços de lavar e engomar, mediante pagamento mensal de 8\$000; os semi-internos pagam 140\$000 por trimestre, 560\$000 por ano; os externos, 40\$000 trimestrais, 160\$000, por ano. Nas “Advertências”, o Estatuto (1906, p. 10) avisa que, além do descuido com a provisão dos alunos, o “atraso considerável no pagamento das mensalidades” é motivo “para se lhes remeter o menino” aos pais ou responsáveis.

⁶ Expressão ortográfica da época e significa amadurecimento.

Levando-se em consideração que em Pernambuco o quilo do açúcar mascavo, em 1905, estava a \$149 (Anuário Estatístico, p. 297), a anuidade do internato correspondia a cerca de cinco toneladas de açúcar; a anuidade do semi-internato equivalia a cerca de quatro toneladas; a do externato correspondia a mais de uma tonelada. Salienta-se que o valor é correspondente ao açúcar não refinado.

Todavia, o Estatuto (1906, p.09-10) revela a existência de currículos diferenciados. O ensino profissional, destinado aos aprendizes, apresentava um currículo bastante modesto, com foco nas oficinas de tipografia, encadernação, alfaiataria e sapataria. O Curso Primário tinha duração de três anos, e era composto por aulas de primeiras letras, religião, caligrafia, aritmética prática, gramática, geografia e história natural. E, apenas na “observação”, que consta abaixo do último artigo, o Estatuto (1906, Art. 40, p. 09) informa aquela que fora prometida como sendo sua principal missão:

O colégio admite gratuitamente como aprendizes os meninos órfãos de pai e de mãe, que não tenham nem parentes nem pessoas que possam tratar deles, em fim só aqueles que estiverem na extrema indigência e abandonadas; pois não é justo que viva da caridade alheia quem pode viver do seu. (ACSS, 2001, p.9)

Quanto a esse público, o Estatuto (1906, p.10) adverte que

O número de órfãos e dos pobres será aumentado á medida que aumentarem os recursos oferecidos pela Divina Providência, isto é, do produto do trabalho, do apoio das autoridades públicas e da generosidade dos ricos e dos pobres, principalmente sendo Cooperadores Salesianos.

Destaque-se que a “Divina Providência” não está sendo acionado, no que concerne a oferta de ensino profissionalizante, para os aprendizes em

geral, oriundos das referidas “classes operárias”. Estas teriam que arcar com os custos de sua formação.

Também é importante salientar que tanto a modalidade do ensino para os aprendizes quanto a oferta de educação para os órfãos apresentavam problemas. Em virtude de uma visita inspetorial, ao constatar a situação que se encontrava as oficinas, o Pe. Rota constata que as escolas profissionais apresentam desempenho inferior ao colégio, e conclui:

[...] conheço as dificuldades que existem, e se tratasse de outro lugar que não fosse uma cidade tão importante como esta, eu diria que se suprimisse tais escolas, para atender melhor as outras atividades, aqui, porém devo dizer: Não se descuidem as outras atividades, mas se dê muita importância a esta” (ACSS, 85, apud Oliveira, 2001, p.102)

Conforme Oliveira (2001, p.102), o projeto de uma legítima escola profissional mostrou-se ineficiente na prática, pois dificilmente os alunos do curso profissional concluía o período de formação de 05 (cinco) anos, muitos optavam por sair da instituição antes do término do curso “para ganhar a vida”. E, podemos somar às observações de Oliveira, o fato de que, segundo o valor da mensalidade do aprendiz, 30\$000 (Art. 37, p 09), o custo para cinco anos de curso estaria próximo de 1:800\$000, equivalente ao valor de 12 (doze) toneladas de açúcar não refinado.

Existia ainda uma carência de profissionais capacitados para transmitir o ofício aos aprendizes, a ideia inicial de que os ex-alunos oferecessem seus serviços após saírem da instituição, não vigorou

Quanto às oficinas são um refúgio de jovens pobres e não um curso profissional [...]. Deste modo não podemos ter verdadeiras escolas profissionais; os mestres de oficina são todos (menos o da alfaiataria) empregados, incapazes de um ensino eficiente; no entanto estão trabalhando

aqui há muitos anos e, protegidos pelas atuais leis trabalhistas [...] (ACSS, 04;46 *apud* Oliveira, 2001, p.103).

Portanto, apesar de constituir uma experiência educacional inovadora perante o contexto social da época, a educação profissionalizante Salesiana encontrou uma realidade sociopolítica bastante diversa daquela de sua Turim de origem, tornando a prática da missão da ordem no Recife distinta, em importantes aspectos, da prática educacional que a tornara notória na Europa católica.

Considerações finais

A inserção dos Salesianos no âmbito do processo de modernização pernambucana se ajusta ao que os estudos definem enquanto modernidade conservadora. Pois, a instalação da ação educacional Salesiana em Recife reproduz, sob novos argumentos, a tradicional composição social.

O currículo escolar adotado pelo Colégio demonstrou que havia clara diferenciação entre as modalidades de ensino oferecidas, que variavam mediante o poder econômico do aluno. Aos órfãos e carentes, profissionalização; aos abastados, um currículo de alto nível, que, além de facilitar o ingresso dos mesmos no nível superior de ensino, enriquece seu capital cultural pelo acesso a sofisticados conhecimentos científicos (Astronomia, Físico-química, Lógica, Trigonometria), a saberes eruditos (História Geral, História do Brasil, História Natural) e, principalmente, à competência na linguagem (Alemão, Francês, Grego, Inglês, Latim).

Saliente-se ainda, que a escola de aprendizes, principal referência do trabalho desenvolvido pelos Salesianos ao redor do mundo, apresentou sinais de enfraquecimento e não se configurou enquanto um espaço de formação acessível aos chamados “filhos das classes pobres e laboriosas”. Destaque-se também que, dentre os 40 (quarenta) artigos do Estatuto,

apenas os quatro últimos se referem ao ensino profissionalizante e à acolhida aos órfãos. Conforme o exposto acima, vimos que, mesmo a condição de aprendiz, não era acessível à população em geral, pois o ingresso a essa formação exigia uma mensalidade próxima a 30\$000, fazendo com que um curso de formação profissional de apenas seis meses, correspondesse ao custo de 180\$000, que, como visto, era um valor superior ao auferido com a venda de mais de uma tonelada de açúcar não refinado.

A pesquisa abriu questionamentos, no que concerne à província de Pernambuco, acerca da relação entre laicidade do Estado Republicano e a presença política da Igreja. Fazendo-se perguntar pela efetividade de um movimento de restauração ou reação católica. Visto que, pelo menos nesta província, e segundo as fontes aqui tratadas, não se registra uma perda de poder sociopolítico que demande ser restaurado. Pois, as doações atribuídas ao governo local atestam a continuidade das boas relações entre Estado e Igreja e a manutenção de relativos privilégios concedidos ao clero. Pois, além da doação do terreno para a instalação do Colégio, temos a referida doação de 10:000\$000, que corresponde a um valor equivalente a 01 (um) ano de mensalidade para mais de 27 (vinte e sete) alunos aprendizes. Todavia, não se registra por parte do Colégio nenhuma contrapartida de oferta pública e gratuita de vagas em proporção ao fomento público.

Enfim, conclui-se que, tentando estar em sintonia com os ventos de modernidade que sopravam no Brasil republicano, os valores tradicionais defendidos pela Igreja e sua missão de “educadora” passavam pela incorporação dos índices da modernidade, dentre os quais a formação de mão-de-obra operária para o mercado de trabalho. Assim, a instituição dos Salesianos em terras recifenses traduz uma dupla solução de significados: apresenta-se em sintonia com a emergência das práticas econômicas

industriais, pela formação da mão-de-obra; e, por outro, preserva a presença da Igreja na sociedade, agora representando a caridade em termos da inserção do “pobre” na “vida digna e honesta dos ofícios”, que não é outro destino senão o de constituir-se como mão-de-obra auxiliar para a produção industrial e para os serviços demandados pela expansão de setores da classe média, composta de profissionais liberais, comerciantes e técnicos especializados da indústria.

Trazendo a ideia de caridade para uma significação mais moderna, o ensino ofertado pelos Salesianos não deixa de reproduzir as estruturas de uma sociedade elitista. Todavia, agora, com a justificativa de que presta, prioritariamente, um importante e moderno serviço social: ofertar aos pobres um ofício.

Referências

- AZEVEDO, Ferdinand, Introdução In MENEZES, Carlos Alberto de. Ação Social Católica no Brasil, Edições Loyola: São Paulo, 1986.
- COLLIER, Eduardo. Pioneirismo Sindical e Cristianismo, Recife: Digital Graph. 1996.
- MENEZES, Carlos Alberto de. Ação Social Católica no Brasil, Edições Loyola: São Paulo, 1986.
- DABAT, Christine Rufino A PRODUÇÃO DE AÇÚCAR NAS FRONTEIRAS DA MODERNIDADE: o percurso de Henrique Augusto Milet (Pernambuco, século XIX) CLIO – REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA – n. 30.2, 2012 pgs 01-21
- EISENBERG, Peter. Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.
- MEIRA, Roberta Barros Bangüês, Engenhos Centrais e Usinas: O desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1875-1941) Dissertação em Mestrado em História Econômica. Universidade de São Paulo, USP, Brasil. 2007.

- MEIRA, Roberta Barros OS LOUVORES AO AÇÚCAR NAS TERRAS DO CAFÉ: O CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AÇUCAREIRA PAULISTA E FLUMINENSES ENTRE 1875-1889. Revista Territórios e Fronteiras V.2 N.1 Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT – Jan/Jun 2009 pgs 06-26
- LIMA, Lúcio Renato Mota. O APOSTOLADO DOS PATRÕES: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UM PLANO INDUSTRIAL DISCIPLINAR-RELIGIOSO EM UMA FÁBRICA TÊXTIL (CAMARAGIBE, 1891 - 1908). Dissertação Programa de Pós-Graduação em História (UFPE): RECIFE. Brochura. 2012
- OLIVEIRA, Ramon de, SILVA Adriana Maria Paulo da. As Demandas Patronais Por Trabalhadores Em Recife Na Segunda metade Do Século XIX. B. Tec. Senac, Rio de Janeiro, v. 39, n.2, p.88-105, maio/ago. 2013.
- OLIVEIRA, Ramon de. Demandas por qualificação profissional: Recife, segunda metade do século XIX. Revista Brasileira de Educação v. 18 n. 54 jul.-set. 2013. Pgs 629-794
- SANTOS Yan Soares & OLIVEIRA Ramon de AS AÇÕES DOS TRABALHADORES NO CAMPO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM RECIFE (1889-1930) Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 52, p. 75-89, set 2013
- SILVA. T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- ALVES, Manuel. **A Histórica Contribuição do Ensino Privado no Brasil.** Revista Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 71-78, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5139/3775>. Acesso dia 12/03/2013.
- BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. **Fontes Repatriadas: Anotações de História Colonial; referenciais para pesquisa, índices do catálogo da Capitania de Pernambuco.** Recife: Ed Universitária da UFPE, 2006.
- BRANDÃO, Sylvana. **História das religiões no Brasil.** Recife, vol. I: Ed. Universitária da UFPE, 2001.
- CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. **Acta Scientiarum. Education** Maringá, v. 32, n. 1, p. 83-92, 2010.

CERIA, Eugênio, Pe. **Memórias do Oratório de São Francisco de Sales: 1815 a 1855.**

(Transcrição do texto original escrito por Dom Bosco em 1858) São Paulo: Salesiana D. Bosco, 1982.

COSTA, Wendell Rodrigues. **Instruir, disciplinar e trabalhar: A sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco e o Liceu de Artes e Ofícios (1880-1908).**

2013. 113 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de História, Recife. 2013.

CRUZ, André Silvério da. **O Pensamento Católico nos Tempos e Contratempos da Cultura e Educação Brasileira.** Disponível em :<http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2008/12/cruz-andre-pensamento-catolico-na-cultura-brasileira.pdf>. Acesso dia 10/03/2013.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História** / Michel de Certeau, tradução de Maria de Lourdes Meneses; revisão técnica de Amo Vogel-2. Ed: Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

_____. **A ordem dos livros.** Lisboa: Vega: Passagens, 1997.

_____. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude.** Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 2002.

LOMBARDI, José Claudinei. **História e historiografia da educação no Brasil.** Conferência apresentada no III Colóquio do Museu Pedagógico, 17/11/2003, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista – BA. Acesso em: 14/03/13.

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória.** Tradução de Bernardo Leitão [et.al]. 5.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

_____. A História Nova. In: _____; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. A história Nova. Tradução de Eduardo Brandão. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 25-64.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A presença da igreja no Brasil.** São Paulo: Giro, 1977.

- MARTINS, Karla Denise & OLIVEIRA, Gustavo de Souza. **O ensino religioso no Brasil: considerações sobre o processo de cristianização.** Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/artigo11vol9-1.pdf>>. Acesso dia: 20/03/2013
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1985.
- OLIVEIRA, Luiz de. **Dai-me Almas.** Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, 2001.
- _____. **Inspetoria Salesiana de São Luiz Gonzaga. Vol.1** Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofício, 2006.
- NOGUEIRA, S.L. **O seminário de Olinda e o seu fundador: O bispo Azeredo Coutinho.** Recife: Fundarpe, 1985.
- NÓVOA, António. Apresentação. In: STEPHANOU, Maria (org). **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. 1: séculos XVI-XVIII.** 5.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 10-13.
- SANTOS, Manoel Isau. **Luz e Sombras: internatos no Brasil.** D. Bosco, 2000.
- SCARAMUSSA, Tarcísio. **O sistema Preventivo de Dom Bosco: um estilo de educação.** São Paulo: Dom Bosco, 1977.
- VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima e. (orgs.).**História e Historiografia da Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autentica 2003.
- APELO: CSSC, Recife PE. Departamento Cultural, arquivo n° P001-01.
- JORNAL DO RECIFE: Caderno da sexta n°32, Caderno do sábado n° 34, Caderno da terça n° 36. Arquivo Público De Pernambuco. Fevereiro de 1895.
- FOLHETOS RAROS II: Catálogo: Arquivo Público De Pernambuco. CR. 3.375/85, cx.20 R.3.346/85.
- ESTATUTO DO COLÉGIO SALESIANO DE ARTES E OFÍCIOS DO SAGRADO CORAÇÃO: Folhetos Raros II. CR. 3.375/85, cx.20 R.3.346/85CSSC, Recife PE. Departamento Cultural, 1906.

O instituto de educação de Pernambuco: expressão arquitetônica da escola nova

*Talita Maria Soares da Silva*¹

Introdução

Este artigo faz parte de uma dissertação de mestrado intitulada “Espaço escolar, arquitetura e pedagogia no Recife: notas para uma modernização sem mudança”, cujo objeto de estudo foi a relação existente entre a arquitetura moderna, de princípios corbusianos, e sua influência na educação do Jardim de Infância Ana Rosa Falcão (um dos blocos do Instituto de Educação de Pernambuco). Neste trabalho, que abrange o período de construção e inauguração do prédio, de 1956 a 1958, buscou-se compreender a relação e a tensão entre um projeto arquitetônico moderno e um projeto pedagógico moderno. O projeto pedagógico, influenciado pelos ideais de Anísio Teixeira, propunha uma escola para todos, numa sociedade que manifestava, preponderantemente, relações coronelistas, patriarcais e hierarquizadas, contrastantes com os ideais modernos. A investigação histórica dos aspectos políticos, sociais e educacionais apoiou-se em fontes de pesquisa diferenciadas, tais como: jornais locais do período de 1956 a 1958; revistas de estudos pedagógicos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 1955 a 1960; fotografias da fachada, do prédio e dos alunos fornecidas pelo Jardim de

¹ Professora dos anos iniciais da Prefeitura Municipal das cidades de Paulista e Itapissuma. Doutora em Ciências da Educação com especialidade em Educação, Desenvolvimento Comunitário e Formação de Adultos na Universidade de Coimbra (UC, Portugal). Suas publicações mais recentes são artigos publicados nos livros Educação de jovens e adultos em diferentes tempos e espaços de vida (Minerva Coimbra, 2020) e Saberes tradicionais e conhecimentos científicos nas Ciências Humanas (Atena Editora, 2020). <http://lattes.cnpq.br/4264233358370912>.

Infância Ana Rosa Falcão; além de uma entrevista com o arquiteto Marcos Domingues, autor do projeto para a construção da nova sede do Instituto de Educação de Pernambuco. Essas fontes, analisadas em conjunto, possibilitaram a percepção e a compreensão das relações entre uma arquitetura moderna, aberta, que se propõe a favorecer relações dialogais, com uma ideia de educação que valoriza a vida e a experiência, e contribui para relações mais democráticas, alimentando a crença de que a escola é capaz de transformar a sociedade e inaugurar novas relações entre os homens.

No século XX, a escola tenta se afirmar como instituição central na sociedade, se impor como instituição-chave. A escola da sociedade democrática se nutre de um forte ideal libertador, tentando romper com um passado bem próximo: com uma instituição escolar formalista, disciplinar e verbalista, e com uma pedagogia deontológica, abstrata e geralmente metafísica, alheia ao espírito da demonstração e da teorização interdisciplinar, e antropologicamente centralizada.

Cria-se uma consciência educativa inovadora, tanto com as descobertas da psicologia, que vinham afirmando a radical “diversidade” da psique infantil em relação à adulta, como também com o movimento de emancipação de amplas massas populares nas sociedades ocidentais, que vinham inovar profundamente o papel da escola e seu perfil educativo, rejeitando seu aspecto exclusivamente elitista. Nessa conjuntura social, surgem as “escolas novas”, destinadas a transformar a escola, não apenas em seu aspecto organizativo e institucional, mas também, e talvez sobretudo, no aspecto ligado aos ideais formativos e aos objetivos culturais.

A característica comum e dominante dessas “escolas novas”, que predominaram na Europa ocidental e nos Estados Unidos, deve ser identificada no recurso à atividade da criança. A criança é tida como

espontaneamente ativa, e necessita, portanto, ser libertada dos vínculos da educação familiar e escolar, sendo-lhe permitida uma livre manifestação de suas inclinações primárias. Em consequência desse pressuposto, a escola precisa sofrer algumas mudanças, afastar o ambiente artificial da cidade e respeitar a natureza global da criança, sem separar conhecimento e ação, atividade intelectual e atividade prática.

As “escolas novas” são também uma voz de protesto contra a sociedade industrial e tecnológica. Elas se nutrem de uma ideologia democrática e progressista, inspirada em ideais de participação ativa dos cidadãos na vida social e política.

Nesse debate sobre a renovação da escola, formam-se novas teorias, capazes de repensar de modo novo e radical a identidade e o papel cultural e político da pedagogia. Na América, o modelo mais duradouro foi o de Dewey, ligado, por um lado, à renovação da escola, sublinhando sua identidade de “laboratório” e sua função civil e política, igualitária e emancipatória; e por outro, a uma pedagogia que ao mesmo tempo teoriza e atua, e o faz numa precisa direção política.

Dewey acreditava que se devia valorizar a criança como protagonista do processo educativo e também colocá-la no centro de toda iniciativa didática, opondo-se às características mais autoritárias e intelectualistas da escola tradicional. Segundo ele, o mundo estava inacabado, em permanente reconstrução, e o homem seria o agente de uma transformação que se daria através da experiência. Por isso, a operação experimental seria essencial ao processo de conhecimento – que, por sua vez, não é um produto acabado, mas se dá através dos fatos da existência.

Buffa (2002, p. 65) afirma que a “Escola Nova que chegava ao Brasil defendia a necessidade de se colocar a criança no centro do processo de ensino-aprendizagem e, mais ainda, educá-la para viver num mundo em constante transformação”. Nesse novo processo de aprendizagem, cabe

um novo papel ao professor: ele não é mais a figura essencialmente autoritária que distribui o saber, aquele que controla a aprendizagem de técnicas culturais específicas por parte dos alunos, mas um guia que organiza e regula os processos de pesquisa de classe, ou até mesmo um animador das atividades escolares. Nesses novos papéis exercidos pelos professores, as Escolas Normais têm uma importante contribuição na assimilação das novas tendências educacionais.

Escola normal oficial de Pernambuco

Em Pernambuco, o ensino normal foi instituído em 13 de maio de 1864, de acordo com a Lei nº 598, pelo barão de Vila Velha. A Escola Normal, que servia inicialmente apenas à formação pedagógica de pessoas do sexo masculino, funcionou no bairro portuário do Recife, no edifício da Alfândega, durante dois anos, e teve como primeiro diretor o cônego Francisco Rochael de Brito Medeiros. Mais tarde, esse estabelecimento de ensino passou a funcionar num sobrado na rua Pedro Afonso; tinha como inspetor geral de instrução pública o Dr. João Barbalho, que, juntamente com o Dr. Henrique Pereira de Lucena – depois Barão de Lucena – tornou o magistério extensivo às mulheres.

Em 1883, a Escola Normal foi anexada ao Ginásio Pernambucano – que, naquele momento, chamava-se Instituto Benjamin Constant. Em 1930, a escola passou a funcionar no bairro de Santo Amaro, onde funciona a atual Câmara dos Vereadores.

De acordo com a lei, o curso da escola seria de dois anos, no primeiro ano constariam: leitura em prosa e verso, caligrafia, noções de essenciais de gramática nacional, princípios elementares de aritmética, operações com números inteiros, sistema de pesos e medidas, no segundo ano constariam: desenvolvimento de aritmética até proporções, leitura dos evangelhos, elementos de geografia e história, principalmente do Brasil, geometria plana e

agrimensura, desenho linear e métodos do ensino primário (CAVALCANTI, 1995, p. 230).

O programa arquitetônico da Escola Normal, na década de 1930, era composto de pavilhão para ginástica, muro, gradil, portões para proteção do edifício, jardins em torno da escola, bebedouros higiênicos, iluminação por eletricidade e horto. Com a reforma de Ulisses Pernambucano, em 1926, foram introduzidos na escola “*cinematógrafo*” para projeções científicas e artísticas, piano, material de Montessori e Orpheon Escolar, que faziam parte de uma nova proposta de educação para a Escola Normal. Adota-se o método intuitivo, ou “lição de coisas”, baseado nas ideias de Froebel, em que a aquisição do conhecimento se fazia por meio dos sentidos e da observação, a escola que valoriza a observação e a experiência (PERNAMBUCO, 1939).

Esse movimento de renovação da Escola Normal é corroborado por Anita Paes Barreto, que se diplomou pela Escola Normal em 1924 e trabalhou com Ulisses Pernambucano na escola para “anormais” (como eram chamadas as crianças especiais na época) anexa à Escola Normal. Anita afirma que a Escola Normal era “higienizada e aparelhada com os métodos mais eficientes da pedagogia moderna”; uma escola que procurava desenvolver os aspectos físico, intelectual e moral dos alunos; uma escola que não se utiliza mais de castigos físicos, onde a linguagem do professor deve ser alegre e interessante (PERNAMBUCO, 1939, p. 187).

Maria Lucia Almeida Cascão, aluna do 5º ano da Escola Normal e futura professora, afirma que o Jardim de Infância “é muito bem aparelhado, possuindo todo o material de Mme. Montessori e Froebel”; é o lugar onde os futuros professores, além de exercerem o papel de mestres, representavam a figura familiar. Em relação à disciplina dispensada aos

alunos, afirma: “devemos discipliná-los com maternal carinho, de envolta com uma suave autoridade e disciplina” (PERNAMBUCO, 1939, p. 284).

Além das medidas tomadas para a renovação do ensino na Escola Normal, a instituição contava com profissionais de renome da sociedade pernambucana. O corpo docente da Escola Normal era formado por Jerônimo Gueiros, Júlio Pires Ferreira, Ulisses Pernambucano, Eustórgio Wanderley, Paulino de Andrade, França Pereira, Pinto de Abreu, Aníbal Bruno, maestro Euclides Fonseca, Lucilo Varejão, Edwiges Sá Pereira (BELLO, 1982, p. 238).

Em 1938, quando Ruy Bello chegou à Escola Normal, o corpo docente era composto por Sizenando Silveira e Aurino Maciel, professores de Português; Luiz Freyre e Sizenando Carneiro Leão, de Matemática; Ernesto Silva, de Química; Arnaldo Carneiro Leão, de Física; Silvio Rabelo, de Psicologia Educacional; seu irmão Dácio Rabelo, de Geografia; Estevão Pinto, de História Geral; Valdemar de Oliveira e Gilberto Fraga Rocha, de História Natural; Armando Gama, de Inglês; Meira Lins e Maria Luisa Maranhão, de Anatomia e Fisiologia Humana; Geraldo de Andrade, de Sociologia da Educação; Fernando Simões Barbosa, de Higiene e Puericultura; Eulália Fonseca, de Metodologia; os três Ivans, o Fonseca, de Desenho, o Alecrim, de Biologia, e o Loureiro, de Matemática; Oscar Coutinho, de Ciências; Naíde Rabelo, de Trabalhos Manuais; Arlindo Lima e Milton Cabral, de Francês; Padre Silvino Guedes, de Latim, Mons. João Olimpio dos Santos, de História do Brasil; Maestro Ernani Braga e Maria do Carmo Barbosa, de Música e Canto; e Ana de Sá Pereira, irmã de Edwiges, de Artes Domésticas (BELLO, 1982, p. 239).

Pouco depois, ainda sob a direção de Ruy Bello, ingressaram Fernando Mota, Mauro Mota, Amaro Quintas, Lourival Vila Nova, José Costa Porto, José Lourenço de Lima, Armando Souto Maior, Gilberto Osório de Andrade, Valdemar Valente, José Cavalcanti Sá Barreto, Paulo

Vieira, Orlando Parahym, Kleber Mendonça, Maestro Vicente Fitipaldi, Valter de Oliveira, José Brasileiro Vilanova, José Rafael de Menezes, Poggi de Figueiredo, Raquel Caldas, Moacyr de Albuquerque, Geraldo Lapenda, André Carneiro Leão, Nelson Saldanha, Amerinda Diniz Barreto, Maestro Valdemar de Almeida, Nilo Pereira, Lucilo Varejão Filho, Maria do Carmo Mousinho e Edson Lima (BELLO, 1982, p. 239).

Grande parte do corpo docente da Escola Normal também fazia parte da Universidade do Recife, que mais tarde se transformou em Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mac Dowell, em entrevista concedida, afirma que a criação do regime de tempo integral repercutiu bastante no ensino: antes dele, “cada professor dava sua aula e ia embora, o professor não tinha gabinete, não tinha maior contato com os colegas”. A “nata intelectual” ensinava no Ginásio Pernambucano e na Escola Normal, e dessas instituições recebiam seu sustento, mas, “Ora, os salários do magistério superior não eram dimensionados para sustentar ninguém” (SANTOS, 2012, p. 120).

Bello (1982) reconhece que, apesar de um corpo docente de prestígio e do grande esforço despendido por esses professores para aperfeiçoar a Escola Normal, os problemas relacionados à estrutura física do prédio eram agravados pelo número excessivo de alunos. O autor afirma ainda que sempre foram precárias as instalações da Escola. O espaço não fora projetado visando a um crescimento do número de matrículas, e por isso não comportava satisfatoriamente a quantidade de alunos inscritos. “Algumas salas de aula foram divididas em duas, enquanto os laboratórios de Física, Química, as salas de História Natural, História da Civilização e Puericultura passaram a ser utilizadas como salas de aula comum”, relata Bello (1982, p. 246), mas mesmo essas medidas paliativas não foram eficazes. A estrutura didática defeituosa também limitava o trabalho a ser desenvolvido na Escola Normal.

A **Erro! Fonte de referência não encontrada.** mostra a Escola Normal da década de 1930, localizada onde hoje funciona a Câmara de Vereadores do Recife; o prédio se destaca das edificações em seu entorno por seu caráter imponente e monumental. Podemos notar que, para se ter acesso à escola, era necessário subir alguns degraus antes de chegar à entrada principal, por onde entravam os alunos, devidamente fardados. Havia também algumas árvores plantadas ao redor do prédio. Embora houvesse apenas uma mureta nas laterais, o interior da escola era isolado do exterior; grandes portas e janelas envidraçadas lembravam a monumentalidade das construções monásticas.

Figura 1 - Edifício da Escola Normal em 1926



Fonte: Pernambuco, 1939.

A despeito do movimento de renovação do ensino implementado por Ulisses Pernambucano, a **Erro! Fonte de referência não encontrada.** nos remete às formações militares. Ao observar a imagem, parece que a distância entre os membros foi medida milimetricamente; há também uma linha invisível entre os que estão se apresentando e os que estão

assistindo. Embora seja uma festa escolar, o evento não está acontecendo dentro da escola, mas nos seus arredores. Essa atividade escolar parece destoar das ideias de Froebel.

Figura 2 – Grande festa escolar em homenagem ao Exmo. Sr. Sérgio Loreto, outubro de 1925



Fonte: Feijó, 1933.

A **Erro! Fonte de referência não encontrada.** mostra uma das salas do Jardim de Infância da Escola, onde a escala monumental das portas e janelas não favorece a escala das crianças. A elegância severa pode ser notada tanto na sobriedade da decoração quanto na organização de alunos e professores. Há cinco professoras com a mesma vestimenta e o mesmo penteado para um grupo de 27 alunos. Uma professora parece estar acompanhando um aluno até algum lugar. Outra se dedica a duas crianças que estão trabalhando com objetos manipuláveis que lembram os blocos montessorianos, e está à parte da atividade do grupo maior de alunos.

Figura 3 - Jardim de Infância da Escola Normal



Fonte: Pernambuco, 1939.

Ao fundo, um membro que parece não estar fardado observa o trabalho das professoras; na sala também há algumas plantas e um quadro negro. Nesse ambiente, uma reciprocidade entre grandeza dimensional e grandeza moral parece se estabelecer: a arquitetura transforma-se em pedagogia eloquente, que ensina aos indivíduos os princípios de uma escola republicana marcada pelo relógio, presença obrigatória na parede da sala de aula.

Instituto de educação de Pernambuco

Embora só tenha sido inaugurado em agosto de 1958, desde 1955 foi autorizado o planejamento técnico para a construção de uma nova sede do Instituto de Educação de Pernambuco (IEP).

Art.1º - Fica o poder executivo autorizado a despende a quantia de cinco milhões de cruzeiros (Cr\$ 5000.000,00) na preparação do terreno com os trabalhos de planejamento técnico e arquitetônico e no início dos serviços de construção do conjunto de edifícios [...] (BRASIL, 1955, p. 1544).

Em 1956, o Governo do Estado propôs uma Comissão de Estudo e Planejamento para a construção do novo prédio do IEP – comissão está composta por engenheiros e professores, mas sem nenhum arquiteto. Diante disso, Gilberto Freyre escreveu um artigo no qual sugeria que se convidassem “arquitetos de primeira ordem” para projetar o novo edifício – um Oscar Niemeyer, Lúcio Costa ou um dos Robertos. O Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) Departamento de Pernambuco se posicionou concordando com a necessidade da figura de um arquiteto para projetar o prédio, mas afirmou haver outros arquitetos de primeira ordem não mencionados por Gilberto Freyre, exigindo, portanto, que se abrisse um concurso público para a construção da nova sede, já que se tratava de um edifício público.

Diante disso, o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura, abriu o concurso e designou uma Comissão de Estudos e Planejamento, presidida por Aderbal Jurema e composta pelos engenheiros Murilo Carneiro Leão Paraíso e Humberto Baltar, representantes do Departamento de Obras e Fiscalização dos Serviços Públicos (DOFSP), pelos arquitetos Edilson R. Lima e Florismundo Lins Sobrinho, representantes do IAB, pelo arquiteto Fernando de Queiroz Menezes, representante da Prefeitura do Recife, e por Dácio de Lyra Rabello e Ruy de Ayres Bello, ambos do Instituto de Educação de Pernambuco e representantes da Secretaria de Educação e Cultura, para escolher o anteprojeto ganhador do concurso para construção da nova sede do IEP (NOVO..., 1956, p. 24).

Aderbal Jurema, que naquele momento ocupava o cargo de Secretário de Educação e Cultura de Pernambuco (1954 a 1958), foi o grande responsável por conseguir meios no orçamento estadual e por obter auxílios federais para a construção do IEP. O presidente da Comissão tinha sido formado em Ciências Políticas, Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife (1935), ex-diretor do Ginásio da Madalena, catedrático da Faculdade de Filosofia de Pernambuco da UFPE, catedrático licenciado da Faculdade de Filosofia, professor titular da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, e deputado federal.

Entre os engenheiros participantes da comissão, Murilo Carneiro Leão Paraíso era diretor técnico do DOFSP. Além de fiscalizar as obras do IEP, estava à frente da fiscalização de outros grupos escolares no estado.

Os arquitetos envolvidos na seleção do projeto fomentavam os debates acerca de arquitetura no estado. Florismundo Lins fez parte da diretoria do IAB Departamento de Pernambuco, foi presidente da comissão de construção da sede própria do IAB em 1957, e publicava regularmente na Folha da Manhã, na coluna “Notas e comentários”. Edilson R. Lima foi presidente do IAB Departamento de Pernambuco em 1957, presidiu o V Congresso de Arquitetura e dirigia a coluna de arquitetura do Jornal do Commercio, intitulada “Modulando”.

Além das visitas técnicas necessárias ao acompanhamento da obra do IEP, visitantes ilustres como Cordeiro de Farias, Arnaldo Barbalho, Aderbal Jurema, Gilberto Freyre e Anísio Teixeira visitaram as construções da nova sede. Este último, que teve uma importante colaboração nas condições materiais através do INEP, segundo os jornais, “ficou impressionado com o trabalho”, referindo-se às obras do IEP (SE AS VERBAS..., 1957, p. 11).

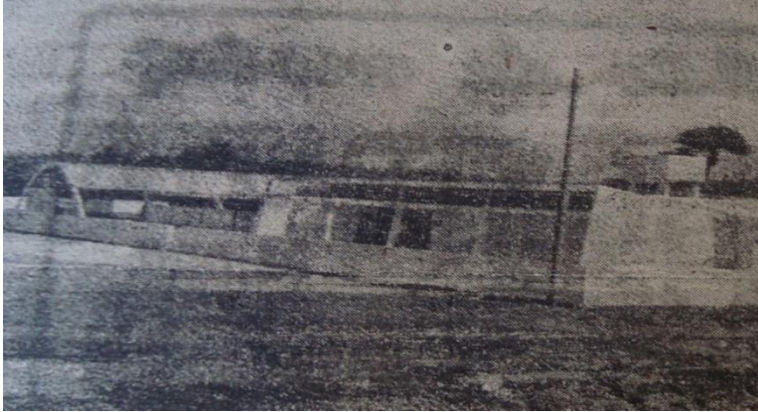
Paralelamente à construção do IEP, tinha-se a construção de outros grupos escolares em Pernambuco, como o Grupo Escolar de Nova

Descoberta, o Grupo Escolar de Jardim São Paulo, Aníbal Falcão, em Tejipló, e em cidades como Poção, Triunfo, Vicência, Orobó, Nazaré da Mata, São Vicente Ferrer, Panelas, Águas Belas, Buíque, Carinaíba. Outros ainda seriam construídos, como os de Sirinhaém, Joaquim Nabuco, Itapemirim, Jurema, Santa Cruz do Capibaribe, Escola Artesanal em Catende, Escola Artesanal em Arco Verde, Centro Educacional em Camaragibe (SE AS VERBAS..., 1957, p. 11).

Em outros estados do Nordeste, como Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe, o ensino normal também era remodelado de acordo com as novas ideias pedagógicas. “Natal já assume um Instituto de Educação, em linhas funcionais e cujas instalações o situam entre os melhores do país” (INSTITUTO..., 1958a, p. 4).

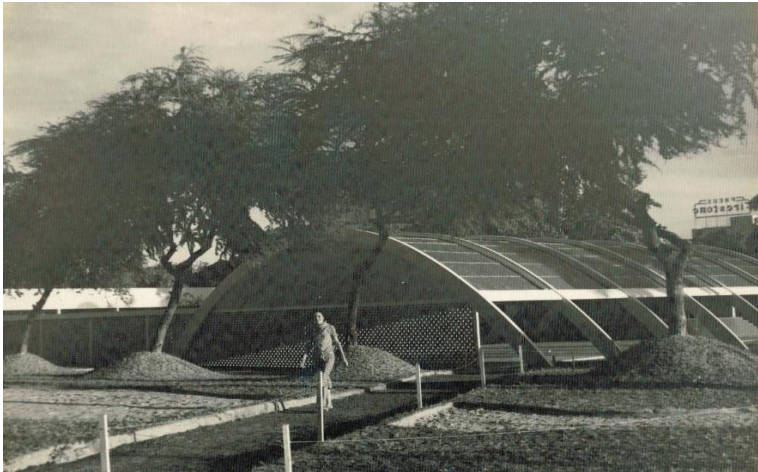
Todas essas construções escolares obedeciam às modernas diretrizes educacionais, tinham mais de cinco salas de aula, auditório, gabinete médico-dentário, museu, biblioteca, cantina. O plano de construção do Grupo Escolar de Jardim São Paulo foi adotado com adaptações sugeridas pelo INEP; em Alagoas, existia um plano idêntico em funcionamento (SE AS VERBAS..., 1957, p. 11). A composição arquitetônica do Grupo Escolar de Jardim São Paulo lembrava a futura sede do IEP, como mostram a Figura 4 e a Figura 5.

Figura 4 - Uma visão do grupo escolar do Jardim São Paulo, construído sob a direção administrativa do DOFSP



Fonte: Se as verbas..., 1957, p. 11.

Figura 5 - Quadra coberta do Jardim de Infância Ana Rosa Falcão



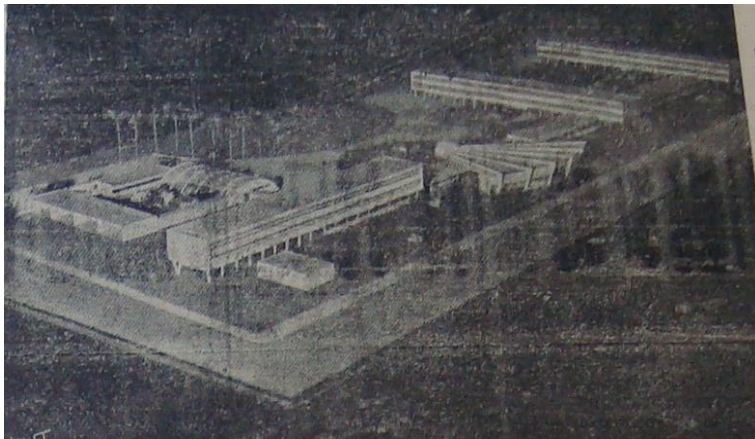
Fonte: Acervo do Jardim de Infância Ana Rosa Falcão.

Numa cerimônia no salão nobre do IEP, presidida por Aderbal Jurema, foram escolhidos os pré-projetos vencedores do concurso para a construção da nova sede do IEP. Para a escolha do vencedor foram pontuados os seguintes itens: tráfego e circulação, funcionamento, forma plástica e economia. Os projetos classificados foram: 1º colocado: arquitetos Carlos Falcão Correia Lima e Marcos Domingues da Silva; 2º

colocado: engenheiro Jorge Bezerra Martins; 3º colocado: arquiteto Dilson Mota Neves (INSTITUTO..., 1957, p. 4).

O anteprojeto vencedor do concurso, representado na Figura 6, era composto de blocos interligados – o atual Instituto de Educação, a Escola de Aplicação, o Pavilhão de Puericultura e o Jardim de Infância –, todos com grandes áreas verdes, espaços para exercício físico, além de um auditório para 1500 alunos. O projeto se integrava ao Parque 13 de Maio e, mesmo sendo o projeto mais econômico, teria uma área construída de 10.000 m² (LIMA, 1985, p. 97).

Figura 6 - Maquete da futura sede do Instituto de Educação de Pernambuco



Fonte: Folha da Manhã, 1957b.

De acordo com a Revista *Ingeniería Architectura*, o projeto vencedor apresentava uma perfeita integração com o terreno, utilizava ao máximo a vegetação existente, tinha boas orientações para as aulas, o máximo de pavimentos sobre pilotis, acessibilidade, integração racional entre as diversas unidades do conjunto, equilíbrio entre massa e volume, e unidade arquitetônica (LIMA, 1985, p. 100).

Marcos Domingues, um dos arquitetos vencedores do concurso, afirmou ter conversado com alguns professores do IEP sobre o projeto.

Sobre o uso do pilotis, declarou: “Então o pilotis era uma área que não era construída pra nenhuma atividade propriamente educacional, mas para o encontro de estudantes, etc.”² A ideia contida no projeto era integrar o IEP ao Parque 13 de Maio e ao seu entorno, gerando uma área de influência social: “O IEP pensava-se que teria uma influência sobre uma área maior da cidade, os bairros de Santo Amaro, os estudantes...” Não era só uma educação propriamente dita, fechada, mas uma educação ampla, rica, do ponto de vista da convivência social³.

Marcos Domingues nasceu em 1928. Em 1950, ingressou na Escola de Belas Artes do Recife. Foi aluno de Mario Russo, Acácio Gil Bonsoi, Delfim Amorim e Evaldo Coutinho, de quem foi assistente: “Evaldo Coutinho, que tinha sido meu professor e que admirava muito como professor, como pessoa, como cabeça pensante”⁴. Formou-se pela Escola de Belas Artes em 1954, período de grande efervescência construtiva na cidade do Recife. No período de 1959 a 1961, foi presidente do IAB Departamento de Pernambuco. Reconhecia que havia sobre os arquitetos pernambucanos uma influência muito grande do racionalista contemporâneo de Le Corbusier e do organicismo americano.

No *Jornal do Commercio*, na página de arquitetura, encontramos algumas matérias de sua autoria, discutindo projetos residenciais, a função do arquiteto e a questão da habitação popular. Além do IEP, projetou também a planta da residência dos Alcoforado em Recife (1957) e a residência Carneiro Leão (1960); em colaboração com Carlos Correia Lima, projetou a residência Cavalcanti Barreto em Recife (1958) e a residência Almeida (1960) (FREIRE, 2009).

² Entrevista Marcos Domingues.

³ Entrevista Marcos Domingues.

⁴ Entrevista Marcos Domingues.

A construção de uma nova sede para o IEP não atendia apenas a questões quantitativas – o Instituto funcionava nas instalações da Escola Normal, construída para atender a 200 alunas e que atendia a mais de mil, em turnos diferentes –, mas também às exigências qualitativas de uma instituição que visava à formação integral do indivíduo. Além de diminuir o déficit educacional do estado, a construção do novo prédio também atendia a uma necessidade urbanística, ao embelezamento da cidade: significava o progresso do Recife. A “Escola Normal começou a influir beneficentemente, não só no aprendizado, mas na vida social de Pernambuco” (O 94º ANIVERSÁRIO..., 1958, p. 4).

Depois de dez meses de construção e um gasto de 21 milhões de cruzeiros numa área de 4.566,09 m² – contra os 1.018,10 m² do antigo prédio onde funcionava a escola –, foram inaugurados o Jardim de Infância Ana Rosa Falcão e a Escola de Aplicação, os quais foram abertos à visitação pública (INAUGURAM-SE..., 1958. p. 3).

Aos olhos de Bello (1982, p. 246), a nova sede do IEP “não era uma solução perfeita, mas representava um grande avanço em relação à situação anterior”. Um dos defeitos seria sua localização: o prédio estava localizado numa praça pública, o Parque 13 de Maio, o que poderia perturbar a vida escolar. Segundo ele, outro defeito seria a estrutura do edifício: “A estrutura e o planejamento apresentavam-se defeituosos, atendendo mal às necessidades de instituição que ali ia funcionar” (Ibid., p. 246). No entanto, o autor reconhece que a mudança do IEP para sua nova sede possibilitou mudanças no funcionamento do Instituto. A admissão das candidatas, que anteriormente se dava apenas através das provas de habilitação, passou a exigir também testes de inteligência e vocacionais. Esses testes, que visavam a uma maior eficiência do estabelecimento de ensino, eram organizados pelo Serviço de Orientação Educacional da escola. Liderado pela professora Dulce Dantas, o grupo era

composto pelas seguintes professoras: Raquel de Castro, Celina Didier, Alba Barbosa Lima, Jandira Pedrosa, Osmínia Ferraz, Teresinha Padilha, Josefina Novaes, Vanusa Carneiro, Terezinha Sampaio, Conceição Pontual, Maria da Conceição Mariz e Brites Gondra.

Além do Serviço de Orientação Vocacional, funcionava no IEP a Caixa Escolar, para dar assistência aos alunos carentes economicamente. “Essa situação era a da mais completa pobreza e, algumas vezes até de miséria econômica, com todas as suas consequências sociais e morais” (BELLO, 1982, p. 250).

Cordeiro de Farias foi o governador que inaugurou os primeiros blocos do IEP, o Jardim de Infância Ana Rosa Falcão e Escola de Aplicação Cônego Rochael de Medeiros. Sua presença é marcante nos efeitos simbólicos de modernização da educação em Pernambuco (com fotos e presenças na escola) com o que existe de mais moderno em arquitetura, e nas propostas de educação a serem adotadas pelo Instituto de Educação de Pernambuco, e reconhece que sua política de abertura de escolas só foi possível graças à ajuda do INEP. Havia convênios entre Pernambuco e a União, através do INEP, para a construção de novos grupos escolares; as verbas eram repassadas de acordo com o andamento das obras, que eram fiscalizadas pelo órgão (ANUNCIA..., 1957, p. 3). O governador de Pernambuco afirmou que, nos 4 anos de governo, construiu “22 grupos escolares no interior do estado, 10 no Recife, e reconstruiu 10 outros, edificou 60 escolas normais e 11 artesanais” (INAUGURADOS..., 1958, p. s/n).

Na

Figura 7, temos a presença de Cordeiro de Farias na inauguração do IEP, que se deu no dia 2 de agosto de 1958. A cerimônia foi presidida pelo governador e contou com a presença de autoridades civis, militares e eclesíásticas. Na fotografia podemos observar algumas meninas

devidamente fardadas – provavelmente as normalistas, já que se tratava da inauguração do Jardim de Infância Ana Rosa Falcão e do Colégio de Aplicação Cônego Rochael de Medeiros – abrindo espaço para a passagem de Cordeiro de Farias.

Figura 7 - Inauguração da Escola - 1958



Fonte: Acervo do Jardim de Infância Ana Rosa Falcão, 1958.

O IEP era tido como um prédio que atendia às modernas exigências didáticas: “o IEP reflete a preocupação de novas ideias do ponto de vista da arquitetura, a janela corrida, a ventilação das salas de aula, da integração de diferentes níveis de educação [...]”⁵. De linhas modernas, o edifício correspondia a uma necessidade do ensino normal em Pernambuco, já que Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe tinham centros de ensino normal em boas condições.

O Jardim de Infância era circular, composto de quatro salas amplas; “a cada sala corresponde um vazio no piso superior destinado à observação

⁵ Entrevista Marcos Domingues.

das estagiárias.” (INAUGURAM-SE..., 1958, p. 3). Havia instalações sanitárias, áreas arborizadas, biblioteca, secretaria, diretoria, cantina (o jardim de infância do antigo prédio não contava com essa instalação), recreio coberto e uma área interna chamada de “*playground*”.

A convite do INEP, através do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, visitantes ilustres, como os educadores norte-americanos Solon Kimball, membro do Teacher’s College da Universidade de Columbia, e Havighurst, professor de educação na Universidade de Chicago, ficaram impressionados com o programa adotado no Jardim de Infância Ana Rosa Falcão, cujos métodos de ensino visavam a um completo desenvolvimento da criança e mostravam a importância dada ao desenvolvimento infantil. Sobre as novas instalações do Jardim de Infância, afirmaram: “se parece com as novas e boas escolas em todo o mundo”. Trata-se de uma “educação aberta”, os alunos contam com “salas atraentes” e “professores simpáticos” (ESCOLA..., 1958, p. 3). O escritor Aldous Huxley, teórico dos processos de educação orgânica, ficou “impressionado com o tipo funcional das classes e com a disposição dos serviços”, e acreditava que naquele espaço as crianças seriam capazes de aprender: “As crianças devem aprender aqui – acentuou – facilmente e com alegria” (INSTITUTO..., 1958b, p. 3).

Anísio Teixeira, diretor do INEP, órgão que contribuiu para a construção de grupos escolares de acordo os preceitos escolanovistas em Pernambuco, teceu comentários elogiosos à nova sede do IEP publicamente; o educador acreditava que instalações adequadas e professores qualificados poderiam contribuir para melhorar nossos níveis de ensino. A escola pode ser um lugar que favorece a aproximação social, que visa à formação comum; um lugar que valoriza a vida, onde a aprendizagem se dá pela experiência e as situações comuns, como o ato de comer ou brincar, podem ser potencialmente educativas. Uma escola que

faz com que os indivíduos saibam “sobre as coisas”, saibam fazer fazendo! Uma educação que promove a participação de todos, que traz um ideal de vida comunitária em que os indivíduos podem desempenhar, ainda que na ficção, várias funções sociais.

Considerações finais

O Instituto de Educação de Pernambucano trouxe um programa arquitetônico diferente da antiga Escola Normal. Sem trazer referências a estilos históricos, usando formas geométricas simples, adotando o concreto armado, propondo estrutura independente da vedação, pátios internos sobre pilotis, salas com abertura para os jardins; uma escola que precisava de ar puro abundante, de luz solar, que levava em consideração a escala da criança e que trazia a proposta de um edifício capaz de dialogar com a sociedade.

Essa construção escolar tinha preocupações típicas da Escola Nova: a criança é o centro da aprendizagem e a escola deve ser alegre, acolhedora, bonita, espaçosa, higiênica, para favorecer uma educação integral. A fluidez de circulação nesses espaços é evidente: livres de implantações rígidas, esses modernos edifícios foram situados de forma a privilegiar um controle da insolação e da ventilação dos ambientes – características inovadoras que se aproximam, em muitos aspectos, dos conceitos da arquitetura moderna.

A escola moderna exige edifícios flexíveis, que atendam à dinâmica do ensino sem a compartimentalização usual – salas de aula numeradas, laboratórios fechados, bibliotecas com acesso limitado. A mobilidade infantil é uma constante que deve ser levada em consideração em um bom projeto de escola. Na escola moderna, se propõe um mobiliário leve, de fácil mobilidade, permitindo diversos arranjos em função do que será

estudado; as atividades físicas e as festas escolares, que antes funcionavam à parte do edifício, agora são incorporadas à construção escolar.

Na prática, observa-se uma mistura de princípios tradicionais e modernos. Permanecem as salas, a mesa do professor, quadro negro e giz, livros e cadernos, a presença de rituais e membros religiosos, característicos da influência da religião na instituição educativa. Porém, observam-se também alguns princípios da Escola Nova, como uma maior liberdade de movimentação dos alunos e uma ênfase em atividades que favoreçam os laços sociais, em que as condições de aprendizagem se assemelham às de outras organizações sociais, como a família, o trabalho, o clube, a igreja, desenvolvendo relações mais amistosas entre todos os atores da escola, tudo isso dentro da sociedade patrimonialista brasileira.

Referências

- ANUNCIA o governador Cordeiro de Farias 25 mil crianças, no interior e na capital, tiveram direito a escola. **Folha da Manhã**, Recife, p. 3, 5 fev. 1957.
- BELLO, Ruy de Aires. **Memórias de um professor**. Recife: Academia Pernambucana de Letras, 1982.
- BRASIL. **Decreto n. 2236, de 21 de setembro de 1955**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Recife, 22 set. 1955. p.1544.
- BUFFA, Ester; PINTO, Gerson de Almeida (Org.). **Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893-1971**. São Carlos: EduFSCar, 2002. 174 p.
- CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife, um presente do passado**. Recife: VBF, 1995.
- ESCOLA de Aplicação aproveita expressões criadoras da criança, em Pernambuco: educadores norte-americanos impressionados com os novos métodos de ensino aplicados no Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 30 ago. 1958.
- FEIJÓ, Débora Marinho Rego. **Aspectos pernambucanos: livro de literatura para crianças**. Recife: Imprensa Oficial do Recife, 1933.

FREIRE, A. Sentimento estético revelado. **Revista de Arquitetura e Urbanismo**, ano 21, nº 178, jan 2009.

INAUGURADOS dois prédios destinados à educação. **Folha da Manhã**, Recife, p. s/n, 3 ago. 1958.

INAUGURAM-SE amanhã as duas primeiras unidades do Instituto de Educação de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 1 ago. 1958.

INSTITUTO de Educação: escolhido o projeto do novo conjunto de edifícios do educandário julgados ontem os trabalhos – o vitorioso. **Folha da Manhã**, Recife, p. 4, 23 mar. 1957.

INSTITUTO de Educação. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 4, 12 set. 1958.

INSTITUTO de Educação honra o ensino no Brasil. **Folha da Manhã**, Recife, p. 3, 31 ago. 1958.

LIMA, Edison Rodrigues. **Modulando: notas e comentários sobre arquitetura e urbanismo**. Recife: Fundação de Cultura do Recife, 1985.

NOVO edifício para o IEP. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 24, 1 nov. 1956.

O 94º ANIVERSÁRIO do Instituto de Educação. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 4, 14 mai. 1958.

PERNAMBUCO. **O Ensino Normal em Pernambuco: 1922-1926**. Recife: 1939.

SANTOS, Evson Malaquias. de Moraes. **UFPE: instituição, gestão, política e seus bastidores**. Recife: Editora Universitária, 2012.

SE AS VERBAS forem recebidas regularmente, estará concluído, em 1958, o novo prédio do Instituto de Educação de Pernambuco. **Folha da Manhã**, Recife, p. 11, 22 nov. 1957.

TEIXEIRA, Anísio. O processo democrático de educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. xxv, n. 62, p.3-27, abr/jun. 1956

Movimentos “de” e “para” a educação popular: Pernambuco nos primeiros anos da década de 1960

Alessandra Maria dos Santos ¹
André Gustavo Ferreira da Silva ²

Introdução

Este estudo objetiva inserir movimentos educacionais de caráter popular - dos primeiros anos da década de 1960, em Pernambuco - numa análise fundamentada na perspectiva da História Cultural, a qual intenciona realizar uma releitura destas ações através de dimensões que incluam a política, o social, a economia, mas, sobretudo, a cultura. Buscando, dessa forma, explicitar as tramas do cotidiano de educandos e educadores, nestes movimentos educacionais, utilizamos como aporte metodológico a história oral e acervo documental. Assim, identificamos detalhes do desenrolar destas ações educacionais, impressões dos sujeitos que atuaram nos movimentos, divergências internas e externas às ações, bem como as contribuições destes movimentos educacionais para a História da Educação.

Se na língua portuguesa a classe gramatical *Preposição* tem a função de unir dois termos entre si complementando-os, ao apresentarem-se na expressão “Movimentos DE e PARA Educação Popular” contribuem para elucidar, nesta junção, o *pertencimento* e *finalidade* de ações comprometidas com a Educação Popular.

¹ Professora da educação básica, no município de Recife - PE e doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6274222904614458>.

² Professor do Departamento de Fundamentos Sócio Filosóficos da Educação do Centro de Educação da UFPE. andreferreiraufpe@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/3966877544841288>.

Pertencimento este que se demonstra no dever da ação envolvida em promover Educação de caráter popular. Distinguindo-se do ato educacional escolar, Paulo Freire (1993) considera que o esforço de mobilizar, organizar e formar técnica e cientificamente as classes populares constitui a educação popular. Já Brandão (2006, p.75) considera-a também como educação *das* classes populares que “emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares através da educação” e Wanderley (2010) admite a inclusão da transformação social, conscientização e entrelaçamento à cultura popular. Sendo assim, as ações pertinentes à educação popular devem estar imbuídas destas características e atentar para as bases filosóficas às quais a constituiu, sendo, dessa forma, apropriável o termo “movimento *de* educação popular”.

Já em relação a sua finalidade, enquanto “Movimentos para”, designa o intuito da educação de combate ao analfabetismo, promoção da educação de jovens e adultos, educação para populares. Quando nos referimos ao *para* educação popular, pensemos num projeto educacional voltado às classes populares, no qual revela-se nítida intencionalidade da ação de educar. Por isso, há os que consideram a ideia de Educação Popular vinculada, sobretudo, nas décadas de 1950 e 1960, a um projeto populista ou de construção de identidade nacional, no qual os populares são o alvo de tal ação pedagógica.

Interesses políticos e de intelectuais são explicitados na narrativa de constituição de movimentos educacionais populares como Movimento de Educação de Base (MEB), Movimento de Cultura Popular (MCP) e ações do Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade do Recife, atual UFPE. Alguns demonstram que a necessidade de caracterização de “um povo nacionalista” (BRAYNER, 2010; SOUZA, 2011) ou na formação de

eleitores levaram grupos a investir em ações de mobilização popular (PAIVA, 2003; BEISEGEL, 1992, 2004).

Contudo, ao dispormo-nos à aventura de propor um novo olhar sobre a história, fazer uma releitura de acontecimentos passados, encontramos com inúmeras possibilidades no campo da historiografia. Podemos analisá-los sob diversas óticas, tendo como enfoque diferentes objetos e objetivos, sendo todos estes válidos, na intenção de mais se conhecer acerca de realidades pretéritas (PESAVENTO, 2008). Dentre estas possibilidades de releitura está a História Cultural, a qual não tem por finalidade realizar o estudo da cultura, na perspectiva histórica, mas abordar o *real histórico* (FALCON, 2006) – com suas diversas dimensões: políticas, sociais, econômicas – a partir da cultura.

E ao propormos uma releitura de movimentos educacionais populares - atuantes nos primeiros anos da década de 1960, em Pernambuco – queremos nos desviar do viés do materialismo dialético, o qual implica que o desenvolvimento dessas ações foram obras populistas ou de intelectuais. Não desconsiderando tais discursos, mas admitindo-se outras fontes e percepções ao se recontar esta história. Então, esta “outra forma de fazer história”, que se destoa do viés positivista e do materialismo histórico, abarca na intencionalidade de narrar fatos passados, sujeitos comuns, suas ações individuais e coletivas e as interpretações destes acerca do real.

Sendo assim, a prática de voluntários dos movimentos educacionais, em frear os altos índices de analfabetismo no Nordeste brasileiro, estava incutida de representações envoltas em compreensões de mundo que admitiam a esperança de transformação social e adesão a uma ideologia.

Pesavento (2008) destaca que a História Cultural objetiva entender a realidade do passado a partir de suas interpretações. Contudo, as impressões dos indivíduos sobre o real, o que este confere sentido, reflete-

se também em suas práticas, fomentando, dessa forma, uma relação de entrelaçamento entre as práticas e representações, como enfatiza Chartier (2000) e acrescenta que é até mesmo custoso definir quando uma começa e a outra se encerra, tendo em vista seu caráter de interdependência.

Ações educacionais que florescem

Vanilda Paiva (2003) explicita que a base da constituição da Educação Popular, no Nordeste e, especialmente, em Pernambuco, emergiu a partir da segunda metade da década de 1940. A vitória das ideias democráticas ao final da II Guerra e a reorientação política de Vargas, com a abertura do processo eleitoral, trouxe à tona o problema de transformar a sociedade democrática através da educação popular. Em 1947, organiza-se o I Congresso Nacional de Educação de Adultos, no qual se evidencia a preocupação com os altos índices de analfabetismo, contrapondo-se ao quantitativo de eleitores. O exercício da cidadania aos analfabetos, através de participação no processo eleitoral, era impedido, pois legalmente apenas alfabetizados poderiam votar.

Dados apontam que cerca de 50% da população era analfabeta³, logo, o poder político reproduzia o conservadorismo, ou seja, a centralização oligárquica de interesses e poderes. Embora estas ações educacionais tenham sido fomentadas no seio de intencionalidades políticas, não se podem negar suas contribuições de tornar pública a necessidade de debate para retração do analfabetismo.

Desde a política getulista, campanhas voltadas para a educação popular já eram vinculadas ao Departamento Nacional de Educação (DNE) e ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), mas só a partir de 1955, configura-se um novo cenário, com a criação do Instituto Superior

³ Considerando-se aqui a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou de mais idade, no Brasil, segundo dados do IBGE, no Censo de 1950.

de Estudos Brasileiros (ISEB), o qual marcou uma nova trajetória na constituição de alfabetização de jovens e adultos. Este instituto, preocupando-se com o projeto nacional-desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, volta sua atenção ao progresso da educação.

Dentre as campanhas em prol da alfabetização de adultos, que tiveram início ainda na década de 1940 e prosseguiram na seguinte, estava a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) e a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER). A primeira sobressai-se por ser a “primeira grande campanha de massa para educação dos adultos”, aponta Paiva (2003, p. 217); a segunda, por ser interpretada como instrumento para solucionar problemas do campo e expandir valores de ações comunitárias. (PAIVA, 2009).

Contudo, iniciativas para o desenvolvimento destas campanhas não lograram êxito por muito tempo. A CEAA funcionou de 1947 a 1963, mas já a partir do ano de 1954 passou a enfrentar diversas dificuldades, sobretudo quanto aos escassos recursos para o desenvolvimento da campanha, pagamento ou gratificações a professores, além de falta de verba para apoio estrutural como aquisição de material didático. A outra campanha, a CNER, atua até 1963, encerrando suas atividades ante as limitações de recursos financeiros.

A partir das discussões propostas pelo ISEB, revisa-se o desenrolar das campanhas educacionais e planejam-nas sob novas perspectivas. O II Congresso Nacional de Educação de Adultos, no Rio de Janeiro, em 1958, é um espaço onde se travam mais discussões e definem-se alguns encaminhamentos. Realizado após o interstício de onze anos, em relação ao I Congresso, consegue-se expressivo progresso quanto às discussões teórico-metodológicas da educação de adultos. Passado o período de admissão da ineficiência das campanhas governamentais, configura-se um

novo cenário para educação popular, que Vanilda Paiva define como “a maior mobilização no campo da educação dos adultos” (2009, p. 231).

Representantes de diversos estados apresentam, neste evento, críticas à ineficiência da CEAA. Vanilda Paiva comenta, acerca da percepção que os representantes do Nordeste tinham em relação a esta campanha, “o desinteresse do trabalhador rural em adquirir instrução ligava-se à sua consciência de que este estudo rudimentar e de baixa qualidade que lhe era oferecido não melhora o seu nível de vida” (2009, p. 222).

Movimento de educação de base: presença em Pernambuco

À atuação das escolas radiofônicas vincula-se o surgimento do MEB. É por meio da Rede Nacional de Emissoras Católicas (Renec), em 1958, que um encontro é realizado com emissoras de propriedade de diversas dioceses, a fim de discutir problemas em comum (DE KADT, 2007). Fruto deste encontro surge a decisão de desenvolver cursos para treinar pessoas que iriam trabalhar nas estações rádio difusoras. Ao bom resultado das ações, requeria-se preparo dos envolvidos. A partir do sucesso da experiência da diocese de Natal, a Renec convida os responsáveis pelas escolas para um encontro em Aracaju – SE, datado no início de 1960.

Jânio Quadros, então presidente da República, em visita ao estado de Sergipe e tomando conhecimento das ações exitosas das escolas radiofônicas vinculadas às dioceses, acorda com arcebispo D. José Távora (responsável pelas escolas radiofônicas) parceria para expandir esta experiência a nível nacional. O convênio previa subsídios do governo federal para expansão gradativa das escolas radiofônicas. Por intermédio de decreto instituiu-se o funcionamento do MEB, em 21 de março de 1961. O Nordeste foi o grande alvo de desenvolvimento das escolas, “grande

celeiro do MEB”, tendo 96,5% dos alunos no ano de sua criação, segundo De Kadt (2007).

A intenção, esperançosa, de todos os envolvidos era extinguir o analfabetismo ou ao menos reduzi-lo drasticamente, especialmente na zona rural, sendo o foco das ações do movimento. Contudo, outras intenções como a possibilidade de novos alfabetizados votarem e também um novo campo para expansão o ensino religioso e propagação da fé cristã (DE KADT, 2007). Mas também, o temor que uma “onda comunista” alastrasse-se no meio rural fez com que a Igreja Católica passasse a se preocupar, não apenas com o campo educacional, incluindo-se ainda a área trabalhista rural, pois, em Pernambuco as Ligas Camponesas ganharam espaço e chegaram até a Paraíba.

As mobilizações de trabalhadores do campo, como as que aconteceram no Engenho Galileia, que após anos de lutas conquistaram a desapropriação do engenho de cerca de 500 hectares, fomentou o medo de que os proprietários de terras perderiam suas propriedades em favor dos camponeses. Neste engenho de fogo morto⁴ - localizado no município de Vitória de Santo Antão - PE, cerca de 40 km de Recife, viviam aproximadamente 140 famílias.

A imprensa reforça tal receio ao propagar um discurso de revolta e luta armada, denominando a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP) como “Ligas Camponesas”.

Tanto uma parte da imprensa no Brasil como o The New York Times organizam um discurso de uma grande onda comunista, possivelmente saindo do Nordeste (entenda-se Pernambuco). Segundo essa imprensa, as Ligas Camponesas incendeiam o meio rural por meio de suas práticas e discursos, já que se propagam para outros estados (MONTENEGRO, 2010b, p.15).

⁴ A expressão “engenho de fogo morto”, segundo Montenegro (2010), é inspirada na obra de José Lins do Rêgo “*Fogo morto*”, a qual se refere ao engenho que não mais produz açúcar, mas apenas abastece outras usinas com cana.

A partir das “ameaças” das Ligas Camponesas, a Igreja Católica passa a se preocupar com o homem do campo, temendo também que este se convertesse ao ateísmo. Diante disso, a Igreja desperta seu interesse ante as injustiças sofridas pelos trabalhadores rurais e organiza sindicatos de trabalhadores rurais. Assim, em diversas localidades, especialmente da Zona da Mata de Pernambuco, a fundação dos sindicatos dos trabalhadores rurais atrelou-se à implantação de classes do MEB.

Segundo um eclesiástico que atuou no movimento na cidade de São Lourenço da Mata - PE, Padre Renato Cavalcanti (2011), a intencionalidade do MEB “era para alfabetizar, falar dos direitos do trabalhador, direitos da pessoa como pessoa humana, respeitar os outros, essas coisas”. Contudo, a vinculação do MEB ao sindicalismo rural se consolidava à medida que escolas radiofônicas eram criadas, buscava-se, através dos clérigos organizar também a criação de sindicatos de trabalhadores rurais. Padre Renato Cavalcanti (2011) acrescenta: “Dom Carlos mandou que os párocos da zona rural fundassem os sindicatos rurais”.

Padre Paulo Crespo, pároco de Jaboatão dos Guararapes comenta, em entrevista cedida ao CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil), que a iniciativa da Igreja era auxiliar estes trabalhadores, por intermédio da estruturação da posse e uso da terra, bem como melhoria na qualidade de vida destes. Contudo, ressalta também que esta ação distanciava-se da proposta das Ligas Camponesas, pois esta tinha um caráter filantrópico e de reivindicação, e que beneficiava apenas os associados; já os sindicatos intencionavam um benefício mais abrangente, ou seja, para todos os trabalhadores. Rômulo Lins (1986) sobre a distinção entre Ligas Camponesas e sindicatos rurais comenta que:

A Liga só via a questão da terra; ela usava isso como meio de reforçar a luta pela terra. (...) Há locais em que existe essa questão da terra; nos demais a

reivindicação é: INPS, assistência médica, salário, 13^o, férias, tudo o que o trabalhador da cidade conseguiu. Ele não tem muita ilusão que vai viver bem com um pedacinho de terra, mas está organizado como trabalhador.

Paulo Crespo salienta ainda que em Pernambuco a iniciativa de fundar sindicatos de trabalhadores rurais, com o apoio da Igreja, deu-se por inspiração do Serviço de Assistência Rural (SAR) que atuava no Rio Grande do Norte com orientações sobre saúde, plantio e até organização dos camponeses em associações. Tudo isto com ajuda de uma emissora de rádio. O arcebispo de Natal, Dom Eugênio Sales, dirigente das ações do SAR, foi um dos principais articuladores da parceria entre CNBB e Governo Federal para implantação das ações MEB nas áreas rurais.

Este movimento organizava-se enquanto sistema e tinha em sua composição equipe formada, principalmente, por professores, locutores de rádio, técnicos que auxiliavam na operacionalização, líderes comunitários e monitores. Estes, segundo De Kadt, “faziam a ponte entre a equipe e os camponeses” (2007, p.152). As aulas do MEB funcionavam na casa dos monitores. Local simples, muitas vezes de taipa e com tamboretos. A escolha destes era feita pela direção, depois, pelos próprios camponeses. De acordo com De Kadt (2007, p.155), às vezes, este monitor era semianalfabeto, ou seja, recebeu uma educação elementar e “gradualmente, começou a ser visto no movimento menos como professor auxiliar e mais como líder comunitário”, tornando-se, até mesmo, lideranças nas áreas rurais.

Acerca da atuação do MEB, na cidade de Caruaru, agreste pernambucano, o Jornal Vanguarda, em sua edição semanal, divulga informativo sobre treinamento de monitores: “Curso de treinamento para monitores do Sistema de Rádio Educativo de Caruaru, órgão que se destina a fazer a educação de base. As aulas terão início no mês de agosto

vindouro”. Além do convite, a data e local do treinamento foram, previamente, divulgados.

Deste treinamento, em Caruaru, é que pessoas como Josefa Cristina puderam atuar no movimento. Aos 15 anos de idade aceitou o convite para ser monitora do MEB. A vinculação de seu pai com a Igreja Católica foi um caminho para ganhar a responsabilidade de alfabetizar uma turma com mais ou menos seis agricultores. Esta monitora assim comenta acerca do treinamento:

Aí chegou essa oferta, vamos dizer assim da Igreja Católica e que depois eu fiquei sabendo que era a CNBB que criou para ensinar adultos analfabetos, completamente, através do rádio. Quer dizer, um estudo indireto e eu fui ser monitora, um trabalho voluntário, deste produto, deste serviço. [...] Então a gente veio pra cidade fez um treinamento no colégio das Freiras lá e eu me lembro que Dom Augusto de Carvalho fez a abertura e eu não entendia nada do que se tratava, mas era um treinamento bem simples. Naturalmente foram passando as informações e aí mandaram, eu não levei nesse dia, mas chegou lá depois um pessoal com um rádio, rádio de uma emissora só. A gente era refém! Eu não me lembro se era Rádio Olinda. Parece que era Rádio Olinda. Rádio a pilha.

Da simples experiência de um convite, seja pessoalmente ou pelo periódico, dezenas de pessoas inserem-se em projetos educativos, como os do MEB, e avançam às áreas mais remotas do campo o projeto de educação popular, com subsídio da radiodifusão. Todavia, junto às ações educativas, as orientações para organização sindical dos trabalhadores também acompanhavam.

Movimento de cultura popular: da ação política à atuação popular

O Movimento de Cultura Popular (MCP), criado pela Prefeitura do Recife, na gestão de Miguel Arraes, teve como uma das principais metas

elevar os índices de alfabetização no município, atrelando a cultura popular. Ao assumir a direção executiva municipal, Arraes deparou-se com problemas como ausência de escolas municipais, tendo em vista, no período, a incumbência educativa ser do estado. Ao tomar conhecimento de projeto de seu antecessor, Pelópidas Silveira, para promoção de atividades culturais, Arraes decide concretizá-lo acrescentado também o setor educacional. A área da educação, dirigida por um grupo de católicos já envolvidos em experiências educacionais como Paulo Freire, Anita Paes Barreto, Germano Coelho, celeremente conquistam grandes feitos.

O projeto cultural, iniciado pela Sociedade de Arte Moderna do Recife (SAMR), por intermédio de atividades de artistas ligados às artes plásticas, musicais e teatrais, ofertava aulas gratuitas e intencionava a construção de uma universidade popular, isto é, um espaço para promoção e difusão da cultura popular. Abelardo da Hora (2010), artista plástico, diretor no MCP da Divisão de Parques e Jardins, comenta:

Eu já tinha começado a botar coisa na minha cabeça. Eu queria fazer uma espécie de universidade popular de arte. Aí chamei Geraldo Menucci para ensinar música [...]. Depois chamei Luiz Mendonça [...]. Então já estava o que: artes plásticas, música e teatro.

O MCP com propósito de unir cultura e educação popular para crianças e adultos promoveu dentre suas atividades: expansão do quantitativo de escolas, especialmente para jovens e adultos não alfabetizados, apresentações teatrais e de danças, construções de praças em bairros da periferia e etc. Contudo, um grande desafio do movimento foi unir comunistas e católicos numa ação política e popular, através de um objetivo comum.

Então, em março de 1960, entram em atividade as ações do MCP e em setembro de 1961 oficializa-se como sociedade civil por intermédio de

lavratura em cartório. José Teles (2012, p.124) destaca que “num estado notório pelo cabo-de-guerra ideológico entre esquerda e direita, o MCP começava subversivo, já que agregava forças excepcionalmente heterogêneas”, referindo-se às diversas concepções ideológicas dos sócios do movimento.

O MCP não contou apenas com apoio da Prefeitura para promover suas ações ou de pessoas vinculadas a grupos políticos e ideológicos, pois se incluíram nestas realizações populares ligados a clubes de dominó, associações de moradores, igrejas através da concessão de espaço ou atuando como monitores.

Embora, houvesse a necessidade de alguém “preparado” para auxiliar o desenvolvimento das aulas, também era preciso o estabelecimento da linguagem local para interlocução entre os alfabetizandos. Rômulo Lins (1986) traz, justamente, essa percepção de que existia alguém da comunidade (popular) que mediava ações do movimento “geralmente uma liderança local: o homem do terreiro de umbanda, um religioso ou um pastor, o presidente da associação do bairro”.

A preparação dos monitores era o primeiro passo para ministração das aulas. Estes monitores eram pessoas da comunidade, professores, universitários, “estudantes de ginásio e colégio e até operários que trabalham durante o dia e, à noite ajudam seus colegas de bairro aprender as letras” que orientavam os alunos durante a transmissão das aulas via rádio (DIÁRIO, 08/02/1962). O MCP também utilizou o rádio, assim como o MEB, como meio de promoção educacional e como aporte havia o livro de *Leitura para Adultos*, também conhecido como cartilha do MCP.

Desenvolvida por integrantes do próprio movimento, esta cartilha abordou aspectos da realidade dos alfabetizandos com temáticas que expressavam a relevância do voto para o povo e problemáticas que

expressavam aspirações de um povo que lutava dia após dia para sobreviver. Sofreu também duras críticas, ao ser considerada populista por enunciar em suas lições características “do bom político e do bom governo, comprometidos com o bom combate em favor da emancipação popular”. (BEISIEGEL, 1992, p. 135). Mas também, expressava o reconhecimento e valorização da diversidade cultural ao tratar de temas como raças, religiões e ideias.

Cuia, cambada, rede, lodo, pão, operário, carestia são apenas algumas palavras contidas na cartilha do MCP que trazia, através dos vocábulos, a vida do alfabetizando, representando sua condição social e também a possibilidade de mudança por meio do voto. Embora, o Livro de Leitura tenha sido um instrumento de mérito ao MCP nem todos os membros concordavam com esta aplicação metodológica. Uns por vislumbrar um direcionamento político; outros, pedagógico.

Paulo Freire, diretor da Divisão de Pesquisa no MCP, não apoiou a confecção da cartilha, mesmo tendo sido convidado a colaborar, pois já desenvolvia pesquisa, juntamente com outros membros do movimento, propondo uma “alfabetização conscientizadora”, no Centro Dona Olegarinha e afirma:

Eu me lembro que já naquela época eu defendia uma coisa que eu vivo dizendo ainda hoje, a existência de textos de suporte, mas textos de suporte que sejam tão desafiadores como os slides que eu propus. E não a cartilha enquanto domesticadora (FREIRE apud BEISIEGEL, 1992, p.208-9).

A discordância de Freire em adotar um material didático, com aspectos diretivos, inibia, segundo este, o desenvolver de uma educação com o educando. Assim, dentro do MCP duas “correntes metodológicas” acerca de alfabetização se expandem.

Porém, num projeto político de alfabetização, a educação interligava-se partidariamente a incumbência de politizar o povo, no sentido de arregimentá-lo nas lutas políticas. Segundo Abelardo da Hora (2010), quando questionado sobre o “desinteresse” dos comunistas em organizarem-se como os católicos num plano de alfabetização, comenta: “Porque partido não é escola de alfabetizar. Partido pode apoiar movimentos de alfabetização e apoiar qualquer tipo de escola. A política é uma coisa, o ensino é outra coisa completamente diferente”. Já os católicos progressistas a percebiam a partir da intencionalidade “da libertação, do desenvolvimento da cidadania, do engajamento” como afirma Letícia Baltar (2011). O combate ao analfabetismo, na percepção dos progressistas, objetivaria a conscientização, na qual esta era percebida como dimensão de autonomia do sujeito singular. Logo, compreende-se a atuação dos objetivos dos sujeitos que encontraram nestas ações espaços para suas subjetividades. Conflitos externos também eram enfrentados pelo MCP como forte oposição de vereadores da cidade ao MCP. Wandekolk Wanderley denúncia ao Diário de Pernambuco de 21 de setembro de 1962: “Orgia de gastos do MCP para difundir doutrina comunista” afirmando que tais gastos seriam para custear conspirações contra o regime democrático.

Serviço de extensão cultural: do local ao nacional

O Serviço de Extensão Cultural (SEC) surgiu num contexto de mudanças sociais, com o propósito de “adequar a Universidade a realidade brasileira” (ATAS... apud SANTOS, 2010, p. 61). Ou seja, os anseios da sociedade, as transformações sociais, políticas e econômicas deveriam fazer parte do cotidiano acadêmico. O objetivo criação do SEC, explicitado pelo então Reitor João Alfredo, acordava-se com reivindicações do movimento estudantil e projeto de reforma universitária.

Em maio de 1961, estudantes universitários, sob organização da União Nacional dos Estudantes (UNE), reúnem-se na Bahia para realização do I Seminário de Reforma Universitária. Como fruto deste seminário, elabora-se a “Declaração da Bahia” na qual são elencadas diretrizes acerca do papel da Universidade na sociedade, com diversas críticas a sua inércia. Além disso, tece reclamações acerca da democracia nacional apoiando, dessa forma, o voto dos analfabetos e a reforma agrária. No campo sobre Educação, a Declaração pontua algumas reivindicações. De um lado, não aceitação ao projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em tramitação no Senado, à época. De outro, maior disponibilidade de recursos para financiamento da educação e superação do analfabetismo.

Logo após este seminário, greves estudantis são alastradas em alguns estados, sob reivindicações de reformas nas instituições acadêmicas. A Universidade do Recife não se isentou de tal “ofensiva” dos universitários. Ocupada pelos estudantes, a Faculdade de Direito do Recife (FDR) recebe atenção da Reitoria da Universidade do Recife, ao passo que ocorre reunião do conselho universitário, em caráter de urgência, para tratar sobre o fato: a greve estudantil. A ata do conselho universitário demonstra a preocupação da UR:

O presidente da reunião [o Reitor João Alfredo] comunica que, tomando conhecimento da deflagração da greve e posterior ocupação da Faculdade de Direito, pelos estudantes desta Escola, impedindo o acesso de docentes e funcionários, viajou no dia 04 (quatro) de junho ao Rio de Janeiro para dar conhecimento do fato ao Exmo. Ministro da Educação e Cultura, Brígido Tinóco. (ATAS apud SANTOS, 2010, p. 60).

A preocupação com a greve recebe tal atenção do diretor da FDR, José Soriano de Souza Neto, que encaminha o assunto das reivindicações

estudantis ao conhecimento do presidente Jânio Quadros, sob alegação da lei de Segurança Nacional. O Ministério da Justiça intervém e atende o apelo do diretor ao enviar dois carros de combate do Comando do IV Exército. Os carros posicionados em frente ao prédio da Faculdade de Direito não intimidam os estudantes grevistas.

Insatisfeitos ainda mais, os estudantes ocuparam a Escola de Engenharia. As reivindicações e descontentamentos estudantis impuseram maior temor à Reitoria. Receio de que a greve atingisse níveis indesejáveis, dentro da instituição, como incorporação ao levante de outras Escolas da UR ou, até mesmo expansão para além dos seus limites, através da vinculação a outras mobilizações sociais existentes no Estado. Almeri Bezerra (2011), secretário do SEC, fala a insurgência de mobilizações por todo Estado

E ao mesmo tempo começaram a surgir uma série de movimentos populares, organizações, sindicatos. É o Julião, da Ligas Camponesas. E uma das coisas que... é o MCP vem nesse conjunto, veio a eleição de Doutor Arraes, eleição de Pelópidas.

Além disso, a localização das faculdades na capital pernambucana, Recife, passa a ser um ambiente propício para grandes manifestações.

No Recife mais antigo, quando do eixo ali do Derby até o centro era um território muito dos estudantes, por isso que tinha a Faculdade de Serviço Social, Faculdade de Medicina, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Engenharia e tudo isso era no centro; a Faculdade de Direito. Então, de modo que quando se pensou na criação de uma universidade lá no Engenho do Meio, muitos advertiam que era um projeto político, que era tirar a “estudantada” do centro da cidade. Porque no centro da cidade era muito mais fácil o pessoal se manifestar e fazer uma greve, fazer uma coisa grande sabe?

A postura adotada, pois, pelo Reitor João Alfredo destoa-se, desta vez, da adotada pelo diretor da FDR, isto é, não reage tão duramente à mobilização estudantil e assume publicamente o compromisso de Reforma Universitária. Essa atitude expressa, de certo modo, sua relação política com ideais progressistas como as que se filiavam às Reformas de Base de um projeto político, a nível nacional.

Uma comissão é formada, por estudantes e docentes, para “proceder estudos que possibilitem uma maior *adequabilidade*⁵ da UR às novas condições do País”. (ATA... apud SANTOS, 2010, p. 61). Um dos integrantes desta comissão é Paulo Freire. Um após estes eventos, assumiu a direção do Serviço de Extensão Cultural.

O SEC seria a expressão máxima da postura política defendida pelo Reitor, pois em seus objetivos elucida: “Assistir culturalmente camadas da nossa população a quem não foi possível um contato com os cursos universitários. A Universidade tem uma dívida para com elas. É urgente pagá-las” (PLANO..., 1962, p. 12). Por isso, a estrutura organizacional do SEC é planejada não apenas para atender à Universidade, mas também a sociedade.

Dessa forma, o SEC é criado em fevereiro de 1962. Criado como um serviço da Universidade e não como uma secretaria ou departamento. Tal estratégia delineou-se a fim de desviar possíveis oposições de integrantes da Universidade, que poderiam interferir caso fosse necessária aprovação do Conselho Universitário. A ala conservadora da UR não era sensível aos ideais progressistas e nem às parcerias que o Reitor estabelecia.

A colaboração da Universidade do Recife com o MCP, ao ceder espaço na Rádio Universitária, foi um dos primeiros pontos a serem esclarecidos, quando da implantação do golpe militar, por componentes do SEC que

⁵ Grifo nosso.

tiveram que prestar depoimentos. (ATAS... apud SANTOS, 2010). Contudo, antes mesmo da criação do SEC, já se anunciava cooperação entre a Universidade do Recife e o MCP. Isto já consolidava a expressão pública do Reitor em apoiar movimentos de caráter popular.

Terminados os trabalhos, o Reitor usou da palavra manifestando os seus propósitos de colaboração com o Movimento de Cultura Popular. Lembrou que, neste sentido, dará um passo decisivo, com a instalação pela Reitoria de uma emissora para divulgação da Cultura às populações pobres. (JORNAL DO COMÉRCIO, 21 de maio de 1960).

As atividades do SEC, embora tenham se destacado no campo educacional, não se restringiam a este. Havia uma organização administrativa que abrangia além da Diretoria os setores de Documentação, Cinema e Teatro, de Rádio e Televisão, e setores de extensão – que estavam diretamente responsáveis por formações em diferentes níveis de escolaridade – Setor de Educação de Base, de Extensão em Nível Médio e de Extensão em Nível Superior.

Boa parte do corpo funcional do SEC era composta por equipe de “tendência católica”, a qual se destinou a responsabilidade pela educação de base. Somando-se a esta equipe, vincula-se um grupo de professoras que já desenvolviam pesquisas sobre alfabetização com Paulo Freire, como afirma Veras (2010). Embora Paulo Freire tenha iniciado sua experiência educacional no MCP, foi através do SEC que esta se desenvolveu, ganhou asas e voou. Expandiu-se a nível nacional através de um programa com financiamento com capital externo – USAID⁶ (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional).

⁶ Tradução de: United States Agency for International Development. Esta agência do Governo dos Estados Unidos, fundada pelo presidente John Kennedy, com intuito de estabelecer política externa amistosa, concedia recursos, aos países com intensas desigualdades sociais, a fim de financiar ações nas áreas de saúde, educação, assistência humanitária. No entanto, as ações da USAID foram utilizadas como instrumentos de controle sobre as Nações parceiras, pois o principal intuito ao se fornecer ajuda era prevenir ações revolucionárias como as que ocorreram em Cuba.

Assim, Paulo Freire encontra, no SEC, condições para florescer a base filosófica dos seus estudos sobre alfabetização de adultos. Tendo em vista, suas reflexões ontológicas sobre o sujeito no mundo divergir-se da maneira que a alfabetização desenvolvia-se no MCP (FREIRE, 1982, p.106). Segundo Almeri Bezerra (2011), “Paulo dizia que não precisava ter manual, não tinha manual... era uma palavra que a gente evitava. Não tinha professor, não tinha sala de aula. Era círculo de cultura”. O “como” alfabetizar no SEC, por intermédio do método Paulo Freire, apoiava-se no diálogo do círculo de cultura.

O coordenador dos círculos de cultura era treinado para saber dinamizar as pessoas, esquentar o assunto, envolver todo mundo. Ele tinha que estimular a classe para que ela rendesse um debate rico na hora em que se discutia o conceito de cultura e de natureza. (CORTEZ, 2008, p. 20).

O SEC incluía estudantes da JEC (Juventude Estudantil Católica) como Letícia Baltar, estudante secundarista do Colégio Vera Cruz⁷, relata ter participado da formação dos monitores para aplicação do método de Paulo Freire.

Olhe, eles mostravam, tinha aquela história de projetor. Não tinha computador, nada disso eles viviam da filosofia do método e depois mostrava como era que agente tinha que alfabetizar. (...) Como era que a gente, por onde a gente começava que tinha que pesquisar na classe, qual a palavra que, que eles mais usavam a partir daí decodificar palavras, todo método era ensinado lá no SEC, só que eu não cheguei a participar [referindo-se a aplicar] de nenhuma aula por que veio o golpe e acabou tudo. (BALTAR, 2011).

O ambiente no qual se desenvolviam as experiências alfabetizadoras serviram de sólida base para disseminação e engajamento da juventude na

⁷ Colégio confessional de Recife fundado em 1931.

educação popular. Segundo Letícia Baltar, o envolvimento dos monitores do SEC era tamanho que muitos trabalhavam e estudavam durante todo o dia e à noite, mesmo cansados, iam para a formação de instrução do como aplicar o método Paulo Freire. “Eram à noite e a gente e eu me lembro eu não lembro muito assim, muito interessante, a gente podia morrer de cansaço, mais ia, eu trabalhava de 7h as 13h estudava de 13h as 18h e ainda ia pra lá”. (BALTAR, 2011).

Considerações finais

Não gostaríamos de colocar ponto final nesta discussão, mas apenas fazermos uma pausa. Pois, como se trata de uma investigação historiográfica a cada momento pode ser revista, reescrita. A partir de uma nova fonte, um novo relato: tudo é um meio de obter maior detalhe e revisar algumas questões.

Contudo, neste momento, é imprescindível pararmos e por isso teceremos algumas considerações. Assim, percebemos que na constituição destes movimentos educacionais populares, em Pernambuco, ainda que tenham se originado de projetos políticos e institucionalizados, não se pode esquecer a adesão de populares para solidificação destas ações.

Além disso, percebemos a junção de sujeitos com concepções ideológicas e políticas distintas num mesmo movimento, compartilhando um objetivo comum: a promoção de educação popular. No MCP concepções ideológicas tão díspares aproximam-se ante a finalidade. Uns, por um lado, defende na alfabetização a perspectiva de intencionalidade “conscientizadora”. Outros, de modo distinto, preservam o direcionamento “politizador”. Mas, ao fim, as diferenças serviram para expandir o projeto de alfabetização, fundamentando pilares para discussão de educação aos populares, concepção de analfabeto e o exercício da cidadania deste.

E mais, identificamos também aspectos políticos que apoiados em aspectos culturais vão tecendo o fazer historiográfico como a efetivação da ação da Igreja contrapondo-se ao temor comunista. O terror propagado pelo Comunismo perpassava o campo político atingindo a dimensão religiosa como algo maligno, um ateísmo que por meio de uma ordem política se oporia aos princípios cristãos da fé em Deus. Também percebemos as estratégias de um Reitor filiado a ideias inovadoras para criar um serviço de extensão que através de ação educacional destaca-se a nível nacional.

Referências

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e Educação Popular: A Teoria e a Prática de Paulo Freire no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1992.

_____. **Estado e educação popular**. Brasília: Liber Livros Ed., 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Constituição, 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso em: 03 dez. 2012

BRAYNER, Flávio. O MCP e a invenção do povo. **Revista Continente**, Recife, ano X, p. 54, maio/2010.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Portugal: Difel, 2002.

CORTEZ, Marcius. **O golpe na alma**. São Paulo: Pé-de-chinelo Editorial, 2008.

DE KADT, Emanuel. **Católicos radicais no Brasil**. Trad. Maria Valentina Rezende e Maria Valéria Rezende. Brasília: UNESCO/MEC, 2007.

FALCON, Francisco José Calazans. História cultural e história da educação. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-4782006000200011&script=sci_arttext> Acesso em: 18 dez. 2012.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em Educação popular**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

GOÉS, Moacir de. Os movimentos de cultura/educação popular. In: CUNHA, Antônio; GOÉS, Moacir de. **O golpe na Educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 6. ed., 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010a.

_____. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010b.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes (Org.; Coord.). **Atas do Conselho, da Assembleia e da Comissão Designativa do Reitorado de João Alfredo e Vice-Reitorado de Newton Maia da Universidade do Recife: junho de 1959 a agosto de 1964**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

SOUZA, Kelma Fabiola Beltrão. Por uma outra história da educação popular. **Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, 32. 2009, Caxambu. **Anais**. Caxambu: 2009. p. [1-14]. Disponível em meio eletrônico: <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT06-5914--Int.pdf>. Acesso em: 20 abr./2011.

TELES, José. Reportagem – Movimento de Cultura Popular. In: BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo (Org.). **Na trilha do golpe: 1964 revisitado**. Recife: Editora Massangana, 2012.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educação popular: metamorfoses e veredas**. São Paulo: Cortez, 2010.

Depoimentos orais:

BALTAR, Letícia. **Letícia Baltar: depoimento** [jan.2011]. Entrevistadores: A. Santos, C. Farias, J. Silva e A. Silva. Recife: PE, 2011. MP3. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica “Paulo Freire, a UFPE e o Movimento de Educação Popular”.

BEZERRA, Almeri. **Almeri Bezerra:** depoimento [jan.2011]. Entrevistadores: A. Santos, C. Farias, J. Silva e A. Silva. Recife: PE, 2011. MP3. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica “Paulo Freire, a UFPE e o Movimento de Educação Popular”.

CAVALCANTI, Renato da Cunha. **Renato da Cunha Cavalcanti:** depoimento [set.2011]. Entrevistadores: A. Santos e A. Silva. Recife: PE, 2011. MP3. Entrevista concedida à pesquisa História da Educação Popular em Pernambuco.

CRESPO, Enes Paulo. **Paulo Crespo** (depoimento, 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 1990. 46 p. dat.

FARIAS, Iêda Luzia Brayner de. **Iêda Luzia Brayner de Farias:** depoimento [jul.2010]. Entrevistadores: C. Farias e A. Silva. Recife: PE, 2010. MP3. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica “A divergência ao ideário pedagógico de Paulo Freire, na década de 1970, no Recife”.

HORA, Abelardo Germano da. **Abelardo Germano da Hora:** depoimento [out.2010]. Entrevistadores: A. Santos, C. Farias, J. Silva e A. Silva. Recife: PE, 2010. MP3. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica “Paulo Freire, a UFPE e o Movimento de Educação Popular”.

LINS, Rômulo Fernando de Aguiar. **Rômulo Fernando de Aguiar Lins:** depoimento [out. 1986]. Entrevistador: E. M. Fernandes. São Paulo: SP, 1986. Entrevista concedida ao CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco.

Jornais:

Diário de Pernambuco

Jornal do Commercio

Vanguarda (Caruaru)

“A UNE somos nós, nossa força e nossa voz”: a participação dos estudantes pernambucanos na reconstrução da entidade

*Thiago Nunes Soares*¹

Introdução

A partir da fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), os universitários passaram a atuar de uma maneira mais organizada, expressiva e representativa em todo o Brasil em prol de melhorias sociais (POERNER, 1995). A trajetória dessa entidade é marcada por lutas políticas, pluralidade dos seus integrantes, dinamismo, símbolos e disputas por memórias, como é o caso da “verdadeira versão” sobre a sua fundação: 1937 ou 1938 (ARAÚJO, 2007, p. 24).

Dessa forma, a instituição representa um elemento referencial para a construção da identidade estudantil e para a construção do mito do poder juvenil. Com o golpe de 1964, ela foi posta na ilegalidade. Em 1968, com a interrupção do congresso da UNE em Ibiúna/SP, muitos de seus integrantes foram presos. Em 1969, a entidade buscou manter uma direção com a eleição de Jean Marc Von Der Weid, mas ele foi preso (SALDANHA, 2005, p. 65)

Diante disso, da vigência do Ato Institucional nº 5/1968 e do Decreto nº 477/1969 e da prisão, assassinato, desaparecimento, banimento de muitas lideranças estudantis, a UNE teve a sua estrutura e funcionamento bastante

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor substituto da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), avaliador de cursos de graduação em História EaD (autorização), pelo INEP/MEC e professor formador da Licenciatura em História EaD da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Autor de **Gritam os muros: pichações e ditadura civil-militar no Brasil** (Appris, 2018) e organizador e autor da coletânea **Pernambuco na mira do golpe** (Editora Fi, 2021), disponível gratuitamente em <https://www.editorafi.org/059golpe>. Contato: thiagonsoares@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1724280775437182>.

afetados com o recrudescimento da ditadura, atuando na clandestinidade. Mesmo durante o auge da repressão (1969-1973), os militantes estudantis acreditavam que a organização associativa era a maneira mais adequada de representação, e por ela lutaram. Assim, o movimento estudantil não deixou de existir entre 1968 e 1979 (MÜLLER, 2014, p. 129; SANTANA, 2007, p. 246).

Ao levar em consideração este cenário, analisamos neste trabalho a luta discente em defesa da reconstrução da sua principal entidade representativa, destacando a participação dos jovens pernambucanos nesse processo.

A luta pela reconstrução da UNE

A luta pela reconstrução da UNE está associada ao próprio processo de reconstrução do movimento estudantil, sobretudo, a partir de 1974, durante a proposta do governo Geisel (1974-1979) de abertura política “lenta, gradual e segura”, quando paulatinamente, foram organizados no país Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs), Centros Acadêmicos (CAs), Diretórios Acadêmicos (DAs) e entidades de base. Também foram fundamentais as primeiras reuniões de área e as greves localizadas que clamavam questões imediatas.

A partir de 1976, os discentes começaram a realizar os Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs), no lugar dos encontros anuais por área ocorridos durante o recrudescimento da ditadura. Essas reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) foram uma forma de articular o movimento em nível nacional, sendo realizadas na “clandestinidade” e por área de conhecimento (SANTANA, 2007, pp. 182-185).

O I ENE ocorreu em Campinas, em janeiro de 1976, com poucas entidades discentes e fissuras internas entre as tendências quanto aos critérios de participação. O II ENE foi realizado em 16 de outubro, na USP, com a presença de 40 escolas de diversos estados, entre eles, Pernambuco,

sendo um dos pontos de discussão a reorganização estudantil. Em maio de 1977, a tentativa de realizar o III ENE em Belo Horizonte foi duramente combatida pelo ministro da Educação Ney Braga, pelo reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Eduardo Osório Cisalpino e pelo governador mineiro Aureliano Chaves. Por isso, o encontro foi remarcado para 21 de setembro, na Universidade de São Paulo (USP).

Em vista desse cenário, como estratégia de resistência política, em 13 de setembro, alguns alunos do DA do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) interromperam as aulas para distribuir um panfleto sobre o planejamento de uma comissão estudantil de Pernambuco para o III ENE em São Paulo. Eles apresentaram como seriam colhidas propostas para serem levadas para o evento e defenderam a realização de uma “assembleia metropolitana” com alunos de todas as universidades pernambucanas².

Entretanto, a tentativa de reconstrução da UNE foi proibida pelos governos federal e paulista (SANTANA, 2007, pp. 190-192; LACERDA, 2015, p. 103). Diante das medidas repressoras da ditadura, o III ENE foi realizado clandestinamente no dia 22 de setembro, em uma sala da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com a presença de 60 delegados de 7 estados. A atividade também foi bastante reprimida pelas forças policiais, sendo estabelecido que a recém-criada Comissão Pró-UNE precisaria ser dirigida por um colegiado formado por todos os DCEs, devendo ser responsável por coordenar as lutas dos estudantes na esfera nacional, desenvolver discussões sobre a reconstrução da UNE, divulgar a sua história e organizar o IV ENE (CANCIAN, 2008, p. 165).

A primeira reunião da Comissão Pró-UNE ocorreu em 18 de novembro de 1977, no Rio de Janeiro e contou com a participação dos DCEs

² Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informação confidencial nº 1958, de 03 de outubro de 1977.

da UFPE, Universidade Federal Fluminense (UFF), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), UFMG, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), “DU-Brasília”, Livre da USP, Livre da PUC-SP, assim como de outros diretórios e centros acadêmicos³. Esse cenário despertou o olhar vigilante da agência central do SNI, que coletou, produziu e difundiu informações para diferentes órgãos de Pernambuco: Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco (SSP/PE), Departamento de Polícia Federal de Pernambuco (DPF/PE) e Polícia Militar de Pernambuco (PM/PE)⁴.



Imagem 1 Boletim Metropolitano sobre as lutas estudantis em 1977.

Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778A.

³ Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Comunicado nacional da Comissão Pró-UNE, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1977.

⁴ Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informação confidencial nº 2195, de 04 de novembro de 1977.

O *Boletim Metropolitano* de outubro de 1977 (imagem 1), publicação organizada pelo DA e DCE/UFPE, DCE da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), *Movimento Década* – Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), DA do Instituto de Teologia do Recife (ITER)⁵ e DA de Ciências Médicas da Fundação de Ensino Superior de Pernambuco (FESP⁶) divulgou a vitória do movimento estudantil pela realização do III ENE. Além do texto de capa, anexou reportagens da *Folha de S. Paulo* para informar os leitores sobre o fato, incentivando a militância em prol da reorganização estudantil, da anistia e das liberdades democráticas. Esse material divulgado nas universidades da capital pernambucana expressou como os estudantes de Pernambuco estavam envolvidos com a conjuntura nacional do movimento⁷.

O IV ENE foi realizado nos dias 3 e 4 de outubro na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, participando mais de 400 delegados de 169 escolas do Distrito Federal e de 13 estados, entre eles Pernambuco. A principal finalidade foi debater a reconstrução da UNE. Assim, estabeleceu-se que o congresso para a sua reconstrução ocorreria nos dias 29 e 30 de maio de 1979, em Salvador (MÜLLER, 2014, pp. 133-134). Um evento dessa dimensão atraiu o olhar da grande imprensa e da polícia, demandando um grande planejamento pela sua dimensão.

⁵ Funcionou inicialmente na UNICAP, em 1968, mas devido aos impactos do AI-5 na universidade, foi transferido para a FAFIRE (agregada a UFPE) no ano seguinte. O Iter existiu até 1989, sediado na Arquidiocese de Olinda e Recife, contando com a participação de outras dioceses. A instituição foi responsável pela formação de seminaristas, havendo leigos/as, muitos deles envolvidos na militância estudantil (CABRAL, 2009, pp. 135-176).

⁶ A FESP foi uma instituição estadual pública de ensino superior de Pernambuco, com *campis* em todas as suas regiões. Ela foi fundada em 1965, a partir de um grupo de unidades de ensino superior já pré-existentes, sendo extinta em 1990. Quando, em seu lugar, passou a funcionar a Universidade de Pernambuco (UPE), que ainda permanece como a única universidade estadual pernambucana. <<http://www.upe.br/institucional.html>>, acessado em 14 jan. 2020.

⁷ Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informação confidencial nº 2078, de 17 de outubro de 1977.

Segundo os agentes policiais, nos dias 5 e 6 de maio de 1979 ocorreu uma reunião da Comissão Pró-UNE na PUC-SP, com a participação de aproximadamente 400 estudantes de diversos estados, entre eles do DCE/UFPE e da UFRPE, além de políticos e intelectuais, como o Eduardo Matarazzo Suplicy, professor de economia, jornalista e deputado estadual do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) de São Paulo⁸.

Quanto à organização do congresso estimado em mais de 5.000 pessoas, o DCE da Universidade Federal da Bahia (UFBA) ficou à frente da sua logística. Perante esse desafio, Ruy César Costa e Silva, recém-assumido presidente da entidade e próximo da tendência política *Viração* (PCdoB⁹) entrou em contato com o governador Antônio Carlos Magalhães, para solicitar ajuda, mais especificamente para a liberação do Centro de Convenções da Bahia, então inacabado. O universitário obteve êxito em sua paradoxal aproximação com um político alinhado à ditadura, mas a sua atitude foi criticada por muitos de seus companheiros. Para se ter uma ideia do apoio social em vista da simbologia do evento, diversas famílias fizeram filas para se cadastrar no espaço do MDB para receber os jovens¹⁰.

O *Diário de Pernambuco* publicou diversas matérias sobre os preparativos e tensões políticas em torno da realização do congresso da UNE de Salvador, tendo em vista a visibilidade e dizibilidade da militância estudantil, cujos discursos envolveram cada vez mais uma expressiva parcela da sociedade em defesa das liberdades democráticas¹¹. Para

⁸ Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: Aoo27789-1979. Informação confidencial nº 710, de 10 de agosto de 1979.

⁹ “O PC do B surgiu em 1962, de uma tendência que rompeu com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), em uma ‘Conferência Nacional Extraordinária’ liderada por João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, entre outros membros do Comitê Central. Ao assumir o nome original – Partido Comunista do Brasil –, passou a disputar com o PCB a chancela de verdadeiro continuador histórico da agremiação criada em 1922, ao tempo que criticava a chamada ‘linha pacífica’ adotada por ele. Em 1969, lançou o documento *Guerra Popular: caminho da luta armada no Brasil* (influenciado pelo processo revolucionário chinês e pelo pensamento de Mao Tsé-Tung). Foi responsável pela Guerrilha do Araguaia [...]” (MIRANDA; TIBÚRCIO, 2008, p. 230, grifos do autor).

¹⁰ LACERDA, 2015, p. 113. MÜLLER, 2014, pp. 135-136. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 19/05/1979, Nacional, p. 16. 22/05/1979, Capa.

¹¹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 18/05/1979, Capa.

analisarmos o posicionamento do movimento estudantil de Pernambuco perante a campanha em defesa da legalização da UNE, vejamos o excerto do panfleto a seguir:

NÓS VAMOS RECONSTRUIR A UNE!

Ao povo brasileiro:

Nós, estudantes brasileiros, estaremos reunidos dentro de poucos dias, para fazer uso de um direito fundamental de toda e qualquer pessoa: o de nos reunirmos e nos organizarmos, livremente, para a conquista da satisfação de nossas aspirações, a 29 e 30 de maio, em Salvador, Bahia, reconstruiremos a UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, a gloriosa UNE, nossa entidade máxima representativa. Há dez anos, essa mesma UNE foi destruída pelo regime. A UNE que sempre lutou sem tréguas, pela melhoria das condições de ensino, reivindicando a educação pública e gratuita para o povo. A UNE que criou o Centro Popular de Cultura (CPC), a UNE da campanha 'O Petróleo é Nosso'; a UNE que foi uma das primeiras vozes a se levantar contra a ameaça do nazi-fascismo [...] A UNE nunca deixou de pulsar no coração dos estudantes brasileiros, no coração do povo oprimido que sempre encontrou na UNE um apoio incondicional para todas as suas reivindicações. E hoje, na situação de avanço de todos os setores democráticos e populares no combate ao arbítrio e à opressão, nos preparamos para colocar de pé a UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Sabemos que não será uma tarefa fácil. [...] Temeroso do significado da reconstrução da UNE para os estudantes e para o crescente movimento oposicionista, o regime anuncia aos quatro ventos, que não permitirá a realização do nosso congresso, reavivando a lembrança aos encontros nacionais, que fizemos nos últimos anos, imagens de prisões, espancamentos, depredações e ferimentos. Mas estas ameaças, longe de nos intimidarem, só fazem reforçar nossa disposição de superar todos os obstáculos, e conquistar na prática, o nosso direito à livre organização. [...]

'A UNE SOMOS NÓS, NOSSA FORÇA E NOSSA VOZ'

COMISSÃO NACIONAL PRÓ-UNE

Diretório Nacional dos Estudantes - UFPE

Diretório Nacional dos Estudantes - UNICAP

Diretório Nacional dos Estudantes – UFRPE¹².

Esse panfleto de duas páginas foi elaborado pelos DCEs das principais universidades pernambucanas, expressando a organização e articulação estudantil em níveis local e nacional. Provavelmente, ele foi distribuído nas universidades para os alunos e para a população no geral, pelo direcionamento do texto. Os discursos são marcados pela construção positiva da imagem estudantil e da entidade, tida como órgão de representação máxima discente. Foram valorizados na construção do mito do poder juvenil a memória em comum do passado, a construção identitária, os símbolos de luta e resistência e o slogan “A UNE somos nós: nossa força e nossa voz”, utilizado recorrentemente nas atividades políticas discentes.

Como estratégia para combater a participação pernambucana no evento, a SSP/PE e a polícia federal pressionaram o América Futebol Clube para cancelar o “Forró no Arraial”. O que de fato ocorreu no dia 18 de maio. Tratou-se de uma atividade político-cultural organizada pelos DCEs da UFPE, UFRPE e UNICAP, com o objetivo de arrecadar fundos para os universitários¹³. Diante disso, os estudantes recorreram ao advogado João Ramos de Lima para representá-los em uma ação indenizatória contra o clube, alegando prejuízos financeiros com o cancelamento¹⁴. Anteriormente, o evento tinha sido cancelado pelo Clube Atlético e a terceira tentativa de sua concretização foi no Atlântico Clube, em Olinda, em um contexto de boicotes¹⁵.

¹² Acervo do DOPS-PE/APEJE. União Nacional dos Estudantes. Fundo nº 1346. Data: 1977. Sem quantitativo de documentos descrito. Panfleto [1979], (grifos do documento). Como em outros prontuários do DOPS-PE, foi comum encontrarmos fontes com uma datação anterior ou posterior à temporalidade descrita no conjunto documental.

¹³ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 19/05/1979, Capa.

¹⁴ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 24/05/1979, Flagrante, p. 9.

¹⁵ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 25/05/1979, Política, p. 5.

Por outro lado, o congresso da UNE foi apoiado por diversos segmentos sociais: através dos discursos de Dorany Sampaio, presidente do Conselho Pernambucano da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pela Pastoral Universitária da Arquidiocese de Olinda e Recife, por meio de uma moção de apoio e solidariedade e por Fernando Soares (MDB-Caruaru), que requereu a Câmara de Vereadores uma congratulação a todos os estudantes pernambucanos participantes do evento em Salvador. Germano Coelho, prefeito de Olinda, um dos fundadores do Movimento de Cultura Popular (MCP) e professor da Faculdade de Direito do Recife (FDR) também apoiou o movimento e afirmou que participaria do congresso a convite dos DCEs da UFPE, UNICAP e UFRPE¹⁶.

Tendo em vista a mudança de postura editorial do *Diário de Pernambuco*, que passou a dar mais visibilidade positiva para as causas estudantis e a articulação política pernambucana em nível nacional, esse periódico publicou poucos dias antes do congresso de Salvador, uma matéria de capa sobre a possibilidade do vice-presidente do DCE/UFPE, Luiz Antônio Alencar Marinho Falcão, conhecido como Lula, presidir a UNE¹⁷. Para esse militante, “a reconstrução da UNE representa um passo inicial muito importante para os estudantes brasileiros se unirem na busca da solução dos seus problemas”¹⁸. Nesse sentido, esse fato seria uma relevante conquista social.

Os alunos do DCE/UFRPE realizaram uma eleição interna para escolher quais seriam os delegados da universidade para o congresso¹⁹. No

¹⁶ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 25/05/1979, Política, p. 5.

¹⁷ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 25/05/1979, Capa

¹⁸ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 25/05/1979, Política, p. 5.

¹⁹ Os nomes propostos foram Raimundo de Souza Malheiros (presidente do DCE), Alci Galindo Florêncio, Tarciana Gomes Portella, Maria Lúcia da Silva Feldhues, Anísio Soares Maia, Luís Carlos Brito Lopes da Silva, Pedro Laurentino Reis Pereira, Homero de Faria Neves Neto, Fernando José dos Reis, conhecido como sargento Garcia e Fernando do curso de Engenharia Florestal, cujo sobrenome os agentes da ASI/UFRPE não souberam identificar. Diante disso, verificamos uma predominância do gênero masculino. Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informe confidencial nº 21, de 23 de maio de 1979.

que tange a participação dos estudantes pernambucanos no congresso de reconstrução da UNE, os integrantes do DCE/UFPE afirmaram que isso foi possível a partir de pedágios, discussões, shows e assembleias, culminando na presença de 147 delegados do estado²⁰. Expressando estratégias de atuação diversas durante a militância e um grande número de participantes.

Dentro desse quantitativo, a partir de um monitoramento e vigilância social, os agentes da aeronáutica identificaram os alunos da UFPE, UFRPE, Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Universidade Federal do Maranhão (UFMA) mais atuantes no evento, realizando um histórico de militância, filiação, nascimento, cursos e instituições vinculadas e número do prontuário policial²¹.

A vigilância dos discentes pernambucanos também ocorreu por meio do SI/SSP/BA, com a anotação das placas dos veículos de Pernambuco durante a realização do congresso da UNE, no Centro de Convenções e difusão das informações para o CI/SSP/PE. A lista de veículos e dos seus proprietários foi extensa, sendo preenchida logo após o evento²².

Quanto ao congresso em si, conforme programado, ele ocorreu nos dias 29 e 30 de maio, contou com a participação de aproximadamente 8.000 pessoas e representou a luta contra a ditadura e o anseio pelo

Documento originário da ASI/UFRPE, com grau de avaliação A-2 e difundido para a ARE/SNI, DSI/MEC, IV Ex, SR/DPF/PE e CI/SSP/PE.

²⁰ Arquivo Nacional. Fundo: CISA. ID: BR_AN_BSB_VAZ_103_0130. Informativo DCE UFPE, ano 1, nº 3, julho de 1979.

²¹ A lista nominal da UFPE foi composta por Constantino Magno Pimentel de Oliveira, Jarbas Barbosa da Silva Júnior, Maria Aparecida Barbosa Viana, Mônica Maria Coelho Fernandes, Rivoneide Batista Nogueira, Humberto Sérgio Costa Lima e Luiz Antônio Alencar Marinho Falcão. Enquanto a relação da UFRPE foi formada por José Carlos dos Santos, Sezário Severino da Silva, Raimundo de Souza Malheiros (presidente do DCE), Anísio Soares Maia e Pedro Laurentino Reis Pereira, valendo ressaltar que os três últimos constam na lista dos delegados eleitos pelo DCE/UFRPE. Arquivo Nacional. Fundo: CISA. ID: BR_AN_BSB_VAZ_102_0116. Resposta do pedido de busca confidencial nº 338, de 09 de maio de 1979.

²² Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Encaminhamento confidencial nº 241, de 06 de junho de 1979.

retorno das liberdades democráticas²³. A atividade repercutiu na grande imprensa e foi bastante vigiada pelos agentes de segurança e informação. A agência central do SNI elaborou um “relatório especial de informação confidencial” bastante detalhado, com quinze páginas²⁴. Nele registrou-se que houve três propostas para a reconstrução da UNE. A primeira foi de eleições durante o congresso de Salvador, com o apoio de representações do Nordeste, Norte, principalmente os estados da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. A pequena experiência dos candidatos Valdélino Santos Silva (BA) e Luiz Antônio Alencar Marinho Falcão (PE) para a diretoria foi alvo de crítica entre alguns estudantes.

A segunda foi de eleições para o segundo semestre de 1979, com os candidatos Marcelo Barbieri (UEE/SP) e Paulo Massoca (USP). Defendida pela grande parte dos discentes paulistas e cariocas, mas criticada pelos nordestinos, pois o governo poderia criar medidas para desmobilizar o movimento. Enquanto a terceira foi de eleições apenas em 1980, para melhorar a campanha pela reconstrução da UNE, com candidatos capacitados para assumir a sua direção.

Segundo os agentes do SNI, o quadro de discussões nas eleições foi dinâmico e mutável, havendo concepções diferentes entre os grupos, que realizaram reuniões separadas para defender as suas respectivas propostas²⁵. Esse cenário também foi bastante vigiado pelos agentes da SSP/BA, que ao construírem um minucioso relatório acerca do encontro com 13 páginas, destacaram a participação de diversos segmentos sociais: antigos líderes estudantis, políticos do MDB (como foi o caso dos pernambucanos Marcos Freire, Freitas Nobre e Cristina Tavares),

²³ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 30/05/1979, Capa.

²⁴ Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: A0017449-1979. Relatório especial de informação confidencial nº 1, de 06 de junho de 1979.

²⁵ Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: A0017449-1979. Relatório especial de informação confidencial nº 1, de 06 de junho de 1979.

integrantes do Comitê Brasileiro Pela Anistia (CBA), entidades representativas de bairros e vários órgãos representativos de classe²⁶.

Durante a abertura do evento foi lida uma mensagem de Edval da Silva Nunes, o “Cajá”, estudante de Ciências Sociais da UFPE preso por atividades políticas, cuja situação ganhou visibilidade nacional e no exterior, culminando em uma greve estudantil em 1978. No documento ele ressaltou a relevância do fortalecimento da UNE e dos objetivos que a entidade precisaria seguir. Quanto à composição da mesa diretora, o seu perfil foi plural, ao ser constituída por Alzira José de Siqueira Medeiros (presidenta do DCE/UFPE), senador Marcos Freire (MDB-PE), Marcelo Barbieri (Fundação Getúlio Vargas [FGV]-SP), José Basílio de Siqueira (líder camponês da região do Araguaia-PA), Ruy César Costa e Silva (presidente do DCE/UFBA), entre outros²⁷.

No congresso discutiu-se a respeito da aprovação da Carta de Princípios da UNE. Os debates expressaram as diferentes propostas de tendências variadas e cada uma delas objetivou aprovar o seu texto na íntegra. Durante a coordenação da plenária geral, Ruy César recebeu aproximadamente 15 propostas e, perante o desafio de implementá-las, agiu da seguinte forma:

Então, propus à plenária que ela me desse dez minutos. Durante esses dez minutos, uma outra pessoa de Pernambuco assumiria a mesa, para que eu pudesse juntar o que fosse consenso em todas as cartas e apresentasse para a plenária. De novo, todas as lideranças foram contra. Porque cada tendência queria que o seu princípio fosse o princípio da UNE. Mas aí, novamente, eu coloquei em votação, e 80% da plenária foi a favor. Peguei todas as cartas de

²⁶ Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Relatório final sobre o XXXI Congresso da UNE, anexado no encaminhamento confidencial nº 281, de 18 de junho de 1979.

²⁷ Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Relatório final sobre o XXXI Congresso da UNE, anexado no encaminhamento confidencial nº 281, de 18 de junho de 1979.

princípios, peguei um princípio de cada carta – aqueles que eram mais consensuais – e fiz a Carta de Princípios da UNE, que foi aprovada (MÜLLER, 2014, p. 140).

Em meio a essas fissuras internas no movimento, os jovens conseguiram a aprovação desse importante documento, baseado em sete pontos. Outra questão que dividiu opiniões foi o formato de eleições para a diretoria. Nesse sentido, a maioria dos estudantes decidiu por eleições diretas, sendo eleita uma diretoria provisória, com a finalidade de realizar uma nova votação. Nos dias 3 e 4 de outubro de 1979 foram realizadas eleições diretas em todo o Brasil. O Ruy César, por meio de uma coligação entre o PCdoB, o MR-8²⁸ e a APML²⁹, foi vitorioso na disputa pela presidência da UNE³⁰.

Considerações finais

Diante disso, os/as militantes estudantis de Pernambuco foram bastante atuantes na luta em defesa da reconstrução da UNE, participando desse processo em seus diferentes momentos em níveis local e nacional. A presença de diversos jovens no congresso de Salvador, a ocupação de

²⁸ O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) “[...] originou-se da Dissidência da Guanabara do PCB (Partido Comunista Brasileiro), teve grande influência no Movimento Estudantil e destacou-se nacional e internacionalmente ao idealizar e realizar, em conjunto com a ALN, o primeiro seqüestro [sic] de caráter político que teve êxito na história: o do embaixador norte-americano [Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969,] no Brasil”. MIRANDA; TIBÚRCIO, 2008, p. 474.

²⁹ A Ação Popular “[...] surgiu os quadros da Juventude Universitária Católica (JUC), em 1963. Em 1968, assumiu uma variante maoísta no campo do marxismo e, em 1971, defendeu a união de todas as correntes marxistas-leninistas. No mesmo ano, a maioria da organização fundiu-se com o PCdoB, e os que ficaram passaram a denominar-se AP-ML (Ação Popular Marxista-Leninista)”. MIRANDA; TIBÚRCIO, 2008, *Op. cit.*, p. 572.

³⁰ A primeira diretoria após a reconstrução da UNE atraiu o olhar vigilante dos agentes do DOPS-PE, que identificaram a sua composição: Ruy César Costa e Silva (presidente, UFBA), Marcelo Barbieri (vice-presidente nacional, FGV-SP), Aldo Rebelo (secretário geral, UFAL), Vladir de Oliveira (tesoureiro, UFRN), Ivaneck Perez (vice-presidente Centro-Oeste), Luiz Antônio Alencar Marinho Falcão, o “Lula” (vice-presidente Nordeste, UFPE), Sérgio Carneiro (vice-presidente Norte, UFPA), Juarez Amorim, o “Juca” (vice-presidente Sudeste, UFMG), Alon Feuerwerker (vice-presidente Sul, USP), Pedro Laurentino Reis Pereira (secretário de exatas, UFRPE), M. Francisca, a “Kika” (secretária de humanas, UFRJ), Gilberto Martin (secretário de biomédicas, UEL), José Pimenta (diretor de esporte, UFJF), Fredo Ebling (diretor de cultura, UFRGS) e Cândido Vaccarezza (diretor de imprensa, UFBA). LACERDA, 2015, p. 114. Acervo do DOPS-PE/APEJE. União Nacional dos Estudantes. Fundo nº 1346. Data: 1977. Panfleto.

espaços significativos de fala no evento e a conquista da diretoria eleita com dois cargos relevantes na entidade (vice-presidente Nordeste e secretário de exatas) expressam a força de sua liderança política. Valendo salientar que, em 1981, durante as eleições para diretoria da UNE, foi eleita a chapa *Viração*, tendo como secretário geral Luiz Marinho de Alencar Falcão (UFPE) e vice-presidente Nordeste Alzira Josefa Siqueira de Medeiros (UFPE).

Nesse cenário, foi constituída uma arena de disputas políticas, com lutas e ideais em comum e fissuras internas no movimento, perante as díspares concepções políticas e disputas por poder. Essa atuação atraiu o olhar vigilante dos agentes de segurança e informação, materializado em vários documentos acerca dos universitários e dos fatos ligados à reconstrução da UNE, com destaque para os relatórios minuciosos acerca do tema. Segundo Pedro Ernesto Fagundes:

Nesse sentido, a resistência que, anteriormente, era vista como ilegal e clandestina a partir das atividades em torno das ‘Liberdades Democráticas’ adquiriu um caráter legal e público. A palavra de ordem ‘Democracia’ unificou os militantes sociais e respaldou a atuação das entidades estudantis. Se, por um lado, estavam no horizonte imediato das mobilizações de massa a reorganização da UNE e a Anistia, por outro lado também fazia parte da pauta política a reconquista plena dos direitos políticos e da cidadania. Nesse novo cenário eram os estudantes que reivindicavam a reconstitucionalização do país (FAGUNDES, 2015, p. 7)

Dessa forma, verificamos uma mudança de posicionamento social em relação à atuação do movimento estudantil e à reconstrução da UNE. Nesse processo fruto do acúmulo de experiências políticas, o discurso juvenil em defesa das liberdades democráticas foi fundamental para a mobilização das massas, objetivando a conquista dos direitos políticos e exercício da cidadania, por meio do protagonismo discente, crescente em meio à

expansão do ensino superior, culminando em um maior quantitativo de militantes estudantis. Diante disso, afirmamos que o congresso da UNE foi o evento político mais importante do primeiro semestre de 1979 para o movimento estudantil. Concomitantemente a ele, em Pernambuco ganhou força a luta pela reconstrução da principal entidade estadual, a União dos Estudantes de Pernambuco (UEP)³¹.

Referências

ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias estudantis**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Onde está o povo, aí está a Igreja?** História e memórias do Seminário Regional do Nordeste II, do Instituto de Teologia do Recife e do Departamento de Pesquisa e Assessoria. Recife: FASA, 2009.

CANCIAN, Renato. **Movimento estudantil e repressão política**: o ato público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes. 2008, 295f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFSCar, Centro de Educação e Ciências Humanas, Recife, 2008.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **O Congresso da UNE de 1979**: segundo os documentos do aparato repressivo brasileiro. In: XXVIII Simpósio Nacional de História. 27-31 jul. 2015, Florianópolis. Anais ... ANPUH Nacional, 2015.

LACERDA, Gislene Edwiges de. **O movimento estudantil e a transição democrática brasileira**: memórias de uma geração esquecida. 2015, 216f. Tese (Doutorado em História Social) – UFRJ, Instituto de História, Rio de Janeiro, 2015.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar**: a responsabilidade do Estado. 2. ed. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2008.

MÜLLER, Angélica. No caminho à democracia: o processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes. **Dimensões**, Vitória, v. 32, pp. 128-147, 2014.

³¹ Para um aprofundamento acerca desta temática, consultar: SOARES, 2020.

POERNER, Artur José. **O poder jovem**. 4ª ed. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.

SALDANHA, Alberto. **A UNE e o mito do poder jovem**. Maceió: EDUFAL, 2005.

SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984**. 2007, 248f. Dissertação (Mestrado em História) – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2007.

SILVA, Marcília Gama da; SOARES, Thiago Nunes (Orgs.). **Pernambuco na mira do golpe. 3 volumes**. Porto Alegre: Fi, 2021. Disponíveis gratuitamente em <https://www.editorafi.org/059golpe>

SOARES, Thiago Nunes. **Gritam os muros: pichações e ditadura civil-militar no Brasil**. Curitiba: Appris, 2018.

SOARES, Thiago Nunes. **“Um clima de agitação criado por alunos esquerdistas”:** vigilância, militância política e lutas por liberdades democráticas na UFPE (1973-1985). 2020, 296f. Tese (Doutorado em História) – UNIRIO, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2020.

Trabalhadores e trabalhadoras em educação da rede pública estadual de Pernambuco: experiências e lutas¹

*Max Rodolfo Roque da Silva*²

Introdução

A organização coletiva dos professores brasileiros remonta à segunda metade do século XIX, conforme demonstrou Daniel Lemos (2008). No entanto, é no século XX que este processo se dará com maior intensidade. Nas décadas de 1950 e 1960, por exemplo, diversas associações, tanto de professores do ensino primário como do secundário, foram sendo criadas em diversos estados do país. No entanto, inicialmente essas associações tinham um caráter mais assistencialista e, em muitos casos, eram criticadas por não representar de fato os interesses do professorado, não assumindo, portanto, uma postura mais condizente com as difíceis condições de vida e trabalho que vinham gradativamente atingindo a categoria.

Todavia, a partir da década de 1970, em decorrência das reformas implementadas pelo regime militar brasileiro – reorganização do ensino superior (1968) e criação dos níveis de ensino de 1º e 2º graus (1971) –, o professorado da educação básica dos diversos estados do país vai experimentar “novas” formas de organização e luta, no sentido de resistir

¹ Texto apresentado originalmente como comunicação no XIII Encontro Estadual de História – História e mídias: narrativas em disputas, promovido pela ANPUH-PE.

² Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na linha de pesquisa em Filosofia e História da Educação. Mestre em Educação por esta mesma Universidade. Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2558799579688400>

ao processo de precarização e proletarização do seu trabalho (FERREIRA Jr, 2019; GOUVEIA, 2013).

De acordo com Amarílio Ferreira Jr. (2019, p. 53),

A nova composição profissional da categoria dos professores que emergiu da política de expansão quantitativa da escola pública e a conseqüente luta sindical por melhores condições sociais e profissionais para o ofício de ensinar foi a mais evidente materialização das profundas mudanças que a educação sofreu após o golpe de estado de 1964.

Assim sendo, as ações reivindicatórias adotadas por professores e professoras das redes públicas estaduais pelo Brasil pouco se diferenciavam do modelo desenvolvido até então pelo operariado fabril. Ao se organizarem em entidades corporativas, centradas na obtenção de ganhos econômicos, os professores logravam obter melhores condições de vida e trabalho. No entanto, a própria dinâmica de suas manifestações e reivindicações os fez adentrar no contexto das lutas características do cenário político nacional do período (FERREIRA JR., 2019).

Nos anos finais de 1970, em função das reformas educacionais do regime militar, o quantitativo de professores da rede pública havia crescido exponencialmente e a perspectiva de valorização profissional havia sido indicada nos Estatutos Estaduais e Municipais do Magistério. No entanto, as condições de trabalho dos professores permaneceram precárias e o rendimento dos mesmos sofria um processo de depreciação constante (GOUVEIA, 2013).

Neste sentido, a política de arrocho salarial e a perspectiva de

construção de uma identidade profissional tornaram-se combustíveis para um ciclo de mobilizações coletivas e de greves, com caráter tipicamente trabalhista que os professores ainda não tinham experimentado em toda a história brasileira (GOUVEIA, 2013, p. 116).

O que por si só não significou nenhuma novidade, posto que é possível verificar greves de professores antes mesmo deste período. De acordo com Andréa Gouveia (2013), a novidade não foram as greves por si mesmas, mas a sua intensidade, seu alcance e sua radicalidade, pois atingiram, sobretudo a partir dos anos de 1978 e 1979, a maioria dos estados brasileiros, paralisando não apenas capitais, mas também pequenas cidades no interior destes estados.

Em Pernambuco, por exemplo, em consonância com o que vinha ocorrendo em outros estados, ocorre em 1979 a primeira greve geral dos professores do ensino oficial, a qual constituiu-se como um marco na história das lutas empreendidas pela categoria. Após este movimento grevista, em decorrência de algumas represálias do governo da época, os professores se viram com algumas dificuldades para encaminhar suas ações reivindicatórias nos anos posteriores. Ainda assim, não ficaram de braços cruzados (SILVA, 2019).

Deste modo, a segunda metade da década de 1980 foi um período bastante rico para o movimento organizativo dos professores e professoras do ensino oficial do estado de Pernambuco, no que diz respeito a adoção de estratégias de luta de caráter mais combativo no sentido de terem atendidas suas reivindicações por melhores condições de vida e trabalho. O que houvera iniciado no ano de 1979, retorna com bastante força e vivacidade, constituindo-se como traço marcante de uma categoria que estava por vias de efetivar sua ação coletiva sob a batuta da Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE).

Partindo da compreensão do historiador inglês Edward Palmer Thompson de que a classe social se constitui como uma formação histórica que os sujeitos elaboram a partir de suas experiências de luta, o objetivo deste texto é discutir sobre as experiências e lutas dos trabalhadores e

trabalhadoras em educação da rede pública estadual de Pernambuco no período correspondente à segunda metade da década de 1980. Nosso recorte se justifica por ser este um período no qual professores e professoras realizaram movimentos bastante expressivos de enfrentamento ao Estado, pautando reivindicações e debates de caráter econômico (reajustes salariais), político (redemocratização do país), e político-educacional (defesa de uma escola pública de qualidade). Assim, realizaram encontros e congressos estaduais, passeatas e greves – estas que se constituíram como importantes momentos de radicalização da luta da categoria –, no sentido de reivindicar melhores condições de vida e trabalho e influenciar ativamente nos rumos da educação e da política nacional.

Os encontros e congressos da associação dos professores do ensino oficial de Pernambuco (APENOPE)

Ao longo da década de 1980, a Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco realizou diversos encontros e congressos, regionais e estaduais, no sentido de reunir professores e professoras e discutir tanto assuntos relacionados especificamente à categoria, como também ao contexto sócio-político do país³. De início, as condições para a realização de tais eventos eram um tanto precárias, em decorrência das limitações financeiras enfrentadas pela Associação⁴. Ainda assim, nos primeiros anos do período em questão, a APENOPE realizou seus primeiros encontros, lançando mão de novas estratégias de organização e reivindicação.

Em 1985 ocorreu o III Encontro Estadual dos Professores, na cidade de Garanhuns, cujo tema central foi “A sociedade brasileira e a educação

³ Em virtude da documentação a que tivemos acesso em nossa pesquisa, vamos abordar apenas alguns destes eventos.

⁴ Logo após a greve de 1979, o governador Marco Maciel suspendeu o desconto em folha dos associados, fazendo com que a APENOPE tivesse prejuízos significativos em sua arrecadação. A volta da consignação dos associados aconteceu apenas em 1985, após diversas tentativas da Associação.

do seu povo”. Deste evento, saíram resoluções concernentes a questões político-organizativas, econômicas e político-pedagógicas, tais como: mudança no estatuto do magistério; 3 salários mínimos para professor primário, 6 salários mínimos para 150 horas-aulas e 8,5 salários mínimos para 200 horas-aulas; exigir do governo uma política educacional voltada para os interesses populares. “Além disto, o evento também serviu para se refletir quanto à posição do educador na conjuntura política do momento e à sua participação no processo de convocação da Constituinte (SILVA, 2014, p. 66).

Dando seguimento a realização de eventos, a APENOPE organiza, em 1987, o II Congresso Estadual de Professores do Ensino Oficial de Pernambuco, que teve como tema “A escola que interessa à classe trabalhadora”. Este evento se constituiu como mais um marco na trajetória de lutas do movimento docente da rede pública do estado de Pernambuco, “pois nele esteve presente o total de 500 delegados eleitos em cada uma das escolas da rede pública estadual, objetivando ‘traçar uma política educacional e sindical’ e transformar a escola pública” (SILVA, 2014, p.65).

No ano seguinte, na cidade de Arcoverde, sertão de Pernambuco, foi realizado o II Congresso Estadual dos Professores, centralizando a discussão a respeito da “Escola pública de qualidade: como conquistá-la?”.

Na ocasião, (...) objetivavam “partir da realidade da Escola Pública brasileira, analisá-la no contexto sócio-político-econômico do país, na perspectiva de repensar o tipo de Escola Pública que queremos”, bem como definir suas estratégias de ação e sua organização “enquanto trabalhadores de educação e enquanto classe”. (SILVA, 2014, p. 65).

Mediante o exposto, podemos perceber uma certa amplitude das pautas discutidas nos encontros e congressos da APENOPE, as quais não

se limitavam apenas a questões de ordem econômica, mas se estendiam a aspectos relacionados à educação de um modo geral e ao contexto social e político do Brasil. Deste modo, pensando junto com Edward P. Thompson, temos que os eventos organizados pela APENOPE se constituíram como importantes momentos nos quais a categoria “sente e articula a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens” (1981, p. 10) e traça suas estratégias de luta.

Os trabalhadores (em educação) e as greves na década de 1980

Ao longo dos anos de 1980 outras ações que merecem o devido destaque na trajetória de lutas do movimento docente da rede pública estadual de Pernambuco são as greves. Estas que, sem dúvida, se constituíram como importantes momentos de tensionamento entre a categoria e o Estado, tornando-se movimentos expressivos não apenas no contexto de lutas dos professores e professoras da educação básica no Brasil, mas, sobretudo, no bojo das lutas empreendidas pelos trabalhadores e trabalhadoras como um todo.

De acordo com Marcelo Badaró Matos (2009), durante a década de 1980 as lutas desenvolvidas pelos trabalhadores através das greves vão continuar ocorrendo de modo ainda mais intenso. Sobretudo “no contexto do fim da ditadura militar, as reivindicações por reajuste salarial (...) revestiram-se de um significado político, cuja importância as fazia romper com o mero sentido econômico que as motivara” (SILVA, 2014, p. 68).

Afinal, o modelo de desenvolvimento econômico dos governos militares baseava-se no arrocho salarial. E o crescimento econômico acelerado era o argumento mais usado nos discursos dos dirigentes para justificar a ditadura (MATOS, 2009, p. 122).

As manifestações grevistas dos trabalhadores e as reivindicações nelas explicitadas traziam “a público, de forma contundente, a perversidade do modelo econômico concentrador de renda, que começava a falir” (MATOS, 2009, p. 122). Deste modo, assim como se deu com o movimento dos demais trabalhadores no decorrer da década de 1980, várias greves de professores eclodiram nos diversos estados brasileiros, fazendo com que o movimento docente se consolidasse ainda mais no país, influenciando de maneira significativa na formulação de políticas educacionais (MIRANDA, 2011).

É neste contexto que se situam as greves realizadas pelos professores da rede pública estadual de Pernambuco, sob a liderança da APENOPE, no sentido de reivindicar melhores condições de vida e de trabalho e intervir nos rumos da educação brasileira. No entanto, conforme apontamos anteriormente, é importante destacar que, sobretudo entre os anos de 1980 e 1985, a APENOPE encontrou diversas dificuldades para organizar as ações de luta da categoria, devido às limitações financeiras impostas pelo corte da consignação dos associados.

Ainda assim,

(...) os docentes conseguiram com muito esforço dar continuidade à luta organizativa, ora de forma articulada com o movimento nacional – como foi a realização do dia de paralisação nacional, em 1980, em prol da aposentadoria aos vinte e cinco anos e de reajuste semestral, - ora, de iniciativa própria como a concretização do primeiro Encontro Estadual dos Professores (PEREIRA, 1991, p. 187).

Não obstante a isto, os docentes do ensino oficial de Pernambuco também tiveram participação ativa nos Encontros da Classe Trabalhadora (ENCLAT) e no processo de construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Além de, no ano de 1984, a APENOPE ter se filiado

a Confederação dos Professores do Brasil (CPB), da qual resulta a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Porém, foi com a volta do desconto em folha da contribuição dos associados que surgiram as condições materiais necessárias para a realização de ações reivindicatórias mais efetivas, pois a APENOPE

(...) vai ter condições de investir fortemente no processo de interiorização do movimento, levando a cabo com maior intensidade ações organizativas a exemplo de concentrações, passeatas, atos públicos em sintonia com as bandeiras de luta a nível nacional (PEREIRA, 1991, p. 189).

No ano de 1985, por exemplo, diversas manifestações foram organizadas pela APENOPE, como a do dia 11 de abril, quando, em conformidade com o calendário nacional, foi realizado o Dia Nacional de Luta, no qual professores e professoras caminharam até o Palácio do Governo para entregar um documento contendo uma série de reivindicações, dentre as quais: “Mais verbas para as Escolas Públicas; Piso salarial de três salários mínimo; Eleições diretas para diretores e vice-diretores das escolas públicas estaduais e Constituinte livre, democrática e soberana” (SILVA, 2014, p. 71).

Após um considerável período sem a ocorrência de movimentos paredistas expressivos no estado, a despeito de outras manifestações e atividades realizadas, a APENOPE volta a encabeçar greves importantes na história do movimento docente da rede pública estadual de Pernambuco, como as realizadas entre os anos de 1986 e 1988. Mesmo sendo realizadas no período pós-ditadura, os referidos movimentos grevistas eclodiram em decorrência de uma política econômica que, tanto como o arrocho salarial característico do regime militar, afetava aos trabalhadores.

De acordo com Matos (2009, p. 122), nos primeiros governos civis já foi possível perceber as mazelas resultantes de uma política econômica que tinha a classe trabalhadora como alvo, pois

(...) os “tratamentos de choque” para a inflação centravam-se sempre no congelamento de salários. Nas greves por reajustes, o movimento sindical mostrava à sociedade que a lógica de classe dos planos econômicos era a mesma da política da ditadura: os trabalhadores pagavam a conta.

Conforme o exposto, as lutas dos professores do ensino oficial de Pernambuco através das greves se deram no sentido de resistir ao processo de proletarização do trabalho docente, em curso desde a década de 1970, tendo em vista que, assim como os demais trabalhadores, vinham “pagando a conta” pela elaboração de planos econômicos concentradores de renda.

As greves de 1986 e 1987: a luta em defesa das professoras primárias e do piso salarial

A greve de 1986 aparece como uma das mais expressivas na história de lutas dos professores da rede pública estadual de Pernambuco, pois nela ganharam destaque demandas específicas para as professoras primárias. O movimento foi precedido por algumas atividades importantes realizadas pela categoria no estado, como a participação na Greve Nacional do dia 17 de abril, aprovada no XIX Congresso Nacional da Confederação dos Professores do Brasil, realizado em João Pessoa (SILVA, 2014).

Inicialmente, estourou uma greve por tempo indeterminado deflagrada pela Comissão Intersindical, da qual a APENOPE era integrante. Após 13 dias, o movimento paredista “realizado por diversos profissionais do funcionalismo público chega ao fim com resultados que agradaram muito mais a outras categorias de servidores do que aos professores” (SILVA, 2014, p. 73).

No entanto, por apresentar outras reivindicações para além das propostas pela Intersindical, a APENOPE decidiu, juntamente com a categoria, por prosseguir com o movimento, o que

(...) foi de significativa relevância no processo organizativo da categoria, uma vez que ela conseguiu, de fato, ser uma entidade representativa do conjunto do magistério oficial de Pernambuco, acumulando no processo de luta, a força do expressivo contingente de professores do Pré-Escolar e de 1ª a 4ª séries da rede estadual de ensino (PEREIRA, 1991, p. 192).

A greve por tempo indeterminado foi deflagrada no início do mês de agosto, tendo como principal reivindicação a implementação do piso de três salários mínimos para as professoras de 1ª a 4ª séries. O estopim para o movimento foi uma mensagem encaminhada pelo então governador Roberto Magalhães – que estava se afastando do cargo para concorrer ao Senado Federal, deixando a vaga para Gustavo Krause, seu vice – para a Assembleia Legislativa concedendo aos professores com formação superior um piso de seis salários mínimos.

De acordo com os professores, a ação do governo significou uma estratégia para dividir a categoria, pois, “ao atender ao professor universitário, o governo avalia como segmento da categoria que tem maior mobilidade” (APENOPE, 1986). Deste modo, questionavam: “Por que os professores de nível universitário⁵ podem ter um piso de 6 salários mínimos e nós professoras polivalentes não podemos ter nem a metade?” (APENOPE, 1986).

A APENOPE chamava a atenção para a necessidade de a luta ser desenvolvida de maneira conjunta, conclamando uma maior participação das professoras primárias no movimento paredista, tendo em vista sua

⁵ Importante destacar que neste caso a referência é feita aos professores com formação universitária e não aos que atuavam em Instituições de Ensino Superior.

relevância como “um segmento da categoria que conta com cerca de 12.000 profissionais, há a necessidade de ampliação da mobilização da professora primária” (APENOPE, 1986).

Neste sentido, consideramos que a luta pelo piso salarial significou apenas uma parte no conjunto de lutas do coletivo dos professores da rede pública do estado de Pernambuco, pois, mesmo considerando a importância de se lutar pela sua implementação, sobretudo para as professoras primárias, a categoria enxergou o movimento como uma possibilidade de “tomada de consciência sobre a REALIDADE EDUCACIONAL no nosso estado” e consideraram a importância de seu “papel como AGENTES SOCIAIS DE MUDANÇAS EDUCACIONAIS, CULTURAIS E POLÍTICAS” (APENOPE, 1986).

Assim, compreendiam que

A GREVE DOS PROFESSORES DE PERNAMBUCO se situa num contexto mais amplo, que se caracteriza por um despertar da consciência dos professores de todo país, no sentido de resgatar a dignidade profissional do magistério público (APENOPE, 1986).

No intuito de fortalecer o movimento, as lideranças da APENOPE buscavam sua interiorização, haja vista a significativa adesão na Capital e Região Metropolitana. “Segundo o Comando de Greve, aproximadamente 90% das escolas da Capital e Região Metropolitana aderiram ao movimento em seu primeiro dia, paralisando imediatamente as aulas” (SILVA, 2014, p. 78), já aparecendo indicativos de paralisação também no interior do estado, como nas cidades de Limoeiro, Ribeirão, Palmares, Paudalho e Caruaru, por exemplo.

Como forma de mobilizar ainda mais a categoria, foram realizados diversos debates para que a categoria pudesse expressar suas opiniões e compartilhar suas experiências, e encontros com as comunidades “para

debater os problemas da educação (que deve merecer também a preocupação dos pais)” (APENOPE, 1986).

As passeatas, por exemplo, se constituíram com um dos pontos fortes de expressão pública da insatisfação dos professores e das professoras. Nelas,

(...) milhares de professores ocuparam as ruas do Recife e do interior, numa demonstração firme de exercício livre de nossa cidadania, expressando um descontentamento coletivo há vários anos reprimido com as precárias condições de trabalho nas nossas escolas (APENOPE, 1986).

A categoria seguiu firme no movimento, apesar das pressões do governo para que retornassem ao trabalho, ameaçando-os de corte de ponto, suspensão de contracheques e uso do aparelho policial. Passados 17 dias da eclosão da greve, a categoria reclamava da falta de diálogo por parte do governador, considerando-o “insensível” e “intransigente”. Enquanto isto, reafirmavam que a adesão à greve crescia nas várias regiões do estado (SILVA, 2014).

Somente no dia 3 de setembro, quando se contabilizava mais de vinte dias de greve, foi publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco uma determinação do governador para que sua assessoria jurídica elaborasse um aditivo à mensagem enviada para a Assembleia Legislativa, estabelecendo o piso de 3 salários mínimos para as professoras de 1^a a 4^a séries, a ser implantado a partir do mês de outubro do corrente ano.

A categoria recebeu a notícia com bons olhos, pois significava uma vitória a partir de um processo de lutas e reivindicações. No entanto, os professores estranharam o fato de o governador justificar “sua decisão, em função de sua ‘sensibilidade’ com um pequeno grupo de professores ‘fura-greve’, não querendo reconhecer o óbvio e subestimando a compreensão e a inteligência dos professores e da opinião pública” (APENOPE, 1986).

No entanto, para a surpresa da categoria, o piso salarial recém-conquistado durou por apenas três meses, ou seja, vigorando apenas de outubro a dezembro. Como não havia sido estabelecido em forma de Lei, “Gustavo Krause teve totais condições para aproveitar o final de seu mandato e tomar esta atitude contrária aos professores e, por que não dizer, à educação de modo geral” (SILVA, 2014, p. 84). Deste modo, esta demanda foi levada para a gestão que assumiria o governo do estado no ano seguinte.

Em 1987 Miguel Arraes se tornava Governador de Pernambuco pela primeira vez após o regime militar⁶. Para os setores mais progressistas da sociedade, era como se novos e bons tempos estivessem para começar, pois agora efetivamente “*arrastavaí*”⁷. De acordo com Silke Weber, que logo assumiria o cargo de Secretária de Educação, “O clima (...) era muito eufórico (...) de demanda por mudança, de resgate do passado, enfim, sobretudo de fazer com que a (...) democracia realmente se consolidasse”⁸.

Preocupados em garantir o piso salarial conquistado e em seguida retirado no ano anterior, antes mesmo de Miguel Arraes tomar posse, os professores e professoras já se movimentavam “em torno da possibilidade de iniciar uma greve no intuito de reivindicar a implementação do piso salarial, do qual desfrutaram apenas alguns poucos meses durante a gestão de Gustavo Krause” (SILVA, 2014, p. 85).

Do mesmo modo que na greve de 1986, os professores e as professoras do ensino oficial de Pernambuco iniciaram um movimento grevista em conjunto com os demais servidores do estado. No entanto, por algumas divergências quanto aos rumos e duração do movimento

⁶ Ele já havia sido eleito em 1962, mas foi deposto do cargo e preso em 1964, em função do golpe civil-militar.

⁷ Referência a um dos jingles da campanha de Miguel Arraes ao governo: “Arrastái Arrastái denovo, Arrastái Arrastái meu povo”.

⁸ Entrevista concedida em maio de 2014.

paredista, bem como por demandar questões específicas, os professores seguiram em greve, apesar do recuo da Comissão Intersindical. Neste sentido, realizaram “(...) passeatas, atos públicos, paralisação em dezenas de cidades do interior, na capital e área metropolitana; debates em dezenas de comunidades organizadas e uma boa utilização dos meios de comunicação” (APENOPE, 1987).

Mesmo com muitas dificuldades, o movimento grevista de 1987 foi levado à frente. No entanto, ao final os ganhos econômicos não foram tão significativos como a categoria esperava: o piso salarial não foi reconquistado e os professores acabaram aceitando os 30% de abono salarial proposto pelo governo. Ainda assim, as lutas empreendidas ao longo de 49 dias, “renderam aos professores o compromisso do governo em estudar formas para o estabelecimento de uma Política Salarial e para a reintegração do professor Paulo Rubem Santiago ao quadro do magistério pernambucano” (SILVA, 2014, p.90).

A greve de 1988 e a luta como trabalhadores da educação

No dia 29 de fevereiro de 1988 teve início mais uma greve do magistério do ensino oficial de Pernambuco. Com a realização de piquetes em frente às escolas e estendendo-se ao longo de 54 dias, este movimento paredista se tornou o maior do tipo no estado até então. As principais reivindicações da categoria foram: "a implantação do Plano de Cargos e Salários e a reposição imediata da defasagem salarial verificada entre outubro de 1986 e fevereiro último” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/03/1988); “além disto, os professores também exigiam eleições diretas para diretor escolar, melhores condições de trabalho nas escolas e a reintegração do professor Paulo Rubem Santiago” (SILVA, 2014, p. 90).

De acordo com o Comando de Greve, um dia após a deflagração da greve, a adesão dos professores da Região Metropolitana do Recife atingia

a marca de 95%, contando também com a participação dos professores do interior do estado. Na capital, as lideranças do movimento se organizaram no sentido de realizar uma passeata em direção Palácio do Campo das Princesas para entregar sua pauta de reivindicações ao governador Miguel Arraes. No entanto, apenas foram recebidos pelo Secretário da Casa Civil, Marcos Cunha.

Na ocasião, a comissão, formada por dois representantes de cada entidade docente do estado (APENOPE, AOPE, ASSUEPE e CPP) e quatro eleitos em assembleia, recebeu a garantia do secretário de que seu documento seria entregue neste mesmo dia ao governador e aos secretários das pastas de Educação e Trabalho para que fosse elaborada uma resposta às reivindicações da categoria (SILVA, 2014, p. 94).

No dia seguinte, a categoria recebeu uma resposta do governo do estado acerca de suas reivindicações. “No entanto, a resposta do Governo, já no finalzinho da tarde (a Apenope (...)) afirmou que a recebeu por volta das 17 horas) nada apresentou de concreto neste sentido” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/03/1988).

O documento encaminhado pelo governo aos professores foi

(...) subscrito pelos secretários Silke Weber, da Educação, e Romeu da Fonte, do Trabalho e Ação Social, faz uma série de exposições relativas à política salarial e administrativa do Governo, em particular da Secretaria de Educação, e conclui convidando os mestres a discutir suas reivindicações (...) (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/03/1988).

Neste sentido, o governo então convocou as lideranças do movimento grevista para, “(...) a partir das 11 horas, na Secretaria de Trabalho e Ação Social (...), discutir com representantes do Palácio das Princesas o documento contendo as reivindicações da categoria, encaminhado ao governador (...)” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/03/1988).

Na medida em que avançavam os dias e não se chegava a nenhum acordo entre as partes, o clima de tensão só aumentava e o movimento grevista foi tomando contornos cada vez mais radicais. Diversas passeatas foram realizadas, culminando, em muitos casos, em vigílias, como na vez em que a categoria partiu da Assembleia Legislativa por volta das 16h30min e caminhou pela Rua da Aurora, Avenida Mário Melo, Rua do Hospício e, ainda, as avenidas Conde da Boa Vista, Guararapes e Dantas Barreto, concluindo o ato público por volta das 18h (SILVA, 2014).

O movimento grevista já contava com uma participação significativa dos professores e das professoras da capital e região metropolitana, mas também de

(...) representantes dos municípios de Goiana, Pesqueira, Arcoverde, Limoeiro e Garanhuns, entre outros. Munidos de Faixas e cartazes a categoria fez o percurso gritando palavras de ordem, cantando e “chorando” a morte do deputado Marcos Cunha, considerado pelos mestres como repressor da greve, e dos diretores biônicos, para eles, os traidores da categoria (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06/04/1988).

Vendo-se com dificuldades para manter as negociações com o governo, os manifestantes “como forma de pressão junto à Secretaria Estadual de Educação (...) decidiram (...) bloquear o acesso dos servidores à sede do órgão, para assim forçar a reabertura das negociações” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06/04/1988). Enquanto caminhavam em direção à Secretaria, os professores levaram na frente do coletivo dois caixões, simbolizando os enterros do deputado Marcos Cunha e dos diretores biônicos. Durante a ação, acabaram se encontrando com manifestantes de outras categorias: inicialmente com os estudantes da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), “protestando o aumento das mensalidades, (...) e o outro foi com os trabalhadores da Construção Civil,

que estavam concentrados em frente à Delegacia Regional do Trabalho” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06/04/1988).

Em dado momento do movimento, os grevistas confeccionaram um panfleto, assinado pelas quatro associações docentes do estado (AOEPE, APENOPE, ASSUEPE e CPP), reafirmando a continuidade da greve, reforçando suas reivindicações e denunciando o descaso do governo e a repressão policial. “O panfleto aparece como uma expressão da luta levada a cabo não apenas pelos professores, mas pelos orientadores e supervisores educacionais, todos sob a designação de *trabalhadores da educação*” (SILVA, 2014, p. 96).

Agora a luta não era empreendida apenas como professores e professoras, orientadores(as) e supervisores(as) educacionais, ou como servidores(as) públicos(as), mas como trabalhadores da educação, o que se configura como uma construção resultante das experiências e lutas travadas desde anos anteriores, no sentido de abranger, gradativamente, a todos os sujeitos atuantes no espaço escolar, mediante a compreensão mais ampla de sua inserção no conjunto das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras de um modo geral. Neste sentido, pensando junto com E. P. Thompson, podemos compreender a classe dos trabalhadores e trabalhadoras em educação da rede pública estadual de Pernambuco, protagonizada sobretudo por professores e professoras, como “uma formação histórica que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta” (1981, p. 57).

Após muitas tentativas, enfim as lideranças do movimento foram recebidas pelo governador Miguel Arraes. A reunião recebeu cobertura especial por parte de alguns jornais do estado, sendo considerada “o momento político mais importante da greve dos professores da rede pública estadual” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 17/04/1988). Alguns dias após a reunião, o movimento grevista chegava ao fim. Mesmo não obtendo

os resultados que esperavam, sobretudo “quantos às questões salariais que vinham reivindicando, os professores consideraram o movimento vitorioso por ter contribuído para outras conquistas que julgavam também importantes para a categoria” (SILVA, 2014, p. 100), como

(...) a admissão do companheiro Paulo Rubem Santiago; o fato de que arrancamos a máscara do governo, que se diz popular, (...); conquistamos mais tempo para a conclusão dos trabalhos do Estatuto do Magistério e para o trabalho sindical; conseguimos paralisar mais de 100 municípios no interior do Estado e organizar vários núcleos (Jornal da APENOPE. Ano IX - Nº 1. Agosto de 1988).

A partir disto, as lideranças afirmavam o saldo positivo do movimento, reconhecendo que não ter conseguido os ganhos econômicos almejados significou apenas uma derrota “em um item da luta, não a luta toda” (JORNAL DA APENOPE, 1988). Neste sentido, a greve de 1988 se constituiu como o mais expressivo na trajetória de luta do magistério oficial do estado de Pernambuco não apenas pelos dias que excederam a todos os outros movimentos paredistas realizadas no estado até então, mas, sobretudo, pela mobilização expressiva que atingiu diversas cidades, da capital ao interior, e pela efetivação de um amadurecimento político por parte de professores e professoras, “bem como dos demais profissionais ligados à escola, como resultado do acúmulo de experiências vivenciadas nas lutas empreendidas outrora, primeiramente como professores e agora como trabalhadores em educação” (SILVA, 2014, p. 101).

Dois anos após a esta greve, em conformidade com o que vinha se dando com outras entidades docentes de diversos estados brasileiros, foi realizado o Congresso de Unificação, em março de 1990, no Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães, o “Geraldão”. Na ocasião, o movimento docente do ensino oficial de Pernambuco, representado pela APENOPE,

pela Associação dos Orientadores Educacionais (AOEPE), pela Associação dos Supervisores Educacionais (ASSUEPE) e pelo Centro dos Professores de Pernambuco (CPP) – que participou do evento, mas não aderiu à unificação –, após muitas discussões e divergências, foi unificado no Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco (SINTEPE), efetivando uma demanda histórica de luta pela legalização do sindicalismo do funcionalismo público – garantida pela Constituição de 1988 –, e consolidando um processo de luta coletiva de viés mais combativo no encadeamento de suas reivindicações (SILVA, 2014).

Considerações finais

A análise da trajetória de lutas do magistério do ensino oficial de Pernambuco nos permite compreender como a categoria agiu no sentido de resistir ao processo de proletarização, em curso desde a década de 1970, que acometera aos professores da educação básica no Brasil, sobretudo do serviço público. Não querendo com isto, conferir uma certa linearidade ao movimento docente no estado; pelo contrário, buscando entendê-lo em seus avanços e retrocessos, em suas conquistas e perdas.

Conforme indicado anteriormente, lançando mão das formulações do historiador inglês E. P. Thompson, objetivamos tomar o movimento histórico como um processo no qual os sujeitos são atores e não simples vetores, situando-se e agindo no mundo com base nas suas experiências de exploração e opressão e reconhecendo-se coletivamente a partir de suas experiências de lutas. Deste modo, nos interessou no presente texto discutir o processo pelo qual professores e professoras da rede pública estadual de Pernambuco, a partir das suas dinâmicas e complexas experiências, foram se identificando e assumindo-se enquanto trabalhadores e trabalhadoras em educação, reivindicando não apenas

questões de natureza corporativa, mas pautando também questões de ordem política e política-educacional.

Referências

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DE PERNAMBUCO – APENOPE. Boletim Informativo – Edição Especial – Outubro de 1986 – Ano VII.

_____. APENOPE. Boletim Informativo – Julho/Agosto de 1987 – Ano VIII.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 1 de março de 1988.

_____. Recife, 3 de março de 1988.

_____. Recife, 6 de abril de 1988.

_____. Recife, 17 de abril de 1988.

FERREIRA JR., Amarílio. Movimento sindical de professores no Brasil e na Grã-Bretanha (Inglaterra e Gales): primeiras aproximações de um estudo comparado. In: BAUER, Carlos... [et al.]. **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil**: com escritos sobre a Argentina, Inglaterra, País de Gales e Portugal. 1. ed. – Jundiaí [SP]: Paco, 2019.

GOUVEIA, Andréa B.; FERRAZ, Marcos A. dos S. **Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n^o 48, p. 111-129, abr./jun., 2013, Editora UFPR.

JORNAL DA APENOPE. Ano IX – N^o 1. Agosto de 1988

LEMOS, Daniel C. **Uma luta antiga**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Número 32, maio de 2008.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MIRANDA, Kênia Aparecida. **As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT**. UFF, 2011. (Tese de Doutorado)

PEREIRA, Célia M^a da C. **O Planejamento Educacional Participativo e o Movimento**

Docente. Recife: Centro de Educação/Universidade Federal de Pernambuco, 1991.
Dissertação de Mestrado.

SILVA, Max R. R. **As lutas dos professores da rede pública estadual em Pernambuco:**

o novo sindicalismo e a formação do SINTEPE. Centro de Educação/UFPE, 2014.
(Dissertação de Mestrado)

_____. **História e memória(s) da primeira greve geral dos professores da rede pública estadual em Pernambuco.** In: Anais do XII Encontro Regional Nordeste de História Oral & Colóquio “República, Cidadania e Direitos: 130 anos de lutas”. Anais. Maceió (AL) Campus A.C. Simões / Universidade Federal de Alagoas - UFAL, 2019.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Max Rodolfo Roque da Silva. Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na linha de Filosofia e História da Educação. Possui Graduação em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Mestrado em Educação pela UFPE.

Mudanças nos conceitos e nas práticas das políticas educacionais em Pernambuco

*Silvânia de Jesus Pina dos Santos*¹

Introdução: Antecedentes Históricos

Este artigo tem por objetivo analisar as políticas públicas implementadas no Estado de Pernambuco para a reorganização do sistema educacional mediante o exame das ações, programas e projetos realizados pela Secretaria Estadual de Educação, considerando o advento do Programa de Modernização da Gestão Pública do Estado de Pernambuco (PMGP/PE) proposto pelos Governos de Eduardo Campo no período 2007-2014.

Inicialmente é importante considerar que os dispositivos constitucionais trouxeram mudanças nos conceitos e nas práticas de organização e gestão dos sistemas de ensino, com consequente mudança na cultura organizacional das instituições, no comportamento e nas relações dos agentes educacionais, principalmente no relacionamento entre as esferas de governo. Uma das principais mudanças pode ser vista na Constituição Federal de 1988, ao estabelecer que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em Regime de Colaboração

¹Mestra em Educação (UFPE), especialista em Coordenação Pedagógica (UFPE), especialista em História das Américas, graduada em História. Atualmente é coordenadora e professora dos cursos de especialização em ensino de História do Brasil, especialização em Neuropedagogia e Educação Inclusiva e do curso de especialização em Educação Infantil e Alfabetização no Ensino Fundamental do Centro Universitário da Vitória de Santo Antão (UNIVISA). Atua como professora nos cursos de Pedagogia e Licenciatura Plena em História da UNIVISA. É professora da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. Desenvolve pesquisas na linha de saberes educacionais, educação ambiental, História do Brasil, formação de professores, políticas educacionais, gestão pública, História da educação, educação municipal e coordenação pedagógica. silvaniajesuspina@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/6204384933178170>.

seus sistemas de ensino” (Art. 211), o que foi regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96).

De fato, a Constituição Federal de 1988 promoveu a descentralização do poder, determinando novo arranjo federativo para o país, ao definir as atribuições educacionais de cada esfera governamental, onde os municípios foram elevados à categoria de ente federativo.

Assim, a discussão sobre a descentralização no setor educacional deve ser vista e analisada no horizonte mais amplo da democracia. Nessa perspectiva, podemos entender que não existe descentralização sem a instituição de mecanismos que permitam ao cidadão, aos grupos sociais organizados, exercer o controle do Estado mediante o controle de suas políticas (ARAÚJO, 1998). Nesse sentido, a descentralização tem como pressuposto básico uma sociedade civil com alto grau de organização, capaz de controlar os serviços através de sua participação na esfera pública (FERREIRA, 2002).

A análise da gestão 1995-1998² mostra que uma das tônicas da política de educação do estado de Pernambuco foi a implementação de uma Rede Pública Única de Ensino³. Previa-se um processo de planejamento integrado entre Estado e municípios para as intervenções relativas ao estabelecimento de divisão operacional de responsabilidades na oferta dos diversos níveis de escolaridade.

Essa perspectiva mostrou-se antecipatória ao que determinou o Art. 11 da Lei nº 9.394/96, no que se refere ao estabelecimento de formas

² No período 1995-1999 o Estado de Pernambuco foi governado por Miguel Arraes de Alencar (Partido Socialista Brasileiro).

³ O planejamento de uma Rede Pública Única constitui uma proposta que Pernambuco já ensaiava desde o final da década de 1970, quando o MEC/CEDATE (Ministério da Educação e Cultura e Centro de Desenvolvimento de Apoio Técnico à Educação) trabalharam juntos. O CEDATE assessorou a Secretaria de Educação em um estudo piloto de Planejamento de Rede Escolar no município de Limoeiro, consolidando uma metodologia. Posteriormente, até o final do primeiro quinquênio da década de 1980, esta metodologia foi aplicada na realização de Cartas Escolares em municípios das seguintes microrregiões: Garanhuns e Brejo Pernambucano (todos os municípios); Moxotó (Arcoverde); Pajeú (Serra Talhada); Salgueiro (Mirandiba); Araripina (Araripina); Petrolina (Petrolina) Região Metropolitana do Recife (todos os municípios) (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 1996).

cooperativas entre níveis de governo para potencializar a universalização da educação básica associada à melhoria da qualidade do ensino público. O Plano Estadual de Educação destaca para o período 1996-1999:

A superação das dificuldades do setor educacional do Estado exige do conjunto das esferas do poder público o encaminhamento integrado de ações para que a intervenção governamental, na área de educação, venha a se caracterizar pela continuidade de políticas. Para isso é inadiável a definição conjunta de tônicas de atuação, o estabelecimento de uma divisão operacional de responsabilidades em relação aos níveis de ensino, a delimitação de uma geografia de atendimento escolar e a explicitação das formas de cooperação mútua que precisam incluir, necessariamente, a dimensão nos seus aspectos de ensino e de profissionalização docente (PEE, 1996-1999, p. 22).

Diante disso, constata-se que a proposta de uma rede pública única para o sistema educacional do Estado de Pernambuco representa o entendimento de que é preciso dividir responsabilidades, longe do espírito de concorrência entre as instâncias e dentro de uma linha de cooperação, com mais clareza na definição das atribuições (ARAÚJO, 1998).

Nesse sentido, Gadotti (2000) destaca que a gestão compartilhada objetiva romper com a forte dissociação entre as redes estaduais e municipais de ensino público e entre as próprias escolas, algumas das quais, de tão fragmentadas, chegavam a atuar concorrentemente.

Ademais, conforme identificado nos estudos realizados por Oliveira (2004), o ensino municipal tem sido historicamente contemplado nas políticas de educação do Estado de Pernambuco como uma das diretrizes, metas ou estratégias, em que a cooperação com as municipalidades foi tratada, em geral, como assistência técnica e financeira. A proposta de se encaminhar, em Pernambuco, uma política articulada entre as esferas estadual e municipal, no campo de educação, sob a denominação de Gestão Educacional Compartilhada, apontou para os seguintes pontos:

Definição conjunta de tônicas de atuação; Divisão operacional de responsabilidades, ampliação progressiva do atendimento de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental como prioridade das esferas municipais; ampliação progressiva da oferta de 5ª a 8ª série do ensino fundamental e ensino médio como prioridade da instância estadual; Encaminhamento integrado dos processos de matrícula, capacitação docente, utilização de espaços escolares; Cooperação técnica, sobretudo na área pedagógica; Cooperação financeira voltada para a melhoria das condições de atendimento da rede escolar municipal no que se refere à recuperação e reequipamento de rede escolar municipal, recuperação de mobiliário e contratação de serviços de transporte escolar (PERNAMBUCO, 1998c, p. 156).

Para a concretização desse processo seria necessária a reestruturação das Diretorias Executivas Regionais de Educação – DERES⁴, da Secretaria Estadual, as quais deveriam assumir destacado papel na implementação das políticas educacionais, com relevo para a articulação com a rede municipal de ensino em torno da construção de uma rede pública única. Para tanto, ocorreu, no segundo semestre de 1997, a redefinição da jurisdição das DERES, mediante a realocação de municípios, considerando a sua distância em relação à sede das Diretorias e as microrregiões administrativas em que estão situados. Tal medida permitiu uma melhor supervisão e maior presença das Diretorias Executivas na concretização das políticas educacionais. Estas ações foram formalizadas pela Lei Estadual nº 11.460, de 22.07.1997 (PERNAMBUCO, 1998c).

Assim, é na direção da descentralização que se situam os eixos das políticas educacionais de Pernambuco no período 1995-1998. O princípio que regeu tais políticas no contexto da implementação de uma rede pública única de ensino foi: Qualidade da Educação, Direito de Todos, na

⁴ Atualmente as Diretorias Executivas Regionais de Educação – DERES são denominadas de GRE's (Gerência Regional de Educação).

expectativa de que o ensino ofertado pelo setor público se transformasse, progressivamente, em ensino cidadão, que possibilitasse aos alunos aprendizagens significativas dos conhecimentos construídos, necessários ao entendimento da realidade, ao exercício da crítica fundada e à sua atuação como cidadão.

Convém salientar que o Plano Estadual de Educação 1996-1999 buscou sintetizar o debate nacional no que diz respeito ao entendimento de que a educação de qualidade é direito de todos; aponta e reafirma o acesso ao ensino fundamental como direito social básico, como instância de formação e de exercício de cidadania e como necessidade social imperiosa (PERNAMBUCO, 1998b). Nesses termos, a escola de ensino fundamental deveria se configurar como:

Uma escola que explora e aprofunda laços de solidariedade e interdependência inerentes à atividade pedagógica, aberta e inovadora, que instiga a compreensão conceitual e a organização do pensamento e tematiza o mundo do trabalho, todavia, precisa ser construída, de imediato, devendo ser articulada organicamente com o ensino médio, cuja generalização progressiva se impõe em decorrência da demanda de níveis cada vez mais altos de abstração, associados aos novos padrões tecnológicos em desenvolvimento e às novas exigências da sociedade brasileira (PEE, 1996-1999, p. 17).

A escolarização de qualidade é apresentada como requisito para que o país possa enfrentar as rápidas alterações no processo econômico e as correspondentes mudanças nos padrões de qualidade da força de trabalho (SETUBAL, 2000). No entanto, os desafios são enormes, visto que, reconhecidamente, há uma defasagem idade-série no ensino fundamental, o que representa um obstáculo para a escolarização da maioria das crianças e jovens, posto que as sucessivas reprovações atrasam o percurso escolar e repercutem negativamente sobre a vida dos alunos, rebaixando

a autoestima e proporcionando dificuldades para aquisição do conhecimento formal transmitido na escola.

Na expectativa de garantir educação de qualidade e em condições adequadas, a Secretaria Estadual de Educação implementou, no período 1995-1998, uma política que buscou agir sobre três importantes aspectos: processo de aprendizagem, processo de ensino e organização do conhecimento curricular. Tais aspectos foram tomados na perspectiva de que os processos de ensino e aprendizagem são entendidos como movimentos interativos, nos quais a atividade intelectual do aluno se dá pela reflexão dos conteúdos específicos do ensino, em situações problematizadoras e coletivas (PERNAMBUCO, 1998b).

Com efeito, a busca pela qualificação do processo de aprendizagem foi norteadada pelas seguintes tônicas: respeito aos ritmos e modos diferenciados de aprendizagem; valorização dos conhecimentos escolares e culturais prévios; consideração das “descobertas” dos alunos; criação de novas oportunidades de aprendizagem para alunos com dificuldades ou com defasagem de escolaridade (PERNAMBUCO, 1998b).

Assim, o trabalho conjunto entre a rede estadual de educação e as municipalidades, voltado para a integração das duas esferas em benefício da construção de uma rede pública única, resultou em uma taxa de 97,2% de escolarização das crianças de 7 a 14 anos em 1997, embora apenas 91,5% destas tenham sido matriculadas no nível de ensino adequado (PERNAMBUCO, 1998a). Tais avanços seriam perceptíveis na melhoria do rendimento escolar dos alunos, com aumento da taxa de aprovação e queda na taxa de reprovação.

Embora os dados demonstrem avanços no rendimento escolar dos alunos, os índices obtidos ainda foram considerados insatisfatórios e, nesse sentido, a Secretaria Estadual de Educação, além de buscar um aperfeiçoamento da concepção do ensino, da aprendizagem, da avaliação,

da organização e da prática político-pedagógica da escola, desenvolveu ações que sinalizaram para a ampliação do diálogo com instituições da sociedade civil em torno das questões educacionais.

Portanto, de acordo com o Plano Estadual de Educação 1996-1999, foram acionados importantes canais de interlocução com a sociedade, mediante o diálogo sistemático e periódico com os professores, com dirigentes dos órgãos de educação de todos os municípios pernambucanos, com instituições representativas da sociedade civil e com a classe política tanto da instância estadual como das municipais. A Secretaria Estadual de Educação buscou articular iniciativas e meios para melhor encaminhar as questões educacionais através da implantação de Conselhos Escolares, realização de Fóruns Itinerantes de Educação⁵, Comissões Interinstitucionais voltadas tanto para delinear a política educacional, como para implementação de projetos e Reuniões Interativas Regionais com os municípios (PERNAMBUCO, 1998c).

Essas ações efetivadas pela Secretaria Estadual de Educação podem ser relacionadas com iniciativas de descentralização que caracterizaram a gestão 1995-1998. Entretanto, a municipalização do ensino como uma modalidade de descentralização, embora não tenha sido colocada como finalidade ou mesmo como objetivo da política educacional implementada no período de 1995 a 1998, passou a ser induzida mediante o padrão gerencial assumido pelo Governo Federal na primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso, o qual, segundo Azevedo (2002), foi baseado na crença de que a descentralização constitui, por excelência, um instrumento para obter eficácia e eficiência na prestação dos serviços públicos, para corrigir desigualdades, para, enfim, promover a modernização do País.

⁵ Sobre os Fóruns Itinerantes de Educação realizados em Pernambuco no período 1987-1990, ver: SILVA, Ângela Maria Monteiro da. Planejamento Educacional e Democratização: um estudo dos Fóruns Itinerantes de Educação em Pernambuco no Governo Arraes, Dissertação de Mestrado, UFPE, 1996.

Mudanças atuais na política educacional de Pernambuco

Com o advento do Programa de Modernização da Gestão Pública do Estado de Pernambuco (PMGP/PE), a Política Educacional nesta Unidade Federativa incorporou fundamentos privatistas, à medida que incute a crença da necessidade de transferência de parte das atribuições da esfera pública estatal para a sociedade civil e a iniciativa privada, com vistas à disseminação da intervenção mercantil na gestão educacional a partir das mudanças implementadas pelo Governo de Eduardo Campo em 2007 (BENITTES, 2014).

Além disso, as deliberações acionadas durante os dois ciclos do governo de Eduardo Campos (2007- 2010 e 2011-2014)⁶, na condição de chefe do executivo estadual, resultaram da continuidade do processo de reforma do estado que foi desenhado anteriormente, tendo em vista o aperfeiçoamento da gestão pública, de modo a atender aos compromissos inscritos no programa de governo, a conciliação na eficiência dos serviços públicos e o controle das finanças. Esse processo conferiu centralidade à melhoria dos indicadores sociais, por meio do estabelecimento de um modelo de gestão centrado na gestão por resultados e tomou como norte iniciativas em curso no setor público que se orientam pelos princípios da gestão gerencial (LIRA e MARQUES, 2019).

Mediante o Programa de Modernização da Gestão Pública do Estado de Pernambuco (PMGP/PE), o governo estadual buscou evidenciar a urgência do estabelecimento de iniciativas que assegurassem “por meio de uma política de Estado, a educação pública de qualidade, focada em resultados, visando garantir o acesso, a permanência e a formação plena

⁶ Segundo Silva (2013), existiu uma continuidade no Governo Campos (2007-2011) de iniciativas de reforma do Estado do governo Jarbas (1999-2006). Na política educacional, observa-se dois aspectos; as parcerias público-privadas no Ensino Médio e a consolidação das premissas do gerencialismo.

do aluno, pautada nos princípios de inclusão e cidadania.” (PERNAMBUCO, 2008, p. 8).

Diante disso, a responsabilização educacional ganha espaço na agenda pública como mais uma ferramenta da gestão gerencial, ou seja, como uma tendência observada internacionalmente que foi posta em circulação frente ao interesse pela elevação dos indicadores, que ocupam lugar de destaque nas reformas da educação. Considera-se, no entanto, o que se constitui como prevalente é o fato de objetivar-se a responsabilidade dos professores pela melhoria dos resultados educacionais (LIRA e MARQUES, 2019).

Nessa perspectiva, foi implantado oficialmente em 2011, o Pacto pela Educação (PPE) em meio às demandas levantadas nos Seminários Regionais do Modelo Integrado de Gestão “Todos por Pernambuco” e de necessidades identificadas pelo governo do estado, o PPE constitui uma política pública cujo foco se volta para a melhoria da qualidade da educação para todos e com equidade, abrangendo todas as escolas estaduais de ensino fundamental anos finais (EFAF) e de ensino médio (EM), através do acompanhamento dos seus resultados (SOUZA, 2017).

Nesse contexto, a avaliação se configura em instrumento de gestão e é empregada como mecanismo de monitoramento dos indicadores educacionais e como subsídio para novas formas de controle e regulação da atuação dos profissionais do magistério. Sendo assim, pode-se considerar que essa conjuntura tem favorecido a solidificação de políticas centradas na responsabilização educacional como mais uma estratégia de gestão, em vista da consolidação dos processos de reforma, trazendo a melhoria da qualidade da educação entre as principais demandas (LIRA e MARQUES, 2019).

O PPE envolveu um total de 768 escolas de todas as regiões do estado, monitoradas por meio de um sistema mensal de metas por Painel de

Avaliação de Resultados estabelecido para todos os anos do Ensino Médio. Vale pontuar que até o final de 2015, o PPE direcionava-se apenas a escolas de ensino médio, quando, a partir de então, foram introduzidas no plano as escolas estaduais de ensino fundamental anos finais EFAF's, mesma época em que se iniciaram as parcerias do governo do estado com alguns municípios, permitindo acessibilidade de informações relativas ao quadro geral da educação no estado, valorização e capacitação continuada dos profissionais da educação e, sobretudo, pelo monitoramento e avaliação dos processos e resultados obtidos (SOUZA, 2017).

Fundamental para a reestruturação da rede de gestão escolar demandada para o funcionamento do PPE foi a adoção do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE)⁷, do Índice de Desenvolvimento de Educação de Pernambuco (IDEPE) e da criação do Bônus de Desempenho Escolar (BDE). Além disso, o sistema de acompanhamento dos resultados do PPE ocorreu por meio de reuniões que abrangeram todos os níveis de ação do governo junto à Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e à Secretaria de Educação (SEE), até alcançar as Gerências Regionais de Ensino (GRE's) e inclusive as equipes das escolas vinculadas ao Pacto (SOUZA, 2017).

Dentre as metas pré-estabelecidas pelo PPE, encontrava-se a criação do Programa de Educação Integral (PEI), com a finalidade de reestruturar o Ensino Médio, que foi instituído em 2008, por meio da Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008. A Proposta Curricular para o Ensino Médio Integral em Pernambuco (Pcemi) foi lançada no ano de 2010, tendo por base a perspectiva de constituir-se como um instrumento

⁷ Criado, em 2000, o Sistema de Avaliação da Educação Básica em Pernambuco (SAEPE), possui a finalidade de monitorar o padrão de qualidade do ensino e apoiar as iniciativas de promoção da igualdade de oportunidades educacionais. Composto por testes, tem por objetivo avaliar as competências e habilidades, na área de Língua Portuguesa e de Matemática, dos estudantes das redes Estadual e Municipal, nas 2ª, 4ª, e 8ª séries ou 3º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, e do 3º ano do Ensino Médio, abrangendo os projetos de correção do fluxo escolar (LINDOSO, 2017).

norteador da prática docente nas escolas de Ensino Médio em regime escolar de tempo integral. O governo pernambucano apresentou uma perspectiva própria de educação, trazendo a sua concepção de “Educação Integral” – a Educação Interdimensional – como fundamento estruturante da gestão e do currículo desenvolvido para o Ensino Médio que contempla ações educativas sistemáticas voltadas para as quatro dimensões do ser humano: racionalidade, afetividade, corporeidade e espiritualidade (PERNAMBUCO, 2010, p. 12).

A análise da Proposta Curricular para o Ensino Médio Integral (Pcemi) realizada por Silva, Barbosa e Benettes (2019) mostra que a concepção de educação integral no PEI engloba as seguintes categorias constitutivas, a saber: (1) Educação Interdimensional; (2) Protagonismo Juvenil; (3) Cultura da Trabalhabilidade. Os autores afirmam que, na análise dessas três dimensões, a concepção de educação integral proposta no PEI não explicita em seus pressupostos a questão da organização do tempo, ocupando-se apenas em dizer que a formação integral “[...] requer uma convivência intercomplementar, solidária e sinérgica entre educadores, familiares, escolares e comunitários” (PERNAMBUCO, 2010, p. 13). Além disso, Silva e Silva (2012) afirmam que, o governo estadual, no processo de implementação do PEI nas escolas, destacou que:

Formar o cidadão integral pressupõe a oferta de educação de qualidade cujo maior foco é assegurar que os alunos tenham condições de fazer uma “leitura crítica da vida” que os leve, por si mesmos, a usar o conhecimento como instrumento de aprendizagem ao seu alcance de forma útil e significativa, oferecendo uma ‘educação interdimensional, cujo educador – mais do que um simples transmissor ou aplicador de conhecimentos elaborados em outros contextos – deve ser constantemente convocado e incentivado a produzir conhecimento através da constante conceituação de sua prática, aprendendo e ensinando a pensar a vida (PERNAMBUCO, 2010, p. 11).

Diante disso, os docentes passariam a ter suas funções também redefinidas em conjunto com a reforma curricular proposta pelo PEI e, sendo assim, a inclusão da Educação Interdimensional nos currículos das escolas pernambucanas pressionaria os docentes a adotarem [...] uma pedagogia ativa, aberta para a cidade ou para o bairro, seja na zona urbana ou rural. Ensinar, hoje deveria consistir em conceber, encaixar e regular situações de aprendizagens, seguindo os princípios pedagógicos ativos construtivistas (PERNAMBUCO, 2010, p. 19).

Para Silva, Barbosa e Benettes (2019) a concepção de educação integral do PEI se harmoniza com a ênfase dada à pedagogia ativa e com as pedagogias do aprender a aprender, oriundas do Pragmatismo liberal inspirado nas ideias de John Dewey. Tal proposição segue a tendência das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e do Protótipo Curricular da Unesco, as quais veiculam uma concepção pedagógica de que as aprendizagens que o indivíduo realiza por si mesmo são muito mais importantes do que os conhecimentos que foram elaborados por outras pessoas. Os autores afirmam que a Proposta Curricular para o Ensino Médio Integral (Pcemi) de Pernambuco tende a relativizar a importância do conhecimento humano socialmente produzido como um dos elementos que contribuem para que os estudantes se desenvolvam como sujeitos históricos capazes de recriar as condições sociais em que se encontram qualitativamente.

Considerações finais

A educação e as políticas educacionais desenvolvidas em Pernambuco trazem em sua gênese as relações e os interesses das classes de modo a atender ao interesse dominante de cada época. Neste contexto, a instituição escolar vem sendo desafiada a rever suas estratégias para que verdadeiramente seja acessível e atenda às novas demandas econômicas,

políticas e culturais, que, em nosso entendimento, são resultantes do processo de transformação do padrão de acumulação do capitalismo, conhecida como reestruturação produtiva. Esta é sustentada por uma base tecnológica, digital-molecular ou informatizada, que, além de modificar a noção de tempo e espaço, vem definindo e transformando hábitos em diversas dimensões da vida humana, em especial no mundo do trabalho, que exige cada vez mais qualificação para os postos oferecidos. (MORAIS e SILVA, 2019)

Nesse contexto, o governo do estado de Pernambuco, especificamente na gestão dos dois mandatos do governador Eduardo Campos, na reforma do estado de sua gestão, nos documentos da Política de Modernização da Gestão Pública: Metas para a Educação (PMGP/ME) lança mão da avaliação externa, standardizada, como forma de regulação, monitoramento e controle em todos os setores da sua administração, envolvendo ações relativas a quatro pontos: economia; infraestrutura; política institucional e social. Especificamente no âmbito da política educacional, o PMPG, estabelece Metas para a Educação, no qual Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco (SAEPE,) constitui-se num instrumento de regulação e responsabilização com objetivos e metas que se propõem a melhorar o IDEB do Estado (LINDOSO, 2017).

Na rede pública estadual, os resultados da avaliação do SAEPE e as taxas de aprovação da escola, ao comporem o IDEPE, além de servirem de diagnóstico para o sistema de educação de Pernambuco, são o requisito fundamental para o estabelecimento do Bônus de Desempenho Educacional (BDE), destinado a professores, funcionários e gestores, cujas metas estão descritas no Termo de Compromisso que a escola firma com a Secretaria de Educação. Através do IDEPE, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável ao longo do tempo e expressa, por meio de valores, os

resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo (LINDOSO, 2017).

No entanto, Melo (2015) analisa que o IDEPE e BDE criam uma cultura de competição entre as escolas por meio do ranking que passam a trabalhar com foco no bônus. Para Silva (2016), as discrepâncias na lógica do processo para o alcance das metas, avaliação e bônus tornam o trabalho difícil, precarizado e intensificado, monopolizando as atividades escolares em torno de tais elementos. Nascimento (2016) enfatiza, que o BDE implicou na competitividade entre escolas, não acarretando melhoria para a educação.

A meritocracia fundamenta a proposta neoliberal no pseudodiscurso da igualdade de oportunidades, legitima uma estratificação social posta, transformando as diferenças sociais em diferenças de desempenho, produzindo a exclusão de muitos. Essa ideia subjaz à política de educação de Pernambuco, conjugando meritocracia, responsabilização e privatização, visto que tendo se mostrado ineficiente no sistema americano, sua matriz geradora, vem sendo repetida na política de avaliação educacional de Pernambuco (LINDOSO, 2017).

De acordo com Silva e Santos (2019) o Estado de Pernambuco é um exemplo de implantação de política regulatória, já que sua reforma educativa primou por ações de avaliação do seu sistema educativo atrelado ao oferecimento do bônus por desempenho. De fato, a sua política educacional conta com uma série de ações vinculadas a um sistema de regulação e responsabilização educacional, quais sejam: o sistema de avaliação próprio (Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco – SAEPE); sistema de monitoramento e avaliação informatizado (Sistema de Informações da Educação de Pernambuco – SIEPE); criação de um indicador sintético de qualidade da educação (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco – IDEPE); criação de metas para as

escolas e Gerências Regionais mediante a assinatura de um termo e a implantação de um sistema de pagamento de bonificação por mérito e desempenho aos servidores da educação (Bônus do Desempenho da Educação – BDE)

A cultura de resultados exerce forte pressão sobre as escolas, podendo ocasionar distorções e ainda as induzir a desenvolver um trabalho focado nos aspectos que são monitorados pelos testes, via sistemas de controles. Tal contexto tem gerado distorções relevantes na organização do trabalho da escola e refletido nas aprendizagens dos estudantes, que têm sonogado o acesso aos elementos que não são priorizados nos testes padronizados (LIRA e MARQUES, 2019).

Referências

- ARAÚJO, Maria do Socorro P. de. Descentralização de Políticas Sociais em Pernambuco: o setor educação. Recife: Editora Massangana, 1998.
- AZEVEDO, Janete Maria Lins de. Implicações da nova lógica de ação do Estado para a educação municipal. Educação & Sociedade. São Paulo: Cortez, Campinas, CEDES, v. 23, n. 80, set/2002.
- BENITTES, Valéria Lima Andrioni. A política de ensino médio no estado de Pernambuco: um protótipo de gestão da educação em tempo integral. 118f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, Universidade Federal de Pernambuco (CAA), Caruaru-PE, 2014.
- FERREIRA, Rosilda Arruda. Inovações Educacionais no âmbito do Poder Local: os impactos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) na Política Educacional do Município de Vicência – Pernambuco. ENSAIO: Avaliação e Política Pública em Educação. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, v. 10, nº 37. outubro/dezembro de 2002.
- GADOTTI, Moacir. Perspectivas Atuais de Educação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- LIRA, Ildo Salvino de, MARQUES, Luciana Rosa. Responsabilização educacional no contexto da gestão por resultados: uma análise da experiência pernambucana (2007-2014) In:

- SANTOS, Ana Lúcia Felix dos, ANDRADE, Edson Francisco de, MARQUES, Luciana Rosa (organizadores). Políticas educacionais no estado de Pernambuco: discursos, tensões e contradições. [recurso eletrônico]. Recife: Ed. ANPAE, 2019.
- LINDOSO, Rosângela Cely Branco. Efeitos da política educacional de Pernambuco no trabalho docente: as contradições advindas de processos de regulação e responsabilização. 2017. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-graduação em Educação, 2017.
- MELO, Danila Vieira. “Quando vai falar de IDEPE, você fala de bônus” – As influências do Índice de Educação de Pernambuco (IDEPE) nas escolas estaduais. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- MORAIS, Edima, SILVA, Jamerson Antonio de Almeida da. Escolas de Referência em Ensino Médio: uma análise do Programa de Educação Integral em Pernambuco. In: SANTOS, Ana Lúcia Felix dos, ANDRADE, Edson Francisco de, MARQUES, Luciana Rosa (organizadores). Políticas educacionais no estado de Pernambuco: discursos, tensões e contradições. [recurso eletrônico]. Recife: Ed. ANPAE, 2019.
- NASCIMENTO, K. T. F. do. A concepção de professores sobre a política de bonificação por resultado no Estado de Pernambuco. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Educação, Recife, 2016.
- OLIVEIRA, Maria das Graças Corrêa de. Política de Cooperação Estado-Município no Campo da Educação em Pernambuco – 1975-2001. In: OLIVEIRA, M. G. C de. Pernambuco: 25 anos de Política de Educação Básica. Relatório de Pesquisa. Recife: FACEPE, 2004.
- PERNAMBUCO, Governo do Estado de. Plano Estadual de Educação 1996-1999: qualidade da educação direito de todos. Secretaria de Educação e Esportes. Recife, fevereiro de 1996.
- _____. Relatório de Ação do Governo 1995-1998. Dezembro de 1998a.
- _____. Política de Ensino e Escolarização Básica. Secretaria de Educação e Esportes. Coleção Professor Paulo Freire Recife, 1998b.

- _____. Política Educacional de Pernambuco 1995-1998. Secretaria de Educação e Esportes. Recife, 1998c.
- PERNAMBUCO, Secretaria de Educação do Estado de. Programa de Modernização da Gestão Pública – Metas para educação. Recife: SEE, 2008.
- _____. Secretaria de Educação. Proposta Curricular para o Ensino Médio Integral. Recife, 2010.
- _____, Secretaria de Educação do Estado de. Construindo a excelência em gestão escolar: curso de aperfeiçoamento: Módulo XII – Políticas de responsabilização educacional. Recife: Secretaria de Educação do Estado, 2012.
- SETUBAL, Maria Alice. Efeitos da participação da sociedade civil organizada. In: Educação para todos: avaliação da década. Brasília: MEC/INEP, 2000.
- SILVA, Í. A. O. O Programa de Modernização da Gestão Pública: Uma Análise da Política de Responsabilização Educacional em Pernambuco no Governo Campos (2007 – 2011). (Dissertação de Mestrado), UFPPB, João Pessoa, 2013.
- SILVA, K. N. P; SILVA, J. A. A. Accountability e intensificação do trabalho docente no Ensino Médio Integral de Pernambuco. Práxis Educativa (Impresso), v. 9, p. 117-140, 2014.
- SILVA, J. A. A. da .; SILVA, K. N. P. A educação integral no Brasil de hoje. Curitiba, PR: CRV, 2012.
- SILVA, Cezar Gomes da, SANTOS, Ana Lúcia Felix dos. A política de bonificação por desempenho em Pernambuco: o olhar de gestores da GRE Mata Sul. In: SANTOS, Ana Lúcia Felix dos, ANDRADE, Edson Francisco de, MARQUES, Luciana Rosa (organizadores). Políticas educacionais no estado de Pernambuco: discursos, tensões e contradições. [recurso eletrônico]. Recife: Ed. ANPAE, 2019.
- SILVA, Jamerson Antonio de Almeida da, BARBOSA, John Mateus, BENITTES, Valéria Lima Andrioni. Reformas no Ensino Médio pernambucano e as “modernizações-restauradoras” na rotina do trabalho docente. In: SANTOS, Ana Lúcia Felix dos, ANDRADE, Edson Francisco de, MARQUES, Luciana Rosa (organizadores). Políticas educacionais no estado de Pernambuco: discursos, tensões e contradições. [recurso eletrônico]. Recife: Ed. ANPAE, 2019.

SOUZA, Jessica Rani Ferreira de Pacto pela Educação de Pernambuco: inovação, estratégia e desenvolvimento / Jessica Rani Ferreira de Sousa. 21 folhas: il. 30 cm. Orientadora: Prof.^a Dra. Jackeline Amantino de Andrade. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2017.

Parte 5

Arte, cultura e criminalidade

Recife do *football*: o ano de 1915

Rodrigo Carrapatoso de Lima ¹

Introdução

A Inglaterra, berço da revolução industrial, guarda também a primazia na “invenção” dos esportes modernos. Em 1863, na cidade de Londres, as regras da *Football Association* foram sendo progressivamente acolhidas e adotadas em diversas instituições. Oito anos mais tarde, a Copa da Inglaterra fora criada. Nesse ínterim, o futebol deixava de ser um jogo exclusivo de estudantes para tornar-se prática de clubes formados tanto pelas elites quanto por elementos da classe média urbana inglesa (MASCARENHAS, 2014).

O imperialismo inglês evidentemente exportava não apenas uma longa série de produtos industriais e de serviços, mas também fenômenos sociais e culturais que os acompanhavam mesmo sem premeditação, e cuja origem inglesa por si só atraía, conferindo-lhes ares de modernidade. (FRANCO JR., 2007, p.40)

Já difundido no continente europeu, o futebol tem na recepção brasileira mais uma das modernidades a serem incorporadas. Havia transcorridos poucos anos após a Proclamação da República (1889) e a intenção era acompanhar os ideais europeus de civilidade. A nova república desejava reviver a capital francesa, ser a “Paris dos trópicos”. Era o auge do café.

¹ Técnico em Assuntos Educacionais e Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente é Doutorando em História na Universidade de Coimbra (UC) - e-mail: rodrigocarrapatoso@yahoo.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1034930162817793>

Não obstante o futebol na Inglaterra ser amplamente praticado por grande contingente de trabalhadores², no Brasil, esse novo esporte ganhou uma marca de refinamento que garantia aos seus adeptos a posição de dianteira da civilização e reforçava a imagem, que estava sendo construída, de restrição do jogo.

Nas primeiras décadas do século XX se encontra a sociogênese do futebol no Brasil. Nela se discutia a funcionalidade e representatividade na nova sociedade republicana, pautando-se no modelo civilizatório oriundo da Europa.

Além de abraçar a “modernidade” o futebol acompanhava o fortalecimento das teorias higiênicas, com o cultivo da educação física. Anteriormente taxadas de degradantes e indignas, as atividades físicas passaram a ser defendidas e tidas como hábitos sadios para o aperfeiçoamento físico da nação.

Os higienistas tinham propostas para serem praticadas nas casas, na alimentação, nas ruas e até na organização familiar das cidades, com regras e disciplinas a serem estabelecidas e seguidas. Dentre essas propostas, uma tinha grande importância para os médicos: a higienização do corpo do indivíduo, que provavelmente estava debilitado por “séculos de inércia e preguiça”. (MARANHÃO, 2004, p.52).

O Recife e o “tão interessante e agradável *football*”

“O “volleyball” é um jogo ainda desconhecido em nosso meio sportivo, se bem que seja tão interessante e agradável como o “football”, “basketball”, etc.”(Diário de Pernambuco, 11/06/1915, p. 04).

² Os novos esportes abriram caminho até a classe operária e, mesmo antes de 1914, alguns deles eram entusiasticamente praticados por operários - havia na Inglaterra, talvez um milhão de jogadores de futebol- que eram observados e seguidos com paixão por grandes multidões. (Hobsbawm, 1998, p.256)

Nas duas primeiras décadas do século XX o futebol se tornou um modismo da “*nossa melhor sociedade*”. Os jogos eram verdadeiros eventos sociais com a presença também do público feminino que ostentavam suas *toilettes*. Assim, a parcela rica e elegante do Recife inculca ao futebol *status* de elegância e refinamento.

O futebol nessa época era um esporte para poucos visto que o calçado e a bola de couro, essenciais para a prática de futebol, eram fabricadas artesanalmente e extremamente caras. Todo o material era importado pelo clube e tinha um requinte e valor tão grande que era exposto em uma joalheria antes de ser colocado em uso.

Acham-se em exposição na joalheria Salathi-I, á rua do Cabugá, o novo uniforme para foot-ball, bollar do afamado fabricante William Shillcock (Premier), micas de lã e panno para blasers. Além do material esportivo acima, descripto e exposto, importou o Sport, diretamente da Europa, joelheiras, tornozelleiras, camneleiras e outros artigos desportivos. (Sport Club do Recife. Official. Jornal Pequeno, 09 jan 1920, p.02).

No entanto, devemos estar cientes de que não podemos restringir a prática do futebol no início do século XX apenas em torno de ligas ou associações, pois o futebol estava longe de ser um monopólio de uma pequena parte da população.

Chamando a atenção de uma mocidade dispersa pela cidade do Recife e região, o futebol era motivo de fundação de inúmeras associações. A prática do futebol alastrava-se. Crescente era o número de clubes de futebol nos mais diversos lugares.

Fundou-se, nesta cidade, mais uma sociedade sportiva sob a denominação de Fluminense Foot-Ball Club” (Jornal do Recife, 06/7/1915, p.05). “Fundou-se na Torre mais uma sociedade sportiva a qual tomou o nome de Lusitania Foot-Ball Club” (Jornal do Recife 14/8/1915, p. 03). “Communicam-nos que se

fundou nesta capital uma sociedade de foot-ball, a qual tomou o nome de Guanabara Foot-Ball Club (Jornal do Recife 20/8/1915, p. 04). “Communicovos que acaba de ser fundada na rua da Harmonia, districto do Arrayal, a sociedade sportiva Washigton Foot-Ball Club [...]” (Jornal do Recife, 23/8/1915, p.03). “Fundou-se nesta cidade mais um club de foot-ball sob o título Boa Vista Foot-Ball Club [...] sua sede ficou sendo na Rua da Matriz nº 10.” (Jornal do Recife, 29/8/1915, p.04). “Acaba de ser fundada nesta cidade mais um club de foot-ball cuja denominação é Santos Dumont Sport Club [...]” (Jornal do Recife, 17/9/1915, p.02). “Acaba de fundar-se nesta cidade mais uma sociedade sportiva denominada Foot-Ball Club Luso-Brazileiro. Esta sociedade que é composta de mancebos brasileiros e portugueses, propõe-se ao desenvolvimento physico dos seus membros por meio de periódicos exercícios que terão lugar aos domingos e dias feriados [...] (Jornal do Recife, 18/9/1915, p.02)

A criação da liga sportiva pernambucana

O ano de 1915 é um ano marcante para o futebol pernambucano. São passados dez anos de sua chegada “oficial” no Recife e neste ano³ tem início um processo de organização, racionalização e burocratização da disputa. Com a criação da Liga Sportiva Pernambucana, pretendia-se iniciar uma “nova era” para o futebol pernambucano. Estabelecendo a prática dos clubes futebolísticos da cidade, a nova liga desejava tomar o papel de liderança sobre os rumos do esporte bretão no Recife, tomando para si a tarefa de zelar pela imagem refinada do jogo.

Em sua capa, o Diário de Pernambuco apresenta um informe da reunião que originaria a Liga.

³ Neste mesmo ano, em agosto, ocorre também a criação da Liga Sportiva Recifense. Embora a intenção deste texto seja acompanhar os feitos da Liga Sportiva Pernambucana, cabe aqui um adendo. Diversos eram os grupos sociais que praticavam o futebol. Do mesmo modo que os clubes da elite dominante organizaram e montaram seus jogos e campeonatos, os chamados clubes de várzea também proliferaram. Porém os jornais consultados deste período trazem poucas informações de jogos não organizados pela Liga Sportiva Pernambucana, o que dificultaria deveras uma pesquisa em relação a esse futebol “não oficial”.

Hoje às 18 horas, haverá reunião das comissões representativas dos clubes sportivos desta capital a fim de discutirem o melhor meio de reorganização da Liga Pernambucana de Football. Pede-se o comparecimento das comissões de todos os clubes a dita reunião que se effectua na Estrada de João de Barros nº 19 (Diario de Pernambuco, 16 jun 1915, capa)

No endereço mencionado na reportagem estava situada a sede do João de Barros Football Club, que tinha como representante Eduardo Lemos, apontado como grande idealizador e incentivador da criação da Liga Sportiva Pernambucana.⁴

Com o alegado intuito de reorganizar o futebol pernambucano, cinco associações uniram-se para criar uma liga: João de Barros Foot-Ball Club, Centro Sportivo do Peres, Sport Club Flamengo, Santa Cruz Foot-Ball Club e Agros Sport Club. Conforme consta na ata da 1ª reunião da Liga, o número de fundadores poderia ter sido maior se um clube não tivesse recusado o convite.

“O Sr. Aristheu assume então a presidência e declara aberta a sessão. O Sr. 1º Secretário lê o expediente que consta de um officio do Casa-Forte Foot-Ball Club, agradecendo o convite da comissão organizadora da Liga, pedindo desculpa por não poder fazer parte desta tão útil agremiação.” (Ata da 1ª Sessão da LSP, 16 jun 1915, Arquivo FPF)

Essa não aceitação por parte do Casa-Forte F.C. nos dá uma indicação de que esta nova liga era tratada com desconfiança. Ao menos, fica-nos claro que a formação de uma liga não alcançava unanimidade por parte daqueles praticantes e que, a forma de organização e burocratização desse novo divertimento “inglês” foi, mesmo na elite, um processo conflituoso.

⁴ ALVES, Givanildo. Federação Pernambucana de Futebol: 1915-1999: 85 anos de bola rolando. Recife: Bagaço, 2000.

Dias depois, o Jornal do Recife traz uma ampla nota⁵ em sua *Chronica Social* sobre a reunião que organizara a fundação de uma liga de futebol no Recife.

Conforme fora previamente anunciado, effectuou-se no dia 16 de fluyente, a reunião promovida pelo João de Barros F. Ball Club para tratar-se da organização de uma liga que, **promovendo torneios e campeonatos, desenvolva o foot-ball em nosso meio** [grifo meu]. Fizeram-se se representar na reunião os seguintes clubs desta capital: João de Barros F. Club, Centro Sportivo do Peres, Sport Club Flamengo, Santa Cruz F. Club e Agro Sport Club de Socorro. [...] Após ter-se trocado idéias e discutido diversos assuntos referentes ao bom funcionamento da liga, o Sr. Presidente encerrou, por entre as maiores manifestações de applausos das delegações presentes, que vêem com a fundação da liga uma nova era para o foot-ball em nosso Estado. (Jornal do Recife, 19 junho de 1915, p. 03).

Com o objetivo de desenvolver o futebol em um meio social restrito tomando para si a primazia da prática do futebol na cidade, estruturando-se através de relações de sociabilidade, a Liga Sportiva Pernambucana (LSP) em suas primeiras reuniões tem as discussões, em sua maioria, girando em torno da aprovação do estatuto e a formação de um campeonato entre clubes fundadores.

Em pouco mais de um mês de sua formação, a recém fundada Liga definiu os valores das taxas a serem pagas pelos clubes, sendo os seguintes: mensalidade de 10 mil réis e 50 mil réis de jóia⁶. Estava criado, assim, um mecanismo de seleção, tendo em vista limitar o número de filiados. Desta forma, o clube que que não ostentasse em seu corpo social aqueles que pudessem arrecadar os valores, estaria impossibilitado de filiar à LSP.

⁵ Neste ano (1915) o futebol ocupa pouco espaço nos jornais. Normalmente são poucas linhas, onde a preocupação é quase sempre informar a realização de alguns jogos, com as respectivas escalas dos times. Note-se ainda que a nota ocupa o espaço da Crônica Social.

⁶ Ata da 3ª Sessão da LSP, 25 jul 1915. Arquivo da Federação Pernambucana de Futebol.

Pensando sobre a Liga Sportiva Paranaense, criada em 12 de fevereiro de 1915, temos a seguinte assertiva que também nos serve como esclarecimento do caráter discriminatório na cobrança de taxas.

Apesar de não ser garantido o controle sobre o que os clubes de porte menor, de características inadequadas à tentativa civilizadora, estavam fazendo fora dos domínios da Liga, o principal elemento de exclusão era o pagamento de “jóia” – o que denotava certa aversão aos indivíduos pobres e, se pensado o contexto brasileiro de recém-findada escravatura, tal repugnância se estendia também aos negros (CAPRARO et al., 2012, p.546).

A estruturação e formalização de um campeonato foi uma rápida ação desenvolvida pela LSP. Já no dia 28 de julho⁷, o Presidente Alcebiades Braga externou sua preocupação em relação ao fato de o primeiro *match* da Liga está marcado para o domingo, mesmo dia do jogo entre brasileiros e ingleses no *British Club*. Com esses jogos acontecendo concomitantemente “*os teams dos clubs da Liga, que irão disputar o 1º match do campeonato, ficarão prejudicados.*” Após a discussão se a Liga deveria ou não realizar seu jogo inaugural neste domingo, o sr. João Ranulpho fez a seguinte proposta: “*A Liga Sportiva Pernambucana officiará ao British Club oferecendo-se para disputar seu 1º match nas mesmas condições em que ia ser disputado o de Brasileiros e Inglezes, e se o British não aceitasse, a Liga disputaria no próximo Domingo seu 1º match.*” Aprovado com apenas um voto contrário a proposta foi encaminhada.

Não havendo ajuste, então, no dia primeiro de agosto, aconteceram os dois jogos. Enquanto no *field* do Derby aconteceu o *match* de abertura do primeiro campeonato organizado pela Liga Sportiva Pernambucana, no

⁷ Ata da 12ª Sessão da Assembleia Geral da LSP, 28 de jul 1915. Arquivo da Federação Pernambucana de Futebol

British Club realizou o confronto entre brasileiros e ingleses. E segundo o Jornal do Recife, ambos obtiveram êxito.

Conforme fora anunciado realizou-se, no field do British Club, sito a estrada da Ponte d'Uchoa, o esperado match de brasileiros versus ingleses. A assistencia era bastante numerosa, salientando-se o elevado número de patricia, louras mias, officiaes da Marinha, jornalistas, em summa nosso escol social. [...] Durante os intervalos do match fizeram servir aos jogadores brasileiros bebidas finas. (Jornal do Recife, 03 ago 1915, p.04).

Com o máximo de brilhantismo realizou domingo ultimo o 1º match da actual temporada a Liga Sportiva Pernambucana, entre os sympathisados clubs Santa Cruz Foot-Ball Club e Colligação Sportiva Recifense. (Jornal do Recife, 04/08/1915, p. 04).

Mesmo com a preocupação de seu presidente, a Liga Sportiva Pernambucana, de início, já mostrava força no intuito de que seu primeiro campeonato realmente acontecesse, não se esquivando da coincidência de datas dos dois jogos. Como noticiado posteriormente, o jogo entre ingleses e brasileiros marcado para o British Club certamente atrairia grande público do “*escol social*” recifense, mas mesmo assim o jogo programado pela Liga aconteceu do campo do Derby atraindo também boa parte do público interessado no *foot-ball*.

A preocupação da Liga com o choque de data do seu jogo com o do *British Club* demonstra que havia, aos menos no imaginário dos seus dirigentes, uma homogeneidade de público em ambos. Assim, esta assistência estaria alinhada a uma mesma rede de contatos, dentro da dinâmica esportiva, mas também social.

Os jogos da Liga vão acontecendo aos domingos e feriados sempre na Campina do Derby. Assim, o *field* do Derby passa a ser chamado pelos jornais pesquisados como o campo official da L.S.P.

À medida que o campeonato da Liga ia sucedendo, a disputa entre brasileiros e ingleses também ia acontecendo. No domingo, 22 de agosto, acontece no *field* do *British Club* o *retourn* entre os ingleses e brasileiros. Após ter vencido no primeiro jogo pelo placar de 1 x 0, jogando de verde e amarelo, o time brasileiro entrou em campo cercado de expectativas de uma nova vitória.

De encontro às expectativas de todos os nossos sportmen venceu três-ante-hontem o team inglez ao team brasileiro pelo score de 4 a 0. Grandiosa foi a affluencia de pessoas que compareceu ao espaçoso field do British Club, afim de assistir a este desejado encontro, onde a maioria das opiniões convergia para a possibilidade de victoria dos brasileiros accrescendo a estes palpites o caso da victoria que o team brasileiro obtivera no match realizado. Distinctas senhoras e signoritas abrilhantaram a festa com o seu comparecimento, salientando-se um crescido numero da colônia britannica. (Jornal do Recife, 25 ago 1915, p.03).

O terceiro jogo entre brasileiros e ingleses teve a organização da Liga Sportiva Pernambucana. Desta vez o time dos brasileiros foi formado pela seleção da Liga e seu adversário por ingleses residentes no Recife. Com os ingressos fixados em 1.000 réis, a arrecadação da bilheteria fora revertida para a entidade.

Assim uma verdadeira festa esportiva fora organizada no campo do British Club. O encontro entre os “poderosos *scratches* da L.S.P e *inglezes*” foi dotado de grande expectativa. Os jornais dedicaram-se à promoção do jogo, que teve uma banda de música para abrilhantar a festa. *Trainings* para os *players* brasileiros foram organizados com o intuito de que houvesse uma seleção criteriosa para a formação do *eleven* que iria jogar com os ingleses. Cadeiras foram colocadas para as senhoras, pelo que expunha o Diário de Pernambuco, “pedimos aos cavalheiros o obséquo de não ocupá-las” (ALVES, 2000, p. 20)

O evento foi um sucesso e o empate de 1x1 foi exaltado pelos jornais. “*Os brasileiros brilhantemente empatam com o scratch inglez*” anunciou o Jornal do Recife (15 set 1915, p.04)

No field do British Club, teve lugar, hontem, às 4 horas da tarde, o encontro dos poderosos scratches da Liga Sportiva Pernambucana e Inglezes, em beneficio da Liga. A concorrência de senhoras e senhoritas durante a partida foi crescida. O match durante os tempos foi bem disputado e animado. (Jornal Pequeno, 13 set 1915, p. 02).

Embora parecesse, num primeiro momento, que a Liga Sportiva Pernambucana era opositora ou concorrente da organização dos jogos anglo-brasileiros, fica claro que ambos faziam parte da mesma escala social.

Muitos dos ingleses que moravam na capital pernambucana trabalhavam na “modernização da sociedade”, seja no sistema de transportes urbanos, nas companhias de gás e telefone ou nas indústrias, por exemplo.

Podemos identificar a importância que esta população tinha em questões centrais para o andamento da cidade. Muitos membros dessa fatia social eram, também, integrantes de uma elite econômica burguesa, os meios de onde advinham suas fontes de renda os diferenciavam da elite agrária. Como também, suas práticas culturais os distinguiam, os ingleses, por exemplo fundaram um espaço de sociabilidades próprio, o British Club (LIMA, 2013, p75).

Considerações finais

No âmbito da Liga Sportiva Pernambucana, nos seus primeiros anos, a prática do futebol na cidade do Recife buscou uma aproximação com o discurso eurocêntrico de civilização.

Ao atrair as rodas mais “elegantes” da cidade, aquelas tardes de futebol organizadas pela LSP buscavam se associar ao que era mais “progressista” e “moderno” da época. Tanto os *footballers*, quanto a torcida, buscavam construir ou consolidar prestígio social baseado em um modo de vida dito “civilizado”.

Muito mais um evento social que um acontecimento esportivo, participar de uma tarde de futebol era a manifestação de um privilégio, tanto para *footballers* como para aquelas que assistiam a partida, no seio de um grupo social.

Não podemos esquecer que, ao cobrar taxas, a LSP criou fronteiras sociais que delimitavam o universo dos clubes participantes, excluindo assim jogadores de origens mais modestas.

Sendo um ambiente de confraternização das elites e para as elites, aquelas partidas entre “*brazileiros*” e “*inglezes*” eram mais que exibições futebolísticas, era uma verdadeira busca por um dito modo de vida distinto.

É possível também observar a reverência que as atas da Liga Sportiva Pernambucana fazem à civilização europeia ao utilizar os termos em inglês (tais como *matches* e *field*). Assim, a LSP, bem como a imprensa da época, passava a ideia de familiaridade com aqueles termos estrangeiros. Logo, a integração entre “brasileiros” e “ingleses”, passava das quatro linhas e ia para o campo da língua.

Como o intuito de desafiar o time inglês, os brasileiros viram a possibilidade de buscar uma vitória frente aos “criadores do futebol”. E como vimos, após uma vitória e uma derrota, o empate na terceira partida, com o time composto por membros dos clubes filiados a LSP foi comemorado.

Muito anos depois, sob o entusiasmo da vitória nas Copas do Mundo de 1958, 1962 e 1970, Gilberto Freyre expõe a assimilação vitoriosa que o Brasil teria feito das mais diferentes culturas, incluindo a inglesa.

Daí sua relativa democracia étnica: a ampla, embora não perfeita, oportunidade dada no Brasil a todos os homens, independente de raça ou côr, para se afirmarem brasileiros plenos. A mistura vitoriosa e quase livre de diferentes culturas também pode ser observada na assimilação de valores diversos tais como o futebol inglês e o gosto pela pastelaria francesa, a adoção do arroz característico das Índias Ocidentais e a máquina de costura norte-americana, a rêde ameríndia e o palito português, o prato norte-africano chamado "cuscuז" e o teto das casas em estilo chinês. (FREYRE, 1971,p 05)

Referências

- ALVES, Givanildo. **Federação Pernambucana de Futebol: 1915-1999: 85 anos de bola rolando**. Recife: Bagaço, 2000.
- CAPRARO, A. M. et al. O semiprofissionalismo no futebol brasileiro: representação episódica, fenômeno sistêmico. **Revista de História Regional**, v. 17, n. 2, p. 534-555, 2012.
- FRANCO JR., H. **A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007.
- FREYRE, G. **Novo mundo nos trópicos**. 1ª Edição, aumentada e atualizada ed. São Paulo: Nacional e da USP, 1971. v. 348
- LIMA, E. J. S. **Recife entra em campo: história social do futebol no Recife (1905-1937)**. Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura Regional—Recife, PE: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2013.
- MARANHÃO, T. J. DE A. DE. **“Para o melhoramento da raça”. Eugenia e segregação no futebol do Recife**. Monografia de bacharelado em História—Recife, PE: Universidade Federal do Pernambuco, 2004.
- MASCARENHAS, G. **Entradas e bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

Arquivos Pesquisados

Arquivo da Federação Pernambucana de Futebol (FPF)

Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) – Setor de Microfilmagem

Uma história do cinema sonoro em Pernambuco: transformações culturais e políticas

*Arthur Gustavo Lira do Nascimento*¹

Introdução

Com a chegada do cinema sonoro norte-americano às salas de cinema recifenses no final da década de 1920, a cinematografia local, ainda produzindo filmes silenciosos, perde seu espaço. O cinema pernambucano foi então ofuscado pelas inovações técnicas e dificuldades financeiras. Visto as inúmeras reivindicações dos cineastas brasileiros, o governo de Getúlio Vargas, iniciado em 1930, buscou incentivar o cinema nacional através de leis e financiamentos voltados às produções brasileiras. No Recife, os cineastas locais encontraram nos curtas-metragens, documentários e filmes propagandísticos uma possibilidade de fazer cinema. Este período foi marcado por inúmeras transformações políticas e culturais, que dialogam com a própria História do Cinema.

A transição do cinema silencioso para o cinema sonoro enfrentou resistências, não só no que concerne a possibilidade financeira para os avanços técnicos, mas também colocando em debate a própria essência do cinema enquanto arte. A primeira edição da Revista *Pra Você*² em fevereiro

¹ Doutorando e mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde desenvolve pesquisas na área da História Cultural do Cinema, com ênfase no filme documental e cinejornais. Graduiu-se com láurea acadêmica em Licenciatura Plena em História pela Universidade de Pernambuco (UPE). É professor de História e Humanidades do ensino básico e superior. Contato: arthurlira31@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/4806051901867661>.

² Revista semanal ilustrada, surgida em fevereiro de 1930, tendo como proprietária a Empresa Diário da Manhã S.A. Publicou matérias sobre vida social, cultura, moda, arte e literatura, contando entre os seus colaboradores com Jorge de Lima, Álvaro Lins, Aurélio Buarque de Holanda, Josué de Castro e Mário Melo. Foi suspensa sua publicação no n. 18, de 28 de junho de 1930, só voltando a circular em outubro de 1932 (n. 19) em uma segunda fase, cujo editorial dizia querer dotar o Recife de uma revista capaz de corresponder aos foros de cultura da sociedade pernambucana.

de 1930 contou com um texto intitulado “Diálogo de rua” no qual o cinema é alvo de uma discussão acirrada:

- Francamente, estou surpreso. Pois então você, um rapaz tão moço a seguir ideias tão velhas?! Você não gosta de cinema?!...
- Que quer, meu amigo? Eu sou assim. Não é meu costume acompanhar as multidões...
- Mas não se trata de acompanhar as multidões. Trata-se apenas de ser inteligente, de possuir essa coisinha sutil que se chama espírito moderno.
- Espírito moderno! Ora espírito moderno! Então é espírito moderno combater, destruir as belezas mais puras? Abandonar a fina espiritualidade do teatro pela sua “popularização” mercantilizada?
- Em primeiro lugar, não falo mal do teatro. Rebelo-me apenas contra esta fórmula idiota: cinema-teatro popularizado. O cinema existe por si só. O cinema é independente. Não precisa do teatro.
- Mas quase todos os cineastas aproveitam os temas teatrais mais conhecidos para as suas realizações.
- ... o que é um grande erro. Uma grande incompreensão da verdadeira finalidade da sétima arte.
- O cinema não é uma arte. É uma indústria.
- Leia Moussineia: “Le cinéma est un art et l'industrie cinématographique n'est à cet art que ce que l'industrie du livre, par exemple, est à la littérature.” Maior lógica é impossível.[...] (Revista *Pra você*, Recife, 22 de fevereiro de 1930, Edição N° 01)

A sétima arte foi colocada num lugar de conflito entre aqueles que a apoiavam e os que criticavam o seu caráter artístico, exaltando-o como devastador da verdadeira arte. Mas em sua defesa partem os “modernos”, em oposição àqueles que não gostam do cinema, os “velhos”: “E só por

A capa e as ilustrações do texto são do pintor Manoel Bandeira, e pequenos desenhos, charges políticas e caricaturas de J. Ranulpho. Chegou ao n. 33, que circulou no dia 29 de julho de 1933. Seu acervo entra-se digitalizado e disponível para pesquisa no site da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). <<https://www.fundaj.gov.br/index.php/publicacoes-digitalizadas/9996-pra-voco>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

‘esnobismo’ os moços procuram ser velhos” (Revista *Pra você*, Recife, 22 de fevereiro de 1930, Edição Nº 01).

O ataque ao cinema é dado pelo questionamento de seu caráter enquanto arte, discurso presente na primeira metade do século XX. Utilizando como argumento o fato da indústria cinematográfica ser responsável pela transformação do cinema num comércio, num mercado. Em oposição a esse pensamento, a teoria contemporânea do cinema propõe pensar que a circulação comercial dos filmes define a modernidade cinematográfica, pois, é através dela que encontramos os novos meios de fazer cinema e sua capacidade de expansão.

Para Tom Gunning (2004, p. 33): “Poder-se-ia argumentar que técnicas de circulação definem as transformações convergentes na tecnologia e na indústria que chamamos de modernidade”. Por modernidade, Gunning refere-se à mudança nas experiências, nas tecnologias do gênero, que são importantes para se pensar as transformações sofridas pelo cinema enquanto prática social.

A história do cinema em Pernambuco, por exemplo, tem como um dos seus principais momentos a fase do denominado Ciclo do Recife (1923-1931), quando surgiram as primeiras filmagens do cinema silencioso realizado no estado. Produções que evidenciaram, conforme aponta o pesquisador Paulo Carneiro da Cunha Filho (2010), a utopia provinciana recifense. Um desejo de modernidade, da eclosão do espírito moderno na periferia do capitalismo, que buscou se apropriar-se de instrumentos técnicos de produção cinematográfica.

Neste período foram feitos dezenas de filmes silenciosos, alguns deles circulando pelo Brasil. A produtora Aurora Filmes, fundada por Edson Chagas e Gentil Roiz, foi a mais conhecida. O alcance desse movimento realizado de forma quase que artesanal e a sobrevivência dos filmes mais importantes fez com que muitos pesquisadores estivessem atentos às

particularidades do movimento. O Ciclo findou-se no mesmo momento em que chega ao Brasil a tecnologia da sonorização, através das produções estadunidenses, marcando novas experiências para as salas de cinema locais. O Ciclo do Recife encerrava suas atividades de oito anos de produção e a cinematografia local ingressava em um período de escassez.

Com o cinema sonoro, Pernambuco sofreu ainda mais com a desleal concorrência das películas americanas produzidas pela mais forte indústria dos filmes: Hollywood³. Vale ressaltar que a hegemonia hollywoodiana surgiu quando a indústria cinematográfica europeia, até então a mais poderosa e conhecida do mundo foi arrasada durante a Primeira Guerra Mundial.

Quando o cinema deixou de ser visto como um mero registro natural e foi incrementado pela narrativa ficcional percebeu-se então o potencial do filme como produto político e comercial. “Teve início, então, a fabricação em massa de ‘fitas de cinema’ e, junto com ela, a constituição de uma grande estrutura mundial para sua propagação e venda” (BUTCHER, 2004, p. 16).

Essa forma de produção em larga escala começou na Europa logo após a Primeira Guerra. Contudo, devido a inúmeras dificuldades, dentre elas financeira por conta da guerra, a indústria europeia diminuiu seu fluxo. Com o enfraquecimento dessa produção, os EUA começaram a produzir e exportar vários filmes, superando a produção do continente europeu e estabelecendo uma hegemonia mundial. Como observou Jorge Nóvoa (2012, p. 20), os americanos notaram que o cinema pode ser vendido em toda parte do mundo.

³ De acordo com Alexandre Figueirôa (2000, p. 30): “A chegada do cinema sonoro e as inovações tecnológicas – como o aparecimento da cor – tornavam inviáveis, na região, a realização cinematográfica com a mesma efervescência do que ocorrera nos anos 20. Só nos anos 40, registram-se algumas iniciativas (...)”.

Desde finais da Primeira Guerra Mundial, o cinema estadunidense ocupou um lugar privilegiado nas salas de cinema do Brasil. Em 1925, o Rio de Janeiro havia exibido 1.065 filmes estadunidenses, enquanto o cinema francês ocupava o segundo lugar com 85 exibições (SIMIS, 2008, p. 75). A disparidade nas estatísticas revela o intenso fluxo de filmes hollywoodianos no Brasil, uma hegemonia existente até hoje.

A transformação das salas de cinema do Recife

No final da década de 1920, Hollywood vai protagonizar uma das maiores transformações da história do cinema. O cinema até então silencioso, vai começar a apresentar seus primeiros experimentos com som. Em 1927, a Warner Bros lança nos EUA, *The Singer Jazz*, no qual alguns números musicais do ator Al Jolson e duas outras cenas são apresentados com a tecnologia de som. No ano seguinte, é lançado também pela Warner o primeiro filme com som totalmente falado, o *The Lights of New York*. Pioneira dos filmes falados, a Warner revolucionou a indústria cinematográfica que passou a substituir os filmes silenciosos pelos famosos *talkies*. Em pouco tempo, desde seu surgimento, a tecnologia da sonorização já era uma realidade nas salas de exibição brasileiras.

As transformações nos modos de fazer cinema também trouxeram grandes mudanças nas salas de exibição e nos modos de diversão pública no Brasil. O encantamento pela sétima arte fez com que esses espaços de lazer crescessem cada vez mais nas cidades brasileiras. Segundo a historiadora Sylvia Couceiro (2003, p. 5), “no Brasil, até a poucos anos atrás, as diversões públicas, a festa e o lazer eram territórios quase exclusivos de antropólogos, folcloristas e alguns sociólogos”. Os historiadores se mantiveram afastados desse terreno desconhecido.

A partir dos anos 1990, a difusão da História Cultural no Brasil fez proliferar estudos sobre as práticas culturais e de lazer nas cidades. Levando em consideração, especialmente, os significados desse lazer para as práticas sociais, ponderando os modos de diversão como parte das relações sociais, simbólicas e formadoras, o lazer é visto também como um momento de conflitos, de relações, de trocas, de sentimentos, de paixões, de formação da identidade da própria cidade.

O Recife, que além de centro administrativo era um importante palco da vida cultural pernambucana, possuía na primeira metade do século XX inúmeros espaços de lazer, bares, restaurantes, ambientes esportivos, clubes e diversas salas de cinema distribuídas em vários bairros da cidade. Os cinemas disputavam o público com a exibição dos principais filmes internacionais, especialmente os estadunidenses que dominavam as salas brasileiras.

As principais e primeiras salas de cinema da cidade foram o Pathé e Royal, fundadas em 1909. Ambas funcionavam na Rua Nova, centro do Recife. Em 1910, foi a vez do cinema Helvética, propriedade da empresa Girot & Cia, na Rua da Imperatriz, no bairro da Boa Vista. Um ano depois, foi inaugurado na Rua Barão de São Borja, também no bairro da Boa Vista, o Polythema, que em 1932 viria a pertencer ao grupo do famoso empresário Luiz Severiano Ribeiro.

No ano de 1913, inaugurava-se o Teatro Moderno, que em 1915 passou a funcionar também como cinema, localizado na Praça Joaquim Nabuco, no bairro de Santo Antônio. Em 1915, também foi inaugurado o Cine-teatro do Parque, na Boa Vista. Ambas se tornaram as principais salas do Recife. A partir especialmente de 1930, os aspectos técnicos passaram a ser determinantes para atrair a clientela.

Durante a década de 1920, o Cine-Teatro Moderno fazia concorrência direta com o Cine-Teatro do Parque. Fundado em 1915, o famoso Teatro

do Parque, localizado na Rua do Hospício, passou a funcionar como cinema um mês depois de sua inauguração. Pertencente ao Comendador Bento Luís de Aguiar, em 1929 o cineteatro foi arrendado por Luiz Severiano Ribeiro, que empreitou diversas mudanças naquele espaço. Tornando o Parque a sala de cinema mais luxuosa da cidade.

Segundo a análise de Lêda Dias, o alto investimento atraído por Severiano Ribeiro ao Cine-Teatro do Parque foi um risco ao qual o empresário saiu vitorioso:

O mercado cinematográfico do Recife, no final dos anos 20, segundo crônica da época, enfrentava a apatia do grande público, que passado o impacto que o surgimento do cinema causara, esvaziava as sessões mesmo quando apresentados bons filmes através de uma propaganda ruidosa. Os empresários do ramo, desencorajados pela ausência do público, não se arriscavam a investir na construção de cinemas mais confortáveis ou na adaptação das casas já existentes. O público, por sua vez, cada vez mais se distanciava do cinema. Esse círculo vicioso foi quebrado pela iniciativa de Luiz Severiano Ribeiro em arrendar e reformar o Parque, transformando-o numa casa que respondesse às exigências de conforto que a população pedia. (DIAS, 2008, p. 62).

Através dessa revitalização, o Parque se tornou um dos mais soberbos cinemas da capital pernambucana. Logo em seguida, ao final da década, várias salas de exibição tiveram de se renovar e buscar formas de atrair o público. Além de uma sala digna de elogios, o projeto astucioso de Severiano Ribeiro trouxe para o Recife grandes filmes que modificariam os hábitos cinematográficos da cidade. Um prelúdio para as transformações cinematográficas que estavam para acontecer com a alvorecer da década de 1930.

Após a sua reforma, o Parque voltou a funcionar em 29 de julho de 1929, trazendo na sua programação o filme *Ben-hur* (1925), distribuído pela Metro-Goldwyn-Mayer. Película silenciosa dirigida por Fred Niblo e

adaptação para o cinema do célebre romance de Lew Wallace. A reestrela do Parque contou com um convite especial ao Governador do Estado de Pernambuco, feito pelo próprio representante da Metro, o Sr. J. Quevedo Lopes (*A Província*, Recife, 26 de julho de 1929, p. 4). Compareceram no dia da reabertura o então governador Estácio Coimbra, o senador Júlio Bello, o prefeito do Recife Francisco da Costa Maia, representantes da chefia da polícia e dentre outras autoridades.

O cinema fora proclamado pela imprensa local o mais confortável e elegante da capital. Na noite de sua reabertura continha as 950 poltronas completamente cheias, até mais do que deveria. Os jornais teceram duras críticas à organização da casa por vender mais do que a lotação do cinema cabia. Como resultado, várias pessoas assistiram as 14 partes do filme em pé, sem que nada fosse feito pela gerência do Parque para resolver o desagradável problema. No mais, tudo correria bem: “farta iluminação, salões confortáveis, orquestra magnífica e a fita, ‘Ben-Hur’ (1925), a melhor produção cinematográfica que apareceu no Recife” (*A Província*, Recife, 30 de julho de 1929, p. 2).

Com o título original de “Ben-Hur: A Tale of the Christ”, este filme foi a segunda adaptação para o cinema do romance de Lew Wallace, dirigida pelo cineasta americano Fred Niblo. É considerado um dos filmes silenciosos mais caros já realizado, cujo orçamento é estimado de quase quatro milhões de dólares. Um filme bastante aclamado pela crítica local que permaneceu um bom tempo em cartaz, lotando a sala em suas apresentações, fato do qual o jornal *A Província* escreveria na coluna “Theatros & Cinemas”:

Há mais de uma semana que “Ben-hur”, a magnífica película da “Metro”, está no cartaz do “Cinema-Parque”. É um fato, esse, digno de nota, pois, há quinze dias atrás ninguém acreditaria, no Recife, que se pudesse verificar um fato de tal natureza. Acostumados, como estamos, aos três ou quatro programazinhos

por semana, nos melhores cinemas, é realmente para causar espanto, um salão cinematográfico que se encha, toda noite, durante dez dias, para assistir a mesma fita.

O fato indica [...] que o Parque se afirmou, desta vez, vitoriosamente no nosso meio cinematográfico.

Desapareceu a “caveira de burro” que se alojara, por longos anos, no cinema da Rua do Hospício. Segundo os anúncios dos jornais - embora a gente não se deva fiar nos reclames de sensação - o “Parque” terá artilharia grossa para bombardear os seus concorrentes às preferências da plateia: mais de 60 fitas, todas ao jeito de “Ben-Hur” e “Metropolis”, exemplo das grandes superproduções modernas [...]. (*A Província*, Recife, 7 de agosto de 1929, p. 2).

Pouco tempo depois, sob o projeto de transformação da sala promovido por Severiano Ribeiro, o Teatro do Parque também foi o cenário da mais significativa estreia do cinema na cidade: sonorização cinematográfica. Com ela, o cinema passaria a completar o seu espetáculo agregando todo poder tecnológico possível até então. As experiências do público foram transformadas pelas novas sensibilidades trazidas pela inovação da sonorização.

O primeiro filme sonoro exibido em Pernambuco, *A Divina Dama* (1929) estrelado por Corinne Griffith teve seu lançamento na sala da Rua do Hospício em 24 de março de 1930. Logo em seguida, entrara em cartaz o primeiro filme sonoro falado⁴, *The Broadway Melody* (1929). Os filmes obtiveram rápido sucesso, o Cinema do Parque não estava trazendo “simples” produções internacionais, mas sim o melhor do cinema hollywoodiano.

⁴ O filme falado é dialogado sem legendas, com narração simultânea, enquanto que o sonoro, possui ruídos, música (muitas delas cantadas pelos próprios atores) e algumas interjeições, mas evitando os diálogos constantes, sendo dessa forma mais apropriada aos locais onde não se falava o inglês.



Figura 1 – Cartaz divulgado na primeira edição da Revista *Pra Você*, em 22 de fev. de 1930. Acervo: Fundação Joaquim Nabuco – Recife.

Ambos os filmes participaram do Oscar 1930, ocorrido em abril do mesmo ano, segunda edição do evento de premiação cinematográfica da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas. *The Broadway Melody* foi a grande vencedor na categoria melhor filme, enquanto que *Divina Dama* rendeu a Frank Lloyd seu primeiro Oscar de melhor direção. As atrizes Corinne Griffith (*Divina Dama*) e Bessie Love (*The Broadway Melody*) também pleitearam o prêmio de melhor atriz, mas a estatueta ficou com Mary Pickford, do filme *Coquette* (1929).

Em *A Divina Dama*, o ator Ian Keith interpreta um jovem ambicioso, Charles Greville, que vive com o tio rico. Certo dia chega à mansão em que mora uma garota, Emma, interpretada por Corinne Griffith, e a mãe dela, para trabalhar como novas funcionárias da mansão. Charles então percebe que o tio ficou atraído pela beleza de Emma e enciumado decide conquistá-la. Charles busca então transformá-la em uma verdadeira dama, eixo central da trama.

Um mês antes de seu lançamento, a novidade do cinema sonoro já era exaltada pelos principais veículos de comunicação da cidade. Em sua primeira edição, a revista *Pra Você*, faz referência *A Divina Dama* exaltando a grande oportunidade que o público recifense teria. As propagandas avulsas da revista noticiavam a estreia e destacava: “não percam a oportunidade de assistir a esse formidável romance e ouvir a voz de Corinne Griffith” (Revista *Pra você*, Recife, 22 de fevereiro de 1930. Edição N° 01). O destaque dado em letras ampliadas revela o quanto à novidade do cinema sonoro era significativa.

Na mesma edição, a matéria principal da coluna cinematográfica da revista dizia sobre o filme da Paramount:

Corinne Griffith, a beleza mais pura e mais suave da tela prateada, a “Nossa Senhora do Cinema”, como chamou Guilherme de Almeida, terá o primeiro papel feminino em “A Divina Dama”, a grande produção sonora da First National que inaugurará a nova fase do Theatro do Parque.

Os “fãs” de Pernambuco terão a ventura de assistir, na tela, os amores célebres de Lord Nelson e Lady Hamilton. Por sua vez, o *vítaphone* transmitirá á nossa plateia a voz cariciosa de Corinne cantando as melodias mais bonitas deste mundo. Pelo fato de ser o cinema sonoro uma novidade entre nós, e por ser, ainda, “A Divina Dama” um grande filme, é de prever um êxito formidável na reabertura do cine-teatro da Rua do Hospício. (Revista *Pra você*, Recife, 22 de fevereiro de 1930. Edição N° 01).

Para acompanhar a empolgação da novidade e não perder seus clientes, outras salas da cidade não tardariam a oferecer a sonorização. Em julho do mesmo ano, principal concorrente do Parque, “o Moderno firma contrato com a Companhia Brasil Cinematográfica, para exibir os filmes sonoros do Programa Serrador e em setembro o cinema é arrendado pela empresa Avelino & Cia” (ARAÚJO, 2011, p. 10). No mesmo mês o Royal também passou a exibir filmes sonoros, anunciando a tecnologia como sendo de fabricação brasileira.

Num contexto em que a cidade buscava a “modernização”, traçados pela construção de novos hábitos culturais e novas técnicas, a transformação das salas de cinema do Recife tornava-se um fator característico para o projeto modernizante. A cidade periférica do capitalismo, conforme os termos de Cunha Filho (2010), entrava na era do cinema sonoro e reconhecia através desses espaços de lazer a aproximação com as principais salas do país e do mundo. Um “novo” e “moderno” Recife, em consonância as novidades tecnológicas.

“O cinema falado é o grande culpado da transformação”

Inversamente proporcional ao desenvolvimento tecnológico das salas de cinema do Recife e ao fascínio pelas grandes produções estrangeiras estava a atuação dos cinegrafistas locais. O cenário crescente que viviam as salas do Recife ao final da década de 1920, infelizmente não foi o mesmo ambiente encontrado pelos cineastas locais, que enfrentavam diversas dificuldades financeiras. Muitas empresas cinematográficas recifenses foram à falência, como a Aurora Filmes que encerrou suas atividades em 1927. Alguns cinegrafistas sobreviveram produzindo pequenos comerciais e outros deixaram o Recife para buscar oportunidades em outras cidades. Como é o caso de Edson Chagas, um dos principais personagens do Ciclo do Recife, que foi para São Paulo e posteriormente Rio de Janeiro.

Agravando cada vez mais a situação, o ano de 1930 foi um divisor de águas na história da cinematografia pernambucana, com a chegada do cinema sonoro.

As condições precárias em que o cinema silencioso pernambucano era produzido se tornaram um desafio ainda para seus organizadores, cujo público preferia as novas tecnologias. O filme *No Cenário da Vida* (1931) produzido pela Liberdade Filme foi a última grande produção do cinema silencioso recifense. Em 1932, a empresa de Eusebio Simões & Djalma Simões leiloava o estoque da Aurora Filmes. Dentre os materiais estavam os filmes *A Filha do Advogado*, *Aitaré na Praia*, *Jurando Vingança* e *Retribuição (A Província)*, Recife, 15 de maio de 1932, p. 4). Apesar da falência da Aurora, o cinema no Recife continuou a existir, em suas novas formas. Segundo Antonio Paulo Rezende (2005, p. 99): “Outras figuras se destacaram, como Jota Soares, Pedrosa da Fonseca, Pedro Salgado e tantos outros. O Recife convivia também com salas cinematográficas que exibiam com destaque as produções estrangeiras”.

Se por um lado ao entorno do Ciclo do Recife e de sua produção ficcional criou-se, especialmente pela imprensa e as pesquisas desenvolvidas sobre o tema, uma áurea mistificadora, a decadência do Ciclo do Recife fez com que surgisse sobre o período posterior ao movimento um tom melancólico, sendo atribuído ao cinema sonoro e falado a grande culpa pela deterioração técnica e produtiva do cinema pernambucano. No entanto, a história do cinema pernambucano não se limita a produção de ficcionais. Novos movimentos, novas produções e outras formas de fazer e discutir o cinema surgiriam na capital pernambucana após a chegada do cinema sonoro.

Retomar o espaço perdido no início dos anos 30 foi algo muito difícil para os cineastas locais. Não havia o investimento necessário para tal, enquanto que a indústria norte-americana se fortalecia cada vez mais.

Para reconquistar o mínimo espaço, os produtores, não só do Recife como de todo o Brasil, tiveram de contar com o apoio e incentivo de políticas públicas voltadas ao cinema nacional. Os novos ares da política nacional a partir de 1930 foram significativos para esse processo.

A década de 1930 foi marcada por inúmeras mudanças no campo político, social e cultural. A mais relevante delas, obviamente, foi a tomada de poder feita pelo Golpe de 1930 que colocou o então presidente da província do Rio Grande do Sul, Getúlio Dornelles Vargas, como chefe da nação, primeiramente em caráter provisório.

Nas eleições ocorridas em 1º de março de 1930, o candidato governista e então presidente do estado de São Paulo, Júlio Prestes saiu vitorioso. O futuro presidente deveria assumir o cargo em 15 de novembro do mesmo ano. Porém, a posse de Prestes foi interceptada pelo acontecimento desencadeado a 3 de outubro de 1930, que se espalhou por todo o Brasil tendo o apoio de vários estados brasileiros, como Pernambuco. Em de outubro de 1930, o *Jornal do Recife* exaltava em sua manchete “Cada vez mais triunfante a revolução brasileira!”, destacando a vitória do golpe em Pernambuco e o crescimento vitorioso do movimento em todo o Brasil. (*Jornal do Recife*, Recife, 8 de outubro de 1930, p. 1).

Na vitória dos autoproclamados revolucionários, o candidato da Aliança Liberal, Getúlio Vargas, derrotado na eleição de março, assumiu a chefia do Governo Provisório. Com o fechamento do Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais, Vargas passou a governar através de decretos-lei. O primeiro momento pós-revolução conviveu no conflito entre as esferas remanescentes dos vitoriosos, fortemente representada pelo tenentismo e os oligarcas dissidentes que apoiaram o movimento. Os tenentes eram favoráveis a um regime forte, centralizador, reformista e

apartidário; enquanto que os oligarcas dissidentes defendiam propostas liberais e federativas (PANDOLFI, 2012, p. 17-18).

Como nos mostra a historiadora Dulce Pandolfi (2012), as primeiras medidas adotadas pelo Governo Provisório foram intervencionistas e centralizadoras, inspiradas nas reivindicações tenentistas. O Governo fez também significativos investimentos na área social, foram criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, chamado Ministério da Revolução, e o Ministério da Educação e Saúde Pública.

A década que iniciara com um novo regime político, foi também abalizada pela disseminação do cinema sonoro nas principais cidades do Brasil. Antes do Recife, ainda em 1929, os filmes sonoros haviam chegado em outras capitais brasileiras. A adaptação das salas de cinema das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro para a projeção de filmes sonoros foi rápida, tendo inaugurado a nova tecnologia no Brasil em São Paulo, no Cine Paramount, a 13 de abril de 1929. Evento referenciado pelo jornal recifense *A Província* como o primeiro filme falado da América do Sul. No dia foi exibido o filme *Alta Traição* (1928). O evento contou com a assistência da polícia civil para o estabelecimento de cordões de isolamento, evitando atropelamentos devido ao grande fluxo de espectadores (*A Província*, Recife, 14 de abril de 1929, p. 1). A participação da polícia para a manutenção da ordem nos mostra a dimensão que foi a chegada do cinema sonoro na capital paulista. Dois meses depois, o cinema falado chegou ao Palácio Theatro, Rio de Janeiro, evento que contou com a presença do então presidente Washington Luís. A exibição na capital federal foi promovida pelo dono do teatro, Francisco Serrador, empresário espanhol do ramo do entretenimento, incontestável nome da cinematografia no Brasil (FREIRE, 2013, p. 31).

Segundo Freire (2013, p. 31): “esses luxuosos palácios cinematográficos podiam arcar com a compra e instalação dos caros e

importados projetores Western Electric conjugados para os sistemas Vitaphone (som em discos) e Movietone (som ótico)”, mesmo aparelho que seria utilizado pelo Cinema do Parque no Recife no ano de 1930⁵. Sobre essas tecnologias, os jornais recifenses da época informavam:

Na América do Norte, onde ainda não dominou completamente o novo processo cinematográfico, são usados dois processos para o cinema falado: o “movietone” e o “vitaphone”. O primeiro processo consiste em ter o som, a música, os ruídos e a voz gravados no próprio filme; o outro, tudo isso gravado em discos. Os alemães utilizam um processo diferente, com a impressão sonora em cintas de aço. As quatro grandes marcas que apresentarão produções suas no movietone inaugurado agora no Rio, serão a Metro, Tiffany, Fox e First National. (*A Província*, Recife, 26 de junho de 1929, p. 2).

Pouco tempo depois, cidades como Niterói, Santos, Piracicaba, Vitória, Curitiba e Porto Alegre também receberam o cinema sonoro ainda nos idos de 1929, utilizando equipamentos sonoros da Radio Corporation of America (RCA), como o Photophone RCA. O ano de 1930 marcou a disseminação do cinema sonoro no, então, norte do país, chegando em especial nas principais capitais: Recife, Fortaleza e Salvador. Assim como em Pernambuco, a difusão do cinema sonoro no Ceará contou com a administração do empresário Luiz Severiano Ribeiro⁶.

Em 1933, o compositor carioca Noel Rosa lançava a música *Não tem tradução*. Os versos iniciais, ao ritmo do samba, apontavam para a situação da sétima arte no Brasil: “O cinema falado é o grande culpado da

⁵ De acordo com Luciana Corrêa de Araújo (2011, p. 8): “Os jornais da época informavam que o Parque seria fechado na última semana de fevereiro, reabrindo na primeira quinzena de março, dotado de aparelho elétrico RCA, para exibir filmes no modelo Vitaphone e Movietone. [...] No dia 9 de março, a imprensa noticia a chegada, pelo navio Itahité, dos quarenta volumes do aparelhamento de som para o Parque, não mais da marca RCA e sim Western, o mesmo dos melhores cinemas do Rio e São Paulo (Paramount, Palácio, Odeon, entre outros), garante a nota de divulgação [...]”.

⁶ Responsável também pela estreia do cinema sonoro no Cine Moderno de Fortaleza em 19 de junho de 1930, exibindo *Broadway Melody* (FREIRE, 2013, p. 37).

transformação”. Noel citava através da música a influência americana exercida sobre a cultura brasileira, bastante presente na transição do cinema silencioso para o falado.

Além de modificar os costumes, falas e hábitos, a disseminação do cinema sonoro e falado também foi responsável pela crise em alguns setores culturais, sendo apontado por muitos jornais como o grande rival do cinema silencioso, do teatro e dos próprios músicos, que na época do cinema muda tinham a possibilidade de executar as trilhas do filme durante as sessões dos filmes. O *Jornal do Recife*, em 8 de fevereiro de 1930 mostrava as difíceis condições em que os músicos se encontravam no mundo todo, especialmente depois da introdução da sonorização no cinema, algo que agravava a falta de serviço (*Jornal do Recife*, Recife, 8 de fevereiro de 1930, p. 3).

O rebuliço causado pelas novas sensibilidades proporcionou inúmeras discussões entre diversos jornais e revistas da época. Na estreia do cinema falado em São Paulo, o jornal *A Província* associava a tecnologia ao progresso de uma cidade, referenciando que “hoje uma grande cidade sem o cinema falado está fazendo guerra ao progresso” (*A Província*, Recife, 16 de abril de 1929, p. 2). Através da chegada do som, o cinema acentuava seu caráter conflitante, exaltando nas novidades o combate ao atraso em prol de uma determinada modernidade.

As circulações das novas tecnologias definem a modernidade cinematográfica, modificando as experiências do ver e sentir o cinema e a própria representação do mundo. O som trouxe para os espectadores uma maior aproximação com os seus ídolos. Como era fascinante, exaltavam os jornais, por exemplo, ouvir a voz da Corinne Griffith. Por isso é necessário ponderar a questão tecnológica para se compreender não só as transformações no campo do cinema, mas também suas recepções e as

estruturas sociais. Sobre essas transformações, ainda antes da chegada do cinema sonoro ao Recife, o jornal *A Província* enunciava:

E não será, então, somente o orgulho do progresso que nos irá fazer contentes. Poderemos então ouvir a voz dos artistas que mais queremos. Qual será o timbre da voz daquela maravilhosa Billie Dove? E Dolores del Rio? E da magrinha e deliciosa Mary Phibin? O diabo é que pouca gente no Recife sabe falar inglês. Mas valerá a pena, para ouvir as “estrelas” maravilhosas, procurar os professores de línguas. Estes é que lucrarão: compreenderão as fitas e ganharão o dinheiro da futura legião de estudantes. (*A Província*, Recife, 16 de abril de 1929, p. 2).

Um dos debates acentuados pelas novas experiências relativas à sétima arte versava sobre receptividade da língua estrangeira, pois, ainda não havia dublagem ou legendas. Em 1929, o jornal recifense destacava a eficiência deste novo cinema apenas perante plateia culta: “O que não resta dúvida é que o cinema falado só se presta, entre nós, para as plateias cultas. Para gente que saiba inglês ou alemão. É de crer, assim, que o movietone apenas funcione em dias especiais (...)” (*A Província*, Recife, 26 de junho de 1929, p. 2).

Segundo os jornalistas da época, a voz no cinema passava a ser um inimigo do grande público. Ele daria um caráter elitista, pois, para se compreender este novo cinema era preciso dominar outras línguas. Por isso, dava-se uma atenção especial aos filmes que possuíam poucas falas, facilitando assim a compreensão do espectador. Todavia, pensar o cinema a partir destes aspectos é considerar também as resistências e apropriações que seu uso denotou. Obviamente, o caráter moderno do cinema sonoro fez com que a população dos mais variados grupos sociais se interessasse pelos filmes, como resultado: costumes, expressões e práticas foram ressignificadas a partir desse contato.

Um reflexo disso é a utilização constante de termos e expressões em inglês na música popular a partir de 1930. A presença do cinema falado vai incorporar na cultura brasileira falas e gírias americanizadas. Em 1944, o compositor pernambucano Nelson Ferreira lança o frevo *Bye, Bye, My Baby*, cujos versos exaltavam essa influência em trechos como “Amor eu vou-me embora (...) Só te vejo amanhã, *my baby, bye, bye*” e “Atualmente só se fala o inglês, está tudo diferente, diferente pra chuchu / *é yes, kiss me, ok*, até eu só sei dizer *I love You (...)*”.

No entanto, como retrata a canção “Não tem tradução” de Noel Rosa, há também a resistência “dessa gente que sente que o barracão vale mais que o xadrez”, metáfora aos novos costumes. Em um desses versos, Noel exalta que “Essa gente que hoje em dia tem a mania da exibição / Não entende que o samba não tem tradução no idioma francês”, menção direta ao país dos Irmãos Lumière. Criticamente, a letra da música de Noel acentuava que “Amor lá no morro é amor pra chuchu / As rimas do samba não são *I love you*” / [...] E esse negócio de alô, alô boy e alô *Johnny* / só pode ser conversa de telefone”.

A questão linguística era fortalecida pela presença dos próprios estrangeiros nas cidades brasileiras. Em especial as portuárias e/ou aquelas que contavam com empresas estrangeiras, como por exemplo, as companhias inglesas Pernambuco Tramways e da Great Western instaladas no Recife, o que fortaleceu ainda mais a popularização da língua inglesa⁷.

Contudo, as críticas mais fortes ao cinema falado não foram dadas pela questão da compreensão linguística, mas sim pelo próprio caráter da

⁷ Ao remeter sobre os anos 30 e 40, a historiadora Zélia de Oliveira Gominho nos revela que “a presença estrangeira no Recife era flagrante, em particular de militares norte-americanos. A ponto de influírem nos hábitos e costumes locais, popularizando a língua inglesa, e se comemorar o dia da Independência dos EUA nos Centros Educativos Operários. Os efeitos dessa influência se faziam sentir até mesmo nas composições de Nelson Ferreira, que lançaria o frevo *Bye, Bye, My Baby* para o carnaval de 1944” (GOMINHO, 2007, p. 181-182).

linguagem cinematográfica. Para os críticos, a sonorização era um inimigo que deveria ser combatido porque tirava do cinema a sua essência como arte. Grupos se formaram contra os filmes sonoros em favor do cinema silencioso. Em 1928, no Rio de Janeiro, surgiu o primeiro periódico brasileiro de difusão e discussão sobre estética cinematográfica, *O Fan*, influenciada por discussões trazidas da Europa que exponha o potencial artístico do cinema. A revista, organizada pelo Chaplin Club, realizou um amplo debate sobre a linguagem cinematográfica na capital federal, tendo como membros Plínio Sussekind, Otávio de Faria, Almir Castro e Cláudio Mello.

O Chaplin Club defendia o cinema silencioso em oposição ao sonoro, não por acaso levava em sua denominação um dos principais nomes do gênero. A própria referência a Chaplin é significativa nesse grupo. O artista resistiu durante muito tempo a realizar um filme falado, ele afirmava: “Os *talkies*... podem dizer que os detesto! Eles vão acabar com a arte mais antiga do mundo, a arte da pantomima. Aniquilam a grande beleza do silêncio” (*in*: MARTIN, 2005, p. 108).

A revista *O Fan* teve circulação restrita e sua última edição foi lançada dois anos depois, em dezembro de 1930. Por não estar em consonância com o cinema sonoro, o fortalecimento da tecnologia cinematográfica na transição dos anos 20 aos 30 no Brasil foi determinante para a dissolução do grupo, mas suas ideias ainda foram remanescentes em algumas personalidades que tentavam teorizar o cinema partindo em defesa do cinema silencioso. Em 1931, o próprio Charles Chaplin se rende, de certa forma, a nova tecnologia quando realiza o filme *Luzes da Cidade* (1931), lançado a época em que o filme sonoro já era uma hegemonia. O cineasta buscou então harmonizar a mímica silenciosa com inserção de uma trilha sonora.

Em Pernambuco, na defesa do cinema silencioso destacou-se a figura de Evaldo Coutinho, um dos responsáveis pela manutenção da experiência do cinema após o Ciclo do Recife. Coutinho foi bastante influenciado pelas discussões promovidas pelo Chaplin Club, através da circulação da revista *O Fan*. Segundo Paulo Cunha Filho, a revista:

[...] trazia para o Brasil o debate europeu do início dos anos 1920, no qual o filme é analisado como potencial artístico. Mas apenas na medida em que o cinema “silencioso” perseguia modelos que se afastava do teatro e da literatura. O objetivo assumido do jornal (posteriormente revista) *O Fan* é “o estudo do cinema como arte”. Octávio de Faria, um dos principais intelectuais ligados ao Chaplin Club, vai publicar artigos em que discute as relações entre imagem e palavra, na perspectiva de uma linguagem específica do cinema. Na realidade, esses ensaios defendem uma “oposição” entre a imagem e a palavra, esferas inconciliáveis – para o bem do cinema que fugisse das armadilhas da teatralidade e da litera(tura)lidade. (CUNHA FILHO, 2014, p. 39-40)

Para eles, imagem e palavra pertenciam a dois grupos distintos que não deveriam se misturar. Cabia ao cinema o trabalho com a imagem, enquanto que a literatura e o teatro com a fala. O som e a cor desvinculariam o cinema da sua essência como arte autônoma⁸. A chegada do cinema sonoro era vista como uma teatralização do cinema, algo que prejudicaria a sua essência como arte. O filme sonoro é tratado pelo *O Fan* como uma “ideia monstruosa” que responde à “imbecilidade do público”, ainda de acordo com Paulo Cunha Filho (2014, p. 43), “no projeto estético do Chaplin Club, ou melhor, nos sonhos dos seus cinéfilos, em algum momento os empresários americanos iriam rever suas posições e fazer o cinema retornar ao leito perfeito do filme mudo”.

⁸ O central esforço de Evaldo Coutinho é “[...] explicar o cinema como arte a partir de sua desvinculação com as demais expressões artísticas tradicionais. A rigor, vem desse modo de entender a arte a ideia de que o cinema, como regime estético autônomo, não poderia ter cor (que é matéria da pintura) ou som (matéria da música)” (CUNHA FILHO, 2014, p. 47).

Este pensamento também é compartilhado por Evaldo Coutinho, em defesa do cinema silencioso. Ideia que vai permanecer no autor durante anos, como podemos notar quando na década de 1972 publica o livro *A Imagem Autônoma*. Para ele, a fala só havia afastado o cinema de sua essência e o vinculava a outras expressões artísticas. Numa entrevista concedida ao *Diário de Pernambuco* durante os seus 90 anos, em 2001, Evaldo Coutinho fala sobre seu livro enfatizando sua proposta teórica para o cinema: “Acho que uma filosofia do cinema nós só podemos encontrar diante do cinema mudo, preto e branco. O cinema falado não nos dá, não nos favorece, não estimula sobre uma filosofia do cinema. Porque o cinema falado já está no teatro”⁹.

As principais críticas ao cinema falado estavam justamente na remoção de sua autonomia ao incrementar valores de outras artes, projeto de combate de Coutinho e dos membros do Chaplin Club. Porém se para uns a essência do cinema estava nessa desvinculação, para outros o som era mais um aperfeiçoamento da sétima arte. Encantava o espectador poder sentir novas sensações. As correntes que lutaram contra o cinema falado e sonoro durante a década de 1930 foram amplamente vencidas. Um reflexo disso é a quantidade crescente de salas de cinema que se adaptavam a nova tecnologia e a importação de filmes sonoros que aumentava a cada ano.

Até alguns nomes que combatiam as novas experiências cinematográficas se renderam as mudanças. O trabalho de Luciana Corrêa de Araújo *O mercado exibidor do Recife na transição para o cinema sonoro* traz um interessante relato do jornalista Luís Maranhão, que depois de assistir ao filme *A Divina Dama* no Parque escreve o artigo “Cinema sonoro – Confesso a derrota”, mudando sua opinião sobre o assunto:

⁹ Entrevista concedida ao Diário de Pernambuco. Disponível em: <<http://filosofiadotempo.blogspot.com/2008/09/entrevista-com-o-filosofo-evaldo.html>>. Acesso em: 14 out. 2020.

Jornal da Paramount. Um ruído de aeroplano. Achei bom, muito bom mesmo. Depois mais balas, não muito boas. Outros ruídos regulares. Enfim, um jornal apanhado ao ar livre, na confusão de mil e um rumores, não encontrava eu elementos para um juízo seguro.

Veio depois um *short* da Manon, cantado pelos artistas da Ópera, de Filadélfia. Comecei a me movimentar na poltrona, entusiasmado. Aquilo era bom de fato. A ilusão estava completa. Relembrava os meus tempos de carona incorrigível de companhias líricas, no sul.

[...] Depois, A divina dama. Aí então fui vencido de vez. Não sei se porque sou um fã dedicado de Corinne Griffith, o fato é que gostei francamente do filme, com a sincronização e tudo. Então aquela canção com acompanhamento de harpa foi a pancada que me derrubou de vez. Entretanto, mesmo grogue como estava, constatei que aqueles ruídos de batalha não convencem. Sente-se bem o som feito por máquinas que não se parecem com canhões (“Cinematographia”. *Jornal do Commercio*, Recife, 6 de abril de 1930, p.10).

Considerações finais

O cinema sonoro aumentou as possibilidades emocionais ao introduzir de maneira direta um novo sentido: a audição. Era mais um sentido que se integrava àquela experiência artística. Em 1934, as principais salas de exibição da capital pernambucana já possuíam equipamentos para a reprodução dos filmes sonoros. Com a difusão da tecnologia, os realizadores locais também tiveram de se readaptar para resistir às pressões dos filmes estrangeiros.

No Rio de Janeiro, o principal polo de produção nacional se deu através do Cinédia, estúdio idealizado por Adhemar Gonzaga em 1930, que contou também com a presença do diretor mineiro Humberto Mauro, um dos principais nomes do Ciclo de Cataguases, ciclo do cinema silencioso mineiro similar ao pernambucano. Com o surgimento da Cinédia, Mauro começa a trabalhar com Adhemar Gonzaga, dirigindo as primeiras produções do estúdio, *Barro Humano* e *Lábios sem beijos*. O Cinédia

também realizou experimentos com o cinema falado. Uma das principais bandeiras levantada pela empresa junto com a revista Cinearte, editada por Adhemar Gonzaga e Mário Behring, era lutar pelo apoio do governo brasileiro ao cinema nacional.

Diversos fatores afligiam os cineastas brasileiros: a precariedade técnica comparada aos grandes estúdios estrangeiros, falta de exibidor, inconsistência na programação e baixo incentivo dos veículos de comunicação e do governo eram reclamações constantes dos realizadores nacionais. Essas questões motivaram cineastas de todo Brasil, formando uma campanha política que buscava apoio do governo para sanar os problemas cinematográficos.

Como consequência da campanha iniciada na capital federal, o recém-fundado Ministério da Educação promoveu uma análise do problema em 1932. Sob a condução do ministro Francisco Campos um grupo civil formado por nomes como Adhemar Gonzaga, Mario Behring, Jonatas Serrano, Lourenço Filho, Teixeira de Freitas, entre outros, criou um anteprojeto que se converteu no Decreto-lei 21.240/32.

O decreto foi à primeira resposta do novo governo para as questões cinematográficas nacionais, atendendo aos pedidos dos cineastas. Ele consistia nos principais objetivos do Governo quanto ao cinema. Continha vinte e cinco artigos, do qual considerava o cinema como um benefício à cultura popular, dado ao interesse da indústria e comércio cinematográfico, e buscava incrementar a feição cultural e pedagógica que o cinema deveria ter.

Um destaque especial é dado aos filmes documentários e ao cinema educativo. Explorar os usos políticos e simultaneamente educacionais possíveis por meio do cinema tornar-se-ia uma meta do governo. As exposições iniciais do decreto consideram o potencial propagandístico do documentário, dentro e fora do país; define também o filme educativo

como um material de ensino, reconhecendo a sua importância cultural, especialmente na atuação sobre o grande público, e mesmo sobre os analfabetos. Considerando exemplos de outros países, a censura deve tomar um cunho cultural para a unidade da nação. Dessa forma, deve funcionar como um serviço único, centralizado na capital do país. Tal medida reflete bem o caráter centralizado do governo, justificado principalmente dos interesses políticos de nomes ligados ao tenentismo e inspirados por ideologias fascistas, que assumiam essa postura.

Para os realizadores, o decreto serviu como a primeira medida protecionista, garantindo a obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais nas salas brasileiras. Por outro lado, nacionalizava a censura cinematográfica, atribuindo ao Ministério da Educação e Saúde o poder de reprovação. Seria considerado motivo de interdição do filme quando contivesse qualquer ofensa ao decoro público, sugerir crimes e maus costumes, prejudicasse a cordialidade na relação com outros povos, insultos coletivos ou a particulares ou ferisse a dignidade nacional e abalasse a ordem social.

Compreendendo o poder da propaganda política, o governo do presidente Getúlio Vargas voltou sua atenção ao cinema. Vargas se mostrou favorável aos anseios do cinema nacional, enquanto que a Primeira República se manteve fechada às reivindicações dos cineastas brasileiros, a “lei de obrigatoriedade de exibição dos filmes nacionais” implementada em 1932 se tornaria uma vitória para a classe, o que faz, nas palavras do historiador Sidney Ferreira Leite (2005, p. 39), Vargas ser considerado o “pai do cinema brasileiro”. Tal medida contribuiu como um protecionismo ao cinema nacional que convivia com uma concorrência desleal das produções dos Estados Unidos, fabricadas por uma indústria muito bem estruturada.

O cinema se tornaria a partir de 1932 parte da política cultural do governo de Vargas. O controle e a manutenção do cinema brasileiro estariam sustentados pelos órgãos públicos. Esta relação vai se estender durante o Governo Constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945), onde novas leis e medidas seriam criadas para uma sistematização e controle do cinema nacional. Se por um lado, os cineastas ganharam com as medidas protecionistas, o governo também saiu vitorioso com essas ações. O cinema é uma ferramenta de grande potencial político. Tendo em vista sua importância no cotidiano da população brasileira, o novo regime vai transformar o audiovisual numa ferramenta para manter a coesão e unidade nacional.

No Recife, a política varguista vai possibilitar a sobrevivência do fazer cinematográfico. Relação acentuada com a política ditatorial e centralizadora do Estado Novo. Os primeiros registros de filmes sonoros produzidos na capital pernambucana por cineastas locais são atribuídos à produtora Meridional Filmes, do cineasta Newton Paiva, principal companhia da década de 1930 e 40. A empresa oriunda da Bahia inaugurou em Pernambuco a tecnologia da sonorização. Em 1939, a Meridional produziu seus primeiros filmes no Recife, como: A série cinematográfica do jornal *Folha da Manhã* (trinta volumes entre 1939 e 1940), o filme *Mocambos* (1939) e as filmagens do *III Congresso Eucarístico Nacional* (1939). Todos eles, versando sobre aspectos políticos e encomendados pelo interventor federal Agamenon Magalhães.

Após um período de profunda escassez durante a primeira metade da década de 1930, o Recife vai encontrar nos curtas-metragens uma forma de sobrevivência no circuito de produção. Trajetória similar ao que aconteceu em outras capitais como Porto Alegre, Salvador, Belo Horizonte

e São Paulo¹⁰. Surgia então uma ampla produção de *shorts*, especialmente do gênero documental, como os cinejornais: noticiários de assuntos diversos como política, cultura e esportes, que entrariam na programação da Lei de Obrigatoriedade de Exibição dos Filmes Nacionais.

O gênero documental foi responsável, nas diversas produtoras brasileiras, pela própria possibilidade de realização dos ficcionais. Através da propaganda governamental e comercial os produtores conseguiam recursos financeiros para os seus filmes de enredo¹¹, prática estabelecida desde os anos 20. Num período de dificuldades ao qual foi o início da década de 1930, justifica-se a grande quantidade de curtas e documentais que desempenhavam assim um papel fundamental na possibilidade de existência de uma cinematografia nacional. Os recursos adquiridos com essas películas também permitiriam o incremento das tecnologias e experiências de sonorização. Em muitas cidades como o Recife, foram esses *shorts* que marcaram a transição do cinema silencioso ao sonoro.

Fontes e Documentação:

Jornal A Província (Recife). 1929-1933. Fundação Biblioteca Nacional / Hemeroteca Digital.

Jornal do Recife (Recife). 1929-1930. Fundação Biblioteca Nacional / Hemeroteca Digital.

Revista Pra Você, Recife. 1930-1933. Fundação Joaquim Nabuco.

¹⁰ Ainda em 1932 começou a circular no Rio Grande do Sul, o cinejornal silencioso *Actualidades Gaúchas*, produzido pela companhia Leopoldis Filme, dirigida por Italo Majeroni. O filme continha as últimas novidades porto-alegrenses, os últimos acontecimentos políticos e desportivos. Este cinejornal circulou ainda em 1933. Em Salvador, o documentário *A Bahia histórica, artística e religiosa*, também de 1932, foi outro importante registro da produção de documentários no norte do país. Nele eram exaltados os aspectos dos “mais sensacionais fatos da história pátria”, conforme a descrição do próprio filme, mostrando os monumentos da cidade de Salvador. Fonte: Base de dados da “Filmografia Brasileira” do site da Cinemateca Brasileira, disponível em: <<http://cinemateca.gov.br>> Último acesso: 14 de julho de 2014.

¹¹ Segundo Anita Simis (2008, p. 81): “[...] os documentários e cinejornais, em que predominava a propaganda política e comercial, mantiveram em funcionamento a atividade cinematográfica, proporcionando paralelamente as condições para realização de projetos de filme de enredo. A maior parte destes filmes é de curta-metragem, mas foram eles que em grande parte possibilitaram a produção de filmes de longa-metragem”.

Referências

- ARAÚJO, Luciana S. L. Corrêa. O mercado exibidor do Recife na transição para o cinema sonoro. **XX Encontro da Compós**. Porto Alegre, 2011.
- BUTCHER, Pedro. A reinvenção de Hollywood: cinema americano e produção de subjetividade nas sociedades de controle. **Revista Contemporânea**, n.3. 2004.2. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.
- COUCEIRO, Sylvia Costa. **Artes de viver a cidade**: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife dos anos 20. 320 f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- CUNHA FILHO, Paulo Carneiro da. **A Imagem e seus Labirintos**: o cinema clandestino do Recife (1930-1964). Recife: Nektar, 2014.
- CUNHA FILHO, Paulo Carneiro da. **A utopia provinciana**: Recife, cinema, melancolia. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.
- DIAS, Lêda. **Cine-teatro do Parque**: um espetáculo à parte. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2008.
- FIGUEIRÔA, Alexandre. **Cinema pernambucano**: uma história em ciclos. Recife: Editora FCCR, 2000.
- FREIRE, Rafael de Luna. A conversão para o cinema sonoro no Brasil e o mercado exibidor na década de 1930. **Significação-Revista de Cultura Audiovisual**, v. 40, 2013.
- GOMINHO, Zélia. **Veneza Americana X Mucambópolis**: O Estado Novo na Cidade do Recife (décadas de 30 e 40). Olinda: Livro Rápido, 2007.
- Gunning, Tom. O retrato do corpo humano: a fotografia, os detetives e os primórdios do cinema, In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. (Orgs.). **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- LEITE, Sidney Ferreira. **Cinema Brasileiro**: das origens à retomada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- MARTIN, Marcel. **A linguagem cinematográfica**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

NÓVOA, Jorge Luiz Bezerra. Apologia da relação Cinema-História In: NÓVOA, Jorge; BARROS, José D'Assunção (Org.). **Cinema-História: teoria e representações sociais no cinema**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano, 2 – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

REZENDE, Antonio Paulo. **O Recife: história de uma cidade**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2005.

SIMIS, Anita. **Estado e cinema no Brasil**. São Paulo: Annablume; Fafesp; Itaú Cultural, 2008.

A feira, o folheto e o poeta: um casamento de histórias! O espaço de encontros e despedidas na trajetória do tempo

*Geovanni Gomes Cabral*¹

Durante esse tempo todo
Vários cordéis eu versei
Com a minha rude pena
Escrevi e publiquei
Tirado mesmo da fonte
E não há sábio que conte
Quantas passadas já dei
(JCL, 2012, p. 131)

Introdução

Olha a batata! Moço, veja aqui, o preço do tomate! Aqui o queijo vem do interior! Ei, passe aqui e veja essa banana, doce como mel! Aqui têm livros, tem literatura de cordel! Assim são os sons, as palavras, os encontros das pessoas que transitam entre objetos, frutas, roupas, carnes expostas, cheiros diversos, flores e também poesia. A feira é um espaço de socialização, local onde as pessoas andam com objetivos múltiplos, comprando, vendendo, conversando ou circulando; olhando as cores, os tecidos, o feijão, a farinha e a carne de sol. Local de muitas vozes, de homens e mulheres que trabalham, namoram, transitam, negociam e sensualizam os corpos. Crianças correndo, jovens conversando.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Vice-Coordenador do Laboratório e Grupo de Pesquisa itempo. <http://lattes.cnpq.br/2293872023432319>.

É o espaço preferido dos poetas populares para divulgação e comercialização de suas publicações (seja na garganta, seja no grito)². Espalhadas em uma bancada no meio da feira, expostas na calçada da igreja ou mesmo no chão, sobre uma lona plástica, as mais divertidas histórias dessa literatura de folhetos se fizeram presentes em muitas dessas feiras. Como menciona um trecho do *Jornal Folha da Noite*, “[...] versos que fazem esquecer as tristezas da vida.” (DANTAS, 1954; LIMA, 1952; OLIVEIRA, 1953). De fato, a poesia fluía de forma intensa, as rodas de pessoas em torno do poeta ditavam as alegrias, determinavam as histórias e compunham cenários.

Estamos falando das feiras de Goiânia, São Lourenço da Mata, Nazaré, Itambé, Itapissuma, Praça do Mercado de São José, Limoeiro, Caruaru, Aliança, entre outras. Feiras pernambucanas que, entre as décadas de 1960 e 1980, tiveram, em um de seus espaços, poetas e folhetos de cordel. Conhecer esse universo é importante para percebermos a relação que se estabelece entre a oralidade, a gestualidade e a propagação desses folhetos pelos poetas. Para este capítulo, procuramos focar em algumas “fatias”, alguns fragmentos desse “tempo de feira”, na iminência de entender a relação que existia entre o poeta de cordel, suas andanças e as práticas culturais registradas nas feiras. Neste texto, buscamos narrar alguns encontros do poeta José Costa Leite (Figura 1), que tinha a feira livre como espaço para criar e vender sua poesia. Mas, o leitor deve estar se perguntando “por que esse poeta especificamente?” Porque ele fez parte de uma pesquisa que desenvolvemos no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a nível de doutorado, no curso de História. Além disso, não podemos deixar de mencionar o legado

² Segundo as anotações de Liêdo Maranhão em torno das gírias dos poetas, ele diferencia a leitura do folheto na feira ou praça. Vender no grito é vender nas ruas, praças, sem fazer roda, apenas gritando com a sua mercadoria. Vender na garganta é o poeta que utiliza o serviço de altofalante. SOUZA, Liêdo Maranhão de. *Caderno manuscrito n. 2*. Olinda; Recife: CMPLM/LIBER-UFPE, 1973. p. 8–9.

artístico e cultural desse poeta, que, por sinal, integrava a lista dos Patrimônios Vivos da Cultura Pernambucana, até 24 de agosto de 2021, data de seu falecimento na cidade de Condado-PE. E não há como falar de folhetos de cordel, na história de Pernambuco, sem transitar por esses espaços poéticos, de circulação de histórias, memórias e poesia (GUILLEN; GRILLO; FARIA, 2010). Falar de José Costa Leite é pensar em suas andanças pelas feiras, local privilegiado e escolhido pelo poeta para a criação de seus folhetos e produção artística (CABRAL, 2019).

Figura 1. Poeta José Costa Leite, exibindo o seu Calendário Nordestino de 2014.



Fonte: Acervo Geovanni Cabral.

A feira: espaço de encontros e poesia

O ato de pegar um folheto, ler em voz alta, contar a história e ouvi-la constitui um ponto significativo na vida de um cordelista. São marcas que fazem parte do seu cotidiano, de sua atuação como poeta de feira (NEMER, 2011; GARCIA, 1984; SANTOS, 2012; SLATER, 1984; CURRAN, 1973). Ao contar uma história, o poeta de cordel não apenas socializa sua temática,

mas a deixa livre para que seja recontada, ressignificada e compartilhada por outras pessoas. O próprio corpo textual é escrito em versos, o que facilita a memorização e a leitura e proporciona diferentes apropriações a seu público leitor/ouvinte, como afirma Maria Ângela Grillo:

Mesmo sendo uma fonte impressa oferecida a uma população em grande parte analfabeta, essa literatura encontra um vasto público, já que a leitura do poema é feita em voz alta, por um ‘cantador’, que atrai considerável número de ouvintes. Há uma certa facilidade em se aprender essas histórias narradas. Feitas em forma de rima, com palavras que combinam entre si, facilitam sua memorização, e, uma vez memorizada, essa história será contada e recontada (GRILLO, 2005, p. 89).

Tendo as feiras livres como um dos espaços para divulgação de seus folhetos, Costa Leite, praticamente, nunca deixou suas atividades comerciais desde que as iniciou. Circulou por todo o Nordeste brasileiro, soltando sua voz, cantando e encantando. Fez desse espaço palco para sua trajetória de poeta, não se intimidou diante das rodas de pessoas que, ao transitarem para fazer suas compras nos finais de semana, paravam para ouvi-lo. Também não ficou parado ou desistiu diante das cobranças dos fiscais da prefeitura, muito menos da pressão de outros comerciantes que alegavam que esses poetas causavam tumulto na feira ou em outro espaço público, impedindo as pessoas de fazerem suas compras livremente.

O folheto articulava-se com o universo da feira; não era algo isolado do contexto de compras, muito pelo contrário, era também uma mercadoria (LESSA, 1984) que se entrelaçava nos sons, nas frutas e verduras, nas conversas dos feirantes e no movimento colorido e vibrante das pessoas (BARBALHO, 1970). O *Jornal Diário de Minas*, em uma reportagem cujo tema foi esse espaço de compras, ressalta a grandeza ao destacar o cruzamento de homens e mulheres, na mistura de vozes, gritos

e odores (NICOLAU NETO, 1958). “Hoje é dia de feira”, título da matéria do *Jornal do Brasil* de 1972 (SALGUEIRO, 1972), uma expressão que surge desse ambiente de trânsito de pessoas conhecidas ou não, com o qual Costa Leite se identificou e onde verificou que era possível comercializar seus folhetos.

Com o intuito de vender suas mercadorias, não perdeu tempo em percorrer cidades, feiras do interior e mercados públicos dos estados Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia, Alagoas, Paraíba e Pernambuco. Um andarilho do tempo trilhando vilarejos e desafios. Seus folhetos e almanaques de cordel circulavam por meio de folheteiros de maleta, livrarias, bancas e agenciadores. Existia uma rede comercial que se estabelecia desde a tipografia, local de publicação, passando pelos agenciadores até chegar nas mãos do público leitor e ouvinte (BRASIL, 2006). Despertava interesse, curiosidade e, pelo que os documentos apresentam, tinha uma boa aceitação no mercado, sinal de que as histórias eram bem narradas. O público tem sua escolha diante dessa literatura de folhetos; não é por qualquer história declamada que as pessoas se aglomeravam em torno do poeta (SLATER, 1984). Nos relatos orais, o poeta descreve uma lista de diversas feiras que frequentou fazendo comércio e mostrando sua produção:

Eu feirei em muitos lugares, vamos dizer assim comecei na Usina São José, em Igarassu, Itapissuma, Abreu e Lima, Paulista. Paulista tinha feira todo dia naquela época na beira da pista agora é mais pra dentro. Feirei em Itambé, Goiana, Alhandra, Boca da Mata que é Caaporã. E viajei pelo sertão da Paraíba, e Rio Grande do Norte. Feirei em São José de Campestre, Santo Antonio do Sapo e da Onça, em Nova Cruz. É muito boa a feira de Nova Cruz, feirei em Arara fui em Bonito de Santa Fé, já na destina do Ceará, feirei no Ceará numa feira chamada de Ipaumirim, feirei na terra de Ariano Suassuna, Taperoá. E feirei em Guarabira, Araruna, Cacimba de Dentro, São Bento por ali a fora. E tem uma Solânea, muito boa a feira de Solânea. Feirei em Livramento,

Livramento é cidade sertaneja e Monteiro, lá em Monteiro foi uma época de Natal a feira não prestou. Tinha muitos palanques, muita diversão e a feira não foi boa. Feirei em Timbaúba, feirei em Itaquitinga, Brejo de São Vicente. Brejo de São Vicente era uma feira boa também [...] Feirei umas três no Mercado de São José, feirei em Olinda numa feirinha que tem lá, logo ali perto da Praça do Jacaré... Feirei no Recife lá numa feirinha do Entrocamento também, mas a chuva acabou a rodada. Feirei em São Lourenço da Mata, Jardim de Piranhas e Caicó (LEITE, 2011).³

O quantitativo descrito nesse relato de memória nos faz pensar no deslocamento que o poeta realizou durante anos em que propagou suas histórias. Ao citar cada cidade, ele vai lembrando as que foram boas ou fracas segundo seus interesses e critérios. Para Costa Leite, uma boa feira é aquela em que o poeta ganha dinheiro e volta para casa sem mercadoria, inspirado para compor mais versos e levar para a tipografia. Outra questão interessante é que para cada localidade existia um dia específico para a realização desse comércio; por exemplo, na segunda-feira, ocorre a feira de Itambé-PE; na terça-feira, a de Itabaiana-PB; aos domingos, a de Condado-PE e, nas quartas e sábados, Guarabira-PB. (GARCIA, 1984). Essas informações também eram divulgadas na contracapa dos folhetos, no que chamamos de página editorial (CURRAN, 1972). Nesse espaço, os poetas anunciavam a publicação de novas histórias e Costa Leite ainda aproveitava para sinalizar as feiras em que estaria negociado seus livros e revistas. Uma forma de direcionar o público à compra de suas histórias.

Segundo Marie Garcia, algumas feiras ligadas a cidades grandes, como Guarabira e Campina Grande (ambas da Paraíba), funcionavam com vários estabelecimentos que ficavam abertos durante a semana. Esses

3 José Costa Leite, em entrevista concedida a Geovanni Cabral, Condado-PE, 25 jun. 2011.

“circuitos de feiras” (GARCIA, 1984, p. 9)⁴ permitiam certa flexibilidade aos poetas, que se programavam para percorrer os municípios. Muitos saíam de casa na quinta-feira e retornavam apenas na segunda, prontos para versificar novos títulos e voltar à rotina.

A dinâmica desses espaços de venda, troca e escoamento de mercadorias nos faz refletir sobre as estratégias criadas por Costa Leite para dar conta das múltiplas atividades que norteavam essas práticas comerciais. Para ir a algumas dessas feiras, ele precisava sair no dia anterior, com sua maleta cheia de livros, e pernoitar no local; em outros momentos, saía de casa muito cedo, praticamente de madrugada, pois não existia transporte com facilidade: “[...] eu chegava assim de 7 ou 8 horas, tomava um cafezinho e começava os trabalhos, afirma Costa Leite.”⁵ Essa precisão nos horários estava relacionada com a escolha do local, onde deveria montar sua banca⁶ e vender seus folhetos. Chegar cedo era uma garantia de ficar em um ponto estratégico, que facilitasse a vendagem das mercadorias. Segundo o poeta, “[...] as ruas que se cruzavam eram as melhores porque vinha gente de todos os lados”.⁷

Como espaço público, muitos cordelistas se dirigiam, ao mesmo tempo, a essas cidades, afinal de contas, todos queriam divulgar, cantar e vender suas histórias. Nem sempre conseguiam ficar em rodas separadas e, na ocasião, faziam amizade e ficavam dois ou três no mesmo local. Essa reunião facilitava a leitura dos folhetos; esse tipo de socialização do espaço público, com outros poetas na roda, facilitava na hora de arrecadar o

4 Circuito de feiras, termos utilizados por Marie Garcia em sua pesquisa para definir essa alternância de dias que existiam nas feiras do Nordeste frequentadas “[...] por certo número de vendedores quer fosse pelas compras, quer fosse pelas vendas”.

5 José Costa Leite, em entrevista concedida a Geovanni Cabral, Condado-PE, 25 jun. 2011.

6 Montar banca significa se organizar no local da feira para exposição das mercadorias. Era preciso marcar presença nos locais escolhidos, caso contrário, um outro comerciante poderia se apropriar do local.

7 José Costa Leite em entrevista concedida a Geovanni Cabral, Condado-PE, 25 jun. 2011.

dinheiro, pois, enquanto um estava lendo, o outro estava vendendo. Em seus relatos, Costa Leite descreve:

Manuel Serafim, Manuel José dos Santos, Severino Borges Silva, Luiz Gomes Lumerque, tudo isso são amigos de ocasião que chegava à feira. Não tinha muito local para trabalhar, trabalhava três numa roda. Eu lia, você lia, este daqui pegava, quando terminava entregava a mim, eu terminava entregava a você. Ficava assim a roda o dia todinho. Que um só não pode segurar a roda, dá sede, vontade de tomar um copo d'água. Vai sair o outro fica trabalhando, toma água e vem quando terminar passa a palavra. 'E aqui meus senhores eu vou passar a palavra a meu companheiro de profissão que ele vai apresentar um romance bom para os senhores ficando ele com os senhores e os senhores com eles.' Aí eu pegava o microfone e entregava (LEITE, 2013).⁸

Esse relato é muito interessante, porque apresenta a dinâmica que existia acerca da venda dos folhetos. Não era apenas chegar e propagar. Percebemos que a preparação vem desde o momento em que arrumava a maleta com os títulos, passando pela escolha do local até a sua divulgação propriamente dita, com a leitura das histórias. O ato de vender folhetos é visto como profissão por Costa Leite, e isso é bastante significativo, pois determina o lugar que ocupa nessa transação comercial.

O poeta recitou muitos versos por onde passou, contando com um público numeroso que, além de fazer um círculo para ouvir as leituras, compravam esses folhetos: “[...] quando eu tinha meus trinta anos que eu lia cantando na feira fazia mói⁹ de gente com quinhentas pessoas com a minha visão boa nem óculos usava.”¹⁰ A fala remete o poeta a um tempo em que sua vida girava em torno das atividades comerciais, como verificamos na leitura das contracapas, nas estratégias criadas para

8 José Costa Leite em entrevista concedida a Geovanni Cabral, Condado-PE, 20 mar. 2013.

9 Expressão utilizada no interior do Nordeste, que indica quantidade “um mói de feijão”, “um mói de milho”, também associado a outra palavra que denota o mesmo significado “tuia”.

10 José Costa Leite em entrevista concedida a Geovanni Cabral, Condado-PE, 20 mar. 2013.

divulgar seu trabalho. Existia uma corrida para publicar e levar novas histórias ao público, o que pode ser percebido na diversidade de histórias versificadas e no quantitativo de impressões das tipografias (em torno de mil exemplares para cada livro impresso).

Toda essa movimentação em torno da leitura do folheto o poeta iniciou nas feiras dos engenhos, tomando a iniciativa de encarar as pessoas e vender suas primeiras histórias. É prática comum encontrar, nas esquinas dos engenhos, poetas recitando versos sobre cangaceiros, Frei Damião, Padre Cícero ou histórias encantadas (JORNAL DO BRASIL, 1974; TRIBUNA DA IMPRENSA, 1956; JORNAL DO COMMERCIO, 1960; O DIA, 1963). Costa Leite tinha conhecimento de como o ato da leitura era estabelecido. Muitas foram as histórias e experiências que acumulou na vida. “Chegava à feira com o serviço de som, armava o banco em cima de um tripé, uma sombrinha de praia por causa do sol, entrelaçava o autofalante no pescoço e começavam as leituras.”¹¹

Fez roda com as histórias *Renato e Elvira*, *Narciso e Iracema*, *ABC do cachaceiro*, *O boi no pé da cajarana*, *Dicionário dos cornos*, entre outras. Sobre o folheto *O encontro da velha que vendia tabaco com o matuto que vendia fumo*, Costa Leite diz que “[...] vendeu um milheiro em três semanas”,¹² muito semelhante aos sucessos dos folhetos *A voz de Frei Damião*, com 100 milheiros vendidos, e *A carta misteriosa do Padre Cícero Romão*, com 200 milheiros vendidos (este chegou a vender mais de 10 mil exemplares em 1950) (NOBLAT, 1977). Nos cadernos manuscritos de Liêdo Maranhão, Costa Leite fala sobre esses folhetos: “[...] teve uma tiragem tão grande que é feito hino nacional ninguém sabe quantas vezes foi cantado” (SOUZA, 1973, p. 1).

¹¹ José Costa Leite em entrevista concedida a Geovanni Cabral, Condado-PE, 25 jun. 2011.

¹² Ibid.

Certa vez, contou que chegou à feira de Nova Cruz, no Rio Grande do Norte, e começou a declamar, na roda, o folheto *A voz de Frei Damião*: “No ano de setenta e dois/ a fome tudo rebenta/ charque é quinhentos cruzeiros/ bacalhau vai dar setenta/ vinte cinco uma galinha/ uma cuia de farinha vamos comprar por noventa.”¹³ Ao finalizar, uma velhinha chorava aos prantos: “Meu Deus, vai morrer tudo de fome.”¹⁴ Enquanto isso, as pessoas pediam licença na roda, só ouviam os gritos “[...] me dá um, me dá um.”¹⁵ Como havíamos dito, as pessoas faziam suas escolhas, gostavam dos folhetos que versavam sobre profecias, amor e bravuras.

Nem tudo são flores na vida de um poeta diante de suas andanças pelos interiores para propagar suas histórias. Costa Leite e muitos outros cordelistas passaram por decepções, foram perseguidos e humilhados por policiais e fiscais (NOTÍCIAS DE HOJE, 1953). Os fiscais atuavam na cobrança de impostos ou perseguiram algum poeta que declamasse folhetos com versos pornográficos (SOUZA, 1974; ARANTES, 1982) ou que atentassem contra a ordem estabelecida (O GLOBO, 1975; JORNAL DO BRASIL, 1964). Falando sobre esses momentos que vivenciou, relata o poeta:

Eu tenho saudade daquele tempo passado que eu andava com o serviço de som, mesmo sofrendo, era distraído. Em toda feira sempre era explorado pela polícia, fiscalização, gente que não queria zoada por perto. Chamavam o fiscal para tirar dali, para o camarada ir ler lá fora.¹⁶

Em outra situação, conversando sobre a vendagem de folhetos, vieram à tona lembranças desse cotidiano no tocante às humilhações:

¹³ Ibid.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Ibid.

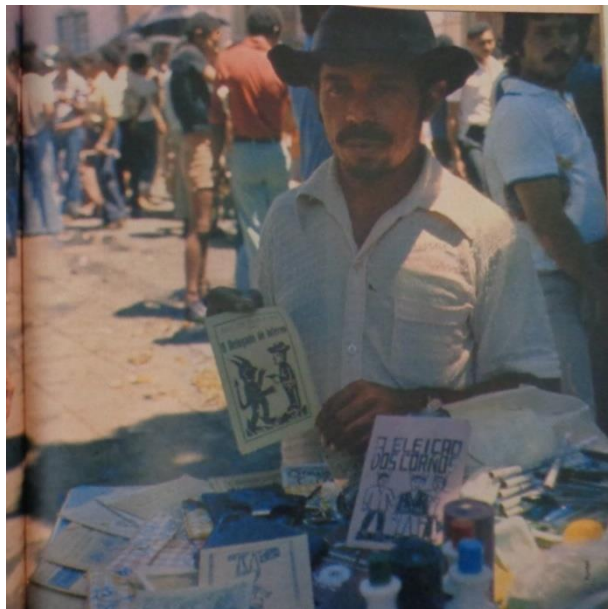
¹⁶ LEITE, José Costa. Entrevista concedida a Geovanni Cabral, Condado-PE, 8 jan. 2012.

Muita piada recebe o cordelista na feira, o camarada tá chupando uma laranja na feira e sacode, um amigo meu vendia folheto e quando abriu a boca falando, o bagaço bateu na boca dele; isso era punhado de milho, chamavam de vagabundos, malandros. Tinha ocasião que o sangue esquentava.¹⁷

Em entrevista, J. Borges relata: “[...] chegava na feira e os fiscais não deixavam cantar, proibiam, expulsavam a gente.” (O GLOBO, 1975). Tal recorrência de fiscalização nas feiras já era noticiada no jornal *O Globo* (1934), na primeira página, com apreensão de livros que atentavam contra a moral e a ordem. O Mercado de São José, mais precisamente a Praça Dom Vital (popularmente conhecida como Praça do Mercado), foi um desses lugares de perseguições aos poetas populares (SOUZA, 1977; GUILLEN, 2009), em razão da grande quantidade de cordelistas e bancas de folhetos em seu entorno (Figura 2 e Figura 3).

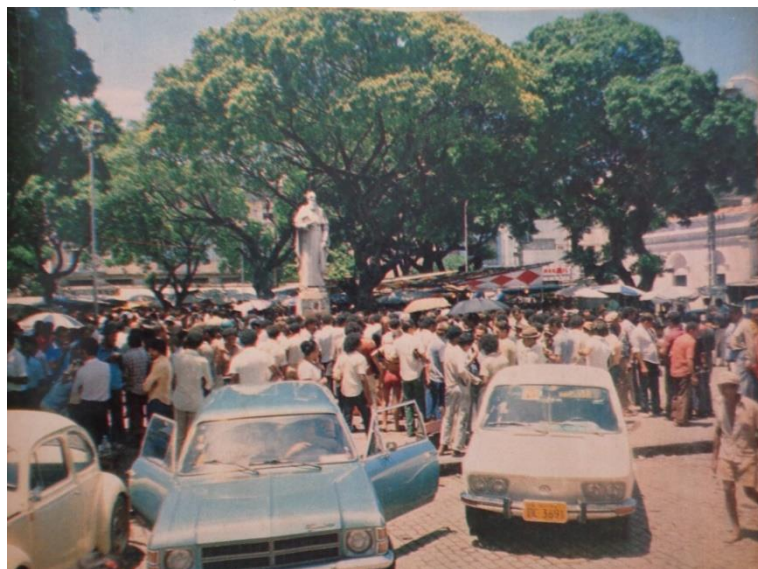
¹⁷ LEITE, José Costa. Entrevista concedida a Geovanni Cabral, Condado-PE, 5 maio 2011.

Figura 2. Banca de vendedor de folhetos na Praça do Mercado de São José.



Fonte: Revista Família Cristã, ano 46, n.533, 1980.

Figura 3. Praça Dom Vital, Mercado de São José



Fonte: Revista Família Cristã, ano 46, n.533, 1980.

Todas as histórias e a divulgação dos folhetos convergiam para as rodas espalhadas pela praça. Nas palavras de Joana Puntel (1980), “[...] ali, grandes poetas à sombra das árvores contavam seus versos e entretinham as pessoas durante horas, explicando seus folhetos.”. Nessa imagem (Figura 4), temos o poeta José Costa Leite, na década de 1970, negociando folhetos no Mercado de São José. Além de seus livros expostos e organizados por temáticas para facilitar a comercialização, ele mostra, no primeiro plano, o seu LP (gravado pela Continental), intitulado *Cordel* (1970). Nele, recita várias histórias de sua autoria. Ao fundo, podemos perceber a movimentação de pessoas em torno da praça.

Figura 4. José Costa Leite vendendo folhetos e divulgando seu LP no Mercado de São José, 1977



Fonte: Meyer (1980).

O cenário descrito passou a ser constante na vida dos cordelistas à proporção que o espaço físico da feira enfrentava mudanças e transformações urbanísticas devido às intervenções do poder público. Os

relatos de Costa Leite confluem temporalidades distintas no tocante à venda e à publicação desses impressos. As grandes tiragens respondem a uma época em que as pessoas se informavam com a leitura de folhetos. As notícias chegavam em forma de versos que distraíam a atenção do público, o que, geralmente, ocorria em espaços públicos, despertando “[...] os olhos das autoridades”. Esse despertar associa-se aos interesses de lojistas e políticos que buscavam ganhar algo em troca nessa relação mercantil. Os fiscais atuavam, tomavam mercadorias, “limpavam” os espaços, dispersando os poetas e as pessoas que estavam em seu entorno. O que a documentação aponta é que, durante a década de 1970, foi uma luta acirrada entre fiscais e poetas por um espaço em que pudessem vender suas mercadorias, já que eram obrigados a “[...] pagar chão de prefeitura.” (ARANTES, 1982, p. 42-43).¹⁸

A perseguição aos poetas mediante as políticas públicas e o desejo de mudar de atividade não foram determinantes para que o poeta Costa Leite deixasse suas publicações. Muito pelo contrário, ele continuou reclamando e firme na profissão. Não mais percorria aquele circuito com tanta velocidade em vender, mas não deixava de olhar para seu público e recitar uma história.

José Costa Leite, como já descrevemos em alguns parágrafos, gostava de fazer roda e atrair “multidões”: “Quando eu lia na feira, fazia roda de gente, até sem vender, o povo vinha dos engenhos.”¹⁹ Em suas entrevistas, percebemos que, ao falar dessas feiras, apresentava certo orgulho, principalmente quando se referia ao número de pessoas que ficava a sua volta e às grandes tiragens tipográficas de alguns folhetos. Sinal de dinheiro, lucro e boa arrecadação.

Como técnica de venda, o poeta segurava o folheto com uma das mãos, prendia o microfone ao pescoço, soltava a voz, lia uma parte da

¹⁸*Pagar chão de prefeitura* era uma gíria utilizada pelos poetas que significava imposto para vender folheto.

¹⁹ José Costa Leite em entrevista concedida a Geovanni Cabral, Condado-PE, 21 ago. 2013.

história e, quando as pessoas estavam empolgadas, parava e dizia: “Agora, para saber o fim da história, comprem o folheto.”²⁰ Essa era uma das estratégias mais utilizadas entre os poetas para vender seus livros. Corroborar essa ação a reportagem do periódico *O Jornal*, o qual menciona que, para vender folheto, era preciso ter técnica apurada, que se inicia na voz, na dramaticidade, nos gestos e no melhor da festa. Quando todos estão empolgados com a leitura, o poeta convida os fregueses a comprar o folheto e saber do fim da narrativa (O JORNAL, 2015).

As histórias do cordel seduziam os ouvintes com seus gracejos, aventuras ou romances. O cordel informava e divertia ao mesmo tempo em que a feira decorria. Costa Leite, diante dos vários anos de experiência, já tinha toda essa dramaticidade, gestualidade e *performance* (ZUNTHOR, 2007, p. 31), o que deixava os leitores/ouvintes atentos à sua vocalidade. Entra em cena não apenas a leitura, norteadora na roda do poeta, mas todo um conjunto que se amalgama com o corpo, as mãos e os movimentos, como afirma Chartier (1999, p.13), em seu livro *A ordem dos livros*: “A leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, em espaços, em hábitos.”

Essa *performance*, na hora da leitura, é determinante para dar sentido e vida às narrativas que empolgam o público. A leitura dos folhetos de lida ²¹não se faz de forma isolada e estática. Muito pelo contrário, a dinâmica da feira ditava cenários de movimentos, linguagens e práticas culturais. Costa Leite, ao evidenciar seus versos com as mãos e com a voz, jogava o corpo em movimentos que condicionavam a leitura e constituíam a poesia. Essa leitura quase chega a caracterizar um ato teatral, na medida em que o poeta “se joga” para dar sentido à sua história; improvisa, cria e recria com os versos do folheto.

20 José Costa Leite em entrevista concedida a Geovanni Cabral, Condado-PE, 25 jun. 2012.

21 Folhetos de lida são folhetos para serem contados na roda de poetas.

Um ponto forte da pesquisa foi acompanhar José Costa Leite na feira de Itambé-PE, uma das poucas que ele ainda tinha coragem de frequentar e levar suas publicações. Falamos em coragem por causa de sua idade, do peso em transportar mercadorias, do fato de ter de pegar dois meios de transporte para chegar até seu destino (de Condado a Goiânia e de Goiânia a Itambé). Assim, como percorria o circuito das feiras do Nordeste, durante as décadas de 1970 e 1980, despertava cedo (no “canto do galo”), tomava um café pequeno e seguia sua jornada. A ideia de sair para vender folhetos permanece agregada à sua vida e às experiências e práticas comerciais. Mesmo aposentado e recebendo um auxílio do Patrimônio Vivo, Costa Leite vê esse espaço como o único local que nutre o desejo de escrever e versejar suas histórias. Por conta da idade, deixou de frequentar a feira, mas não parou de trabalhar em sua casa, com a confecção de matrizes xilográficas.

Costa Leite vinha ocupando um pequeno espaço na feira de Itambé que ocorre sempre na segunda-feira (Figura 5 e Figura 6). Segundo Candace Slater (1984, p. 25), esse dia alternado das feiras “[...] foi crucial para o sucesso do folheto”, permitindo sucessivos deslocamentos dos poetas pelo interior. Foi nesse lugar, nas cercanias da divisa com a Paraíba, que conseguia expor seus títulos e vender algumas de suas histórias e almanaques; mesmo reclamando do comércio fraco e mantendo o discurso de que estava quase parando, querendo vender seus originais. Geralmente, essa vontade de abandonar a venda do folheto surge no momento de dificuldades e da baixa procura dos leitores e consumidores que gostam desse tipo de literatura e poesia.

Figura 5. José Costa Leite na feira de Itambé, 4 nov. 2013.



Fonte: Acervo Geovanni Cabral.

Figura 6. José Costa Leite na feira em 1985.



Fonte: Acervo José Costa Leite.

Com a idade avançada, já não conseguia levar um sistema de som e formar as rodas nas feiras que encantavam o público ouvinte que gostava

de vê-lo declamar. No dia que antecedia à sua ida, deixava tudo organizado, principalmente a bolsa com as mercadorias. Carregava, também, um tripé de madeira articulável, em que distribuía os livros. Essa atividade comercial realiza-se semanal ou quinzenalmente, uma forma de demarcar o local e não perder para outro feirante.

Na bolsa, inseria livros de sua autoria, e também clássicos da literatura de folhetos, que nem o tempo nem as pessoas conseguem esquecer. Um exemplo são as histórias de Leandro Gomes de Barros, Manuel d’Almeida Filho, José Camelo de Melo e João Martins de Ataíde. Sobram, ainda, lugares para seus almanaques, guias astrológicos, livros de romance, alguns CDs de sua autoria e de Luiz Gonzaga (Figura 7). Essa quantidade de mercadorias nos reporta à época em que “[...] folhetos eram vendidos junto com almanaques, orações impressas, canções, remédios caseiros e imagem de santos, assim como revistas usadas.” (GALVÃO, 2001, p. 135).

Figura 7. Organização dos folhetos de Costa Leite na feira de Itambé-PE, 2013.



Fonte: Acervo Geovanni G. Cabral.

O percurso até Itambé-PE ocorria em torno de 40 minutos, tendo como paisagem o verde dos canaviais, o barulho das folhas da cana verde, que se estendia até o horizonte, freneticamente em movimento pela ação dos ventos. À medida que seguíamos o trajeto, o poeta ia explicando a paisagem, como um professor que leva seus alunos à aula de campo. Sua memória funcionava como um álbum de família, em que cada fotografia remete a uma história, a uma imagem do tempo.

Com passos curtos, arrastava seu carrinho por entre feirantes e bancos de amigos. Chegando, descansava um pouco e começava a abrir as bolsas, retirando a mercadoria. Primeiro, montava o tripé; depois, estendia o cordão e, em seguida, espalhava e pendurava os folhetos. Os amigos de longas datas passavam por ele e o cumprimentavam com um bom dia ou um aperto de mão, gestos que demonstram amizade, respeito e afetividade conquistada nesse espaço. Aos poucos, anunciava suas histórias a quem passasse na calçada, geralmente com um folheto na mão, visando a despertar o ouvinte que trafegava por esses espaços. Os versos eram entoados com precisão, em ritmos de cantadores de viola. A experiência da feira o fez um poeta múltiplo e dinâmico, conhecedor das estratégias que norteiam o mercado da poesia. Nessas idas e vindas de pessoas, alguns paravam para escutar a história; outros apenas olhavam.

A todo instante, reportava-se aos tempos áureos da vendagem de folhetos, dizendo: “[...] ah se eu tivesse sua idade, pegava o autofalante e anunciava, mas a idade não permite.” A partir daí, percebemos que o passado está presente em sua prática, na forma de agir e lidar com sua produção artística. O passado da feira está presente em sua memória. A feira, para Costa Leite, é o tempo da saudade. Ao frequentar esse espaço, ele busca em suas reminiscências os tempos que não voltam mais. Ao que parece, essa ida à Itambé-PE o encoraja a permanecer escrevendo e

publicando, principalmente os almanaques que têm mais comercialização nessa área por conta de agricultores da região.

Por volta das 13 horas, os feirantes começam a desmontar seus bancos, cada um a seu modo, e a guardar seus produtos, até que gradativamente, aquele cenário colorido, de vozes, sons e pessoas transitando de um lado para outro, tomava outras configurações. Aos poucos, a feira chegava ao fim, as ruas iam sendo desocupadas e a cidade voltava à sua vida normal. Lentamente, Costa Leite começa a arrumar toda a sua mercadoria e a desmontar seu tripé. Enquanto estava guardando os folhetos, ficava conversando com as pessoas que se aproximavam e, sem perder tempo, fazia seus últimos anúncios, “[...] moça compre um cordel, tem histórias bonitas, o cordel desarma, educa e diverte, tem a história de Lampião, tem a história do chifrudo.” Histórias mencionadas estrategicamente, pois são essas que mais despertam o interesse dos consumidores.

Aos poucos, ele ia se despedindo dos amigos, arrastando seu carrinho de livros, procurando o melhor local para transitar. Assim, terminava a jornada desse dia. Pegamos o transporte e voltamos para sua casa em Condado-PE, onde sua esposa, Dona Severina Maria, o esperava para almoçar. Guardava o material no quarto e no outro dia, ou durante a semana, olhava para ver que folheto deveria retirar ou acrescentar para a próxima jornada. Essa trajetória de idas a feiras livres, praças e mercados fez desse poeta um artista múltiplo no campo da produção xilográfica e da poesia; um andarilho do tempo nas adivinhações de astros e estrelas, conselhos e práticas culturais.

Considerações finais

Pensar nas histórias de Pernambuco é, também, olhar para praças, mercados e feiras, locais importantes para refletir a poesia, a literatura e

os encontros de poetas, cantadores e violeiros. A feira, aqui mencionada, é um espaço da circulação e declamação de poesias, encontros e despedidas. Um local de socialização, conflitos, fiscalização, risos e lágrimas. São histórias compostas de várias camadas de tempo, de fragmentos, olhares, gestos, corpos que transitam e se conectam com sua atmosfera de socialização. A literatura de cordel e as múltiplas histórias versificadas no folheto encontram, nas feiras livres, seu palco, sua casa, sua morada. Com o microfone na mão ou no grito, a poesia era declamada, as pessoas paravam, olhavam, ouviam e compravam. Outros reclamavam e criavam obstáculos.

Como mencionado no título desse artigo, a feira, o poeta e a poesia são um casamento perfeito. Uma tríade que marcou época. Os poetas circulavam, traziam suas histórias, e as deixavam com agenciadores ou pontos de vendas. A poesia circulava nas feiras de Pernambuco; homens e mulheres paravam para ouvir, comprar e levar para casa histórias das mais diversas temáticas: religiosas, cômicas, românticas ou de cangaceiros. Trazer histórias do poeta José Costa Leite (1927-), aqui, é apresentar um pouco dessa trajetória nas encruzilhadas do tempo e algumas histórias de um poeta que se fez presente em diversas feiras, que deixou suas digitais em sua vasta produção de folhetos, nos diversos números do Calendário Nordestino (almanaques) ou nas matrizes xilográficas que produziu. Desde seu primeiro folheto, em 1947, e sua estreia na feira, ficou atento aos sinais do público, o que legitima o poeta em seus versos e declamações. Autor de poesia, foi patrimônio vivo da cultura pernambucana, José Costa Leite tem sua expressividade artística reconhecida em museus, exposições, galerias e acervos digitais. Um poeta do chão, da voz e da poesia! Deixou um legado para a nossa cultura, para a nossa história. Esse texto foi escrito antes de seu falecimento, em 24 de

agosto de 2021, portanto dedico à sua memória e ao poeta que tanto nos representou com sua voz, versos e histórias.

Referências

Entrevistas

JOSÉ COSTA LEITE

Entrevista concedida a Geovanni Cabral. Condado, PE, 5 maio 2011.

Entrevista concedida a Geovanni Cabral. Condado, PE, 25 jun. 2011.

Entrevista concedida a Geovanni Cabral. Condado, PE, 8 jan. 2012.

Entrevista concedida a Geovanni Cabral. Condado, PE, 20 mar. 2013.

Entrevista concedida a Geovanni Cabral. Condado, PE, 5 maio 2013.

Bibliografia

ABREU, Márcia Azevedo de.. *Histórias de cordéis e folhetos*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1999.

A ESTES poetas são a voz do povo. *Notícias de Hoje*, São Paulo, 22 nov. 1953. Disponível em: <http://www.cnfcp.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2015.

ALENCAR, Edgar. Os folhetos em verso do Nordeste. *O Dia*, Rio de Janeiro, 27 out. 1963. Disponível em : <http://www.cnfcp.gov.br/>. Acesso em: 16 dez. 2014.

ALENCAR, Edgar. Literatura popular em verso. *O Dia*, Rio de Janeiro, 6 out. 1963, Caderno 5, p. 2. Disponível em: <http://www.cnfcp.gov.br/>. Acesso em: 16 dez. 2014.

ARANTES, Antonio Augusto. *O trabalho e a fala: estudo antropológico sobre os folhetos de cordel*. Campinas, SP: Kairós/Funcamp, 1982.

BARBALHO, Nelson. Feira de Caruaru. *Brasil Açucareiro*, n. 89, ago., 1970.

BRASIL, Alexia. *Cordel: memória e comunicação em rede*. 2006. 168 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

BRASIL tem arte medieval. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 out. 1962. Disponível em: <http://www.cnfcp.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2015.

CABRAL, Geovanni Gomes. Trajetórias biográficas e literatura: histórias do poeta José Costa Leite. In: CAVALCANTI, Ereinaldo; CABRAL, Geovanni (org.). *A história e suas práticas de escrita: relatos de pesquisa*. Recife: EDUFPE, 2013.

CABRAL, Geovanni Gomes. Histórias e práticas culturais do poeta José Costa Leite. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

O CAMINHO difícil do prelo à feira. *O Globo*, 5 nov. 1975. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=literatura+de+cordel> . Acesso em: 10 set. 2015.

CURRAN, Mark J. A “página editorial” do poeta popular. *Revista Brasileira de Folclore*, ano 12, n. 32, p. 5-16, jan./abr. 1972.

CURRAN, Mark J *A literatura de cordel*. Recife: EDUFPE, 1973.

DANTAS, Audálio. Enquanto os fazendeiros exibem Zebus, o povo de Goiânia faz a "festa pecuária". *Folha da Noite*, 11 jun. 1954, n. 9.923, p. 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fdn/1954/06/11/>. Acesso em: 3 nov. 2015.

DIFERENTE e divertida, a Feira de Caruaru é atração. *Jornal do Brasil*, 1.º ago. 1974. Disponível em: <http://www.cnfcp.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2015.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Cordel: leitores e ouvintes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GARCIA, Marie France. *Feira e trabalhadores rurais: as feiras do brejo e do agreste paraibano*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984.

GASPAR, Lúcia; BARBOSA, Virgínia. *Literatura de cordel no Brasil: um inventário bibliográfico nacional*. Recife: Fundaj, 2013.

GRILLO, Maria Ângela de Faria. *A arte do povo: histórias na literatura de cordel (1900-1940)*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Mercado de São José: contando história em lugar de memória. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza, 2009. p. 1-8.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins.; GRILLO, Maria Ângela de Faria; FARIAS, Rosilene. *Mercado de São José: memória e história*. Recife: Iphan/Fadurpe, 2010.
- HATA, Luli. *O cordel das feiras às galerias*. 1999. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Universidade de Campinas, SP, 1999.
- LEITE, José Costa. *A vida da minha vida: uma autobiografia de José Costa Leite*. Prefácio de Ariano Suassuna. Recife: Ed. Coqueiro, 2012.
- LIMA, Raul. Feiras do Nordeste. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 3 ago. 1952. Disponível em: http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=62. Acesso em: 10 jan. 2015.
- MEYER, Marlyse. *Autores de cordel*. São Paulo: Abril Educação, 1980.
- NEMER, Sylvia. *Feira de São Cristovão: a história de uma saudade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.
- NICOLAU NETO, José. Feira do Nordeste é isto assim: tem umburana, cachaça e sangue. *Diário de Minas*, 25 dez. 1958. Disponível em http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=G:\Trbs_R\CDU\CDU.docpro&pesq=diario%20de%20minas. Acesso em: 15 dez. 2014.
- NOBLAT, Ricardo. Texto da contracapa. In: LEITE, José Costa. *Cordel: a poesia do Nordeste*. Vinil, LP, Álbum. São Paulo: Gravadora Continental, 1977. v. 1.
- NORDESTE: a poesia e o canto de sua gente. *O Globo*, 5 dez. 1975, Caderno Cultura, edição matutina, p. 29. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=literatura+de+cordel>. Acesso em: 10 set. 2015.
- OLIVEIRA, José do Patrocínio. Os vendedores de folhetos. *Diário da Noite*, Recife, 3 set. 1953. Disponível em: <http://www.cnfcp.gov.br/>. Acesso em: 20 jan. 2015.
- PUNTEL, Joana T. A literatura que já foi do povo. *Família Cristã*, ano 46, n. 533, maio 1980.

- SALGUEIRO, Elizabeth. Nordeste: hoje é dia de feira. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 mar. 1972. Disponível em: <http://www.cnfcp.gov.br/>. Acesso em: 16 dez. 2014.
- SANTOS, Leny. *Feira livre: organização, trabalho e sociabilidade*. São Paulo: Ed. da USP, 2012.
- SLATER, Candace. *A vida no barbante: a literatura de cordel no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- SOUZA, Liêdo Maranhão de. *Caderno manuscrito n.º 2*. Olinda; Recife: CMPLM/LIBER-UFPE, 1973.
- SOUZA, Liêdo Maranhão de. *Caderno manuscrito n.º 2*. Olinda; Recife: CMPLM/LIBER-UFPE, 26 abr. 1973.
- SOUZA, Liêdo Maranhão de. *Caderno manuscrito n.º 2*. Olinda; Recife: CMPLM/LIBER-UFPE, 12 maio 1973,
- SOUZA, Liêdo Maranhão de. *Caderno manuscrito n.º 2*. Olinda; Recife: CMPLM/LIBER-UFPE, 31 maio 1973.
- SOUZA, Liêdo Maranhão de. *Caderno manuscrito n.º 2*. Olinda; Recife: CMPLM/LIBER-UFPE, 14 jun. 1973.
- SOUZA, Liêdo Maranhão de. *Caderno manuscrito n.º 2*. Olinda; Recife: CMPLM/LIBER-UFPE, 10 ago. 1973.
- SOUZA, Liêdo Maranhão de. *O mercado, sua praça e a cultura popular do Nordeste: homenagem ao centenário do Mercado de São José 1875-1975*. Recife: Prefeitura Municipal, 1977.
- ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. Tradução de Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

Das ruas aos palcos: o processo de espetacularização da ciranda no Estado de Pernambuco (1960-1980)

*Bruno Geremias Bomfim de Oliveira*¹

“O que for do povo, guarde porque é sábio” (DINIZ, 1960, p.19).

Que ciranda é essa? Dança de criança ou dança de adulto?

Quando atribuímos sentido a determinada palavra, estamos sujeitos às influências externas das representações sociais como as crenças, os valores, as ideias e ideologias que se fazem presentes através dos grupos nos quais estamos inseridos, tendo como principal meio de propagação os agentes sociais, como aponta Pierre Bourdieu:

As representações dos agentes variam segundo a sua posição (e os interesses associados a ela) e segundo o seu *habitus* como sistema de esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição no mundo social (BORDIEU, 2004, p.158).

Através deste discurso podemos identificar que os seres humanos possuem interesses coletivos e individuais e que tais interesses estão ligados diretamente ao local social que estes indivíduos ocupam ou querem ocupar.

¹ Professor da rede Estadual de Educação de Pernambuco. Graduado em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Especialista em Tecnologias Digitais e Inovação na Educação pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). <http://lattes.cnpq.br/8634114615388983>.

A ciranda que tomei como objeto de análise neste trabalho, possui alguns sentidos que foram sendo construídos no imaginário popular através dos tempos.

Neste primeiro momento do capítulo, procurei analisar e problematizar os discursos que trazem o *folguedo popular*² ora como uma dança folclórica, transmitida como uma prática infantil, ora como uma dança praticada por adultos.

Durante os anos de 1950 a 1959 pude identificar o termo “ciranda” sendo empregado como uma prática folclórica infantil, bastante presente inclusive entre as várias classes sociais de maneira poética e lúdica, como por exemplo, este trecho tirado de uma publicação do Diário de Pernambuco, no dia 1º de Abril de 1950 onde o autor trazia : “E as borboletas voam e rodopiam cada vez mais, como criancinhas no rodar da ciranda”,³ ou em outra publicação em 28 de Janeiro no ano de 1951, a qual tinha como título: “O folclore no rádio” do autor Fernando Luiz, que trazia uma concepção de folclore para aquele período. Dentre os exemplos utilizados podemos observar a presença da ciranda infantil:

Quantas vezes, ouvíamos no rádio brasileiro, um locutor anunciar “ouviremos a canção folclórica de Fulano...”.

“Folclore” é a ciência do povo. Aquela que vem de geração em geração, pela tradição oral, pelos folhetins de feira, pelas cantigas de rua, pelos brinquedos de infância.

² “E depois de numerosas discussões, foi aceito que por ‘folguedo popular’ se entenderia todo fato folclórico, dramático, coletivo e com estruturação. Dramático não só no sentido de ser uma representação teatral, mas também por apresentar um elemento especificamente espetacular, constituído pelo cortejo, sua organização, danças e cantorias. Coletivo por ser de aceitação integral e espontânea de uma determinada coletividade; e com estruturação, porque através da reunião de seus participantes, dos ensaios periódicos, adquire uma certa estratificação. Seu cenário são as ruas e praças públicas de nossas cidades, especialmente nos dias de festas locais, em louvor de santos padroeiros ou do calendário. (LIMA, 1962, p. 11)”

³ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 01/04/1950, Rádio, p.6.

Qual é o autor de “Ciranda, cirandinha”? Ninguém sabe. No entanto, todas as crianças sabem-na de cor e ela permanece viva através dos séculos ⁴(DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1951, p.19).

Podemos compreender através deste trecho que a “ciranda, cirandinha”, cantiga pertencente à ciranda infantil, fazia parte do folclore e estava presente no imaginário popular, sendo considerada, segundo o autor, como uma “ciência do povo”, transmitida de “geração em geração” pela tradição oral e que todas as crianças sabiam de cor. Apesar de todas essas características, podemos identificar também que, segundo a matéria, não se sabe quem é o autor da cantiga ou como se iniciou ao certo este costume, mas sabia-se que ela permanecia viva através dos séculos.

A ciranda como dança praticada por crianças através das ditas cantigas populares se tornava sinônimo de poesia e de pureza, algo que por algum motivo foi sendo construído, transformado e disseminado por muitos grupos sociais, como podemos observar mais uma vez no Diário de Pernambuco em 21 de abril de 1957, que traz a seguinte notícia:

Numa época de tanta poesia sofisticada, escrita em série, sem conteúdo poético, a maioria é um simples jogo de palavras, sem possuir sequer ritmo. Ruth Maria Chaves, jovem poeta paraense, com o seu livrinho Roda Pião!, aproveitando temas folclóricos guardados desde a infância, fazendo uso quase sempre da redondilha e da quadra popular (forma característica das cantigas de roda nordestinas), apresenta-nos poemas que merecem ser lidos e relidos⁵.

Ao observarmos as características que a ciranda como roda infantil possuía naquela sociedade, é fácil identificar que a mesma estaria presente também entre as elites, ou seja, os filhos e filhas dos mais afortunados também consumiam desta manifestação popular, e isto fica mais claro na

⁴ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 28/01/1951, Mundo de Luz e Som, p.19.

⁵ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 21/04/1957, Literatura da Semana, p.40.

medida em que no ano de 1957 identificamos a seguinte publicação no jornal *Diário de Pernambuco*:

A Legião Brasileira de Assistência iniciou, ontem, no Distrito Federal, um movimento para estimular a recreação infantil.

O médico Martagão Gesteira, presidente em exercício da L.B.A., compareceu à inauguração do Centro de Recreação da Fundação Romão de Matos Duarte (Casa dos Expostos).

As criancinhas enfeitadas dançaram a cirandinha, cantando:

“Atirei o pau no gato
Mas o gato não morreu...”⁶

Quando analisamos esta notícia, podemos identificar alguns fatores como, por exemplo, a vinculação da dança infantil como parte importante na infância, na intenção de despertar e estimular o brincar. Outro fator seria a relação com tais práticas com os órgãos públicos, o que demonstra uma aceitação social maior da dança e, por fim, a apresentação feita pelas crianças na ocasião da inauguração do centro de Recreação, onde compareceram autoridades, como o próprio presidente, o médico Martagão Gesteira, demonstrando que a dança de fato era consumida também pela elite brasileira e que fazia parte de grandes eventos, como inaugurações de espaços públicos.

Outro relato contido no jornal traz a ciranda infantil de forma tão poética que o próprio autor passa a ligar a beleza da roda com a resistência da poesia:

Foi quando apareceram as crianças, deram-se as mãos e começaram a dançar a ciranda, pisando as flores que o vento arrancara:

“Ó CIRANDA, Ó CIRANDINHA
VAMOS TODOS CIRANDAR

⁶ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 19/01/1957, Política, p.6.

MEU CORAÇÃO É DA ROSA
A ROSA DE QUEM SERÁ”.

As vozes puras subiam como uma elegia. Um poema vivo de ternura, nada perturbava o encanto da tarde, a pureza das vozes claras, as tranças soltas, a ciranda que reclamava a presença de Antonio Nobre e o pincel de Thomas Hearne. Então tive pena dos que não acreditam na Poesia. Dos que afirmam que ela morreu e foi varrida da face do mundo. É mentira, irmãos a Poesia mora em Ipanema. ⁷

Este relato demonstra o local social e erudito da ciranda infantil naquele período, pois ao observarmos na matéria que a dança de roda mencionada traz consigo uma pureza ligada diretamente à pureza infantil, conseguimos identificar que existia de fato uma preocupação da manutenção da dança de roda para crianças, através de uma retórica de que “um poema vivo de ternura” com a “pureza das vozes claras” das crianças seria a resposta contra uma retórica a qual existia na época, que a poesia havia morrido. Logo, tendo ciência destas preocupações por boa parte da sociedade, aceitar que as danças também estavam presentes entre os adultos seria aceitar que essa poesia infantil existente na ciranda teria influência sobre as danças de roda de adultos, perdendo assim seu caráter puro e lúdico, o que pode ter auxiliado na omissão de tais práticas por parte dos poetas da época.

A dança se tornou tão consumida ao ponto de ganhar espaços nas apresentações em concertos clássicos de grandes compositores da época, como Heitor Villa Lobos⁸ que passou a realizar espetáculos que traziam um conjunto de cantigas infantis os quais foram denominados “Cirandas” e, posteriormente, realizando várias apresentações durante a década de 60

⁷ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 25/02/1950, Pelos Municípios, p.9.

⁸ Considerado, ainda em vida, o maior compositor das Américas, Heitor Villa-Lobos compôs cerca de 1.000 obras e sua importância reside, entre outros aspectos, no fato de ter reformulado o conceito brasileiro de nacionalismo musical, tornando-se seu maior expoente. Fonte: <http://museuvillalobos.org.br/villalob/index.htm>

com o espetáculo “Ciranda, cirandinha”, o qual passaria a ser intitulado pelo *Diário de Pernambuco* em sua capa como “Ballet infantil”⁹.

Ainda durante a década de 60, um programa de rádio transmitido pela TV Rádio Clube¹⁰ sob o título “Ciranda, Cirandinha” trazia uma programação que, segundo o jornal, vinha [...] trazendo a arte e o encantamento para a garotada [...]”¹¹.

Estas notícias trazem a ideia de que a ciranda enquanto manifestação folclórica de dança de roda infantil possuía grande prestígio e destaque social naquele período. Quando passamos a analisar a roda de adultos, encontramos alguns desafios metodológicos devido à escassez documental a respeito do tema.

O processo de valorização da cultura popular e clássica dos centros urbanos no Brasil se tornou mais intenso durante a década de 1950 devido à chamada sociedade urbana-industrial¹², que visava o desenvolvimento e modernização dos centros urbanos, o que de fato pode ser considerada como uma das possibilidades da ciranda enquanto dança de roda para adultos não ser tão valorizada pelos pesquisadores da época, visto que esta manifestação, enquanto roda de adultos, se concentrou em sua grande parte nas áreas rurais.

O musicólogo e pesquisador Jaime Diniz, em 1960, realizou um estudo sobre a ciranda no estado de Pernambuco, trazendo grande visibilidade a este tema, principalmente no tocante à dança de roda para adultos. Como o mesmo adverte, “Uma outra ciranda existe, porém em nosso folclore. Uma Ciranda que é por definição cantada, tocada e bailada

⁹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*. *Diário de Pernambuco*, 14/06/1960, Capa, p.1.

¹⁰ *Ibid*

¹¹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 28/06/1960, TV e Rádio, p.6.

¹² Kornis, M. A. CPDOC FGV, 2017. *Sociedade e Cultura nos anos 1950*. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Anos1950>> Acesso em: 15 jul. 2019.

por adultos, isto é, por homens e mulheres,”¹³ou seja, a ciranda, como Jaime Diniz reforça em sua afirmação, será tratada em seus estudos como uma dança bailada por adultos, “homens” e “mulheres” o que veio a ser considerado um marco para o período, visto que essa dança de adultos era bastante silenciada e que a partir desse feito seria estudada e ganharia vozes que ecoariam até os dias atuais.

O autor durante sua pesquisa identificou um grande esquecimento da ciranda como dança de adultos por parte de grandes pesquisadores brasileiros.

Câmara Cascudo, Renato Almeida, Oneyda Alvarenga, Théo Brandão, Rodrigues de Carvalho, Rossini Tavares de Lima e Mario de Andrade, este último segundo Jaime Diniz, chegou a informar, em uma “Memória para o Congresso Internacional de Arte Popular, de Praga” ,que no Brasil a ciranda era roda exclusivamente infantil¹⁴.

As omissões desta característica da dança enquanto roda de adultos, dificultaram e continuam a dificultar um estudo mais aprofundado sobre o folgado neste sentido, porém através do material de Jaime Diniz, juntamente a outros pesquisadores da área como Evandro Rabello e Altimar de Alencar Pimentel, além de notícias extraídas da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, foi possível identificar, problematizar e contextualizar a ciranda como dança de roda de adultos, entendendo que ao alegar isso, não queremos aqui restringir a participação única de adultos, pelo contrário, por se tratar de uma dança unitária, ou seja, uma dança que promove a união social no seu dançar, característica que difere a ciranda de muitas outras danças onde traz no seu dançar uma unidade estabelecida entre corpo, ritmo e alma de todos os que se inserem dentro da roda, sem distinguir, cor, classe social ou gênero:

¹³ DINIZ, Jaime Cavalcanti. *Ciranda: roda de adultos no folclore pernambucano*. Recife: [s.n.], 1960.p.16

¹⁴ Ibid. p.15

As pessoas, sem mais nem menos, vão se chegando, se agrupando à dança, abrindo espaços entre os que estão dançando, fechando novamente os espaços abertos, com suas presenças. Neste jogo, nenhum caso de rejeição por idade, cor, sexo, condição social ou econômica.¹⁵

Ao expor que as pessoas chegavam nas rodas e sem mais nem menos entravam, demonstra o caráter inclusivo da dança, pois não exigia nenhum pré-requisito, apenas a vontade de participar, e que não havia qualquer rejeição por idade, cor, sexo, condição social ou econômica, o que reforça ainda mais a ideia da dança que possui uma característica de unidade. O pesquisador Jaime Diniz ainda completa:

Para entrar na roda, ninguém encontra obstáculo. A roda é do povo. É de todos. Basta abrir os braços de um par e eis o candidato a dançar. Seja no meio de um par, seja entre homens ou mulheres. Nenhum preconceito dos que reinam em nossa sociedade. O que existe é ingenuidade, é um ar de simplicidade que não nos é apenas uma lição, mas qualquer coisa capaz de nos humilhar.¹⁶

Entender este caráter simbólico da ciranda citado por Diniz é de extrema importância na medida em que a roda de adultos, ao ser silenciada, deixou de transmitir para a sociedade daquele período que não a conhecia tais elementos e valores essenciais para a vida em comunhão, e são estas lições destacadas pelo pesquisador ao fim da citação que segundo ele seria capaz de humilhar a todos, inclusive a ele mesmo.

Vale destacar que a ciranda enquanto roda de adultos possui características próprias e diferentes da ciranda enquanto roda infantil citada a princípio nesta pesquisa, como aponta Jaime Diniz:

¹⁵ Rabello, *Ciranda: dança de roda, dança da moda*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Editora Universitária, 1979, p.43

¹⁶ DINIZ, Jaime Cavalcanti. *Ciranda: roda de adultos no folclore pernambucano*. Recife: [s.n.], 1960.p.30

Na roda dos cirandeiros não se cantam as mesmas cirandas – nem mesmo a famosa “Ciranda, cirandinha” cantada pelos adultos em alguns lugares, como vimos – nem a mesma maneira de bailar que os homens e mulheres copiam, num reviver dos anos primeiros da vida, como se quisesse fazer “uma viagem na alegria infantil” segundo uma expressão de Luiz Câmara Cascudo¹⁷.

As características destacadas por Diniz fazem referência às diferenças encontradas entre a dança de crianças e a de adultos no modo de se dançar, enquanto uma possui um caráter mais lúdico onde os dançantes não levam em consideração tanto a música, mas sim o brincar, a outra, a ciranda de adultos, procura despertar nos brincantes o envolvimento com os ritmos e compassos, incluindo nas letras aspectos do seu dia a dia, sejam envolvendo questões amorosas ou políticas.

É interessante destacar que a ciranda de adultos não se restringe apenas a uma modalidade. Temos algumas variações em várias partes do Brasil, como destaca Pimentel:

A ciranda, como dança de adultos, apresenta-se com quatro modalidades distintas no Brasil: em Paraty, litoral fluminense, é um “baile popular comum entre pescadores” ou “dança de pares que se colocam em círculos concêntricos e se movimentam no sentido contrário ao dos ponteiros do relógio”, no Amazonas é dança dramática e no Nordeste (Pernambuco e Paraíba) é dança de roda ou em fila¹⁸.

Podemos observar quatro modalidades de ciranda como roda de adultos existentes no Brasil, cada qual com peculiaridades individuais, as quais irão ser destacadas a partir de agora, não de modo histórico, isso faremos no próximo tópico, mas principalmente sua estrutura, como

¹⁷ DINIZ, Jaime Cavalcanti. *Ciranda: roda de adultos no folclore pernambucano*. Recife: [s.n.], 1960.p.21

¹⁸ PIMENTEL, Altamar de Alencar. *Ciranda de Adultos*. João Pessoa, Paraíba, 2005.p.9.

modo de dançar, indumentária dos brincantes e etc. Isso para que possamos compreender as particularidades dentro das variações, identificando suas diferenças e similaridade.

Com relação à *Ciranda de Paraty*, são registradas duas modalidades. A primeira é assim descrita:

Ciranda. Também denominada chiba, é baile popular muito comum entre pescadores do litoral fluminense. Possui uma estrutura simples, revelada no esquema de sua organização que é constituída de três partes: abertura, miudezas, encerramento.

A formação e a coreografia desenvolvidas pelos dançadores revelam três principais influências: as danças circulares, presentes no Brasil antes do período cabralino; as danças sapateadas e as enlaçadas, contemporâneas dos imigrantes portugueses; as danças de figuração coletivas, surgidas da quadrilha trazida pelos mestres franceses.

A abertura é feita com a dança denominada chibacaratê, inconfundível no vigoroso sapateado dos homens e nos elegantes rodopios femininos. Seguem-se as miudezas, séries de danças com coreografia específica e figurações variadas. Essas danças podem ser assim organizadas:

Dança com participantes de mãos dadas formando um círculo único, sem trocar de pares – zombador;

- a) Danças de pares soltos que se defrontam num círculo único, sem troca de pare – flor do mar, namorador, despedida de amor;
- b) Dança de pares soltos que se defrontam num círculo único, havendo troca de cavalheiros – mariquita, marrafa;
- c) Dança de pares soltos que se defrontam num círculo único, havendo troca de cavalheiros e um participante em destaque no centro da roda – limão, arara;
- d) Dança de pares soltos que se defrontam em círculos concêntricos, havendo troca de cavalheiros – chapéu, ciranda;
- e) Dança de pares soltos que se defrontam em duas fileiras, havendo troca de cavalheiros – caranguejo;
- f) Danças de pares enlaçados – cabôco-véio, canoa, Filipe, cana-verde, valsada, choradinha;

g) Dança de pares, inicialmente enlaçados, depois reunidos em grupo de quatro, quando executam, dando-se as mãos, o movimento de troca de pares – cana-verde coxada.

Finaliza com um círculo único que se movimenta atendendo as marcações do mestre que vai ordenando movimentos semelhantes os das quadrilhas: cana-verde de mão, coxado ou marcado.

O encerramento é feito com os passos miúdos e sapateados da dança chamada tonta, tontinha ou barra-do-dia. Acredita-se que se a ciranda não encerrar com a dança da tonta não haverá boa pescaria no dia seguinte.

A indumentária é simples: as mulheres usam saias longas de tecido estampado e blusas brancas com bancas compridas; homens usam calças azul-marinho, camisas brancas, lenço de algodão colorido ao pescoço, chapéu de palha e tamancos de madeira.

As músicas são cantadas na forma solo-coro, tiradas pelo mestre e respondidas pelo grupo de dançadores. O acompanhamento musical é feito com viola, violão, cavaquinho e pandeiro rústicos denominados adufes. [...] A ciranda é divertimento de pescadores para, assim, quebrarem a monotonia das suas noites ou animar os festejos do tempo de São João.¹⁹

Transcrever de modo extenso esta dança se justifica na medida em que compreendê-la em suas particularidades nos ajuda a definir e a entender melhor o objeto de estudo deste trabalho, pois se de um lado temos uma dança de roda infantil presente em grandes jornais da época e valorizada pela sociedade intelectual, de outro possuímos a dança enquanto roda de adultos que, apesar de toda sua complexidade, acabou caindo no esquecimento, tanto por parte das grandes mídias existentes no período, quanto por parte dos intelectuais brasileiros.

Em primeiro momento da transcrição conseguimos identificar a referência de que a ciranda de Paraty possui como uma de suas influências as danças circulares, logo, podemos compreender que a ciranda de adultos traz elementos da dança de roda para crianças, porém, de maneira mais

¹⁹ FRADE, 1985, 75 *Apud* PIMENTEL, 2005, pp. 9-15.

complexa, através de uma gama de coreografias e seus respectivos significados, além de estar presente “no Brasil antes do período cabralino”, ou seja, que as danças circulares estavam presentes na cultura indígena brasileira antes da chegada dos lusitanos e que tais danças influenciaram na construção de um grupo de cirandas tipicamente brasileiras.

Conseguimos analisar também uma ligação mais sobrenatural com a dança, na medida em que para alguns dançantes a apresentação deveria ser finalizada com “a dança tonta”, pois caso contrário no dia seguinte não haveria uma boa pescaria.

Os pescadores também se utilizavam da dança como, segundo o autor, forma de que quebrar a monotonia e animar as noites, inclusive a de São João, onde podemos novamente destacar a importância de tais danças para o contexto social e econômico da região, que devido ao trabalho constante tinham com a ciranda uma espécie de “fuga dos problemas”.

Quanto à segunda modalidade da dança fluminense, identificamos como:

Ciranda. Dança de pares que se aloca em círculos concêntricos e se movimentam no sentido contrário ao dos ponteiros do relógio. No refrão musical, os pares balanceiam, havendo depois um movimento dos cavalheiros, de acordo com as ordens dadas pelo cantador: para a dama de trás, para frente ou permanecendo com a mesma dama. Essas ordens, inesperadas, provocam uma rápida confusão, o que permite que os cavaleiros que estão fora da roda tomem as damas e entrem na dança²⁰.

Outra modalidade da ciranda de Paraty que traz elementos da dança de roda, com características similares à primeira modalidade, porém com certa competição entre os pares, pois na medida em que o cantador dava

²⁰ FRADE, 1985, 76 *Apud* PIMENTEL, 2005, p.15.

as ordens de troca de passos, de forma inesperada pelos dançantes, provocava uma confusão na roda, dando oportunidade para “que os cavaleiros que estão de fora da roda tomem as damas e entrem na dança”, podemos observar nesta modalidade uma certa brincadeira, o que se assemelha bastante com a questão do brincar trazida pelas rodas infantis.

Em relação à ciranda como dança dramática, podemos identificar na obra do Padre Jaime Diniz que por sua vez se apoia em informações de Luis Cosme e Mário de Andrade:

O compositor brasileiro Luíz Cosme, no seu modestíssimo Dicionário Musical ensina mui simplesmente: ‘Ciranda – Dança de roda, de origem portuguesa. No Brasil é roda infantil... Há no Norte brasileiro uma dança dramática com este nome’. Na verdade, quem primeiro falou sobre essa dança dramática amazonense foi Mario de Andrade, em 1927. Em obra póstuma, que acaba de aparecer, o grande musicólogo brasileiro dá-nos, entre outros tópicos, o seguinte: ‘ A dança dramática que vi bailar eles a chamavam de Ciranda, e de fato, como cantiga de trasladação do rancho pelas ruas catavam a dança de roda ‘Ciranda, Cirandinha’ não só com o mesmo texto, mas com a mesma melodia com que dançam as crianças do Brasil. Dançavam de roda com os figurantes solistas no centro’ (...) ‘As danças eram executadas ao ritmo de palmas dos da roda. O acompanhamento dos cantos era feito por um violão e um cavaquinho. ’ Sem querermos lembrar que a Ciranda, da qual nos fala o mestre Mário, tinha o Carão (ave) como figura central, além de um episódio em prosa²¹.

Esta ciranda como dança dramática traz em suas características além da dança circular, um momento de prosa e interpretação na medida em que existe uma figura simbólica, o “Carão”. A princípio, podemos identificar que há novamente uma semelhança com a dança de roda infantil, pois até algumas cantigas são similares, como a “Ciranda,

²¹ DINIZ, Jaime Cavalcanti. Ciranda: roda de adultos no folclore pernambucano. Recife: [s.n.], 1960.p.14.

cirandinha”, por exemplo, mas a questão chave seria novamente a prática sendo realizada por adultos, existindo todo um processo característico da dança e não tão valorizado quanto a roda infantil.

Nos próximos tópicos poderemos analisar os motivos que se sucederam e que fizeram da ciranda de uma dança quase que invisível, para uma dança consumida pelo turismo e por todas as classes sociais, a partir da década de 1980.

A ciranda de Pernambuco

Porém, precisamos destacar que a ciranda a ser objeto de nossa análise será a ciranda presente no Nordeste, mais especificamente a de Pernambuco, devido à grande quantidade de fontes existentes para análise da mesma, como o extenso material disponibilizado de Jaime Diniz, entre outras fontes documentais, sejam elas escritas ou orais, e através delas buscaremos compreender e problematizar este processo de transformação e consumo da ciranda de 1960 a 1980.

A ciranda de adultos nordestina, segundo Pimentel²², foi originária de Pernambuco, mais especificamente no Litoral Norte, Agreste e Zona da Mata, tendo posteriormente chegado à Paraíba através de municípios limítrofes entre os dois Estados. Tal dança possui as seguintes características:

É dança de roda de mãos dadas que avança para o centro e recua, como o fluxo e refluxo do mar, enquanto gira da direita para a esquerda. Este movimento giratório é realizado com o avanço da perna direita e por detrás o cruzamento da esquerda sobre ela e também a inclinação do corpo para frente e retorno à posição ereta. Ocorre também de realizarem a “cobrinha”, com o instrumento à frente e os demais integrantes seguindo em fila indiana cobreando. Cada

²² PIMENTEL, Altamar de Alencar. Ciranda de Adultos. João Pessoa, Paraíba, 2005.p.18.

componente segura a mão daquele que se encontra a sua frente atrás de si. As mãos são erguidas à altura das cabeças²³.

Esta dança traz no seu dançar algumas características singulares, como as demais. Em primeiro momento conseguimos identificar que os dançantes lançam seus passos num espécie de fluxo e refluxo, acompanhando subjetivamente o balanço do mar, demonstrando uma relação mais litorânea com a dança e que posteriormente viria a ser abraçada pelo Agreste pernambucano e Zona da Mata, como “na ciranda de Limoeiro, que está muito descaracterizada em sua coreografia, em seu repertório e no seu instrumental”²⁴. Limoeiro é uma cidade pertencente ao Agreste pernambucano, e desta citação podemos tirar a seguinte reflexão: -Será que ao fazer esta afirmação, a ciranda de Limoeiro estava descaracterizada? Ou ela havia recebido características próprias devido às outras danças presentes na região, como o maracatu, o reisado e o coco. Afinal, como o próprio autor cita em uma frase de Bartók:

A música popular é como um ser vivente que muda de minuto a minuto: não se pode por isso dizer, “esta ou aquela melodia é como eu anotei”, mas somente que ela era assim na ocasião, no minuto em que foi notada. É como fotografia – Um instante fixado. Nada mais²⁵.

Nas cirandas de Pernambuco, segundo as pesquisas de Jaime Diniz, não foram encontradas melodias ou letras que remetessem à dança de roda infantil, como vimos em outros tipos de ciranda. Segundo Diniz, “Não existe nenhum aproveitamento da ‘Ciranda, cirandinha’, num texto cantado com qualquer melodia, nem melodia e textos que conhecemos das rodas infantis”, e ainda prossegue destacando outra característica do

²³ Ibid. pp.18-19

²⁴ DINIZ, Jaime Cavalcanti. Ciranda: roda de adultos no folclore pernambucano. Recife: [s.n.], 1960.p.40.

²⁵ BARTÓK, 1955, p. 49 *Apud* DINIZ, 1960, p.12.

folguedo nordestino que diferentemente de outras cirandas aqui destacadas, essa “Não há nenhuma cena em que a dama saia a escolher o noivo, seja com canto próprio ou não.”²⁶.

Tais questões serão problematizadas e discutidas ao longo deste trabalho. Por este motivo, é de extrema importância que se haja uma contextualização das cirandas existentes no Brasil e mais especificamente que se compreenda que apesar do questionamento lançado a princípio, “dança de criança ou dança de adulto?”²⁷ Possamos compreender que de fato as danças foram sendo modificadas, cada qual seguiu seu curso e alcançou o seu público, porém pudemos observar que a ciranda enquanto roda de adultos existia na sociedade de várias maneiras.

Segundo Renato de Almeida,²⁸ “a Ciranda, que depois se tornou apenas roda infantil”, ou seja, podemos concluir que a ciranda infantil foi posterior à ciranda de roda de adultos e que apesar disso sua incorporação entre os grandes estudiosos e pesquisadores da época em sua maioria não existiu, tal questão poderia ser atribuída ao fato de que as classes das quais consumiam o folguedo enquanto roda de adultos eram compostas em sua grande maioria por “trabalhadores rurais, pescadores de mangue e de mar, operários de construção não especializados e biscateiros.”²⁹, ou simplesmente pelo fato de a dança, muitas vezes, ser confundida por outras. Mas caso tenha sido isso, qual o motivo da ciranda infantil, tão similar em alguns aspectos, ter ganhado espaço até em grandes apresentações teatrais, notícias, programas, literatura e etc.?

²⁶ DINIZ, Jaime Cavalcanti. *Ciranda: roda de adultos no folclore pernambucano*. Recife: [s.n.], 1960.p.20.

²⁷ Ver título do tópico

²⁸ ALMEIDA, Renato. *História da Música Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: 1942. p.171.

²⁹ FRANÇA, Déborah Gwendolyne Callender. *Quem deu a ciranda a Lia?: A história das mil e uma Lias da ciranda (1960-1980)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Tais questionamentos serão trabalhados e desenvolvidos posteriormente, porém uma coisa é certa, esta mesma ciranda que até a década de 1960, estava restrita apenas para aqueles que a dançavam, passaria a se tornar nos anos posteriores um dos materiais mais rentáveis para a indústria cultural e para o turismo.

Das ruas aos palcos

As disputas sindicais e o êxodo rural: a cirando vai para a cidade

Para iniciarmos este tópico de maneira elucidativa é de extrema importância que retomemos a dois períodos da história do Brasil, 1930 e 1964, onde as normas constitucionais foram interrompidas por meios de diversas articulações que tinham como principal objetivo a ascensão de determinados grupos ao poder, estabelecendo assim, para legitimar historicamente tais processos, a imposição perante a sociedade a uma ideia de revolução, como podemos identificar na citação do professor e pesquisador Montenegro:

A marca de 1930 como revolução transformou-se em memória. Mesmo hoje, com toda a produção historiográfica revisitando criticamente aquele movimento e apontando sua inserção na modernização do capitalismo pela via autoritária, a expressão *revolução de 1930* tornou-se um signo que parece atravessar o tempo, incólume ao movimento da crítica e da desconstrução. Felizmente, em relação a 1964, a expressão “revolução”, adotada pelos militares e seus porta-vozes, só conseguiu se manter publicamente enquanto a censura e o controle sobre os meios de comunicação vigoraram de forma rígida. À medida que a sociedade civil reconquistou o direito à livre expressão, observou-se a produção de um contradiscurso, pontuando aquele acontecimento no quadro da ruptura da normalidade democrática e, portanto, como mais um golpe contra os princípios constitucionais³⁰.

³⁰ MONTENEGRO, A. T.; *As Ligas Camponesas às vésperas do Golpe de 1964*. Projeto História (PUCSP) São Paulo, v. 02, n.02, p.393, 2004.

Ao analisar as considerações de Montenegro, conseguimos compreender que a história é um campo de disputas no presente e que apesar dos fatos, representações passam a vingar na sociedade através de mecanismos, como por exemplo, a mídia, com os jornais, TVs, rádios e etc. Este campo de disputas tende a ser moldado pelas forças dominantes que mantêm o controle dos meios de comunicação.

Estas observações se tornam evidentes quando compreendemos que este processo de controle provoca discordâncias na sociedade, transformando-a assim em uma sociedade bipolarizada, onde alguns fatores aparecem com foco neste campo de disputas.

A desigualdade social durante esse processo de bipolarização é estudada neste trabalho como um dos principais fatores para o êxodo rural dos trabalhadores que se viram obrigados, durante a década de 1960, a migrar para os grandes centros urbanos, no estado de Pernambuco, devido às disputas sindicais existentes no período que tinham como objetivos a luta contra a má distribuição de renda por parte dos empresários, mais especificamente dos grandes latifundiários e engenhos de cana de açúcar, como também a busca por melhores condições e direitos trabalhistas:

É importante registrar que, embora a sindicalização rural estivesse prevista na Consolidação das Leis Trabalhistas, fosse compatível com os termos da Constituição de 1946 e enunciada como meta de diversos governos, era barrada pela pressão do bloco agrário. Ou seja, em todo Brasil os trabalhadores rurais se organizavam e encaminhavam ao Ministério a carta de sindicalização, mas não era autorizada por pressão dos proprietários, por meio da Confederação Rural Brasileira.³¹

³¹ MONTENEGRO, A. T.; *As Ligas Camponesas às vésperas do Golpe de 1964*. Projeto História (PUCSP) São Paulo, v. 02, n.02, p.394, 2004.

Durante o processo de pesquisa obtive acesso a uma revista em comemoração aos 50 anos da Fetape (Federação dos trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco) onde pude localizar as seguintes informações a respeito dos conflitos sindicais existentes no estado de Pernambuco:

Na década de 50, os/as trabalhadores/as assalariados/as, principalmente, na área canavieira do estado, iniciaram as primeiras mobilizações, com o objetivo de denunciar as irregularidades nas relações do trabalho praticadas pelo patronato. Porém, as mobilizações no meio rural brasileiro intensificaram-se, especialmente em Pernambuco, na década de 60, com a criação das Ligas Camponesas, que não limitou a sua atuação à área canavieira, mas também atingiu o Agreste, pela defesa da permanência dos/as trabalhadores/as arrendatários/as e pela Reforma Agrária³².

Estas disputas sindicais se faziam cada vez mais presentes na medida em que as condições vivenciadas pelos trabalhadores não estavam de acordo com suas necessidades humanas, tanto sociais como profissionais, e isso gerou uma sequência de conflitos entre os diversos setores econômicos e seus interesses:

Em 1963, com a primeira e maior greve geral do setor canavieiro, houve o primeiro acordo da cana, com a participação do então governador Miguel Arraes de Alencar, o conhecido “Acordo do Campo”. Mesmo com os/as trabalhadores/as já organizados em sindicatos, era predominante, na Zona da Mata, a monocultura da cana de açúcar, secularmente explorada pelos senhores de engenhos e usineiros.

Com o Golpe Militar de 1964, e o afastamento do governo popular, houve intervenção em 30 dos 35 Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Zona da Mata canavieira de Pernambuco. Isso causou um mal-estar nos Sindicatos, gerando grave crise política e financeira.

³² FETAPE. Revista Fetape 50 anos (1962-2012). Publicação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco. Edição especial novembro - 2012.

Nesse mesmo momento, os usineiros e senhores de engenhos se aproveitaram do regime da ditadura e voltaram a explorar os trabalhadores e trabalhadoras, sem que os mesmos pudessem avançar nas suas reivindicações, por causa da perseguição do forte regime ditatorial³³.

Podemos observar que as explorações para com os trabalhadores eram constantes visto que o próprio regime vigente no país legitimava e apoiava tais atos.

Através disso, conseguimos compreender os motivos que levaram, durante este regime de conflitos, uma grande parcela de trabalhadores rurais a saírem em busca de melhores condições de trabalho nas grandes metrópoles, como no caso de Pernambuco à cidade de Recife, e este meio de deslocamento será essencial para compreender o processo de apropriação da ciranda pela indústria cultural e, conseqüentemente, a sua espetacularização pois, durante o êxodo rural os trabalhadores lavavam consigo também para a metrópole todos os seus costumes e suas tradições e dentre estas a ciranda como cita a pesquisadora Callender “Diversos cirandeiros também compartilharam do êxodo rural, através das correntes migratórias da zona canavieira em direção à Região Metropolitana do Recife³⁴”.

Movimento armorial e a sua influência no processo de espetacularização

A ditadura militar que se instaurou no Brasil em 1964 transformou drasticamente toda a conjuntura política e social do país, principalmente após seis anos que sucederam o golpe, com o impacto do Ato Institucional n.º 5, através das repressões, prisões, censuras e exílios, o autoritarismo

³³ FETAPE. Revista Fetape 50 anos (1962-2012). Publicação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco. Edição especial novembro - 2012.

³⁴ FRANÇA, Déborah Gwendolyne Callender. *Quem deu a ciranda a Lia?: A história das mil e uma Lias da ciranda (1960-1980)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

buscava manter no controle a população brasileira, fazendo com que muitos valores existentes na sociedade fossem moldados para satisfazer os desejos daqueles que estavam no poder.

Em 1970 podemos destacar a existência de um discurso por parte dos militares com o intuito de defender e legitimar a necessidade de uma representação autoritária e unificadora de Nação e, dentre este discurso, a cultura era pautada como uma importante ferramenta para atingir seus principais objetivos, pois existia um entendimento de “[...] que a cultura envolve uma relação de poder, que pode ser maléfico quando nas mãos de dissidentes, mas benéfico quando circunscrito ao poder autoritário. Percebe-se, pois, claramente a importância de se atuar junto às esferas culturais.”³⁵, ou seja, através deste pensamento passaram a enxergar na cultura uma possibilidade de direcionamento da população em prol dos interesses “nacionalistas”, como aponta a pesquisadora Callender em seu trabalho:

O Ministro da Educação Jarbas Passarinho defendia o incentivo de uma cultura representativa do “todo nacional”. Segundo Maria Thereza Didier, nessa busca nacionalista a política oficial de cultura recorria, entre outras coisas, às cores nacionais, ao futebol, ao samba e ao folclore; chamados a compor um cenário de leveza e otimismo da nação brasileira. Na construção de um futuro, as bases governamentais utilizavam um passado rico de símbolos, evocativos de uma nacionalidade isenta do que nomeavam de ideologias.³⁶

Podemos identificar que a cultura passou a ser valorizada e incentivada na ditadura militar, porém, não qualquer tipo de cultura, mas sim as que possuíssem traços “nacionalistas”, que estivessem alinhadas às

³⁵ ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo, 1988, p.71.

³⁶ FRANÇA, Déborah Gwendolyne Callender. *Quem deu a ciranda a Lia?: A história das mil e uma Lias da ciranda (1960-1980)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

políticas culturais que viriam a ser moldadas entre 1970 e 1975, com o objetivo de integrar este ato ao slogan de uma sociedade patriota e que valorizava as suas práticas culturais:

Nos anos de 1970, o Estado se empenhou na elaboração de uma política nacional de cultura, tendo como diretriz básica a postura de salvaguarda do patrimônio histórico e artístico nacional, afirmando nas diretrizes da Política Nacional de Cultura (PNC), implantada em 1975 durante a gestão Ney Braga no Ministério da Educação e Cultura (MEC). O item nº 5 das diretrizes da PNC versa sobre “a proteção, a salvaguarda e a valorização do patrimônio histórico e artístico e ainda dos elementos tradicionais geralmente traduzidos em manifestações folclóricas e de artes populares, características de nossa personalidade cultural, expressando o próprio sentimento de nacionalidade”³⁷.

A partir deste momento, a iniciativa pela busca de tais manifestações culturais seriam intensas, pois se por um lado este processo influenciou de certa forma para que os patrimônios existentes fossem identificados, por outro fez com que a visibilidade dada a estes patrimônios os transformassem em verdadeiras mercadorias para o consumo da indústria cultural.

O Nordeste neste período foi uma região de grande destaque, pois “foi identificada como fonte de originalidade e identidade da nação” ³⁸, sendo também visto por muitos intelectuais do período como o celeiro da “tradição” brasileira, tendo a cultura regional ganhado destaque como “pura e autêntica”, traçando fortes ligações com a identidade nacional. E tais debates eram bastante presentes em Pernambuco nos anos 60 e 70, tendo Recife como foco no embate da discussão entre folclore, cultura popular, industrialização e a crescente indústria do turismo, que visava o

³⁷ FRANÇA, Déborah Gwendolyne Callender. *Quem deu a ciranda a Lia?: A história das mil e uma Lias da ciranda (1960-1980)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

³⁸ Ibid.

crescimento comercial e via nesses discursos propagados a oportunidade de lucro.

Alguns movimentos, que tinham como objetivo esta busca pela valorização de uma cultura tradicional e nacionalista, ganharam grande destaque e incentivo por parte do regime através das secretarias estaduais e, dentre elas, podemos destacar o Movimento Armorial encabeçado por Ariano Suassuna, diretor do Departamento de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco. Este movimento, fundado no dia 18 de outubro de 1970, tinha por objetivo o alcance de uma arte erudita que partisse das “raízes” populares da cultura brasileira, sobre a ideia de que a expressão mais “autêntica” da cultura no Brasil estaria enraizada na cultura popular.

A pesquisadora Maria Goretti da Rocha Oliveira, na busca pela compreensão do viés nacionalista do Movimento Armorial, expôs a necessidade de entender que ele “[...] surge como uma bandeira de resistência contra o servilismo cultural brasileiro perante os países hegemônicos, mais especificamente os Estados Unidos, sobretudo durante a década de 70, que foi marcada pelo início da industrialização da comunicação no Brasil”³⁹. Em entrevista realizada pela própria pesquisadora a Ariano Suassuna, conseguimos observar suas colocações acerca da realidade por ele vivenciada no período e as razões que o levaram a criar o movimento:

No momento em que iniciei o Movimento Armorial, nós estávamos vivendo um momento dramático na cultura brasileira. Os Movimentos que na esquerda defendiam a cultura popular brasileira e a cultura brasileira, esses tinham sido desbaratados, destrocados e marginalizados. Aí resolvi criar o Movimento Armorial para ver se criava uma fronteira de resistência, que fosse

³⁹ OLIVEIRA, Maria Goretti da Rocha de. *Danças populares como espetáculos públicos no Recife de 1970 a 1988*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 123.

possível, para continuar a falar em Cultura Brasileira e Cultura Popular. Porque acreditava, como ainda hoje acredito, que no Brasil, o problema da Cultura Popular se identifica com o próprio problema da Cultura Nacional.⁴⁰

Ariano acreditava que o maior problema entre a preservação da cultura popular não era a luta pela permanência do que se existia, mas sim a busca por uma cultura raiz no passado, onde através destes estudos conseguiríamos, a partir de então, construir de fato uma cultura nacional que transmitisse para a sociedade a sua verdadeira essência. Esta concepção de “tradição” nordestina, pernambucana, evocada por Ariano foi procurada também por diversos intelectuais que tentavam estimular e promover práticas culturais “autenticamente tradicionais”, como a ciranda, por exemplo, preocupados para que a mesma não sumisse, contaminada pelo “progresso” que a levaria ao desaparecimento, entendido como “[...] o fim comum dos folguedos: resistência, assimilação, desaparecimento.”⁴¹.

Através disto, conseguimos compreender que na visão de Ariano Suassuna, só através do povo seria possível um resgate de nossa essência cultural, “só o povo é que mantém, até os dias de hoje, essas características brasileiras, que nós atualmente procuramos defender e recriar contra a corrente “europeizante e cosmopolita”⁴².

Precisamos destacar que determinada visão convergia com ideias de outros estudiosos e folclorista da época, mais especificamente ao fim dos anos de 1960 e da década de 1970. Período que, segundo o jornal *Diário da Noite*, existia no meio cultural um estado de “[...] descaracterizações dos folguedos populares, ainda bem vivos e coloridos no interior do estado e

⁴⁰ Ariano Suassuna em entrevista concedida em 05 de Abril de 1986 no mestrado em antropologia da UFPE. Apud. OLIVEIRA, Maria Goretti da Rocha de, op. cit., p. 127.

⁴¹ MELO, Josemir Camilo de. *A dinâmica cultural da ciranda – Ensaio de Interpretação sócio-cultural da ciranda – Parte I*. In: Jornal da Cidade, 19 a 25 de junho de 1976 Apud. FRANÇA, Déborah Gwendolyne Callender. op. cit., p.73.

⁴² SUASSUNA, Ariano. *O movimento Armorial*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1974. Apud. FRANÇA, Déborah Gwendolyne Callender. op. cit., p.73.

em subúrbios da capital, [descaracterizações que] de ano para ano, vêm alarmantemente ocorrendo”⁴³.

Foi a partir desta concepção de criar no Brasil uma cultura erudita baseada nas manifestações culturais tradicionais do povo e de sua raiz que o movimento Armorial se consolidou, adquirindo apoio dos mais variados grupos e pessoas ligadas aos diversos campos artísticos: cerâmica, gravura, tapeçaria, pintura, música, teatro, cinema e dança.

O movimento Armorial foi idealizado e posto em prática em um período que o Estado brasileiro passava por uma transformação industrial e em seus meios de comunicação, ambos os processos enxergaram na cultura popular, por meio da cultura de massa, uma oportunidade de promover através da indústria do turismo uma apropriação destas manifestações culturais na intenção de atingir o seu mercado consumidor, o que levaria a uma mudança nos modos de fazer dos populares com a intenção de moldar determinada manifestação aos interesses do capital. Como bem demonstra o *Diário da Noite*, ao enfatizar em uma de suas notícias que nada tinha “contribuído mais para a descaracterização das tradições folclóricas do Nordeste do que a introdução nelas de inovações impróprias, inadequadas para satisfazer a desculpa cretina de que os tempos são outros.”⁴⁴

A ciranda fazia parte dessas inovações que, segundo o *Diário da Noite*, eram “impróprias”, principalmente no tocante à dança de roda de adultos que, incentivadas pelas políticas de preservação patrimonial do governo, foram resgatadas sob o pretexto de pertencerem às “tradições pernambucanas” e que passariam agora a frequentar novos espaços, encontrar outras manifestações, passar por uma nova roupagem, advinda da indústria cultural e do turismo, perdendo de certa forma sua essência

⁴³ *Diário da Noite*, 27 de agosto de 1974. Apud. FRANÇA, Déborah Gwendolyne Callender. op. cit., p.73.

⁴⁴ *Diário da Noite*, 19 de junho de 1973. Apud. FRANÇA, Déborah Gwendolyne Callender. op. cit., p.73.

contida no início de suas manifestações, quando a mesma era dançada nas pontas de ruas, passando agora a ocupar os grandes centros urbanos e passando por diversos processos de resignificações o que era entendida pelo próprio musicólogo Jaime Diniz como um processo de “[...] descaracterização [...] uma vez que a dança está adentrando nas boates e em clubes fechados, virou dança da moda, e todo mundo dá a sua contribuição para a morte do original.”⁴⁵.

Ou seja, a partir desta análise, conseguimos compreender o processo de “espetacularização da ciranda” que foi pensado como base nas ideias de Guy Debord, que traz a reflexão acerca de um espetáculo compreendido em sua totalidade como um projeto do modo de produção existente na sociedade onde a classe dominante, através do consumo, consegue moldar e modificar o real, na intenção de satisfazer as suas necessidades segundo a compreensão de que “no mundo realmente invertido o verdadeiro é um momento do falso”⁴⁶, e esta espetacularização é causada através da junção de todos os fatores abordados até o momento, tendo o movimento Armorial influenciado de certa forma nesse processo, dando uma maior visibilidade às manifestações culturais do “povo” que até então eram vistas em segundo plano, demonstrando para a sociedade da época, com o auxílio das políticas adotadas pela ditadura em busca da construção de um nacionalismo, na intenção de mascarar outras questões políticas e de controle social que esta ascensão das manifestações culturais deu espaço para que a indústria turística se apropriasse de tais culturas e as modificasse para atender ao mercado, levando assim a ciranda, que antes era uma dança que possuía suas características do povo para o povo e estava presente nas ruas, a ocupar os grandes salões de festas, chegando a separar o mestre dos cirandeiros durante as apresentações, por exemplo.

⁴⁵ Afirmção do musicólogo Jaime Cavalcanti Diniz noticiada no *Jornal da Cidade*, 25 a 31 de maio de 1975.

⁴⁶ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. p. 16

Este processo contribui cada vez mais para que a dança de forma contínua vá perdendo a sua identidade na medida em que a cada transformação faz com que um pedaço do folguedo se perca no tempo e na história.

Os festivais de ciranda nas décadas de 1970 e 1980

Se antes tínhamos uma ciranda que era restrita aos locais populares como as beiras de praia e pontas de ruas, nos anos de 1970 com a ascensão do consumo da ciranda, enquanto dança de adultos, por parte do turismo e de seus usuários, houve uma ocupação do folguedo aos vários espaços, frequentados principalmente pela classe média como os bailes e festas do Recife, onde a dança chegou a ser caracterizada, segundo o pesquisador Jaime Diniz, como sendo “tão contagiante que faz inveja ao frevo”⁴⁷. Devido a este deslocamento, a dança se transformou, apresentou modificações em sua configuração, letra das músicas, sentidos e significados, tornando-se um verdadeiro espetáculo no calendário turístico da cidade. O ápice de suas modificações foi identificado, principalmente, a partir dos Festivais de Cirandas, “concursos nos quais os cirandeiros disputavam o título da melhor ciranda do ano”⁴⁸. Tais festivais atendiam aos interesses da indústria cultural na medida em que se criava um mercado de produção, distribuição e consumo de bens culturais, assim como também beneficiava a indústria do turismo que buscava através do “show de ciranda” entreter turistas e parte da sociedade pernambucana.

Uma chamada no Diário de Pernambuco no ano de 1972 mostra a importância dada ao festival e a dança:

⁴⁷ DINIZ, Jaime, *Ciranda: dança popular*. In: Revista Estudos Avançados. Dossiê Nordeste I, vol. 1, São Paulo, 1987, p.232.

⁴⁸ FRANÇA, Déborah Gwendolyne Callender. *Quem deu a ciranda a Lia?: A história das mil e uma Lias da ciranda (1960-1980)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

A Ciranda tem hoje ampla aceitação, também, nos grandes centros urbanos. O homem da cidade não somente gosta de contemplar a ciranda como também de participar dela. A ciranda está fazendo grande sucesso no Recife, nos últimos anos, daí porque o prefeito Augusto Lucena aprovou a realização de festivais desta dança, promovidos pela Emetur [Empresa metropolitana de Turismo da Cidade do Recife]⁴⁹

O festival cresceu bastante após a aceitação da dança por parte da sociedade. Agora, todos aqueles que antes não consumiam o folguedo, passaram a dançar a dança de roda de adultos. É interessante destacar e lembrar que durante as décadas anteriores a única menção que encontrávamos do folguedo nos jornais era a da dança enquanto roda de crianças, ou seja, a dança de adultos só passaria a ter valor para o turismo quando a mesma se fez presente na região metropolitana, tendo sido trazida por aqueles que antes tinham a sua cultura e suas manifestações marginalizadas.

O festival se iniciou apesar das críticas aos possíveis destinos que essa espetacularização iria levar a ciranda e todas as suas expressões culturais. Os meios de comunicação propagavam que esta atenção dada aos folguedos por parte do turismo era importante, pois traria mais visibilidade à dança, tornando-a mais conhecida e mais acessível. Uma matéria do Diário da Noite em 08 de maio de 1974 trazia a seguinte afirmação acerca do I festival:

Desde que se realizou o I festival descobriu-se uma nova atração turística que existia e que somente precisava de ser tirada da beira das estradas e trazidas para o centro da Capital, para o Pátio de São Pedro, centro oficial de turismo da municipalidade . O festival de ciranda é muito bom, não só porque representa o interesse público pelo desenvolvimento do folclore local e mesmo

⁴⁹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 17/03/1972, Local e Estadual, p.3.

estadual como porque significa atração, divertimento para a população, para os visitantes, para os turistas⁵⁰.

Ao longo dos festivais foram sendo realizadas várias críticas ao processo de descaracterização do folguedo que, aos poucos, perdia a sua essência de dança democrática, assumindo um caráter propagandístico, como podemos identificar, por exemplo, quando a pesquisadora Callender faz a seguinte menção do folguedo sendo utilizado como propaganda política:

[...] as cirandas também foram empregadas com objetivos eleitorais, através de suas cantigas, ou mesmo em palcos, onde os cirandeiros se apresentavam em comícios durante campanhas políticas. De acordo com o Diário da Noite, o candidato a prefeito José Lopes, que disputou as eleições na Ilha de Itamaracá em 1972, utilizou em sua campanha a ciranda como forma de comunicação para convocar a população da Ilha a o eleger⁵¹.

O folguedo se tornou tão forte que estava presente em disputas eleitorais, onde os candidatos se aproveitavam da força de atração da dança e promoviam em lugar de seus comícios grandes rodas de ciranda na intenção de agradar os eleitores e vencer as eleições, ou seja, aquele candidato que promovesse a melhor ciranda da cidade seria o vitorioso. Se de um lado podemos, através disso, compreender a forte presença da ciranda na região, por outro podemos ver que a dança estava sendo utilizada para propósitos que a tiravam de seu posto como dança representativa de determinada cultura, com seus ritos e características, e passavam agora a atender ao sistema político que se utilizava da mesma nestas regiões.

⁵⁰ Diário da Noite, 08 de Maio de 1974. Apud. FRANÇA, Déborah Gwendolyne Callender. op. cit., p.97.

⁵¹ FRANÇA, Déborah Gwendolyne Callender. *Quem deu a ciranda a Lia?: A história das mil e uma Lias da ciranda (1960-1980)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

E seguindo essa lógica, a indústria do turismo, juntamente com o apoio do governo estadual em Pernambuco, foi incluindo a ciranda cada vez mais no calendário turístico da cidade do Recife e região metropolitana como a inclusão da mesma nos festejos juninos e entre outras épocas do ano, pois onde a ciranda estivesse, o povo também estaria. Se por um lado temos um povo que vai acompanhar a dança, temos uma indústria que se utiliza do povo para que sua lógica capitalista seja aplicada e, a partir do momento que tal folguedo deixasse de ser rentável para o turismo com aquelas características que o mesmo possuía, logo não mais seria interessante a sua manutenção na sociedade e este é um dos grandes riscos apocalípticos que tanto a ciranda como inúmeras outras manifestações culturais sofrem, a de serem apagadas da história.

Durante este processo foram muitos os embates entre intelectuais que temiam por uma descaracterização da ciranda, que conseqüentemente poderia vir a acarretar ,como mencionado anteriormente, a sua extinção. Foi a partir deste propósito que as críticas a esse processo se tornaram mais intensas, até começaram a discordar da inclusão de outros instrumentos que estavam cada vez mais presentes no folguedo pernambucano, onde, segundo os estudiosos da época, descaracterizava cada vez mais a dança. Após muitas críticas, a prefeitura resolveu retirar do Festival os instrumentos eletrônicos com a retórica de uma possível descaracterização da dança, como podemos identificar no Diário de Pernambuco:

Para evitar descaracterização do folguedo, a Empresa Metropolitana de Turismo (Emetur) decidiu proibir terminantemente a utilização de guitarras e violões por parte dos grupos que participarão, a partir de amanhã e até sábado, do V Festival de Ciranda no Pátio de São Pedro⁵².

⁵² Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 11/06/1974, Geral, p.20.

E os festivais foram seguindo seu curso, do ano de 1970 a 1972, sendo eles realizados na praia do Janga, na cidade de Paulista, local onde se apresentava a ciranda de Dona Duda e posteriormente sendo realizado no “Pátio de São Pedro [...] O evento aconteceu nesse local entre os anos de 1973 a 1984, servindo também para consolidar o local como destinação turística.”.

É indispensável destacar que em 1980 a Empetur (Empresa de turismo de Pernambuco), juntamente com a Secretaria Municipal de Turismo, realizou na Ilha de Itamaracá um festival chamado de Festival de Cirandas de Pernambuco. Este festival foi extremamente importante para que a ciranda não desaparecesse do cenário popular por conta da indústria cultural, sendo organizado na Ilha de Itamaracá pela jornalista Valdelusa D’Arce com o objetivo de homenagear a cirandeira Lia de Itamaracá. O Festival foi realizado no bar e restaurante Sargaço, onde a cirandeira Lia trabalhava como cozinheira e à noite apresentava sua ciranda. Apesar de os festivais da ciranda seguirem também uma ótica de mercado, podemos entender os festivais da Ilha como um cano de escape para os Festivais do Pátio de São Pedro que começavam a entrar em declínio.

Os festivais de cirandas levaram para a cidade vários grupos de cirandeiros (as) de todas as regiões de Pernambuco como também do Nordeste, tendo como principal representante a grande e forte voz existente naquela região: a Lia de Itamaracá. Ela foi citada, inclusive, no jornal Diário de Pernambuco quando o mesmo explicava os motivos pelos quais fora criado o Festival de ciranda de Pernambuco em Itamaracá, “o festival foi criado em 1980, objetivando preservar e divulgar uma das principais manifestações folclóricas do litoral pernambucano e é uma forma simpática de homenagear e prestigiar Lia, a mais conhecida e

famosa cirandeira do Brasil”⁵³. Este prestígio se deu em vários jornais da cidade. Lia de Itamaracá aparecia como a “mais tradicional”, “mais famosa”, “mais autêntica”. Ela, ao lado de Antonio Baracho, alcançou enormes projeções naquela época pelos jornais dentre os demais cirandeiros.

O ponto chave para se compreender essa questão do motivo que levou a Ilha de Itamaracá a se tornar tão importante na salvaguarda da ciranda enquanto manifestação popular é que tais festivais, ao contrário dos que estavam ocorrendo no Recife, resistiram aos grandes impactos da indústria cultural, sendo considerado um local onde a ciranda continuava sendo um “divertimento popular, do povo, do pescador e onde havia a melhor ciranda de Pernambuco”. Lia contribuiu para isto, pois sua ciranda, apesar de ter sofrido influência dessa descaracterização do tempo por conta da indústria do turismo e dos mais diversos mecanismos do capitalismo, continuou firme buscando sua raiz na voz do povo e escutando sempre o povo, cirandando com o povo e fazendo a roda girar com o povo, sem perder a sua essência, como o próprio Diário de Pernambuco mais uma vez vem trazer em uma de suas matérias:

Em 1961, a ciranda apareceu no Recife, e é em Itamaracá que a ciranda continua sendo a forma de divertimento popular, cantada e dançada pelo povo, pelo pescador. E é lá também que se dança e se canta a melhor ciranda de Pernambuco. E por isso e pela presença marcante de Lia que a Ilha foi escolhida para a sede do festival, que a partir de 84 será um evento de repercussão nacional.⁵⁴

Ao analisar esta matéria do Diário de Pernambuco e suas colocações acerca da ciranda na Ilha de Itamaracá traçando um panorama de 1961 a

⁵³ Diário de Pernambuco, 08 de outubro de 1983. Apud. Déborah Gwendolyne Callender. op. cit., p.97.

⁵⁴ Idem, 08 de outubro de 1983. Apud. Déborah Gwendolyne Callender. op. cit., p.97.

1984, podemos compreender que, de certa forma, é possível que haja um desenvolvimento turístico na medida em que a preservação das manifestações culturais tradicionais trace um diálogo entre a sociedade civil e os vários aparelhos governamentais, com o intuito de desenvolver uma preservação consciente entre o povo, suas práticas tradicionais e o desenvolvimento comercial local, pois, quando permitimos que a indústria cultural e turística molde por completo a nossa identidade, acabamos entrando em um paradoxo sem fim, pois deixamos de ser aquilo que somos, vivendo através de espelhos baseados no consumo e escravos de um capital meramente superfluo.

Considerações finais

Diante do panorama tecido sobre os diversos significados adquiridos pela ciranda ao longo da história por meio de resignificações, problematizando o local do folgado enquanto manifestação da cultura popular e como o processo de sua espetacularização durante as décadas de 1960 à 1980 beneficiou a indústria cultural, assim como a indústria do turismo e o sistema político vigente na época, que buscava uma espécie de nacionalismo, visando o controle social.

No período estudado, o Brasil passava por um processo ligado a uma forte repressão agravada, principalmente, pelo Ato Institucional n.º 5, onde através das repressões, prisões, censuras e exílios, a ditadura buscava manter no controle a população brasileira, fazendo com que muitos valores existentes na sociedade fossem moldados para satisfazer os desejos daqueles que estavam no poder. Tais ações foram vistas como forma de controle social, pois através deste slogan nacionalista, poderiam ser realizadas ações extremas em prol deste mesmo nacionalismo e foi advindo deste processo que os vários projetos com intenção de reforçar o crescimento da proteção do patrimônio nacional foram iniciados, e foi

ainda este impulso que possibilitou o estado de Pernambuco a ganhar destaque nacional através do movimento Armorial encabeçado por Ariano Suassuna.

Conseguimos identificar que por conta deste mesmo regime militar existia uma luta constante pela terra, e isso foi se intensificando cada vez mais com a busca por melhores condições de trabalho no campo, principalmente nas regiões como o Nordeste e interior do estado de Pernambuco que acabaram chegando em seus momentos críticos a tal ponto que muitos dos trabalhadores saíam de sua região em busca de melhores empregos nas regiões metropolitanas, provocando um grande êxodo rural em massa. Com a eminência deste êxodo, os trabalhadores que partiam levavam juntos consigo a sua cultura e seu modo de vida, o que incluía entre os trabalhadores da zona da mata dos antigos engenhos de açúcar, a ciranda. Ao chegarem à região metropolitana, traziam a ciranda que passou a ser consumida cada vez mais por aqueles que ali viviam, ou seja, o processo do êxodo Rural fez com que as pessoas que viviam na região metropolitana começassem a ter acesso à dança e a se apropriar cada vez mais dela.

E todos estes processos foram cruciais para que essa cultura que antes era restrita a aqueles que utilizavam dela apenas como marca de sua raiz e de seu grupo social, e que agora passaria a ser alvo de intelectuais da época, como o próprio Ariano Suassuna que procurava transformar tais manifestações tradicionais em apresentações eruditas. Esta visão passou a influenciar muitas outras pessoas que ao compreenderem que a dança não era apenas mais uma dança e sim a dança que possuía características que chegavam a ser mais quentes que o frevo, passaram a consumir cada vez mais o folguedo.

A indústria cultural ao observar o desenvolvimento deste processo logo começou a desenvolver ações que dessem a ela o poder de apropriação

da ciranda com o objetivo de adaptá-la a uma sociedade consumidora. A partir de então se iniciou um processo que trouxe grandes temores para os praticantes da dança de roda de adultos que defendiam uma dança tradicional, mas se viam diante de um mercado bastante difícil de se competir, logo as melhores opções foram criar estruturas que fizessem com que a sociedade conseguisse dialogar com a indústria cultural e ao mesmo tempo manter boa parte de suas tradições.

Com o advindo dos grandes festivais de ciranda, isso parecia cada vez mais complicado de se resolver, porém após muitas críticas externas, feitas principalmente pelos intelectuais da época e pelos mestres (as) cirandeiros (as), começou-se a compreender que este processo deveria ser capaz de dialogar entre os vários setores, o civil e o do mercado, na tentativa de reduzir os impactos causados por essa crescente corrida capitalista.

É interessante destacar a importância de se compreender este processo na medida em que a ciranda, como um importante movimento de resistência de uma cultura há muito tempo marginalizada, carrega consigo elementos que vão muito além do seu cantar e dançar. Elementos estes que fazem parte do nosso dia a dia e nos definem enquanto seres humanos feitos de significados e relações interativas. A partir do momento em que eu compreendo que determinada dança tem um valor histórico e social e que, apesar dos tempos, esse valor precisa ser símbolo de resistência para que toda a humanidade dentro daquele ciclo aprenda com ele, estou desenvolvendo a minha humanidade e empatia e talvez só assim consigamos convencer o mundo capitalista de que vale a pena preservar.

Referências

ALMEIDA, Renato. *História da Música Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: 1942. p.171.

Ariano Suassuna em entrevista concedida em 05 de Abril de 1986 no mestrado em antropologia da UFPE. Apud. OLIVEIRA, Maria Goretti da Rocha de, op. cit., p. 127.

- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: BRASILIENSE, 2004, p.158
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DINIZ, Jaime Cavalcanti. *Ciranda: roda de adultos no folclore pernambucano*. Recife: [s.n.], 1960
- FETAPE. Revista Fetape 50 anos (1962-2012). Publicação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco. Edição especial novembro - 2012.
- FRANÇA, Déborah Gwendolyne Callender. *Quem deu a ciranda a Lia?: A história das mil e uma Lias da ciranda (1960-1980)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Kornis, M. A. CPDOC FGV, 2017. Sociedade e Cultura nos anos 1950. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Anos1950>> Acesso em: 15 jul. 2019.
- MELO, Josemir Camilo de. *A dinâmica cultural da ciranda – Ensaio de Interpretação sócio-cultural da ciranda – Parte I*. In: Jornal da Cidade, 19 a 25 de junho de 1976.
- MONTENEGRO, A. T; *As Ligas Camponesas às vésperas do Golpe de 1964*. Projeto História (PUCSP) São Paulo, v. 02, n.02, p.394, 2004
- OLIVEIR, Maria Goretti da Rocha de. *Danças populares como espetáculos públicos no Recife de 1970 a 1988*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo, 1988.
- PIMENTEL, Altimar de Alencar. *Ciranda de Adultos*. João Pessoa, Paraíba, 2005
- RABELLO, *Ciranda: dança de roda, dança da moda*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Editora Universitária, 1979.
- SUASSUNA, Ariano. *O movimento Armorial*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1974.

Casa de cultura do Recife: um espaço em disputa

*Rosely Tavares de Souza*¹

Introdução

Casas de Cultura se tornou na década 1970 um grande debate da política nacional de cultura com a elaboração do Plano Nacional de Cultura. As casas deveriam ser inspiradas no modelo francês de André Malraux o que em certa medida materializava o regionalismo como integrador da unidade nacional por meio da cultura. Desse modo, buscamos compreender como se desenvolveu a discussão para a efetivação da Casa da Cultura do Recife nas reuniões do CEC e o que circulava nos jornais sobre o projeto, experiências e qual foi a programação destinada ao novo espaço cultural.

A Casa esteve em disputa motivada pela não compreensão de quem era a responsabilidade de acompanhar as atividades que ocorriam no prédio da antiga Casa de Detenção do Recife, o mesmo que foi ressignificado 1976 para abrigar as diversas manifestações culturais vivenciadas em Pernambuco. No decorrer do estudo da política pública cultural que teve como uma das ações com a implementação da Casa da Cultura, elaboramos algumas perguntas: a quem pertencia o orçamento, elaboração da programação e manutenção da Casa da Cultura? A hipótese

¹ Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco e Mestre em História pela mesma Universidade, Especialista em Cultura e História dos Povos Indígenas e Licenciada em História Universidade Federal Rural de Pernambuco. Foi professora nos cursos de Licenciatura e Pedagogia no Centro de Educação CE/UFPE, colaboradora da Educação a distância EaD da UFRPE no curso de Licenciatura em História e professora na rede privada de ensino com Educação Básica. Atualmente desenvolve pesquisa com a temática Políticas Públicas Culturais entre os anos de 1975- 1979. Desenvolveu pesquisa sobre Manifestações culturais em Pernambuco, livro didático, formação de professores e Ensino da temática indígena. Bem como, atuou como historiadora-pesquisadora nos inventários: Cavalos Marinho e Reisado no Estado de Pernambuco. <http://lattes.cnpq.br/0564331936441135>.

é que a Casa da Cultura pertenceu a várias instituições e agentes culturais e que muitas críticas foram tecidas durante parte das reuniões do CEC, pois a Casa da Cultura do Recife entrou em atividade, mas o Conselho não tinha sido comunicado do processo que levaria a aprovação do funcionamento do espaço, bem como da seleção das atividades que faria a composição da programação. Questionamos como uma instituição tão importante na época, o Conselho, não fez parte de todo o debate construído em torno da Casa no Recife? Essa foi uma das inquietações que nos invocaram a pensar sobre o tema da política cultural em Pernambuco.

A Casa da Cultura, conforme definido atualmente, é um espaço que tem como finalidade acomodar, comercializar, divulgar produções culturais do Estado, de manifestações culturais a produções artesanais, além de ser um espaço de sociabilidades. Está localizada no centro do Recife, em prédio tombado pelo IPHAN, e que foi até o início da década de 1970 um espaço prisional.² A Casa de Detenção após ser desativada em 1973 pelo governador da época Eraldo Gueiros Leite, iniciou-se o debate sobre o que fazer com o prédio, quando começou a se aventar a implementação de uma casa de cultura nos moldes daquelas idealizadas André Malraux da França.

Portanto, na década de 1970, o espaço foi objeto de disputa, assim como definição na tentativa de compreender qual seria a função da Casa da Cultura do Recife e a quem era destinada a responsabilidade de manter o espaço funcionando: do município, do Estado, empresas privadas, lojistas? Além disso, qual instituição deveria acompanhar seu funcionamento, programação, acesso das pessoas? Essas perguntas foram tema de algumas reuniões do CEC que nos fez entender a Casa da Cultura como um espaço em disputa.

²Informações localizadas na página oficial da Casa da cultura. Disponível em: <https://casadaculturape.com.br/a-casa>. Acesso em: nov. 2020.



Figura 8 Antiga Casa de Detenção do Recife - século XIX - Acervo- site <http://www.ipatrimonio.org/>.



Figura 9- Casa da Cultura do Recife - 2020 -Acervo site da Casa da Cultura.

Da casa de detenção a casa da cultura

A antiga Casa de Detenção que funcionou como penitenciária desde 1855 e permaneceu ativa por 118 anos, em abril de 1976 foi inaugurada com um novo nome e objetivo, a partir daquele ano o espaço ficou

conhecido como Casa da Cultura. Localizada na Rua Floriano Peixoto s/n, no bairro de Santo Antônio, no centro do Recife. A inauguração do novo espaço contou com a presença do governador Moura Cavalcanti, a casa que viria a ser um dos maiores polos de comercialização de artesanato do Recife e um dos cartões postais do estado, também um lugar de prática para as manifestações culturais do Estado do Pernambuco e cidades do interior, sobretudo Zona da Mata.

Atualmente as antigas celas da Casa de Detenção são ocupadas por lojas, associações culturais e lanchonetes. O espaço conta ainda com teatro e anfiteatro destinados a ações formativas e espetáculos de teatro, música e danças promovidas ou apoiadas pelo Governo do Estado através da FUNDARPE. Além disso, podemos encontrar uma livraria especializada em livros, que na sua maioria, tratam de temáticas sobre Pernambuco, Cybercafé, sala para pesquisa e cursos diversos, Teatro, Concha Acústica e Anfiteatro externo, além do Museu do Frevo. Ainda conta várias entidades culturais como: o Balé Popular do Recife, a Associação dos Lojistas da Casa da Cultura, Federação de Teatro de Pernambuco, Associação de Capoeira, Movimento Negro Unificado, entre outras, têm suas sedes instaladas na Casa.³

Segundo o jornalista Mauro Mota, a efetivação do espaço em Casa da Cultura foi fruto do antigo e atuante Secretário de Justiça, José Paes de Andrade. O prédio que abrigou a antiga cadeia pública teve o projeto assinado pelo engenheiro Mamede Ferreira que além da casa de detenção tinha projetado o Ginásio pernambucano, Hospital Pedro II e término das obras do Teatro Santa Isabel. Continua Mauro Mota ao escrever sobre o assunto no *Diário de Pernambuco* em 1976, que tinha falado com Guilherme Muniz Barreto referente sobre o que poderia ser feito com o

³ Informações localizadas na página oficial da Casa da cultura. Disponível em: <https://casadaculturape.com.br/a-casa>. Acesso em: nov. 2020.

prédio da antiga Casa de Detenção e, ressaltou os valores arquitetônicos mesmo sendo construída apenas para o trânsito de detidos.⁴

Faremos uma descrição breve do espaço com o objetivo de situá-los espacialmente e geograficamente. O primeiro projeto do prédio que funciona hoje a Casa da Cultura remete ao século XIX por volta do ano 1848 quando o governo da província de Pernambuco resolveu construir uma nova cadeia no Recife. As obras iniciaram em 1850 se basearam no projeto do engenheiro Mamede Alves Ferreira – que ocupava cargo na Secretaria de Obras Públicas de Pernambuco. Todo o espaço que envolveu a nova Casa de Detenção do Recife tinha 8400 m² de área construída e 6000 m² de pátio externo terminou de ser construída em 1867 e seu projeto foi concebido, segundo o modelo de penitenciária mais moderno existente na época, na França. Seguindo essa lógica, o edifício, inaugurado em 1855, apresentava o formato de cruz, e é composto por quatro raios correspondentes aos pontos cardeais (Norte, Sul, Leste, Oeste), todos com três pavimentos, que confluem para um saguão central, coberto por uma cúpula metálica – o Mirante.⁵

A transformação de uma prisão para um espaço de eventos culturais do Estado provocou muita disputa política e cultural entre os agentes culturais que estiveram envolvidos no projeto da Casa da Cultura. Questionavam-se a quem pertenceria o lugar e o projeto que transformou o prédio em equipamento cultural. A Casa da Cultura foi esquecida no debate dos trabalhos acadêmicos para discutir o espaço como importante para cidade, além da relação com a política internacional para a cultura. Pois, de acordo com nossas pesquisas, a casa foi também silenciada pelo poder público, mas apesar desse fosso, identificamos o espaço como um

⁴ DP- 1976, Primeiro caderno, p. 4 – Recife 30-04-1976 – BN – 00115.

⁵ Informações localizadas na página oficial da Casa da cultura.

Disponível em: <https://casadaculturape.com.br/a-casa>. Acesso em nov. 2020.

elemento fundamental nas políticas públicas culturais em âmbito nacional. Como aponta (MAIA, 2012), a criação dessas casas estava como uma das atribuições do CFC que deveria estimular a elaboração de projetos para a implementação desses equipamentos.

Na pesquisa da arquiteta e urbanista Andréa Gáti (2013), o nascedouro do projeto que tinha como objetivo transformar a Casa de Detenção na futura Casa da Cultura teve como idealizador o artista plástico Francisco Brennand. Segundo a autora, essa ideia remonta a 1963, período que Brennand, no governo Arraes, foi convidado pelo então governador para chefiar a Casa Civil. Gáti apontou que:

A ideia - anunciada em 1963, na “Exposição Nordeste”, que aconteceu no recém-restaurado Solar do Unhão, em Salvador, Bahia - era criar um museu-escola de arte moderna e popular, uma biblioteca de arte, um plano piloto para experiências artesanais e uma sala para concertos. O projeto de mudança foi elaborado pela arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo Bardi, tendo como correspondente local, o também arquiteto, Jorge Martins Júnior, diretor do Departamento de Obras e Fiscalização dos Serviços Públicos do Estado de Pernambuco (2013, p. 7).

Brennand foi motivado pelas *Maisons de la Culture*, centros vivos de artes, projetadas para desenvolver atividades de formação cultural, com ênfase na cultura popular. Concebidas por André Malraux, Ministro da Cultura da França entre 1958 e 1969, as casas de cultura francesas tinham como objetivo abrir caminhos para uma democratização da cultura que teria tido como etapas anteriores a educação popular, as universidades populares e, depois a descentralização teatral e como etapas posteriores os centros de ação cultural e as outras políticas de descentralização. No entanto, esse caminho não ocorreu de forma linear e homogênea como a proposta indicada sugeria. Segundo o pesquisador Philippe Urfalino (2015) entre as décadas de 1960 e 1970, a política das casas de cultura na

França conheceu fracassos com a valorização mitigada pelas próprias políticas culturais (URFALINO, 2015, p. 25).

Embora a Casa da Cultura do Recife tenha sido inaugurada em 1976, o projeto de transformar a antiga Casa de Detenção em equipamento cultural, como identificamos remonta a década anterior. André Malraux que foi ministro da cultura na França entre 1959 até 1969 e, durante esse período, esteve no Brasil, visitou Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, onde pôde falar em seus pronunciamentos sobre a importância da descentralização e democratização do acesso à arte. Gilbert Braun considerado um especialista em cultura, era radicado em Recife e simpatizava com as ideias de Malraux. Foi através de Gilbert que Brennan tomou conhecimento das *Maisons* (GÁTI, 2013). O governo do estado de Pernambuco aprovou a ideia de Brennan de uma casa para atividades culturais imaginando que nela poderiam ficar unidos o Instituto Arqueológico, o Museu do Estado e a Biblioteca Pública, e ainda áreas para exposição de pintura e escultura (CARRAZONE, 1997).

Encontros e desencontros para o projeto da casa de cultura do Recife

Philippe Urfalino (2015) em seu estudo, apontou que a ideia das casas de cultura francesa teve seus primeiros passos nos movimentos populares que tinham como proposta incentivar o acesso a arte daqueles menos favorecidos. Revisitando os estudos sobre o Movimento de Cultura Popular – MCP em Pernambuco, identificamos um debate frutífero no que se refere a democratização da cultura, o que nos pareceu que com a ideia da Casa de Cultura, possibilitaria o acesso a maior parte da população a arte pernambucana tinha uma relação, ou nós encontramos uma, com as ações promovidas pelo MCP.

Para situá-los, segundo Letícia Barbosa Rameh (2010), no Recife existia um esforço muito grande para um novo saber sobre “cultura

popular”, sobretudo com a criação do MCP. Junto ao movimento das “esquerdas”, o objetivo do MCP era que a alfabetização fosse possível para a maior parte da população no Nordeste. Dessa maneira, formar cidadãos ativos e críticos da realidade social do país era fato que, naquele momento histórico de Guerra Fria, era considerado atitude socialista e que foi um dos fatores para o fim do MCP (BARBOSA, 2010).

Ainda de acordo com Barbosa (2010) o movimento foi institucionalizado na década de 1960 como extensão da Prefeitura de Recife sob a gestão de Miguel Arraes que no decorrer do período tornou-se governador de Pernambuco. “Seus idealizadores, na maioria intelectuais e artistas de Recife pretendiam contribuir para transformações nas áreas de educação e cultura fundamentando-se nas raízes da cultura popular e envolveu seguimentos da arte em geral, música, teatro e dança” (BARBOSA, 2010, p. 81). O objetivo de agregar tudo isso era fazer a cultura ter ampla circulação.

O MCP funcionou no Sítio da Trindade no bairro de Casa Amarela, na Zona Norte do Recife, mas teve suas atividades encerradas em 1964 com o golpe militar no Brasil. Atuaram no movimento Paulo Freire, Abelardo da Hora, Hermilo Borba Filho, Paulo Rosas, Ariano Suassuna entre outros simpatizantes ao movimento como o próprio Francisco Brennand. Além das atividades desenvolvidas nesse espaço institucional, o MCP atuou com os círculos de leitura e as praças de cultura, esta última funcionava nos bairros considerados na época mais populosos.⁶

O engajamento desses integrantes pôde promover na esteira da democratização da cultura, bibliotecas e discotecas públicas (espaço com acervo de disco) de acordo com Barbosa (2015), espaços tiveram uma grande aceitação popular. Debate que foi tratado na dissertação de

⁶ A autora não especifica quais eram esses bairros da cidade do Recife também não descreve o tempo de permanência dos integrantes no movimento. Se todos permaneceram até encerrar as atividades em 1964.

mestrado com o tema que versou sobre a manifestação cultural Cavalinho⁷. Ao problematizar sobre a implementação da Casa da Cultura foi o momento que podemos estabelecer a relação da atuação do MCP teve uma forte relação com aqueles vivenciados França durante a construção das Casas de Cultura. Quando Barbosa (2010), por meio de entrevistas que fizeram parte dos seus estudos, afirmou que o movimento se inspirou no modelo francês de “povo” e “cultura”, mas que em Recife fizeram adaptações. Na França tinham um ideal, uma espécie de anseio igualitário e o de substituir “o espírito de província” por uma cultura universal (URFALINO, 2015, p. 91).

Com a efetivação da Casa da Cultura do Recife foi possível graças a uma ação coletiva de vários agentes culturais, podendo ser compreendida como uma concepção de “intervenção pública”. Com a política da Casa de Cultura exigiu e permitiu reconstruir um episódio importante da política cultural na década de 1970, embora os estudos anteriores sistematizados para essa tese, Casas de Cultura não foi um tema relevante a ser discutido.

Ao contrário dos silenciamentos de muitas pesquisas que não trataram as Casas de Cultura, porém, nós evidenciamos que esses espaços foram sim importantes para a cena cultural da época em Pernambuco. Percebemos tal fato, porque na investigação de nossa documentação, identificamos por meio das atas, a recorrência de debates nas reuniões do conselho sobre o espaço cultural, assim, por meio dessas discussões foi possível compreender uma mudança paradigmática na política cultural do Estado.

Mas se o projeto da Casa da Cultura, tinha a frente um nome importante para Pernambuco como Francisco Brennand, até mesmo com a “aprovação do governo francês”, por que naquele momento, década de

⁷ Durante a escrita da dissertação de mestrado defendida 2013 na Universidade Federal de Pernambuco discutimos no capítulo 2 a importância do MCP junto as manifestações populares de Pernambuco.

1960, o equipamento cultural não se tornou uma realidade? O que poderia explicar que apenas quase dez anos depois a Casa da Cultura viria ser uma realidade? Essas perguntas são importantes na tentativa de compreender o silenciamento em torno de espaços culturais que pudessem popularizar o acesso das manifestações culturais, produções artesanais e livrescas, lugares que ainda não existiam com essa larga dimensão reunidos em um só espaço. O projeto da Casa da Cultura parecia ser produto de uma política pública, que pudesse formar uma opinião de um espaço criado para abrigar manifestação cultural popular. Porém, longe do ideal muitas disputas ocorreram em torno daquilo que não foi a Casa da Cultura.

Para tentar responder as reflexões pontuadas acima, encontramos alento no debate sobre o que seria a cultura do período e, quem nos levou a pensar o tema foi o professor e historiador Marcos Napolitano (2019). Ao tratar do que ele chamou de “a democracia relativa”, em sua análise sobre o período militar no Brasil, apontou que o governo do presidente Ernesto Geisel foi de fato um momento que se revelou as maiores contradições do regime e como lupa para entender parte desse momento, a cultura se tornou primordial.

Durante a gestão do presidente Ernesto Geisel 1974-1979, se consagrou na história e na memória sobre a ditadura de 1964 como um governo de transição política. O termo democracia começou a aparecer de maneira mais recorrente e passou a ser visto como o contrário da repressão que foi alargada nos anos anteriores com o AI-5. Governo, empresários, intelectuais, partidos e nesse grupo incluímos os conselheiros, falavam em democracia, embora essa palavra ganhou inúmeras conotações. Possivelmente, novos fatos, imprevistos, que colocavam novas demandas políticas, sociais e econômicas, para as quais a estratégia do governo oferecia pouca resposta além da repressão (NAPOLITANO, 2019).

Napolitano (2019) mencionou em seu livro que falas e episódios ocorridos depois de terminada a ditadura, consagraram uma interpretação que o referido governo foi de fato considerado um dos mais complexos e dinâmicos da ditadura militar. Geisel mesmo abusando da censura, foi ele o responsável por patrocinar uma política cultural que beneficiou muitos artistas que até mesmo naquele momento expressavam que eram contra o regime. Por fim, argumenta que a cultura era subsidiária de uma política de integração do território brasileiro e se olharmos para os acontecimentos culturais em Pernambuco no mesmo período, tendemos a corroborar com o professor, pois ao nosso ver a Casa da Cultura, em certa medida, pareceu nascer em Pernambuco para ser o reduto dessa integração.

Institucionalização parece ter sido a palavra de ordem e de ação que também marcou a passagem de Ernesto Geisel pela presidência. Ao estudar política pública cultural nos fez perceber que a década de 1970 foi frutífera para o setor cultural. Os questionamentos e interpretações ocorreram no momento com a leitura dos documentos, e evidenciamos que 1975 inicia com a conclusão do Plano Nacional de Cultura que culminou com a criação de várias instituições culturais como já mencionamos nessa tese. A década de 1970 marcou uma política cultural proativa que anunciou a institucionalização como parte do projeto de transição política que, ao mesmo tempo, ensaiava encerrar pontos de tensão dentro da sociedade (NAPOLITANO, 2019).

Então, em Pernambuco o projeto inicial sugerido por Francisco Brennand era criar na antiga casa de detenção um museu-escola de arte moderna e popular, uma biblioteca de arte, um plano piloto para experiências artesanais e uma sala para concertos. (GÁTI, 2013). Porém,

esse projeto não saiu do papel como o próprio idealizador reconheceu posteriormente. Segundo Brennand, no entanto:⁸

A Casa da Cultura realizada no governo do Dr. Eraldo Gueiros foi entregue a outros arquitetos e outros ideólogos, isto quer dizer que todos os propósitos foram diametralmente opostos ao que pensávamos. Articulamos um museu do desenvolvimento brasileiro e não um museu antropológico como é o caso do realizado por esse novo grupo (BRENNAND, 2013).

De fato, o artista plástico tinha razão, pois a Casa da Cultura que foi inaugurada em 1976 parecia não ter um projeto claro, ao menos para a política cultural em Pernambuco. Algo que chamou atenção dos conselheiros do CEC, que entram na disputa pelo espaço, para que e para quem viria a servir e durante as reuniões inserem na pauta o questionamento: a quem pertencia a Casa de Cultura? Um lugar invisibilizado até hoje pelas políticas culturais do Estado e prefeitura do Recife, mas que na época, se tornou um lugar de disputa tanto pelo projeto não executado de Brennand, quanto pelos conselheiros que pelo que relatam não participaram do debate para a implementação do novo projeto da Casa que viabilizou a inauguração do espaço em 1976, assim como, o público que pelo que consta nos jornais não decidiu sobre a programação dos eventos que iriam ocorrer.

Em outra reunião do conselho estadual que ocorreu em 18 de maio de 1976, a Casa de Cultura tornou-se o assunto principal. Um mês após a inauguração o conselheiro Nilo Pereira após a visita ao novo espaço cultural da cidade apresentou aos seus colegas do CEC questionamentos que envolviam principalmente o funcionamento da casa. Quem estava à frente da gestão da Casa de Cultura no referido ano era o conselheiro

⁸ Trecho da entrevista citado no texto da autora Andréa Gáti (2013).

Bandeira de Melo, que tomou conhecimento das observações feitas por Nilo. Pereira mencionou que espaço cultural não tinha movimento, nem recepcionistas que pudessem orientar os visitantes, nem ao menos vigilância. O que de fato era preocupante para um espaço que nascia para ser o ponto de encontro das produções e manifestações culturais do Estado naquele momento, não apenas voltado para os transeuntes que moravam ou transitavam pelo Recife, mas um atrativo para os turistas em visita a Pernambuco.

O questionamento de Nilo Pereira nos levou a pensar que a Casa da Cultura que passou a ser equipada em 1976 para atender ou concentrar parte da produção cultural do Estado tornou-se também um lugar que passou a ser disputado entre diversas instituições e esferas públicas de Pernambuco. Na continuidade da reunião do CEC o conselheiro considerou que a Casa da Cultura deveria ser administrada pela EMPETUR.

O conselheiro Flávio Guerra disse: “a Casa da Cultura deve ter sido instalada, por um grupo de trabalho de planificação e orientação, um grupo de trabalho do qual deveria participar este conselho”⁹. Consideramos que o debate foi importante para tratar qual tipo de gestão e política pública atendia a Casa de Cultura do Recife que até hoje é quase “invisível” aos nossos olhos. Questionamos a partir da interpretação realizada por meio da conversa entre Nilo Pereira e Flávio Guerra como funcionava o espaço e qual foi a visão do CEC ou de alguns conselheiros de atentar para o tema. No final dessa reunião do conselho, sentença Freyre: “a criação da Casa da Cultura não passou pelo conselho.”¹⁰

Com a dimensão que o assunto passou a ter dentro do CEC uma dúvida ou ponto de tensão surgiram em torno da função da FUNDARPE

⁹ Livro 8, verso da página 31.

¹⁰ Livro 8, verso da página 31.

que é questionada: se a entidade existia para defesa ou administração dos bens culturais? O que a leitura da ata nos revelou foi que aparentemente os conselheiros não sabiam, naquele momento, sobre a real participação da FUNDARPE em relação à Casa da Cultura e, por essa constatação, os conselheiros propuseram buscar informações a esse respeito, de qual instituição seria responsável pelo novo equipamento cultural.

Esse ponto de discussão em torno da Casa da Cultura nos faz lembrar os conselhos de Walter Benjamin (2012) de escovar a história a contrapelo. Pois, ao observar a trajetória da política cultural a partir do CEC que parecia fazer parte de um evento trazia as ações dos sujeitos como linear dentro de uma única proposta de política cultural, mas se evidenciou de forma contrária, que a Casa de Cultura fruto de uma política pública fora realizada por meio de desconhecimentos entre os agentes que estavam à frente das instituições que lidavam com o assunto. Não estamos nos furtando de entender que política cultural não é elaborada, produzida e significada apenas pelos agentes do Estado lotados nas mais diferentes instituições, mas nesse trabalho buscamos compreender esse tipo de política por meio da institucionalização da cultura.

Apesar do conselho estadual não exercer uma função deliberativa consideramos o desconhecimento sobre a nova casa cultural, por parte dos seus conselheiros, preocupante. Eles também trataram o assunto com certa “impaciência” e descrença de não estarem à frente a implementação do projeto, tendo em vista a importância do CEC que tratava a respeito desse tipo de assunto. Isso porque ao nosso olhar, de fato, eles foram os principais agentes culturais do período devido à grande articulação institucional e pessoal para atender a imensa demanda da pasta cultural do Estado.

É nesse sentido que o CEC, enquanto instituição, se tornou o principal “agente” na época para a efetivação de uma das políticas públicas para a

cultura em Pernambuco. Essa constatação não foi elaborada apenas analisando as suas ações, planos, projetos, mas sobretudo os documentos que foram produzidos frutos das reuniões que se tornaram importantes para pensar a política cultural do Estado. Aqui fazemos novamente menção a Benjamim (2012), mas no sentido do porquê escovamos esse tema a contrapelo? Pois, entendíamos no começo dessa pesquisa que as instituições, incluindo o conselho, eram fruto do aparelhamento do Estado Nacional, que naquele momento estava sendo gerido por um regime ditatorial. Sim, o CEC fazia parte desse projeto, mas o que passamos a compreender é que as diferentes instituições produziram sentidos diversos em suas ações para aquilo que estava buscando definir como cultura e como política, sendo duas práticas diferentes.

Voltando aos questionamentos dos conselheiros sobre a Casa da Cultura, Gonçalves de Mello apontou, que desde que iniciou o plano de transformação da antiga Casa de Detenção para Casa de Cultura, diversos pernambucanos viram ali o lugar ideal para abrigar a biblioteca pública e o arquivo do Estado. Gonçalves de Mello não descreveu quem eram esses sujeitos que idealizaram a antiga Casa de Detenção para outros fins e, de qual lugar eles falaram sobre o assunto, imaginemos que talvez essa tenha sido a ideia projetada pelo próprio conselheiro.

Mas apesar disso, Mello afirmou com quem ele teria falado referente a polêmica do que fazer com aquele espaço. Tinha conversado com o professor Marcelo Santos esclareceu que o Ministério do Planejamento e, com as verbas enviadas por esse ministério foi possível realizar grande parte daquelas obras que exigia que os monumentos restaurados fossem autofinanciáveis, devendo assim, ser instalada atividade que financiasse a conservação do edifício, o que não seria o caso do arquivo e da biblioteca públicos. Vê-se, entretanto, que a instalação de lojas de artesanato não deu os resultados, tal fato, na visão do conselheiro, já era de se esperar,

devendo ser estudada a possibilidade da instalação da biblioteca e do arquivo público.¹¹

No decorrer dessa mesma reunião do CEC que, segundo a ata, foi extensa e teve como tema central a Casa da Cultura. Gonçalves de Mello continua sua indignação, ao nosso ver, do seu desejo não atendido sobre o que deveria ser realizado no prédio da antiga Casa de Detenção. Disse o conselheiro:

Casa de Cultura do Recife que a obra não seja só de restauração e conservação cultural, mas também seja uma obra cultural na extensão da palavra não assumindo uma atitude crítica e sem defensiva daquele patrimônio que vem se organizando, mas que não está realmente funcionando.¹²

Na mesma reunião, Nilo Pereira ponderou que o conselho não tendo sido chamado para participar de nenhum trabalho preliminar à instalação da Casa da Cultura, nem mesmo na sua inauguração. O conselheiro Paranhyn, após ouvir o relato dos seus colegas prometeu entrar em contato com o Secretário de Educação e Cultura.

Valdemar de Oliveira ao contribuir com o debate sobre a política pública que voltada para Casa da Cultura, teceu vários questionamentos, considerando a inviabilidade de que todos os compartimentos deveriam ser ocupados com lojas de artesanato não havendo por outro lado, atrativos, como cinema, restaurantes, por exemplo. E não sendo convidativo a permanência de visitantes, afirmou Valdemar que, tinha parcialmente da mesma opinião de Gonçalves de Mello no sentido de ter no local mais atrativos para as pessoas que queriam visitar o local. Ao final da reunião, o conselheiro Marcus Accioly analisou que o problema da Casa da Cultura era o de comercialização do artesanato e de divulgação dos

¹¹ Livro 8, verso da página 31.

¹² Livro 8, verso da página 31.

artistas, ainda questionou as elevadas taxas de aluguel que eram cobradas para a instalação das lojas.

A proposta de Brennand, segundo ele mesmo, não foi efetivada, o conselho alegou não ter participado das decisões que levaram a antiga Casa de Detenção torna-se da cultura. No entanto, nem tão pouco encontramos um debate dos demais sujeitos da sociedade pernambucana nos jornais, por exemplo. O projeto inicial para a Casa de Cultura de 1963 elaborado em conjunto por Lina Bo Bardi - arquiteta, Brennand e o arquiteto Jorge Martins Jr. foi interrompido em março de 1964, todo desenho e planejamento sumiram da mesa do Gabinete da Casa Civil até então ocupado por Brennand e, o tal projeto, apenas foi recuperado nos anos 1970 no governo de Dr. Eraldo Gueiros, porém nada do que tinha sido pensado antes para o equipamento cultural foi executado (GÁTI, 2013).

A FUNDARPE foi criada em 1973 pelo então governador Eraldo Gueiros com a missão de incentivar a cultura e preservar os monumentos históricos e artísticos do Estado e a Casa da Cultura passou a ser de responsabilidade da instituição. Segundo Gáti (2013), as obras iniciaram em 1974 na antiga Casa de Detenção para transformá-la em espaço cultural, a casa foi inaugurada em 1976 e as reformas finalizaram em 1977, assinaram o novo projeto Fernando de Barros Borba e José Luiz Mota Menezes. A obra teve o seguinte desenho:

Em caráter emergencial, a cúpula original em estrutura de madeira foi retirada devido à deterioração causada por cupins na sua estrutura, no entanto, foi reconstruída em perfis de alumínio. Entre as ações de restauro e manutenção também foram feitas a recuperação das grades das celas, que se encontravam corroídas. E ainda, como medida preventiva contra incêndio, todo madeiramento da coberta foi retirado e refeito em concreto, assim como o assoalho em madeira existente nas celas. Foi necessário reabrir as portas

existentes no final de cada um dos raios, pois eram lacradas. E por fim, foram substituídos todos os consolos em madeira que sustentavam as circulações dos pisos superiores, por “cachorros em ferro”, tal qual tinham sido projetados por Mamede Ferreira, mas que, no entanto, só haviam sido executados em uma das alas (GÁTI, 2013).

Após o início das transformações estruturais que ocorreram no prédio para o desenvolvimento das atividades da nova Casa da Cultura, a FUNDARPE elaborou um projeto intitulado “Projeto de ocupação.” Em 1975, ainda em meio as reformas do espaço, ocorreu o II Salão de Arte Global de Pernambuco que seria um dos primeiros eventos da casa. Embora não encontramos qual o conteúdo da programação da Casa da Cultura nas atas do conselho, possivelmente atendeu a comercialização de artesanato, mas também como um novo espaço para a divulgação e apresentações de manifestações culturais pernambucanas, sobretudo, aquelas que aconteciam na Zona da Mata como o Cavalinho Marinho, Maracatu baque solto, Ciranda, entre outras.

Na década de 70, Mestre Salustiano foi convidado para fazer parte do corpo administrativo da FUNDARPE, devido a sua importância para a difusão da cultura pernambucana e contatos com Leda Alves, que era presidente da instituição na época. Nessa atuação possibilitou que alguns grupos do interior do Estado de Pernambuco, sobretudo os da Zona da mata norte, se apresentassem na Casa da Cultura no Recife (TAVARES, 2013). O que nos leva a compreender que de alguma maneira, a programação daquele espaço cultural se diversificou.

Na casa um almoço foi oferecido pelo Governador Moura Cavalcanti durante um congresso que tratou de futebol e reuniu em 1977 mais de cem profissionais da crônica esportiva do país.¹³ Nos últimos dias do mês de

¹³ DP, 1 de janeiro de 1977. 00001(11).

janeiro localizamos no DP um balanço das atividades que ocorreram na Casa da Cultura em 1976, que corrobora com a nossa hipótese que o espaço não tinha sido destinado unicamente ao artesanato.

Inicialmente a matéria de meia página de jornal enfatizou a preocupação da administração da casa com as manifestações culturais, artísticas e folclóricas, consideradas as mais genuínas manifestações populares do Estado, sendo oferecidas aos visitantes, recifenses ou turistas. Não ficou claro, porque esse seria um ponto de preocupação, dada a diversidade de grupos “populares” em Pernambuco, como apontou o mestre Salustiano ao assumir seu cargo na FUNDARPE. No decorrer da matéria encontramos a quantificação dos eventos, as apresentações e as manifestações culturais populares apareceram de forma expressiva.

Foram ao todo 29 apresentações do Pastoril do Velho Barroso e do Bumba-meu-Boi do Capitão Antônio Pereira; 8 da Ciranda nobre de Paulista e Babalorixá Mário Miranda; 12 da Ciranda Imperial; Ciranda Dengosa 7 vezes; Caboclinho de Canindé, Banda de Pífanos de Caruaru, Maracatu Estrela Brillhante e Coco de Roda fizeram 3 apresentações cada grupo, 19 apresentações do Pastoril do Velho Faceta e apenas uma apresentação de repentistas. Orquestra Sinfônica do Recife e Galo Preto - embolador 4 apresentações, Conjunto de Zabumbas 11 vezes, Reisado Imperial 6, Conjunto Asa Branca, Passistas do Nascimento do Passo, Mamulengo de Carpina e Grupo Folclórico Junino 2 vezes, Mamulengo do professor Tiridá, 16 aparições.

Somada a esses grupos, passaram pela Casa da Cultura: a Orquestra Romançal, Quinteto de Sopro da Orquestra Sinfônica do Recife, Coro Guararapes do Recife, Conjunto Roda Sonora, Grupo Radier, Grupo Aroeira e Projeção Cinematográfica. Além da realização de 4 noites de frevo com diferentes agremiações, Teatro da Criança do Recife com as

peças: “Viagem ao faz de conta” e “A cigarra e a formiga”, certamente espetáculos para o público infantil com mais de 26 apresentações.

Para os adultos o Teatro Espontâneo levou a Casa da Cultura mais de 20 apresentações das peças “Alzira Power” e “Os coronéis morrem tarde Paulete”. Além das referidas apresentações, algumas exposições fizeram parte da programação da Casa da Cultura em 1976. Pintores franceses e alemães exibiram quadros, somadas à instalação de fotografias de Alcino de Souza e finalizou com eventos temáticos como a Semana da Pátria, do Trânsito e o III Salão de Arte global.

A matéria do DP que descreveu o panorama das ações efetivadas na Casa da Cultura em 1976, teve como título; “Casa da Cultura: um alento para o turismo.” A casa que para ser inaugurada recebeu financiamento da Secretaria do Planejamento da Presidência da República - SEPLAN que somava 80% do montante gasto e o restante do orçamento foi de responsabilidade do Governo do Estado com o apoio da Secretaria de Educação e Cultura. A opinião pública que estava sendo formada, era que Pernambuco ganhava mais um espaço para divulgação e consumo da “genuína cultura” do Estado, mas que atribui a iniciativa do projeto e realização a FUNDARPE. Evidenciou-se então, ênfase na diversidade das tradições populares.

Isso nos remeteu à alguns questionamentos: qual visão de cultura se construía após a instalação da Casa de Cultura? Quem eram os agentes culturais que construiram a programação e por quê? Como essa seleção cultural tão diversa teve permissão de se apresentar em meio a um período da ditadura? Foram indagações que surgiram, pois se tinha permissão de acontecer, era porque havia, de certo modo, partilha de sentidos e permitia a consolidação de estratégias políticas.

Junto ao espaço estruturado para as apresentações culturais, com a transformação, passou a fazer parte também da casa: o restaurante Alvará

que, segundo o jornal, oferecia comida genuinamente pernambucana. No segundo pavimento foram reformados três raios que futuramente seriam implantados os museus do Carnaval e Arte popular que o último estava para ser inaugurado nos primeiros meses de 1977. Além disso, o equipamento cultural contaria com Cine teatro, Galeria de Arte, biblioteca de autores pernambucanos, folhetaria e teatro e já estava em funcionamento o curso de desenho e pintura do professor Alberto Baldini iniciado a cerca de 6 meses contando com 20 alunos.¹⁴

Importante analisar que essa matéria de meia página sobre a Casa da Cultura que publicada no jornal DP em janeiro de 1977 parecia contrariar a opinião e visão do CEC. O que alguns conselheiros como Nilo Pereira, Gonçalves de Mello e Valdemar de Oliveira questionaram em reuniões da instituição que nada acontecia na nova casa cultural do Recife. Mas a prestação de contas do diretor executivo da FUNDARPE, Marcelo Santos, pareceu nos revelar o contrário dos apontamentos feitos pelos “cardeais da cultura.”

O movimento foi intenso no ano de inauguração da Casa da Cultura, com programação diversa e projetos desenhados para os próximos anos. Um dos mais importantes passos a serem executados, a partir de 1977, para a casa, por meio da direção da FUNDARPE, seria a distribuição de 100 mil cartazes, folders e postais coloridos sobre com o texto informativo em português, francês, inglês e espanhol para serem distribuídos as embaixadas, consulados, e principais agências de viagens do Brasil e exterior. No final da matéria, o DP é elogiado pelo Chefe da Seção Técnica da Casa da Cultura, Pedro de Souza e o supervisor João Batista que fizeram questão de lembrar a importância dessa publicação para ressaltar o valor

¹⁴ DP, 1 de janeiro de 1977. 00001(11). Pg. A-30.

da casa que, a partir de então, deveria ser o ponto de encontro da cultura pernambucana.

Ainda não estamos conformados com algumas questões que esse tema Casa da Cultura no trouxe e que não conseguimos exaurir-lo nessa tese. Uma das indagações é o porquê do projeto de Brennan ter ido para a gaveta? Será que não foi interessante naquele momento, por de certa maneira, o artista plástico estava atrelado ao MCP e as propostas que estavam em desenvolvimento para a cultura eram de outra ordem?

Outro ponto relevante é o período de publicação dessa matéria do DP que mencionou não apenas a Casa da Cultura, mas atribuiu que a proposta “vencedora” para o que fazer com a antiga da Casa de detenção foi FUNDARPE. E por fim, ressaltamos o protagonismo do CEC, nas orientações dos assuntos culturais do Estado ter criticado a programação da casa, alegando, inclusive que nada acontecia por lá. O que parece é que existiu uma intensa programação, não estamos aqui tratando o jornal como verdade, mas sim, o confronto dessas visões completamente opostas sobre a atuação na Casa da Cultura. Além disso, o que nos possibilitou levantar essas questões se deu porque em 1976 o espaço é fortemente criticado pelo CEC, e no início do ano seguinte uma prestação de contas, longa e pública ocorreu em um dos mais importantes jornais do Estado, inclusive que tinha como um dos seus colaboradores o Mauro Mota, também conselheiro do CEC.

Porém, não sabemos se quando os conselheiros questionam a funcionalidade da Casa de Cultura se é a ideia de cultura que estava sendo construída pela a instituição através da política pública ou se era a denúncia de abandono do espaço recém transformado. Alguns de nós recifenses, pernambucanos temos a percepção que até os dias de hoje a Casa da Cultura sofre um certo esquecimento, desde não conhecer o lugar, os artigos vendidos nas lojas e até mesmo como chegar ao local, mesmo

sendo uma área central da cidade. E ao nosso ver, na época da inauguração como Casa da Cultura e nos anos posteriores, o que de fato ocorria por lá, parece não ter sido de conhecimento da maioria da população, quando elencamos que a casa para integrar a cultura do Estado foi fruto de uma política cultural e uma política pública que passa a existir no CEC.

Quando nos referimos a invisibilidade para lidar com a Casa da Cultura, considerando-a como um espaço que poucos percebem, apontamos um problema proposto pela ideia da existência de um lugar global, geral que todos enxergam de uma mesma forma. A invisibilidade é também compartilhada, pois existem regras pelas quais determinados atores sociais, em determinados contextos, uns enxergam e outros não enxergam coisas, lugares, até mesmo propostas.¹⁵ Porque não diz respeito a uma imaterialidade que não pode ser captado pelo sentido da visão, mas algo que é chamado atenção por algo exterior que coloca em evidência publicamente para ser visível aos sujeitos de uma sociedade ou de um grupo. No caso da Casa da Cultura, parecia ser urgente torná-la visível por meio da política pública, embora, permeada de tensões e disputas dos agentes envolvidos.

Por outro lado, a política cultural que estava em curso no país tinha como premissa um modelo unificador e nacionalista. Efetivou-se a criação de programas e projetos que contemplassem a complexidade de manifestações culturais que foi desde a dimensão simbólica à cidadania e a economia, disseminando uma economia da cultura. Esse último será um dos temas que vamos tratar nessa tese. Porém, a importância da cultura emergiu também, como fator de desenvolvimento e consolidação para diferentes grupos sociais. A cultura passou a ser tratada como forma e

¹⁵ Discussões propostas no livro *Usos do esquecimento* (2017).

processo de comunicação como aponta Cristina Schmidt, Heloisa Valente e Rosália Prados (2015).

Um modelo unificador dito acima se contrapõe a uma ideia de cultura dentro de uma perspectiva antropológica que apresenta a possibilidade de compreender a cultura como dinâmica, com diferenças linguísticas, regionais, econômicas e simbólicas. Além disso, problematizar a política pública cultural no período histórico que apresentamos nessa tese, é observar a dimensão da ideia que estava em curso com a instalação da Casa da Cultura diante da política cultural no Estado. É levantar a hipótese de que a casa serviria como um espaço para interligar elementos culturais, entre aqueles que os produziam, agiam, significavam como aqueles que poderiam se dirigir a casa para conhecer, mas também consumir.

No entanto, a Casa da Cultura, ao nosso ver, emergiu como fruto de um projeto de política pública para interligar, integrar e abranger grande parte da diversidade das produções artesanais e populares da capital ao interior em Pernambuco. Mas ao analisar os jornais e as atas do conselho entre os 1975-1979, o projeto não se efetivou e até nos fez acreditar que perdeu um pouco o fôlego. Pois, ao passar dos anos, algumas matérias nos jornais vão trazer denúncias de abandono da Casa da Cultura, tanto no âmbito administrativo, ou seja, dos gestores do espaço, quanto do público que gostaria ou frequentava o lugar.

Tendemos a concordar com Marcos Napolitano (2019), que antes de ser “reflexo”, a cultura era uma espécie de cimento que reforçava identidades e valores político-sociais. Analisamos que as contradições e consensos de grupos e agentes culturais que faziam parte de instituições culturais também se revelaram nesse imbróglio que envolveu a política pública para a efetivação das atividades Casa da Cultura.

Pensamos que ao narrar os eventos que envolveram a efetivação da Casa da Cultura do Recife é compreender o que eles nos revelaram.

Primeiramente, essas narrativas dos jornais e as que encontramos nas atas do conselho são partes importantes das ações dos agentes culturais de Pernambuco e fora do Estado que eram institucionalizados ou não. Observamos que os usos das narrativas que puderam nos apresentar as disputas em torno dos projetos da Casa da Cultura, serviram também para estabelecer posições políticas para montar personagens como a própria FUNDARPE, identidades que serviram, sem sombra de dúvidas, para ganhar ou preservar espaços, até mesmo para desdizer alguém, como foi o caso do próprio projeto de Brennand para a casa ainda na década 1960. Sabemos que o sentido de um espaço se modifica conforme o seu uso – ele pode mudar a depender das flutuações do momento histórico, político e interesse dos agentes institucionalizados. Se transformam também as narrativas, outras escolhas se tornam possíveis e, as vezes mais prováveis, percebemos a Casa da Cultura nesse limiar e nessa disputa.

Considerações finais

Diante desse cenário, passamos a entender que o aspecto fundamental da política: é seu caráter processual, aberto, móvel e estratégico dos movimentos políticos na realização e nos valores. Mas nessa tese, buscamos seguir o percurso que as políticas culturais pressupõem um quadro relativamente organizado de referenciais, que permitem explorar alternativas visando, talvez no primeiro momento, resolução dos problemas. Dentro de uma política cultural, a política pública para a cultura compõe-se de ações, crenças e valores – até certo momento, está implicada a organização de dispositivos e práticas sociais e institucionais (ABREU e SILVA, 2011, p. 21-22).

Como afirmou Urfalino (2015), de modo geral, toda política pública persegue objetivos tão gerais e complexos, aqui a democratização cultural, que o modelo racional da escolha dos meios poderá dificilmente aplicar-se

na íntegra. É do mesmo modo que também observamos o cenário que se estabeleceu a Casa da Cultura, que ao nosso ver, além de inicialmente, os objetivos do projeto era democratizar o acesso à cultura produzida no Estado para os transeuntes, entendido aqui, como aquele que não permanece ou aquele que está de passagem, seja ele local ou turista oriundo de outro Estado ou país não se efetivou. Além disso, a geografia que viria a interligar as produções culturais na casa, sejam elas artesanatos ou manifestações de brincantes, pareceu em nossa análise, algo descontínuo e sem dúvidas com muitos conflitos. Acreditamos que esse tema ainda merece um melhor aprofundamento, pois, compreender a programação da efetiva da Casa da Cultura, torna-se urgente para a continuidade desse debate e, para trazer mais visibilidade da casa como um elemento importante da política cultural de Pernambuco.

E ressaltamos que outros trabalhos possam voltar a pesquisar sobre a Casa da Cultura do Recife, porque passou a existir de fato, uma agenda da instituição prestava conta de uma programação mensal. Embora as atas entre os anos 1976 até 1979 não detalharam os tipos de ações que ocorreram na casa, mas já apresentamos que essa agenda existia que ao nosso ver, merece mais pesquisas. Visto que, quando se nota pelos conselheiros do CEC o que aconteceu no então equipamento cultural, não era de conhecimento de todos, voltamos as questões que Urfalino (2015) levantou-se ao analisar o processo de instalação de casas de cultura na França, diz ele:

De fato, as crenças normativas definem, diferentemente, os bons procedimentos, o que der ser feito, ou, de modo inverso, os procedimentos inaceitáveis ou inconvenientes, para agir, segundo os ideais fixados por juízos de valor. É fácil compreender a importância das crenças normativas e das crenças explicativas na formação, tanto quanto na avaliação, de uma política

pública, pois sua articulação comanda o nexo entre o desejável e o possível (p.101).

Crenças e valores que parecem se impor em 1976 com a instalação da Casa da Cultura, mas que são fortemente abaladas em 1979 quando a pasta cultura do Estado de Pernambuco, sai da Educação e entra na do Turismo. Mudanças significativas ocorreram naquele ano e, que impactaram fortemente a atuação do conselho que se percebeu desprestigiado pelo Governador que mudou a pasta sem ao menos comunicar o CEC.

Em janeiro de 1979 na 3ª plenária do ano Gilberto Freyre abre a reunião em homenagem a escolha do educador Eduardo Portella para Ministro da Educação e Cultura. O presidente do CEC salientou que no discurso de posse, Portella mencionou com entusiasmo que sua maior ligação intelectual era com Pernambuco. Na ocasião, segundo Freyre, o novo Ministro traçou metas que fizeram lembrar o programa tradicionalista e seu modo modernista partindo do Recife. Ainda, rememorou que Portella foi companheiro de Mauro Mota no Diário de Pernambuco e frequentador de Apipucos, possivelmente amigo pessoal de Freyre, ressaltou que a escolha do secretário para atuar junto com ele não poderia ter sido melhor, José Guilherme de Aragão e a outra excelente escolha foi a do pernambucano Aluísio Magalhães para assumir a diretoria do IPHAN.¹⁶

Ao pontuar que as relações sociais entre os conselheiros e as representações nacionais, Freyre enfatizou a importância que tinha Pernambuco no cenário da política cultural nacional, e por extensão o CEC, que atuou em diálogo com as instituições, secretarias e ministérios. A Casa da Cultura parecia, até certo ponto, ter saído do controle dos conselheiros

¹⁶ Livro 11, p.3.

do CEC com um projeto que entrou na rota de colisão dos ideais paradigmáticos para a cultura que o CEC estava buscando construir.

Atender ao turismo, seria os novos rumos para a cultura em Pernambuco, como anunciou a matéria do jornal DP? Seria a relação com o turismo, principalmente a partir de 1979 que vai tornar a casa visível? A mudança dos assuntos culturais para a Secretaria de Turismo no Estado de Pernambuco parecia ir contra os interesses dos agentes culturais do CEC. Mas acreditamos que desde 1975 a política cultural do Estado sinalizava novos rumos ou para não. Para não tratar o assunto com ingenuidade, não existiu um único modelo, crenças, valores e interesses para a construção e desenvolvimento dessa política.

Marcus Accioly na reunião em 3 de abril de 1979 falou com preocupação sobre a necessidade do fortalecimento do conselho, mediante o entendimento direto com o Sr. Governador do Estado, sugerindo que se realizasse uma reunião no próprio palácio do governo ou a vinda do governador a uma reunião no CEC. Accioly se referiu a uma nota publicada em jornal em que acarretaria certo desprestígio ao conselho, nota na visão do conselheiro, maldosa que tratou na última reunião. O assunto que foi uma surpresa para o conselho referia-se a anunciada criação da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, a cultura ficaria “imprensada” entre turismo e esporte e salienta a necessidade de dar ao conselho o relevo que deve ter, inclusive na elaboração dos planos culturais. Retomou Accioly: “lendo uma notícia de reunião de instituições culturais, excluindo o conselho, não figurando a notícia nenhum dos seus membros”. Accioly tomou conhecimento do ocorrido através o conselheiro Mauro Mota que na ocasião, leu trechos da lei. Então, propôs Accioly que através de ofício ou mesmo pessoalmente, que o conselho fosse tratar do assunto com o Sr. Governador, no sentido de readquirir a sua posição na política cultural do

Estado. Freyre mencionou que a tempos questionava esse desdém que existia para com o conselho.¹⁷

Sobre a resposta não encontrada para pergunta: “a quem pertenceu a casa da cultura?” Nos permitiu entrar em rota de colisão com as nossas certezas sobre a política pública cultural a ser construída em Pernambuco por meio do CEC. Sem dúvidas a Casa da Cultura, no decorrer da pesquisa, tornou emblemática ao mesmo tempo que anunciadora de que as coisas não eram tão evidentes e, de que, a política cultural realizada por pessoas não podia ser linear. Nos fez perceber que as relações socioculturais também concretizam projetos, mas podem colocá-los ao mesmo tempo em tensão. Os cardeais da cultura, fazendo apropriação do termo utilizado por Maia (2012) para nos referimos aos conselheiros, nem sempre estiveram à frente dos projetos, nem ao menos conheciam, como foi o caso da Casa da Cultura, esse novo equipamento cultural. Assim, se revela a confirmação da tese, não existe e talvez nunca tenha existido, ao menos naquele momento, uma política pública para a cultura pautada em si mesma, diante de um cenário complexo ela esteve em permanente construção.

Você precisa sintetizar esse tópico, está muito longo, muito vago... E tem que ficar mais explícito qual seu argumento, porque discutir a casa da cultura... se for para mostrar os conflitos e a tensão que a discussão da mesma gerou, não está muito claro no tópico... você fala dessa tensão, mas a gente não consegue acompanhar onde ela se localiza, quais os sujeitos, o que eles pensaram, a quem se opõem, enfim, Sintetizar vai ajudar.

¹⁷ Livro 9, p.34.

Referências

- ABREU, Luiz Eduardo de Lacerda; SILVA, Frederico A. Barbosa da. A novidade do antigo ou muitas formas de representar o papel do estado na cultura. (In). **As políticas públicas e suas narrativas**: o estranho caso entre o Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultural. ABREU, Luiz Eduardo de Lacerda; SILVA, Frederico A. Barbosa da (Orgs). Brasília: Ipea, 2011.
- BARBALHO, Alexandre. Política culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. (In.) **Políticas culturais no Brasil**. Antonio Albino Canelas Rubim & Alexandre Barbalho (Orgs.). Salvador: EDUFBA, 2007.
- BARBOSA, Letícia Rameh. **Movimento de Cultura Popular**: impactos na sociedade pernambucana. Recife: Liceu, 2010.
- BOTELHO, Isaura. “O papel das pesquisas sobre práticas culturais para as políticas públicas” In: CALABRA, Lia. (Org) **Políticas Culturais**: um campo de estudo. Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 2008.
- _____. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, 15(2), 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 9. ed. Campinas, SP:
- CALABRE, Lia. **O lugar das políticas culturais na contemporaneidade**. Contemporâneos - Revista de Artes e Humanidades, v. 18, p. 1-19, 2018.
- _____. **Políticas e Conselhos de Cultura no Brasil**: 1967-1970. In: IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2008, Salvador. IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2008.
- _____. **Política Cultural no Brasil**: Um histórico. In: I ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, I ENECULT. Salvador, 2005
- _____. O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974. **Estudos históricos** (Rio de Janeiro), v. 37, p. 81-98, 2006.

CARRAZONE, Erica. **Brennand e a Casa da Cultura**. Suplemento Cultural, D.O PE Recife ano 10, p. 9, janeiro, 1997

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A Escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes, 2 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **A cultura no plural**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

GÁTI, Andréa. **A casa de Lina e Francisco**: idealização da casa de cultura de Pernambuco. X SEMINÁRIO DO COMOMO BRASIL ARQUITETURA MODERNA E INTERNACIONAL: conexões brutalistas 1955-75 Curitiba. 15-18.out.2013 – PUCPR.

_____. **Regimes de historicidade**: presenteísmo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

_____. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

LUCA, Tânia Regina de. **História nos e por meio de periódicos**. In: PISNKY, Carla. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2019.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, [1985] 2006.

SANTOS, Diego Gomes dos. Herança ou interesses? um estudo sobre a política cultural aplicada ao patrimônio cultural de Pernambuco (1979 - 2010), Recife, 2015. UFRPE. Dissertação de Mestrado.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus, liberalismo e indústria cultural. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, p. 189-198, 2011.

STONE, Lawrence. **Prosopografia**. Revista de Sociologia e Política, v. 19, n. 39, jun. 2011.

TAVARES, Rosely. **Oh pisadinha boa**: transformações e permanências no Cavalo Marinho Pernambucano entre os anos de 1960 e 2000. Recife: UFPE, 2013 (Dissertação História UFPE).

URFALINO, Philippe. **A invenção da política cultural**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2015.

Histórias de vida, atores plurais e *relatos sociológicos* do Maracatu de Baque Solto (Zona da Mata Norte/PE)

*José Roberto Sena*¹

*A História de um homem é sempre mal contada.
Porque a pessoa é, em todo o tempo, ainda nascente.
Ninguém segue uma única vida,
todos se multiplicam em diversos e transmutáveis homens
Cada homem é uma raça (Mia Couto)*

Introdução

Por que apresentar um texto da sociologia para um projeto de produções históricas? Não devo me arriscar em repetir os alertas da interdisciplinaridade já tão comuns nas teorias e na historiografia, especialmente desde os *Analles*, preciso apenas informar os leitores e leitoras que o artigo que segue trata-se de uma abordagem sociológica sobre a vida dos indivíduos e suas trajetórias temporais e socializadoras, sendo assim é uma contribuição para a reflexão das abordagens das histórias de vida e de como a sociologia pode dialogar mais estreitamente com a história no que se refere às trajetórias múltiplas de atores plurais no tempo presente.

O artigo se debruça em, inicialmente situar os leitores no campo sociológico de da metodologia em escala individual do programa científico

¹ Licenciado em História (Unicap), Mestre em Ciências das Religiões (UFPB) e Doutor em Sociologia (UFPB), com estágio doutoral a Universidade do Porto-Portugal (2017). Atua como professor da rede básica e superior de ensino. É coordenador do Curso de História do Centro Universitário da Vitória de Santo Antão - UNIVISA. <http://lattes.cnpq.br/6889035472553434>

do pesquisador Bernard Lahire, e, em seguida apresentar o resultado empírico que configurou num *retrato sociológico* de um dos indivíduos pesquisados, pertencentes, entre outros *mundos sociais*, ao mundo dos Maracatus Rurais.

O Maracatu rural, também conhecido como Maracatu de Baque Solto, é uma manifestação cultural oriunda das classes populares da região interiorana da Zona da Mata Norte de Pernambuco e muito presente também nos bairros periféricos da Região Metropolitana do Recife. As apresentações do maracatu, resultantes de intensos trabalhos e relações de bastidores, fazem parte do cotidiano e dos calendários de atividades anuais dessas agremiações, no entanto é o carnaval o momento mais esperado, e é se preparando para este que muitos integrantes voltam maior parte de seus afazeres culturais no interior da agremiação popular. Em suas apresentações, sobretudo durante o carnaval, observam-se circularidades entre cultura popular e religiosidades, marcadas por polivalências religiosas que entrelaçam rituais da jurema, da umbanda, do candomblé, do catolicismo e de elementos orientais e esotéricos. Muitos grupos atribuem o sucesso da “brincadeira” aos rituais religiosos de preparação para saída ao carnaval e a outros festejos. Estes ritos são permeados de símbolos e significados característicos dos plurais espaços religiosos populares das regiões em que está inserido.

O Maracatu de Baque Solto é muito confundido com o Maracatu de Baque Virado, também conhecido como Maracatu-Nação, quando na realidade apresentam características distintas, mesmo que marcadas por hibridismos e contribuições culturais mútuas. O Maracatu-Nação, como um provável resultado socio-histórico das Coroações do Rei do Congo e de outras manifestações negras do Pernambuco colonial, é praticado nos subúrbios do Grande Recife, sendo mais comum a presença nas áreas centrais da cidade em datas comemorativas específicas e durante o

carnaval. Existem, entre eles, diferenças musicais, cenográficas e rituais como veremos mais adiante. Já o Maracatu de Baque Solto, sua procedência histórica mais provável é que venha de regiões interioranas do Estado de Pernambuco, especialmente na micro-região da Zona da Mata Norte, em municípios como Aliança, Condado, Goiana, Nazaré da Mata, Carpina, Lagoa de Itaenga, Paudalho, Buenos Aires, Vicência Glória do Goitá, Itaquitinga, Itambé e Araçoiaba (BRUSANTIN, 2001). No início do século XX, trabalhadores rurais migram do campo para as áreas suburbanas do Recife e entorno reinventando o maracatu na cidade grande e reafirmando assim, laços de pertencimento grupal por meio das brincadeiras de maracatu. Ao que indica Benjamim (1976), a manifestação era chamada de Cambindas nas regiões interioranas, forma de diversão popular e rural. Com o processo migratório, a inserção do termo “rural” foi uma designação proposta pela antropóloga estadunidense Katarina Real, que, quando em pesquisas acadêmicas pelo Nordeste brasileiro, generalizando as características semelhantes aplica tal terminologia. Os estudos empíricos sobre ambas as modalidades de maracatu nos mostram que, apesar de diversas semelhanças, são manifestações distintas e cada qual com grande variação de elementos culturais característicos que tornam difícil e arriscado relacioná-los a uma mesma modalidade. Tais grupos são relacionalmente marcados pela distinção de modalidades, o que configura a legitimidade discursiva de cada campo, estão inseridos em campos da cultura popular carnavalesca, se encontrando mergulhadas em interesses diversos, que nem sempre se limitam aos interesses das agremiações populares. São diversos atores e instituições envolvidas nas festas carnavalescas de que fazem parte e das negociações cotidianas entre agentes internos e externos de cada grupo. Há ainda agenciamentos específicos de cada modalidade de agremiação cultural. Nas pesquisas de campo, constata-se a presença ativa de interesses, tensões e negociações

de ordem religiosa, simbólica, política, econômica e sociocultural. Nesta tese, focaremos na modalidade do Maracatu de Baque Solto, sem desconsiderar os trânsitos e processos de fluidez e contato que existem entre, tanto as modalidades distintas de maracatu, quanto destas com outras manifestações culturais.

Os estudos sobre o Maracatu de Baque Solto se limitam a tentar compreender suas histórias e/ou o contexto sociocultural dos grupos, não havendo estudos em escala individual no sentido de visualizar os deslocamentos e variações entre indivíduos dentro do próprio espaço social de atuação cultural, ainda mais quando se pretende analisar os deslocamentos e variações intraindividuais. Desse modo, uma mudança de escala sem negligências e um aprofundamento investigativo centrado no indivíduo, considerando seu passado e seu contexto presente, pode nos revelar atores plurais dentro e fora do maracatu, bem como pluralidades dentro e fora do espaço sociocultural de pertença.

Sociologia em escala individual aplicada às histórias de vida na cultura popular

Visando um direcionamento para essa perspectiva investigativa e analítica, situo a presente pesquisa nas linhas teórico-metodológica disposicionalista em escala individual proposta pelo sociólogo francês contemporâneo Bernard Lahire.

Lahire (2001) aponta que habitualmente a sociologia está entre tensões que privilegiam por um lado a unicidade e a homogeneidade do ator, e por outro, as teorias que o descrevem numa fragmentação infinita do “eu”, dos papéis e das experiências. Há ainda uma tensão entre as teorias que atribuem um peso determinante ao passado do ator e as que fazem como se esse passado não existisse, isto é, teoria do ator sem passado. No primeiro, estão aqueles que enfocam a homogeneidade e a unicidade do ator, conferindo maior peso ao passado do indivíduo,

privilegiando as escalas macrossociológicas, e, sendo assim, não valorizando os complexos e singulares aspectos contextualistas da ação. Nesse grupo podemos inserir entre outros sociólogos, Pierre Bourdieu e sua teoria do *habitus* entendida como um sistema de disposições duradouras que incidem sobre os indivíduos pertencentes a um campo, cujas características são compartilhadas por seus membros em relações de tensão, diálogo e conflito. No segundo grupo, estão os trabalhos que privilegiam a pesquisa em escala individual, especialmente as obras de Bernard Lahire, que como seguidor e crítico de Bourdieu enfoca suas pesquisas a partir do aprofundamento da análise em escala do indivíduo considerando não somente o passado incorporado mais também as relações e os contextos da ação individual.

Lahire parte da obra de Bourdieu para fazer avançá-la, realiza uma crítica imanente no sentido de fazer progredir o pensamento sociológico disposicionalista. Sendo assim, Lahire prefere a aplicação do termo disposições à *habitus*, pois, para ele, a disposição seria uma força interna, elaborada continuamente nos processos de socialização do indivíduo, nos esquemas de ação do passado e do presente que sofrem influência do contexto e das relações sociais que se estabelecem entre os indivíduos. É uma força multifocal, misto de interioridade e exterioridade e que se concretiza na ação, e performam o individual e o plural. (BORGES, 2014).

A sociologia da ação proposta por Lahire apresenta novas exigências metodológicas, pois para compreender a pluralidade interna dos atores é necessário dotarmo-nos de dispositivos que permitam observar diretamente ou, reconstruir indiretamente por meio de diversas fontes, a variação dos comportamentos individuais segundo os contextos sociais (LAHIRE, 2001, p. 262). Procura focar na análise em escala individual sem negligenciar as coletividades do social, visa mergulhar na trajetória do indivíduo para assim ter considerações consistentes acerca da

sociedade. É adentrando no processo de socialização do ator que se torna possível reconhecer as disposições que atuam nas suas ações presentes, suas variações externas, e, especialmente, internas, permitindo refazer um perfil sociocultural do ator. Quando se pretende destacar as variações internas de um indivíduo, se percebe a amplitude das variações entre indivíduos. Cada ator é singular plural, pois é produto inacabado de uma gama infindável de experiências socializadoras. Essas variações apresentam, de certa maneira, o funcionamento do mundo social uma vez que os processos de socialização cultural dos indivíduos nunca se perfazem em “quadros únicos e homogêneos” (LAHIRE, 2006).

No que tange aos estudos de cultura, em especial as relações híbridas entre cultura popular e outros *mundos sociais*, a exemplo da religião, pensamos de que maneira seria possível a aplicação dos esquemas teóricos disposicionalistas de Bernard Lahire, visando apontar disposições para ação cultural e religiosa a partir da reconstrução de perfis culturais, permitindo refletir sobre as provocações em torno de quem são e como vivem homens e mulheres que integram grupos de cultura popular no Brasil, investigando o indivíduo para além de sua atuação nestes espaços, visando revelar um retrato sociológico de suas vidas. Com o intuito de caminhar nestas veredas e searas, abordo o caso do Maracatu de Baque Solto, manifestação cultural existente no Estado de Pernambuco, marcada por uma forte religiosidade que atua, entre outros elementos, na motivação para a ação cultural. A sociologia em escala individual permite compreender mais detalhadamente o percurso dos atores sociais, os estágios do processo de socialização, a configuração social a que está inserido, seus movimentos inter-campos e suas variações culturais internas. Como o ator compõe seu *stok* cultural e como o manifesta de acordo com o contexto, contribuindo, assim, para área dos da cultura popular no Nordeste Brasileiro.

Quem são e como vivem os indivíduos que integram os grupos de Maracatu de Baque Solto? Indagação semelhante é feita por Jessé Souza (2009) ao analisar a classe social de excluídos no Brasil, utilizo-a para provocar minhas buscas na presente tese. Longe de situar de modo determinista os grupos de cultura popular nas classes subalternas, o que seria um apriorismo não verificado na pesquisa empírica, a proposta aqui é guiar a busca por conhecer os indivíduos por meio da heterogeneidade de suas experiências socializadoras, em suas pluralidades e variações culturais interindividuais e intraindividuais. Os atores do maracatu podem ser vistos, sob esta ótica, para além das relações grupais, sendo possível observar outras vias presentes no interior das ações destes dentro e fora do campo do maracatu. O foco passa a não ser apenas o maracatu e seus sujeitos, mas sim os sujeitos e o maracatu, sendo este último uma entre outras instâncias pelas quais os atores se movimentam no espaço social, tecem suas redes de relacionamento, adquirem disposições e manifestam suas práticas.

[...] estamos perante um actor com stock de esquemas de acções ou hábitos não homogéneo, não unificado e com práticas consequentemente heterogénea (e mesmo contraditórias), que variam conforme o contexto social no qual ele será levado a evoluir. Poderíamos resumir o nosso discurso dizendo que todo o corpo (individual) mergulhado numa pluralidade de mundos sociais está submetido a princípios de socialização heterogêneos e por vezes mesmo contraditórios que eles incorporam. (LAHIRE, 2001, p. 39)

O ator plural é, portanto, produto da experiência de socialização em contextos múltiplos e heterogêneos, que participou ao longo de sua trajetória social de universos sociais variados, ocupando em cada contexto posições diferentes. Lahire, ao contrário de Bourdieu, não dá ao passado maior peso neste processo de formação da ação dos indivíduos, nem tão

pouco confere ao ator a mesma lógica do interacionismo simbólico que despreza o passado incorporado. Existe em Lahire um peso ao passado, mas não se pode compreender o indivíduo sem compreender o seu contexto, desse modo ele não negligencia nenhuma das instâncias. Ele não se inclina para a perspectiva da unicidade do ator e o demasiado unilateral peso do passado, tão pouco se limita a observar apenas a escala sincrônica relegando as trajetórias dos atores. A multiplicidade de esquemas de ação que formam o repertório do ator ao longo de seu plural processo de socialização o caracterizam como indivíduo compósito de variações não somente que o distinguem de outros indivíduos, mas também, de distinções e contradições internas, que apresentam variações intraindividuais. No que tange aos atores do maracatu em análise, é o processo de socialização plural interna e externa ao maracatu que compõe o repertório de disposições do sujeito, que ele irá ou não ativar dentro ou fora do maracatu de acordo com o contexto da ação. Assim, é possível, romper com a barreiras analíticas que prendem o ator a um campo e a uma lente preestabelecida e altera para uma perspectiva focado no ator.

Assim como Jessé Souza, na sua pesquisa sobre a “Ralé brasileira” (SOUZA, 2009), busco por meio de entrevistas em profundidade com poucos atores de um universo amplo, reconstruir e analisar suas trajetórias para assim ser possível compreender o universo social a que esses indivíduos pertencem, sem, no entanto, desconsiderar as investigações etnográficas que já realizei nos grupos de maracatu desde os tempos da graduação e que se intensificaram nas pesquisas de mestrado e doutorado. Ir à busca de compreender “quem é e como vive”, remete-nos a tantas outras buscas inseridas nesta macropergunta, inclina-nos a investigar a gênese de suas disposições para agir, crer e ser brincante de maracatu, e, mais do que isso, alarga nosso campo de visão analítica, abarcando diversos outros mundos pelos quais o indivíduo perpassa e

incorpora ao longo de sua trajetória de vida, o mundo plural, que, segundo Lahire não estaciona ou fixa-se em compartimentos, eles são interconectados e mutuamente influenciáveis. A sociedade não é feita só de indivíduos, Lahire, assim como Elias (1994), entende que além do indivíduo existem as configurações, com ordem própria, porém indivíduo e sociedade não são coisas separadas, são interdependentes, então para se compreender o social, Lahire entende ser possível traçar este caminho via a análise do indivíduo.

Para se compreender o ator plural em seus contextos presentes (sincrônico) é necessário ouvi-lo e observá-lo atentamente, refazendo por meio da investigação sociológica suas trajetórias (diacrônico). Sendo assim possível observar ainda as variações culturais que não nos permitem prender o indivíduo em compartimentos sociais, pelo contrário, permitem-nos observar que a formação de um grupo e dos indivíduos que dele fazem parte, dá-se pelos elementos socioculturais que ele incorpora ao longo de sua pluralidade de contatos relacionais e contextuais através da sua trajetória e experiências socializadoras. Enveredar pelo “quem é e como vive” é mergulhar no universo dos indivíduos considerando suas variações, coerências, contradições. É observar aquilo que está fora e aquilo que é aparentemente simples ou desnecessário, aquilo que Lahire chamaria de o social em estado dobrado (LAHIRE, 2001).

Tentado pensar a cultura popular sob a perspectiva disposicionalista e contextualista, a trago à baila o caso dos indivíduos do Maracatu de Baque Solto, manifestação da cultura popular pernambucana, visando observá-los em diferentes contextos da ação e refazendo suas trajetórias sociais a fim de analisar suas ações plurais e variações culturais. A cultura popular não é um bloco monolítico e homogêneo, como preconizavam muitos dos folcloristas brasileiros do passado, mas sim, uma teia de infintos meandros de variações, rupturas e continuidades, permanências

e mudanças, movências e repousos, elementos estes que podem ser contatados não só no nível do social desdobrado (não são constatados apenas em níveis coletivos), mas em níveis do social dobrado (níveis interindividuais e intraindividuais.) em que podemos observar e analisar as fissuras e lacunas até então não periciadas. A metáfora desdobrado e dobrado para Lahire (2001) remete aos estados em que, por um lado, o social é entendido de modo generalizável (como um papel desdobrado em que não podemos observar suas dobras) e, por outro, quando podemos observar nas dobras do social os microelementos que compõem o indivíduo e/ou o espaço social em que vive.

O Maracatu de Baque Solto, também conhecido como maracatu rural por sua provável proveniência histórica do interior de Pernambuco, assim como tantas manifestações de cultura popular no Brasil, é uma manifestação em que observamos a existência de uma multiplicidade de elementos culturais e religiosos que dialogam na modernidade com os aspectos do espetáculo cultural como já abordado em outro trabalho (SENA, 2012)., Quando comecei a perceber, mesmo não sendo meu intuito naquele momento, que cada indivíduo possuía características próprias que muitas vezes mostravam dissonâncias daquilo que se pensava ou se esperava de um maracatuzeiro, eram atores plurais dentro de um mundo que também não era singular. Pesquisei sobre a religiosidade do grupo, suas crenças e práticas rituais, observando a multiplicidade e variabilidade de elementos religiosos presentes nas ações das agremiações, porém, as minhas impressões iniciais sobre o ator plural no maracatu estimularam a avançar nas pesquisas, descentrando da macroescala dos grupos à microescala da investigação empírica em escala individual, sem abandonar as macroescalas tendo em vista que as duas dimensões são relacionadas. Sendo assim, a busca de uma sociologia em escala individual na cultura popular, tendo como objeto atores plurais do Maracatu de Baque Solto,

pode vir a ser uma contribuição aos estudos de cultura popular. Uma contribuição pelo fato de poder fornecer subsídios para o entendimento mais aprofundado das análises sobre relações de produção e consumo da cultura em classes populares específicas, sendo possível des-estigmatizar grupos culturais quando na análise de suas variações em que é permitido observá-lo para além dos grupos a que pertence, e como seus deslocamentos são importantes para a composição dos grupos de cultura popular.

A proposta teórico-metodológica de Bernard Lahire aplicada à tal objeto deve nos ajudar a “prolongar” nos estudos sobre cultura popular, tendo como mote estudos de caso de atores do maracatu e nos permitir reconhecer muitos desses homens e mulheres que dele fazem parte, construindo seus retratos considerando os domínios com e sem roupa de maracatuzeiro, dito de outra forma, visando analisá-los dentro do maracatu e para além do maracatu.

Os indivíduos maracatuzeiros estão configurados por um mundo social compósito por um complexo de mundos por que atravessa e manifestam-se em um espaço privilegiado que definimos como quadro interacional local (COSTA, 2008) em que se vivencia uma rede complexa de relações, contextos e disposições. “O Mundo social está tanto dentro de nós como fora de nós” (LAHIRE, 2002, XII), cada indivíduo é o “depositário” de disposições de crenças, sentimentos e ações, que são produtos de seus plurais processos de socialização mais ou menos duradouros e intensos, em diversos grupos e em distintas formas de relações sociais. O *mundo social* é construído sem divisões fixas, o mesmo indivíduo transita entre outros mundos não equivalentes, não estão limitados, nem necessariamente priorizando certo mundo em relação a outro, mas, transitam corpos e estoques de disposições ativando, reativando ou inibindo disposições mediante os múltiplos contextos. A

teoria dos campos de Bourdieu, segundo Lahire, não dá conta de tal realidade por ignorar as incessantes passagens operadas pelos agentes visto que reduzem a ação do ator à ação de “ser-como-membro-de-um-campo”. (LAHIRE, 2001, p. 44).

Neste sentido, a cultura passa a ser compreendida como sistemas constituídos em processos de movimentos circulares e híbridos que configuram o “Monde pluriel”, a relação complexa entre mundos diversos, tensos, antagônicos e dialéticos, numa correlação de forças e disputas de poder, além disso, a que considerar que nos circuitos sociais existem variações que se movimentam no âmbito dos grupos, com variações entre grupos e intragrupos, e no âmbito individual, com variações entre indivíduos e intraindivíduos.

No mundo cultural que se interconecta ao mundo do maracatu via trânsito e composição de disposições do indivíduo, existem os hibridismos afro-católico e indígena, observados em seus rituais da Jurema, da Umbanda e do catolicismo popular, e que são frequentemente externalizados, pela relação entre fé e festas populares. No entanto, as disposições religiosas que atuam na ação cultural do indivíduo que brinca maracatu não podem ser elencadas apenas na observação direta, é necessária a reconstrução de seus perfis culturais para que dali seja possível apontar as disposições para crer e para agir, emergindo assim novas pluralidades e hibridismos. O estudo dos estoques de disposições culturais e religiosas se faz pertinente para análise da cultura popular uma vez que avança na compreensão dos grupos e indivíduos sociais em movimentos de maneira centrípeta e centrífuga, considerando o aprofundamento na análise do indivíduo, nas implicações de suas ações para o/s grupo/s e de modo inverso, isto é, observando a dialogicidade ator-mundo que configura o espaço social dos grupos de maracatu. Sendo assim, amplia-se a compreensão desses espaços e indivíduos, enxergando

para além das limitações do campo, desconstruindo certos estigmas que limitam o ator do maracatu a ser maracatuzeiro e quando como tal, muitas vezes, homogeneiza ações, comportamentos e modos de ver e sentir. Como se houvesse uma receita ou um manual de como ser maracatuzeiro e a visão passada por muitos estudos de cultura popular disseminam a ideia de que a “cultura” do maracatu é formada de tal modo, de maneira definidora e quando realizamos uma análise via escala individual, podemos observar as dobras do social, isto é, outras searas que poderão ser observadas nos retratos.

Diante disto, convido os caros leitores e leitoras, para mergulhar em um desses *retratos sociológicos*, fruto de minha tese de doutoramento, e conhecer parte das muitas histórias de vidas desses indivíduos plurais.

Retrato sociológico Maria José: resistências frente à multiplicidade de dificuldades/desafios de uma trajetória de condição feminina

O contato com Dona Maria José, 56 anos, natural de Aliança-PE, desfila caracterizada de baiana e é dirigente de Maracatu há mais de uma década, iniciou-se em janeiro de 2016, semanas antes do carnaval, por intermédio do interlocutor e também ator retratado Álvaro de Campos. A primeira entrevista se prolongou durante toda uma tarde, iniciando às 14h e decorrendo até o anoitecer, considerando a entrevista informal e a registrada em gravador de áudio. Inicialmente Maria José na primeira vez demonstrou certo nervosismo pediu para que eu a esperasse do lado de fora ou entrasse pra aguardá-la. Aguardei do lado de fora por alguns minutos. Ao sair, ela me levou até à sede onde sentamos e coloquei os materiais para entrevista sobre uma gola que estava sendo confeccionada. Expliquei mais detalhadamente o interesse da pesquisa, apresentei o termo e pedi autorização para gravar, ao ver o aparelho gravador ela parou, deu um leve sorriso e respondeu “*tudo bem*” e concordou com os termos da entrevista. Iniciamos a entrevista com um filho adotivo ao lado

que fazia a gola. Aos poucos, ela foi se soltando e em poucos minutos ela estava abertamente falando de sua história de vida.

No decorrer da entrevista várias pessoas transitaram pela sede, entre estes dois homens visivelmente embriagados, sendo que um deles ficou silenciosamente observando a entrevista e volta e meia piscava os olhos para mim num sinal de aprovação. O trânsito de pessoas do maracatu era grande, todos procuravam Maria José, liderança administrativo-burocrática e carismática do maracatu. Seu marido também se sentou ao lado por poucos minutos e saiu para resolver algumas coisas, fazendo gestos de silêncio, para que outros não atrapalhassem a entrevista, saiu simpaticamente me olhando e sorrindo. Nos instantes finais da entrevista, chega à sede e sentam-se a mesa uma baiana e seu marido (rei do maracatu), depois dele mais uma pessoa (bandeirista). Neste momento já havia passado maior parte da entrevista e eu já havia aplicado maior parte das perguntas do roteiro-base, prossegui com as últimas perguntas enquanto todos silenciosos e curiosamente observavam. Foi um contexto inesperado de atenção de todos ao diálogo entrevistado-entrevistador (principalmente a Maria José, como quem faz uma conferência), mas que foi muito proveitoso, pois ao submeter as últimas perguntas deixei aberto às interferências, o que a partir daí tinha o interesse dinâmico e interativo de entrevista comum a grupos focais visando colher informações sobre um sujeito, sendo assim, a entrevista com Maria José passou a ser um misto ora alternado e ora simultâneo de entrevista direta com um sujeito específico e entrevista com grupo focal, de modo complementar o que foi prolongado e muito proveitoso. Todos comentavam a fala de Maria José, corroborando com a mesma e apontando aspectos referente a sua vida, personalidade e atuação exemplar dentro da agremiação, não negligenciando assuntos internos e externos ao maracatu.

Do meio ao final da entrevista Maria José estava esfuziante em sua fala e declarou ao final que foi muito bom dar entrevista, pois fez ela lembrar de coisas boas de sua vida. Fui acolhido por todos e ao me despedir, Maria José me convidou para entrar em sua casa, percebi o zelo que mantém pelo ambiente doméstico e as fotos dos netos na sala. Fomos até à cozinha onde a fotografei e ela envergonhada por tirar foto “*desarrumada*”. Nesse momento, uma de suas filhas e uma neta chegaram a casa e não demorou. Saindo de lá me despedi dela, a mesma disse que ficaria feliz pelo meu retorno, peguei o número de seu telefone celular e fiquei de voltar durante o carnaval, “*pode vim*” ela respondeu.

Desde esse primeiro contato, ficamos nos comunicando por telefone para saber da programação do carnaval, acompanhar os preparativos finais e saber como ela estava do ponto de vista pessoal. Maria José e o Maracatu do qual faz parte não possuem redes sociais do tipo *facebook* e *whatsapp*, fator incomum no meio de muitos maracatus da região. O que não impediu nosso contato constante. Acompanhei a apresentação do grupo no Encontro de Maracatus de Baque Solto na Cidade Tabajara em Olinda na segunda-feira de carnaval, de lá o grupo seguiu às pressas para uma apresentação em um município do sertão pernambucano, enquanto fui acompanhar outro maracatu. Combinamos o próximo encontro para o pós-carnaval e a terceira e última entrevista se realizou do primeiro semestre de 2017. Com intervalos relativamente longos, pude ir consolidando meus laços com ela e outros membros do grupo por meio da etnografia e do acompanhamento à distância. A segunda entrevista foi um diferencial, pois pude saber mais sobre ela por intermédio do seu marido. Foi uma entrevista com os dois simultaneamente em que ele pode livremente falar sobre ela e comentar partes da sua fala. A terceira e última entrevista foi numa interlocução face a face, exclusivamente, entre ela e eu podendo assim revisitar muito do que havíamos discutido anteriormente

e adentrar em temas ainda não percorridos. Ao todo foram 4 horas e 35 minutos de entrevistas gravadas, excetuando-se as entrevistas exploratórias, os diálogos telefônicos e as observações e interações na pesquisa de campo.

Experiências marcadas pela violência e o misto de “stress” e felicidade dentro do Maracatu

Maria José expressa orgulhosamente sua relação com a cidade de Aliança onde “*nasci e me criei*”, casou-se duas vezes, tem dois filhos, quatro netos e dedicou/dedica parte da vida aos afazeres de dona de casa e brincante e dirigente de Maracatu, cuja sede, instalada em um imóvel de sua propriedade anexo a sua casa, há mais de 10 anos. Relata que teve uma boa infância, filha de pais agricultores da área rural da cidade, localidades remanescentes de povoados formados pela ocupação nos arredores de antigos engenhos, o pai iniciou a vida como agricultor e se aposentou como mecânico ferroviário, sua mãe dona de casa. Filha de uma família de 9 irmãos, sendo 5 vivos ainda hoje. Seu pai (ainda vivo) e sua mãe gostavam de maracatu, mas não participavam. Maria José fala que seus irmãos também não brincavam o que já nos indica que a disposição para a atuação no maracatu não é decorrente de herança familiar, contudo o meio de origem não reprimia tal modalidade cultural, o que, de certa forma torna-se um contributo não desconsiderável para a formação da gênese de tal disposição. Maria José, muito envolvida com os aspectos sagrados do maracatu como um efeito de “*obrigação*”, informa que gosta mesmo de maracatu pela diversão, e pelo fato dos aspectos religiosos serem indissociáveis e tidos no imaginário popular como indispensavelmente obrigatório, ela diz exercer tais funções com dedicação, respeito, mas sem muito gosto, o que indica uma disposição com competência e sem apetência para a religiosidade híbrida envolta no maracatu. No que tange à dimensão da brincadeira, Maria José gestou o interesse pela brincadeira

popular como uma evidente extensão de perfil de divertimento agenciado desde a infância e especialmente na adolescência, ora autorizado, ora exitoso ou não exitosamente controlado ou censurado por seus pais. Ela relata que desde cedo tinha por hábito juntar-se com amigas e ir para outros municípios participar de bailes dançar, paquerar e tomar cerveja. Não tinha relacionamentos fixos, “só paqueras” e a noites de saída, mesmo quando, por um lado, garantiam tensões intrafamiliares (muitas vezes ela “*pulava a janela*” para sair de casa), por outro garantiam a sociabilidade nos meios festivos nos municípios circunvizinhos e desde cedo ela foi tecendo laços de contatos e afinidades.

Aos 17 anos, tomada pela curiosidade de conhecer o Recife, conta ela que fugiu de casa e pegou um ônibus para ir à capital, “*queria saber o que tanto falavam desse Recife, ver aqueles carros, avião para todo lado*”. Lá se alojou na casa de uma tia ficando a contragosto de seus pais, sua mãe foi pessoalmente buscá-la sem sucesso, contou-me que se escondeu no banheiro e de lá saiu avisando que não voltaria para Aliança. No Recife, trabalhou como empregada doméstica, em casa de uma família de classe média. Passava o mês todo no trabalho, onde dormia e não tinha folgas semanais, e folgava apenas dois dias no mês quando era levada pelo motorista da própria família para sua casa, segundo ela por receio dos patrões por ela ainda ser menor de idade. Narra que foi muito bem aceita no seio desta família, sendo considerada uma pessoa da família. Depois de ter saído de lá, perdeu completamente o contato.

Maria José gosta muito de música sertaneja, e se diz fã do “*velho gonzagão*”, participa de cavalgadas nas cidades próximas, adora andar a cavalo, gosto que tomou desde o relacionamento com o primeiro marido. No cotidiano, assiste de maneira frequente a programas de televisão aberta, principalmente novelas, tendo predileção pelas telenovelas

mexicanas. Política para ela é da esfera local. Comenta casos locais ligados especialmente ao processo eleitoral, trabalhos, promessas, rivalidades, etc.

Estudou até a 8ª série do ensino fundamental, é alfabetizada, ressalva que sabe ler e escrever, “*mas pouco*”. Relata que o fato de sair de casa para as festas atrapalhou seus estudos e depois mais ainda quando foi trabalhar fora, mas o fator maior que a impossibilitou de dar prosseguimento à formação escolar foi o fato de casar e ter filhos, passando aí, segundo ela, a ter que optar entre “*ou a escola ou eu cuidava da casa, de menino e de marido*” ...

Apesar da decisão de fugir de casa e se instalar no Recife, regressa três anos após a partida por conta da saudade de sua terra, após sua volta fixa-se em definitivo em sua terra natal. Nesse período, ela conhece seu marido com quem terá dois filhos e um casamento de 17 anos, marcado por uma trajetória de violências domésticas. Relata que seu primeiro marido era alcoólatra e a agredia com muita frequência. Conheceram-se em meio ao mundo do maracatu, ele era caboclo de lança do mesmo maracatu que ela iniciou como baiana. Mas a vida dos dois não foi só compósita pelas alegrias e glórias proporcionadas pelos dias *momenscos*, Maria José teve uma trajetória de humilhação, subserviência e agressão no âmbito familiar que só cessou quando ela, a exemplo do que já tinha feito em outras fases da vida, fugiu de casa, rompeu com as amarras de uma coerção que a violentava. Ela contou-me em tom de alívio, expressando libertação, que frequentemente fazia almoço e o marido dava a comida para os “*bebos*” da rua, quando ela questionava, a humilhava publicamente e a obrigava a tomar os afazeres domésticos. Tentou matá-la, atirou nela, mas a arma estava descarregada, uma vez que ela de conhecimento da arma em casa, sempre retirava a munição. Ela relata que apanhou muito: “*sofri meu filho, eu sofri, se fosse hoje ele tava ferrado, mas naquele tempo...*”. Prestou queixa uma vez, mas sob ameaça do

agressor, foi obrigada a retirá-la. Ele a trancava e a deixava sozinha indo para rua se embriagar. Era humilhada constantemente por ele que dizia que a filha (primeiro filho do casal) não era dele “*era do urso*”. Dizia que ela nunca ia ter ninguém. Puxava o cabelo dela, apelidada pejorativamente por ele “*amarela*”, a proibia de trabalhar, a oferecia publicamente para ter relacionamento sexual com seus amigos, entre outros relatos de agressão. Todos na família de ambos tinham conhecimento das agressões e ela o denunciava entre os pares na busca de uma pacificação na relação conjugal, mas sem sucesso, ele sempre tomava as rédeas da situação.

Decidiu se separar, procurou um advogado, mas os avanços naquela época eram lentos e ela temia retaliações por parte do marido. Então, fez as malas às escondidas e num rápido momento em que o marido foi ao banheiro, ela fugiu de casa indo em direção à casa da filha, no Recife, foi quando ao regressar para Aliança sabendo da debandada do ex-marido, atou relacionamento com Seu Severino, que conhecia bem seu histórico de violência, pois era primo do agressor e brincavam no mesmo maracatu. Já a relação conjugal com o segundo marido é dialógica e pacífica, ela diz que ele não gosta nem de “*arenga*”. Tem um perfil muito paciente e sempre favorável a ajudá-la e diz: “quando me juntei com ele eu disse que não passaria mais pelo que já passei” [...] “*me juntar com ele foi uma bença*”. Maria José e seu marido estão juntos há mais de 10 anos e dividem os dilemas de vida conjugal, as dificuldades referentes à renda familiar e outras questões junto aos dilemas, desafios e problemas do maracatu do qual são participantes, havendo interseções claras entre as esferas família e grupo cultural no que tange à vida desses dois indivíduos. Outro momento de grande sofrimento na vida de Maria José foi a morte do filho com apenas 22 (vinte e dois) anos. Ela lamenta o fato de que ele brincava maracatu desde os 5 (cinco) anos de idade e que foi assassinado em um canalial na área rural da cidade, próximo de uma usina. Na ocasião passou

três dias a procurá-lo, até que chegou a notícia desesperadora de que ele havia sido encontrado morto. Ela entrou em desespero e num luto prolongado, pensou em sair de Aliança, voltar a trabalhar, fazer coisas para se distrair, mas sempre ajudada por familiares amigos. Ela conta que após a morte de seu filho ouviu muitas histórias sobre os atos criminosos do mesmo, e que ela não refuta, mas se diz surpresa, pois não sabia especialmente do seu envolvimento com tráfico de drogas.

As dificuldades maiores enfrentadas por Maria José hoje não são mais relacionadas a problemas com os filhos e a relação conjugal, se queixa das questões financeiras que impedem a melhoria do maracatu, o pagamento de dívidas (empréstimos de agiotagem, faturas de cartão e pagamentos de transporte e pessoal), falta de investimentos públicos para a cultura e a falta de recursos a serem investidos para a manutenção da agremiação voltada para a saída no próximo carnaval, desafio enfrentando com muito estresse a cada ano. Além do mais, pelo envolvimento muito estreito entre sua família e o maracatu, não há um controle bem definido que limite a renda da casa e a renda do maracatu, sempre borrando esses esquemas de organização financeira o que prejudica muitas vezes o rendimento doméstico. Seu marido, depois de enfrentar problemas na previdência para requerer sua aposentadoria, sendo esta concedida por idade e não por tempo de serviço devido ao trabalho safrista ligado à agricultura sazonal da usina. Hoje tem uma renda fixa que pode ajudar nos custos da casa, mas a receita não bate com as despesas mês a mês, desse modo ele complementa a renda coletando materiais reciclados pelas ruas da cidade, principalmente papelão. Maria José lamenta que verba recebida não feche as contas e que só não falta nada por que seu marido é proativo e “*se vira*” para não deixar faltar mantimentos.

As disposições para o maracatu, fator que dá sentido a sua participação e manutenção no seio da agremiação, como já falamos,

iniciou-se desde a infância, reforçando e se materializando em diferentes estágios da juventude, porém a inserção que irá ativar tais disposições será num contexto em que, Maria José, já regressada da capital para sua terra de origem, fato motivado pela saudade de casa, observa uma comadre sua bordando golas de maracatu, foi através da curiosidade despertada ao observar a comadre que ela se apaixonou por maracatu e não parou mais. Um dia parou para observar mais atentamente a técnica de bordado utilizada por sua comadre e teve interesse em fazer provando a si que seria capaz de realizar o mesmo, observou minuciosamente a manipulação das peças e acessórios de confecção, especialmente o manuseio da agulha em costurar vidrilhos e lantejoulas multicoloridas ao tecido, formando um desenho artesanal e policromático. Ao chegar em casa tentou repetidas vezes aplicar as técnicas observadas até que percebeu que havia conseguido, foi até sua comadre e disse que sabia fazer, que aprendeu, sem duvidar sua comadre responde “*apoi sente aqui e faça mais eu*”. Desde então, ela não parou mais de “*passar o tempo*” fazendo golas, o contexto de inserção nesse meio a direcionou para brincadeira em pouco tempo, começando a brincar em um antigo maracatu da cidade como baiana, função que exerce até hoje na agremiação. Sua relação de estreitamento e interdependência com o maracatu passou a ser gradativamente, gerando uma combinação de competência + apetência que irá atrelá-la à modalidade cultural. Afirma que quando ficava sem brincar maracatu botava para chorar. Já brincou de pastoril no natal, mas a brincadeira que é “*fã*” é o maracatu.

Informa que sua “*paixão*” pelo grupo é muito grande. Se sente muito feliz quando está no maracatu e recorda: “*Quando eu era nova era que eu me amostrava mesmo*”, se referindo à evolução da baiana ao girar seu vestido. A única coisa que ela relata não ter maior “*gosto*” é pelos rituais de origem religiosa afro-brasileira, mas que faz por ter convicção de que

se trata de uma tradição feita por todos os maracatus e que ela tem como uma obrigação compartilhar dos mesmos rituais e crenças.

Tem que ir antes e após o carnaval para botar e tirar o calço, deixar o ponto aberto, fazer a limpeza dos membros e na sede e na saída. Resguardo sete dias antes do carnaval. Só desmancha o trabalho 3 dias após o carnaval.

Ela demonstra ter conhecimentos das práticas ligadas a tais rituais e não se esquivava em atribuir os benefícios ou malefícios que se apresentam ao grupo como resultado dessa relação com a dimensão sagrada. Revela que sempre brincou de baiana por que é uma figura que tem mais desenvoltura e transita pelo cortejo, nunca quis ser rainha, pois esta se movimenta apenas no “miolo”² do maracatu. E não aceitou ser dama do paço pelas responsabilidades religiosas das quais esta é incumbida. Mais uma vez observamos uma contratendência no perfil de Maria José, ela gosta de maracatu, mas rejeita a “*parte do catimbó*” e evidencia-se ainda uma contradição no interior desta dissonância, quando revela que faz a contragosto, mas faz com competência e compartilha das crenças. Ela é católica, mas não frequenta a igreja com assiduidade. É devota de Nossa Senhora Mãe Rainha, sempre recebe sua imagem em sua casa em noites de festa, participa de procissões e anualmente vai pro Morro da Conceição, grande festa mariana dedicada a Nossa Senhora da Conceição, realizada na periferia norte do Recife. Faz romaria para São Severino de Ramos, em Paudalho, município próximo e para o Santuário de Frei Damião, no Pina, Recife. Tem o sonho de ir à romaria de Juazeiro do Norte para reverenciar Pe. Cícero Romão, beato considerado pelo catolicismo popular no Nordeste como padroeiro da religião católica popular. Sua filha é evangélica, mas ela não pensa em se converter e sua filha não tenta convencê-la

² Miolo é o interior do maracatu durante as apresentações

explicitamente a aderir, possivelmente influencia o filho, neto de Maria José a convocar a avó, pois segundo ela, ele volta e meia diz “*vovó orar pra senhora entrar na lei de crente*” e ela responde, “*tá certo ore bem muito pra vovó*”.

Maria José participa da associação de moradores do seu bairro, mas confessa que não tem uma boa atuação, inclusive raramente vai às reuniões, só marca presença mesmo nas reuniões da Associação dos Maracatus. No entanto, esse afastamento de assuntos de interesse comunitários não nos permite estender para outras esferas sociais. Ela tem um perfil muito gregário por agenciar pessoas para o maracatu, gerencial por “*dar conta desse povo*” e comunitário por pensar de modo altruísta sempre nos membros do maracatu. Fala que durante o carnaval, ela e o marido compram e fazem as refeições para os brincantes, muitos se alojam em sua residência; só no carnaval de 2017 acomodou 23 pessoas em sua casa.

Na última entrevista, Maria José reclamava das dívidas com transporte contraídas durante o carnaval. Só de custo com ônibus foi contraído um montante de R\$ 6,800, (seis mil e oitocentos reais) somando a isso valores a pagar referentes a costuras, ajuda de custo para os participantes etc. Ela e o marido gastaram muito e não ganharam nada, afirma. Se vê desesperada por que os custos afetaram sua renda familiar, tendo que buscar recursos financeiros para quitar dívidas com cartão de crédito. E desabafa, “*vai terminar tendo que vender a casa e sair daqui por que se eu sair do maracatu e ficar aqui dá no mesmo por que o povo vem tudo atrás de mim*”, mas admite em seguida que não deixa o maracatu por conta da forte apetência que fornece sentido para si. Os problemas agem com efeito somático, não é incomum ela ser socorrida por problemas de hipertensão arterial, mas tem sido tratada com medicamentos. Mesmo diante das adversidades presentes não pretende abandonar o maracatu, e

imersa em dificuldades que se repetem e se resolvem ou não ao chegar e passar de cada carnaval, ela afirma com empolgação e resistência: “*Se Deus quiser eu quero ficar bem velhinha dentro do maracatu*”.

Considerações finais

Maria José, desde muito jovem enfrentou os tabus de uma sociedade machista, saiu de casa para ter independência, ao retornar para sua cidade, constituiu família e se deparou com a subordinação e a violência doméstica por mais de uma década, quando decidiu sair novamente de casa, dessa vez em busca da preservação da própria vida. Casa-se novamente com numa relação matrimonial que, desta vez, estava sendo baseada no diálogo, companheirismo e parceria para os negócios do Maracatu, já que os dois são responsáveis pela organização de um dos maracatus mais reconhecidos da cidade.

Maria José tem um dos perfis mais consonantes em relação ao grupo de origem, tendo baixo consumo ou participação cultural extramaracatu em detrimento de outros retratados, no entanto, no que tange questão da interdependência entre religião e maracatu ela se apresentou como um sujeito com competência para o saber fazer e com pouca apetência, advertindo que não gosta “dessas coisas de macumba”, mas que faz “por obrigação”, “por que tem que fazer mesmo”. Os problemas financeiros e gerenciais do maracatu têm agravado seus problemas de saúde por conta do seu histórico de hipertensão o que volta e meia a faz falar em interromper sua participação, mas tal discurso é marcado pela contradição pois na sequência fala em confiança e continuidade.

O Maracatu de Baque Solto é uma manifestação de cultura popular que dá sentido para muitos dos seus integrantes, ao longo da pesquisa de doutoramento, em que pude investigar esse *mundo social*, vi e ouvi dos sujeitos o quanto participar dessa modalidade cultural era significativo

para suas vidas. Os problemas e desafios para se colocar uma agremiação na rua durante os dias de carnaval são inúmeros, mas o entusiasmo e a confiança material e no sagrado sempre persistem.

A sociologia inspirada em Lahire amplia os horizontes para o entendimento do sujeito sociológico e de sua história de vida, pois adentra no ator e nas suas variações para analisar o que antes poderia passar de modo negligente sendo considerado sem relevância. Para tal perspectiva sociológica o que vem do ator deve ser abordado como pertinente para a análise do sujeito como um compósito sempre em processo de socialização. Ao longo de sua vida o sujeito experimenta diversas etapas e contextos e trás tais experiências para suas ações no presente, agenciado e mobilizando seu *stok* de disposições. Tais práticas, crenças e ações em determinado momento e contexto são resultantes desse contínuo processo. O que foi observado no ator, em sua ação no maracatu, é marcado por aquilo que ele vivenciou em sua trajetória de vida seja dentro ou fora desse *mundo social*.

Sendo assim, considero que a aplicação deste aporte teórico e metodológico permitiu conhecer mais e afundo desses indivíduos, reconhecendo quem são e como vivem, por que *mundos sociais* transitam e como constituem e agem no *mundo social* do Maracatu de Baque Solto. Considero ainda que investigar tal tema à luz desse programa científico pode e dever ser suscetível de críticas, mas que é antes um fator desafiador, pois tentou analisar a cultura popular, tão pesquisada e debatida entre as ciências sociais, por um viés inovador e ainda embrionário.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: Crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Coisas ditas.** Coisas ditas São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. **Capitães e Mateus:** relações sociais e culturas festivas e de luta dos trabalhadores de engenho da Mata Norte de Pernambuco (Comarca de Nazareth – 1870-1888). Tese de doutorado em História Social. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Campinas, 2011.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas:** estratégias de entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

COSTA, António Firmino. **Sociedade de Bairro:** Dinâmicas sociais da identidade cultural. Lisboa: Celta, 2008.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Xangôs e Maracatus:** uma relação historicamente construída. In: Ciências Humanas em Revista. Vol. 3, nº 2, São Luis: 2005.

_____. **Dona Santa, Rainha do Maracatu:** memória e identidade no Recife. Recife: Caderno de Estudos Sociais, vol. 22, nº 1, 33-48, 2006.

GUINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes.** São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

LAHIRE, Bernard. **A cultura dos indivíduos.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

_____. **Crenças coletivas e desigualdades culturais.** Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 84, p. 983-995, set. 2003.

_____. **Dans les plis singuliers du social: individus, institutions, socialisations.** Paris: La Découverte, 2013.

_____. **El espíritu sociológico.** Buenos Aires: Manantial, 2006b.

_____. **Esboço do programa científico de uma sociologia psicológica.** São Paulo: Educação e Pesquisa, v. 34, n.2, p. 373-389, 2008.

_____. **Monde pluriel:** penser l'unité des sciences sociales. Paris: Éditions du Seuil, 2012.

_____. **O jogo literário e a condição de escritor em regime de mercado.** Lisboa: Fórum Sociológico, n. 19, 2009.

_____. **O campo, o mundo e o jogo: o universo literário em questão.** In: JUNQUEIRA, L. (org). Cultura e classes sociais na perspectiva disposicionalista. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010, p. 103-116.

_____. **O homem plural:** as molas da ação. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

_____. **Indivíduo e misturas de gêneros:** Dissonâncias culturais e distinção de si. Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 56, p.11-36, 2008.

_____. **Kafka e o trabalho de dominação.** Tradução de Guilherme Seto Monteiro e Lucas Amaral de Oliveira. São Paulo: PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, v.18.2, 2011, pp. 161-177.

_____. **Por uma sociologia disposicionalista e contextualista da ação.** In: JUNQUEIRA, L.(org). Cultura e classes sociais na perspectiva disposicionalista. Recife: Editora Universitária da UFPE, p. 17-36, 2010a.

_____. **Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual.** Sociologia, problemas e práticas, nº 49, p. 11-42, 2005.

_____. **Retratos sociológicos:** disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004a.

_____. **Reprodução ou prolongamentos críticos?** *Educação & Sociedade.* Ano XXII, Nº 78, p. 37-55, Abril, 2002.

_____. **Sucesso escolar nos meios populares:** as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

_____. **Trajetória acadêmica e pensamento sociológico.** Revista Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 30, n. 2, p. 315-321, maio/ago. 2004b.

_____. **A transmissão familiar da ordem desigual das coisas.** Sociologia. Tradução: Pascoal Carvalho. Porto: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXI, 2011, 13-22

_____. **Viver e interpretar o mundo social:** para que serve o ensino da sociologia? Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v. 45, n. 1, jan./jun, p. 45-61, 2014.

REAL, Katarina. **O folclore no carnaval do Recife.** 2. ed., Recife: FUNDAJ/Massangana, 1967.

SENA, José Roberto Feitosa de. **Circularidades entre festa, religiosidade e espetáculo no Maracatu de Baque Solto do Recife/PE.** Dossiê Culturas Populares em Movência. *Cronos:* Revista da Pós-Graduação em Ciências Sociais. UFRN, Natal, v. 15, n.1, p.72 - 86 jan./jun. 2014.

_____. **Maracatus Rurais do Recife:** entre a religiosidade popular e o espetáculo. Dissertação de mestrado em Ciências das Religiões. (Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba – PPGCR-UFPB). João Pessoa: UFPB, 2012.

Francisco Brennand: arte, política e censura no projeto “Coluna de cristal”

*José Bezerra de Brito Neto*¹

Introdução

Este artigo tem por objetivo ampliar as discussões em torno das construções políticas e culturais elaboradas sobre a obra do artista plástico Francisco Brennand, a partir do famoso projeto “Coluna de Cristal”, idealizado em “homenagem” aos 500 anos da invasão do Brasil pelos colonizadores portugueses, e censurado em 1999 pela prefeitura da cidade de Recife, por ser comparada a um pênis ereto pela esposa do ex prefeito da cidade.

O conjunto de noventa obras que compõem o Parque de Esculturas de Brennand é uma referência nas problematizações sobre vida, sexualidade e erotismo no modernismo das artes latino americanas, reelaborando uma complexa representação sobre símbolos da criação biológica e míticos: ovos, serpentes, aves, portais, seios, vaginas e pênis. Brennand sempre foi um artista múltiplo que investiu na elaboração de um complexo discurso epistemológico em torno da sua obra, esboçando dialéticas através de uma retórica da negação instrumentalizada ao indagar constantemente que sua

¹ É professor e historiador da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco - UFape. É professor do curso de Licenciatura em História EAD- UFRPE. Um dos criadores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social - PPGCOM da Universidade Federal de Roraima. É doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. É líder do Grupo de Pesquisa CNPQ: Insurgências Decoloniais: Artes, histórias e transpedagogia. É membro da Cátedra Paulo Freire da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. É membro da Associação Nacional de História (ANPUH - PE). É tesoureiro da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), Biênio 2021- 2023. É autor do Livro: "Quem se Associa se Afia: a Profissionalização dos Artistas Plásticos de Pernambuco". Suas pesquisas concentram-se nas áreas de História da Arte de Pernambuco, Profissionalização de Artistas Plásticos, Teorias Decoloniais, Ensino de História da Arte e Transpedagogias. <http://lattes.cnpq.br/2336849717855048>.

obra não operava no campo do erotismo e sim da sexualidade, fomentando uma metapolítica e desenvolvendo assim uma maquinaria simbólica dos desejos, que tanto alimentaria a poética de sua arte, como uma estratégia de marketing e diplomacia no campo das artes e nas redes de sociabilidades políticas no Nordeste brasileiro.

Você, o arqueólogo que desenterrou peças de milenários feitos, e deu às mesmas o seu caráter pessoal, no poderoso cadinho do seu cérebro criador, teve a inspiração de conservar, ora escondido, ora bem visível, o erotismo, que não morre, enquanto existir o homem sobre a terra.

— Carta escrita em 1978 por Ricardo Brennand, pai de Francisco Brennand, apud Ferraz, 1997

Toda a operação do erotismo tem por fim atingir o ser no mais íntimo, no ponto em que o coração desfalece. — Bataille, 2013.



Figura 01: Escultura do Deus Priapus em terracota. Séc. II a. C. Museu Arqueológico de Éfeso.

Na mitologia grega Priapus era filho de Dioniso e de Afrodite. Sua característica principal era o pênis exageradamente grande e sempre ereto, e sua função era guardar pomares em geral, vinhedos e jardins,

desviando os malefícios dos olhares invejosos², sua representação em estátuas apresentou a polissemia dos sentidos em torno do falo no campo da história da arte, como podemos ver na imagem a cima.

Na cidade de Recife, um símbolo fálico, também invadiu os noticiários e as laudas da história da arte no fim dos anos noventa. O projeto Torre Farol, do artista plástico Francisco Brennand, criado para a “homenagear” os quinhentos anos do “Descobrimento” ou melhor invasão do Brasil pelos Portugueses, em 1999, foi censurado pela esposa do prefeito da cidade de Recife, na época, pelo curioso e complexo fato de se assemelhar a um grande “pênis ereto”. A Torre Farol ficou conhecida, até os dias de hoje, por diversos nomes como a “Piroca de Brennand”, batizada pela população de Recife.



Figura 02: Artes do Jao. Fotografia Digital. 2020.

² Compartilhar a vida sexual em sociedade foi prática de culturas antigas como as cidades gregas e romanas. A imagem do pênis ereto simbolizava força, poder e sorte e afastava os inimigos. Erguer esculturas de pênis em pedra ou madeira, hermae, ao redor dos muros da cidade em frente as casas, era um costume entre os atenienses em 500 a.C. Ver em GRIMAL, Pierre. Dicionário de mitologia grega e romana. Trad. Victor Jabouille. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

As distâncias e aproximações entre Priapus e a Torre Farol adentram nos projetos das cidades no Século XX, com suas reformulações materiais e imateriais, que surgem enquanto territórios acolhedores e censores as representações artísticas eróticas. O erotismo, enquanto campo de disputa das artes, da política e da cultura, elaborou uma teia de narrativas com personagens, conceitos e imagens, nos quais o campo da história da arte obrigou-se a problematizar.

O objetivo deste artigo é analisar as narrativas artísticas, políticas e eróticas da obra “Torre Farol” de Francisco Brennand e o caso da censura implementada em sua criação. Problematizando o circuito político do erotismo nas obras de Brennand, a negação feita pelo artista ao título de erótico e a recepção desta obra no cotidiano popular da cidade Recife.

Brennand teve uma intensa trajetória de produção artística e articulações políticas com diversos segmentos e espectros políticos da história da segunda metade do século XX no Brasil, isso fez deste artista um intelectual múltiplo que se moldava as demandas estéticas, políticas, culturais e espaciais de cada tempo de sua atuação. O caso da censura da sua Coluna de Cristal remete ao Brennand com seus 76 anos de idade, um artista maduro, consagrado, com ampla rede de sociabilidade e sólido capital político, mas que não conseguiu evitar a violência ideológica de uma prática de censura na entrada do século XXI as suas narrativas estéticas.

O ceramista F. Brennand, logo após saber sobre a censura da sua obra, retirou seu projeto, alegando que estava “bastante magoado com a confusão que a política fazia entre as relações existentes entre as artes e o mundo do erotismo”³. Esta falta de entendimento em torno do erotismo, enquanto uma potente epistemologia do saber alterou os rumos dos

³ Jornal do Commercio. Poder Armado. Recife, 10 de ago. 1999.

debates em torno das artes e suas sensibilidades. E as narrativas tomariam rumos inacreditáveis em que “o estético e o erótico” passavam a compor as páginas dos noticiários políticos da imprensa local de Recife.



Figura 03: Torre Farol. Francisco Brennand. Recife , PE. 1999. Foto do Autor.

Na época, um jornalista pernambucano, Orismar Rodrigues, do *Jornal do Commercio*, publicou uma matéria relatando sobre a censura a Brennand, e ainda contextualizou os personagens envolvidos: o prefeito e sua esposa. A partir daí, as cenas do acontecimento passaram a ser dignas de folhetins de novelas sobre os coronéis do Nordeste. Em matéria do *Jornal do Commercio* de dez de agosto de 1999, o fato é exposto:

O ascensorista do *Jornal do Commercio* assustou-se, na tarde de segunda feira, nove de agosto, ao ver o prefeito do Recife, Roberto Magalhães (PFL), entrar sozinho no elevador com um revólver na cintura. Não ousou chamar os agentes de segurança. Afinal, era o prefeito. Magalhães desembarcou no terceiro andar no prédio da Rua do Imperador, onde fica a redação e pediu à

receptionista para levá-lo a sala do editor geral, Ivanildo Sampaio. Surpreso com a visita do prefeito armado, o jornalista perguntou se aquilo se tornara um hábito da autoridade municipal. “Desde que fui relator da CPI do Orçamento, quando pedi a cassação de 14 deputados, ando com uma pistola”, respondeu o prefeito. Em seguida pediu a Sampaio que chamasse o colunista social Orismar Rodrigues, autor de notas publicadas uma semana antes sobre a censura do poder municipal a esculturas do artista plástico Francisco Brennand. As esculturas, que sugerem formas fálicas, seriam colocadas num parque.

– Quantos anos você tem? – quis saber Magalhães de Rodrigues.

– Cinquenta e dois – Respondeu o colunista.

– Se quiser viver até os 80, não fira a minha honra – Ameaçou o prefeito, exibindo o revólver calibre 38.

A cena “típica do cangaço” é uma heurística chave para analisarmos o poder da censura ao erotismo nas artes, em meio às políticas de urbanização das cidades brasileiras do século XX. A obra de Brennand é uma referência nas problematizações sobre vida, arte e erotismo no modernismo regional, reelaborando uma complexa representação sobre símbolos da criação biológica humana: ovos, serpentes, seios, vaginas e pênis. Suas cerâmicas são marcadas por narrativas míticas, recorrentes na antiguidade clássica mescladas por símbolos da cultura popular nordestina.

Contudo, a recepção da obra de Brennand que foi realizada pela população de forma satírica e “humorística”, ao apelidar a Torre Farol com diversos nomes: Pica de Brennand, Piroca de Brennand, Peia de Brennand, Rola de Brennand, etc, conecta as complexas narrativas de criação e evolução humana, descritas pelo artista, com o olhar daqueles agentes, que ao praticar a cidade real, associam a torre a um objeto fálico.

A inauguração da escultura, irá completar vinte anos em 2019, e as representações operacionalizadas em torno do ocorrido nos fazem

problematizar o potencial das relações e disputas estabelecidas entre as artes o enquanto epistemologias capazes de dinamizar novas histórias no campo da artes no Brasil. Enquanto potência de vida, o erotismo para o filósofo George Bataille não somente nos adverte sobre nossa existência humana como nos provoca a pensarmos as relações sociais, políticas e culturais no projeto moderno de individuação.

Desta forma, podemos adentrar com algumas chaves analíticas no universo problemático da censura política e do desejo reprimido das artes no Brasil a partir do caso da Torre Farol de Francisco Brennand.

Francisco Brennand: da cerâmica à censura

Escrever, nos dias atuais, sobre a obra de Francisco Brennand e sua trajetória de vida é uma experiência que remete há alguns lugares comuns na historiografia da arte brasileira. Contudo, o cruzamento entre arte, erotismo e política, pouco foi explorado pela história da arte. Isso se deve, em muito, ao fato de Brennand negar, por boa parte da sua trajetória, o erotismo enquanto campo de sua poética. Para ele sua obra não fala sobre o erótico e sim sobre a evolução e a criação do homem por narrativas míticas. Porém, o que há por trás deste discurso que omite o erótico em nome da evolução biológica do ser humano?

Podemos identificar o “fenômeno do erotismo” empregado com maior expressividade na recepção da sua obra, tanto pela crítica especializada quanto pelo público, que acessa suas esculturas na sua oficina e nos painéis públicos. Desta forma resolvemos analisar sua trajetória e obras a partir da inserção no campo da arte pública, já nos anos sessenta, com a explosão da construção civil em diversas capitais brasileiras, gerando contratos empresariais para o artista, a partir de linhas de crédito de financiamento de obras de arte, e leis que garantiam a compra de venda de obras realizadas por artistas profissionais.

Brennand nasceu em 1927 no Recife, neto de uma antiga família inglesa do século XIX, que migrou para Pernambuco em busca do solo para montar uma fábrica de vidro e cerâmicas. Ele teve seus primeiros estudos de arte com o professor da Escola de Belas Artes de Pernambuco, Álvaro Amorim, nos anos quarenta, e com o escultor Abelardo da Hora, que trabalhou na fábrica de cerâmica do seu pai, na mesma década. Esse início da sua formação é bastante tradicional e conservadora ao desenvolver suas técnicas a partir de uma pedagogia da cópia exaustiva de obras de grandes mestres da Europa e expor nos Salões Oficiais de Belas Artes de Pernambuco, já nos anos quarenta.

De acordo com a pesquisadora Camila da Costa a “cerâmica sempre esteve presente na vida de Brennand, pois sua família era formada por empresários cerâmicos”. No entanto, inicialmente, Brennand acreditava ser a cerâmica uma arte utilitária, secundária, menor, diferente da pintura, apreciada e considerada por ele como uma arte maior, principalmente a pintura a óleo. Contudo, ao chegar na França, em 1948, tomou um susto ao deparar-se com a exposição de cerâmicas de Picasso. Soube, então, que a maioria dos artistas da Escola de Paris tiveram sua passagem pela cerâmica.

Após o seu primeiro período na Europa (1948-1951), Brennand retornou ao Brasil, onde permaneceu por um tempo relativamente curto. Decidiu em 1952 dedicar-se ao aprendizado mais profundo das técnicas da cerâmica, retornando a Europa, iniciando estágio em uma fábrica de maiólicas na cidade de Deruta na Itália.

Logo adiante, em 1958, realizou seu primeiro painel cerâmico em espaço público, localizado no Aeroporto Internacional de Guararapes, no Recife, sob o título “Sinfonia Pastoral”, medindo 3,51 x 14,76 m. Esse painel foi inaugurado juntamente com o aeroporto do Recife, na presença do então Presidente da República Juscelino Kubitschek. Ato cerimonial que

passa a ser comum na vida deste artista ao incorporar a poética da sua obra os ideais de espaço público, desta forma Brennand passou a desenvolver uma fórmula já nos anos sessenta em que a narrativa artística proposta só teria sentido ou resultados se estivesse em contato com um público, incorporando ao ciclo de produção de sua obra o receptor em espaços públicos.

Em 1961 iniciou a construção daquele tido como o painel cerâmico mais importante de sua carreira: “Batalha dos Guararapes”, formado por dezenas de placas cerâmicas que totalizam 30 metros de comprimento por 2,5 metros de altura.

A partir de então, passou a produzir diversos outros painéis cerâmicos, tanto para locais públicos da cidade do Recife como para fachadas de prédios em diversas cidades. Brennand, que já possuía carreira internacional por expor seus quadros e participar de diversos salões, recebeu, em 1961, a encomenda de uma empresa de Miami para fazer um extenso mural, com temas florais, medindo 656 m² para a empresa de bebidas Bacardi. Esse mural, alguns anos depois, recebeu premiações da Prefeitura de Miami.

Juntamente com a produção de painéis para diversos bancos, empresas e residências, Brennand não parou de realizar pinturas, muitas sobre a flora da região e outros retratos de jovens meninas em poses eróticas. No entanto, Brennand rejeita a identificação de ser obcecado em retratar símbolos sexuais. Justifica-se dizendo que sua criação é toda baseada no enigma da existência. “Talvez esteja aí a razão de eu reproduzir tanto ovo, um emblema da eternidade. E os ovos são eternos porque se reproduzem, o que remete ao enigma da sexualidade.”(Folha de S. Paulo, 2004).

Em seu ensaio “Brennand e a Origem do Mundo”, André Carneiro Leão (in Bridge, 1999, p.13) analisa a dialética do erotismo na obra de

Brennand expando sua ligação ao campo da sexualidade como opção mais confortável que a do erotismo, uma potência política da subjetividade que afastava o artista:

Entendo que Francisco queria ligar sua obra à sexualidade, pois esta serve à procriação, matriz de seu trabalho, a metáfora sexual significando sempre reprodução, enquanto o erotismo é um fim em si mesmo e tem objetivos distintos da reprodução.” (in Bridge, 1997, p.14).

Nas esculturas cerâmicas de Brennand não faltam fragmentos do corpo da mulher, formas semelhantes às de vulvas, vaginas, seios, nádegas, torsos, complementados ora por alguns pequenos detalhes ora dispostos em sobreposição, ou ainda mesclados a outras formas, dispostos de variadas maneiras. Em algumas obras há também representações de corpos inteiros; de qualquer modo é evidente o interesse e o fascínio particular do artista pelo corpo feminino.

Na década de 1990 Brennand passou a ser reverenciado enquanto um dos maiores artistas plásticos brasileiros, atuante no campo das artes nacionais e internacionais. E amplia seu projeto estético popularizando o acesso das pessoas a sua oficina de cerâmica, na Zona Oeste de Recife, através da criação da Fundação Brennand. Ao conseguir verba por um edital do Banco do Brasil, no valor de R\$160 mil reais ele cria uma Praça de Esculturas desenhada por Burle Marx dentro da oficina de cerâmica.

O projeto da Oficina de Cerâmica virou referência para outras ações de ampliações de parques artísticos e praças públicas, levando o ceramista Brennand a ser acionado para compor junto com o pintor Cícero Dias o famoso projeto em “homenagem” aos quinhentos anos do Brasil, que foi intitulado: “Eu vi o mundo... Ele começa no Recife”, composto pelo Parque de Esculturas e a Coluna de Cristal.

Uma homenagem censurada: eu vi o mundo... eu vi uma torre... eu vi um pênis...

A homenagem ao “descobrimento” ou melhor invasão ao Brasil seria celebrada pelo grande empreendimento, patrocinado por grandes empresas, que envolveu a requalificação de áreas do porto do Recife, com ampliação de avenidas, demolição de velhos prédios e galpões, desmatamento de árvores históricas da área, para a instalação de um complexo turístico e cultural na região portuária, que era abandonada pelas políticas públicas, mas que tinha um valor afetivo muito alto para população.

A “Torre Farol” foi encomendada a Brennand para ser instalada dentro de um parque de esculturas na área dos arrecifes, em frente ao Oceano Atlântico simbolizando a recepção dos colonizadores pela fauna, flora e um farol, que iria os guiar.

Em dois de agosto de 1999 o arquiteto Reginaldo Esteves, que fazia parte da equipe do projeto, informou a Brennand que a prefeitura da cidade do Recife tinha sugerido modificações no projeto Torre Farol, ao saber do ocorrido, Brennand anunciou que não mais participaria do projeto, magoado com a modificação proposta para o parque de esculturas. Ele ainda encaminhou uma carta, ao Prefeito do Recife e aos responsáveis pelo projeto fazendo duras críticas a prática da censura: “Não freqüento Salão de Esculturas para ser julgado por A ou B. Estão agindo como se fosse um louco, irresponsável. Como um energúmeno qualquer vai me censurar?”.

Em seguida um grupo de artistas, arquitetos e outros representantes do meio cultural manifestaram apoio público ao escultor, defendendo sua saída do projeto, por considerar que o trabalho havia sido censurado. Ao ter informações sobre o ocorrido a Universidade Federal de Pernambuco

se propôs a viabilizar a produção das esculturas para abrigá-las no campus universitário, o artista ao saber também se recusou.

A polêmica alimentada na cidade, em torno do formato ideal para a torre, fez com que o comitê revisse seus posicionamentos, anunciando, logo em seguida, que o projeto do artista seria mantido, marcando uma reunião com Brennand para convencer a sua retomada.

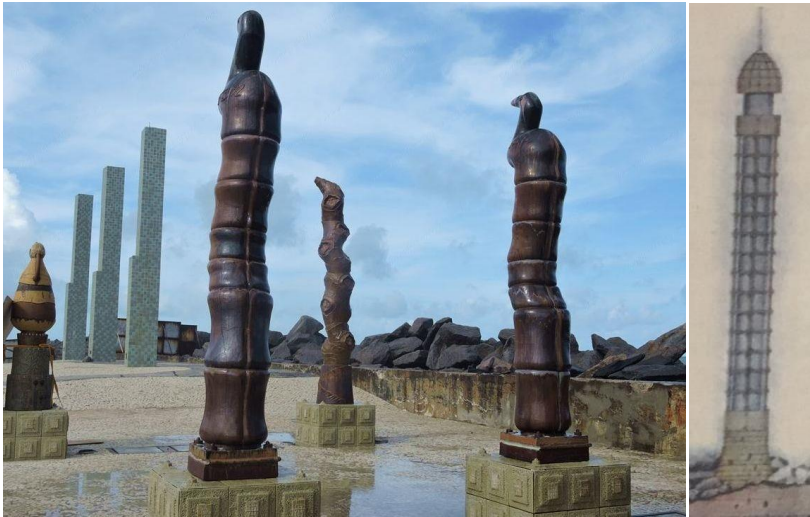


Figura 04: (Esquerda) | Parque de Esculturas de F. Brennand. 1999.

Figura 05:(Direita) | Desenho para o projeto Torre Farol. Francisco Brennand.

Brennand então recebeu em sua oficina o vice prefeito da cidade, Raul Henry, e membros do comitê organizador: Paulo Roberto Barros e Gustavo Krause. O escultor aceita a nova proposta e resolve continuar o projeto, enquanto isso o prefeito da cidade, Roberto Magalhães, passou a mediar à reconstrução da sua imagem na imprensa, nomeado de censor, autoritário, temperamental, etc. Pesquisas eleitorais na época demonstraram como a popularidade do prefeito despencou, justamente após o ato de censura. Parte da sua derrota nas eleições deveu-se a prática da censura.

No entanto, uma rede política de sociabilidade foi instaurada em torno de Brennand, pertencente às elites locais e a uma família com um capital financeiro e político muito forte, chamando atenção pelo fato de ter sido censurado pela mesma elite, grupos políticos neoliberais e setores conservadores que consumia sua obra.

A torre foi instalada ao lado de noventa esculturas em formato de ovos, pássaros, pelicanos e garças, com alguns portais que dimensionam a passagem do tempo naquele local. Podemos, no primeiro momento, pensar numa alusão ao mastro de uma caravela, ou como a marinha portuguesa nomeia de “caralho da caravela”, estrutura que segura as velas contra o vento para navegação.

O espaço do parque remete a um universo que media a reflexão sobre o silêncio produzido pelo difícil acesso ao local, abandono, contrastando com o barulho das ondas que explodem nas barricadas de pedras dos arrecifes. A mística do espaço é estruturada pelo ideal de labirinto que as formas e as cores auxiliam a compor reverenciando aqueles personagens históricos que chegaram a quinhentos anos no Brasil e se depararam com o barro, com os vegetais e com a água.

O curioso é que no momento da inauguração o real nome da torre foi exposto pelo artista que a batizou de “Coluna de Cristal”, sacralizando a narrativa da erudição da sua obra e afastando a polêmica que estava em torno da antiga torre farol, o cristal remeteria a um universo mais saneado, higienizando sua obra.

Em alguns momentos o próprio Brennand chamou a obra de “Foguete Intergaláctico” e outras de “Torre Farol”, denominações autorais que deram margens para muitas interpretações do público. A torre é cilíndrica de concreto, com 30 m de altura e 2,5 m de diâmetro, revestido de cerâmica azul e envolvido por outro cilindro vazado e em bronze.

Não podemos deixar de mencionar que a obra de Brennan estava em diálogo com o projeto “Eu vi o Mundo... Ele Começava no Recife” do pintor Cícero Dias, que foi implementado na Praça do Marco Zero no mesmo período.

O pintor projetou uma rosa dos ventos, um clássico desenho que serve de instrumento para navegação geográfica. A proposta para a praça previu a sua ampliação de aproximadamente 7.000 m2 e pavimentação definida pela reprodução estilizada da rosa dos ventos. O título: “Eu vi o Mundo...”, fazia referencia ao seu painel modernista dos anos de 1930 que também foi censurado na época por ter imagens desenhadas de órgãos genitais de mulheres.



Figura 06: Rosa dos Ventos de Cícero Dias, para Praça do Marco Zero.

A relação entre arte, erotismo, política e censura, mobiliza, até os dias de hoje, múltiplas chaves analíticas em torno do papel das relações de partilha mediados pela arte e o erotismo. O erótico surge como elemento comunicativo, uma agência de narrativas e representações, positivas e

negativas, da obra entre a população, que construiu uma relação de humor crítico para sua recepção, nada passivo, e sim bastante reflexivo entre aqueles que a visualizam.

As análises modernas sobre as representações do falo remetem ao campo político, das simbologias de um poder vertical em uma sociedade ocidental de formação machista, cristã e sexista, transcorrendo pelo universo da cultura popular nordestina através das visualidades da região. É muito comum encontrarmos nas feiras públicas, da região metropolitana do Recife, peças de artesanato que representam pênis avantajados como abridores de garrafa, rótulos de cachaça com pênis, ou na literatura de cordel que satiriza as condições de virilidade dos homens sertanejos, os “cabra machos”.



Figura 07: Abridores de Garrafas em formato de pênis. Mercado de São José. Recife -PE.

Desta forma, associar a Torre Farol de Brennand ao formato fático de um pênis articulou as capacidades do erotismo em dar vida aos circuitos

culturais e políticos do cotidiano, um jogo de visualidades, práticas desviantes das ruas¹⁰, narrativas e discursos próximo ao cotidiano androcêntrico da cultura popular de Pernambuco, com respostas performáticas aos mecanismos da censura, satíricas e sarcásticas, uma espécie de resistência à política conservadora do universo popular da cultura.

Brennand operacionaliza suas narrativas estéticas no cruzamento entre a cultura erudita, com elementos da antiguidade clássica e seres míticos, junto ao universo regional da cultura popular nordestina, algo que chamou atenção do escritor Ariano Suassuna, nos anos setenta, nomeando o ceramista enquanto representante das artes visuais do Movimento Armorial.

Falar sobre o erotismo é convocar as análises do filósofo George Bataille, que problematizou o fenômeno enquanto uma expressão transgressora que se configura como ameaça à estabilidade social. Os interditos, as proibições, forjam uma nova dinâmica, cujo sentido ancora-se no estabelecimento de uma descontinuidade com relação ao estado natural anterior. A experiência erótica, ao restabelecer a continuidade no domínio do descontínuo, operando por meio da violência e da transgressão, promove a desagregação e a desordem. A separação do ser, anunciando uma ruptura com o todo, sempre prefigura o fim¹¹.

Esse cruzamento do erudito e popular, antigo e moderno, erótico e pudico, são referências nas obras de Brennand, e para tentarmos nos aproximar do seu campo poético e estético de criação não podemos perder de vista, também, suas condições de formação e produção exercida dentro das elites sociais da região Nordeste, a qual fazia parte.

As elites nordestinas, como as elites européias do Renascimento, eram “biculturais”, uma vez que cresciam entre a cultura letrada, apreendida, e a mistura de tradições populares correntes na região, estruturando seu

universo imaginário entre as duas esferas. Esse trânsito entre a cultura popular e a cultura “cultura” é um traço extremamente moderno.

Para o historiador Durval Muniz o homem nordestino faria parte do discurso regionalista amparado no discurso antropogeográfico inspirado pela geografia determinista alemã. O estereótipo rústico, em virtude do meio em que vive que forja o “macho” que irá representar a reserva do verdadeiro brasileiro e de virilidade no discurso regionalista de intelectuais ligados à elite, oposição aos costumes da cultura moderna. O autor observa que essa construção do homem nordestino visa substituir a sociedade da sangüinidade, onde os códigos de gênero estavam na esfera do privado, pela repartição das sociabilidades centrada no indivíduo, sendo a identidade de gênero cada vez mais uma decisão pessoal, no entanto os códigos sociais serão cada vez mais rígidos e as práticas mais vigiadas, descritas e analisadas.

Neste cenário moderno que se modifica rapidamente e adquire novas configurações, a experiência erótica vai sendo redefinida. Enquanto que o erotismo vitoriano envolvia relacionamentos sociais, a sexualidade moderna envolve a identidade pessoal. Estas relações potencializam-se com novas possibilidades de espaço público, onde se compartilham idéias e se exibem aos olhares indiscriminados ou censores.

Considerações finais

A “Torre Farol” de Brennand faz parte das capilaridades difusas que o erotismo toma ao ser incorporado aos projetos artísticos urbanos das cidades modernas. Os múltiplos olhares instauram vida e guerra em torno do histórico símbolo que estrutura o poder vertical nas relações cotidianas, o falo. Com isso, para celebrar e receber os colonizadores, uma “torre pênis”, ou um “farol fálico”, surgiria enquanto símbolo do “macho alfa” que aqui se instalou violentamente.

Desta forma, a polissemia das recepções, mediadas pelo cruzamento heurístico do popular e do erudito, constroem diversos saberes em torno do erotismo nas artes, frente aos poderes da política, do artista e do “povão”, este último capaz de transformar a censura ao erótico em potência humorística para vida que resiste. A torre farol dificilmente será mais uma torre, mas sim a “piroca” que resiste aos ataques da censura, que divide a cidade real da ideal, a política dos desejos, o erótico do pornográfico, o povão das elites, o Brennard dos mitos do Brennard do erótico.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino: uma invenção do falo; uma História do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)*. Maceió: Editora Catavento, 2003.
- BATAILLE, Georges. *O erotismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. “Cultura Popular”: Revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, no 16, 1995.
- FERRAZ, M. *Oficina Francisco Brennard – Usina de Sonhos*. Recife: Associação da Imprensa de Pernambuco, 1997.
- GRIMAL, Pierre. *Dicionário de mitologia grega e romana*. Trad. Victor Jabouille. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- LIMA, Camila da Costa. *Francisco Brennard: aspectos de uma obra em escultura cerâmica*. Programa de Pós Graduação em Artes – UNESP. São Paulo, 2009.
- SILVA, Kelly Cristiane da. *A Nação Cordial. Uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de “comemoração dos 500 anos do Brasil”*. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 18 No. 51*. 2003.

“Eles ganham milhões no mundo do vício”: os reis da maconha de Pernambuco

*Stênio Ricardo Carvalho dos Santos*¹

Introdução

Na segunda metade do século XX, emergiram no noticiário pernambucano indivíduos rotulados como “reis da maconha” e acusados de abastecer o tráfico de drogas no Recife². O primeiro deles fora José Monteiro de Góis que, desde o final da década de 1950, aparece de forma recorrente nos jornais sob tal alcunha. Além disso, ele não foi o único a receber tal título pela imprensa pois, simultaneamente a sua trajetória e após a sua morte, outros indivíduos também foram nomeados como “reis da maconha” e utilizados para justificar a atuação policial na repressão ao tráfico de drogas em Pernambuco, de modo especial nos bairros periféricos da capital.

Contudo, se esses indivíduos foram perseguidos pela polícia e ocuparam as páginas de periódicos pernambucanos durante décadas, isso se deu porque havia legislações que respaldavam tais ações e que tipificavam seus possíveis atos como crimes. Para Howard Becker (2008), o crime seria uma construção social, partindo da perspectiva de que o ato desviante é sempre algo criado, resultado de um empreendimento, “pois alguém precisa ter feito a regra que define o ato como desviante” (BECKER, 2008, p.167).

¹ Professor de História na educação básica, atuando na rede privada de ensino. Licenciado e Mestre em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. <http://lattes.cnpq.br/8677059420555098>.

² Este artigo é parte da minha dissertação de mestrado em História, intitulada “O sinistro fantasma das drogas”: Discursos e repressão em Pernambuco nos idos da ditadura (1964-1976) e defendida no âmbito do Programa de pós-graduação em História da UFRPE, em agosto de 2019.

Para mais, no Brasil, é possível observar legislações que versavam sobre o uso de drogas desde os tempos da colônia³, mas é no período republicano que o controle sobre substâncias entorpecentes ganham uma maior atenção do Estado. Aqui destacamos a criminalização da maconha, ocorrida em 1932, mas que desde o início do século XX era alvo de debate de intelectuais que buscavam atribuir ao seu uso um fator criminógeno e causa de desvios morais. Em nosso recorte temporal, mudanças na política de drogas vinham sendo debatidas desde o final da década de 1950, quando um Projeto de Lei (PL), que buscava alterar o artigo 281 do Código Penal, acrescentando o verbo “plantar”, fora proposto pelo deputado federal Coutinho Cavalcanti (PTB/SP).

Na justificativa do PL, o deputado argumenta que essa alteração buscava “completar a estrutura doutrinária e prática desse dispositivo, fornecendo as autoridades uma precisa arma para o efetivo e eficaz combate a assustadora criminalidade, que grassa no setor ligado aos entorpecentes” (DCN, 1959, p. 4739). Essa alteração se dava devido às constates descobertas, pelas autoridades, de plantações de maconha pelo país. Em Pernambuco, municípios como Garanhuns, Custódia e Bom Conselho eram tidos como os principais polos de plantação e foram alvos constantes de operações da Secretaria de Segurança Pública.

No entanto, a alteração legal proposta só veio acontecer em 1964, já durante a ditadura civil-militar, por meio da lei nº 4.451. Outras alterações nas legislações que versavam sobre a questão de drogas aconteceram durante a vigência da ditadura, como em 1968, quando novamente o artigo 281 do Código Penal fora alterado, equiparando a figura do viciado, até então visto como um enfermo, ao do traficante, concebido como um criminoso. Outro exemplo se deu em 1971, com a promulgação da lei nº

³ Cf. TORCATO, Carlos Eduardo Martins. **A história das drogas e sua proibição no Brasil: da colônia a república.** Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

5.726, também conhecida como Lei de Tóxicos, e sua substituição, em 1976, pela lei nº 6.368.⁴

Leis foram criadas e buscaram justificar a atuação das forças de repressão. Howard Becker (2008) ainda acrescenta que “um dos passos mais decisivos no processo de construção de um padrão estável de comportamento desviante talvez seja a experiência de ser apanhado e rotulado publicamente de desviante” (BECKER, 2008, p. 41). Portanto, esse ato de rotulação movimentou outros discursos em torno da ação considerada digressiva e, conseqüentemente, molda uma imagem acerca do indivíduo a ser punido.

Desta forma, a imprensa assume um papel importante na modelagem de indivíduos como criminosos e na propagação do discurso de que as drogas eram perniciosas ao bem-estar da sociedade. Salo de Carvalho (2016), ao abordar a influência dos Movimentos de Lei e Ordem na política criminal, destaca que a imprensa é um dos principais veículos que auxilia a criação de um “consenso sobre o crime, criminalidade e a necessidade de incremento constante de penas” (CARVALHO, 2016, p. 86). Além disso, também “distribui estereótipos delinquentiais que criam metarregras de atuação das agências formais de controle, sobretudo das esferas policiais e judiciais” (CARVALHO, 2016, p. 87).

Antes de nos debruçarmos sobre as narrativas a respeito de dois desses indivíduos rotulados como “reis da maconha” e culpabilizados pela corrupção da juventude recifense, cabe destacar que o discurso da imprensa não está isento de um caráter manipulador (GOMES, 2003) e se encontra situado em um contexto histórico em que a política nacional de drogas passou por mudanças, como situamos acima, além da instauração,

⁴ Revogada completamente apenas em 2006 com a promulgação da lei nº. 11.343, durante o governo Lula.

em 1964, de uma ditadura que assombrou o país por mais de duas décadas e que trouxe consigo o discurso da moral e dos bons costumes.

José Monteiro, “um magnata do tráfico”

Apontado pelos periódicos como um “magnata do tráfico”, José Monteiro de Góis era acusado pelo abastecimento de maconha na capital pernambucana e de ter proteção política o que, segundo o noticiário, dificultava sua permanência na prisão. Desde a década de 1950, fora preso inúmeras vezes acusado de tráfico, mas nenhuma de suas prisões logrou o êxito esperado pelas autoridades policiais e pelos jornais que noticiavam sua trajetória. Nesse sentido, uma matéria do *Diário de Pernambuco*, de 1958, já evidenciava a dificuldade de mantê-lo preso por muito tempo, pois: “prende ele num dia e ele é solto no dia seguinte. Para mantê-lo detido, seria preciso que o negócio fosse feito no maior sigilo possível; do contrário, seria trabalho perdido” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 15/07/1958, p. 15).

Ainda em diligências policiais ocorridas em 1963, e divulgadas pela imprensa, José Monteiro, estando em sua casa, teria conseguido fugir da polícia. Segundo noticiado pelo jornal *Última Hora*, a residência do acusado seria uma fortaleza, “preparada para qualquer eventualidade, pois possuía 17 portas que dariam acesso à rua, e todos os cômodos internos (quartos, banheiros etc.) têm mais de uma porta de saída, o que possibilita a fuga em qualquer circunstância” (ÚLTIMA HORA, 02/08/1963, p. 2).

Em março de 1964, José Monteiro fora novamente preso pelos agentes da Delegacia de Costumes. Ele teria declarado a reportagem que o flagrante foi forjado e que ele era um homem rico, tendo “três palacetes em Garanhuns, bares e restaurantes no Recife, a mansão onde resid[e] na Avenida Sul e 72 casebres, além de criações no interior do Estado, tudo adquirido através do comércio” (ÚLTIMA HORA, 22/03/1964, p. 2).

Alegava, também, ser vítima de perseguição por parte da polícia e de outros comerciantes que invejariam a prosperidade de seu comércio.

Tal prisão também não logrou êxito, pois em janeiro do ano seguinte ele fora novamente preso na cidade de Garanhuns, interior de Pernambuco. Em depoimento ao juiz Nelson Arruda, José Monteiro se declarou novamente perseguido e alegou que os vulgos pelos quais é conhecido seriam “fruto do sensacionalismo da polícia e da imprensa” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 12/02/1965, p. 7). Ainda segundo a reportagem do *Diário de Pernambuco*, o acusado teria declarado que, na ocasião de sua prisão, não fora encontrada nenhuma quantidade de maconha em seu poder, afirmando que:

Os seus perseguidores (os policiais) depois de dar-lhe voz de prisão, disseram que encontraram uma maleta contendo maconha enterrada no quintal da casa que possui na cidade de Garanhuns, mas essa maleta só foi vista pelo acusado na delegacia para onde foi levado pelos policiais. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 12/02/1965, p. 7).

Ademais, os periódicos que narram a trajetória de José Monteiro buscam desdenhar de sua fala, ressaltando que o acusado “falava com cinismo” e era “dramático” em suas colocações. A imprensa por si só já estaria formulando a culpa do acusado, disciplinando os seus leitores por meio de sua maneira de mostrar os fatos (GOMES, 2003). Assim, encaminhava o público à conclusão de que José Monteiro seria culpado, mesmo antes do julgamento formal pelas instâncias judiciárias.

É importante destacar que, para além das legislações nacionais que tipificavam como crime o comércio e consumo de determinadas drogas, a perseguição aos indivíduos envolvidos se situava dentro de um contexto local no qual a Delegacia de Costumes promovia a repressão à plantações no interior e ao tráfico na Região Metropolitana do Recife. Nesse contexto,

um dos delegados mais enfáticos nessa frente fora o Mário Tomás de Alencar, que assumiu a especializada em 1968 e utilizou com frequência a imprensa para divulgar seus feitos; muito embora houvesse a constante reclamação de que o Setor de Tóxicos tivesse um baixo número de agentes disponíveis, o que viria a dificultar a prisão dos procurados.

Entre idas e vindas da Casa de Detenção do Recife, o *Diário de Pernambuco* noticiou, em dezembro de 1966, que José Monteiro havia sido preso e dessa vez ele teria “perdido a coroa do vício” e não iria mais difundir o “vício do fumo da erva do diabo entre cabeludos e mulheres de vida fácil” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 29/12/1966), pois com o flagrante não teria como seus advogados alegarem falhas processuais. O *Diário* estaria equivocado, pois no ano seguinte, 1967, ele fora novamente preso no bairro de Jardim São Paulo, zona oeste do Recife, juntamente com seu funcionário João Batista de Sá, o Gago.

Cabe destacar, ainda, que Gago, como ficou conhecido pelos noticiários policiais, foi um dos indivíduos que também recebeu a alcunha de “rei da maconha” após o desaparecimento de José Monteiro. O fato desta nova prisão será assunto na coluna *Retrato da cidade*, no qual o jornalista Severino Barbosa teceu o seguinte comentário:

Ah sina infeliz. Mais uma vez, pegado pela polícia na sua “fortaleza do vício”, o Rei da Maconha – José Monteiro de Gois – é levado triunfalmente para a Casa de Detenção. E isso acontece, temos a impressão, pela milionésima vez. Interessante. Prendendo e soltando, soltando e prendendo achamos nós que a Casa de Detenção, cobrando entrada a 500 pratas ao Rei da Maconha, fazia um dinheirão besta. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 28/09/1967, p. 3).

A imprensa, ao acompanhar o desenrolar do inquérito de José Monteiro, buscou trazer a opinião pública sobre o fato. Para o *Diário da Manhã*, o acusado seria um “criminoso que fere a todas as leis penais e vai

de encontro aos bons costumes que servem de norma à nossa sociedade” (DIÁRIO DA MANHÃ, 09/10/1967, p. 5). Dito isso, o matutino publicou uma opinião pública sobre o assunto:

Maria Celeste Braga, enfermeira, acha que o “Rei da Maconha” deve ser condenado a pena máxima por se tratar de inveterado comerciante de tóxicos. Teófilo Francisco Pereira, garçom, é pela punição severa contra José Monteiro de Góis, mas condena as autoridades que deveriam queimar as plantações de maconha. Quitéria Arruda, doméstica, considera o “Rei da Maconha” um criminoso de gabarito por enfrentar o cerco policial e ainda conseguir movimentar seus comparsas. Ednaldo Lacerda, jornalista, estranha como alguns advogados se prestam a defender perigosos marginais como José Monteiro de Góis, dizendo que isso além de ferir o juramento do Direito, porque certos criminosos inveterados e irrecuperáveis não devem ter o direito à liberdade, ainda vem contribuir para desestimular a polícia na luta contra o vício. Selma Quintino Cunha, estudante, declarou-se favorável a prisão perpétua para o Rei da Maconha. Enquanto, o comerciário Pedro Moura Gomes acha José Monteiro de Góis um elemento perigoso, mas defende o ponto de vista de que a maconha não é o maior dos maus, existindo muitas outras coisas importantes para combater (DIÁRIO DA MANHÃ, 09/10/1967, p. 5).

As opiniões publicadas foram unânimes ao considerar José Monteiro como um criminoso. Há de se considerar que durante anos a imprensa construiu a imagem dele como um poderoso traficante que conseguia se livrar das malhas da justiça. No entanto, cabe destacar a admiração por parte de Quitéria Arruda, ao considerá-lo um “criminoso de gabarito”, como também o ponto de vista do Paulo Moura, o qual considerava que a maconha não era o maior dos maus a serem combatidos, o que diverge dos discursos que circulavam com insistência nos jornais da cidade.

O fato é que o inquérito sobre a prisão de José Monteiro e seu funcionário João Batista, em outubro de 1967, fora acompanhado pelo

Diário de Pernambuco que publicou em uma matéria o seus antecedentes. Segundo o periódico:

[...] a série de inquéritos contra o acusado teve início no dia 14 de março de 1952, quando foi preso em flagrante; no dia 19 de setembro de 1956 foi novamente preso em flagrante; no dia 1º de agosto de 1963 foi o mesmo envolvido num inquérito comum; em 21 de março de 1964, foi preso em flagrante por porte ilegal de arma e comércio de entorpecente, sendo ainda processado, com prisão, em flagrante nos dias 26 de janeiro e 15 de novembro de 1965, por comércio de entorpecente (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 30/09/1967, p. 7).

Ao ser interrogado pelo juiz da 1ª Vara Criminal, José Monteiro mais uma vez se disse perseguido pela polícia e rogou ao magistrado que buscasse elucidar o caso, pois a perseguição que sofria da polícia teria passado “dos limites da tolerância, não podendo viver em paz para cuidar da sua família e educar suas quatro filhas” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 28/10/1967, p. 7). Em julho de 1968, a sentença de José Monteiro foi noticiada, tendo ele sido condenado a dois anos de reclusão pelo juiz Raul da Costa Farias da 1ª Vara Criminal. No mesmo julgamento, o seu funcionário, o “Gago”, teria sido absolvido.

Depois dessa notícia, o nome de José Monteiro só apareceria na imprensa em 1969, quando foi noticiada a prisão de sua esposa, também acusada de tráfico de entorpecentes, sendo divulgada também a notícia de que ele não haveria deixado nenhum substituto. Tudo indica que ele teria falecido entre 1968 e 1969, pois a matéria evidencia que tendo a polícia descoberto que ele traficava maconha do Maranhão, Piauí e Alagoas para o Recife por meio de transporte de móveis, o acusado teria conseguido outra modalidade a qual para “descobri-la a polícia patinou até o dia da morte do maconheiro” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 14/02/1969, p. 8). Por fim, concluindo a reportagem, o *Diário de Pernambuco* coloca que

“Cidinho, que ocupava o ‘lugar tenente’ de José Monteiro, poderá herdá-lo o reinado” (Ibidem).

Cidinho, “o príncipe do vício”

Em época simultânea a trajetória de José Monteiro, a imprensa também se ocupou em informar as constantes capturas de Josenildo Leite Nogueira, conhecido como Cidinho. Em 1965, o *Diário de Pernambuco* noticiou sua prisão com outro possível traficante, o “neguinho do queijo”. Segundo a matéria, ambos seriam velhos traficantes de “liamba” e negociavam “o produto fornecido pelo Rei da Maconha, José Monteiro de Góis” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 24/02/1965, p.7). Ainda segundo o jornal, Cidinho atuava em conjunto com sua esposa, Zilda Nogueira, que viria a ser rotulada como “rainha da maconha” pela imprensa.

Em janeiro de 1969, ele aparece novamente preso e enquadrado no artigo 281 do código penal. Vindo a reaparecer no *Diário de Pernambuco*, no ano de 1971, sob a alcunha de “príncipe do vício”, o mesmo periódico já havia anunciado que ele poderia substituir José Monteiro no “reinado do tráfico”. Segundo Mayra Gomes (2003), a nomeação de algo ou alguém pelo discurso jornalístico tem como função desenhar o mundo a ser visto. Desta forma, ao nomear Cidinho como “príncipe do vício”, o discurso jornalístico o retira da categoria de pequenos atravessadores e evidencia sua periculosidade, fazendo com que os leitores o associem a um protótipo já criado sobre a imagem de um traficante de maconha, o que poderia justificar a perseguição policial.

Naquela ocasião, Cidinho foi autuado também por comércio ilegal de armas. Segundo o noticiário, ele teria sido preso em flagrante no bairro de Santo Antônio, centro do Recife, negociando armas, e em sua residência, no bairro de Santo Amaro, os agentes da delegacia de Costumes teriam apreendido seis quilos de maconha (DIÁRIO DE PERNAMBUCO,

03/04/1971, p. 12). A matéria aponta que, há meses, Cidinho estava sendo procurado pelos policiais do setor de repressão a tóxicos, no entanto, ele sempre conseguira fugir tendo, por duas vezes, fugido do cerco da polícia “à bala”, evidenciando uma característica atribuída aos “reis da maconha”: a capacidade de escapar das ações policiais.

Com a sua prisão, o então delegado de Costumes Mário Tomás determinou que “os agentes do Setor de Tóxicos realizassem batidas em nove casebres localizados em Santo Amaro e no Coque, cujos moradores são empregados do traficante” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/04/1971, p. 12). Ambos os locais eram alvos constantes da polícia, o delegado de Costumes, inclusive, já teria declarado à imprensa, em 1969, que o Coque seria o lugar preferido dos traficantes “em face do grande número de desocupados” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 05/12/1969, p. 8) que lá residiam, como também o Canal de Santo Amaro, local onde residira Cidinho.

Esses dois locais, juntamente com os Coelhos, Brasília Teimosa e Pina, compunham uma área de favelas localizadas próximo ao centro do Recife. Em 1973, o Recife tinha “cerca de 60 mil mocambos, nos quais viviam uma média de 5 pessoas por unidade, perfazendo um total de quase 300 mil pessoas” (NASCIMENTO, 2004, p. 270). Alguns desses mocambos, na esteira da modernização da cidade, sofreram intervenção do Estado para a execução de obras, como o de Santo Amaro para a construção da Avenida Agamenon Magalhães.

Ademais, ao abordar a infraestrutura das favelas recifenses em meados da década de 1970, o historiador Luís Manoel nos traz um fragmento de notícia do *Diário de Pernambuco* o qual retrata o Coque em 1975 como o:

[...] maior aglomerado de mocambos do Recife. São 12.000 casas feitas de barro e madeira, numa área que vai de Afogados até as proximidades da Ilha

de Joana Bezerra, com uma população de aproximadamente 60.000 pessoas, a maioria crianças.

Quase que inteiramente situados nos mangues, o Coque se transforma num amontoado de ruelas de difícil acesso, algumas até iluminadas, onde, não raro, nos deparamos com crianças que partilham restos de comida com porcos e outros animais. Ali a fome é a grande responsável pelo alto índice de mortalidade infantil. As crianças, na luta pela sobrevivência, catam sururu nos mangues [...] (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 27/07/1975, p. 5 *Apud* NASCIMENTO, 2004, p. 272).

Para além da exclusão no processo de urbanização da cidade, essas localidades serão alvo de constantes discursos jornalísticos que as associarão à pobreza, ao crime e ao tráfico de drogas. Como ressalta Maria do Rosário Gregolin (2003), a mídia — e aqui colocamos o discurso jornalístico — produz sentido “por meio de um insistente retorno de figuras, de sínteses-narrativas, de representações que constituem o imaginário social” (GREGOLIN, 2003, p. 96). Nesse sentido, a imprensa molda uma “geografia do vício” e determina, por meio de constantes matérias sobre o assunto, os locais onde há maior incidência de perigo.

Retornando à trajetória de Cidinho, cerca de quatro meses após sua prisão no centro do Recife, por venda ilícita de arma e porte de maconha, o *Diário de Pernambuco* o apontou novamente como um foragido da polícia, devido ao fato de não ter pago a multa a que foi condenado ainda em 1969, tendo sido sua condenação convertida em um ano de prisão (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 21/07/1971, p. 24). Em outra ação policial narrada pelo jornal, Cidinho teria conseguido fugir na companhia de outros traficantes, considerados de gabarito pela polícia, que eram: “Moacir José da Silva, ‘Abanal’; João Paulo da Silva, ‘Boy’; João Batista de Sá, ‘Gago’; Antônio Florentino e Antônio Firmino, ‘Pivete” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 11/08/1971, p. 12).

Tal investida policial ocorrera no Coque, onde, segundo os investigadores, estaria ocorrendo uma reunião para “planejar a distribuição de entorpecentes e aumentar o preço da maconha, devido às recentes apreensões no interior” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 11/08/1971, p. 12), no entanto, todos conseguiram fugir ao receber a polícia “à bala”. É perceptível, portanto, que a narrativa jornalística sempre se volta para um mesmo cenário, com o constante retorno às características atribuídas aos traficantes, como ardilosos na fuga e violentos.

Cidinho veio a ser novamente preso no dia 23 de agosto de 1971, tendo a polícia comemorado, uma vez que a sua prisão se somava às prisões de Gago, também rotulado na época como “rei da maconha”, e Antônio Gomes, conhecido como “Treme-Terra”. No entanto, a prisão de Cidinho não durou por muito tempo. Não sabemos as causas pelas quais ele não passava muito tempo na Casa de Detenção, os periódicos, também, não dão o indicativo de que ele era rico e, conseqüentemente, pagava bons advogados, tal qual se especulava acerca das constantes solturas de José Monteiro de Góis.

O fato é que ele teria sido detido mais uma vez em outubro de 1971, no canal do Tacaruna, bairro de Santo Amaro. Desta vez, acusado de porte ilegal de armas. Segundo noticiado, na autuação policial Cidinho teria sido baleado nas duas pernas e teria ficado “paraplégico e sem coroa” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 27/10/1971, p. 12). No entanto, o *Jornal do Commercio*, ao noticiar o mesmo fato, não evidenciou nenhuma troca de tiros.

Paraplégico ou não, Cidinho foi duas vezes autuado em 1972. A primeira delas ocorreu em janeiro, quando fora acusado, além do tráfico de entorpecentes, de comandar uma quadrilha que praticava assaltos no Recife, roubando jóias. Já em março, quando foi preso com outros indivíduos em Santo Amaro além de enquadrado na lei de Tóxicos de 1971. Esta seria a última prisão de Cidinho, pois no dia 25 de março de 1972 o

Diário de Pernambuco estampou a notícia: “*Tiro à traição acaba com reinado de Cidinho*”.

Nesse ínterim, ele teria sido assassinado no Campo do Onze, no bairro de Santo Amaro. O seu enterro também virou notícia meses depois no *Diário de Pernambuco* que de forma satírica nomeou a matéria de *Céu para o pecador*. Utilizando-se de uma linguagem sensacionalista e buscando ridicularizar o seu sepultamento, o periódico inicia a matéria dizendo que: “Antigamente a religião era coisa séria. Mas, atualmente, está tornando-se assunto complicado. E para ter ideia como andam as coisas, basta lembrar o sepultamento de Cidinho, considerado por muitos como ‘rei da maconha’” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 04/09/1972, p. 12). A matéria relata, também, que:

Na hora do dito baixar a sepultura, em pleno cemitério de Santo Amaro, o famoso Pai Edu, achou de casar o cadáver com sua amante em vida. E não se dando por satisfeito, o conhecido pai de santo, ainda encomendou a alma de Cidinho ao céu, redimindo assim de todos os seus pecados em vida (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 04/09/1972, p. 12).

E, de modo um tanto debochado, a matéria é concluída com a seguinte redação: “Até hoje ninguém sabe se o homem da maconha chegou por lá, pois a estrada que serviu de caminho à sua alma, parece ser bastante sinuosa e, segundo algumas pessoas, não leva a lugar nenhum” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 04/09/1972, p. 12).

Portanto, se Cidinho chegou ao céu, não sabemos, o que sabemos é que ele foi um dos emblemáticos indivíduos que ganhara os títulos de “príncipe” e “rei” da maconha na capital pernambucana, sendo assunto constante nas páginas dos jornais por cerca de sete anos, entre prisões, solturas e perseguições policiais. Dias após a sua morte, o *Diário da Manhã* estampa a manchete: *Maconha viaja de lambreta*. Anunciando que um

traficante “misterioso” já estaria atuando em Santo Amaro nos locais onde Cidinho negociava. Segundo a reportagem, o indivíduo fazia a distribuição de maconha utilizando uma lambreta e estaria querendo assumir o reinado do tráfico na região (DIÁRIO DA MANHÃ, 02/04/1972, p.1).

Considerações finais

José Monteiro e Cidinho não foram os únicos a serem coroados pela imprensa, outros indivíduos também apareceram nas notícias policiais sob a alcunha de “rei da maconha”, como o Gago, citado ao longo deste artigo, e “Abanal” que teve sua trama narrada nos bairros da zona norte do Recife e em Boa Viagem, zona sul da cidade. O fato é que embora as narrativas busquem construir a imagem desses sujeitos como de alta periculosidade, eles pouco tempo passavam detidos. José Monteiro, por exemplo, nunca passou mais de nove meses preso, sendo seus processos arquivados ou mesmo respondendo em liberdade graças à obtenção de *Habeas Corpus*.

Cabe destacar, ainda, que se esses indivíduos eram traficantes “de gabarito” recolhê-los na Casa de Detenção do Recife de pouco ou nada adiantaria, pois eram constantes as denúncias de tráfico dentro da própria instituição, tendo a imprensa declarado Clarício Delfino como o “rei da maconha da Detenção” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 09/04/1967, p. 3), além de haver outros pequenos traficantes. Portanto, esses indivíduos não serão apenas infratores do código penal, mas participantes de um contexto no qual o Estado promovia a repressão ao uso de drogas e legitimava suas ações por meio deles, sempre resgatando concepções já construídas acerca da periculosidade da maconha para o ordenamento social e fazendo com que a criminalização desses sujeitos ganhasse um maior destaque e sentido para a sociedade.

Referências

APEJE. Hemeroteca. **Diário de Pernambuco**. Recife, 15 de julho de 1958, p. 15.

APEJE. Hemeroteca. **Diário de Pernambuco**. Recife, 12 de fevereiro de 1965. Primeiro Caderno, p. 7.

APEJE. Hemeroteca. **Diário de Pernambuco**. 29 de dezembro de 1966. Segundo Caderno, p. 7.

APEJE. Hemeroteca. **Diário de Pernambuco**. Recife, 28 de setembro de 1967. Segundo Caderno, p. 3.

APEJE. Hemeroteca. **Diário de Pernambuco**. Recife, 30 de setembro de 1967. Primeiro Caderno, p. 7.

APEJE. Hemeroteca. **Diário de Pernambuco**. Recife, 28 de outubro de 1967. Primeiro Caderno, p. 7.

APEJE. Hemeroteca.. **Diário de Pernambuco**. Recife, 14 de fevereiro de 1969. Primeiro Caderno, p. 8.

APEJE. Hemeroteca. **Diário de Pernambuco**. Recife, 24 de fevereiro de 1965. Primeiro Caderno, p. 7.

APEJE. Hemeroteca. **Diário de Pernambuco**. Recife, 03 de abril de 1971. Segundo Caderno, p. 12.

APEJE. Hemeroteca. **Diário de Pernambuco**. Recife, 05 de dezembro de 1969. Primeiro Caderno, p. 8.

APEJE. Hemeroteca. **Diário de Pernambuco**. Recife, 21 de julho de 1971. Segundo Caderno, p. 24.

APEJE. Hemeroteca. **Diário de Pernambuco**. Recife, 11 de agosto de 1971. Segundo Caderno, p. 12.

APEJE. Hemeroteca. **Diário de Pernambuco**. Recife, 11 de agosto de 1971. Segundo Caderno, p. 12.

- APEJE. Hemeroteca. **Diário de Pernambuco**. Recife, 04 de setembro de 1972. Suplemento social, p. 12.
- APEJE. Hemeroteca. **Diário da Manhã**. Recife, 2 de abril de 1972, p. 1.
- APEJE. Hemeroteca. **Diário de Pernambuco**. Recife, 9 de abril de 1967. Terceiro Caderno, p.3.
- BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca Digital. **Última Hora**. Recife, 22 de março de 1964, p. 2.
- BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca Digital. **Última Hora**. Recife, 2 de Agosto de 1963, p. 2.
- BRASIL.. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília: Distrito Federal, 01 de agosto de 1959, p. 4738-4739.
- BECKER, Howard S. Empreendedores morais. In: BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da lei 11.343/06**. São Paulo: Saraiva, 2016.
- GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no Jornalismo: Discorrer, disciplinar, controlar**. São Paulo: Hacker Editores, 2003.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos, SP: Claraluz Editora, 2003.
- NASCIMENTO, Luís Manoel Domingues do. **Inventário dos feitos modernizantes na cidade do Recife (1969-1975)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org